

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**“MULHERES, ESPAÇOS E MUDANÇAS:
O pensar e o fazer na educação das novas gerações”**

Tese de Doutoramento em Ciências da
Educação, por Maria José Magalhães,
sob a orientação da Prof. Doutora
Helena Costa Araújo.

Janeiro de 2005

ABSTRACT

This research is intended to provide knowledge for women's agency and for the different oppressions they suffer. Based on life histories, it was our intention to know the kinds of citizenship that have been available to women and also the ways women have struggled for citizenship. Listening to their voices and to their silences (Lewis 1993), life histories as a fundamental methodology provide a cryptic way to access to social knowledge (Ferrarotti 1983, Araújo 1993, 2000, Stanley 1993, 2000). We were allowed to identify what adult women consider as relevant questions in democratic education and find useful to younger generations, towards a full woman friendly citizenship.

Based on gendered subjectivities (Marshall 1994), with this research it was possible to think how different educational times and spaces — family education, school education, informal education, non-formal education, social education — can provide opportunities to challenge social hierarchies, not only based on gender categories but also on "race", ethnic categories, sexual orientation, class, region and dis/ability.

The life histories of some women, with different social positions, show how the notions of citizenship and agency have been gendered and allowed us to identify a notion of women's and feminist agency that encompasses the women's experiences and perspectives, out of the liberal notions of citizenship and agency that have excluded women (Arnot e Dillabough 2000, Torres 2000, Freire 1971).

In the women's own terms, this research questioned education about what *work* means, for them, as well as its relation with exploitation, *family* and the oppression and subordination in this sphere, *body, sexuality, desire* and *culture*, as sites of regulation, and *domestic violence*, as forms of domination. These are crossing ways that contribute to construct this patriarchal and capitalist system where the categories of difference constitute themselves as structures of social inequality (Fraser 1995, 1999). Here the notions of feminism, social movements and women's political agency are relevant to understand their life histories — a fundamental methodology and simultaneously a theoretical problem.

With these women, we have learned how we can think about a feminist critical pedagogy that takes in account other axes of social inequalities (Middleton 1993, Weiler 1995, Radford-hill 2000).

RESUMÉ

Cette investigation s'inscrit dans un parcours de recherche de l'agence des femmes et des différentes oppressions auxquels elles sont soumises. À travers ses histoires de vie, on a pu connaître les formes de citoyenneté qu'elles ont pu disposer et d'autres pour lesquelles elles ont lutté. De façon cryptique et indirecte qui est conforme à la méthodologie des histoires de vie, en écoutant leurs voix et leurs silences (Ferrarotti 1983, Araújo 1993, 2000, Stanley 1993, 2000), nous avons voulu atteindre des aspects que les femmes considèrent pertinents en ce qui concerne une éducation démocratique qui fasse le chemin pour une pleine citoyenneté (Lewis 1993).

En se basant dans les subjectivités de genre (Marshall 1994), on a voulu penser comment les différents espaces-temps éducatifs – familial, scolaire, informel, non-formel, social – permettent poser des défis en ce qui concerne les hiérarchies de genre mais aussi celles de « race », ethnie, orientation sexuelle, région, in/capacité et classe social. Ce parcours nous a permis de penser les notions de citoyenneté et d'agence comme genrées et a permis élargir une notion d'agence des femmes et d'agence politique et féministe où les points de vue non-androcentriques, non-libéraux ou néolibéraux sont engagés (Arnot et Dillabough 2000, Torres 2000, Freire 1971).

Dans les termes des femmes elles mêmes, nous avons voulu questionner l'éducation sur les notions de *travail* pour les femmes, et la respective relation d'exploitation, *famille* avec les concomitants processus d'oppression et de subordination, *corps*, *sexualité*, *désire* et *culture*, comme catégories de régulation et *violence* tant que mécanismes de domination.

Ces différentes formes se croisent pour construire ce système néolibéral, capitaliste et patriarcal où les structures de différence sont des axes d'inégalité sociale (Fraser 1995, 1999), où les concepts de féminisme, mouvements sociaux, agence politique des femmes sont pertinents pour la compréhension des histoires de vie, une méthodologie fondamentale et, en même temps, un problème théorique.

De ce parcours avec ces femmes on a aussi appris et fait des réflexions envers une pédagogie critique féministe (Middleton 1993, Weiler.19995, Radford-hill 2000)..

RESUMO

Esta tese inscreve-se num percurso de procura da agência das mulheres e das diferentes opressões de que são alvo, no sentido de, através das suas histórias de vida, conhecermos as formas de cidadania que lhes têm estado disponíveis e outras pelas quais têm lutado. De forma críptica e indirecta a que a metodologia em histórias de vida já nos habituou (Ferrarotti 1983, Araújo 1993, 2000, Stanley 1993, 2000), quisemos chegar a aspectos considerados relevantes pelas mulheres no que deve ser uma educação democrática que trilhe um caminho para uma cidadania plena, ouvindo as suas vozes e silêncios (Lewis 1993).

Partindo das subjectividades genderizadas (Marshall 1994), pretende-se pensar como os espaços-tempos educativos — familiar, escolar, informal, não-formal, social — permitem equacionar desafios, não apenas quanto às hierarquias de género mas também às de «raça», etnia, orientação sexual, região, capacidade e classe. Este percurso ajudou-nos a pensar as noções de cidadania e de agência como genderizadas e permitiu equacionar uma noção de agência das mulheres e agência política e feminista que tenha em conta os pontos de vista não androcêntricos, para lá princípios liberais ou neo-liberais (Arnot e Dillabough 2000, Torres 2000, Freire 1971). Nos próprios termos das biografadas, quisemos interrogar a educação sobre o que, hoje, constitui *trabalho* para as mulheres, com a respectiva relação de exploração, *família*, com os concomitantes processos de opressão e subordinação, *corpo*, *sexualidade*, *desejo* e *cultura*, como lugares de regulação, e *violência*, enquanto mecanismos de dominação. Estas diversas formas cruzam-se para construir este sistema neo/liberal capitalista e patriarcal em que as estruturas de diferença se constituem como eixos de desigualdade social (Fraser 1995, 1999), onde os conceitos de feminismo, movimentos sociais e agência política das mulheres se mostraram relevantes para a compreensão das histórias de vida, que se constituíram como metodologia fundamental e, simultaneamente como problema teórico.

São ainda, a partir das lições que aprendemos com as mulheres com quem cruzamos este percurso, reflectidas algumas linhas no sentido de uma pedagogia crítica feminista (Middleton 1993, Weiler.19995, Radford-hill 2000).

Índice:

PRIMEIRA PARTE	5
Introdução Geral	5
CAPÍTULO I – As HISTÓRIAS DE VIDA NA PRIMEIRA PESSOA	17
1. Hercília de Nogueira, confrontando a violência no lar.....	17
1.1. O trabalho árduo das mulheres no campo.....	17
1.2. “Entrar na minha casa é como se estivesse a entrar num inferno”	19
1.3. “A pancada”, a fuga e o regresso com “um bagacinho e mel”	28
1.4. Cuidar dos filhos, cuidar do lar: “Negociei mesmo: tenho que levar as coisas da melhor maneira” ..	36
2. Lurdes Martins, saber nem sempre é poder.....	41
2.1. À descoberta, com mar ao fundo: jovem e «terrível»	41
2.2. “Um início profissional muito trabalhoso mas muito agradável”	49
2.3. “A gravidez em clausura”	54
2.4. “A vida de casada foi uma porcaria”	61
2.5. “Agora a parte fundamental: uma relação compensadora”	73
3. Maria Carolina Cardoso, “o que eu sou é professora”	76
3.1. A infância entre o moinho e África, crescendo com o trabalho e as <i>letras</i>	76
3.2. “ <i>Eu ouvia o riso trocista dos deuses</i> ”	87
3.3. O «ataque» do bichinho da docência e um marido muito especial	92
3.4. A gestão deu cabo da minha fé nas pessoas	114
3.5. Conseguir que entre um raio de luz, é fantástico!.....	118
4. Ermelinda Ribeiro, a militância tem sido a minha vida.....	129
4.1. “Quando morre uma mãe, é como uma árvore que se corta”.....	129
4.2. A entrada e a militância na JOC.....	138
4.3. A mudança da costura para a fábrica	147
4.4. O convencimento das pessoas de que têm força é muito importante	151
5. Alzira Cordoeiro, a conquista da autonomia e da independência como invisual	167
5.1. Infância e juventude: das cores da aldeia para um internato de raparigas cegas.....	167
5.2. A revolução com uma bengala: sentido de humor e irreverência.....	172
5.3. Intervir para melhorar a qualidade de vida da população cega	181
6. Teresa Evert, ser lésbica numa cidade de província	193
6.1. A escola: o desafio do saber	193
6.2. Não aguentar fingir: querer emergir da existência subterrânea.....	202
6.3. Partir do pessoal para o político, fazer o político à medida do pessoal.....	212
6.4. Ser professora e dar a cara como lésbica	220
7. Graciela das Nieves, cigana não morre se tem sangue bom.....	233
7.1. A infância: entre outras raparigas e as tarefas domésticas	233
7.2. Apesar da tradição, casei com quem eu queria.....	234
7.3. As ciganas, a maternidade, a escola e o emprego... ..	238
7.4. Viver com o racismo.....	247
8. Margarida Pimenta, o trabalho feminista.....	250
8.1. Crescer numa família ‘matriarcal’	250
8.2. Oposição ao fascismo	254
8.3. Tempos de estudante.....	258
8.4. Namorei muito!	266
8.5. E fui para o trabalho com as mulheres	271
CAPÍTULO II. O PERCURSO DE PESQUISA EM HISTÓRIAS DE VIDA	287
Introdução	287
1. Opções epistemológicas: as histórias de vida no centro de um percurso	288
1.1. A autonomia do método biográfico	289
1.2. Memória, ficção e personagem na construção de histórias de vida	293
2. Questões de método	297
2.1. Porque escolher estas mulheres? Representatividade e quantidade <i>versus</i> profundidade.....	299
2.2. A construção das histórias de vida e os procedimentos de análise de conteúdo	305
3. Apresentando as biografadas.....	320
Concluindo.....	328

SEGUNDA PARTE	330
CAPÍTULO III – PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO E DAS SUBJECTIVIDADES E AGÊNCIA DAS MULHERES	331
Introdução	331
1. Narrativas <i>bio-auto-gráficas</i> e a construção da cientificidade em ciências da educação	332
1.1. Subjectividades, linguagem e experiência	332
1.2. Histórias de vida, cientificidade em educação e estudos sobre as mulheres.....	337
1.3. Silêncios, vozes e metáforas.....	339
2. Pensar os conceitos de participação e cidadania nas vidas das mulheres	343
2.1. Ampliando o conceito de cidadania	346
2.2. Pensar a agência das mulheres para uma cidadania inclusiva	351
2.3. Reflectindo sobre a agência política das mulheres.....	354
3. Subordinação e emancipação: a endurance nas lutas feministas	357
3.1. Em torno do conceito <i>mulheres</i> para pensar as questões da opressão.....	359
3.2. Feminismos: correntes, debates e movimentos contemporâneos.....	366
4. Estado e «soft policyming» truncando sentidos da democracia para as mulheres	380
4.1. A leitura de Fraser da reprodução material e simbólica.....	381
4.2. Redistribuição e reconhecimento, condições básicas de cidadania.....	389
5. Educação e mudança social nas vidas de mulheres	389
Revisitando.....	393
CAPÍTULO IV – CONHECENDO OS CONTEXTOS SOCIAIS DAS NARRATIVAS	395
Introdução	395
1. Acerca da evolução histórica dos contextos sociais das narrativas.....	395
2. O contexto actual da produção do texto.....	401
3. As políticas sociais nas vidas das narradoras.....	403
3.1. O caso da Lei de Bases da Família e do Código de Trabalho de 2002	407
3.2. Cidadania e direitos sociais: o caso do rmg versus rsi	409
4. As questões da igualdade nas políticas sociais	411
4.1. Cidadania e intervenção técnica: o caso da violência contra as mulheres	412
5. Agências socializadoras em tempos de globalização	417
5.1. A socialização da globalização	418
Observações finais	419
CAPÍTULO V – QUOTIDIANOS DE TRABALHO, FAMÍLIA E (NÃO) LAZER	421
Introdução	421
1. Sintonizando <i>famílias</i> , a partir das narrativas.....	423
1.1. Quotidianos familiares, (na infância e juventude), a partir das narrativas	423
1.2. Muita dureza e trabalho, nenhuns direitos.....	425
1.3. ‘Comunidade’: regulação da ordem patriarcal versus apoio.....	431
1.4. Resistência, dualismo e mudança	434
1.5. Fragmentos, separações e itinerâncias	441
2. Os <i>trabalhos</i> nas experiências e nas vozes	444
2.1. Tradição familiar de <i>mulheres de trabalho</i> : mães e avós trabalhadoras	444
2.2. As profissões ditas ‘femininas’, docência e enfermagem, nas vozes das mulheres	449
2.3. Experiências em cargos de gestão e direcção têm a marca histórica de género	453
2.3. Etnicidade e trabalho: a entrada das ciganas na relação salarial?.....	454
2.4. Relação subjectiva com o trabalho	457
3. Entrelaços e desenlaces nos quotidianos de trabalho e família	458
3.1. Na família patriarcal, não há lugar para o afecto: a regulação da sexualidade e do corpo.....	459
Algumas conclusões em torno dos quotidianos familiares, de trabalho (e de não lazer?).....	465
CAPÍTULO VI – SILENCIAMENTOS, SUBJECTIVIDADES E VITIMIZAÇÃO: PROCURANDO A AGÊNCIA DAS MULHERES ...	469
Introdução	469
1. Modos de sujeição pela maternidade.....	470
1.1. Operárias e mães: duas posições de sujeito irreconciliáveis?	473
1.2. Condições pré-modernas de maternidade em contextos rurais	475
1.3. Mães sós e aborto clandestino: estigma, vergonha e medo.....	476
1.4. Maternidade como obstáculo à criação artística e ao conhecimento	479

1.5. Maternidade lésbica: mais um desafio ao patriarcado?.....	480
1.6. Maternidade em mudança em comunidades ciganas: mães e filhas, destinos diferentes?.....	481
1.7. O retomar da domesticidade pelos discursos públicos e pelas políticas sociais.....	484
2. Corpos diferentes e sexualidades reguladas	485
2.1. Clausura e invisibilidade como <i>protecção</i> à atenção discriminatória.....	487
2.2. Impedimentos nas dimensões afectiva e familiar	489
2.3. Sexualidade e culturas	492
2.4. Envelhecimento	495
3. <i>Etnicização</i> e racialização das vidas e subjectividades de ciganas.....	495
3.1. Racismo e perseguição: constrangimentos para encontrar um lugar para habitar	496
3.2. Mulheres e homens: mundos diferentes marcados pela tradição	500
3.3. Aceitar a exploração para sair da miséria?.....	505
4. Relações de intimidade atravessadas de violência.....	505
4.1. Reflectindo sobre os conceitos	506
4.2. Terrorismo patriarcal e uxoricídio: “se não és minha, não és de ninguém”	516
4.3. Significados e práticas que assume a violência nas experiências relatadas	518
4.4. Violência contra as mulheres na família a par da violência contra as crianças.....	523
5. Formas de resistência e de agência.....	525
5.1. A solidariedade, a amizade e a educação para a independência e autonomia	527
5.2. Fugas e regressos: resistindo às teias dos constrangimentos	529
5.3. Humor, irreverência e capacidade de comunicação: estratégias de resiliência	530
5.4. Resistir às identidades atribuídas	531
5.5. Estratégias para lidar com a violência na intimidade	537
Em jeito de reflexão final	541
CAPÍTULO VII. FEMINISMOS, CIDADANIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DENTRO E FORA DA ACADEMIA.....	545
Introdução	545
1. Ultrapassando a dicotomia público / privado.....	546
1.1. Uma moral restrita e o <i>gaze</i> masculino marcaram a agência das mulheres.....	546
1.2. Da vivência de <i>dores caladas</i> , à interiorização dos direitos	547
1.3. O 25 de Abril: a conquista do direito à participação política activa no espaço público da rua	548
2. A tomada de consciência: aprender a ver e a agir para além de si própria/o.....	552
2.1. Articular as posições objectivas com as subjectivas: “o convencimento das pessoas de que têm força, é muito importante”	553
2.2. A construção do colectivo: a formação de um ‘corpo’	554
2.3. Estratégias de força e poder	556
3. A construção do sujeito político feminista	561
3.1. Ultrapassando obstáculos	562
3.2. Construindo uma política feminista	567
3.3. Especificidades da política feminista: aborto e violência contra as mulheres no cerne da actual política feminista.....	574
4. Produção de conhecimento dentro e fora da academia.....	584
5. A importância do internacionalismo nas políticas feministas	588
Em jeito de conclusão: conhecer a agência política e a agência feminista das mulheres.....	591
CONCLUSÕES FINAIS	597
Subjectividades, sujeito e agência: ressonâncias de feminismo nas vidas de mulheres	597
Estratégias de resistência: a agência na esfera privada e da intimidade	602
Agência política e agência feminista – equacionando a cidadania das mulheres	605
Mensagens contraditórias	606
Imaginando caminhos para uma pedagogia crítica feminista	607
Finalizando.....	613
Bibliografia referenciada	617

PRIMEIRA PARTE

Introdução Geral

Esta tese inscreve-se num percurso de procura da agência das mulheres e das diferentes opressões de que são alvo, no sentido de, através das suas histórias de vida, conhecermos as formas de cidadania que lhes têm estado disponíveis e outras pelas quais têm lutado. Preocupa-nos conhecer os processos pelos quais as mulheres contribuem para a sua subordinação, aqueles em que, pelo contrário, elas a desafiam e outros em que conquistam, no contexto das suas experiências e subjectividades, a sua liberdade e emancipação.

A modernidade e os outros processos com ela associados, em particular, a divisão social e sexual do trabalho, construíram um conjunto de dicotomias estruturadoras da vida social que tiveram impacto nas vidas das mulheres, nas percepções que sobre elas socialmente se construíram e nas formas como elas próprias as interiorizaram, lhes resistiram ou as desafiaram. Estruturando uma divisão central entre vida pública *versus* vida privada, a cidadania moderna liberal assentou na invisibilização do contributo produtivo das mulheres para a sociedade, e daí para a história, o que nos tem historicamente remetido para uma extensa e misteriosa zona de silêncios. Assim, pretendemos também caminhar para um entendimento conceptual dos silêncios e das vozes de mulheres, onde a sua codificação e descodificação de alguns silêncios e de algumas vozes se elaboram em ordem a encontrar as ressonâncias de discursos feministas e / ou igualitários que ecoam das experiências transcritas.

De forma crítica e indirecta a que a metodologia em histórias de vida já nos habituou (Ferrarotti 1983), queremos chegar a aspectos considerados relevantes pelas mulheres no que deve ser uma educação democrática que trilhe um caminho para uma cidadania plena. Neste trabalho, pretende-se pensar como os espaços-tempos educativos — familiar, escolar, informal, não-formal, social — permitem equacionar desafios, não apenas quanto às hierarquias de género mas também às de «raça», etnia, orientação sexual, região, capacidade e classe.

Este percurso ajudou-nos a pensar as noções de cidadania e de agência como genderizadas e o papel da educação na criação das identidades de género. Os avanços teóricos que as perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernistas trouxeram, no que diz respeito à importância da linguagem e ao papel performativo dos discursos, mostram que as diferenças não são pré-dadas, mas construídas através deles e das práticas sociais. No entanto, é também crucial fundamentar a pesquisa nas condições reais de existência, para o que é necessário uma análise que tenha em conta a possibilidade de uma acção política construtiva, que possa conduzir a alternativas sociais.

Entre as ciências da educação e os estudos sobre as mulheres, a sociologia da educação e os estudos de género, a pedagogia e os estudos feministas, coloca-se a interrogação de quais serão as condições educativas (e sociais) necessárias para o desenvolvimento de uma noção dialéctica de agência feminina que não assente em princípios liberais ou neo-liberais (Arnot e Dillabough 2002: 19). Neste sentido, é crucial reflectir como a educação, também a escolar, participa na produção e reprodução de mitos ideológicos do liberalismo — o indivíduo abstracto com o livre arbítrio, a meritocracia, a competição, a liberdade, uma noção de identidade fixa — ou, pelo contrário, os confronta, participando na construção de modelos alternativos.

Os estudos educacionais críticos têm-se preocupado em derrubar dois mitos do liberalismo educacional: a neutralidade e carácter político da educação (Torres 2000). Numa sociedade globalizada, interrogar a educação sobre estas problemáticas exige a reflexão sobre o que, hoje, constitui *trabalho* para as mulheres, com a respectiva relação de exploração, *família*, com os concomitantes processos de opressão e subordinação, *corpo*, *sexualidade* e *cultura*, como lugares de regulação, e *violência*, enquanto mecanismos de dominação. Estas diversas formas cruzam-se para construir este sistema neo/liberal capitalista e patriarcal em que as estruturas de diferença se constituem como eixos de desigualdade social (Fraser 1999).

Algumas problemáticas são aqui também abordadas pelo papel que desempenham na vida das mulheres biografadas e nas mudanças que anunciam. Deste modo, pensar as agências socializadoras, algumas transformadas em grandes «máquinas pedagógicas», e o papel que desempenham na competição com a escola e com a família na transmissão de valores, ideias e saberes será uma das linhas abordadas.

Para as nossas interrogações são centrais os conceitos de feminismo, movimentos sociais e agência política das mulheres. As razões e as causas da situação das mulheres foram sempre o ponto de partida dos movimentos de mulheres e dos feminismos. As respostas e as soluções dividiram o movimento, não apenas no sentido do seu enfraquecimento, que por vezes foi real, mas também no do seu enriquecimento. Hoje, confrontadas com uma nova fase societal, de pós-modernidade e de sociedade informacional, como se coloca a questão das mulheres face ao conjunto das outras formas de dominação e opressão? Será que as mulheres estão já em igualdade com os homens, ou são oprimidas, ou exploradas, ou dominadas, ou subordinadas? Podemos hoje dizer que as mulheres são oprimidas? Ou que *todas* as mulheres o são? Ou devemos usar diferentes conceitos para diferentes grupos de mulheres diversamente situadas nas relações sociais? E como se pode pensar a participação política das mulheres? Será possível conceptualizar a agência das mulheres e a sua cidadania se não temos tido voz?

Aqui as experiências e as subjectividades constituíram-se como a via privilegiada de acesso ao conhecimento acerca das formas de discriminação e opressão, assim como de agência política e de cidadania das mulheres. Pretende-se, a partir destas, reflectir sobre a construção de uma educação mais democrática para as mulheres, cruzando as identidade de género com a classe, a sexualidade, a região, a cultura, a «raça» e etnia e a capacidade física ou mental. Tendo como pano de fundo as histórias de vida narradas, percorreremos noções, experiências, opiniões e subjectividades em torno dos espaços de trabalho, família, sexualidade, corpo, cultura e capacidade na estruturação da opressão e também da agência das mulheres.

O processo da metodologia em histórias de vida é em si mesmo um problema teórico que encerra a questão do conhecimento que se pretende produzir em educação. No campo educativo, as gavetas funcionais dos saberes disciplinares, as formas positivistas e objectivistas de aceder ao saber e os modos hierárquicos de os reconhecer podem, através do método bio-auto-gráfico, ser desafiadas a construir uma cientificidade que as altere.

Assim, esta investigação tem ainda por objectivo contribuir para a compreensão de experiências de mulheres que, na sua diversidade, nos permitem avançar na crítica às práticas sociais genderizadas e às políticas sociais, não só genderizadas, como classizadas e silenciadoras.

• O problema em análise:

O problema em análise nesta dissertação consubstancia-se no tema: "Mulheres, espaços e mudanças: o pensar e o fazer a educação das novas gerações". À partida, colocámos as seguintes interrogações: Que práticas sociais enformam, enriquecem, constroem e permitem construções do quotidiano e da vida institucional? Que saberes são considerados relevantes por estas mulheres de diferentes classes e condições? Que energias mobilizam as mulheres para assegurar e/ou transformar o quotidiano? E, por sua vez, que mudanças podemos encontrar na sociedade portuguesa, em termos de contextos particulares, de família, trabalho, formação, lazer, política, educação e saber? Que ressonâncias do feminismo e de outros movimentos sociais se podem encontrar nos diferentes espaços onde as mulheres se movimentam?

Procura-se, assim, conhecer aprofundadamente o contributo e o lugar de mulheres, na diversidade das suas experiências, no saber, história (ainda que local), família, trabalho, política (local e eventualmente nacional) e compreender a forma como elaboram, nos seus próprios termos, e como pensam que se pode ir construindo a educação das novas gerações. Procura-se encontrar e compreender dispositivos, tal como avaliados pelas próprias mulheres, de aprendizagens da subjugação e os de aprendizagens da emancipação.

• As opções epistemo-metodológicas

Se, por um lado, guiámos esta procura com um foco na complexidade da compreensão da estrutura social, por outro, importou-nos também cimentar essa articulação com quotidianos particulares e na construção de um *saber relevante* para a vida das pessoas através da criação de diálogos e de pontes entre diferentes *formas de saber*. Se é verdade que o saber só tem existência própria enquanto experiência individual (Lewis 1993), também não é menos verdade que a transformação social só existe enquanto dialéctica entre experiência individual-colectiva. Isto é particularmente relevante na educação escolar onde numerosos estudos têm demonstrado o seu carácter masculinizado e o lugar secundário reservado às raparigas. O cerne desta pesquisa foi sendo feito no escutar as vozes e os

silêncios de mulheres, numa visão holística sobre as suas vidas, nos últimos vinte e cinco a trinta anos.

Os contextos onde se realizou a pesquisa relacionam-se e correspondem às zonas onde temos vindo a colaborar com algumas equipas docentes locais e/ou com grupos feministas de intervenção, no âmbito de projectos de investigação ou de investigação/intervenção, e onde existe, da nossa parte, uma aproximação ao terreno que permite um trabalho etnometodológico e biográfico mais efectivo.

Conhecer os espaços em que as mulheres constroem as suas vidas, as mudanças de que têm sido alvo e como são (ou têm sido) percepcionadas, os seus contributos para a sociedade em todas as suas dimensões e como podemos, a partir deste conhecimento e com elas, pensar — isto é, conceber— e fazer — quer dizer, exercer já, em algumas propostas práticas — as grandes linhas para a educação das crianças e das/os jovens numa perspectiva feminista e igualitária, foi o caminho percorrido.

Este percurso tem também o sentido de ouvir experiências diversamente coloridas, compreender alguns ecos e ressonâncias particulares e específicos de cada uma ou de cada grupo social, e de constituir linhas orientadoras da agência política das mulheres em ordem a construir um sujeito político feminista, numa cidadania democrática.

A luta pela transformação social não pode esquecer o sujeito, nem relegar a pessoa, nem excluir as mulheres da tomada de decisões sobre a construção do mundo. As formas como dizemos de nós e desse mundo que temos, permitem reflectir e lançar as bases para um/vários dizer/es do mundo que queremos. Daí que as subjectividades femininas, partindo das experiências que são relatadas nas histórias de vida, são de facto uma via para a conscientização: a compreensão do lugar de cada uma e de cada facto na estrutura social que é discriminatória, silenciadora e / ou repressiva para as mulheres. E esta repressão faz-se muito e desde muito cedo nas vidas de cada uma de nós, também ao nível do simbólico onde os processos de socialização e de educação — familiar, informal, e mais tarde, na escola — têm um papel crucial. Por isso, a transformação do lugar das mulheres e das raparigas na escola e das mulheres na sociedade tem de passar pelo exercício de tomarmos em mãos a des/construção do universo simbólico que nos rodeia.

Para além da crítica às práticas sociais, a investigação feminista reclama a importância do desenhar estratégias de mudança das instituições sociais (a família, o trabalho pago, a

política, a academia e a escola), transformando o que de perigoso e subversivo existe nas nossas memórias em possibilidades de acção para a mudança.

Centradas no que Barbara Marshall (1994) designa de *subjectividades genderizadas*, apresentamos o ponto em que se situa a nossa reflexão nesta pesquisa, em torno da relação conflitual da conceptualização das mulheres como sujeitos sociais, ora como vítimas, ora como resistentes, ora ainda como agentes transformadoras. Como afirma a autora, “qualquer teoria sobre a reprodução social deve incluir explicação ao nível do sujeito — aceitando assim o *insight* weberiano de que as estruturas, qualquer que seja o seu poder de constranger, ‘agem’ apenas através das subjectividades individuais” (Marshall 1994: 95). Neste sentido, os movimentos feministas começaram por denunciar a opressão, exploração e discriminação de que as mulheres têm sido vítimas. Posteriormente, as diferentes correntes do feminismo foram denunciando os espaços constitutivos do poder patriarcal e da hierarquia de género. Hoje, conceptualiza-se a reprodução social assim como a transformação da sociedade tendo em conta a participação dos sujeitos mulheres. Será isto a que se pretende chegar: conhecer como aprenderam e o que faz estas mulheres optarem por vias da aceitação passiva e até de uma certa vitimização ou rejeitar os cânones e tentar construir novas formas de organização social da vida, constituindo-se como agentes participantes de corpo inteiro na *polis*. Aqui, uma teoria social feminista e crítica sobre a reprodução social e a sua articulação com as outras esferas da vida social (Fraser 1995), onde reprodução simbólica e material se articulam com os diferentes papéis (consumidor, cidadão, produtor e cliente) socialmente estabelecidos como pilares da cidadania, pode ajudar a compreender o que se passa com as vidas das mulheres neste momento histórico de um capitalismo novamente desorganizado mas desta feita globalizado.

• **Quem cruzou connosco estes caminhos e veredas**

As histórias de vida foram um processo simultaneamente prazeroso e doloroso; a sua elaboração, em termos deste processo de pesquisa, efectuou-se em diversos patamares: o processo de recolha, com a interacção corporal e a comunicação directa; a construção textual, com a interacção mediada pelos discursos, pelas palavras. Nestes dois processos, mergulha-se em cada uma das vidas e passamos a fazer parte daquele *filme*, a calçar os

seus chinelos, a percorrer os seus caminhos. Noutro patamar, a análise atravessada pela conceptualização teórica existente, retira-nos da imersão realizada em cada uma delas e projecta-nos para uma distanciação, onde, por vezes, é possível ver ou apenas vislumbrar, não uma a uma, mas figuras complexas que se formam e desformam, compondo e descompondo padrões, com outras vidas, outros textos, outros patamares. O primeiro patamar é dominado pela sensação da ventura, o segundo é como um processo de meditação e o terceiro um misto entre a disciplina desportiva e o apuramento exigido por uma melodia instrumental.

Escrever as histórias de vida e *formatá-las* em texto corrido, paginado com as mesmas *linhas*, foi também dor, prazer, ilusão, disciplina. Sonhámos poder fazer cada uma das histórias em edição separada, com forma, cor, papel, imagens específicas a cada uma, para devolver, também na forma, a singularidade. Aqui, abrem este trabalho, mas seguem-se umas às outras, entre títulos, subtítulos, frases e pontuações *alinhas*. Também nestas experiências relatadas e passadas a escrito se sentiram momentos tão diversos como aqueles descritos por Rosa Montero, a propósito do processo de *escrita*: “uma ideia escrita é uma ideia ferida e escravizada a uma certa forma material”, mas, de igual forma, escrever aqueles pedaços de vida foi por vezes como “dançar com alguém uma valsa muito complicada e dançá-la na perfeição” (2004: 34), girar sem parar, com a música das palavras aquando nos encontrámos a ressoar nos ouvidos, o mundo em volta a cintilar com as peças de cenários ali evocados e o corpo quase a transcender a sua materialidade, voando nos braços das palavras impressas.

Cada mulher, cada história trazia o seu *daimon* (Bell 1999), a sua *louca da casa* (Montero 2004): em algumas vimos o pensamento independente que é lugar solitário e ventoso, noutras o mistério de figuras intrigantes que o texto ainda não decifrou, e onde as palavras ainda têm que nascer; umas mostraram-se mais caminhantes, peregrinas calmas e serenas, embora desconhecedoras das jornadas, seguras de que não podiam deixar de as percorrer, outras apresentaram o seu lado guerreiro e aventureiro, dispostas a desbravar caminhos fosse qual fosse o preço pessoal; e se umas, mais sonhadoras, perseguem quimeras sem armas para romper as amarras, outras, mais fortes, equilibram asas e raízes para voar sem perder o porto onde atracar.

Para estas histórias de vida, a abordagem empírica foi realizada de três ângulos. De um lado, ouvindo directamente as mulheres através de múltiplos encontros, num total de mais de centena e meia, gravados e transcritos literalmente, tentando reflectir o mais fielmente possível o que foi a interacção estabelecida. Destes encontros, alguns realizaram-se em diálogo, direccionado à elaboração de histórias de vida, onde se deixou cada mulher contar o que considerava relevante da sua vida. Para além destes, fizemos entrevistas temáticas, tendo em conta a intenção de conhecer melhor algumas realidades que emergiram dos relatos das narradoras. Estão aqui, por exemplo, entrevistas dirigidas a técnicas que trabalham na área da violência contra as mulheres, dos maus tratos contra as crianças, da adopção, da integração de pessoas portadoras de deficiência, do activismo feminista, sindical, partidário, lésbico, da investigação na área dos estudos sobre as mulheres, que são usadas como apoio, reforço ou confronto, da interpretação e análise efectuada sobre e com as histórias de vida. De outro lado, fizemos uma análise documental de alguns diplomas de políticas sociais e de algum material saído nos *mass media*. Esta análise constitui-se como um auxiliar para os caminhos teóricos e reflexivos para os quais a análise e compreensão das histórias de vida nos ia levando. De outro, ainda, realizou-se trabalho de terreno, registando o que se foi fazendo na actividade de pesquisa que, muitas vezes, se entrelaçava com outras acções, quer em termos dos projectos no campo educativo, quer em termos do activismo feminista, sobre o qual mantivemos um diário de bordo regular. Para não sobrecarregar o número de páginas deste trabalho que se pretende focado nas histórias de vida, este material não foi sujeito a análise sistemática, apenas contribuindo para uma compreensão mais abrangente do nosso lugar na interacção estabelecida para a pesquisa. Análise de conteúdo sistemática foi o procedimento adoptado para uma interpretação e compreensão do que nos foi sendo dito ao longo diálogos para as histórias de vida e das entrevistas temáticas.

• **Organização do texto da pesquisa**

Posto isto e apresentando os capítulos que se seguem, a primeira parte abre com algumas histórias de vida de mulheres com quem estabelecemos uma relação mais ou menos prolongada, da qual se registaram alguns dos seus relatos. A sua selecção, além do critério da diversidade de experiências, obedeceu ao que alguns/mas investigadores/as

denominaram de “bola de neve” (*snow ball*), na medida em que vamos, em cadeia, conhecendo cada vez mais possíveis entrevistadas, e também às possibilidades corporais e temporais que impuseram as suas limitações e constrangimentos, como fazem a qualquer actividade humana. Tentou-se, neste primeiro capítulo, preservar algo do discurso autêntico das mulheres biografadas e simultaneamente «apurar» algumas questões dado que a sua forma de apresentação — a escrita — é estruturalmente diferente da forma com que nos foi entregue — a oralidade. Nesse sentido, limpam-se algumas expressões «bengala» ou repetições necessárias na oralidade mas que pesam e impedem a comunicação na forma escrita. Completa-se esta primeira parte com o segundo capítulo, onde se expõem pormenorizadamente as opções epistemológicas e metodológicas, os procedimentos, os dilemas e as questões que se enfrentaram.

A segunda parte começa com o terceiro capítulo respeitante às preocupações teóricas que acompanharam este processo de conhecimento e simultaneamente apresenta o que se considera, nesta tese, essencial para uma cientificidade em educação, incluindo alguns contornos da pedagogia feminista. Percorrem-se conceitos, visões, perspectivas mais distanciadas para olharmos em voo de pássaro as folhas, o húmus, as copas, de florestas e clareiras, de sombras e luzes que mostram e escondem experiências e linguagens, sons e sabores de pessoas concretas, mas também de estruturas menos palpáveis mas não menos presentes, de mecanismos mais ou menos separáveis mas existentes, de processos uns misteriosos outros vulgares, outros ainda irreconhecíveis. Num campo onde a comunicação e a relação jogam fortemente, este capítulo propõe um diálogo entre correntes e canais de científicas por vezes de tal forma insonorizadas que a/o mesma/o não se reconhecem e a/o diferente não transparece.

O quarto capítulo consiste num conjunto de breves apontamentos sobre os contextos sociais e políticos que rodearam e rodeiam as vidas das narradoras. Apresenta-se sumariamente algumas das principais mudanças histórico-sociais nas três décadas abrangidas pelas bio-auto-grafias, a análise de alguns diplomas de política social que se evidenciaram relevantes no período em que decorreram os diálogos e as entrevistas, assim como algumas notas em torno de certos processos socializadores considerados relevantes para a compreensão de representações e visões do mundo e da vida, que a análise subsequente evidencia.

Em “Quotidianos de trabalho, família e (não) lazer” — o quinto capítulo — trazem-se para a reflexão os percursos das narradoras sobre o trabalho pago das mulheres e os seus quotidianos familiares. Pretendia-se, igualmente, mostrar espaços e tempos de lazer, mas este não surge nas suas narrativas: curiosamente, uma das narradoras, a dado momento, utiliza a expressão «nada de ócio», o que pode sintetizar esta questão nas vidas destas mulheres. Entre outras questões, as noções de *família* e de práticas de vida familiares, emergem das histórias de vida e das narrativas biográficas, onde outras instituições a ela ligadas — parentalidade, maternidade, paternidade, educação familiar (Ariès 1978, Badinter s/d, Bradley Segal 1999) — surgem articuladas com os relatos que recolhemos, onde as políticas sociais (Martin 1992; Muncie 1997) ganham, por vezes, algum relevo, a par de lutas sociais em torno as questões de género na família (Staggenborg 1998; Beck 1992; Carvalho 1998). Simultaneamente, as concepções sobre o trabalho (Walby 1990, Fonseca 1995, Ferreira 2003), passando pela problemática do lugar relativo entre género, classe social e outras diferenças entre as mulheres (Estanque 1999, Phillips 1992), emergem dos testemunhos apresentados. A análise da situação portuguesa no que se refere à família e às vidas sexuais e reprodutivas (Almeida e Wall 1996; Almeida, Vilar e André 2004), às políticas sociais e aos equipamentos em Portugal (Torres e Silva 1998; Portugal 1998), entram pela via das falas das mulheres que, no mundo do trabalho, se confrontam com uma realidade social ainda organizada segundo um paradigma da divisão público / privado que supõe a existência de pessoas a tempo inteiro no espaço doméstico para cuidar das crianças e realizar as tarefas de reposição diária da força de trabalho. Neste sentido, este capítulo diz respeito à análise de quotidianos concretos — familiares, de trabalho e de (não) lazer— em que vivem as mulheres de quem nos fomos aproximando ao longo desta pesquisa: subtilmente, quotidianos e contextos envidenciam-se como espaços-tempos educativos no seu papel reprodutor de relações de género e/ou de classe, disciplinador, mas também, por vezes, nas potencialidades que encerram para a construção de relações entre as pessoas mais satisfatórias e mais emancipadoras. Guiadas pela mão de cada mulher, serão aqui ponderadas aquelas formas em que a família se constitui como um espaço de *trabalho*, as que a tornam um lugar de *afectos*, e aquelas através das quais se faz num *inferno*; assim como aquelas em que o trabalho é

independência, outras em que é *servidão* e ainda aquelas onde é *fuga* ou *transcendência*.

“Silenciamentos, subjectividades e vitimização: procurando a agência mulheres” — é o sexto capítulo onde se apresentam alguns dos constrangimentos que as narradoras relatam e as formas pelas quais tentam sobreviver, resistir ou enfrentar. Silêncio é aqui pensado em diversas vertentes, o silêncio como opressão, mas também o silêncio como revolta (Lewis 1993) ou ainda como estratégia (Gatenby e Humphries 1999). Assim, conceitos como subjectividade e experiência, subjectividades genderizadas (Marshall 1994, Rich, Weedon 1989, Lewis 1993), vitimização na área da violência doméstica (LaViolette e Barnett 2000, Dobash et al, Hagemann-White 1998, entre outras), racismo (Phoenix, Woollett e Lloyd 1991, Radford-Hill) ou de agência entrelaçam-se com vivências de algumas das narrativas, mostrando as formas e os processos pelos quais a hierarquia de gênero e, por vezes, o poder patriarcal lhes constrange as possibilidades de ação, e que se articulam com outras formas de opressão como o racismo, a marginalização de populações de etnias e culturas minoritárias como as ciganas (Lacková, Brodzi 1988, Schenck 1988, Carr 1988), a invisibilidade e opressão da homofobia contra as lésbicas ou os constrangimentos que se colocam a pessoas cujas capacidades não seguem as versões padronizadas. Corpo, sexualidade, maternidade, aborto, cultura, ou mesmo tradição, mostram-se por vezes como modos de silenciamento das mulheres, outras como veículos para fazer ouvir as suas vozes ou pelo menos para amplificar o seu silêncio (Lewis 1993). Tentamos equacionar aqui, como Iris Marion Young (1990), algumas das implicações para as ciências da educação e para os estudos sobre as mulheres das “reivindicações dos novos movimentos sociais assentes em grupos” — movimentos como o feminismo, o dos direitos dos negros, o movimento lgbt, e as lutas pelo respeito e cidadania de cidadãs/ãos ostracizadas/os na nossa sociedade — pessoas de cultura cigana e portadoras de deficiência.

“Feminismos, cidadania e produção do conhecimento dentro e fora da academia” — constitui o sétimo e último capítulo para sistematizar as questões relacionadas com a agência política feminista, desafiando conceitos tradicionais e androcêntricos de participação política e de cidadania. Cruzam-se as experiências e subjectividades com conceitos como democracia, cidadania, participação, para chegar a uma perspectiva

feminista, isto é, capaz de incluir as mulheres nesta semântica teórica (Araújo 1999, Dean 1997, Fraser 1991, James 1992, Lister 2002, Pollock 1996). É ainda discutida a agência feminista (Magalhães 2003) e a sua relevância para pensar a transformação social. São aqui apresentados os debates em torno de questões de política feminista que emergiram das narrativas e entrevistas. Articulando críticas feministas a uma concepção de cidadão abstracto que 'esquece' e/ ou oculta o contrato sexual (Pateman 1988) em que assenta, e a cave ontológica (Roland Martin 1994, cit por Arnot e Dillabough 2002) para onde foram e continuam a ser relegadas as mulheres, as crianças e a família, mostram-se formas de participação política das mulheres presentes nesta pesquisa, evidenciando-se alguns dos processos em que algumas delas, ao mesmo tempo que tentam empurrar as noções genderizadas de cidadania e de agência, vão delineando modelos não androcêtricos de agência política. Desdobram-se, ainda, algumas questões em torno dos feminismos como movimentos de intervenção social e de produção de conhecimento para a transformação social.

Enquanto feministas partilhamos da ideia de Kathleen Weiler de que "... para as feministas, o último teste do conhecimento não é se é 'verdadeiro' de acordo com algum critério abstracto mas se conduz ou não a uma mudança progressista" (1988: 63). Assim, a reflexão e a procura, nas dimensões apontadas, fazem mais sentido articuladas com dispositivos de intervenção e acção social e política, junto das escolas e fora das escolas, inscrevendo este percurso individual no grosso daqueles que têm lutado em ordem à construção de uma *praxis libertadora*, nomeadamente no âmbito do movimento feminista e de uma perspectiva educacional crítica.

CAPÍTULO I – AS HISTÓRIAS DE VIDA NA PRIMEIRA PESSOA

1. Hercília de Nogueira, confrontando a violência no lar

1.1. O trabalho árduo das mulheres no campo

Os meus pais são de Terreiro.

Andei na escola até... sei lá! Até aos dez anos. Já nem me lembro bem mas... Fiz a quarta classe. Portanto, entrei para aí de sete [anos]. Ainda queria ir estudar mais... Tinha mesmo vício de estudar, mas os meus pais não podiam.

Casei com 18 anos, saí de Terreiro e fui viver para Nogueira, Arengue. Casei-me e veio o primeiro filho, correu tudo maravilhosamente. Pronto, eu fazia tudo: quer dizer, se fosse preciso prender vacas, ir buscar um carro de mato ou um carro de erva, tudo isso eu fazia sozinha. Sozinha. E ele [o meu marido] habituou-se a isso. Ele podia ir “dar um dia”, porque chegava e tinha tudo feito. Já tinha tudo empalhado, tudo arrumadinho, no campo e em casa.

As mulheres, aqui, fazem tudo igual aos homens. Vão para a roça, cortar mato... Mas, claro que não ganham a mesma coisa.

Eu trabalho para o meu sogro. Eu é que lhe “pago” a ele, dou-lhe metade de lucro: tenho que dar metade do milho, metade do feijão (se houver, que isto aqui é raro ter feijão), metade do vinho, de tudo. O gado ainda é só meu: por agora, deixaram-me ter o gado.

“— Lá vai ela para a sombra!”

Trabalhava... Ia a pé [para o campo]. E foi ali que eu dei um bocado cabo da minha saúde. Para baixo, para cima... Era assim: a minha sogra é que estava com o meu filho, o António [o mais velho], naquela altura, só tinha aquele; depois ela tocava um búzio e eu vinha-lhe

dar de mamar. De três em três horas, ela tocava, lá vinha eu, com o calor e chegava aqui “cansinha, cansinha”.

Também só dei o peito sete meses. Não dava para aguentar: para baixo, para cima; para baixo com o calor, depois andava lá mais três horas, e lá vinha eu para cima. Depois, ele ainda era assim para mim:

— Lá vai ela para a sombra!

E eu lá ía sachar o milho, que tinha que sachar tanto como ele... Mesmo quando eu andava de bebé, eu andava lá tonta, com a sacholita, e ele:

— Ela anda aí a meter nojo...! — Dava-me um empurrão e eu, pumba, caía de cú. Tornava-me a levantar... Quer dizer, [ele] era uma pessoa que não podia ver isso, a gravidez.

Foi um instantinho que nos *chateemos*. Andávamos sempre pegados. Ficava *emunado*¹ aos meses, não falava. Um mês, um mês e tal. Fazíamos tudo sem falar. Eu ía com ele buscar um carro, por exemplo, de mato ao monte... Uma vez caiu um carro de mato, virou por cima de mim e fiquei debaixo do carro, e ele ainda por cima:

— Ó puta, desaparece-me, tu andas c’o diabo! Botaste-me o carro ao chão!

“Eu vinha para fazer o comer a quase na hora que ele vinha também...”

Primeiro era assim: acabava [de trabalhar]... eu vinha para fazer o comer a quase na hora que ele vinha também, vinha na frente um bocadinho só. Fazia o comer, acabávamos de comer e ele era assim:

— Vamos embora!

Eu era assim para mim: «Ai meu Deus, então, e agora quem é que arruma a cozinha, quem é que lava a loiça? Vai ele lavar?» Mas quantas vezes foi isto assim! Eu vinha, saía [do campo] aquando a ele. Metia a louça dentro da banca por arrumar — que me custava imenso — deixava assim a louça e *pxsssst*, lá ía eu com ele e depois ainda chegava aqui de noite, porque tínhamos uma terra que andávamos a fazer e que era ali por trás daquele alto...

¹ *Emunado*, o mesmo que amuado.

1.2. “Entrar na minha casa é como se estivesse a entrar num inferno”

Como é que ele começou? Ele era meu amigo e tudo, quando nos casamos, ele aí não podia ser melhor para mim! Aquilo começou por causa dos filhos... Ele era meu amigo e depois nasceu o miudito, o António. E eu para ele já era diferente, é por isso que ele não gostava... Eu sofri muito, sofri imenso. No início, se eu tinha uma dor de cabeça ou se tinha uma dor qualquer, ele não sabia o que é que havia de fazer:

— Olha, vai para a cama, deixa-te estar na caminha...

Depois, quando os problemas começaram, dizia-me:

— Ó filha da puta, levanta-te. Olha que está isto e aquilo para fazer!

Se eu podia, levantava-me e fazia, e a coisa andava assim mais ou menos. Se eu não podia...

Um dia, ele começou a ficar chateado porque eu fiquei grávida do segundo filho e já não podia trabalhar como devia ser. Quando veio o segundo o filho, claro, eu já não podia fazer tanto, porque a minha vida já era outra.

Ele até aí andava muito contente, porque tinha tudo feito, não é?

Começou a marcar o campo

Eu não me alimentava direito, porque enjoiei muito. Uma vez, estávamos num campo bastante longe daqui e ele:

— Então, tu não fazes nada?! — e não sei quê não sei que mais.

E eu:

— Olha, eu não faço porque eu não posso. A gente vai até onde a gente pode, não é?

— É, mas tens que fazer... Tens que fazer.

Começou a marcar o trabalho [do campo] comigo. Começou a marcar o campo. Fez um risquinho a meio da leira, o meu marido! E disse:

— Metade para ti, metade para mim; tu fazes aquela parte e eu faço esta.

E eu lá andava, pimba, pimba, pimba. Mas claro, muito mais cá para trás. Ele já lá andava a chegar *ao cabo*² e eu ainda ia a meio: não podia! Ainda levou muito tempo ele a bater-

² *Ao cabo*, o mesmo que no fim.

me, ainda levou um bocado de tempo. Mas apanhou-me assim de ponta, porque ele achava que eu não trabalhava por não querer trabalhar. «Malandra, caloira...» Chamava-me *pr'aí* quantos nomes havia.

Depois começou o problema em casa. Como não trabalhava, já não me deixava ver televisão!

A guerra da televisão

Já não podia ver televisão!

— Ai tu não trabalhas e queres ver televisão? — era o que ele dizia.

Eu tinha passado uns trabalhos, Nossa Senhora!, para comprar a televisão: eu pedia, pedia:

— Vamos comprar uma televisão que é bom para os miúdos e tudo. Aprendem muito...

— Não, não vais comprar televisão nenhuma, isso é muito caro...

Um dia, lá o apanhei quando ele andava assim melhor, bem disposto, e eu disse-lhe a quase como [em segredo]:

— Vamos comprar uma televisão?

— Olha, eu não vou lá comprá-la, mas se tu quiseres, vai lá.

Então, fui com o meu sogro, comprei uma televisão, mas a preto a branco. Depois, prontos, começou a guerra: ora porque tinha a televisão; ora porque eu já não trabalhava... Nem deixava ver os miúdos! Às vezes, os miúdos queriam ver a novelita, à noite, e ele ia lá e zás, desligava-a. E depois eu comecei-me a enervar também. Achava que aquilo não era direito nem nada.

Quer dizer, ele desligava e eu ligava. Só tinha televisão na sala. Era assim, ele estava a ver televisão, eu estava a fazer o comer e, da cozinha, via. E ele se visse que eu que reparava para a televisão, ia lá logo, zás. E eu, depois, via que ele desligava a televisão, tinha pena dos miúdos, que é que eu fazia? Não olhava para a televisão. Podia estar a dar uma coisa que eu gostasse muito, mas dizia assim para mim: “eu não vou olhar para a televisão, ele vai lá desligá-la.” E eu sempre de ‘costinhas’ para a televisão, sempre. Quando ele percebesse que eu olhava, zás.

Um tempo deixei andar. Mas, às tantas, digo eu assim:

— Mas isto não pode ser assim. A televisão é tanto minha como tua, porque que é que tu tens que desligar agora a televisão? Por ventura...

Ele desligava e eu ligava; ele desligava e eu ligava. Às tantas, nem ele conseguia estar sentado, nem eu. Ele podia-me ter dado uns tabefes, só que não. Aí um tempito, não.

Ele gosta de ver televisão, era para se vingar de mim. Tanta vez que ele foi lá desligar a televisão e eu ligar, que arrebentou com a ficha. Pegou e arrebentou aquilo tudo. Eu deixei estar, não fiz caso e ficamos uns dias sem televisão. O que é que acontece? Ia ver a casa do Tio Quim da Toucada. Ainda a falecida era viva, a mulher dele. A casa era ali pertinho, eu ia lá à noite, ver a novela. Fazia o comer, arrumava tudo, arrumava a cozinha, e eu ia lá ver a novela. E uma vez o que é que me aconteceu? Cheguei a casa para entrar: portas fechadas! Portas, tudo trancado, tudo fechado. Chamei pelos miúdos, mas já estavam a dormir, não havia maneira de acordarem. E eu:

— Ó António, abre-me a porta, ó António, abre-me a porta...

Ele fechou-me as portas... Eu não tinha outra hipótese para entrar, parto um vidro... É que eu fiquei tão nervosa quando vi as portas todas fechadas, que eu cheguei lá, com a mão, fiz assim: pum! Dei um murro ao vidro e *pumba*, partiu. Sujeita até a cortar um dedo ou assim... Mas não cortei, não fiz sangue, nada! Sujeita a levar uma lambada e tudo. Mas é que não lhe tinha medo nenhum... Com os nervos que estava, não tinha medo!... Dei um murro nos vidros... E destes vidros grossos! Dei um tal murro, que era só vidros no meio do chão. Ele alevantou-se da cama, quando ouviu aquilo dos vidros e:

— Eu faço, “aconteço”, eu mato-te, eu mato-te! — não sei quê, não sei que mais.

E eu disse:

— Olha, vai direitinho para a cama e não me toques! Porque tu não tinhas nada que me embargar a porta! Não tinhas nada que me fechar a porta! Porque eu só fui ver a televisão para casa dos vizinhos por tu seres maluco, porque eu podia ver aqui na nossa casa!

Mas, pronto, passou. Berrou, berrou para lá um bocado mas, nessa altura, não me bateu. Entrou para o quarto, fechou-me a porta do quarto!

Ora, eu tinha um miúdo ainda pequeno que ainda usava fralda, e claro, no meu quarto tinha a as fraldas, tinha lá tudo... Vou assim para mim: «E agora como é que eu faço? Ai, meu Deus...»

Digo eu assim:

— Abre-me a porta, porque eu tenho aí as fraldas, quero mudar o miúdo. Daqui a pouco ele acorda, quero mudá-lo.

Ele já tinha para aí três anos, era o Tadeu, que *ainda* faz chichi na cama! Que ainda tenho de lhe pôr fralda, agora! Ainda! Faz de longe a longe... Tem nove anos. Agora até já há um tempito que não lhe ponho [a fralda], mas tenho que andar sempre a pé, a acordá-lo, para ir à casa de banho!

E nessa altura, eu então disse:

— Abre-me a porta, abre-me a porta... — E ele não abriu!

E depois eu disse:

— Se não quiseres que eu durma aí, pões-me as fraldas cá fora, que eu vou dormir noutra sítio.

— Não, que tu aqui não entras mais... Vai para onde estiveste até agora!...

E eu disse:

— Não, entrar, eu hei-de entrar, porque eu tenho aí as fraldas, tenho a roupa dos miúdos para os mudar e tenho que entrar!

— Tu aqui não entras! — Ele a berrar e eu pego na vassoira, que aquelas portas dos quartos são de qualquer coisa, que é tudo oco por dentro, e eu disse:

— Abre-me a porta!

— E não entras, não entras aqui que eu mato-te!

— Pois eu quero mesmo que tu me mates! Abre-me a porta! — E ele não abria, não abria e eu pego na vassoira, dou com a vassoira na porta e consoante eu dou com a vassoira, assim ficou logo um buraquinho. Ele não abriu! Tive que voltar a sair, fui pedir as fraldas à Ivone do Francisco, que não ia deixar estar a criança molhada até de manhã! Depois, de manhã, foi engraçado! Lá abriu a porta, lá saiu, nem almoçou, nem nada. Abalou.

• **“Levava pontapés na cama: punha-me as canelas todas arrebetadinhas”**

Depois, quando veio, à noite, eu disse-lhe:

— Olha que eu tive que pedir fraldas, não tens vergonha de ser tolo!

E diz ele:

— E tu não entras, não ficas aqui mais!

Mas o que é que eu faço? À noite, fiz a comida, arrumei a cozinha num instante e tal e ele estava a fazer não sei o quê e eu *fizt!*, entrei para o quarto. O que é que ele faz? Foi arrumar a cama no sofá. Para não dormir comigo, foi para a sala. Eu disse assim:

— Olha que tu és mesmo maluco! Não tens mesmo jeito. És maluquinho mesmo! Anda para aqui, anda para a cama.

Uma temporada, ainda consegui levar a coisa assim. Quer dizer: ia-me acalmando, e achava que aquilo não podia ser, mas por causa dos filhos e tudo... — Anda para aqui, para a nossa beira!

E é que depois eu até me sentia mal, porque... Prontos, ia para a cama, levava pontapés na cama! Se eu me deitasse, se eu ia para a cama, ele era logo um chuto... Punha-me as canelas todas arrebetadinhas, porque estava com aquela raiva toda de eu ir ligar a televisão. Então, eu disse:

— Ou arranjas a televisão ou eu vou ver a casa aí de uma pessoa amiga. — Não fez caso. *Pr'aí* uma semana ou isso, estivemos sem televisão.

A castanha assada na mão da criança

Uma vez estávamos aqui e já era Deus que não estava a gostar de eu assar castanhas naquele dia. Diz ele assim para mim:

— Então não assas aí umas castanhinhas?

— Olha, eu nem me apetece assá-las hoje.

— Assa lá umas castanhinhas, se não comeres tu, comemos nós.

— Está bem.

Pus as castanhas a assar, os meus filhos já tinham comido. O António [filho mais velho] tinha saído porque tinha ido para casa da avó. A gente já tinha comido [a ceia], as castanhas eram para comer, assim, por comer. E eu disse:

— Olha agora, vê lá, vira-as! — que pus assim num tachito com uns buraquinhos, por cima das trempes e elas assavam-se como num assador.

E eu disse-lhe:

— Agora assenta-te aí e vais virando as castanhas, também tens que fazer alguma coisinha! Que eu vou mudar as camas.

Foi num Domingo, à noite. As castanhas, pronto, não foram muito segadas, foram postas por segar assim com a faca... Naquele dia não foram, não estava com tempo, nem com disposição. Nem foi o problema de saltarem, foi que as castanhas estavam ali, assim, a arrebentar. Ele vai, tira uma... não sei se o miúdo estava a dormir, que até estava doente naquele dia. Estava com a roupa [de dormir] e com a cabeça assim por cima da mesa e eu disse:

— Ó Tadeu, vai para a cama. Vai para a cama.

— Não, eu estou aqui, que eu depois vou comer castanhas. — e eu fui para cima, para arrumar os quartos.

Mas o miudito até já estaria a dormir, não sei. Eu estava no quarto, e ele vai e tira uma castanha assim mesmo a arrebentar, assim a chiar e vai-lhe pôr na mão...

O meu filho começou a chorar e ele a rir-se. Eu era assim: «isto não é normal, ele não deve estar é bom da cabeça». Vim num instante para lhe tirar a mão, mas ele ainda com a mão por cima, e o meu filho a gritar e ele a calcar para baixo. Foi até fazer um buraco. Um buraco assim no dedo grande, fez-lhe um buraco.

Pronto, lá estive a curá-lo e disse assim:

— Tu nem és bom da cabeça!... — ele não andava era bom da cabeça! — Tu és muito estúpido. Vingar-se nos filhos, é?

E eu era assim:

— Tu és um... estafermo. Tu és um estúpido, desculpa-me, mas tu és um estúpido. Então isto faz-se a um filho?! Nem um animal se vê a fazer uma coisa destas!... quanto mais a um filho! Já viste?

Eu fiquei... e chorei. Bem, isto passou, pronto. O meu marido não bebia, nem bebe. Isso nunca foi problema. Bebe um copinho ao comer ou dois.

• A professora, “era daquelas tesas!”

A professora até o processou. Ainda o meteu em tribunal! No Tribunal de Menores...

No outro dia, o miúdo chegou à escola, a professora era, *ui!*, daquelas tesas. Por acaso ela era muito boa professora; examinava as crianças, ela tinha um cuidado...! Ele chegou à escola, a professora disse assim:

— Ó Tadeu, o que é que foi isso no dedo? — Ele tinha o dedo mesmo assim todo empolado da castanha lhe estar em cima a queimar, até tinha um buraco. Depois o miudito disse:

— Olhe, foi o meu pai com uma castanha.

— Credo! — Disse a professora.

O miúdo diz que, quando fala destas coisas, até fica a tremer. Mas lá teve a coragem e lá disse que tinha sido o pai, com uma castanha.

E depois chamou-me a mim à escola e perguntou-me se realmente eu confirmava aquilo que o miúdo lhe disse. Eu disse-lhe:

— Sr^a. Professora, por acaso, foi, mas ele não devia estar bom da cabeça para fazer isso.

E depois então ela disse:

— Já tive mais queixas, e já uma vez chegou aqui também o António com as orelhas esgaçadas a deitar sangue, e isto não pode ficar assim... Você desculpe, mas isto não pode ficar assim. Eu tenho obrigação... tenho obrigação de denunciar as coisas e proteger as crianças.

E assim foi. Ela lá foi a Tribunal de Menores, e meteu essa queixa. Depois, quando aconteceu isto tudo é que eu fui retirar a queixa, que eu depois vi que estava tudo bem, que ele melhorou o comportamento para com os filhos.

O meu marido agora, prontos, mudou um pouco. Ele agora não faz nada disto!

Mas o que eu passei! Eu entrar na minha casa era como se estivesse a entrar, sei lá... no inferno, pá. Eu antes queria, sei lá, andar sem comer, do que entrar para casa! O ambiente lá em casa era a coisa pior que podia haver.

As guerras à volta do *comer*

O meu marido não comia “o comer” o que eu fazia. Ai, mas era engraçado! Eu fazia “o comer” e ele só comia se eu saísse de casa, se eu não saísse de casa, ele não comia.

Como era? Eu fazia o comer, punha “o comerzinho” na mesa e os meus filhos todos a comer. Em mim já não se falava, porque eu, pronto, passava com uma “sandezita” disto ou daquilo, já não me sentava à mesa para comer, porque já não tinha gosto, nem disposição,

nem nada. Mas pronto, fazia o comer, punha os meus filhos a comer... Quando eu estava lá sentada, pois ele não comia! Vinha para fora ou fazer qualquer coisa, chegava para dentro, já estava [ele] a comer. Uma vez fiz pastéis de bacalhau, depois saí e entrei e ele já estava a comer. E ele pousou logo, e eu disse:

— Ah, não comas, olha que eu estou a ver!! Não comas, olha que eu estou a ver!

E ele pousava logo. «Espera que amanhã vais ter uma surpresa. Tu não vais comer em todo o dia que eu não vou sair daqui». Nesse dia disse assim, para mim: «pois eu hoje não vou sair de casa, não hás-de comer». Foi assim: fiz o comer e deixei-me lá estar que era para ele não comer! Mas fiz-lhe isso! Eu era a ver se ele deixava de ser maluco. Mas não. Não comeu! Pensei: «Vou fazer de tudo, mas não vou sair de casa.» Deixei-me estar dentro de casa todo o dia, pois ele não comeu! Não foi capaz de comer.

Foi comer lá para cima, para casa da mãezinha dele, e fez queixinha:

— Mãe, olha que eu ainda não fui comer...

E o que é que ela fez? Dá-lhe na cabeça de lhe trazer aqui o comer:

— Ai, o Mário está sem comer...

Ela não falava comigo, nem eu falava com ela. A gente tinha-se chateado, e muito, quando foi do S. Pedro. O meu sogro, esse falava sempre e o meu cunhado também, agora ela, não.

A minha casa tem uma porta de um lado, e do outro lado também tem duas portas. Então ela chegava com a comida pelo outro lado e era assim:

— Olha, pega lá umas coisinhas que gostas muito. — Às vezes, eu até tinha “comer” muito melhor do que ela lá trazia, em cima da mesa, num pratinho. Mas ela entrada e via ali o pratinho do “comer” dele...

E ele:

— Eh pá, ponha aí. — E agarrava-se a comer o que a mãe trazia lá e o outro...

Eu havia de fazer o que algumas pessoas, aqui, me disseram, e ainda foram muitas. Disse-me assim uma vez uma mulher:

— Se a minha sogra viesse a minha casa trazer-me de comer para o meu homem, eu dava-lhe com o prato na cabeça. Dava-lhe tanto com o prato na cabeça, que ela nunca mais havia de lá vir.

— Você fazia isso?

— Fazia. Então ela, assim, ainda está a assanhar mais o filho! Porque está a dar-lhe esse abuso, esse mimo. Pois olhe que ela precisava que lhe desse com o prato na cabeça... Não era vergonha nenhuma. — Disse ela.

Na cara dela não... Mas: «Olhe, com licença» e pimba, prato ao chão, «agora leve o prato, se faz favor». Era o que eu devia ter feito. À minha *sogrinha querida*, que é muito *querida*.

“O meu nome andava na frente”

Eu andava aqui com o braço ao peito e ele não me falava, porque a gente tínhamo-nos zangado no S. Pedro, ele não me falava. Só que fartava-se era de falar, aí às pessoas e aos pais e... pronto. Foi por S. Pedro, quando a gente se chateou. Caí de mota. Esfolei este braço todo. Depois ele queria que eu trabalhasse.

Eu estava lá numa situação de que me queria me ir embora, mas queria levar comigo os meus filhos.

Era um ambiente em casa... Ele era assim para os meus filhos:

— Vai comigo buscar um molho de erva, porque não precisais de estar aí a *acartar* com a puta da vossa mãe.

Por isso é que já não aguentava mais. Já estava mesmo no limite.

Ouvia aquilo e eu:

— Vê lá como é que falas. — e ele sempre com a mesma coisa, sempre...

Quando ele tivesse que falar com os filhos, quer dizer, o meu nome andava na frente.

E eu era assim:

— Vá lá, se tu me disseses assim para mim, desde que os filhos não estivessem a ouvir nem nada... — Mas não senhor, era sempre na frente dos filhos, «puta isto, puta aquilo».

E então, dessa vez, foi quando eu estava mesmo cheia, *pá*. Saí de casa, saí pelas escadas abaixo. E ele assim:

— Vá vamos embora. — mas ele berrava assim alto, era assim um brutamontes — Não precisais de estar aí com a puta da vossa mãe. Vamos embora.

E eu viro-me para ele e disse assim:

— Ora repete mais isso, essa frase.

Foi assim para mim:

— Hum!

Estava, assim, ao pé do portão e eu parei ao pé. Mas eu disse assim:

— Ora repete-me mais isso. — ele veio mesmo pôr a ‘cabecinha’ ao pé para lhe dar com a pedra. E então ele era assim:

— Dá, dá. Anda, dá. — assim com gozo.

— Olha que eu dou. Olha que eu dou-te!

E ele:

— Puta, puta. — mesmo a chegar à minha beira, assim ao pé da minha cabeça: — puta, puta. — com os filhos todos ao pé. E ele com a sachola:

— Puta, puta. E olha que eu mato-te. — Arrebitou assim para mim com a sachola: — Olha que eu mato-te redonda, eu mato-te.

— Antes que me mates a mim, levas tu.

— O quê? Eu mato-te puta, puta. — e não sei quê.

E eu caço a mão à pedra num instante e disse assim:

— Olha que eu dou-te.

— Então dá. — Pôs a cabeça [inclinada] e eu, zás. Aleijei-o.

E depois digo assim: «Ai». E ele, apenas eu só ter tocado com uma pedra, ele caiu redondo no chão.

1.3. “A pancada”, a fuga e o regresso com “um bagacinho e mel”

E o que me fez dar com a pedra nele, foi aquele inferno. Era um ambiente que a minha casa, que aquilo era horrível. Eu sofri muito, calada. Ai, mas eu chorei muito. Eu fiz isso, mas foi os nervos. Eu não havia de fazer isso. Eu não havia de fazer isso, porque eu fiz com os nervos. É mesmo!

É que eu rachei-lhe a cabeça. Rachei-lhe a cabeça. Não lhe assentei [bem] na cabeça, se não matava-o, mas assentei-lhe assim perto do pescoço e no ombro, e ele “*bumba*” caiu abaixo, no chão. Foi com a mão esquerda, [porque] tinha o braço [direito] ao peito, que eu tinha-me aleijado.

— Ai que eu o matei. — imagine o que eu sofri...

O que é, é que também não tinha aqui ninguém que fosse por ele. Eu digo assim:

— Ai, meu Deus, que eu o matei. — Eu dei-lhe mesmo no sítio perigoso. Ele ficou todo encharcado em sangue.

Foi uma situação que eu pensei assim: «Eu vou ter de chamar a ambulância, para ele ir para o hospital». Ai, mas com os nervos que estava!

Ele depois levantou-se para cima e ainda ía para pegar na sachola a ver se me dava, mas a força já não era assim muita. E eu disse:

— Então, querias que eu te desse, já te dei!

O que é que eu faço? Vou por aí abaixo muito direitinha... e ele ali ficou. Eu fui por aí abaixo muito direitinha e fui ao telefone³... Isto foi à noite. Fui telefonar, mas quase que não conseguia telefonar. Desmaiei, ía telefonar para a minha cunhada, para ela me vir buscar que eu com ele não podia estar, se não, depois, «comia⁴»!

Telefonei para a minha cunhada, a minha cunhada ficou toda aflita. Contei-lhe, mas contei-lhe muito pouco, e ela ficou ainda mais aflita do que eu. Quando deu conta do que era, começou aos gritos⁵.

A minha filha nem estava cá, estava com os padrinhos dela. Só estavam cá os outros dois. A minha cunhada chegou, ela não me levou no carro dela, alugou-me um taxi. Ela a chegar e ele a levantar-se do chão, a sair daqui, ele. Mas o que é que ela fez? Ela rodou o carro, naquele largo, virou o carro para lá para que ele não visse quem era.

Mas eu queria-me ir embora e queria levar os meus filhos.

• **“«uma mulher de *coraige*», e um homem a dizer isto...!”**

Mas fiquei tão nervosa, quer dizer, até saía e nem roupa apanhava nem nada! E a minha cunhada disse-me:

— Ó Cila, tu tens que levar roupa. Então tu vais sair daqui sem roupa para os teus filhos? Já viste? E para ti e tudo? Tu tens que lá ir a casa apanhar roupa.

Ele já tinha saído [para casa da mãe].

Depois nós estacionámos o carro à porta, o senhor lá estacionou, e eu fui lá apanhar a roupa. A minha sogra viu-me! Mas nada aconteceu. Ela podia-me ter levado para a cadeia!?

³ À cabine pública que se situa ao fundo da aldeia.

⁴ “Comer”, o mesmo que “comer porrada”, isto é, “apanhar pancada”.

⁵ Do outro lado do telefone.

Ela [sogra] ali a espreitar, ali de cima. Eu só olhei assim um bocadito para cima, ela fsss, escondeu-se, porque ela, se viesse, «comia» também. Ela ainda se meteu debaixo da japoneira, estava a vigiar, a ver o que é que eu tirava de casa, mas eu só tirei a roupa, porque não deu tempo de mais nada. Nem o carro [de aluguer] podia levar muita coisa.

Depois, pronto, lá saí. Saí sem documentos nenhuns, porque ele tinha-me apanhado os documentos todos, e os dos meus filhos, tudo! E o homenzinho do táxi era assim:

— Ah, mulher de *coraige*!? — Ai, e um homem a dizer isto!...

Em casa da minha cunhada estive dois meses. Ele foi lá duas vezes. Disse que era para ver os filhos.

• **“Ele no hospital, contou que tinha sido a mulher”**

Depois, eu precisava de saber se ele estava bem, no hospital. Fui à casa da minha cunhada, a ver se arranjo o número do hospital de Arengue, que era para ver se o homem estava morto ou se estava vivo.

Depois, eu, fina, liguei para lá e falou a enfermeira, perguntei-lhe como é que ele estava. Não disse que era a esposa dele! Disse que era uma amiga, uma senhora aqui da terra dele, uma vizinha.

— Olhe, ele levou sete pontos. Está um bocadinho mal, mas vai ficar bem.

Ele, no hospital, contou que tinha sido a mulher. Contou lá, e não foi só lá. Contou no posto da Guarda, também.

Eu depois fiquei muito sentida, porque ele alevantou-me um falso testemunho: que eu que era assim, que eu era assado...

Quer dizer, ele teve tempo de meter logo queixa contra mim. Logo, não digo que fosse no dia... Porque ele depois dizia a todo o mundo:

— Eu nunca mais quero aquele diabo, eu nunca mais... — Falou tanto, tanto! — Ela nunca mais é mulher minha, nunca mais. Nunca mais me entra aqui portas adentro.

Depois, pronto, eu ía sabendo notícias, pelos vizinhos, a ver como é que estava... se estava a correr bem.

“O meu medo era ficar sem as crianças”

Mas depois eu fiquei aflita. Sofri muito, porque os meus filhos ficaram aqui e eu fui para baixo⁶. Ficaram aqui de volta do pai, já viu? Mas a minha aflição foi: tinha saído com a minha cunhada e tinha levado só o Tadeu, tinham ficado os outros dois.

Estava sem documentos, sem nada. Não tinha o número de contribuinte, não tinha o bilhete de identidade, não tinha nada. E depois aquelas coisas demoram muito tempo, aqui na aldeia. Pedi ao meu cunhado, então, se vinha a Arengue, para ver se conseguia ir tirar os papéis. Então o que é que eu fiz? Fui mais a minha cunhada, foi o que me valeu, aquela cunhada, e fui tirá-los ao Porto, demorou só uma semana. E foi quando eu pude tratar das coisas e então fui a tribunal e essas coisas.

O meu medo era que ele não me trouxesse os miúdos! Mas trouxeram-me os miúdos. Depois ameaçou-me com a Guarda. Foi a Arengue, ameaçou-me... para eu lhe vir cá trazer os miúdos, porque se não, que era assim, que era assado... Eu disse:

— Eu não tenho medo. — Mas eu ainda assim andava *lestra*, porque eu pensava mesmo que ele ía-me tirar os miúdos e depois, Deus me livre! Do jeito que ele andava, não podia ser!

Então fui logo falar com a Guarda de Castelo:

— Passa-se isto assim, assim... o meu marido disse que eu tinha que devolver os miúdos, que eles tinham de lá estar um certo tempo.

E ele [agente] disse assim para mim:

— Olhe minha senhora, tenha calma... Você é mãe. Ninguém pode tirar os filhos da mãe, ninguém. Nem a Guarda de Arengue pode vir fazer nada aqui a este concelho. Você *esteje* tranquila. A senhora não tenha medo, que não vêm cá.

Pronto, lá fiquei mais aliviada, porque ele tinha dito que me tirava os miúdos e que precisava deles aqui para o feno. Para trabalhar! Era o que ele me dizia:

— Preciso aqui deles para trabalhar, preciso aqui deles para o feno.

Digo assim:

— Olha, eu também preciso deles aqui para os tratar, que eles bem precisam.

Foi horrível!

⁶ Para a terra da cunhada e da mãe.

Depois eu ligava para o meu cunhado, porque eu precisava imenso dos documentos, que eu, pronto, via-me com três filhos à minha volta... e queria ver se ele me ía buscar os documentos e mos mandava. Queria pedir o rendimento mínimo, como pedi. Mas não tive nada.

“Levou as calças para dar ao «amigo»”

Ele ía lá buscar os miúdos e, às vezes, a gente calhava de se encontrar na rua... Eu, quando o via, olhava para o chão e fssss, enfiava-me em qualquer lado. E depois chegou uma vez que ele lá veio, eu estava com a miudita no colo, estávamos-lhe até a cortar a franjita, quando ele chegou de mota. Eu vi aquela mota, virei-me para trás. Quando chegou, ele tirou-me a miudita do colo e disse:

— Ó Carla anda cá. — Vi nele que ele que já estava um bocado mudado. Já estava a ver assim se falava comigo. Só que eu, pronto, ele pegou na miúda e eu retirei-me e fui para casa da minha mãe, e ele lá ficou com a miudita, mais a outra mulherzita. Lá ficou a conversar e eu em casa da minha mãe.

D’outra vez, ele andava sempre a dizer que eu que lhe tinha levado as calças:

— Olha, levou as calças para dar “ao amigo⁷”. — Digo assim [para mim]: «Ai, o que eu estou a passar! Ai, que coisa mais horrível, que duro».

Mas realmente tinha levado; foi quando peguei nos cabides da roupa, à pressa, e elas íam lá. E eu disse assim: «Lá levá-las, não vou. Olha, ficam para o meu filho, pois o miúdo já a quase que veste com o pai, já está muito alto. Ficam aqui.»

Eu soube porque o meu cunhado ligou para lá e disse assim:

— Olhe, sabe o que é que ele anda a dizer? — que ele contava-me tudo — Olhe, anda a dizer que você lhe roubou as calças e que é para dar ao “amigo”, e assim essas coisas.

Até a cabeça me estalava, mas não queria estar a falar com ele, eu estava tão magoada com ele, que fui e disse assim, para o meu Tadeu:

— Ó Tadeu, vai levar estas calças ao teu pai, dizes que afinal que elas ainda não foram para o «amigo», que ainda estão aqui. — O mocito disse-lhe assim, direitinho, direitinho:

⁷ “Amigo”, o mesmo que amante.

— Olha, a mãe disse para você levar estas calças, que afinal de contas que ainda não as levou para o «amigo». Pode levá-las à vontade. — O mocito assim. O meu Tadeu é todo descarado para dizer qualquer coisa!

Não levou as calças. Deu as calças ao meu Tadeu e disse:

— Ó Tadeu, diz à tua mãe a ver se ela me pode virar a barra⁸ acima... — porque ele tinha as comprado na feira e ainda estavam por arranjar...

— Então agora não está lá a tua avó para as virar? — disse eu, quando o miúdo veio outra vez com as calças. Lá deixou as *calcinhas* ficar, mas ficaram lá, ainda, depois, muito tempo.

O re-engate: “quando a gente fez as pazes”

Nesse dia, ele lá em cima com as calças, com a saca, chegou acima e virou outra vez para trás, e depois eu ía passar para baixo e ele veio num instante e diz assim:

— Ó Cila, olha, vem lá buscar um presunto... — que eu tinha deixado [em casa] dois presuntos, aquilo já era para começar, já era o começo... — Olha, vem lá buscar um presunto, porque eu não como aquilo tudo sozinho. Leva, mesmo por causa dos miúdos e assim...

E eu digo:

— Olha, eu não preciso de nada, estou bem, como vêem, como nunca estive. Ao pé dos meus pais estou muito bem. Estou feliz, graças a Deus, agora não tenho zum zum zum atrás de mim. Estou bem. E também não me falta de comer, graças a Deus. Podes comer lá os presuntinhos à vontade, podes comer tudo à vontade, porque aquilo era metade meu, mas eu não quero nada. Eu ofereço-te isso tudo. — E virei por ali abaixo... E ele ficou assim, parado, a olhar para mim, assim um bocado... E eu sempre a andar, a ver assim pelos cantitos dos olhos. Pronto, e não levou as calças.

D’outra vez veio lá pedir para eu deixar ir os miúdos à Senhora do Monte. Aí, foi quando a gente fez as pazes. Foi lá, mas eu não estava em casa. A miudita estava a dormir, porque eu deitava-a sempre à tarde para ela dormir um soninho. Não calhou de estar lá e ele ficou

⁸ *Barra*, o mesmo que baíña.

lá um ror de tempo à espera. Eu andava para lá, acho que a podar, e ele mandou lá um miúdo:

— Olha, vai dizer à tua mãe que venha cá, quero falar com ela.

Eu cheguei à porta e disse assim:

— Olha, eu não tenho mais nada a falar contigo. Eu acho que a gente já falou o que tínhamos a falar. Acabou. Pronto.

— Eh... olha é que se tu me deixasses... se dexasses ir os mocitos... — Até ali ía lá buscá-los com a Guarda e levava-os, mas agora já era «se me deixasses», ah! — Se me deixasses ir os mocitos à Senhora do Monte e tal, que eles gostam da festa. — Mas ele não era bem pelos filhos. Ele era mas era para ver se eu vinha com eles. Mas eu andei lá a ajudar a malhar milho e adoeci. O que é que ele faz? Isto tudo sem a mãe saber, que, se a mãe soubesse, despedaçava-o. Veio-se embora, eu deixei vir os miúdos, lá lhes pus a roupinha para eles depois levarem para a festa. Pus-lhe uma para eles trazerem, e pus-lhe a outra para eles depois levar à festa. A festa era só ao outro dia. Lá deixei vir os miúdos, mas a miudita não veio. A miudita não veio que ela não quis vir. Nem o mais velho queria vir, que ele tinha um medo ao pai danado. Mas eu disse-lhe:

— Ó António vai, porque, olha, agora está lá a tua madrinha... — [ele] gosta muito da madrinha, se não, ele não vinha. — Depois o teu pai vem-te cá trazer.

Ele [marido], ao outro dia, telefonou-me para lá. Nesse dia da Senhora do Monte é que ele me ligou para lá. Eu até fiquei parva quando me foram chamar a dizer para eu ir ao telefone, que era ele. Digo assim:

— Ai, o que é que ele quer? — Mas como os meus filhos estavam com ele, disse: — Bem, vou lá. Pode ser alguma coisa por causa dos miúdos. Então, fui ao telefone e ele diz assim:

— Olha, eu não posso ir aí levar os miúdos hoje, mas vou-tos levar amanhã, levo-tos a tempo de tu ires com eles ao médico.

— Pois, é isso que eu quero. — porque eu andava-lhes a tratar os dentes com um dinheirito, que eu tinha ido a Arengue, tinha-me vindo aí uns 60 contos, e eu fui lá, levantei-o, e foi para tratar dos dentes ao miúdo. Mas ele estava com problema de dentes, teve que levar pontos e tudo, vi-me com ele! E depois, então, ao outro dia da festa, tinha que ir que era para tirar os pontos. Eu disse-lhe assim: — Olha, levas os miúdos, mas tal dia traz-mos

cá, porque eu tenho que ir com ele tratar da saúde dele. — E ele estava a falar comigo, mas eu sentia que ele não estava bem, e ele depois é que me contou. Diz ele assim:

— Porque eu estou aqui a ligar de casa da minha mãe e eles devem estar a chegar e se eles chegam e me vêem aqui... Mas eu pulei pela janela. Vou-me já embora. — Porque ele não queria ir falar a mais lado nenhum, porque ele falava tanto [mal] de mim e depois as pessoas... Então aproveitou-se dali.

Nós aqui não temos telefone, é na casa deles.

Ele não me chegou a dizer, mas eu acho que ele, antes de ir para a festa, abriu a janela. Abriu, porque eles não deixavam a janela aberta, porque os meus sogros eram muito acautelados. E ele então deixou a janela, encostou a janelinha, mas não a deixou com o fecho, e depois abriu e entrou por lá. Entrou pelas janelas para ir telefonar. Estava preparado já para isso. Porque ele já deixou lá os miúdos e tudo para eles não dizerem.

• **“Um bagacinho com mel...”**

Depois, ao outro dia, cedo, chega-me lá com um bagaço com mel, por causa da garganta:

— Olha, bota-lhe um bocadinho de bagaço — porque eu até é raro beber isso. — Pega lá...

— Eu não quero nada disso. — disse eu.

— Olha é por causa da garganta, a ver se ficas melhor, porque andas muito rouca... — Pôs lá a garrafa, lá ficou. Nunca mais fiz caso da garrafa.

Depois ele andou, andou, andou [uns tempos]:

— Eh, podias mas é ir para lá. Olha, punha-se uma pedra em cima disto tudo.

Eu disse assim:

— O quê? Eu ir para lá, depois disto tudo, eu ir para lá? Para quê? Porque agora é que tu me matavas mesmo. Já que eu não te matei a ti!

— Sabes o que é, sabes... Não é bem por causa de nós, mas por causa das crianças, por causa dos filhos... — diz ele.

1.4. Cuidar dos filhos, cuidar do lar: “Negocie mesmo: tenho que levar as coisas da melhor maneira”

Ele mudou muito depois da pancada. Às vezes, ainda tem um bocado de... às vezes com os miúdos é assim [ríspido] mas é feitiço dele. Às vezes com os filhos ou assim, ainda não tem bem aquela compreensão que havia de ter. Eu estou sempre a dar-lhe para trás. Mas ele agora já é outro, que agora chega, fala para as pessoas, normal, e ele que nem falava para ninguém, *a quase!*... Mesmo quando estava em casa da minha cunhada e da minha mãe, nunca estorvei os meus filhos de irem ver o pai. Eu até lhes dizia assim:

— Ide ver o vosso pai, porque é vosso pai. *Seje fraco, seje bom, é vosso pai...* Não tem nada a ver.

Negocie mesmo.

Eu tinha um carrito velho. O que é que aconteceu? Eu ía aqui para baixo com ele, já era preciso empurrá-lo. Depois empurrava-o, chegava lá em baixo, ou brigava por isto, ou por aquilo, ou já não tinha marcha atrás, ou não tinha isto e depois não dava porque tinha que o compor. Eu não podia andar assim. Às vezes até ía com o meu cunhado. Uma vez fui com ele a Arengue, avariou-me lá o carro. Digo assim:

— Ai meu Deus, como é que eu vou agora chegar a casa? Quando é que eu vou chegar a casa? Já sei que vou ouvir.

Tive que pedir algum dinheirinho e comprar um carro. Ainda devo algum à minha família, mas é minha família, que espere por ele.

Eu disse assim:

— Não saio mais no carro sem tu ires comigo.

Tenho que levar as coisas da melhor maneira para não viver no inferno.

“O meu mais velho não está com vício nenhum na escola”

O meu mais velho ainda anda na escola, mas não está com “vício⁹” nenhum, porque está sempre no mesmo ano, sempre no mesmo ano... O António tem catorze anos e ainda está na quarta. Esta professora agora que está cá, também não ensina quase nada. Ela

⁹ “vício”, o mesmo que paixão.

também é doente, a gente tem que ver isso, ela fez uma operação à [tiróide]. E ficou mal, ela até custa-lhe um pouco a falar. Mas prontos, duas semanas em que não houve escola, agora na outra Segunda-feira e Sexta não houve escola, ontem não houve escola... Hoje não houve escola, e, quer dizer, há pouca escola, muito pouca escola, como é que eles também hão-de aprender? Ele não fala em trabalhar no campo, não. Eu acho que ele queria era ir para o talho. A madrinha dele tem um talho e ele quer é ir para o talho. E gaba-se, ele já lá esteve nas férias, esteve lá uma semana, e diz a minha cunhada:

— Ó, quem mo dera aqui, que ele é muito limpo, muito arrumado. — Por agora não posso deixá-lo ir [trabalhar] por causa da escola, mas depois se ele quiser ir, pois tomara eu...

Diz ele:

— Eu quando sair daqui, já não vou para mais lado nenhum. Vou mas é para ao pé da minha madrinha e [ela] paga-me... — e porque ele vê os outros a ter um telefone, um telemóvel... E ele quer ter. — Ai, os da minha idade já têm, eu também tenho de ter.

O mais novo, tem nove anos, anda com o pai lá em baixo¹⁰. Eu acho que ele já aprendeu mais lá, que aqui¹¹! E ela¹² tem o deixado, tem-no ensinado.

No trabalho de casa tenho um, o mais velho, esse é mesmo trabalhador, já há muito tempo que ele levantava-se, fazia a cama dele, arrumava o quarto, arrumava a cozinha, o canteiro, a loja dos animais, fazia tudo... Ainda hoje....

O mais novo, esse, só mesmo obrigando-o, se não, não faz nada.

“Mas também há homens que são “uma maravilha””

Eu tenho um irmão que é uma maravilha para a mulher, eu até lhe disse:

— Ó pá, que maravilha! — Ele chega, faz o comer, igual a ela, ou melhor até. Faz o comer e depois é assim: ele faz uma coisa e ela faz outra. É porque a minha cunhada é assim:

— Olha, não quero sair sem arrumar a cozinha. — Ele às vezes ainda lhe diz assim:

— Ouve lá, hoje, deixa lá a cozinha por arrumar. Olha, pronto, arruma-se à noite, a gente depois à noite fazemos isso os dois.

¹⁰ Na escola da noite, na educação de adultos, por causa do rendimento mínimo

¹¹ Tem aprendido mais na escola da noite do que na escola regular.

¹² A professora da escola da noite

— Ó anda lá, ajuda-me aqui um pouquinho para ser mais de pressa. — Lá começa um a lavar, outro a limpar. Pronto, despacham aquilo rápido. Aquilo é uma maravilha.

“Eu vou “comer” com o pau mas também dou”

Conheço lá uma rapariga em Terreiro, que o marido chegava a casa, “*peimba*”: tinha já ali um pauzinho atrás da porta para lhe assentar, e ela cheia de trabalhar. Tinha dois filhos. É da minha idade. E ela também fez quase a mesma coisa que eu fiz. Vinha um dia, levava, vinha outro dia, apanhava. Um dia, deu-lhe mesmo uma tarefa que ela ficou toda pretinha, teve que ir para o hospital. Diz ela assim:

— Será direito eu trabalhar: trabalho para os meus filhos comerem, trabalho para o meu marido comer, que ele nem ganha para ele, e eu ainda levar pancada?!

Um dia vai ela assim:

— Hoje, vou-me pôr eu atrás da porta. Até agora, foi ele. Tinha ali o pau guardadinho. Eu nem lhe tocava. Vou “*comer*” com ele... — Mas ela a contar isto.— eu vou “*comer*” com ele à noite, mas... também dou.

Então, um dia, ela resolveu-se:

— Pois, hoje, vamos para a frente: vou-me pôr aqui atrás da porta, que hoje vais comer tu. Só se eu não te acertar...— Diz ela: — Eu punha-me atrás da porta, a fingir que já lhe estava a dar... E era assim: «bem, tu vais entrar, assim desta maneira e eu, *zás*, de trás do cachaço». Eu treinei, arranjei uns poucos de paus para ver. *Pu-los* lá. — Diz ela assim: — «É hoje.» Ele vinha a entrar: «Ah! minha puta, que eu mato-te». — já vinha a dizer que a ía matar. E ela “*peimba*”. Diz ela: — Não lhe assentei na cabeça, se não matava-o, mas assentei-lhe no pescoço e no ombro... e ele “*bumba*” abaixo. «Bem, já estás no chão, a coisa já está a correr bem».

E ele:

— Ai que eu mato-te.

— Matas? — E ela deu-lhe mais uma, “*peimba*”... Mais uma. Ficou alí estendidinho! Fizeram-lhe bem... Ela só dizia assim:

— Tu gostas?

Fizeram-no entender:

— Olha, aqui há coisa de quinze dias estive eu no hospital, agora vai tu... Agora vai tu, que agora está na tua vez.

Então a mulherzinha trabalhava para ele, trabalhava para os filhos, e ele ainda estava mal contente?! Ele ainda chegava e ainda lhe aquecia o pêlo?!

Mas, por passar essas, é que eu abri os olhos e disse assim [para mim]: «Mas isso não pode ser assim, caramba, tenho que me pôr dura».

2. Lurdes Martins, saber nem sempre é poder

2.1. À descoberta, com mar ao fundo: jovem e «terrível»

Nasci em Ó-Mar-Salgado, presumo que numa cálida tarde de Verão, em Julho, dia 6. Descendo de uma família humilde. O meu avô paterno, apesar de uma pessoa simples, pois construía os barcos de pesca artesanal para os pescadores lá da terra, poder-se-á considerar um líder lá da aldeia, visto que, juntamente com outro indivíduo que não conheci, conseguiram tornar Ó-Mar-Salgado independente de Antanho, já que fazia parte desta última. Soube há pouco tempo por uma tia, filha do meu avô, que ele tinha sido o primeiro presidente da Junta de Freguesia. Embora não tivesse estudado, era um homem que gostava imenso de ler, de saber e de ensinar.

Era mais velho que a minha avó dezoito anos. Segundo me contaram, quando levavam a minha avó para ser baptizada, ele abeirou-se da pessoa que a levava ao colo e disse:

— Se me casar, há-de ser com esta menina... — e assim aconteceu.

Dada a diferença de idades e talvez pela subserviência da maior parte das mulheres daquela época, ela tratava-o por você, o que constituía motivo de riso para os netos e particularmente para mim.

Era um homem bem formado e um pouco anti-clerical. Na época da Páscoa, abria a porta ao compasso e gostava, já idoso, de gracejar com o padre. Recordo-me de, numa dessas visitas pascais, ele dizer a um seminarista o seguinte:

— Antigamente, a lei canónica só permitia aos Srs. padres serem servidos por empregadas com mais de quarenta anos, agora metem duas raparigas de vinte!... — Devo dizer que, naquela altura, o padre da paróquia tinha como empregadas duas irmãs, com cerca de vinte e tal anos; daí a piada do meu avô.

Para mim, foi uma das pessoas que mais amei na vida; pressenti a sua morte aos oitenta e seis anos. Tive conhecimento de que se manteve sempre lúcido e que perguntou por mim cerca de meia hora antes de falecer. Não tenho dúvidas de que era a sua neta predilecta.

Quando frequentei o liceu, fi-lo conjuntamente com mais duas colegas: uma, filha de um merceiro, e outra, filha do médico lá da aldeia, que era o médico da minha família. Os pais

delas eram as únicas pessoas que tinham automóvel. Ainda me recordo das respectivas matrículas. Sempre que chovia, os pais das minhas colegas e amigas levavam-nas ao liceu, transportando-me também a mim. Foram um pouco meus pais também, dado que o meu, a dada altura, saiu de casa, votando-nos ao abandono, a mim e a um irmão doente desde que nasceu, não falando sequer na minha mãe que não trabalhava. Fora disso, íamos de bicicleta a pedal que era um meio muito usado naquela época.

Uma das colegas era muito cumpridora, tinha toda a documentação referente à bicicleta: livrete, licença, fazendo-se acompanhar sempre desses documentos. Eu, pelo contrário, apenas possuía o livrete que atestava a posse da bicicleta, mas a licença nunca a comprava e lá me entendia com os polícias...

Uma das vezes, porém, avistámo-los ao longe e refugiamo-nos na forja de um ferreiro chamado Vasco, à espera que eles passassem; porém, eles aperceberam-se do que se passava e gritaram cá de fora:

— Vasco, passa para cá essas meninas que aí tens. — e ele não teve outro remédio, se não mandar-nos sair.

Os polícias pediram-nos a documentação, estando as duas colegas dentro da legalidade e eu, para além de não possuir todos os documentos, ainda não tinha os travões da bicicleta em ordem; mas, com jeitinho, acabei por não ser multada e os polícias ainda acharam graça.

“A minha mãe era um pouco simplória, boa, nunca suspeitou *da amiga*¹³”

A minha mãe era assim um bocado simplória, era boa. Era bondosa e nunca lhe passava pela cabeça, nunca suspeitou, que a amiga lhe tivesse feito uma coisa dessas. Sabia que o marido ía ter com mulheres mas nunca imaginava que era ela. Eu é que às vezes o apanhava numas posturas assim um bocado... E apesar de ser novita, é que lhe dizia e a minha mãe respondia:

— Ai tu não digas isso, tu não sejas má língua, porque não, porque ela nem se despia na minha frente.

Essa mulher ainda chegou a viver na minha casa também. Uma vez, teve uma incompatibilidade com a madrastra dela e a minha mãe teve pena e levou-a para lá. Era

¹³ *Amiga* em dois sentidos: por um lado, era amiga da mãe; por outro, foi viver como *amiga*, isto é, amante, do pai.

mais nova para aí dois anos que a minha mãe, praticamente da mesma idade, solteira. Foi duro! Depois, tentei compensar com as amizades, com as amigas.

Mas a minha mãe gostava do meu pai, nunca foi capaz de se desligar dele. Mas teve que se sujeitar.

Entretanto, quando eu tinha nascido, pelos vistos, houve uns tantos tios que me deram dinheiro e eu tinha então uma conta de seis contos quanto nasci, agora tenho sessenta anos, portanto seis contos na altura já era algum dinheiro, e foi a partir também desse dinheiro que consegui fazer o curso. Juntaram-se com o padrinho mais umas tias e ainda foi um dinheiro vivo. Claro que eles não puseram de lado, gastaram, mas pronto mas não me faltaram com o essencial, mesmo em termos de vestir e isso tudo, era das meninas que vestia bem, apesar de ser pelintra.

A minha mãe não trabalhava, ainda havia mais isso. O que estávamos era a viver com a minha madrinha que era a dona da casa, era um casarão até, e ela tinha algum dinheiro emprestado e depois tinha os seus juros e cultivava as terras e criava-se lá o porqueto em casa... Depois a madrinha dizia:

— Ai, tu não me deixes ficar mal, porque não te há-de faltar nada enquanto eu for viva, a casa também é para ti. — e lá fomos vivendo.

“Acalentava o sonho de frequentar histórico-filosóficas”

A infância para mim foi, talvez, o período mais agradável da minha vida, brinquei muito... Vivi em Ó-Mar-Salgado até aos dezassete anos, altura em que concluí o 2º ciclo dos liceus, no Liceu Nacional de Eça de Queirós, na Póvoa de Varzim. No liceu, não era assim muito boa aluna, porque eu também estava atenta a outras coisas: funciono um bocadinho sob pressão e por aquilo que gosto. Era um bocado selectiva nas matérias, nos professores, os professores, uns é que me cativavam muito...

Para prosseguir os estudos, teria que vir para o Porto, não o podendo fazer por falta de recursos económicos. O meu sonho era poder, depois de concluir o 7º ano, cursar Histórico-Filosóficas, em Coimbra, porque este curso não existia no Porto.

O curso de enfermagem não foi assim propriamente uma escolha. Na altura, era um sonho que acalentava, talvez por se ouvir falar na universidade de Coimbra, tinha uma bocado essa ideia e gostava de tê-la frequentado, em histórico-filosóficas.

Um dos professores, que eu nunca esqueci e tenho a impressão que só na altura quando eu fechar os olhos vou esquecê-lo, era o meu professor de história que eu gostava muito e que eu sei que ele também gostava de mim, de maneira que era o único professor que me levava a estudar para ele e a ficar o fim de semana em casa sem namoriscar, porque admito que fui muito precoce, nos amores. Claro, como era muito nova, o meu pai já estava lá com a 'amiga' da minha mãe, mas ainda estava em casa, não estabelecia relação nem contacto connosco, usava só um quarto no cimo de umas escadas, fechava-se e não percorria o resto da casa. Mas nessa altura sabia-se impor, até para culpabilizar a minha mãe.

Só que eu também não era assim muito fácil, era uma adolescente como são as adolescentes e, claro, quanto mais ele contrariava, então é que eu gostava do rapaz.

Uma das colegas ainda conseguiu ir para Coimbra, para Germânicas que era aquilo que havia na altura porque, realmente, tinha outras possibilidades económicas. Havia já outras pessoas que andavam nos cursos de enfermagem... Uma professora da Mocidade Portuguesa tinha-me ensinado «enfermagem» e nunca me passava pela cabeça realmente vir para isto, tanto que eu tinha aversão ao sangue, aos cheiros, era assim um bocado de nariz sensível. Não tive outra alternativa até em função do alojamento, porque, para aliciar, também forneciam alojamento e davam-nos a possibilidade de pagar a maior parte no fim do curso e, para não sobrecarregar a minha mãe, vim para aqui.

Tirei o curso de enfermagem numa Escola de Enfermagem do Porto. Na altura, o que exigiam para o curso geral era o segundo ano dos liceus e quem não tivesse dezoito anos, tinha que pedir autorização ao ministro para frequentar. Eu tinha dezassete anos o quinto ano: entrava automaticamente nem tinha que fazer exames de admissão. A licença veio tardiamente, eu já nem contava, já estava assim um bocado desanimada, mas depois lá entrei directamente. O curso também não abriu na data prevista, por causa da gripe de África. Vim assim um bocado frustrada porque realmente queria ir para Coimbra, até porque a outra colega também tinha ido, mas depois acabei por gostar, quer dizer, comecei logo a relacionar-me bem com os colegas, a criar amizades.

• **“Ser enfermeira tinha uma carga negativa”**

Outra coisa era ser-se enfermeira naquela altura, que também tinha uma cotação muito negativa. Só tive na altura um rapaz que me deu os parabéns. Ele também tinha andado no seminário, não tinha predilecção por mim, e escreveu-me a dar os parabéns por eu vir para enfermagem. Foi a única pessoa, assim masculina; e até me disse que a princesa Margarida da Suécia também era enfermeira. Esse rapaz, era muito engraçado, tinha uma escrita muito erudita e lá me dizia na carta «...que a deusa da felicidade levante sobre si as cornucópias». Eu na altura era ignorante em relação às cornucópias, em vez de ler cornucópias, li *cornupitros*. Depois percebi realmente que «cornucópias» eram uns vasos em forma de conchas. Foi, portanto, o único rapaz que me deu os parabéns, de resto era tudo assim um bocado...

“O primeiro namorado: num sábado e com gladiólos”

Comecei a namorar ainda não tinha quinze anos e o rapaz já tinha vinte e um. Recordo ainda perfeitamente esse primeiro encontro, num sábado, quando nos cruzamos pela primeira vez: ele ía levar um ramo de gladiólos a uma senhora que tinha sido professora dele na primária. Andava na tropa, usava o número vinte e sete, os outros colegas, quando passavam por mim era: “Olha o Vinte e Sete”. Era assim uma pândega.

O meu pai não era não gostar do rapaz que ele nem o conhecia, era para impor a autoridade. Havia na aldeia aquelas pessoas que me ajudavam, digamos assim, que me protegiam até nesta relação e havia também aqueles que hostilizavam e que lhe íam dizer a ele [pai], nomeadamente, a tal ‘amiga’ da minha mãe, que passou a viver em frente a nós e tudo o que se passava na minha casa ela relatava ao meu pai.

A minha vinda para o Porto para o curso geral de enfermagem coincidiu com a ida dele [namorado] para Nova Lisboa, para Angola. Ía para lá com a intenção de preparar, vá la, a vida para se viver um bocadinho melhor. Ele era primo direito do bispo de Nova Lisboa que era de Portalegre e arranjava empregos para os conterrâneos e ele ía para funcionário do Banco de Nova Lisboa.

Foi de barco, ainda me escreveu para a escola de enfermagem, mas eu ainda não tinha entrado, porque estava cheia. Uma amiga minha deu-me a notícia que realmente havia ali

uma carta, que a senhora do lar bem sabia bem de quem era. E depois era bom porque todas segundas-feiras eu tinha carta dele. Essa amiga minha, que é minha comadre, madrinha do meu filho mais velho, foi quem me indicou o curso e me ajudou a integrar no lar.

O namoro ainda durou, só que depois foi a distância, alguns mexericos, da parte da família dele. Ele era de outra aldeia, havia alguns primos que me conheciam e me estimavam e actualmente eu gosto dessa gente, mas nunca mais os vi.

- **“Intrigas da família do namorado”**

Uma irmã dele e um irmão mais novo, que era seminarista, andaram para lá com uns mexericos porque queriam que ele casasse com uma rapariga de outra aldeia que estava também em África e cujo pai era militar. Eles eram pobres mas a outra, como era filha de um senhor influente que estava lá em África e era visita assídua do bispo de Nova Lisboa, ia lá comer, havia essa troca, e a família preferia.

É muito engraçado, esta vida dava uma telenovela. Quando ele estava lá e que a família queria que ele casasse com outra, ele esteve um tempo sem escrever, muito pouco, porque tinha tido um acidente de moto e tinha feito fractura da tíbia e do perónio. Esteve para aí três meses sem me escrever, nem para mim nem para os familiares. Uma vez apareceu o tal seminarista, ele e outros primos vieram procurar-me saber se ele me escrevia, que eles não sabiam de nada! Entretanto ao fim deste tempo lá recebi uma carta dele a dizer que bem podia ter morrido que eu nem procurava saber, se tinha estado incapacitado, se tinha tido um acidente. Já era manifestação da doença, foi por isso que ele esteve mais tempo a recuperar. Foi engraçado que eu fracturei também a tíbia e o perónio direito e ele fracturou a tíbia e o perónio esquerdo.

Entretanto, mais ou menos quando ele já estava praticamente recuperado do acidente, veio cá o bispo ao nosso país e acho que procurou saber notícias de mim. Terá sabido que o meu pai me bateu e, apesar de ser muito amigo do pai da outra, queria antes que ele casasse comigo. Entretanto, esse bispo veio cá, procurou saber de mim e a irmã mentiu, disse que eu estava em Lisboa. O senhor foi operado às amígdalas na Ordem do Carmo, e eu até podia ir depois lá visitá-lo, mas não eu só soube depois, porque entretanto ele [namorado] tinha-me escrito a dizer que o senhor bispo queria falar comigo, até para nos

dar uma ajuda no início da vida. E como eu não fui, escreve-me todo aborrecido, [porque] o senhor bispo me procurou e eu não apareci. Portanto, tinha sido uma intriga da família. O irmão mais novo que andava no seminário conheceu-me e depois ficou assim com uma dorzita por ele namorar comigo. Não sei, deu-me ideia que ele, não é para me estar a enaltecer, mas... Ainda chegou a ir assim a minha casa umas vezes, eu recebi-o bem porque era irmão, estava praticamente noiva do outro, mas não houve nada, nem abuso nenhum. Naquele tempo, havia muita dificuldade das cartas saírem do seminário, mas ele arranjou lá uma estratégia qualquer numa saída e escreveu-me. Dizia, a dada altura, que vinha muitas vezes ao Porto, que me levava no pensamento, e não sei quê, mas eu nem ligava importância àquilo, mesmo sinceramente: o meu cunhado não! Nem me passava pela cabeça, mas realmente podia ter sido ele [intriga], depois fiquei um bocado na dúvida, não tenho a certeza.

• **Outros pretendentes até conhecer o “falecido vivo”**

Entretanto, depois de acabar este namoro, houve outros namoricos, mas aquele foi sempre o eleito. Os outros podiam ser pessoas mais importantes mas, para mim era sempre aquele. Até porque já conhecia a vida dos meus pais e, na altura, parecendo que não, estas separações tinham muita influência e aí eu tinha muitos complexos de inferioridade. Era uma coisa estúpida, mas era realmente assim. Era a mentalidade da época e isso prejudicou-me bastante, até porque chegava a ter pessoas [pretendentes] já com um certo estatuto e só para não dizerem isso ou aquilo, nem ía com a relação para a frente. De maneira que tive mesmo aqui no Porto dois rapazes que andavam em engenharia. Ainda tenho assim um bocado de remorsos porque o rapaz até tinha uma frequência, andava aflito para estudar, marcou encontro comigo, mas eu não fui. Depois o rapaz passava por mim e ficava vermelho e nem sequer dizia nada, nem sei que é feito desse homem.

A vida lá rolou até que num ano, qualquer tinha eu vinte e dois, conheci aquele que foi meu marido e agora gosto muito de lhe chamar “falecido-vivo”. É, conheci esse energúmeno, que era energúmeno mesmo. Sob o ponto de vista físico, tinha uma boa figura, não era bruto, sabia falar, também tinha sido seminarista, mas era vaidoso porque sabia que era preferido pelas meninas. Era irmão do padre do Hospital e que tinha sido meu professor de Moral, na Escola de Enfermagem. Este irmão padre, que era o irmão mais velho, não tinha

nada a ver com ele, era uma pessoa muito engraçada, muito comunicativa, muito alegre, gostava imenso de viver. Não tinha, praticamente, nada de padre, no sentido tradicional. Gostava muito das suas anedotas, era um *bon vivant*. Tinha ido também para padre provavelmente por acidente. Foi das poucas possibilidades que o meu sogro encontrou de lhe proporcionar um futuro melhor. O meu sogro trabalhava na agricultura, teve doze filhos e era um homem apegado, por ser agricultor, mas já evoluído para a época, tinha um espírito religioso mesmo são, não era fanático, porque era sadio, e se pudesse ter os filhos padres... para ele, ser padre dava-lhe uma vaidade, automaticamente tinha um estatuto logo diferente.

• **Jovem e... «terrível»**

Nas aulas de moral, eu era terrível, um bocado provocatória também... Porque para mim, não sei, mas, agradava-me aquela parte de provocar, e mesmo no namoro, a primeira parte mais de sedução era que me dava mais piada, para mim era a que me prendia mais. Assim, na aula do padre era pela brincadeira: perguntava-lhe muitas vezes porque é que os padres não casavam, e essa coisa toda, e ele dizia que só eram obrigados a manter o celibato, mas que não eram obrigados a ser puros.

Quando acabei o curso fui trabalhar para o bloco operatório, logo que abriu, no Hospital, e fui viver para uma casa mesmo próxima do Hospital. Era de uma senhora viúva que só tinha um filho. O meu futuro cunhado ía lá comer, almoçar e jantar, mas era praticamente só almoçar, porque, ao jantar, os médicos não o dispensavam. Era um bom companheiro, de maneira que fazia parte integrante das várias equipas. Como as equipas eram rotativas, ele todos os dias praticamente comia lá com eles.

Este, o energúmeno, era o irmão mais novo e, aos fins de semana, às vezes comia lá na casa [da senhora]. De modo que aí estávamos várias enfermeiras, nessa casa, e era só ele de padre, que ía lá comer. A senhora não queria brincadeiras, mas nós brincávamos muito; trabalhávamos muito, mas aproveitávamos todo o tempo para brincar. Estava eu com vinte anos... Então provocávamo-lo, eu e outras.

Às vezes, quando familiares dele vinham lá do Macedo, com problemas, ficava aborrecido durante tempos indefinidos e já não era o mesmo... Uma vez, já aquilo ía avançado, digo assim, «Não pode ser, ele anda assim aborrecido, triste, não pode ser». Então, estávamos

à mesa e eu de repente lembrei-me que, uns tempos antes, ele tinha trazido uns pares de cuecas. Ele pesava à volta de cem quilos, era alto, e tinha trazido uns lenços e umas cuecas para ver se a gente lhe punha a marca, um monograma, por causa da mulherzinha do hospital que lhe lavava a roupa, e às vezes a roupa perdia-se. Nós é que lhe dissemos, «traga, que nós bordamos aí um monograma». E ele lá tinha trazido, já uns tempos antes, e eu lembrei-me que havia umas cuecas do homem, fui ao quarto e vesti as cuecas por cima da roupa. Eu era magrinha, ele era gordo, pus uma almofada assim à frente, lá vim eu naquele preparo. Quando venho a sair, ele quando me viu... desatou a rir. Depois brincávamos muito, mesmo na frente da senhora, claro, punhamo-nos no colo dele, cada uma em sua coxa. Depois dávamos-lhe uns beijinhos no pescoço com os lábios muito carregados de *baton* para ele ficar com a marca. Ele tinha trinta e tal anos, chamava-se José, mas não gostava do nome, e a gente chamava-lhe o Zezinho. O que o homem não devia ter «sofrido»!...A espicaçá-lo, mas era mesmo. Entretanto ensinávamos-lhe a dançar o tango, que ele não sabia dançar... Enfim, lá ficava em brasa... O homem passou das boas connosco. Para ver o estilo.

O certo é que o homem já dava uns passos do tango e quando ouvia uma música já ficava inquieto. Quando foi da nossa festa de fim de curso, a Tina então foi lá provocá-lo. Numa das fotografias ele está a dançar: «Quem diria, pois é padre...»

Gozámos assim bem, trabalhávamos muito, mas divertíamos-nos.

2.2. “Um início profissional muito trabalhoso mas muito agradável”

Acho a época mais agradável em termos profissionais, foi essa, no Hospital. Era o verdadeiro trabalho em equipe, que era no bloco operatório. Trabalhávamos sem horários, praticamente, era até terminar o movimento operatório. Depois, ainda estávamos de serviço às urgências. Era até acabar. Isto foi em sessenta...

Era o que faltava agora, para não haver listas de espera. Agora não operam, nem sei exactamente como é que eles lá fazem, mas trabalham menos. Aquilo era até acabar. Era realmente muito duro, o trabalho, mas pronto, éramos novas e aguentávamos com tudo. E também aproveitávamos depois os momentos em que não havia trabalho, para nos divertirmos, para cantar: fechava-se a porta, cantávamos enquanto arranjávamos as faixas

outra vez, preparávamos tudo para o dia seguinte e, às vezes, até dançávamos umas com as outras.

Convívio entre médicos e enfermeiras: as “meninas de chapéu” e as outras

Foi uma época, realmente, interessante. Criávamos mesmo relações de amizade e algumas mantiveram-se pela vida fora, mesmo médicos e tudo. Fomos nós que montamos o bloco. Havia o espaço, mas não estava a funcionar e nós é que fomos para lá abri-lo. De maneira que ficamos sempre muito ligadas ao serviço. Acho que ainda deve haver lá um álbum de fotografias da nossa época. Trabalhei lá três anos e meio. De maneira que foi assim uma época muito trabalhosa, mas também ainda brincávamos um bocado lá dentro. Logo no fim das operações, às vezes, as do Dr. Garcia acabavam pela meia noite, uma hora da manhã, desde as três da tarde até aí, em pé, no mesmo sítio: nem fazer chichi, nem comer, nem nada. Claro que hoje tenho artroses nos tornozelos e isto de alguma coisa foi, não é só a idade. Não havia substituições, naquela altura. E aguentava!... Trabalhei com eles até me vir embora que foi por eu ter engravidado.

A gente acabava a intervenção àquelas horas, e ainda tínhamos que arrumar tudo, deixar ferros lavados, tudo arranjado, montar outra vez a sala para, no dia seguinte de manhã, já estar tudo funcional. E o médico ficava à nossa espera, porque senão, nós não podíamos sair. O hospital fechava a porta para aí às dez da noite e depois tínhamos que sair pelo serviço de urgência, o porteiro não nos deixava sair. Porque era a lei, era aquela escravatura. Podia ser considerado abandono do serviço. Era esse o regulamento. Só o médico é que atestava que não havia serviço e que estávamos dentro da lei. Ele lá esperava, ou no átrio do bloco, ou à saída no serviço de urgência. Às vezes até vínhamos tão cansadas que nos deitávamos vestidas. Das três da tarde até às três da manhã! Íamos assim, nem comer, nem nada. E ele também estava desde as três, com o máximo de concentração e de pé. Ele tinha uma coisa: enquanto operava, não admitia conversas. Só quando estava já a fechar o doente, é que relaxava e dizia assim uma graça, até o seu disparate. Até aí, não permitia que ninguém abrisse a boca. Esperava por nós, à saída, e levava-nos a comer qualquer coisa ao café.

Havia convívio entre médicos e enfermeiras, já na altura. Ou se chegava a ir uma vez ou outra jantar. Não toda a gente, algumas. E claro está, depois disso também nos marcava.

Acontecia que o outro pessoal chamava-nos «meninas de chapéu». Achavam que éramos um tanto a elite. As do bloco eram as «meninas de chapéu». E até nem usávamos chapéu, tem graça, usávamos barrete. Chapéus, usavam-nos elas. Elas é que usavam um chapelinho da farda! E nós até não: era tudo abolido porque tínhamos que vestir as roupas próprias do bloco, esterilizadas.

Eu trabalhava com o Dr. Garcia no Hospital e cá fora. Quando ele tinha serviço nas Ordens, era eu que ia instrumentar. A chefe de enfermagem facilitava a saída do hospital, ia ela fazer o meu trabalho, ou de outra qualquer, para nós podermos ganhar mais uns tostões cá fora.

E ele [médico] ia buscar-me ao hospital e levava-me para a Ordem, no carro. Era uma pessoa muito exigente, mas, mesmo no Hospital, era eu sempre que trabalhava com ele, mesmo quando eu estava de férias e ele tinha uma operação grande, chamava-me. Eu sabia e vinha sempre. Era eu que instrumentava o Dr. Garcia nessas intervenções e era a Tina que circulava, a circulante. A circulante é a pessoa que equipa a sala com tudo e a que está atenta aos materiais, ao que falta e aos posicionamentos do doente e a acertar as luzes e essa coisa toda. Agora deve ser tudo já mais automático, mais mecanizado.

- **A chefe de enfermagem: dinâmica, culta e solidária**

Tínhamos uma chefe que, naquela época, já era uma pessoa bastante culta. Era de uma boa família, em termos sociais, e era uma rapariga muito dinâmica. Eu acho que foi a melhor chefe que tive até hoje, daquelas mesmo competentes. Casou com um médico. Está viva e está muito bem. Nem parece a idade que tem. Mas era realmente uma chefe, na verdadeira acepção da palavra. Estava atenta à nossa maneira de estar: se uma pessoa divertida, andava assim uns dias cabisbaixa, ela via logo que alguma coisa se passava. Nós não andamos sempre bem dispostos, com esse estado permanente. Então lá perguntava o que é que se passava e se pudéssemos... ela fazia tudo para nos ajudar. E ajudava. Era fantástica! E lutava muito com os superiores administrativos e com a classe médica para nos defender. Não era uma chefe que se baixava. Esteve depois um ano em Bristol. Quando veio, procurou, realmente, adaptar alguns conhecimentos que trouxe à nossa realidade. Lá está, naquela época também abanou um bocado as estruturas. A

princípio, alguns médicos ridicularizaram algumas situações, mas depois acabaram por aceitar. Era realmente uma chefe excelente, em tudo.

• O poder dos médicos

Uma das vezes até houve um episódio numa intervenção... Era uma anastemose, uma coisa difícil, na época. Era só o Dr. Garcia que fazia essas intervenções, lá no Hospital, e havia lá determinado produto que, em determinado ponto da intervenção, era necessário, um produto para fazer uma lavagem depois de ter feito lá determinada sutura. Ele já tinha utilizado isso e eu fiquei de um momento para o outro sem mais, e pedi à Tina para me abastecer e ela decidiu que não era preciso. E até foi. E estava um médico de fora, a assistir à intervenção, e o Garcia tinha o seu geniozito. De modo que quando qualquer coisa não estava bem, ele atirava tudo pelo ar. Materiais e tudo. Lá iam as pinças, tudo pelo ar. Ele quase que me batia! Eu fiquei com uma vergonha tão grande na frente do outro senhor!

Mas lá se remediou. Nunca ele chegou a saber que a decisão tinha sido da Tina. Fiquei eu por parva, quando não fui. Podia ter sido, mas não fui. Eu calei-me, fiquei por incompetente. Mas ele quase que me bateu, ficou possesso, tinha razão. A Lucinda sabe, que ela ouviu, mas também não disse nada.

O Dr. Garcia, naquele dia, quando me ralhou, esperou na mesma, no fim. O assistente veio-se despedir, eu estava a equipar a sala, ele veio por trás de mim, lá se despediu, «até amanhã» e estava eu a choramingar porque eu estive um pouco tempo ali, naquela tensão. Não tinha tido culpa, mas ouvi aquela coisa, não queria acusar a colega. Então, eu disse-lhe:

— Foi a última intervenção que eu trabalhei convosco. Com ele, não quero trabalhar mais. Porque o Garcia tinha saído da sala furibundo, sem dizer nada. E ele lá lhe foi dizer, ao Garcia e este veio para trás, fez-me umas festinhas, parece que até já tinha mudado de humor.

Era um homem atraente, bonitão, muito bem vestido, estilo inglês. Um dia, a mulher quis saber informações de mim. Falou com uma anestesista, que era assim uma senhora muito interessante, o marido também era anestesista e eram um par muito romântico, mesmo no trabalho, mas ela era muito bisbilhoteira, era mesmo o termo. Mesmo no decurso das

intervenções, ela e a enfermeira auxiliar sempre ali a falar dos outros. A gente às vezes estava a operar e ouvia aquele ruído. Já tinha esta fama, lá no hospital, assim, de «língua comprida». Foi a ela que a mulher do Dr. Garcia foi pedir informações.

Eu depois é que soube como é que foi que isso aconteceu. Na altura, o director e os médicos do serviço de cirurgia organizavam de vez em quando uns almoços nas quintas uns dos outros e lá nos convidavam para a gente ir. Fomos uma vez a Poiares, a uma quinta de um deles. E convidaram as esposas dos senhores doutores, aquelas que quisessem ir. Houve um grupito que foi, e entre esse grupo figurava essa tal anestesista. É claro que elas formavam um grupo à parte. Nunca se misturaram connosco.

O dono da quinta organizou o jantar, cá fora. Chamou o rancho folclórico da região para vir lá actuar e depois, a dada altura, andamos nós e o rancho, tudo ali num dançarico. O Dr. Garcia já sabia das conversas da mulher, e para que ela ouvisse e fixasse mais, chamou-me e disse-me, assim na frente dela, que nessa semana havia uma intervenção na [Ordem da] Lapa.

E, no decurso do almoço, fez uma coisa que eu, também, no lugar dela, não gostaria nada. As mesas estavam dispostas de maneira a que os solteiros estivessem de um lado e os casados de outro, para dar espaço às senhoras a estarem ao lado dos maridos. A chefe de enfermagem era solteira e eu também e o Garcia, em vez de ir para o lado da esposa, sentou-se à minha beira. Aí, claro, ela, de vez em quando, olhava e eu dizia logo:

— Ó Sr. Dr. vá para aqueles lados.

— Aqui é que eu estou bem, nesta mesa é que eu estou bem. — Eu, no lugar da senhora, sou franca, também não gostaria nada.

Um dia, estávamos numa intervenção, à tarde, daquelas que demoravam muitas horas mesmo, estava essa anestesista e um outro médico que tinha uma «língua» horrível, ainda pior do que ela. Entrou o Garcia e diz assim:

— Juntaram-se as duas más línguas daqui do Hospital, — assim mesmo. E depois virou-se e acrescentou: — Sabe que aqui a Dr.^a é que esteve encarregada de dar informações suas à minha mulher... — disse assim ali na frente dela, e ela ficou!...

Ele era de um calibre! Quando veio lá a modinha do *rock & roll*, uma vez saiu do hospital, pelos vistos, e foi lá para os lados de Matosinhos, não sei com quem. Não foi comigo. Chegou a casa às tantas da manhã. Ele é que disse depois, lá na operação:

— Estive zangado com a minha mulher. Eu devia ter dito que tinha estado a operar, que ela ficava cheinha de pena de mim... Não, disse que tinha ido aprender a dançar... — Ela ficou furiosa. Lá se zangaram. E ele, no dia seguinte, suponhamos, em vez de chegar às cinco da manhã, chegou às seis. Mais tarde ainda. Era assim: se te queixas, ainda levás pior.

2.3. “A gravidez em clausura”

Conheci o «falecido-vivo» porque, como já disse, era irmão do padre da casa da senhora onde estávamos hospedadas. É mais velho que eu oito anos. Estava na judiciária em Lisboa, mas pediu transferência para o Porto. Tinha namorado também com uma enfermeira que era da terra dele, mas depois tinham-se zangado. Penso que foi dessa que ele gostou mesmo: namoraram três anos mais ou menos.

Conheci-o naquele contexto, porque comíamos todos lá na mesma casa [da senhora]. Quando veio da Judiciária de Lisboa, passou a dormir num quarto contíguo ao do irmão, no Hospital: o irmão [padre] tinha lá uns aposentos no próprio hospital, e depois havia assim um anexozito, um quartito pequeno onde ficava este irmão. Quando a dona teve conhecimento, expulsou-o do quarto. Chamou-o à pedra e expulsou-o de lá. Naquela altura, a coisa era séria...

A princípio era muito pedante, todo *snoob*, não ligava assim às enfermeiras, comia, falava e conversava devido ao irmão. As brincadeiras que a gente fazia com o padre, não deixamos de fazer, para nós não tinha mal. Foi aí que ele teve que quebrar e, depois, lá começou a relacionar-se um pouco mais, a baixar as defesas. Entretanto, ao final de algum tempo lá começamos a conversar e essa coisa toda... deu em torto.

Ele, quando me soube grávida, deixou-me.

A gravidez em solteira

Deu em torto, porque eu fiquei grávida do sujeito, nessas férias. Claro que eu também tive culpa, pois com certeza... A dada altura lá me envolvi com sua alteza e pronto. Não tive também o juízo necessário e engravidei dele: naquela época, não era um facto socialmente

bem aceite. A minha madrinha já tinha falecido, e minha mãe estava a viver sozinha, com dificuldades económicas, de maneira que foi uma época assim um bocado difícil.

Naquela altura, estar grávida solteira era coisa muito séria. Continuei lá, no hospital, pelo menos até aos três meses, e às vezes dentro da sala. Quando disparavam o raio x, aquelas intervenções às vezes muito custosas mesmo e eu não queria dizer nada a ninguém e, claro, às vezes bem me custava, tinha vômitos, tinha câibras. Custou-me bastante.

Eu, que era muito brincalhona passei a ficar muito calada, muito triste. Começaram a dar conta. E então uma vez, a Bernardette, que trabalhava também no bloco e é madrinha deste meu filho, e a Guida, que também lá trabalhava, elas as duas, no fim do trabalho, fomos dar uma volta a pé até Gandra, nunca me hei-de esquecer, e falaram:

— Diz-nos o que é que tens, nós ajudamos-te, seja o que for...

E entretanto eu lá lhes disse. Então uma delas prestou-se logo para madrinha. A outra, depois de saber, e como estava também no bloco, quando eu ía para uma sala, ela também ía, e se me via a fazer uma coisa que não devia, chamava-me à atenção. Quando eu fazia qualquer serviço mais pesado, ela não dizia nada, deitava-me uns olhos fulminantes:

— Larga isso que eu faço. — Mandava-me embora fazer outra coisa diferente e guardaram segredo enquanto puderam.

Quando eu vi que já não podia encobrir mais, disse também ao Dr. Garcia que arranjasse outra instrumentista e que ía sair do hospital e com certeza que ía para Lisboa: dei assim uma desculpa.

• O plano para fazer o aborto

Como trabalhava com o dr. Garcia, ele já se tinha apercebido. Uma vez, ele e o assistente chamaram-me. Queriam falar comigo. Estiveram lá num local onde se guardavam os acessórios da mesa operatória. Ele e o assistente e estiveram, para aí, duas horas comigo para convecer-me a fazer um aborto, que era na altura... Deus meu!

Estiveram a convencer-me a fazer um aborto, porque viram a minha situação. E tinha que ser uma coisa muito em segredo porque na altura dava cadeia. Na altura, legalmente, se se soubesse, eu ía presa e quem me fazia também. Eu disse que não: tinha feito a asneira, tinha que arcar com as consequências. Depois eles lá me diziam:

— Pois é, com certeza foi ver o filme «O Direito de Nascer». — Nunca me hei-se esquecer. Então, lá me disseram em que é que constava o plano. Se se fizesse de uma certa maneira, nem que alguém denunciasse, nunca ninguém poderia provar. Essa nem eu sabia, foram eles que me contaram. E fez-se um plano: dizia-se que eu que tinha ido a Lisboa, que tinha dado uma queda qualquer, no comboio, e que me tinha acontecido aquilo.

Então, que me tirariam sangue de novo e me injectavam subcutâneo, pressão a mais no abdómen para dar a ideia das equimoses, de que realmente tinha acontecido um acidente. Disse que não, uma vez que tinha feito disparate, tinha que assumir.

Entretanto, as colegas com quem eu vivia, entre elas a Lucinda, a Tina, disseram que era melhor eu sair dali, porque ficava mal. Na altura, uma gravidez assim, levava, não era bem a uma expulsão, mas quase a convite para sair da instituição. Mas ela ia arranjar a que isso não me acontecesse. Já tinha tudo pensado. Eu saí porque quis, porque abriam uma excepção para mim, médicos e tudo. Sei lá, não é para me estar a gabar, mas tinha vinte anos, tinha muita energia, não era estúpida de todo e era trabalhadora. De maneira que eles lamentaram-se, mesmo o director do bloco. Tentaram convencer-me para eu não sair. Mas eu tive vergonha de estar assim nestas condições. Depois, também, com elas, com as outras com quem vivia a põem-me esse problema. Saí de lá com três meses, ainda não se notava.

Saí, fui para Vila Chã, fui procurar uma amiga minha, que tinha desistido do curso e fiquei lá. Ela estava casada, fui-lhe lá pôr o problema. Ela não trabalha, está em casa. Esta rapariga, é engraçado, ela tem um psiquismo interessante. Se tiver uma preocupação muito grave, ou se estiver a ocultar qualquer coisa ao marido, ela depois diz tudo no decurso do sono. Não podia ter um caso ou, assim, uma coisa complicada, porque no sono fala alto e diz tudo. Assim, o marido dessa minha amiga, que não me conhecia, até veio a saber da história toda porque ela disse tudo durante a noite. Ele depois perguntava e ela respondia. O homem foi excepcional, o marido dela. Ela foi muito boa e é uma dívida que nunca mais lhe pago. Não andamos sempre atrás uma da outra, mas somos muito amigas do peito. Mas a ele, eu considero que ainda foi mais, porque nem me conhecia de lado nenhum e era só ele que andava a ganhar. Ele estava empregado na Câmara e fez um sacrifício grande. Ele é que é o padrinho do meu mais velho e a madrinha é a Bernardette, aquela

colega minha, que trabalhava comigo, no bloco, uma daquelas duas primeiras pessoas a quem eu disse. Mas o meu rapaz considera padrinhos e madrinhas os outros cônjuges.

Fiquei em casa da Guida aquele tempo todo da gravidez. Nem vinha à rua, nunca. Ela deu-me um quarto mesmo virado para a frente e contíguo ao dela, e em frente havia um casarão, que era do dono da casa onde eles habitavam. Deram-me o enxoval todo. Ele deu-me o dinheiro para o passe, se eu precisasse. E a Bernardete, todos os fins de semana, ia visitar-me à Guida, ou à ida ou à vinda. Sempre, sempre, durante a gravidez. É o único afilhado que ela tem, o meu rapaz, o mais velho.

Custou-me muito, muitíssimo, estar esse tempo todo assim, metida em casa. Ia ao calendário lá da casa, todos os dias, durante a gravidez e até eu depois voltar a trabalhar! Todos os dias dava baixa de um dia. Foi muito difícil. Não saía para nada, nadinha, nem compras, nem visita ao médico. A minha mãe é que me ia lá ver muitas vezes. E houve uma parte que me custou muito, que era aquela sonolência que dá às grávidas. Mas não dormia porque tinha vergonha, apetecia-me tanto!... Vinha ali ter com ela [Guida] uma cunhada solteira e, depois de arrumar a casa toda e isso, juntavam-se um bocado e tinham por hábito fazer bilros. Às vezes tinha um sono, queria era dormir dez minutos, que fosse, ou cinco, mas tinha vergonha. E lá me aguentei. Mas isso ficou-me sempre assim gravado. Eles dizem, eu não sei, que no final da gravidez eu gemia de noite. O gemido traduz muita dor, sobretudo uma dor calada.

• **A visita do primeiro namorado: a proposta de ir com ele... mas sem a criança**

O rapaz nasceu no dia 18 de Junho e, em Março, chegou de licença graciosa aquele rapaz de África, o meu primeiro namorado, o Sampaio. Quando chegou, disseram-me que a primeira coisa que ele fez, foi ir lá ao lugar onde eu vivia a ver se via alguém conhecido, e se me via. Nada, não viu nada. As pessoas da aldeia não sabiam, ninguém sabia de nada. Só a minha mãe é que sabia. Então, a dada altura, acho que foi a Lisboa, andou lá pelos hospitais, porque a minha mãe dizia que eu estava para Lisboa. E o rapaz acho que andou lá à minha procura e não me encontrou. Depois a minha mãe dizia:

— Tu tens que dizer qualquer coisa, porque já lá veio uma prima dele a casa, saber de ti e eu não tenho mais mentiras para dizer. Portanto, vais ter que dizer alguma coisa.

E a Guida, a amiga em casa de quem eu estava:

— Ah, ele que venha aqui, eu até lhe conto uma história, até pode ser que o rapaz não se importe.

Um dia, veio a minha mãe lá e me disse:

— Olha, eu lá disse onde é que tu estavas e agora conta com ele, qualquer dia, bate aí à porta.

Nessa altura, lá veio ele. A Guida lá me arranjou muito bem arranjada: emprestou-me um casaco dela comprido, branco, para disfarçar, e ele apareceu lá, num dia à tarde, logo no fim de almoço. Eu vim à porta e fiquei assim escondida e só mostrei a cara... Ele então, disse que estava ali, vinha já triste. Já lhe tinham dito. Disse-me mesmo que já lhe tinham dito que eu ia ser mãe, se era verdade e eu disse que sim. Lá saímos os dois. Ele tinha um carro que tinha comprado aqui e saímos os dois, até à beira do castelo, na praia. Estivemos ali a falar e ele com muita ternura assim comigo:

— Coitadita, vais sofrer daqui a alguns tempos, vais sofrer muito.

Era uma jóia de um rapaz. Quando chegou à porta, outra vez, para me largar, fez-me uma proposta, se eu queria ir com ele, mas que o menino não ia. Não ia aparecer assim lá com uma criança. Eu disse que não trocava o menino por homem nenhum. De maneira que foi lá à vida dele. E eu... fiquei... para a minha. De resto, eu também já sabia que ele tinha a doença, a paramiloidose, aquela doença dos pézinhos, mas ele não sabia que eu que sabia. E ele, mais tarde, uma vez também me disse. Eu estava num dentista e já tinha tido a criança. Ele ia a passar, olhou para cima e viu-me, fez-me sinal para eu descer e eu descí. E estive a falar comigo à porta:

— Olha, tenho lá um fio teu, um fio de ouro, quero-to devolver... E realmente tu já não tinhas que ter sorte, porque eu também sou um homem doente. Sou um homem doente, mas convinha-me casar contigo por tudo. Porque gostava de ti, porque eras enfermeira também...— e ele sentia essa segurança toda.

Marcou comigo outro dia e trouxe-me o fio. Eu lá fui com ele, a uma Quarta-feira, e ele, nesse dia, tinha a família da noiva. Ia-se encontrar com ela depois e iam-se casar no Domingo seguinte e eu ia a casa da madrinha do meu filho.

Já faleceu: ao fim de quatro meses de casado, ficou deficiente, depois vim a saber. Chegou a ter um filho.

O regresso ao trabalho depois da clausura da gravidez

Entretanto, tinha a Chefe, que se movimentava para me arranjar um emprego, para ser instrumentista. Lá pediu ao director do serviço, este falou com o Professor Almada, que era cirurgião, e era professor na Faculdade. Um dia, eu tinha ido à cidade, a pé, era como eu circulava, ver uma amiga minha que também tinha tido um bebé, e tinha ido ao hospital ter a criancinha. Ia para casa no carro do namorado da Bernardete, e esta muito satisfeita, para me dar a boa nova de que no dia seguinte tinha que estar na Ordem, às x horas para trabalhar:

— Vais trabalhar com um *prof.* — dizia ela. Lembro-me perfeitamente. E eu lá vim, lá me arranjei.

No dia seguinte, lá cheguei à Ordem e, quando cheguei ao bloco e perguntei pela pessoa, já tinha acabado a intervenção. Cheguei atrasada. Mas o Professor ainda lá estava e levou-me assim para uma divisão da Ordem e estive a falar comigo. Outra vergonha, porque eu julgava que o homem não sabia de nada e já lhe tinham dito tudo! Então, ele perguntou onde é que tinha ficado a criança. Eu disse que tinha ficado com a minha mãe. Diz ele:

— Vai ser minha instrumentista. Entretanto, se eu abrir consultório, vai para lá. E o que é que faz nos outros tempos?

Eu tinha vindo para um lar aqui para Espinho e disse-lhe:

— Tenho lá uns trabalhitos de mão. Estou a bordar um pano qualquer.

— Ai, isso não dá nada. O seu futuro não vai ser toda a vida a entregar ferros¹⁴. Entregar ferros e fazer lá os bordados, não vai ser isso o seu futuro:

Foi uma das almas que eu encontrei! Eu gosto muito dele, mesmo.

E então deu-me:

—Tem aqui... — não sei, parece que foi cinco contos, já na altura. — Faz favor, vai ao Instituto Britânico, inscreve-se lá, vai ao Instituto Francês, inscreve-se lá e vai à Maratona e inscreve-se lá.

A Maratona era a escola de dactilografia. Havia a Maratona e a Tecla, naquela altura. E eu lá fui. Mas não andei lá muito, desisti, andei lá pouco tempo, que eu não gostei daquilo. Fui fazer aquele exame diagnóstico no Instituto Britânico. Antes de ir, li assim umas coisitas.

¹⁴ Que era ser instrumentista.

Andei lá ainda dois anos. Quando voltou outra vez o *falecido-vivo*, lá fui por onde não devia ter ido.

O progenitor recusa-se a registar a criança: «pai incógnito»

Quando nasceu o meu mais velho, vim à judicária para registar o miúdo. Ele soube da gravidez, porque a cunhada mandou-lhe logo um telegrama, mas não quis saber. E lá vim, por causa de perfilhar o miúdo, mas ele não aporfilhou. Eles escreveram mesmo na cédula, por extenso: «Pai incógnito». Às vezes só punham um traço, mas ali escreveram mesmo assim.

Acho que não dar logo o nome foi um truque que ele usou: «assim, aquela, quando eu quiser, está ali à minha disposição.» E agora, nesta fase da vida, penso que era essa jogada dele. Eu aceitei casar com ele mais por causa do problema do rapaz, da criança. Foi isso! Se ele tinha dado logo o nome... Quando ele veio ter comigo, não o tinha aporfilhado ainda.

Uma vez, estava no lar, ainda trabalhava então com o Professor, estava à beira da Bernadete e de outra e encontro-o. Foi num dia lá dos mortos, em Novembro. Vinha ele e outro lá do Cemitério de Agramonte e passou ali pela Boavista, viu-me e falou comigo. Onde é que eu estava e tal, e eu lá disse. Já tinha passado por ele, anteriormente, eu tinha feito de conta e ele também. Mas, naquele dia, resolveu falar.

Um dia, nunca mais me esqueço que foi o dia 10 de Junho, dia de Camões, eu estava a almoçar e era feijoada lá no lar. Já começar a comer, tocou o telefone: era para mim. A freira chamou-me, era ele. Queria que saísse com ele. Era estranho, de repente assim! Porque é que eu me lembro que eram feijões? Levantei-me, já não me deu tempo de ir a lado nenhum, vomitei tudo num balde. Tal era a tensão.

Era uma série delas, de volta de mim, nem acabaram de comer: uma a pentear-me, que eu tinha os cabelos compridos, outra deu-me um colar. Eu tinha um vestido, por acaso, muito interessante, lá o vesti e lá ter com ele. Fiquei à beira da Arcádia à espera. Já estava para aí há dez minutos à espera do homem e ele não vinha. Nisto, lá vem ele do outro lado. Atravessou a rua e lá demos uma volta. Então o que é que ele dizia? Que tinha pensado e que não podia estar toda a vida assim. Entretanto, com quem ele deveria casar era comigo. Foi logo assim directo. E *terréutéutéu*, lá fomos, jantei lá com ele. Telefonei para o lar para

a freira a dizer que ia mesmo na hora de fechar (fechava às dez e meia da noite). E depois, a partir dali, aparecia-me.

Eu disse ao Professor e diz ele:

— Veja lá onde é que se mete. Eu tenho má fama. — que ele tinha assim uma fama das meninas, era também um homem muito interessante. — Se você engravida outra vez, sou eu que estou na berlinda. Entretanto, veja lá, Maria de Lurdes, gosto muito de si, mas não me obrigue a mandá-la embora, porque eu não queria fazer isso. Portanto, diga-lhe a ele, para já, que venha ter comigo. Preciso de ter uma conversa assim...

E ele, por acaso foi, eu pensava que ele não ia, mas foi. O professor pôs-me, na lua, não foi na minha frente, mas lá lhe fez ver que a primeira coisa que tinha que fazer era dar um nome à criança. Pronto, e depois o professor ficou a ser o nosso padrinho de casamento. E foi assim.

2.4. “A vida de casada foi uma porcaria”

A outra vida, de casada, foi uma porcaria. Claro, também não posso dizer que foi sempre, sempre. O que tornava tudo mais difícil era a instabilidade dele. Hoje estava um encanto, amanhã já... Depois vinha outra vez bem, depois vinha não sei quantos. Só que, se ele fosse sempre mau, era fácil de me desligar. Assim, não. Punha a hipótese de haver melhoras, andava naquela esperança. É assim um bocado complicado. Não vinha muitas vezes comer, nem sequer avisava que não vinha. Depois saía às três, às quatro, às cinco horas, de madrugada, eu não dormia, ficava magoada, pensava assim: «Então, sabe que eu que vou trabalhar...», e ficava fora de mim. Não era eu mesma. Eu ficava totalmente diferente. Eu ficava possessa também. Depois ele, chegava, e lá era ali uma zaragata, quase sempre. A dada altura, nem sequer ligava. Uma vez disse-lhe:

— Tenho a sensação de que, quando fazes esses telefonemas, quando dizes «vou já para cima», deve estar ao teu lado alguém, e tu queres provar a esse alguém que fazes de mim aquilo que tu queres.

Ele ficava possesso. Eu chegava lá, mas não sabia como é que havia de lidar com a situação, porque ele era da judiciária. Eu não tinha dinheiro na altura para pôr um detective particular atrás dele. Tinha os filhos pequenos para cuidar. A enfermagem era quase um

quartel general, e chegava a casa e tinha a vida de casa e os miúdos e essa coisa toda, não dava muito tempo de pensar em sair da situação.

Eu, quando estava sozinha no quarto, sabe Deus... Mas não podia também ir. Não ia deixar dois filhos com ele, ou um, ou três. E onde é que eu ia com os quatro, se saísse? Mas era assim um bocado complicado.

Ele, nesta última filha, queria que eu abortasse, mas não abortei. Depois já era a predilecta dele. Era engraçado, tão predilecta que a rapariga, coitada, ainda ficou meia abananada.

Também bebia bastante, tinha esse problema. Acompanhava-se sempre de outros homens com aquela identificação de grupo do alcoólico. Eu bem lia aqui as coisas, bem sabia, mas... O problema é como resolver: nem quem está de fora resolve depressa, quanto mais quem está dentro.

“Saí de casa durante três meses”

Quando andava maluco com ela [amante], aí é que ele me fez mesmo uma vida horrível durante um ano. Fez mesmo. Até que, a dada altura eu comecei, realmente a cansar e pulo mesmo de lado, afectivamente. Um dia qualquer, chegou às quatro da manhã, veio ao quarto, levou a almofada e foi para um sofá para a sala. E eu, tudo bem. A partir dali, nunca mais quis saber, nem se ele tinha almofada limpa, se tinha lençóis, se ele dormia aqui, se dormia acolá. Ele enrolava os lençóis, punha num quarto pequeno em cima de uma arca que lá estava e aquilo lá andava. A miúda mais nova [filha] é que substituía, quando era para mudar. E andamos assim um tempo. Não o fui lá buscar para ele vir para a minha beira, bolas! Ainda ficou lá assim um tempo no sofá.

E então saí de casa, fui para outra cidade, para o meu apartamento, para não ter que ficar em casa. Estive lá três meses. Ia e vinha... Nesses três meses, é que ele andou bem!. Julguei que as filhas o prendessem um bocado, mas não. Ele abandonou-as totalmente e não queria jantar, nem aparecia, às vezes. E a mais velha que não tinha namorado, nem tinha nada, vinha de trabalhar e sentia-se muito sozinha, uma vez ou outra, ia ficar comigo, depois vínhamos as duas. Numa das vezes, na estação, eu vi a rapariga muito triste, na sala de espera, perguntei-lhe e ela lá me disse:

— Ó mamã, deixa-te disso, anda-te embora, sinto-me tão sozinha. — e eu lá vim.

Dali a pouco tempo lá foi então a tal crise grande e eu nunca mais liguei, também. Ele também chegava às quatro e tal da manhã, cinco, mas era assim diário, ele não aguentava, diariamente, aquele ritmo de vida! Estar a dormir com a mulher [amante], ou lá o que era, ter que se vestir, ter que vir outra vez para casa. Eu não sei quem era a outra, a sirigaita. Sei que uma vez ela ligou para lá, de tarde, era assim um exemplar que se via que não tinha... Ligou a perguntar se era ali a casa do Sr. José Vasco Martins. Ele não é José, é Manuel. José era o padre, o irmão, o tal Zezinho. Eu disse que não, que não havia ali José nenhum, mas também não disse quem era, percebeu-se logo que havia ali história. Depois disse-lhe a ele:

- Para a outra vez, dá o nome direitinho às meninas. É melhor não dares falsos nomes.
- Anh, anh, mas que meninas?... Perguntaste-lhe o que é que ela queria?
- O que ela queria eu já sei! Ponto final.

O processo até ao divórcio: “fez-me coisas muito baixas”

Depois, fez-me coisas mesmo muito baixas, que nem vale a pena relatá-las. E a dada altura saiu de casa mesmo. Saiu nos finais de Julho de noventa e seis, quando sabia que em Setembro a filha mais velha se ia casar. Os momentos que ele escolhia!... O que eu tive de suportar também. A rapariga casou-se no dia vinte e oito de Setembro, que é também o aniversário do meu genro. Escolheram essa data, ele festejou os anos e casaram. Foi desta que nasceu esta minha neta.

Aos cinquenta e seis anos meus, eu sou mais nova do que ele oito, mas, pelos vistos, ele gosta é das novitas mesmo e então... acho que ele deve ser pedófilo, porque, segundo me disseram, ele andava com essa rapariga desde os dezassete anos. Ele é um sujeito com mais de sessenta! Não é normal.

Andei assim abananada um tempo, o que me valeram foi aqui a Tina e a Conceição e as amigas lá da cidade onde tenho o meu apartamento, andava assim meia desvairada. Não era pela perda lá do «exemplar», era, realmente, por estas coisas todas, por aquilo que era meu, pelo casamento da filha, que fui eu que suportei tudo, e por ter aguentado toda aquela tensão.

Um dia, chego a casa, já ao fim de alguns meses de ele ter saído, e havia lá o pedido de divórcio. Ai, este papel tem graça, este do divórcio.

• Manobras intimidatórias e perseguições

Ele saiu no final de Junho, mas aí no início de Julho, fins de Junho, ele esteve para aí uma semana que não veio a casa. Ainda estava em casa, mas não veio dormir. Faço anos a seis de Junho e, em noventa e seis, era uma Segunda-feira, nunca me hei-de esquecer. Ele não tinha estado o fim-de-semana. Já há uns dias que não vinha. O que é que tinha acontecido? Saiu com o nosso carro, que não estava na garagem, e deixou, no lugar do nosso, o da polícia, que esteve lá uma série de dias ali metido. Eu acho que isto que é um crime, mas esteve. Entretanto, eu andava em estágio no hospital, estava lá e diz-me uma empregada lá do serviço:

— Ó senhora monitora, vá lá fora que estão lá uns senhores que querem falar consigo.

— Uns senhores? — lá fui.

Então, dou de caras com ele e com um colega de gabinete, um novato. Lá estava ele, na recepção, e esse novato junto dele, que era um tal de agente Barata, soube depois o nome do homem. Então, o que é que ele queria? Tinha dada cabo das chaves do carro do Estado. Não sei o que é que ele fez a elas e então dizia que eu que lhas tirei. Deixou-as nalgum sítio, ou até ela lhas teria tirado para precipitar a situação de ele abandonar a casa. Então, o homem vem lá, com o outro, e queria as chaves. E eu, meia parva:

— Que chaves?

— Ai, as chaves. Estás a ver como ela é? Tirou-me as chaves. — ele para o outro.

E o outro era assim:

— Ó minha senhora, dê-lhe as chaves do carro, porque a gente tem que ir trabalhar.

— Mas o que é que estão aí a dizer? Que conversa é essa? — Foi para ali uma cena! E digo assim: — E de resto, não sei o que este homem quer de mim, porque, afinal, já há muito tempo que não põe os pés em casa, nem contribui com nada para ela, já nem sequer a mercearia põe em casa, nem nada. Não sei o que é que ele quer de mim, afinal. Procure, talvez a sua amante saiba onde é que elas estão.

Nisto, passou a chefe de serviço, a enfermeira Castro, e eu disse-lhe assim:

— Ó senhora enfermeira, deixe este senhor ir lá em cima comigo, ver a minha carteira.

A mulher deve ter ficado parva. Ela não sabia que o homem era agente, nem nada, ele estava à civil.

— Não, minha senhora, não é preciso. — diz o homem.

— Não, não, é preciso. Agora, o senhor vem lá e eu mostro-lhe a carteira, para ver se tem lá alguma coisa. — e deitei lá aquela porcaria em cima de uma mesa, *prrr*: já estava também irritada com aquelas manobras dele... — Agora se o senhor quiser que eu me dispa... — eu assim para o catraio.

— Não minha senhora! Não. Eu estou convencido que ele que as deixou nalgum sítio.

Lá se foram embora. À tarde, sou assaltada em frente à minha porta, de esticção. Veio um carro com uns *magareiros* lá dentro e eu estava a falar com uma vizinha de frente:

— Ó D. Lurdes, a senhora está tão magrinha! — queria conversa e eu lá disse:

— Olhe, estou, mas eu sinto-me bem, não estou doente... — e nisto, nem estava há dois minutos, ou três, passou o carro mesmo rente a mim e levou-me a carteira.

Caí violentamente e sei que tive este pensamento: “Ai meu Deus, vou ficar esborrachada.” Mas não, só tive umas negritas. Não tive a sensação que foi roubo de carteira, julguei que tinha sido atropelada. Quando me vim, estava de costas. Quando me levantei, começou ela a gritar:

— Ai, levaram-lhe a carteira. — como eu tinha lá tudo, cheques, cartões, as chaves das duas casas, estava muito preocupada com as chaves de lá.

Levaram-me as chaves de casa, mas a mais nova tinha acabado de subir. Tive que fazer outro buraco na porta, outra chave. Ele, na altura, ainda vinha a casa, mas vinha às quatro, às cinco e eu penso que isto que foi autoria dele. Mandou alguns dos seus capangas atrás de mim. Ele era muito esperto, porque provocava-me com coisas mesmo ordinárias, em silêncio, mas eu percebia o que é que ele queria: queria que eu berrasse como das outras vezes, que era para ter um pé para sair. Nem nada!

Entretanto, numa Sexta-feira dessa mesma semana, ele chega a casa à tarde, e tinha andado a mexer na fechadura da caixa do correio, porque só ele é que tinha as chaves. Nós não tínhamos, nem eu nem elas. E então, tirou a correspondência e havia uma carta para mim, e ele pousou a carta lá numa mesa, de maneira a que eu visse. Eu vou para o quarto, ponho os óculos, vou ler a carta e vinha endereçada a Maria de Lurdes Vasco Moura. O carimbo era da Gandra e dentro tinha um papelinho e dizia assim: «Junto se envia a sua fotografia encontrada no corredor do Hospital, departamento de informática», Paulo não sei quê, já não me lembro. Ainda tenho o cartão. Então, aparecia aí uma fotografia de quando eu tinha onze anos. Tinha na minha carteira. Mas o que é importante

aqui é o que essa carta dizia e esta fotografia! Porque na fotografia, por trás, estava a letra do meu pai: «Menina Maria de Lurdes Martins de Sousa», não tinha nada de «Vasco Moura». Era isso que me baralhava. Como é que a fotografia tinha um nome e o autor da carta tinha posto outro?!

No corredor do Hospital, quando eu não tinha andado lá, porque é que a fotografia lá foi parar? E fiquei assim baralhada. Eu tenho isso tudo guardado. O homem trabalha lá, no departamento de informática. O papel não era timbrado, era um papelinho! Pensei assim: «Vão saber que eu estou no Hospital. Não tenho que ir ver se existe este homem. Pode ser perigoso para mim.» Andei aquela manhã que Deus me livre! Cheguei ao meio dia, vim-me embora. Cheguei ao Hospital, vesti uma bata, fui saber onde era o departamento de informática e ver esse Paulo. Era na hora do almoço, tive que estar à espera dele. Nisto, vêm dois e um deles de argolinha [na orelha] e eu perguntei-lhe se algum deles era o senhor Paulo. Diz o da argola: «Sou eu.» O outro caminhou, ele ficou comigo no corredor e digo assim:

— Olhe, era por causa de uma fotografia que o senhor me mandou por carta, foi encontrada no corredor hospital.

Fez-se um silêncio... Ele ficou muito atrapalhado, foi apanhado em flagrante: ali havia coisa. Quer dizer, não sei se foi mandado por ele, se era menino que andasse com a sirigaita, que era mais para a idade dela. Isso foi qualquer plano que eles fizeram para me pôr maluca, para me chatear. E isso aí também me dava assim um bocado na alma. É que depois analisava: «pode ser isto, isto, ou isto e isto». E aqui eu acho que foi um plano dele ou dela. E foi como quem: «Põe-te a pau, porque se quiser dou cabo de ti.» Disse ao homem:

— Como é que o senhor soube a minha direcção e o nome de casada?

— Ah, a fotografia tinha o nome.

— Não, não. Tinha o meu nome de solteira, não tinha o meu nome de casada. Como é que o senhor soube? — outro silêncio.

— Fui ver aos dados.

— A fotografia nem sequer era recente, era de quando eu era pequenina, como é que soube que era minha?

— Eu fui ver aos dados.

— Que dados? Mas eu nem sequer sou funcionária aqui do hospital, como é que o senhor foi ver aos dados?

— Dados de informática. Como doente.

Por acaso tenho o cartão do hospital como doente, mas deve haver milhentas Marias de Lurdes. Eu, se quisesse tinha liquidado aquele homem. Quer dizer, ia à Administração, fazia uma queixa, porque ele mesmo que fosse ver aos dados, não tinha nada que andar a usá-los. Digo assim:

— Então, pronto já estou esclarecida. Mas queria ao menos pagar-lhe o selo.

— Ai, não, não. — o que ele queria era sair da minha beira.

Eu dava cabo dele. Ele estava enrascado e demorava assim tempo para me dar as respostas. Peguei e saí, vim-me embora, mas andava louca... Fiquei assim um bocado aterrorizada.

A carteira apareceu depois, em Matosinhos. Uma senhora telefonou-me a dizer que tinha lá uma carteira. Devolveu-me a carteira com as chaves, com tudo. Claro que o dinheiro não apareceu. Eu tinha telefonado para Lisboa, para a telecaixa, e tiveram que rejeitar os cheques daquela série, no dia seguinte.

Naqueles tempos eu andava louca. O meu compadre de Vila Chã, o Ernesto, tinha sido operado e estava na Casa de Saúde. Fui lá vê-lo e contei-lhe. Levei-lhe o papelinho, levei-lhe tudo. Diz ele assim:

— Ó comadre, que és esperta e que sabes escrever, porque é que não escreves ao Provedor de Justiça, a dizer que te sentes ameaçada? Ou então ponho-lhe em cima um advogado, que eu lamento que o Manuel seja assim tão burro. — portanto, também ficou convicto que isto era ele [marido].

De maneira que foi uma época difícil...

Eu cheguei a casa e disse, eles até ficaram assim um bocado surpreendidos:

— Ei!, faz favor de avisarem lá o vosso paizinho que eu tenho gente amiga que, se me acontecer a mínima coisa, nem que seja natural, ele vai ser incomodado. Digam-lhe isso.

Não sei se eles lhe disseram ou não disseram, nunca mais ninguém me chateou. Mas era o meu compadre:

— Tenha muito cuidado ao atravessar a rua...

E o rapaz [do Hospital] devia ter ficado apavorado, porque depois soube que, dali a uns dias, ele meteu baixa. Agora não sei se lá está, nem se não está. Aqui a Tina e a Conceição, as minhas amigas, conheciam administrativos, e diz uma delas assim:

— Dá-me cá isso! Quem vai lá tratar disso sou eu. — dei-lhes aquilo e disse-lhes:

— Mas tenham cuidado, porque ele agora sabe, já me viu a cara. Tenham cuidado, não quero que se metam nisso.

Pequenas vinganças

E no dia sete de Setembro, portanto, anteriormente ao casamento da minha filha, eu tinha ido à casa dos meus compadres de Vila Chã, era um Sábado. E, de vez em quando metia-me no comboio, como andava assim um bocado *avariada*, ia lá assim um bocadinho, conversava e depois vinha-me embora. E, à vinda, quando cheguei à estação, já eram oito menos cinco da noite, já estava assim lusco-fusco, e vejo passar um carro da polícia, o que ele usualmente trazia. Estava à espera do autocarro e, ali na curva, vejo o carro, conhecia a matrícula, vejo-o a ele e vejo os cabelos compridos da sirigaita. Ele tinha saído em Julho, já nos fins de Julho, mas eu fiquei!...

Então quando eu lhe pedia, às vezes que chovia que eu sei lá, e ele tinha o carro, ele dizia: «Ai, não, e depois se alguém me vê contigo, sou chamado ao director.» Veio tudo à memória num turbilhão e pensei: «Deixa estar que eu já te digo como é», e vim durante o autocarro a conceber o plano.

“— É legal o pessoal da Judiciária passear as amantes nos carros da polícia?”

Cheguei a casa, estava a rapariga mais nova [filha], só vivia já com ela. Estava ela toda preparada para sair lá com as amigas e até ficou assim parada para ver. Não gostou muito do que eu fiz, mas eu fi-lo, na mesma. Peguei no telefone e ligo para a judiciária. Vem-me um senhor, que diga-se em abono da verdade, era um homem esperto. Devia ser um rapaz novo ainda, pela voz, e foi inteligente mesmo. Mas eu andava meia *apanhada do clima*, mesmo assim admiro-me como é que eu falei assim tão direitinha:

— Olhe, eu desejava fazer uma pergunta.

— Faz favor, minha senhora.

— Será legal os senhores agentes passearem as amantes num carro do Estado? — fez-se um período latente:

— Ó minha senhora, os carros de Estado são de serviço.

— Bem me queria parecer, mas poderia ser uma concessão de última hora. — Eu assim, cínica.

Mas depois dei a volta ao texto. Pensei assim: «Ele às tantas não aguenta este cinismo, desliga-me o telefone e 'vá lá para o raio que a parta'». E digo assim:

— Mas talvez o Sr. Provedor da justiça me possa elucidar melhor. — fui logo assim para ele não me desligar o telefone.

— Mas quem está a falar, minha senhora? Olhe, e quem era, quem era? — ele já assim, eles são terríveis; mas eu, o que quis foi abanar a estrutura.

— Olhe, quem foi, por enquanto não digo. Ou por outro, dou-lhe outros dados. É uma pessoa veterana aí e cuja amante poderia ser filha dele. De resto, se os senhores quiserem investigar, não é assim tão difícil como isso, porque, penso eu, que não é qualquer um que mantém um carro de estado aprisionado um fim de semana. Portanto, os senhores se quiserem sabem quem foi, sabem.

— Ó minha senhora, mas com certeza andava em serviço, não é? — Mas disse aquilo pouco convicto, foi mesmo para fazer conversa; e depois: — Ó minha senhora, mas escusa de escrever ao senhor Provedor da Justiça, escreva aqui para o Sr. Director.

— Não, não. Para aí, não vale a pena, porque eu sei muito bem que só chega à mão do Sr. Director aquela correspondência que o senhor bem entende. Não vale a pena. Muito obrigada, já estou esclarecida. —

E pensei assim: «Isto agora vai ser mote para a conversa deles durante o piquete. Isto vai ser um *zumzum*: 'Houve para aqui uma gaja, que telefonou, que fez isto, que fez aquilo'.» Eu já estava ali a congeminar. E assim foi. E ele bem soube que eu que tinha telefonado. Toda a gente sabia quem ele era, que era um bobo da corte.

Um bonito casamento para a filha

A festa do casamento esteve bem, esteve tudo muito bonito. Ele foi ao casamento. Foi só, não sei se a tinha lá na estalagem. Desconfio que ele devia tê-la lá para algum canto, porque ele estava muito instável, mesmo na mesa, de vez em quando, levantava-se. Eu

estava muito magrita, na altura. La comprei uma roupa muito bonita, mas agora olho para ela que não caibo nela. Lá me arranjei bem. Ela [filha] saiu vestida do meu apartamento, onde eu estava (eu tinha lá ficado com a mais nova). Ele foi lá buscá-la, mas não entrou, claro: ficou cá fora, ele e um amigo. Entretanto, eu ia com a minha amiga, que me dava boleia no carro dela. Ela tem vários carros, mas veio no BMW e foi-me lá buscar. Ela vive em Ó-Mar-Salgado. Claro que não dormi nada de noite e tomei um Lexotan, para ver se me aguentava mais ou menos todo o dia.

Ele tinha saído em Julho, dois meses antes. Arranjei-me: estava realmente bonita, tinha um chapéu e a coisa ficava-me bem. E o fatito, estava magrita, nem parecia a idade que tinha, na altura. Ela [amiga] chegou lá, viu-me e diz assim:

— Ai, tu vê lá, a outra engraçada, que é uma mulher que só tem a terceira classe, mas tem a escola da vida! Tu saís daqui toda tesa, que ele está ali em baixo. Vai toda tesa, porque tu estás muito bonita. O que é que ele é à tua beira, aquele “bosteirão”? — foi mesmo o que ela disse: — Aquele “bosteirão”, nem sei o é que tu viste nele.

Lá de físico era bonito, mas a falar, era assim meio pataleiro. Nem sequer me cheguei ao homem. Na igreja, estive sozinha, atrás, com o meu filho casado e a minha nora. Ele estava à minha frente. Depois, na mesa, pus-me numa ponta de tudo e deixei ficar o lugar para ele ao lado da filha. Mas eu pus-me num extremo. Nem para cara dele olhei. Eu disse lá em cima a outra minha amiga:

— Porque eu hei-de ir lá falar com ele. Hei-de passar pelas mesas todas, a saber se está tudo em ordem. Vou-lhe perguntar mesmo a ele se está tudo em ordem, se está a gostar... E fiz. Fiz isso, e ele ficou tão vermelho quando me viu! E o homem todo atrapalhado, porque depois as pessoas contaram-me, todo tempo acho que não tirava os olhos de mim. Mirou-me todo o tempo!...

• **Acreditando numa outra justiça**

O homem saiu [de casa] e parece que foi castigado. Estava há pouco tempo lá com a sirigaita, como eu digo, ficou doente. Começam a dizer-me que o viram na rua, que ele mancava. Uma artrose assim, de um momento para o outro, não é assim muito bom. O que será? Foi operado ano passado, em Fevereiro. Bem, ele que tinha sido sempre saudável, a não ser de início, que tinha umas gripezitas. Tinha sido saudável. Eu até dizia: «Olha, a

saúde em demasia até é mal.» Se ele fosse um bocadinho mais adoentado... Se ele fosse um bocadinho mais adoentado, já não andava assim nestas coisas, já era mais manso. Vim a saber por uma ex-cunhada minha, que me telefonou a dizer isso:

— Ai, o teu não sei quantos tem uma doença muito grave. Acho que tem andado como um cabelinho¹⁵, fininho como um cabelinho.

Bem, «é só um aneurisma da aorta», pensei eu cá para mim. Falo aqui com umas amigas, uma que esteve ali na cirurgia torácica, mesmo nos transplantes cardíacos e diz ela:

— Ai, o gajo está lixado. Depende, depende. Se é um aneurisma da aorta cá para cima, ele está lixado. Ou cai numas mãos com muito nível e que seja operado e a coisa não corra mal, se não, está lixado.

E, segundo o que ela diz, o que ele devia ter tido era um aneurisma da aorta abdominal e um dos sintomas logo é a impotência. Por dificuldades circulatórias. Mas ele provou o contrário. Agora falta saber se, efectivamente, a menina [filha] é dele ou não é dele. É que ele arranjou uma filhita, tem uma miúda, deve ter para aí uns nove meses ou oito. Sei que foi operado e anda a fazer terapêutica, tanto que houve um ano que uma cunhada me disse que ele lhe mostrou um cartãozinho. É terapêutica, não ficou bom. De um momento para o outro, pode a coisa também complicar. Mas o mundo é grande. Que ande para lá o homem. Cabe ele, caibo eu.

Património conjugal em causa: “ele estoira tudo, e ainda quer parte do que é meu”

Há agora aqui um contexto todo muito complicado. Ele estoira tudo, quer dizer, eu é que consegui alguma coisa. Isso desgosta-me, porque realmente o apartamento foi comprado por mim. Se fosse comprado pelos dois, não nos restava nada. Era a dividir por dois, aí vai disto. O apartamento foi por troca de uma coisa que era minha, da minha família. Aí é que me dói. E ele quer, tem direito porque estamos casados com comunhão geral de bens. E ‘esse sujeito’ foi abordado por um irmão dele que já morreu no ano passado, que não concordava com isto. Pensava que ele devia de abdicar para os filhos. Eu mandei-lhe esse recado, até lhe fiz esta proposta de que eu também abdicaria da minha parte em favor dos filhos e que íamos os dois usufruir. E ainda com uma coisa: eu comprometia-me, de facto, a suportar os custos, que é o que eu tenho feito. Já tenho mil e tal contos desde que fui eu a

¹⁵ O mesmo que magrinho.

pagar condomínio, contribuição autárquica, água, luz... Tudo. Essas coisas assim. A minha filha é que está a contabilizar tudo, tem tudo em ordem. E ele continua a querer a parte dele do apartamento... Com a doença, agora é que ele quer. Porque é que a sirigaita o quer? Deve ser para lhe «chupar» a reforma, porque ele agora já está reformado, que eu soube. E ele devia tê-la levado lá várias vezes. Não é para me estar a gabar, mas está com uns bons acabamentos, muito arranjadinho, eu tinha realmente me empenhado muito naquilo, porque fui criada naquele casarão grande, não faltou espaço, não faltou nada, apesar de sermos pobres. Os meus filhos já não usufruíram assim de uma liberdade de espaço como eu e digo assim: «Bem, embora tardiamente, já passo a ter outra vez uma coisinha que me pertence, que é minha». E ele está a jogar com isso, porque julga que eu morro se tenho que lhe dar a metade das coisas, porque tinha que me desfazer daquela coisa toda. Foi o que me custou mais. Tinha lá *bibelots* bons, que eu dantes gastava o dinheiro assim nessas coisas. Algumas coisas tirei, e demorei anos a desmontar aquilo. Aquilo para mim era quase como um altar. As minhas amigas foram lá ajudar-me a embrulhar tudo, se eu deixasse, elas deixavam-lhe só as paredes. Ia com mobílias e tudo, não sei para onde.

Não se devia poder mexer na herança das pessoas, isto era uma lei a rever quanto antes. Já não me serve, a lei, já não me serve a mim, mas fazer com que isto não permaneça, que não caia outra desgraçada, como eu, nesta história. Tem que se lutar por isso.

Ele, agora, já não me interessa. De início, tinha-lhe raiva. Se me viessem dizer: «Olha ele está ali a passar mal», eu era capaz de ficar contente. Deus me perdoe estas coisas, mas ficava, na altura, ficava. Agora não. Não me diz nada. Bem dizia o Dr. Pinto, que é um psiquiatra:

— Há-de chegar uma altura que a Lurdes nem se lembra, nem o considera sequer pai dos filhos. — e é isso mesmo.

Esse senhor, meu amigo e psiquiatra, andava muito preocupado comigo, porque ele [ex-marido] não era grande especialidade, mas esta coisa de a gente ser abandonada assim... Sobretudo por uma rapariga mais nova, porque se a mulher tinha quarenta, cinquenta, pronto já era uma mulher. Agora, uma rapariga... Ele escolheu mesmo isso, talvez, para me humilhar.

2.5. “Agora a parte fundamental: uma relação compensadora”

Eu tinha o meu segundo grupo de alunas daqui desta escola que todos os anos, elas se reúnem no primeiro Sábado de Abril para um almoço, as que querem ir. Eu, muitas vezes não ia, que era para não abrir precedentes, para «sua alteza» não dizer que eu que também ia e não sei quê. Era burra! Não diria burra, mas...

Tinha ido numa excursão a Marrocos, onde tinha encontrado uma dessas raparigas, que me diz:

— Olhe, que já está a chegar o mês de Abril e já sabe, tem que ir, desta vez, tem que ir ao almoço.

— Ai, sim, agora posso ir. Sou livre, posso ir.

Lá fui. Como não conduzo, elas dão-me boleia, aqui no hospital. Lá ia essa a Belinha, que era a que eu encontrei lá na excursão de Marrocos. O almoço era em Fafe, esse ano. Todos os anos roda. No percurso, diz-me assim a Belinha, que era quem ia a conduzir:

— Ó Sr.^a enfermeira, aqui a Joaquina voltou a casar. — era uma que ia à minha beira e que era mais velha do que eu.

— Ai sim, ai, então ainda não perdi as esperanças! Olhai, ó meninas e, a propósito, sabeis que eu estou livre, se souberem de um partido muito bom... — mas tudo na brincadeira. — avisem-me, que eu estou livre.

Diz assim uma, a Francisca, que é solteira:

— Por acaso, eu sei.

— Ai sabe? Então, diga-me lá. Arranje lá isso.

— Sei. É um homem viúvo há dois anos. Tem uma casa no Mosteiro. Vive em Esposende.

— Olhe, e o que é que o homem faz?

— É médico.

— Tanto melhor. Então estou bem, assim...

— Tem uma clínica.

— Ó, então é que é bom. Então arranje lá isso. — digo eu, sempre na brincadeira.

— Ah, ele, para já, não precisa para a cama.

— Eu também não. Não quero perder esse partido nem por nada.

— Só companhia.

— Ótimo, eu também é só companhia.

Foi a pergunta que ele mais tarde me fez: como é que ela sabia se ele queria ir para a cama ou não queria. Mas foi o que ela me disse. Depois, digo eu assim, como ela é solteira, tem cinquenta e um anos:

— Olhe e porque é que não o quer para si?

— Não, estou interessada no irmão.

— Olhe e eu não sou velha para ele? — tinha cinquenta e seis, na altura. — Não serei velha para ele?

— Não deve ser.

— Então está bem.

Lá fomos, almoçamos, estivemos lá, viemos ao fim da tarde e outra vez as mesmas no mesmo carro. Volto eu à mesma brincadeira:

— Ouça lá, que aquela conversa fica de pé.

— Está bem, Sr.^a Enfermeira, fica.

Dali a uns dias, estava em casa à tarde, toca o telefone e era ela. Diz assim:

— Sabe quem fala?

— Diga mais qualquer coisa, a ver se a identifico. — ela lá falou mais um bocadinho: — É a Francisca.

— Olhe, quer vir jantar amanhã?

— E o homem vai?

— Pois com certeza. — Diz ela. — Ainda mora no mesmo sítio?

— Moro.

— Então vou lá buscá-la, às oito, estou lá a buscá-la.

— Está bem. —

Eu lá estava, lá me aperaltei, como pude, e lá veio ela e o tal irmão. Vieram buscar-me e lá fomos em direcção ao restaurante. E agora cá estamos os dois, numa relação livre, cada um na sua casa. Encontram-nos quando combinamos.

3. Maria Carolina Cardoso, “o que eu sou é professora”

3.1. A infância entre o moinho e África, crescendo com o trabalho e as *letras*

O meu pai era moleiro

O meu pai e a minha mãe eram naturais, cada um deles, de uma freguesia do concelho de Condeixa-a-Nova e ambos faziam parte de famílias de moleiros. O próprio pai era moleiro, que era uma profissão extremamente modesta. Hoje, quase não há moleiros, mas eu acho que, apesar de modesta, era uma profissão muito, muito interessante e uma coisa muito poética, também. Ainda há um moinho na família, embora não funcione como tal, é mais uma recordação e ainda hoje gosto de ouvir aquele barulho incessante, de sentir a água a passar por baixo, porque são moinhos de água, a que também chamavam azenhas. Conheci duas azenhas diferentes, onde vivi até aos meus seis anos de idade. Mas a que acabou por ter efeitos muito profundos na vida de todos nós foi a última, que se situava em Vila Pouca de Cenarche, que, por acaso, já pertence ao concelho de Coimbra.

À sua maneira, o meu pai era uma pessoa um tanto empreendedora, não era muito, mas bastante para o seu tempo e a sua cultura. Assim, em 1948, tinha eu seis anos, ele mandou electrificar o moinho, o que se justificava, porque durante grande parte do ano não havia água suficiente para mover as mós e, portanto, não se moía. Nessa altura, passava-se muito mal. Tenho uma ideia muito concreta disso. Lembro-me de que comíamos muitas papas de farinha de milho com sardinha frita ou assada. Muitas papas e pouca sardinha... Nesse ano, fui pela primeira vez para a escola, em Vila Pouca, e lembro-me de coisas que então aconteceram que sempre achei extraordinárias e que nem sei explicar.

Por exemplo, no primeiro dia de aulas, a professora perguntou a todos “O que é que tu queres ser?” e os rapazes diziam as coisas que se diziam naquela altura. Em 1949, o que é que se dizia? Queria-se ser carteiro, guarda-republicano, carpinteiro, pedreiro. Coisas assim, e pouco mais, e as raparigas, então, quando muito queriam ser costureiras. Os horizontes eram muito curtos para nós, mas eu dei por mim a dizer: “Quero ser professora de grandes”.

Ainda hoje, pergunto-me a mim mesma, porque é que disse aquilo. Eu sabia lá o que era ser professora de grandes!? Não sabia! Mas foi o que eu respondi...

Quando cheguei a casa, nesse primeiro dia, o meu pai perguntou-me o que é que eu tinha aprendido e eu respondi:

— Aprendi o, a, e, i, o, u. O A é branco, o E é verde, o I é amarelo, o é castanho e o U é roxo.

E ele perguntou outra vez: — O quê?!

E ainda hoje eu vejo os sons das vogais assim. Ainda hoje faço o mesmo com os sons e com os nomes das pessoas. Para mim, as Elsas são verdes, não há dúvida nenhuma, as Anas e as Marias são brancas e as Marias Josés têm duas cores. Maria é branco e José tem um risco azul por cima. É assim que eu vejo as coisas, não faço esforço nenhum.

O meu pai deve ter ficado preocupado porque, no dia seguinte, foi à escola e a professora disse-lhe, assim que ele chegou:

— Olhe que ela, se calhar, eu não sei em que é que isto vai dar, porque ela disse que queria ser professora dos grandes.

E estiveram a conversar com um ar sério mas ninguém me disse mais nada.

Pedi uma “Carta de Chamada” (...) e fomos os quatro para África

Para electrificar o tal moinho, o meu pai tinha pedido um dinheiro emprestado, para ir pagando por letras, que era assim que as coisas se passavam naquele tempo. Ora, nós morávamos num fundão e o meu pai ia buscar o milho para moer, a casa dos fregueses e depois ia levar a farinha já moída, num carroça puxada por uma mula. Como a ladeira do fundão onde estava a moagem e a estrada que ele tinha que tomar era muito íngreme, era preciso ajudar a mula a subir, empurrando a carroça, o que era feito pelo meu pai e pela minha mãe.

Um dia de Inverno, ainda escuro, estavam eles a empurrar a carroça e eu e o meu irmão, dois anos mais novo do que eu, estávamos na cama, no quente, até a minha mãe voltar para trás e nos dar o café da manhã com boroa. Lembro-me que adoçávamos o café com rebuçados, porque havia racionamento de açúcar. De repente, comecei a sentir um cheiro estranho, um queimado esquisito, cheirava a metal, era um cheiro que nunca mais esqueci. Levantei-me para ir ver e dei logo com os motores a arder. Nessa altura, já havia chamas

altas e isso, e os meus gritos fizeram com que os meus pais voltassem a correr e deixassem a mula a vir às arreguas por ali abaixo a ganhar velocidade.

Ficámos, como se diz, na miséria, pois além de o moinho estar inutilizado, não havia possibilidades de pagar a dívida que o meu pai tinha.

Ora a minha mãe tinha três irmãos em Angola, em Luanda, os dois mais velhos estabelecidos com comércio e o mais novo a trabalhar no caminho-de-ferro. Então, o meu pai escreveu ao cunhado mais velho e pediu-lhe que lhe mandasse uma “Carta de Chamada”, isto é, uma carta a garantir que, quando o meu pai chegasse a Luanda, teria emprego. Sem essa carta, não era permitido emigrar para lá, a não ser que se tivesse dinheiro para montar um negócio. E lá fomos todos juntos, os quatro. Chegámos a Luanda no dia quatorze de Março de 1950.

O meu pai e a minha mãe tinham e tiveram até à morte uma relação afectuosa extraordinária. Como eu nem me lembro de ver entre pessoas do seu meio. Uma dedicação mútua extraordinária. Estavam horas, horas a falar. Estiveram sempre juntos e tinham sempre motivo para falar. Nunca iam para lado nenhum um sem o outro e, por isso, é que fomos todos juntos para África. Não deixa de ser curioso que essa afectividade que me lembro perfeitamente de notar não se reflectia nos filhos. Não eram pais afectuosos para com os filhos. Mas não notava muito isso nessa altura. Falo por mim, mas o facto é que eu não via, à minha volta, pais que fossem carinhosos com os filhos. Eram bruscos, e a lembrança que tenho é a de que andavam sempre a ralhar connosco. O que os preocupava era a vida. Eram tempos difíceis. Como costume dizer, “não eram maus, eram pobres”.

Fiquei sozinha a viver num musseque em Luanda

Os meus pais foram trabalhar por conta desse meu tio mais velho, um solteirão, que tinha uma loja no musseque Marçal, mas tinha uma loja pequena e uma grande porção de terras para cultivar com produtos agrícolas e frutos a doze quilómetros de Luanda. Era mesmo assim que se identificava: o km12. Isto porque em frente à loja passava uma linha de comboio que ia até ao Cacuaco e os quilómetros estavam marcados de dois em dois. O meu pai e a minha mãe tomavam conta do negócio da loja, praticamente só serviam negros, nessa altura, e tratavam das hortaliças e dos pomares. O meu tio ia lá duas vezes por semana com uma carrinha e enchia-a com produtos que depois ia vender no mercado

que, nessa altura, ficava no centro da baixa, muito perto da baía de Luanda. Lembro-me das muitas mangueiras, mamoeiros e papaieiras, fruta-pinha (aqui chamada anona), sape-sape e abacates. Os cajus eram abundantes mas não se compravam. Era só apanhá-los. Então os meus pais estavam longe da cidade, onde não havia escola. Naquela altura, em 1950, não havia grandes transportes (a não ser o tal comboio mas não servia para o efeito) e eu fiquei sozinha, com o meu tio na loja, no tal musseque Marçal. Também tinha uma pensão com meia dúzia de hóspedes da mesma região que nós. Era só para homens: pedreiros, carpinteiros... Aqueles colonos, como se chamavam, que iam daqui e que normalmente eram lavradores, cavadores etc., mas que passavam o Equador e tinham uma profissão, passavam a ser pedreiros, carpinteiros... Eles realizavam, automaticamente, os seus sonhos, porque chegavam lá e havia tanta falta de trabalhadores, que eles passavam logo a ter uma profissão. Foi assim que fizeram até fortunas, se eram trabalhadores, despachados, porque em breve passavam a encarregados de obras, depois montavam o seu próprio negócio e lá iam singrando. Eram quase todos analfabetos e uma das coisas que eu detestava, então, era escrever-lhes e ler-lhes as cartas de e para a família. A partir da minha segunda classe, era um castigo, excepto aos fins-de-semana em que ia para o km12 passá-los com os meus pais.

Durante três anos, até 1953, eu e o meu irmão, que entretanto tinha vindo também para a escola, vivemos ali, no musseque. Levantávamo-nos de manhã e havia uma lavadeira que tratava as roupas do meu tio e da maior parte dos hóspedes e era ela que nos lavava. Especialmente a mim. Tinha umas mãos grandes, bonitas, de dedos compridos, com as palmas muito brancas e tinha um grande empenho em me trazer sempre bem lavada. Ainda agora sou capaz de recordar as mãos dela a passarem pelos meus braços muito magros e escanzelados e a doerem-me os ossos. Dava-me uns banhos de se lhe tirar o chapéu, escarolava-me toda e fazia questão de verificar como andavam o meu pescoço e as orelhas. Andava então na escola da Missão de S. Paulo, onde mais tarde vim a casar. Quando fomos para África, o meu pai esqueceu-se de pedir um certificado em como eu já andava quase no fim da primeira classe e tive que voltar ao princípio. Mas não perdi esse tempo porque no ano seguinte fiz a segunda e a terceira classes num só ano. Na escola D. Dinis, então, porque a Missão não aceitava rapazes e eu ia com o meu irmão. Era longe, na Vila Alice, mas nunca tivemos medo de nada.

Como começa a história que me faz chegar aqui...

Quando fiz a terceira classe, este meu tio, em vez de aumentar o meu pai que já estava lá a trabalhar há que tempos, a ganhar uma miséria do cunhado dele, que apenas chegava para ele mandar para Portugal (a Metrópole, como se dizia) para pagar as dívidas, ofereceu-se para me pagar o colégio. O meu pai reclamou e acabou por se despedir e ir montar um negócio no musseque mais pobre e problemático de Luanda — na Sambizanga. A casa em que vivíamos tinha só duas divisões e uma delas era a loja. Depois, o meu pai fez uns anexos no quintal para termos uma cozinha e uma retrete.

Entretanto, na quarta classe, fui estudar para o Colégio de S. José de Cluny. Era um colégio caro, de gente rica, muito bem apetrechado, com muitas freiras e alunas internas, semi-internas e externas. Existiam vários prémios, que eram dados período a período, no salão solene, onde todos os dias nos íamos reunir quando chegávamos até tocar para entrar, e onde se rezava para começar bem o dia. Eu entrei para este colégio porque era boa aluna e havia uma espécie de quota para alunos pobres, e o meu tio conseguiu, usando os seus conhecimentos, colocar-me lá e eu não pagar. Era uma aluna acima da média, mas era uma aluna que não se notava, porque aquele colégio era frequentado por muita gente bem. Era a nata social. E apesar de ser boa aluna nunca recebi senão a medalha de aplicação. As fitas de bom comportamento e de distinção, que se usavam traçadas como as faixas das *misses*, eram só para as meninas bem.

Um dia, a minha professora, que não era freira, que se chamava D. Magda, disse:

— Hoje, vocês, quando forem almoçar a casa, perguntem quem é que vem fazer a admissão. Quem é que vai fazer a quarta classe e quem é que vai continuar a estudar. Quem continuar a estudar, não precisa de fazer a quarta classe, só faz a admissão e depois vai para o liceu. Quem não quiser continuar, tem que fazer a quarta classe, porque precisa de ter um diplomazinho, para um dia que queira arranjar um emprego no Estado.

Lembro-me perfeitamente de ela me dizer isto. Eu não disse nada a ninguém, em casa.

quando veio na minha caderneta. Naquela altura tinha nove anos, ia fazer dez, mas não disse nada a ninguém. E, à tarde, quando chegou a minha vez, quando chegou a minha vez de responder, dei por mim a dizer isto:

— Vou continuar a estudar.

E a professora que sabia da minha situação económica, disse:

— Tu tens a certeza?

— Tenho. Eu disse ao meu pai, e o meu pai disse que eu que era muito inteligente e que ia continuar a estudar.

Pronto. Estava feito. Lembro-me que fui fazer a admissão em Janeiro, porque naquela altura o ano lectivo era diferente cá e lá. Por causa do clima. Nessa altura, morávamos na Sambizanga, que ficava muito longe do Liceu Nacional Salvador Correia, onde fui fazer a admissão. Tive que vir um caminho enorme, quilómetros, a pé, ao lusco-fusco já, sozinha, tive que passar pelo Cemitério do Alto das Cruzes, vulgarmente conhecido por “cemitério velho”, que tinha grades em vez de muros. Como tinha chovido e estava muito calor, havia fogos-fátuos, mas eu não sabia o que era e fiquei muito assustada.

Via luzinhas muito pequenas, com um tom azulado no meio, que vinham da terra e rapidamente se apagavam. Corri, corri, até perdi o meu Bilhete de Identidade.

Fui fazer exame de admissão ao liceu mas não disse nada disso aos meus pais! No dia seguinte, comecei a trabalhar na loja e a tomar conta do meu irmão mais novo que, entretanto, tinha nascido em 1952. Fiz os dez, onze e doze anos e calei-me muito bem caladinha, não disse nada a ninguém, porque eu sabia, de alguma forma sentia, que não estava na altura de pedir para continuar a estudar. Tinha sido essa a intenção, porque eu tinha uma noção claríssima de que vivia num buraco e que só pela instrução conseguiria sair dele. Não sei como o sabia, mas sabia. Nunca tive dúvidas de que iria continuar a estudar.

Ao fim de dois anos, comecei a dizer:

— Oh pai, tenho que ir estudar, e mais isto e mais aquilo....

— Tens que ir estudar porquê?

— Tenho que ir estudar, porque eu não fiz a quarta classe, não tenho nenhum diploma, e um dia, se eu quiser arranjar um emprego, eu não o tenho.

— Mas, então, tu não andaste, no colégio?!

— Ó pai, a professora disse que eu era muito inteligente e que eu tinha que estudar. Andei dois anos a convencê-lo. Todos os dia falava nisso. Todos os dias dizia que não tinha diploma. Acho que ele acabou por me deixar ir para o liceu por puro cansaço. Eu já tinha

então treze anos, quando fui para o primeiro ano e entretanto o ano lectivo já começava em Outubro, como aqui na Metrópole. ...

Portanto, estive três anos lectivos fora da escola, dois anos e meio, em termos cronológicos.

Fui estudar mas na seguinte condição:

— O teu trabalho ninguém o faz. Portanto, se quiseres ir estudar, vai, mas o teu trabalho ninguém o faz. — O que é que ele queria dizer com isto? Queria dizer que precisava do meu contributo para a economia familiar e, portanto, se eu queria estudar, tinha que me sair do corpo. É que ele tinha ficado, por trespasse, com a loja e a pensão do meu tio. Já estávamos outra vez em Marçal, que era mais perto da cidade. Mas era uma dívida muito grande e a loja nunca fechava.

Vida de branca de musseque, pé descalço e nada de racismo... Mas li a Eneida aos 12 anos

Nós morávamos na loja e como ela nunca fechava, nós fazíamos um *roulement* entre nós, entre pais e filhos. Por exemplo, eu levantava-me normalmente às 6.30h. Aqui tenho que fazer um parêntesis para explicar porque é que me considero não-racista. Acho que o meu não-racismo depende do facto de eu, desde pequena, com oito anos, ir buscar o pão com um empregado negro. Íamos os dois, igualmente descalços (ele andava sempre descalço, mas eu ia descalça para poupar as sandálias que era para levar para a escola) e trazíamos irmãmente, cada um, cento e cinquenta pãezitos. Hoje, olho para os meus netos nessa idade e pergunto-me como era possível fazer aquilo e mais, ter noção de que era trabalho e era preciso fazê-lo. Depois começávamos a servir o café, aos negros, aos naturais, que era na loja, na parte da frente e fazíamos café de manhã. Depois era preciso servir o almoço. Havia sempre muito que fazer, e eu fui estudar com essa condição, de continuar sempre a fazer a minha parte do serviço.

Acho que chegou a altura de dizer que, se tive uma infância e adolescência praticamente inexistentes, não me queixo. Sei que tive outras compensações que outras pessoas não tinham ou não tiveram. Por exemplo, o acesso a grandes obras de literatura. Eu adorava ler e como o meu pai tinha a loja, a mercearia, e o papel era extremamente caro, ele não comprava o papel para fazer os embrulhos: ía aos alfarrabistas, comprava livros usados, ao

quilo, e eu deliciava-me a ler. Lia com um candeeiro de petróleo, com um cobertor ou uma manta por cima. Quando fui para o liceu, já tinha lido as grandes obras clássicas, o que me ajudou imenso. E aliás, não só me ajudou, como também era, de algum modo, uma coisa a puxar por mim. Eu tinha uma sensação clara, e consigo ver isso como se estivesse fora de mim, de que sabia onde estava, que estava num poço e que só a cultura, só a educação é que me permitiriam que eu saísse desse poço.

O que acontecia é que, enquanto as rapariguinhas, que tinham andado comigo na escola primária, começaram a namorar, porque era costume, com quatorze e quinze anos, e casavam-se aos dezasseis, eu tinha continuado a 'chagar' o meu pai para ir para o liceu. Casavam-se, porque, em África, as raparigas se faziam mulheres mais cedo, diziam os pais... Fechavam-nas muito, porque pensavam que aquele clima era perigoso para as raparigas estarem solteiras e, portanto, era melhor «arrumá-las». Aí, paciência, não senhora, não estava para aí virada... Não quer dizer que não tivesse as minhas paixonetas, mas namorar, compromisso, nada disso, porque o meu compromisso era comigo própria, relativamente ao meu futuro.

Assim, até aos meus treze, quatorze anos, li a obra toda de Victor Hugo e não me fez mal nenhum! Charles Dickens, a Bíblia, A Cabana do Pai Tomás, O Monte dos Vendavais, Jane Eyre, O Caçador de Veados, Oliver Twist, sei lá quantos livros li para depois os ver acabar, ingloriamente, a embrulhar massa de tomate, açúcar, café. Ainda tenho a Eneida, porque consegui salvá-la da destruição, tinha capa dura, guardei-a. Aliás, também tenho um dicionário de inglês-português, que era de um padre, Júlio qualquer coisa, porque eu tenho um amor aos livros, que ganhei nessa altura, que me fazia sentir como uma dor o rasgar aquelas folhas.

Foi um tempo muito difícil, porque eu não tinha tempo para estudar. Andava sempre a correr, e isso ficou a marcar-me para sempre. Não podia estudar, tinha que estar muito atenta nas aulas e fazia os meus trabalhos de casa — havia sempre muitos — de madrugada, quando acordava. Por isso, lembro-me de cair duas vezes, cheguei a desmaiar duas vezes, por puro cansaço, inanição. Uma vez estava com uma valente gripe, mas era preciso trabalhar! As pessoas não são más nem boas. Quando são pobres, é preciso trabalhar. Era a vida...

Entretanto, fiz o segundo ano, mas dispensei de exame. O pai tinha-se informado e sabia que ao fim do segundo ano se fazia exame. Mas como eu dispensei, disse:

— Ó pai, eu tenho que continuar. Olhe que eu não tenho diploma!

(Coitado, eu é que ainda brincava com a ignorância dele.)

— Não tens diploma porquê?

— Ó pai, eu dispensei do exame.

— Mas porquê?

— Porque eu sou boa aluna. Dispensei, não tenho diploma.

E ele dizia:

— Então, tu vê lá se te arranjas para fazer exame, porque isto não pode continuar.

Nunca mais queria sair do hospital! Nunca tinha sido tão feliz

Tive então, a começar em Abril de 1958, um interregno que me deu um bocado de descanso. Criei uma relação íntima e muito amigável com hospitais. Isto parece uma tolice. Tudo começou com acidente muito grave, de carro, no dia quinze de Abril de 1958. Fracturei a base do crânio. Aquele tipo de fractura com que morreu o Joaquim Agostinho. Costuma ser fatal... Além disso, fiz uma fractura ao longo de todo o parietal esquerdo. Fiquei sem membrana do tímpano esquerdo, porque ela se rompeu com a hemorragia provocada pelas fracturas.

Fiquei no hospital durante muito tempo e aconteceu-me uma coisa que eu vou referir porque foi pública. Fui enviada para a morgue, mas quem me tinha levado para o hospital tinha sido um polícia. E o polícia, que depois pus no álbum de família, salvou-me. Coitado, na sua ignorância — ele era muito ignorante, tinha pouca cultura — disse:

— Ó Sr. Doutor, vá lá ver que ela não está morta, porque eu trazia-a ao colo (eu era crescida, tinha precisamente quinze anos e meio, mas como entrei logo em coma, ele é que me trazia ao colo) e sempre ouvi dizer que quem morre, estica o pernil. Garanto-lhe que enquanto eu a trouxe, ela não esticou pernil nenhum. Até vomitou ali em frente ao Restauração (era um cinema, muito perto do hospital) e os mortos não vomitam.

Como se vê, o homem tinha razão, porque eu estava viva. É engraçado, como ele, apesar de ele não ter nenhuma cultura erudita, tinha um certo *feeling*, uma certa sensibilidade.

Ora este caso deu que falar, na altura, porque aquilo teve que ser comunicado às autoridades, tornou-se quase um crime público, porque ele era polícia e comunicou... Embora não tivesse acontecido nada, porque isto entretanto foi amnistiado aquando de uma visita de um Presidente da República lá — acho que foi o Presidente Craveiro Lopes. De qualquer forma, apapricaram-me de tal maneira no hospital que eu nunca mais queria sair de lá. Nunca tinha sido tão bem tratada, nunca tinha sido tão feliz. Estive em coma durante um longo tempo e quando saí do coma tinha o que se chama “amnésia de personalidade”. Isto é, lembrava-me de tudo, excepto da minha própria vida pessoal. Não sabia quem era, não reconhecia os meus pais, não tinha a mais pequena ideia do que se tinha passado comigo, como pessoa, até então. Era uma sensação muito desagradável. Recuperei a memória a um domingo de manhã cedo, quando ouvi o barulho de uma carrinha e disse à empregada de limpeza: “Aquela é a carrinha do meu pai”. Ela respondeu-me que não era, que era a carrinha que ía levar o leite ao hospital. Será da mesma marca, por isso o motor fazia o mesmo barulho. Não me lembrei de tudo, de repente, foi assim um pouco a puxar o que estava escondido. Talvez o meu eu é que tivesse razão e seria melhor eu não me ter lembrado de tanta coisa.

Comecei a sentir-me mal, fisicamente, quando saí do hospital, porque não queria ir para casa. Passei muita coisa lá, mas não queria ir, porque sabia que, depois, ia retomar aquele *rame, rame* todo do trabalho. Estive seis meses, mais ou menos, de convalescença, até retomar as aulas.

Até por causa do hospital e do acidente, aquilo tornou-se, assim, quase um caso nacional. Angola é catorze vezes maior que Portugal, mas houve uma série de coisas que tornou aquilo um facto público. Como tinha sido dada como morta, no dia seguinte houve uma Missa por minha alma, mandada dizer pelos Professores e alunas do Liceu Nacional D. Guiomar de Lencastre. Fui entrevistada para os jornais, quando saí, e aquilo deu-me, assim, uma certa nomeada porque eu não tinha morrido. Mesmo não tendo frequentado todo o terceiro período, passei com a mais alta classificação do Liceu e lá fui continuando a ter boas notas e a ser apapricada por toda a gente do D. Guiomar.

Entretanto, em 1960, comecei a ter umas sequelas do acidente. Comecei a ter um ruído enorme e contínuo no ouvido esquerdo. É como se tivesse uma cigarra eterna dentro da cabeça, mas agora só a sinto, só a ouço quando penso nela... Ela está sempre aqui, é iso:

xsssss... Aquela cigarra de Verão está aqui, basta pensar nela, mas deixei de a ouvir. A gente habitua-se a tudo.

Eles paravam e interpelavam-me como se eu fosse prostituta...

O meu pai tinha essa tal loja e era proibido ficar aberta ao fim-de-semana. Sábado à tarde e domingo. Ora qualquer loja de musseque tinha o que se chamava uma «porta do cavalo». Aliás, loja que se prezasse e quissese depois ter uma grande possibilidade de ser trespassada por bom preço tinha uma porta do cavalo. Era uma porta que não dava directamente para uma rua principal e, portanto, permitia esvaziar a loja em caso de chegada dos fiscais da polícia para actuarem. Eram muito rigorosos e exigentes, mas também muito fáceis de subornar, se necessário. O que vou contar a seguir passou-se naquela fase a seguir à minha saída do hospital, em que eu, de facto, não podia fazer muitas coisas fisicamente, ainda durante uns anos. No entanto, aquela vida não permitia também que eu ficasse ali a ganhar maus costumes, sem fazer nada... Nada de ócio. E uma das minhas funções era esta: ficar de atalaia para informar da aproximação da polícia. Eu estava sentada num banco, encostado a uma das portas e tinha uma pedra atrás de mim. Já que tinha possibilidade, aproveitava para estudar. Preparava as lições para toda a semana. Tirava os significados de Latim, Inglês e Alemão. Estudava Filosofia e Português. Ali na rua, sem passeio, já casadoira, com dezoito anos.

Estava sempre com muita atenção, com um olho no livro e outro a ver se via passar a polícia. Quando os via dirigirem-se para a nossa porta, batia com a pedra e os fregueses, lá dentro, calavam-se que nem ratos.

Os polícias sabiam o que eu estava a fazer. Interessante, sabiam e gozavam, no termo negativo, com a situação. Eles paravam e interpelavam-me como se eu fosse uma prostituta. Como se eu estivesse à espera de «clientes»:

— Então? A como é que estás hoje? Quantos clientes já tiveste? Que tal?

E eu fingia que não ouvia, que não percebia. Continuava ali na rua, sentada, a ler, mas não lhes respondia. Continuava, por ali, com os meus significados de Latim, alemão e Inglês.

Mais tarde, li um livro de que muito gosto, a *Cidadela*, de J. Cronin, uma frase que lá há e disse para comigo: “Que frase tão perfeita para retratar aquela situação!” A frase é: “Eu

ouvira o riso trocista dos deuses”. Nesta altura, por volta de 1961, quando frequentava o sexto ano do liceu, já namorava com o meu marido, que estava cá, em Portugal.

3.2. “*Eu ouvia o riso trocista dos deuses*”

Namoro e casamento e a vinda a Portugal

Como já disse, nos princípios de 1960, comecei a ter problemas de memória, a ter problemas com os reflexos respiratórios que são provocados pelo nosso diafragma. Volta e meia, deixava de fazer os movimentos respiratórios que, afinal, realizamos sem pensar, e era uma sensação muito aflitiva. Em Angola, aconselharam-me que eu viesse cá a Portugal, para ser examinada por um neurologista muito famoso — cujo nome não recordo agora — um neurologista de Coimbra.

A minha vinda foi muito mal programada, porque o meu pai resolveu vir em pleno terceiro período do meu quinto ano do liceu. Vim com o meu pai e com o tal meu tio mais velho, irmão da minha mãe. Como tinha muitos terrenos, vendeu-os e aplicou capital. Ficou a viver de rendimentos. E então nós viemos cá, e as coisas tinham sido tão mal combinadas que o médico estava em Nova Iorque, a participar num curso qualquer no Hospital Monte Sinai, naquela altura, 1960.

Tive que esperar. Esperei, esperei e ele não veio, tive que me ir embora sem ser observada por ninguém. Nem sequer se lembraram (e eu também não) de me levarem a outro médico, mesmo que não fosse famoso... Bastava ser neurologista. Mas adiante. Fiz aqui, portanto, o quinto ano e dispensei outra vez de exame. Deus me perdoe, mas às vezes penso que vim no terceiro período para ver se, finalmente, teria que fazer o tal bendito exame e ficar, finalmente, com um diploma! Quantas vezes o meu pai me sugeriu que fizesse de propósito para poder ir a exame e acabar com aquele desperdício de tempo!

• Conheci o meu marido

Esta viagem foi uma felicidade para mim e uma felicidade acrescida, porque conheci o meu marido. Conheci-o numa Sexta-feira, às seis e meia da tarde, dia vinte e nove de Abril de

1960. Portanto, foi preciso eu ter ficado cá, ainda que acabasse por não ter sido vista pelo tal neurologista.

O meu marido é mais velho do que eu quatro anos e três meses. A minha mãe era de uma aldeia, onde agora temos uma casa (por causa do meu marido, não por causa dela) chamada Anobre, concelho de Condeixa-a-Nova. Foi para lá que nós viemos, o meu pai e eu, para casa da minha avó materna. Ora, o meu marido — que na altura ainda não era — ia a caminho de apanhar a camioneta que me tinha trazido de Coimbra, do primeiro dia de aulas cá, no Liceu Nacional D. Maria, porque um primo dele ia casar-se no dia seguinte.

E nós no cimo do monte, chamam ao sítio o Alto da Serra, e ele passou por mim, num descampado, a dois quilómetros da povoação. Eu até era bastante tímida mas disse-lhe:

— Boa tarde, como está?

Ele olhou para mim e respondeu:

— Olá. Boa tarde, desculpe, eu conheço-a?

E eu disse:

— Eu não sei se conhece. Mas olhe, eu acho que o conheço. — (Isto em 1960.)

— Então quem é?

— Olhe, eu sou neta da sua madrinha.

— Ah! Já sei! Olhe, eu vou a um casamento mas no domingo apareço para conversar consigo.

O caso é que ele era para ficar lá, mas no sábado veio à noite visitar-nos, para nos cumprimentar.

• Namoro por correspondência

Entretanto, em Agosto, voltei para Angola. Fiquei a namorar o meu marido por correspondência. Ele estava a acabar o curso de engenheiro técnico agrário e o meu pai ficou muito feliz, naquela altura, pelo seguinte: eu namorava uma pessoa que estava longe e, portanto, nunca lhe passou pela cabeça que ele lá fosse ter. Por outro lado, eu acabava o sétimo ano, mas não havia lá universidade. Ficava com o bendito diploma, porque no sétimo ano não se podia dispensar de exame, só da prova oral. Portanto, ele tinha pactuado com os meus desejos... Fiz o sétimo ano, mas depois iria parar. E eu ia ter que ficar ali a trabalhar e, provavelmente, casaria com uma pessoa daquele meio.

Porque assim, como as coisas estavam, era só prejuízo. Saía uma mão-de-obra, mas não entrava ninguém. Ao passo que se eu casasse no meio, não saía ninguém e entrava mais um, outro a ajudar.

Mas o meu marido foi lá ter. Chegou em Janeiro de 1962, a um sábado.

• **O meu pai que até não queria que eu casasse... lá 'se casou' comigo...**

Depois houve uma época, que não interessa agora para a minha via estudantil, nem tem nada a ver com o que viria a ser a minha vida profissional, uma época bastante incómoda, o tempo que passou entre a chegada do meu marido e o nosso casamento. Foi um tempo tão desanimador, o nosso namoro tinha tantas contrariedades, que, se não fosse a boa vontade de grandes amigas que fizera no liceu, da ajuda de alguns professores, nem sei se teríamos resistido. Mas lá nos casámos no dia sete de Março de 1963, numa quinta-feira, às três horas da tarde. Era Quaresma e não tivemos direito a marcha nupcial nem cânticos. Namorámos quase três anos: conheci-o em Abril de 60, casámos em Março de 63.

Aconteceu uma coisa curiosa, uma daquelas partidas do destino, aquelas que devem ser mesmo umas risadas dos deuses. O meu marido, que nem sequer era militar, (por razões físicas e fisiológicas, sofria de seringomielia, uma doença degenerativa da espinal medula), caiu num buraco enorme, com um jipe do estado, na véspera do casamento. Estava em Malange, havia de vir para Luanda e como tinha armas no jipe, tinha que ficar lá, porque deixar as armas era considerado crime de guerra. Então, casei-me, assim, um bocado à banda, porque tive que explicar ao padre Luís, lá da Missão de S. Paulo, o que tinha acontecido e pedir-lhe que nos casasse mesmo assim. O meu marido tinha mandado uma pessoa telefonar, porque onde ele estava não podia telefonar. Foi um senhor que passou pelo local onde ele estava enterrado — conheci-o mais tarde, chamava-se Luís Vidas — que teve que telefonar para Luanda para dizer a razão por que o noivo não ia aparecer. Depois de falar com o Padre, fui pedir ao meu pai que se 'casasse' comigo, o que ele começou por recusar. Fartou-se de barafustar, mas, coitado, ele que nem sequer queria que eu me casasse, que até dizia que nem ia ao casamento, lá 'se casou' comigo.

Casei-me a um dia de semana, que não era nada costume, mas aquilo era um casamento assim muito especial, sem muita gente, sem ninguém, praticamente.

Ainda fui à companhia de aviação, nessa mesma tarde, para me devolverem o dinheiro do bilhete do meu marido, que na altura já o era... E no outro dia lá fui de manhã, lá fui ao aeroporto apanhar o avião, um pequeno bimotor. Foi no dia oito de Março. Fiquei muito admirada, porque quando me aproximei do avião vi muitos padres a entrar e um senhor todo paramentado, assim com umas coisas mais luxuosas... No avião é que eu descobri: era o primeiro Bispo que Malange ia ter e até ia ser feriado por esse motivo.

Era uma Sexta-feira, lembro-me que o campo de aviação parecia um campo de futebol, não havia nada: sala de recepção, controlos de voo, nada. Mas nesse dia, quando cheguei lá, fiquei assustada, porque o que eu via era um enorme quadrado rodeado de gente por todos os lados. Pensei: “Como é que agora encontro aqui o meu marido, no meio disto?”

Era a única civil que ía no avião. O Bispo e eu chegámos os dois à porta, ao mesmo tempo, e começámos, cheios de delicadezas e salamaleques, cada um de nós a convidar o outro a sair primeiro:

— Por quem é, por favor, Vossa Eminência primeiro!

— Minha senhora, faça o favor, tenho muito gosto em que saia em primeiro lugar.

E então aconteceu o que acontece muitas vezes nestas situações, quando começamos a fazer muitas delicadezas — vá V. Exa., vá a senhora — fomos os dois ao mesmo tempo. Íamos caindo pelas escadas abaixo. Mas ele lá disse:

— Faz favor, a senhora saia, então a senhora saia.

E eu saí. Tinha vinte anos, e estava com um vestido muito travado, castanho, de marrocan, que tinha mandado fazer para parecer uma senhora mais velha. Era muito travado e vi-me aflita para descer as escadas. A seguir, vejo vir um polícia com um jovem a atravessar o campo em diagonal. Era o meu marido que tinha estado a explicar ao polícia o que se passava. Como houve um passa-palavra rápido, quando ele chegou ao pé de mim e nos beijámos, levámos uma valente salva de palmas. Ele tinha-me ido buscar de jipe, um jipe alto, daqueles de andar no mato. Quando chegámos ao jipe, com aquela saia travada, nunca mais conseguia entrar. Então o meu marido pegou em mim ao colo, pôs-me no jipe e fomos saudados com outra valente salva de palmas. Coitado do Senhor Bispo! Estragámos-lhe a recepção, sem querer (que nestas coisas não há recém-casados que queiram passar por tal!).

Vida de casada: experiência extraordinária ter uma casa onde só entrava quem eu quisesse

Portanto, casei-me e fui viver para Malange. Naquela altura, apesar de tudo, apesar de tudo o que eu tinha passado para estudar, tanto quanto o podia fazer então em Angola, apesar de tirar um curso ter sido, até aí, o sonho da minha vida, eu estava extremamente cansada. A calma que o casamento me trouxe foi como que uma enorme ressava. Sentia que já tinha informação que quase me ultrapassava, alguma que eu não sabia de onde vinha, estava demasiado cansada de lutar.

De repente, numa casa cujas portas fechavam, o sentimento que eu tinha, o que queria mesmo ser era dona de casa. Sinceramente, era uma experiência tão extraordinária ter uma casa onde não entrava ninguém, senão quem eu quisesse ou tivesse convidado! Uma casa onde eu só fazia aquelas coisas mínimas, e nem tudo, porque parecia mal uma pessoa não ter empregada. Nós tínhamos um cozinheiro, uma lavadeira, e éramos só duas pessoas, meu Deus!

Além do cansaço, lembremo-nos de que, em África, em 1963, a maior parte das mulheres casadas não trabalhava fora de casa. Não faço ideia, contudo, de que tipo de dona de casa viria a ser: não tive tempo de saber. No primeiro mês ficámos hospedados numa pensão, porque não tínhamos dinheiro para comprar móveis. Depois, comprámos os essenciais e lá para os fins de Abril, num domingo, já num andar que tínhamos alugado, estava eu à janela, e vi passar uma freira com um carreirinho de raparigas adolescentes. Em voz baixa, disse para o meu marido que estava deitado na cama:

— Vai aqui a passar uma freira, a madre Helena, do Colégio de S. José de Cluny, de Luanda.

Neste mesmo momento, em que eu estava com os olhos fixos nela, a freira olhou para cima, e assim, olhou no momento em que eu estava a olhar para ela. Parecia telepatia. Ela olhou para cima e perguntou, com toda a naturalidade (lembremo-nos de que já não me via há uns bons anos) e interpelou-me chamando pelo meu nome de solteira menos comum: Tarola. O meu nome de solteira era Maria Carolina Tarola Gomes.

— Ó Tarola, o que é que estás tu aí a fazer?

E eu disse-lhe:

— Moro aqui, madre Helena.

— Olha, então... tu sabes onde é o Colégio de S. Jorge de Cluny?

— Não sei. Não, não sei!

— Depois perguntas... Tu perguntas, e vai-me lá visitar na Terça-feira.

E na Terça-feira lá fui. Curiosa mas muito contrariada. Primeiro disse para mim mesma: “Seja lá o que for que ela queira, eu cá não quero ser mais nada senão uma dona de casa e mãe de família”. Por outro lado, eu, que até então acompanhava o meu marido no seu trabalho de técnico do Instituto de Algodão de Angola, que se distribuía por uma vasta zona, com a base da Baixa do Cassange, estava convencida de que, quando eu lhe dissesse que as freiras queriam falar comigo, não se mostrasse muito entusiasmado. Mas, para meu desapontamento (visto que na segunda-feira era dia de ir para o mato), ele disse que achava uma boa ideia eu ficar e ir ver o que as freiras queriam, porque até andaria mais descansado, sem ter que pensar na minha segurança.

Não achei graça nenhuma, até porque quando ia com ele nunca me lembrava do perigo, ao passo que ficando em Malange, andava sempre ansiosa. Mas, enfim, lá fui ao Colégio.

3.3. O «ataque» do bichinho da docência e um marido muito especial

Naquela semana, ele foi sozinho e eu fui falar com as freiras, que me pediram para dar explicações a umas meninas internas que lá estavam, meninas muito ‘bem’, já crescidinhas, quase todas da minha idade, pouco mais novas eram do que eu, e que estavam muito aborrecidas, descontentes...

Eu disse que ia falar com o meu marido antes de dar uma resposta definitiva. Quando ele veio, no fim-de-semana, contei-lhe a proposta da madre:

— Olha, o que as freiras queriam era que eu fosse para lá dar explicações.

À espera que ele me dissesse: «Não vais nada, vais andar comigo.» Mas ele disse-me com um ar muito sereno:

— Olha, eu acho que fazes muito bem. Acho uma boa ideia, em vez de andares lá pelo mato comigo, a gente sabe lá o que é que pode acontecer, podias ir.

E lá fui, assim um bocadinho... acomodada... mas renitente, lá por dentro. Um tanto desconsolada, para ser franca, mas lá fui.

Mas realmente, gostei muito. Gostei muito da luta que me deu estar a trabalhar com raparigas rebeldes. Raparigas da melhor sociedade, que estavam ali de castigo. Eram meninas daquilo que se chama mesmo a «melhor sociedade» e que estavam ali internas por vontade dos pais, para as castigarem das duas maluquices de mocidade ociosa. Os pais da maior parte daquelas com quem eu estive, e que eram pouco mais novas do que eu — eu tinha vinte anos — viviam em Luanda. Lembro-me que elas não eram nada fáceis, mas, aí para o terceiro dia, disse-lhes assim:

— Olhem, eu não sei porque é que vocês estão a reagir comigo desta maneira. Primeiro porque nós somos quase da mesma idade. Podíamos ser amigas. Vocês já viram que somos quase da mesma idade, eu estou aqui a ganhar a vida, a trabalhar e vocês estão aqui...com tudo.

Contei-lhes como a minha infância tinha sido diferente das delas e começámos a criar uma excelente relação. Tão boa que as freiras, pouco dadas a larguezas em termos de pagamentos, me pagaram o dobro do que estava previsto.

Eu tinha estado a preparar as tais meninas para fazer o quinto ano e os resultados foram tão bons que as freiras me disseram:

— Olha, nós gostaríamos muito que ficasses cá, a trabalhar connosco, mas não temos lugar. Nem temos lugar, nem temos verba para te pagar como professora. Mas sabes uma coisa? Há aí a Escola Industrial e Comercial, que abre concurso no princípio de cada ano lectivo e tu devias concorrer, porque tens jeito.

— Mas só tenho o 7º ano! — (era o sétimo ano antigo.)

— Não é preciso ter mais, podes fazer um requerimento ao Director. Tu concorre que tens muito jeito.

E eu lá esperei que o meu marido chegasse e contei-lhe o que se tinha passado, à espera, na verdade, que ele dissesse: «Não vais nada!». Mas ele disse:

— Ó mulher, é uma belíssima ideia!

Eu franzi a testa, mas como tinha um sentido do casamento assim muito de dedicação ao marido, de confiar no que ele decidisse, ele dizia que achava bem e eu achava também. Além disso, esta conversa foi para aí em Agosto, já estava grávida do meu primeiro filho, tinha passado bastante mal no princípio da gravidez e talvez fosse melhor ir dar aulas. O bichinho começava a roer.

Portanto, lá fiz o meu requerimento e fui dar aulas de Língua e História Pátria aos alunos do primeiro e segundo anos da Escola Comercial e Industrial de Malange. Comecei no dia vinte e dois de Setembro de 1963. Tive umas peripécias que hoje, à distância, me dizem que fiz bem em ir trabalhar na Escola e dar aulas. Sei agora, que nasci para ser professora e que hei-de ser professora até morrer. Havia muitas coisas que entretanto li nas obras de teoria didáctica e pedagógica que fiz ou não fiz instintivamente. Um caso foi: Um dia, um aluno — não sei se até é muito recomendável mas eu gosto muito de contar — um aluno, aí no dia trinta, vinte e nove de Março de 1964, andava eu muito grávida (o meu filho nasceu no dia dez de Abril) pregou-me uma partida um bocado estúpida. Eu nunca me sentava, dava sempre aulas em pé, e sentava-me para escrever sumário. Antigamente, a gente escrevia o sumário no princípio da aula, não era no fim. A cadeira era um cadeirão, era uma cátedra, e quando eu me fui para sentar, nem sequer olhei para a cadeira, só me sentava para escrever o sumário, e enfiei-me pela cadeira abaixo! Portanto, em pleno fim do tempo de gravidez, enfiei-me pela cadeira abaixo, porque um aluno tinha tirado o tampo. Um aluno já dos seus treze anos, que era mestiço, um rapaz muito bonito, com feições muito correctas. Tinha tirado o tampo. Evidentemente que o bebé entrou logo em sofrimento, porque eu fiquei com os pés dobrados para a cabeça, levaram-me para o hospital e depois aconteceu que o director soube — coitado, ainda não era velho, mas até morreu pouco tempo depois. Era uma pessoa muito severa, à moda do que se usava naquele tempo, e quando eu tive alta, ele disse-me:

— Olhe, agora, nós temos que fazer uma reunião — estive uns três ou quatro dias no hospital em observação — temos que fazer uma reunião para expulsar o aluno.

Ora eu tinha tido aqueles três dias, em especial, aquelas três noites, no hospital a pensar, o bebé mexia-se muito, mexia-se muito... E eu dizia assim — naquela altura não havia ecografias e eu dizia assim para mim mesma: «tenho para aqui um futebolista de primeira apanha e depois, um dia, daqui a treze anos, este futebolista, por muito bem que eu o ensine, um dia tem uma tentação do diabo..... e puxa uma cadeira a um professor. E depois o que é que eu quero que façam a este meu filho?»

Então, quando o director pôs o problema da expulsão, eu disse:

— Olhe, sr. director, sabe uma coisa? Nós vamos chamar o rapaz, vamos ter uma conversa com ele, mas nada de expulsão.

— Ai, não o expulsamos porquê?

— Não, ó sr. director, está a ver? Se a gente o expulsar, ele nunca mais pode entrar no ensino público. Já viu, ele é mestiço, nunca mais tem probabilidades de ir para a escola! Eu não me sinto bem.

E o director, muito diplomaticamente, com grande discernimento, diz-me assim:

— Pois é, mas se o seu filho daqui uns dias nascer aleijado, depois a senhora não venha cá para cima de mim. Portanto, faça aqui uma declaração a assumir a responsabilidade.

E eu, que tinha vinte e um anos, tive que fazer uma declaração em como me responsabilizava, e o rapazinho, mesmo assim, coitadinho, apanhou um número de dias de suspensão para reprovar, certinhos para reprovar por faltas.

De qualquer maneira, tenho que dizer que foi uma situação um bocado embaraçosa. A seguir, quando a “sentença”, digamos entre aspas, foi publicada, a mãe dele entrou-me pela sala dos professores e beijou-me os pés. É uma situação incrível, de embaraçosa! Porque a senhora disse-me:

— Olhe, ninguém fazia aquilo que a senhora me fez. Deus lhe pague e lhe dê um menino muito lindo e inteligente.

Mas eu achei que devia fazer, achei que não era aquele tipo de castigo, que estava muito na moda naquela altura, que ia resolver a situação. Não acredito que ele tivesse feito com má intenção. Foi uma criancice autêntica.

Este foi um dos casos. O outro foi um outro matulão. Morreu o director, e uma das professoras passou a directora interina, e eu fui substituí-la nas aulas. Então, no primeiro dia de aulas, pr’aí em Fevereiro do ano seguinte, grávida outra vez, eu chego lá... e eles ficaram muito mal encarados, eram assim um bocado mal encarados. Já naquela altura! Repare, pelo menos há 34 anos! Isto é para a gente não passar a vida a dizer mal dos novos agora. E eu, querendo amenizar a coisa, disse:

— Vocês são uns felizardos, até têm duas apresentações num ano, porque eu hoje pouco mais vou fazer do que saber quem vocês são, como é que se chamam, onde é que estão, qual é a lição, tal, tal, tal...

E um, que se chamava Albano, que era enorme, engolia-me se ele quisesse, disse assim:

— Ó sra. Doutora, olhe que eu — que não era nada doutora, isto também faz parte da história — eu costumo ter ataques epilépticos, e quando eu tenho ataques epilépticos,

agarro-me às pessoas. A senhora fique avisada, porque se eu tiver um ataque, sou capaz de a agarrar, a senhora fuja!

Disse-lhe:

— Ó Albano, não te aflijas. Olha, ficamos ambos avisados: eu fico avisada que tu te agarras às pessoas e tu ficas avisado que eu não fujo.

Na segunda-feira, logo a seguir, eu estava a querer dar a minha aula descansadamente, e o Albano a falar em futebol: «Benfica para a frente, Sporting para trás...» que o Porto, naquela altura, não mandava nada por lá, pelo menos em África... E eu a querer dar a minha aulinha e eles nada. No futebol. E eu disse:

— Ó Albano!

E diz-me ele assim:

— Que é que foi? Fale para mim, quando eu falar para si!

Menina, eu atravessei aquela sala, com a barriga empinada, fui ao pé dele, ele era maior do que eu, dei-lhe um par de estalos. Um par, um de cada lado. Quando acabei de lhe dar o par de estalos, arrependi-me imediatamente. Não por tê-lo feito mas pensei: «eu agora viro costas e este tipo desfaz-me e eu grávida». Mas não, ele ficou com elas e nunca teve nenhum ataque epiléptico na minha aula.

Não quero ser professora de aviário

Quando, ao fim de um período, vi que gostava, pensei: «Bem isto, é uma coisa que vale a pena, é uma coisa interessante. Só que eu não quero ser professora assim! Eu não quero ser professora com o sétimo ano... Eu não quero ser professora desta maneira. Isto não pode ser por intuição!» Isto era o que eu pensava, mas também não via grande saída. Já estavam lá a lançar qualquer coisa da Universidade, mas não era em Malange, era em Luanda. E eu lá fiquei dois anos a leccionar naquelas condições.

No princípio do ano, eu tinha sempre o cuidado de dizer isto aos alunos:

— Olhem, eu não sou Dra., mas atenção, sei o suficiente que chegue para vós, só que não sou Dr.^a, pronto! — Mas eles diziam que não dava jeito. — Vocês tratem-me por favor, por Senhora D. Maria Carolina. Não quero cá *donas marias carolinas*, que eu não sou nenhuma peixeira. Tratem-me por professora.

(Dona é uma peixeira, era também uma coisa que se dizia por lá.)

— Ah! *Sôtora*, não dá jeito nenhum, não dá... — respondiam-me os alunos — Ó professora, ó Sr.^a Dra., isso é muito complicado...

E passaram a vida a chamar-me *Sra Dra*.

No segundo ano, assim a meio, foi criado um liceu, (pois onde eu estava era uma escola técnica), e foi enviado para lá como reitor um senhor professor que eu conhecia, até, que era casado com uma minha antiga professora, e ambos eram *licenciados*. Ela foi acompanhar o marido e foi colocada naquela escola industrial e comercial de Malange. Era licenciada, não era “de aviário” como eu, não era “de Macau”...

(Das coisas de segunda categoria nós dizíamos que eram de Macau. O meu marido tinha um ajudante, o Raimundo, que era mestiço e dizia: “Eu não sou mestiço, sou branco de Macau!”)

Era a Dr.^a Soledade, uma senhora muito volumosa, mas com aquele coração grande, caloroso, muito próprio das mulheres volumosas. Causava-me um constrangimento enorme o facto de os alunos, à frente dela, me tratarem por *Sra Dra*.

Um dia, no fim do segundo ano, já mesmo praticamente no fim, fiquei muito constrangida porque eu e a dra. Soledade estávamos as duas a conversar à entrada da escola e vários alunos foram lá perguntar isto e aquilo e sempre a tratarem-me por *Sra. Dra*. Eu disse:

— Olhe Sra. Dra., eu digo-lhes sempre que não sou dra., mas eles continuam... e ela disse-me, muito serena, assim como quem diz: «se estás com sede, porque é que não vais beber a água?»:

— Olha, eu também não percebo porque é que não vais tirar o curso?!

— Tirar o curso?

— Sim, tirar o curso, ir para a Universidade. (Eu julguei que ela estava a fazer uma confusão qualquer, porque naquela altura não havia universidade em Malange.)

Fiquei a olhar para ela quando o meu marido veio do mato, mais uma vez, como das outras vezes, disse-lhe:

— Tu queres saber? Então, passou-se isto assim, assim, com a Dra. Soledade, e tu queres saber que ela me pergunta porque é que eu não vou tirar o curso?

Sabe o que ele me respondeu, muito descansado?

— Eu também não sei porque é que tu não vais tirar o curso?!

— E onde?!

— Em Portugal.

Isto aconteceu no fim do ano lectivo e eu estava grávida do segundo, que nasceu em Julho. Entretanto, nasceu-me logo o rapaz, e digo assim:

— Então, mas eu vou com dois, vou agora, um nascido outro para nascer? — Diz-me ele assim:

— Olha, nós vamos pensar nisso.

A mudança para Portugal para tirar o curso

Então, sentamo-nos numa mesa, começamos a fazer contas e resolvemos arriscar. Nós ganhávamos mutíssimo bem naquela altura. Ganhávamos muito bem, porque o meu marido ganhava aquilo que estava adstrito à função dele e tinha ajudas de custo, porque passava a vida fora, e eu ganhava muito bem, naquela altura. A vida era barata. Eu ganhava, em 1964-65, quatro mil e quinhentos escudos e dava umas quatro horas extraordinárias por semana. Era muito bom. Eu lembro-me que um kilo de bifes custava vinte e seis escudos. A garoupa custava ainda menos, só para falar assim em peixes caros. Pagávamos duzentos tal escudos de renda de um andar, tinha cozinheiro, empregada, criada para os meninos... empregada não, lavadeira e criada para os meninos. Era a Marta, coitadinha, que tinha para aí onze anos. Eu hoje... agora que o tempo passou... penso: “Como é que nós vivíamos assim? Porque não soubemos dar outro futuro àquela gente?”.

A Marta... Uma vez... Eu morava ao lado da escola, um dia eu ouvi-a a gritar desesperadamente. Pensei que tinha acontecido alguma coisa aos meus filhos. Saí da escola, atravessei e era o cozinheiro Manuel que lhe estava a dar uma grande tareia, porque ela tinha dado vinho ao meu filho, que tinha quatro meses, para o adormecer. O que acontece é que o meu filho tem agora trinta e seis anos, sempre foi um aluno brilhante é um belíssimo profissional; portanto, aquele vinho aos quatro meses também não lhe fez mal nenhum! Coitada, ela tinha onze anos.

Uma vez, comprei uma caixa de bolachas que apareceu lá, porque não havia bolachas baunilha e guardei-as. E, de vez em quando, tirava uma, porque tinha desejos. Andava sempre grávida... Por acaso, tinha sempre cuidado de lhe dar uma também. Um dia, cheguei lá para tirar bolachas e não tinha. Perguntei:

— Mas então, onde é que estão as bolachas? — Perguntei ao meu marido, ao cozinheiro e a Marta disse:

— Minha senhora, fui eu. Eu tirei uma, tirei uma, tirei uma, tirei uma e quando eu dei conta já não tinha nenhuma.

Não fiquei zangada, até nos rimos do «tirei uma, tirei uma». Tenho fotografias dela, era uma criança... Era uma vítima do sistema, como eu tinha sido.

Já não fiz o requerimento para dar aulas no ano seguinte. E viemos, pegámos naquilo que tínhamos. Estávamos a ganhar muitíssimo bem, foi um desafio. Viemos para Portugal, para casa dos meus sogros, na aldeia. Não houve problema nenhum, a minha sogra era uma mulher excepcional.

Mulher da aldeia, criada na aldeia, não sabia ler, embora, não se justifique, porque o meu avô, por afinidade, o avô do meu marido, era uma pessoa de posses. Além disso, era enfermeiro do Seminário de Coimbra, não era um analfabeto qualquer. Podia, portanto, ter feito com que a filha estudasse.

Mas era uma mulher com um coração, com uma inteligência, com uma vivência extraordinárias. Uma pessoa que morreu com oitenta e nove anos, e eu nunca pensei que ela fosse morrer. Porque havia tanta coisa que a gente queria fazer! Tanta coisa que a gente gostava de falar as duas e... foi um choque! Hoje ainda penso, às vezes, que, se Deus me dissesse assim: “Olha lá, quanto é que tu dás para eu te dar a tua sogra um dia, um dia?” Dava algum tempo da minha vida para estar com ela um dia que fosse e dizer-lhe, mostrar-lhe como ela foi importante para mim. É uma pessoa com quem eu converso muito, que me acalma muito. Gosto imenso de ir ao cemitério, sentar-me, com grande escândalo, agora já se habituaram, porque ela está num jazigo térreo, sem ser de capela. Sento-me em cima da pedra, e fico ali a conversar com ela, umas vezes com palavras, se não estiver ninguém, outras vezes sem palavras, se estiver gente.

Atendendo até às condições de vida com os meus pais, que não eram pessoas afectuosas com os filhos, nunca foram, a minha sogra deu-me muito calor em termos afectivos. Foi com ela que eu encontrei afecto e não com a minha mãe. Quando estou muito zangada com a minha mãe, às vezes digo-lhe — e isto é um drama para as duas, e depois também me arrependo — mas já lhe disse isso pelo menos duas vezes: “Eu trocava duas mães por

uma sogra. Trocava duas mães como aquela que tenho por uma sogra só, por a minha sogra.”

Mas a vida não foi um mar de rosas

Vimos para Portugal e então foram uns anos de extrema dureza, apesar das boas relações com os meus sogros. Foram anos muito duros. Bastantes. Porquê? Primeiro, foi uma adaptação. Foi uma adaptação que não era fácil... Uma adaptação, não a Portugal, mas a um estilo de vida... Eu digo isto, mas... eu nunca fui «retornada», porque eu vim em 1966, (chegámos a Lisboa no dia seis de Fevereiro de 1966), viemos, portanto, muito antes do processo de descolonização, mas vivemos essa adaptação, a nível muito pessoal e personalizado, pelo menos eu, pelo seguinte: de facto, eu tinha tido uma vida muito difícil, muito trabalhosa, muito dura, até me casar; mas depois, ... Eu também costumo dizer “quem não sabe subir, não merece subir”... Eu tinha estado a viver num estatuto e com uma condição óptima: tinha um cozinheiro, uma criada para os meninos, que era a Marta, uma lavadeira e um criado de mesa! E quando cheguei a Portugal, não tinha ninguém! E fui viver, naquela altura, para uma casa de província que não tinha luz, não tinha água, não tinha nada! Pronto, era uma aldeia. Não tinha nada. Muito menos condições do que tinha em África. Muito menos. E depois, a pobreza gera sempre alguma forma de maldade... Por exemplo, naquela altura em que eu cheguei, era em pleno Inverno, tinha os filhos muito pequeninos. Um tinha cinco meses, outro tinha dezoito, e eu não tinha condições para lavar roupa nem nada. Para arranjar uma pessoa que me lavasse a roupa era um castigo, e levavam-me tanto quanto levavam para andar no arroz, que era o trabalho agrícola mais caro, porque era um trabalho difícil, extremamente doentio, muito frio, sempre com os pés molhados até cá acima, e era se eu queria. Era uma terra que agora está muito melhor, porque aí está, porque já não são tão pobres... Outro exemplo: vendiam-me o leite muito caro, pr’aí o dobro do que lhes davam no posto de recepção e tinham que o ir lá levar à cabeça (ao posto receptor do leite) — o dobro ou o triplo, porque achavam que era um abuso eu e o meu marido bebermos leite. Lá para os cachopos, como eles diziam, ainda «era *com’ó* outro», agora nós bebermos leite, aquilo fazia-lhes uma certa confusão. Portanto, era assim um meio muito fraco.

E estivemos durante seis meses com muita despesa, porque nós viemos sem emprego, em Janeiro de 1966, como já disse, e o meu marido só arranjou emprego no dia quinze de Junho desse ano. Foi muito difícil. Quer dizer, as nossas poupanças, que eram de há muito pouco tempo (não chegava ainda a três anos desde o casamento, e trouxemos carro e tudo...) começaram a esvair-se.

- **Somos um casal de *parvos***

Nós viemos para a tal terra, Anobra, mas como trazíamos muita tralha, voltámos a Lisboa, e fui à Fundação Calouste Gulbenkian pedir uma bolsa. Eles deram-me uma bolsa! Uma bolsa muito boa! Nós é que fomos parvos. Não foram eles, fomos nós. Porque depois, entretanto, também concorremos a umas casas que se chamavam antigamente de «renda resolúvel» — a gente pagava uma renda durante vinte anos e a casa era nossa, umas casas do estado — uma vivenda ali na Zona do Calhabé em Coimbra, ótima, e pronto, nós íamos morar para a vivenda e com a tal bolsa — uma bolsa muito jeitosa da Gulbenkian — e o meu marido foi colocado no Porto. E a casa e a universidade eram em Coimbra. E nós achámos que era indecente. Era indecente, porque depois ele só iria lá de vez em quando. O meu marido não vinha para aqui para o Porto sozinho naquela altura, as coisas não davam, ele vinha ganhar muito pouco. Não dava para ter duas casas e então resolvemos, muito honestamente, comunicar à Gulbenkian, que eu ia ser aluna voluntária, e pedir se, ao menos me davam uma parte. Mas eles não davam bolsas para alunos voluntários, a bolsa foi-se logo ao ar, e como achávamos que havia muita gente sem casa, também não tomamos posse da casa!

A Faculdade em Coimbra, como *voluntária* não foi ‘pêra doce’: casada no Porto, mãe de dois filhos e a dar aulas em S. J. da Madeira

Tinha dois pequenos. Os meus sogros não viviam com muitas liberalidades e, portanto, o que aconteceu, é que não fomos nós que nos inserimos na família deles, fomos nós que achávamos que os devíamos inserir nas nossas despesas, nessas coisas todas de despesas com médicos, medicamentos, etc., embora os meus cunhados também ajudassem. Foi muito difícil.

Entretanto, quando o meu marido arranhou emprego em Vila Nova de Gaia, na Junta Nacional dos Vinhos, mudámos para Coimbrões, em Gaia, em Junho de 1966, e logo em Setembro, Outubro, matriculei-me. Fui para a faculdade, para Coimbra, porque não havia Germânicas aqui no Porto, que era a minha vertente. Matriculei-me como voluntária. Não era pêra doce.

Quem mandava nas Germânicas era o Jorge Pedro Quintas, Deus lhe salve a alma, mas era uma pessoa, muito, muito pouco compreensiva para comigo... Os meus filhos, que iam sempre comigo para Coimbra e ficavam em casa do meu cunhado mais velho, o Padre João, por iniciativa e invenção deles, chamavam-lhe 'o corvo', porque ele tinha um ar muito sinistro e andava sempre vestido muito escuro e era muito moreno também. Já morreu. Não gostava muito de alunos voluntários. Isto era público. Não posso dizer que tivesse a vida facilitada. De maneira nenhuma. Mesmo assim, tive um bom resultado, com ele. Fiz Literatura Inglesa III com dezasseis valores! E Alemão com treze, também com ele. E com provas orais. E havia as frequências, três por ano. Imagine que houve um ano em que, quem tivesse mais de doze no exame escrito, não era obrigado a fazer prova oral. Ora nesse ano, a Literatura Inglesa III, tive dezasseis e já me preparava para vir para casa quando encontro a Professora Assistente, uma belíssima professora. Ficou aborrecida por eu não querer ir à oral. Gostaria de apresentar uma aluna que mostrasse algo do esforço que ela, professora, tinha feito. Porque, sendo voluntária, mesmo assim era da preparação dela que eu me aproveitava, além dos livros que comprava, porque havia sempre boas almas que me emprestavam os apontamentos que tiravam na aula. Ela pediu-me que ficasse (era uma sexta-feira) até segunda para fazer o exame oral e até me recomendou uns aspectos que eu deveria melhorar. Pois sim! Quando o Doutor Jorge Pedro Quintas lá me apanhou, brincou um bocado comigo como o gato e o rato. Antes, ela e eu tínhamos tido uma conversa do género:

— Está a ver? Agora, a Maria Carolina não tem, não precisa, de fazer oral. Quer dizer, eu vou estar lá com o meu catedrático — que era o Pedro Quintas — e só me vão aparecer lá as 'nódoas'. Só os *dezoitos* e coisas assim e eu não posso mostrar o que é que andei a fazer.

E eu disse-lhe assim:

— Ó Dra., mas eu vou fazer oral, diga-me lá o que é que quer.

E ela esteve-me a dizer:

— Olhe, sabe uma coisa, eu se lhe fizesse oral, gostava que visse melhor estes aspectos...
— e disse-me umas coisas. E foi comigo aos estudos ingleses, e levei os livros para casa para fazer exame na segunda-feira.

Eu estava descansada, porque investigava muito, adorava Shakespeare e aquelas coisas todas. A Literatura Inglesa III era quase toda à base de Shakespeare, e falávamos bastante, a Professora Assistente e eu, trocávamos impressões, ela dizia-me o que é que eu havia de consultar.

Vou contar duas das nossas histórias porque são públicas e só por isso as vou referir, porque, de facto, se fossem privadas preferia não contar. Pedro Quintas era uma pessoa muito exigente. E eu, sendo aluna voluntária, permitia-me ter boas notas, que era uma coisa que ele não suportava... Custava-lhe um bocado.

Chego lá, o Pedro Quintas no meio e uma de cada lado, a Assistente e uma outra senhora cujo nome agora não recordo. E ele é que fez a chamada. Começou por me chamar Maria Carolina *Tarôla* Gomes Pereira Cardoso. E eu corriji-o logo: *Tarola* Gomes Pereira Cardoso. E diz ele assim:

— E como é que eu sei?

— Sr. Professor, eu acho que não há nenhuma regra que obrigue a pôr aí o acento, mas a gente também não diz jan[ê]la, diz jan[é]la, não diz b[ô]la, diz b[ó]la, não diz p[ô]rta, diz p[ó]rta; mas dizemos P[ô]rto, dizemos jan[ê]lo, dizemos b[ô]lo. — Eu andava já com aquela preparada, já me tinham aparecido situações... Mas, por acaso, ele não se lembrou: dizemos ceb[ô]la.

— Então, vamos lá. Olhe lá! Mas a senhora quer ser quê? Professora? Quer ser assistente?!

— Faz favor de dizer?

— Então, com dezasseis, o que é que vem fazer à oral?

E eu olhei para a Professora Assistente, à espera que ela desse uma explicação. Mas ela também ficou muda e queda. E então ele começou:

— Então, ora diga-me lá uma coisa que não seja do programa para eu lhe perguntar. O que é que há-de ser?

— Ó sr. Professor, o que é que é uma coisa que não é do programa? Eu sei as coisas que são do programa, porque o resto tudo não é do programa.

— Ande, ande, mas diga lá.

— Sei lá! — eu não gostava era de estar calada, e disse: — Sei lá! Por exemplo, falar do tempo real e do tempo psicológico em *Otelo*, mas eu julgo que isso é do programa.

— Ai, mas ela sabe muito! Ela sabe muito. — a gozar — Ora então diga lá o que é isso do tempo real e tempo psicológico.

E eu lá lhe estive a explicar. E depois começou-me a dar umas folhas que tinham excertos para eu identificar. E eu também estava a ficar chateada, digo assim:

— Olhe, isto aqui é da peça tal, não demos, mas isto da peça tal...

— Vocês não deram nada!

— Estas não demos, só que por acaso eu tenho a obra e estive a ler. — A Professora Assistente estava capaz de se enfiar por algum sítio. E eu ainda tive pena dela e disse: — Ó Sra. Sra., desculpe.

E diz *ele* assim:

— Desculpe, não. Desculpe a senhora o mau bocado que eu aqui a fiz passar. — E ficamos assim. E ele lá me deu o dezasseis na mesma.

Outra vez, fui a exame a Alemão, prova oral, e lá estava ele. Alemão III. E o senhor fez umas perguntas, e então — esta é mesmo interessante, esta é mesmo só por ser pública que eu posso contar, senão podiam julgar que eu inventei. Eu tinha aqui um alfinete de peito arrocheado. Ele esteve a perguntar-me uma série de coisas e deu-me um textinho de um autor português, que eu julgo que era José Rodrigues Migueis. Tinha um bocado para eu pôr em alemão, que dizia isto: — o conteúdo era mais ou menos este — «e então, acontecia uma coisa engraçada, quando ele queria ir para a Alta, os carros passavam todos para a Baixa, e quando ele queria ir para a Baixa, os carros passavam todos para a Alta». E eu estive a traduzir assim oralmente. A gente traduzia assim oralmente, enquanto lia. A gente, dantes, sabia muito, meu Deus! No fim de eu traduzir, de eu retroverter, portanto, ele pergunta-me assim, em alemão:

— Não acha que este texto, que o texto tem algum humor?

E eu disse-lhe, julguei que aquilo era um exame entre dois adultos e disse-lhe assim:

— Sr. Professor, são pontos de vista, porque, primeiro, a gente querer um carro para um sítio e ele passar para o outro, enfim, não é assim coisa muito agradável, e, por outro, eu até tenho sentido de humor, mas quando estou a fazer exame, perco-o um bocado.

O homem dá dois gritos e em vernáculo português, diz assim:

— Então, a senhora tem medo de mim?! A senhora não é uma que já *pariu* duas vezes?!

E eu disse para mim: «Maria Carolina, estás feita ao bife, portanto, morre de pé.» E disse-lhe assim:

— Sr. Professor, isso é verdade, eu já pari duas vezes, mas olhe, quando eu pari a primeira, se me tivesse custado tanto como fazer exame com o sr. professor, juro-lhe que já não tinha parido a segunda.

Isto tudo em português. E depois, em alemão, apontou para o meu alfinete e disse:

— Quem é que lhe deu esse alfinete?

— Foi a minha mãe.

— Onde é que mora a senhora sua mãe?

— Mora em Luanda.

— Luanda é uma cidade com colinas.

— É, sim senhor.

— Porquê?

E ainda me lembro como é que acabei o meu exame:

— Wegen der Verteidigungen — “por causa da defesa”.

— Vá-se lá sentar.

E eu saí, parecia que tinha lepra. Ninguém se chegava a mim! Ninguém. Toda a gente se convenceu que ele me reprovava. Eu saí. Isto era lusco-fusco, fiquei à espera que o meu cunhado me viesse buscar, sentada na Faculdade de Letras, em Coimbra, naquelas escadas, toda a gente a passar de lado, eu sentei-me ali. Bom, eu também era voluntária, mas mesmo assim...

Eu sentada ali, e daí a bocado oiço assim uma voz por detrás de mim:

— Olhe que eu não sou tão mau como me pintam. — Levantei-me imediatamente, porque nem pensar... Isto não era uma questão de subserviência, era uma questão mesmo de *educação*. O professor vinha por detrás de mim, eu levantei-me e ele disse: — Olhe que eu

não sou tão mau como me pintam. — E lá fui ver a nota e ele tinha-me mantido o quatorze com que eu tinha ido à oral. Portanto, eu tive umas notas bastante regulares...

Mas depois houve uma coisa que ele levou avante: não me deixou fazer o Seminário. Apanhei ali uma reforma e fiquei com a minha vida muito facilitada. Ainda mesmo numa licenciatura de cinco anos, o que é que aconteceu? Aconteceu que eu estava com o quinto ano feito porque duas cadeiras do quinto ano passaram para trás. Mas do quarto precisava de fazer o Seminário. Combinei com ele o que é que íamos tratar, que era Bernard Shaw. Pedi-lhe, ele concordou, deu-me a bibliografia, comprei a bibliografia que a tenho lá toda em casa no meu escritório, e depois não me deixou matricular! Ele disse-me logo: “Agora, já não...” Porque ele queria que nós fôssemos duas semanas sim, duas semanas não, assistir às aulas. Isto é: tinha que se ter *fifty-fifty*. E eu não tinha possibilidades de o fazer. É que, entretanto, tinha começado a trabalhar e não podia. Não podia. Pronto, deixei-me estar. Não me arreliei nada. Eu já tinha uma qualificação, uma habilitação própria que era o bacharelato, fui trabalhar e imediatamente a seguir fiz as Pedagógicas, aqui no Porto.

Já estava a dar aulas desde 1970, no Colégio Castilho, em S. João da Madeira. O que é que eu resolvi fazer? Resolvi fazer as Ciências Pedagógicas, para poder fazer estágio e concorrer ao ensino oficial. Relativamente às Pedagógicas, toda a gente dizia: “Isso não presta para nada”. É mentira. Gostei de fazer as Ciências Pedagógicas. Abria horizontes. De umas coisas pode-se sempre partir para outros, uns livros levam a outros, umas ideias levam a outras. Digam o que disserem, as Pedagógicas só faziam bem. Hoje, não sei o que se estuda em sua substituição mas espero que, a mudar, se tenha mudado para ainda melhor. Só achei que a Higiene Escolar tinha pouco interesse, na altura. Hoje, outra Higiene Escolar talvez ainda continuasse a ser precisa.

Fiz as Ciências Pedagógicas e também tive muito boa classificação.

• O casaco ‘tapa-misérias’ – a solidariedade de Arminda, a modista

Devo dizer também que, em Coimbra, tive ajudas das mais inesperadas. Por exemplo, tive ajudas que ainda hoje agradeço e reconheço de uma senhora que era modista e que muito me ajudou, a mim, aos meus filhos, ao meu marido... Não sei, eu acho que ela até com muita delicadeza, às vezes, nos convidava e comíamos lá, porque ela sabia que as larguezas não eram muitas. Primeiro passo. Nós passávamos mesmo mal. Eu lembro de

anos, *anos*, para aí três anos em que não comi uma peça de fruta, porque a fruta era para os meus filhos. A vida era cara. O meu marido ganhava três mil escudos, porque ele não conseguiu aqui lugar de acordo com a sua formação. Foi para a Junta Nacional do Vinho, como técnico, mesmo como técnico de segunda classe, porque não se entrava logo para primeira, e ganhava três mil escudos, mas pagávamos de renda setecentos e cinquenta! Depois tínhamos a água, luz, não tinha telefone, tinha os miúdos, tinha aquela coisa toda!... E essa modista, das Torres do Mondego, a Arminda, foi extraordinária. Em todos os sentidos. Uma coisa que ela me fez, um dia, foi assim:

— Ó Maria Carolina, eu vou-lhe fazer um casaco, um casaco comprido, e depois a Maria Carolina paga-me quando e como puder. — Aquele casaco foi a minha salvação, porque ela arranjou uma lã, era castanho mel... Tenho pena de não o ter guardado, porque era um casaco de uma lã muito fininha, muito agradável. Podia andar com ele até Maio e não precisava de trazer mais nada! Enquanto andei na Faculdade, e quando ia para Coimbra — que eu vivia em Gaia, Porto — eu andava com aquele casaco, porque não tinha dinheiro para comprar roupa para andar por lá, e andava com aquele casaco, que era o ‘tapamisérias’. Durou imenso!

Como disse, quando ia para Coimbra, levava os meus dois filhos e ficava em casa do irmão mais velho do meu marido, que era então pároco em Torres do Mondego. O meu marido ia levar-nos lá e voltava sozinho. Depois, o meu cunhado vinha trazer-nos ao Porto, num *Fiat 600*. Eu era uma voluntária muito *sui generis*. Ia normalmente uma semana por mês. O meu marido começou-se a habituar a governar-se sozinho, sabia cozinhar umas coisas, e até começou a ter gosto pela cozinha. Além das ajudas da Arminda, que já referi, havia outras pessoas que me ajudavam, emprestando-me os seus apontamentos. Havia um funcionário, o sr. Alves, que acusaram até que ele que era um “bufo” da PIDE, e que foi uma pessoa extraordinária para mim. Sabia que eu tinha dificuldades, escrevia-me os sumários das cadeiras em que estava matriculada. Ele, que ganhava tão pouco, às vezes, mandávamos para o Porto!

Ele tratava-me sempre com muita consideração por eu já ser casada, e, por meu lado, a primeira coisa que eu fazia quando chegava à universidade era ir cumprimentá-lo. Um dia, chego lá e ele estava a conversar com umas moças, uma delas que era assim uma figura muito *vistosa* da faculdade, isto talvez em 68. Usava mini-saia, fumava boquilha, era alta e

elegante. E ela estava a falar com o senhor Alves, enquanto eu esperava que aquela conversa acabasse. Entretanto, ele viu-me e disse:

— Então, minha senhora, como está? E os meninos, como estão? Estão bem?

E ela virou-se para mim, (era lisboeta falava *âssim*) e pergunta-me:

— Tu és casada?

— Sou.

— E tens filhos?

— Tenho.

E ela virou-se para a outra e disse assim:

— Tu estás a ver? A gente esmifra-se para arranjar um homem e não encontra, esta fulana, não tem nada que a recomende, é casada e tem filhos!

Ao que eu retorqui:

— Pois é, minha filha, mas olha, se eu fumasse boquilha e usasse mini-saia, se calhar ainda era solteira. — Isto era uma ideia assim um bocado retrógrada, mas tinha que lhe dizer alguma coisa naquela altura...

• O sr. Machado da Livraria Almedina

Outra ajuda muito importante que tive foi logo no primeiro ano. Tão importante que nem sei se teria chegado ao fim sem ela. Sempre que tenho uma oportunidade, gosto de contar este «incidente».

Um dia eu estava a namorar uns livros na Livraria Almedina e por acaso não sabia que o sr. Joaquim Machado, que era o dono da Almedina, estava lá por dentro a verificar se alguém rapinava alguma coisa. Eu estava a namorar a *Paideia*. Custava imenso, eram muito cara, nem pensar em comprá-la. Mas o professor tinha-a referido e eu não podia andar pela Faculdade a fazer as consultas e estava ali a namorar a *Paideia*. Ele deve ter ficado desconfiado lá de dentro, por eu olhava para a *Paideia*, peguei na *Paideia* e voltei a pô-la no sítio. Era em espanhol, uma versão espanhola. E depois, vim-me embora e ele veio atrás de mim e disse assim:

— Olhe, venha cá, venha cá. Diga-me uma coisa: porque é que não leva o livro?

— Não levo o livro porque é muito caro.

— Mas precisa dele?

— Eu preciso daquele e de uns poucos.

— Então porque não leva?

— Olhe, não levo porque não posso. Não posso, sabe porquê? Olhe, não moro cá, moro no Porto, sou voluntária, não tenho disponibilidade. O que eu tenho que fazer é procurar isto lá na Biblioteca do Porto.

— Não. Nós vamos fazer aqui um contrato: você leva este livro, leva outros que queira e paga quando quiser.

Aceitei, quase me apeteceu abraçar-me a ele e, depois, andei durante quatro anos a comprar os meus livros e ia pagando às pinguinhas. Era a aluna que, praticamente, tinha mais livros. Comprava, ia pagando.

E depois, quando acabei o curso, quando acabei o bacharelato, comecei a trabalhar e fui lá pagar e agradecer-lhe. Paguei tudo. Mesmo assim eu também não estava assim tão abonada, mas disse-lhe:

— Sr. Machado, agora, a próxima coisa que eu vou comprar, mas quero comprar a pronto pagamento, é o *Pantagruel*.

Vivia naquela altura em S. João da Madeira, o Colégio Castilho era em S. João da Madeira, arranjei lá casa, e, então, na Terça-feira seguinte, (a conversa tinha sido pr'aí uma Sexta-feira), eu recebi o *Pantagruel* oferecido por ele, com dedicação e tudo! O *Pantagruel* sempre foi um livro caro. E ele ofereceu-mo. Pronto, estas pessoas e o meu cunhado padre, evidentemente, que tinha sempre ali a casa à disposição e, coitado, vinha-me trazer muitas vezes ao Porto. No seu *Fiat 600*, branco, sem rádio, quantas histórias contámos aos meus filhos ao longo da Estrada Nacional nº 1. Quantos jogos e quantas canções cantávamos para o caminho não custar tanto a passar!

• Matilde Rosa Araújo e a aula sobre Sebastião da Gama

Entre 1970 e 1972-3 estive a dar aulas em S. João da Madeira e o meu marido, que, entretanto, era técnico na Câmara Municipal do Porto, ia e vinha todos os dias. Era um bocado cansativo, pelo que resolvi concorrer ao ensino oficial e fui colocada na Escola Preparatória Soares dos Reis em Gaia. Foi nesse ano que fiz as Pedagógicas e que engravidei da minha filha, Joana, que viria a nascer em Julho de 1973. Em 72, em Outubro, vinha eu de Coimbra de fazer a última cadeira para terminar o bacharelato e, quando

cheguei a casa, em Mafamude, Gaia, para onde tinha vindo depois de S. João da Madeira, toquei a campainha e gritei de cá de baixo, do fundo das escadas, para o meu marido:

— Acabei! (Dessa vez, excepcionalmente, tinha ido de comboio, sozinha, porque os dois rapazes, o Carlos Manuel e o Rui Manuel, já andavam na escola.) E o meu marido lá de cima respondeu-me:

— Acabaste? Pois agora começo eu!

E começou! Fez exame *ad hoc* à Universidade do Porto, licenciou-se em Geografia, fez o estágio logo de seguida e, ao fim de um ano de aulas, foi logo nomeado orientador de estágio, funções que exerceu nas escolas Oliveira Martins, Rainha Santa e Aurélia de Sousa. Entretanto, efectivou na mesma escola que eu, a Oliveira Martins e quando de lá quis sair, saímos os dois. Gostávamos de trabalhar na mesma escola, embora sejamos muito diferentes. Ele é mais calmo, mais sereno, mais calado. No entanto, os alunos adoram-no, ou antes, adoravam-no, porque, entretanto, se reformou. Chegámos a ter turmas comuns e eu quase tinha ciúmes porque, gostando sempre dos alunos e gostando que eles gostassem de mim, parecia-me (e era certo) que eles ainda gostavam mais dele.

Concorri então ao estágio como bacharel, fiz o estágio no ensino técnico. Comecei em Outubro de 1973, na que era então a Escola Comercial Oliveira Martins. O 25 de Abril aconteceu já quase no fim do meu estágio. O exame de estágio estava marcado para o dia um de Maio. Já não fiz. Tive muito boa nota, tive boa nota, mesmo para a época. Eu tive dezasseis a Português e quinze a Inglês, porque eu fiz estágio em Inglês e Português.

Na altura, para cada disciplina em estágio havia o metodólogo, uma assistente de metodologia e ainda havia a metodóloga itinerante. A metodóloga itinerante andava pelo país a assistir a algumas aulas e a ver as classificações que eram propostas pelos metodólogos locais, para depois acertar a nota no final. No meu ano, a metodóloga itinerante de Português era Matilde Rosa Araújo, já muito idosa naquela altura. A nota dezasseis a Português foi-me dada por ela e considero esta minha nota sobrevalorizada. Foi absolutamente por acaso.

Talvez porque eu era um bocadinho mais extrovertida do que as minhas colegas, normalmente pediam-me para ser eu a atender, para «aturar» o visitante. Foi o que aconteceu quando veio a Sra. Dra. Matilde Rosa Araújo, a metodóloga itinerante nesse ano, que vinha para supervisionar as notas, as classificações, e acontece que ninguém

queria que ela fosse assistir às aulas, porque estávamos numa fase de trabalho de grupo. Quando me pediram, eu também disse:

— Mas não me dá jeito nenhum, porque o que eu estou a fazer, o que eu vou fazer nessa altura com os alunos, é um trabalho sobre o Sebastião da Gama. Já tenho os grupos organizados. Um vai tratar o poeta da Serra da Arrábida, outro o poeta do amor conjugal... isto e aquilo.

A metodóloga viu o que eu já tinha preparado, um roteiro de trabalho para cada grupo, e disse:

— Até é bom, deixe lá.

Pronto, já estávamos em cima do acontecimento... lá aceitei.

A minha turma, como todas então na Escola, era só com rapazes, porque era uma escola masculina. Os alunos estava divididos em grupos: um grupo tratava de Sebastião da Gama, o poeta da Arrábida, outro grupo, o Sebastião da Gama professor, outro, o Sebastião da Gama poeta do amor conjugal. Havia ainda mais um ou dois grupos que tratavam outras facetas de que agora me não recordo. Achei importante tratar o aspecto do poeta do amor conjugal, porque costumava dizer (e disse-o também à frente da metodóloga):

— Os poetas casam-se e acabou. Nunca mais escrevem poemas de amor às mulheres. Têm que arranjar outras musas. Este é o único que eu conheço que, depois de casar, ainda continuou a escrever poemas de amor. Também, coitado, morreu tão cedo, que não teve tempo de se cansar.

E, na vida, acontecem daquelas coisas. Eu costumo dizer, também, que tenho muitas graças a dar não sei a quem... Porque tínhamos por lá umas *Flamas* antigas (eram umas revistas, ainda as tenho) e senti-me conduzida a folheá-las. É este o termo: conduzida. Ainda sem saber quem era a metodóloga itinerante, pus-me a desfolhá-las, e o que é que eu encontro numa? A reportagem, em página inteira, do funeral do Sebastião da Gama, e quem é que estava lá em pé, ao pé da urna? A Matilde Rosa Araújo. Então, eu olhei para aquilo e pensei: «espera lá, que isto aqui já fica e vou levar para os miúdos verem a notícia».

Então, aconteceu um milagre. A vida das pessoas é feita de coisas fantásticas. Eu reflecto muito, tenho muitas insónias, reflecto muito nestas coisas, mesmo com o tempo passado.

Eram só rapazes, antigo terceiro ano, que agora é nono, portanto, aqueles rapazes que vão para uma Escola Comercial. Não eram a 'nata', de maneira nenhuma, e estavam a trabalhar. E logo no princípio da aula, onde estavam os alunos, a metodóloga, a assistente, as outras três estagiárias e a metodóloga itinerante, um aluno fez uma pergunta de índole pessoal sobre Sebastião da Gama e eu enchi-me de inspiração... Aliás, a minha vida é feita de inspirações. Sinceramente, lamento muito, mas não me recordo da inesperada pergunta e a que eu não tinha meios de responder, e dei por mim a responder:

— Ó filho, olha, eu não sei, mas nós vamos perguntar à Senhora Dra. Matilde Rosa Araújo, porque eu sei que ela o conheceu e pode ser que ela possa responder.

Porque, na tal reportagem, eu tinha lido que a Senhora tinha sido uma profunda amiga do poeta e professor Sebastião da Gama.

A Dra. Matilde Rosa Araújo respondeu, eles começaram-lhe a fazer perguntas, e daí a bocado ela estava sentada em cima da mesa do professor, de perna traçada, a falar, a dizer coisas sobre o Sebastião da Gama. A falar da mulher dele, a contar o casamento. Ela conhecia-o e tinha tido uma paixão por ele. Mas isso eu só soube mais tarde! Ela era a madrinha de casamento dele, e contou ali como foram os dois atravessando a Arrábida, a pé, para a igreja. Contou que, a ele, se lhe desapertou um atacador do sapato, e que ela se sentou com ele sobre uma pedra, e que, quando ele estava a apertar o sapato, lhe disse:

— Sabes, Tila, eu estou muito doente, eu sei que não duro muito, mas eu devo isto à Joana... (querendo dizer com isso que lhe devia esse bocado de vida que ainda poderia viver com ela).

Os alunos, apesar da idade, apesar de tudo, estavam muito comovidos. Gerou-se ali um ambiente muito sensível, e vi muitos daqueles rapazes com lágrimas nos olhos e outros a sufocar com os soluços. Foi muito comovente. E eu que sou uma chorona, o que valeu é que não funguei. Realmente estive muito discreta, com as lágrimas a correr e bastante tempo, porque foi muito bonito. Ela falou com uma humanidade, com uma amizade... E então no fim, criou-se uma magia.

Nisto tocou e um aluno diz assim:

— Sra. Dra., posso ainda fazer uma pergunta? — E eu até disse com os meus botões: «eu *mato-te* se tu agora estragas este encanto». Mas o mocinho, com um ar muito ansioso, pergunta à Dra. Matilde Rosa Araújo:

— Sra. Dra., e essa senhora, depois de ter conhecido um homem assim, voltou a casar?

— Não, meu filho, esta senhora é uma freira laica: uma senhora que faz visitas, toma conta de pessoas, visita pobres e doentes. É assim uma freira laica, sabes o que é? — Quando ela disse aquilo, eles todos deram um suspiro profundo, como se lhes tivessem tirado um peso de cima. Como se se considerassem todos traídos se ela se tivesse casado outra vez...

E, já no momento de avaliação da aula, comentou:

— Ai, que bela aula deu!

Eu não tinha dado aula nenhuma! Eu tinha preparado os materiais e essas coisas, mas eu mesma disse e continuo a dizer:

— Isto é uma nota injusta.

• **Tenho cadeiras que davam para fazer um banquete**

Acabei por fazer os dois anos da licenciatura aqui no Porto. Costumo dizer que tenho cadeiras que davam para fazer um banquete. Como já tinha feito praticamente tudo em Coimbra, do quarto ano só me faltava o Seminário e do quinto faltava-me uma disciplina. Mas depois, quando começou o quarto ano de Filologia Germânica na Faculdade de Letras aqui da Universidade do Porto, tive que fazer o quarto e quinto anos inteiros. Não se perdeu nada. Gostei imenso de voltar a estudar. Fiz sempre na mesma como voluntária. Julgo que só fui assistir a uma aula ou duas. Lembro-me que fui fazer um exame a casa de uma professora. O exame estava marcado e era só eu, e ela estava doente. E ela perguntou-me se eu me importava e eu fui lá fazer o exame, numa casa a caminho da Maia.

Gostei muito. Por exemplo, conheci uma pessoa que foi meu professor, na altura, e que é praticamente da minha idade, com quem ainda hoje mantenho uma relação de profunda amizade, até é meu co-autor, que é o professor David Davis. É Inglês. Coitado, vinha da Turquia, tinha casado com uma portuguesa, tinha acabado de cair aqui em Portugal, e estava a dar Linguística Inglesa Aplicada ao ensino do Inglês. Pronto, foi aquilo que eles lhe deram para ele dar. O facto de eu ser mais velha do que os outros — eu já era efectiva naquela altura — de saber algumas dificuldades que se punham ao professor a ensinar Inglês, acabou por criar uma relação que a gente foi mantendo sempre. Por exemplo, tenho

feito, até mais por solicitação do que por vontade própria, manuais escolares de Inglês e vou sempre ter com ele, porque formamos uma belíssima equipa. Trabalhamos muito bem: temos ritmos muito diferentes, mas completamo-nos. Eu sou um bocado mais inventiva, mas ele é muito criativo, a pegar naquilo que faço, e depois tem um sentido de humor muito grande, que acho que é essencial para se ser professor. Gosto imenso de trabalhar com ele. Gostei muito também de algumas professoras. Ainda há tempos faleceu uma, que era ainda mais nova do que eu, até fiquei com uma pena, que era a Margarida Losa, filha da escritora Ilse Losa. Eu já conhecia a mãe, tinha trabalhado com ela.

3.4. A gestão deu cabo da minha fé nas pessoas

Sou é professora. Se quisesse ser outra coisa, era. Tive vários convites...

Sempre gostei de me envolver um bocado naquilo em que eu estou metida. No entanto, a seguir ao 25 de Abril, havia muito barulho, muita manifestação. Mas manifestações, isso não é comigo. Não consigo meter-me numa multidão. Não consigo! Numa multidão, fico isolada, e até me dá vontade de chorar. As multidões comovem-me, assim como os espaços muito abertos. Comovem-me, impressionam-me e eu até me emociono e digo assim: «eu não sou de confiança que me emociono com estas coisas», e até faço uma certa filosofia sozinha sobre isso. Mas gostava de participar e, por exemplo, uma das coisas que eu assumi, numa altura que era muito difícil, na escola, foi fazer parte da Comissão de Gestão. Tinha acabado de sair do estágio! Fazer parte da Comissão de Gestão foi uma experiência terrível. Naquele ano e no seguinte, em que estive na Escola do Magistério Primário, também me envolvi na gestão. Foram anos difíceis, para quem não queria pactuar com injustiças, demagogias e covardias. O 25 de Abril foi há vinte e seis anos e eu há dezanove que estou ligada aos Conselhos Directivos. Este é o primeiro ano em que sou só assessora, mas tenho estado sempre na gestão. Lá saio um ano ou dois, quando mudo de escola, mas depois, lá caio outra vez.

É o que vai acontecer agora, pois vou fazer parte de uma lista que vai concorrer à eleição do Conselho Executivo para a Escola em que já estou desde 1999, a Escola Secundária

Filipa de Vilhena. Apesar de ter estado (e ninguém me pôs nenhuma fava ao peito), todos estes anos em órgãos de gestão, a verdade é que do que eu gosto, e muito, é de estar com alunos. Gosto muito de trabalhar com adultos, gosto muito de trabalhar com alunos de dia. Gosto essencialmente de dar aulas, de partilhar, de ensinar. Acho que é uma daquelas actividades que uma pessoa faz, que tem qualquer coisa de divino. E então quando nós temos um aluno muito mau, por exemplo, e a gente consegue abrir uma porta para entrar um bocadinho de luz, um raio de luz, é fantástico, é comovente.

Por outro lado, também nunca tive grandes problemas. Dei dois pares de estalos na minha vida. Nem sei se estou ou não arrependida de os ter dado, mas dei. E se, no episódio do Albano, o meu arrependimento teve por base uma possível tarefa que ele me podia dar, já o segundo caso foi diferente.

Foi na Escola Oliveira Martins, no ano de estágio, numa aula assistida, com um aluno que estava a gozar com os meus esforços para fazer o que então se chamava «a motivação da aula». Falei-lhe alto e quando ele me disse:

— O que é que foi? Olhe que eu não sou da sua confiança!

Não pensei nas consequências e dei-lhe dois tabefes. Levou também. Levou e aí a minha reacção foi assim: “bolas, já reprovei”. Mas não. Nem ninguém referiu aquilo, senão uns anos mais tarde.

Também é curioso recordar que os professores, na primeira vez que concorriam, não podiam concorrer para nenhuma escola situada a menos de trinta quilómetros de casa. Isto em 1975-76. Por isso, embora houvesse vagas a dar com um pau perto de casa, concorri para S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vila Nova de Famalicão. Por isso, a primeira vez que efectivei fiquei em Famalicão. Mas acabei por ir lá só receber! Ia lá no dia vinte e cinco de cada mês, ou no dia vinte e seis, se calhava ao domingo — recebia-se o vencimento na escola!

Ia com outra colega, que também tinha sido destacada. Mas não, não fui para lá dar aulas, porque, entretanto, uma amiga minha, a Graça Branco, de Braga, foi nomeada Directora da Escola do Magistério Primário do Porto, que era um lugar eminentemente político. Ela era simpatizante do MDP/CDE, uma pessoa honestíssima, muito discreta. E convidou-me para ser subdirectora. A mim e a outra colega chamada Alice. Tanto o ano de 1974-75, na Oliveira Martins, como 1975-76, no Magistério, foram dois anos difíceis! Porque ali é que

era política mesmo! Era horrível. Ganhei umas úlceras, meu Deus! Ponha difícil nisso. Sabe a obra de Português que nós dávamos aos futuros professores primários? *Os Capitães da Areia*, foi o que foi decidido que se dava. Claro eu procurava desmontar o sistema, tanto quanto possível, mas era pesado. Só tinha uma turma, porque eu era subdirectora, só tinha mesmo duas ou três aulas por semana.

Em 1976-77 fiquei efectiva na escola que, nessa altura, se chamava de Artes Decorativas Soares dos Reis. Cheguei lá, só estive a folgar um ano. Fui nomeada para o Conselho Directivo. Cansei-me, estive três anos no Conselho Directivo e tratei de mudar de escola. Foi quando concorri para a Oliveira Martins, que ficava situada a cinquenta metros de minha casa. Julguei que me tinha livrado...

Não é que ser membro de um órgão de gestão não tenha coisas boas. Mas, em mim, teve um efeito muito negativo: a gestão deu cabo da minha fé nas pessoas. Eu gostava de mim como eu era, porque eu confiava muito nas pessoas. Agora não confio, e mais, perco a paciência com muita facilidade. Sei que não é tanto da idade, porque eu não perco a paciência com os alunos. Perco a paciência com a falta de brio profissional de muitos professores, perco a paciência com a falta de paciência de muitos professores, perco a paciência por eles não se lembrarem que já foram também jovens, adolescentes... Com aqueles que vêem tudo pelo lado negativo, que é tudo mau. Aqueles professores que me dizem assim: "quando é que começam as férias?", ponho-os logo numa prateleira. Gosto de pessoas activas, que tenham iniciativas, que se envolvam, que tenham orgulho na sua escola. Por isso, andei sempre metida em muita coisa. Até já ensinei culinária a alunos, numas férias grandes, na cantina da Escola!

Quando voltei para a Oliveira Martins, estive oito meses para aí, um ano lectivo, sem estar no Conselho Directivo. E fiquei por lá onze anos. Depois saí. Já não aguentava. Estava a ficar antipática. Foi quando concorri para a Escola Secundária Filipa de Vilhena, juntamente com o meu marido. Quando cheguei à Filipa, pensei que ia ter uma folga sem cargo nenhum. Não tive nada! Tive logo um cargo: perguntaram-me se eu não queria assumir um curso em regime pós-laboral, que funcionava no sistema modelar. Era como o das escolas profissionais. E eu fiquei com a responsabilidade desse curso três anos. Quando acabou, fui para o Conselho Executivo três anos. A seguir, fiquei mais um ano como assessora do Conselho Executivo, e agora estou outra vez, julgo que os meus três últimos anos. É que

eu já tenho idade e tempo para me reformar. Para o ano vou pedir a contagem do meu tempo de serviço, parece-me que no fim dos três anos terei talvez uns meses de horário zero e que me reformo.

As mulheres e a gestão das escolas

Na gestão, um dos pelouros mais difíceis e tenho-o tido muitas vezes, é o do pessoal auxiliar de acção educativa. Porque o pessoal não tem formação e ganha muito pouco. Como ganha pouco e não tem formação, são ali logo dois *handicaps* com que nós temos que lidar. Normalmente, nota-se uma grande subalternização das mulheres. Os homens não querem fazer a limpeza, apesar de ela constar das funções que lhes são atribuídas... Mas Conselho Executivo onde eu esteja, ganham todos por igual, todos fazem igual. Se houver trabalho de limpeza para fazer, faz-se. A primeira vez que disse a um funcionário para limpar os vidros, que estavam imundos e altos, ele retorquiu enfasiado: “Ah, sra dra, eu vou limpar os vidros?!”, “Vai, sim senhor.”, “Mas eu nunca limpei!”, “Pois, olhe, agora é uma boa altura de começar, Sr. Miguel.” Pronto. E procuro que a distribuição das tarefas seja equitativa, o que também é muito difícil, porque os chefes de pessoal têm muito poder. Então, o que é que eles fazem? Fazem chantagem emocional, eles ameaçam as pessoas, e se uma pessoa não andar em cima, (e eu não tenho nenhuma pretensão de que sei tudo o que se passa), há pessoas que são mais sacrificadas do que outras. E dentro das mais sacrificadas, lá estão as mulheres. Portanto, o que é que eu faço? No princípio dos anos, faço uma distribuição de tarefas: quantas salas há para limpar, quantas escadas, quantos pátios, quantos bufetes, quantos corredores, quantos ginásios, quanta cantina, quanto telefone, tatatata... e faz-se uma distribuição, o mais equitativa possível. Eles faltam imenso. Quando há faltas, temos que gerir aquela divisão... Mas de facto, é um problema porque elas até são, na minha opinião, até são ofendidas, por exemplo, oralmente, pelo vocabulário que é usado por eles, e que abusam. E as desculpas deste género: “Ó sr. Euclides, olhe que a D. Teresa está muito sobrecarregada, é uma pessoa frágil e está muito sobrecarregada.” “Sra Dra., muito bem está ela! Havia de ver o ano passado. Está a ver o ano passado era injusto.” “Mas o facto de ela estar melhor do que o ano passado, não quer dizer que esteja bem! Não está. Não está bem e eu não quero isto. E olhe, faz favor, tire-me uma sala a esta senhora, dê a outro, tire mais aquela e dê aquele, porque aqueles

estão mais aliviados.” “Ah, então a senhora vai pôr o sr. João que já tem cinquenta e tal anos a fazer limpeza?!” “Olhe eu tenho quase sessenta e também faço limpezas quando é preciso. Portanto, o sr. João não é melhor do que a sra. Maria. O trabalho que é para a sra. Maria também é para o sr. João.” É muito difícil, é muito, muito, muito difícil, e é uma coisa que não dá prazer nenhum...

Andei a seleccionar funcionários para ir a uma acção de formação. Só tínhamos vagas para duas. Eram da DREN, para funcionários que atendem, que têm mais ligação com o público. E as senhoras foram a semana passada toda, e um dia destes foi lá uma de cada vez, que eu achei muito bonito, porque não foi combinado, a dizer: “Ó Sra. Dra., muito obrigada por me ter seleccionado por me ter deixado ir”. “Mas eu não *deixei*. A gente faz a selecção, as senhoras nunca tinham ido a nenhuma acção.” E ela disse: “Ah. Sra. Dra., mas olhe foi muito bom, muito bom. A orientadora era um espectáculo! E sabe uma coisa? Até lhe digo mais, a sra. Dra. havia de mandar lá toda a gente.” Toda a gente. Eu acho isso muito positivo. Depois a outra veio e disse: “Eu queria que a Sra. Dra. fizesse presente junto dos outros membros do Conselho Executivo que gostei muito de ir à acção, achei muito útil, e olhe, e devia mandar mais gente.” Perante estas achegas, vimos as nossas finanças, o orçamento e convidámos a Formadora, de quem, aliás, tínhamos outras informações. Ela virá então à nossa Escola e vai dar um dia de formação a todos os funcionários, num dia de interrupção de aulas, no Natal.

3.5. Conseguir que entre um raio de luz, é fantástico!

Costumo dizer que passo a vida a dar aulas: nos corredores, no bufete, na sala dos professores, no supermercado, onde me parece. Porque sinto que o ter estado nos Conselhos Directivos-Executivos me roubaram muito o contacto com os alunos. Foram eles, até hoje, aqueles que me ofereceram as experiências mais gratificantes. E depois, também, faz bem ao nosso ego, poder dizer e provar que tenho louvores!

Por exemplo, tenho louvores que o Conselho Pedagógico me concedeu, tanto na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis como na Escola Secundária Filipa de Vilhena. Registados em acta. Tenho louvores de umas Câmaras onde eu fui, graciosamente, fazer uns colóquios sobre Camilo Castelo Branco: Vila Nova de Famalicão e Moimenta da Beira.

Convidavam-me, eu ia lá, eles davam-me um ramo de flores e mandavam-me um louvor concedido em sessão solene, daquelas sessões solenes de Câmara.

Dos alunos também. Tenho um poema — como é que se chamam aqueles poemas em que cada verso começa com as iniciais do nome? — um poema feito pelos alunos com as minhas iniciais m a r i a c a r o l i n a. Guardo tudo isso na pasta do meu currículo. Assim como cartas deles, fantásticas.

Tenho, por exemplo, uma carta de uma aluna adulta que me entregou o teste que, ao fim e ao cabo, funcionava como um exame, um exame dos SEUC's — Sistema de Ensino por Unidades Capitalizáveis — e que, daí a uma hora, foi ter comigo ao Conselho Executivo e disse-me assim:

— Sra. Dra., a senhora já corrigiu o meu teste?

— Não, ainda agora o fez, Felismina!

— Então, sra. Dra., por favor, não o corrija. Rasgue-o!

— Porquê?

— Olhe, rasgue-o.

— Mas está assim tão mau? Olhe, eu vou dar-lhe uma vista de olhos. Vocês são tão negativos... Se calhar até está bom...

E ela disse-me:

— Então, olhe, não o veja, logo que não o quer rasgar, não o veja até ter notícias minhas.

Pronto, 'notícias minhas', o que é que eu pensei? «Ela vai dormir sobre o acontecimento e daqui a dois dias...»

Não senhora, daí a dois dias, recebi uma carta pelo correio, que tenho lá guardada religiosamente, com o selo, em que ela dizia: «*Sra. Dra., eu quero pedir-lhe que não considere o meu teste, que o rasgue, porque eu tenho vergonha. Porque eu vou-lhe dizer uma coisa: eu, por forma que agora não lhe digo, tive acesso ao teste antes e, portanto, eu sabia tudo o que ia sair, e eu acho que a senhora não merece que eu lhe faça uma coisa destas.*» Tenho lá esta carta, guardada, assinada por ela.

Outra experiência fantástica aconteceu em 1997, ou 98. Em Janeiro, eu fui passar um fim-de-semana a Londres. Tinha recebido um pedido de uma empresa com a qual colaborava, que era irresistível: ia a Londres, à Livraria Dillons, que é uma verdadeira instituição,

comprar livros... Aquilo é uma perdição. Como tinha a sexta-feira livre, aceitei. Só tinha que faltar na segunda de manhã. Já fui lá muitas vezes, já conheço aqueles cantinhos todos e estive muito tempo lá dentro, aqueles três dias que lá estive em Janeiro. Ora as salas são muito aquecidas, e quando eu vim para fora apanhei uma pneumonia. Fiquei em casa quinze dias, porque eu não consigo ficar em casa em tempo de aulas. Fui à escola. Só tinha aulas à noite.

Fui para a escola e tinha tosse “cavernosa” e, realmente, estava muito fraca. Foi uma estupidez... Uma aluna, que era a delegada do curso, levantou-se logo, daí a cinco minutos de eu estar a dar a aula, e disse-me assim:

— Ó professora — professora agora é o que dizem, e eu gosto que me chamem — Ó professora, posso sair, posso ir lá fora? — E eu pensei com os meus botões, lembro-me de ter pensado: “Ela está a pedir é porque precisa de ir lá fora!” E disse:

— Sim senhora.

Daí a bocado, entra-me ela pela sala adentro, com um representante do Conselho Directivo, que é o Dr. Carlos Magalhães, então o representante dos cursos nocturnos, e disse isto:

— Ó Sr. professor, eu fui chamá-lo para lhe dizer isto a si publicamente. A professora está doente e nós não queremos que ela tenha falta. Portanto, queríamos-lhe dizer que nós vamos sair todos da sala. Vamos sair todos, e faz favor marque-nos falta a nós e mande a professora para casa.

Isto é uma coisa ilegal, não se pode fazer. Ele ficou, como se costuma dizer, ‘como o tolo no meio da ponte’. Para salvar a situação, resolvi:

— Não, então vou-me eu embora.

E, de facto, eu entreguei a justificação de falta naquele dia, depois voltei a ficar em casa mais uns tempos até recuperar, mas gosto de contar este episódio porque acho que isto que é de uma compreensão, da parte da aluna, espantosa!...

Entretanto, passei a dar só aulas de dia e ensinava Técnicas de Tradução de Inglês. Tenho tido turmas fantásticas, algumas inesquecíveis e houve mesmo uma, que tive simultaneamente com o meu marido, o 10º e o 11º anos, Turma I, que foi a melhor turma que jamais tivemos. O meu marido teve-a no último ano em que trabalhou, antes de se aposentar. Tive-a dois anos. Tinha só um rapaz, que nem era meu aluno, tinha escolhido

outra opção. Mas a maioria das raparigas estava matriculada na minha disciplina e era uma turma excepcional. Boas alunas, umas raparigas delicadas, educadas, era aquela turma onde um professor pode ser sempre ele, não tem que se defender de nada. Criámos uma relação extraordinária.

Um dia, pediram-me para lhes orientar a Área-escola. A Directora de Turma não era eu, mas elas vieram ter comigo e disseram assim:

— Ó professora, olhe uma coisa, temos que fazer uma área-escola. Mas como sabe, a nossa directora de turma não gosta e tem raiva a quem gosta da área-escola.

— Isso é verdade?

— É verdade. (É uma belíssima professora de português, mas não adere a essas coisas.)

— Então, o que é que vocês querem fazer?

— Ó professora, a gente tem tudo preparado. Queremos só que coordene.

É claro que tive que dar uma palavra à directora de turma e depois resolvi aceitar. Nós divertimo-nos tanto a fazer aquilo! Foi das coisas mais divertidas que eu já fiz. Porque elas eram muito criativas. Eu só dizia: “que pena eu não me reformar este ano!” Para ficar com essa recordação. Elas foram muito amáveis. Depois permitiram-me que eu pusesse o projecto delas na internet, e fizeram um texto introdutório que é uma delícia. Até porque tem lá umas coisinhas que não digo por um certo pudor... Elas apanharam-me uns tiques, umas coisas.

De que constava o projecto? Era no ano 1998, portanto o ano da Expo, dos oceanos, e elas fizeram toda aquela a Área-escola sobre isso, mas pegaram-lhe com uma forma de apresentação que era um programa de televisão. Uma noite de televisão. O meu papel foi arranjar uma pessoa para as ensinar a entrar e a sair de cena, um operador de câmara, e pôr-lhes «águas nas fervuras», limar umas saídas um bocadinho mais picantes... Mas aquilo foi um divertimento total de nós todas, todos porque aí já entrava o André, que era o operador de câmara. Foi uma coisa linda, que gostei imenso de fazer com elas. E mais, prova como uma Área-escola, de facto, pode ser útil, em todos os sentidos. Em termos de relações humanas e em termos de aplicação! Porque aquilo era uma galhofa do princípio ao fim, mas elas aprendiam os conteúdos.

• “O Juíz De Cide”, “Sonhos Reais”

A turma tinha a quinta-feira de manhã livre, e eu também. E lá ia eu, à quinta-feira de manhã, para a escola, e elas também, para ensaiarmos aquelas coisas. E depois, a representação, a loucura que foi. Requisitei o ginásio para nós apresentarmos duas sessões, pedimos autorização ao Conselho Pedagógico para convidarmos três turmas de manhã e três turmas de tarde. E não chegou. Nós quase que tivemos que fechar a escola. Até as funcionárias da secretaria lá foram. Aquilo era uma graça.

Era um programa de televisão do princípio ao fim. Era um programa de televisão mas em que nós aplicámos conhecimentos!

Aquilo começava com uma locutora pivot a ser maquilhada e a dizer aquelas coisas loucas que a gente imagina que eles dizem e que ainda por cima ‘era’ mãe solteira, — portanto, aqui, um aspecto social — e dizia:

— E eu estou aqui, já me levantei às 6 horas, já tive que ir pôr a miúda no infantário, eu sou mãe solteira. (E cantava a “Mãe Solteira”, que era uma canção pimba que estava na moda naquela altura. Depois, já muito formal, apresentava o programa.)

Um dos programas era o “Juíz De Cide”, e quem é que julgava? Julgava o Menino Vasquinho da Gama e o Tio do Restelo. E então, o Vasquinho dizia:

— Ó sr. Dr. Juiz, é que este tiozinho não quer que eu vá...

— Ah!, porque eles só querem ir explorar...

— Não, não... — e declamavam três ou quatro estrofes dos Lusíadas.

E depois o Velho do Restelo dizia:

— Ó glória de mandar, ó vã cobiça...

(E lá declamava as famosas estrofes do Velho do Restelo. Era tudo sobre os Descobrimentos, foi em 1998.)

Entretanto, enquanto o julgamento decorria, aparecia aquela locutora que fazia de pivot e perguntava, aplicando os Lusíadas, a opinião dos presentes. Ela perguntava à Vénus (coitadinha era a Lara, estava um frio danado, e ela vestida de Vénus) qual o partido que tomavam se o de Vénus ou o de Baco. E as respostas tinham que ser dadas basadas nos Lusíadas. Levavam aquilo com grande profissionalismo, de acordo com uma frase que uso muito e que é: «quem tem brio, não tem frio».

A seguir, sempre na crítica a outros programas, vinha “Sonhos Reais — era no tempo do Albarrã, dos “Factos Reais” — em que aparecia lá uma que imitava perfeitamente o Albarrã a apresentar os “Sonhos Reais” e ainda havia uma telenovela “Vão-se os Dedos, Fiquem os Anéis”.

Nos “Sonhos Reais”, usámos uma colcha para tapar um conjunto de colchões de ginástica e servir de leito ao Rei D. Manuel I. Era uma coisa muito pirosa que nos tinham oferecido quando nos casámos, uma colcha aveludada, azul, com um grande ramo de rosas e que nunca tinha usado para nada. Pois serviu para fazer de cama ao D. Manuel. Estava lá a Sara, que era o D. Manuel, vestida de camisa de dormir e gorro, e a fingir que estava a dormir, e apareciam dois vultos com uns mantos brancos (que eram uns lençóis que lhes arranjei), que eram os dois rios, o Ganges e o Tigre, e que declamavam como devia ser o sonho do D. Manuel. D. Manuel acordava, pegava no telemóvel (que era o meu...) e marcava via Margarida, que era a secretária:

— Margarida, está? Aqui fala Sua Majestade, convoque-me uma reunião do Conselho de Estado.

Bem, depois, e isto era assim, quer dizer, nós tivemos que repetir umas poucas de vezes para toda a escola assistir no âmbito da Área-escola. Tudo.

Na telenovela, andavam à roda a fazer os vários papéis, a fazer a despedida para a Índia. Quando andávamos a ensaiar, dizia-lhes:

— Vocês nunca mais vão conseguir decorar isto a andar...

— Ó professora, está muito atrasada! Nós vamos gravar isto e chagamos lá, fazemos como nas telenovelas mexicanas, a gente só mexe assim... — Até isso era engraçado!

Gravámos, de facto, depois lá lhes proporcionei a gravação. Consegui ajuda de uma professora aposentada, que tinha muita experiência de teatro, para lhes ensinar as entradas, como é que se entrava... andavam em circulo para os episódios... iam andando no grupo, mas só mexiam os lábios, porque o som estava gravado, que era muito melhor... E não fui eu que me lembrei, foram elas. E aquilo foi assim um sucesso. Era da gente se escangalhar a rir. Às vezes, eram umas piadas... Eu dizia: “Ai, vocês vão dar cabo de mim!” Algumas tinham com uma certa inconveniência, convenhamos, mas nada de grosseiro...

Eles a falarem mesmo à moda do Brasil, com aqueles nomes, e depois aquelas situações dúbias, a mulher, o marido e o outro. O marido ia para a Índia... a esposa ficava cá... Repare, isto foi em 1998, e é por isso que eu digo: “alguém deu esta frase para a publicidade”, porque dizia ele assim: “Olhe, meu bem, vou-lhe dar uma novidade.” E o marido dizia: “Novidade? Novidade, só no outro continente.” Ainda não havia o slogan «Novidade só no Continente».

E depois, ela dizia: “Não, mas eu vou-te dar uma novidade: estou grávida.” E ele dizia assim: “Mas isso não é novidade.” E o amante, por trás: “É, é.”

Quando um dizia assim: “seu Tibúrcio, meu sogro, olhe pela minha mulher, enquanto eu vou andar lá por aquelas Índias.” E dizia ele assim: “Nestor, meu filho que eu nunca tive, graças a Deus. Deixa lá disso, vamos é ganhar dinheiro e vem rico e deixa lá agora de fidelidade. Qual fidelidade, qual carapuça.” Era o sogro, mas o que ele queria era que o genro viesse rico.

Quer dizer, eu dei-lhes uma certa liberdade. Nalgumas coisas pus um bocadinho de água nas fervuras. “Quer dizer, vocês só que querem para pôr água nas fervuras. Pronto, está bem.” Portanto, ensinei-lhes o que eles precisavam: quais os vários passos de um trabalho de projecto: “Isto é um trabalho de projecto, é divisão do trabalho, reuniões, tatata...” E nós fazíamos, todas as quintas-feiras, ali, fazíamos mesmo aquilo. Foi um sucesso, de facto.

A própria Directora de Turma delas riu-se de perdida, perdida. No fim. Mas ela é mesmo assim. E é uma pessoa honesta.

“Vendendo” a professora...

Esta turma I estava em constante competição com a turma J, com muito boa gente, mas talvez com menos talentos, de uma maneira geral. Ora no 11º ano, decidi que um determinado teste de Técnicas de Tradução, que seria sobre o assunto “Publicidade”, seria diferente do habitual.

Tínhamos já chegado à conclusão de que a publicidade e a poesia eram dois tipos de textos muito difíceis de traduzir por causa da mensagem escondida. Tínhamos traduzido muita coisa e o que é que eu lhes pedi? Era um teste que lhes apresentei assim:

— Nós agora não vamos traduzir, propriamente... Inventem um *slogan* sobre um produto real ou imaginário. Inventem uma marca, escrevam um slogan, digam qual o meio que escolheriam para difundir a publicidade e os passos que seguiriam para produzir o anúncio. E uma aluna, uma belíssima aluna, chamada Daniela, — ela diz que é como eu, que é ‘marcada’: eu tenho aqui uma mancha branca e ela tem aqui nas sobrancelhas — diz-me assim:

— Ó professora, eu hoje não estou nada inspirada. Eu não sei o que é que hei-de vender.

— Olhe, venda-me a mim. Vende-me a mim.

— Vender a professora?

— Sabes? É que eu hoje no noticiário ouvi venderem o Figo.

E ela disse, muito rapidamente:

— A professora não diga mais nada, não diga mais nada.

E então fez um anúncio que eu tenho lá, também guardado. O que é que ela pôs? Ela vendeu-me assim: era na televisão... o slogan era este, em inglês é muito mais curto, que era: “Se quiser ter o sol na sua aula, compre a nossa professora de TTI”.

Era um anúncio de televisão. Era assim: Primeira cena: sala de aula — na janela, vê-se o sol lá fora, as flores nos jardim e ouve-se o mar e vê-se uns passos a andarem de um lado para o outro, blá, blá, blá, blá... Dentro da sala há silêncio, só se ouve o blá, blá, blá e há um tom de cinzento.

Segunda cena: a professora de TTI aproxima-se, o cinzento começa a mudar de cor, entra, espera lá, entram as flores, entra o sol... Imagine! Com isto! Tenho lá, guardado!

Depois, fui para a outra turma, a turma J, logo a seguir, e veio outra que era a Andreia, que era a nº 2 e também pensou em vender-me:

— Ó filha, olha que parece que já me venderam na outra sala... Como quiseres.

O meu marido era professor nas duas turmas. Eu era de Técnicas de Tradução e ele de Geografia. E esta também me vendeu, ela até fez a lápis mas vendeu-me pelo sistema televendas: “Este produto não está à venda nas lojas! Se quiser adquirir esta professora, ligue para o...” (lá pôs o meu número de telefone, que sempre dei aos alunos, para poderem contactar se tivessem necessidade), e em “Nota”, “a primeira pessoa que telefonar para comprar esta professora, leva de brinde um professor de Geografia”.

Eu não podia ficar com isto, porque era dos alunos, eram testes... E então, o que é que eu fiz? Pedi-os todos e disse:

— Olhem, raramente, como vocês sabem, os professores fazem testes destes. (Porque eu tinha escrito no quadro o que eu queria. Foi uma determinação pedagógica.) Mas estou a fazer um estudo — portanto, aldrabei-os — estou a fazer um estudo sobre isto, e eu gostava que vocês, se não se importam... Olhem, se quiserem, eu faço-vos uma fotocópia, mas se não quiserem, quero que vocês vejam o que eu escrevi, as anotações, mas depois quero outra vez tudo.

E fiquei com eles. Guardo-os ao pé dos meus louvores, porque acho que são estas coisas que tornam a vida de professora uma maravilha. Guardei estes porque eram comoventes.

E que mais tenho eu feito pelas escolas?

Também o que é que eu já fiz? No ano em que eu não estive no Conselho Executivo, eles disseram-me: “Olha lá, tu não arranjas aí umas actividades para ocupar os miúdos durante o mês de Julho?” E eu estive-lhes a dar culinária! Na cantina da escola. Olhe, a gente cozinhava e comia. Demos lá um curso de culinária.

Já fiz a história da escola, também, em livro! Com uma colega que foi directora para aí durante quarenta anos... Publicamos. Arranjei uma editora que o fizesse de borla, em capa cartonada, capa dura e tudo. Mil exemplares. E fiz o regulamento interno da escola. Nós tínhamos uma comissão formada por professores, dois funcionários, duas alunas, um pai, e aquilo nunca mais andava, nem para a frente nem para trás. Então disse: “Olha, vamos fazer assim: eu tenho livros em casa, e levo a legislação, e começo a fazer e a gente junta-se aqui uma vez por semana, a ver se vocês concordam com aquilo que eu fiz.” E foi assim que a gente fez o regulamento, que está aí. Num mês fizemos o regulamento. São as coisas que eu lhe tenho a dizer sobre a minha vida profissional. Eu sinto-me muito feliz por ser professora. Não há nada, neste momento, qualquer outra coisa eu consiga conceber que pudesse ser.

Os alunos, no dia seis de Abril, pediram-me para, num colóquio que eles promoveram sobre saídas profissionais, lhes falar como professora, o que é que é, na minha opinião, um professor. E fiz-lhes um levantamento das qualidades que considero indispensáveis:

espírito otimista, sentido de humor, criatividade, gosto pela mudança, sentido de responsabilidade, capacidade de interação.

Também lhes disse que deve ter sempre disponível um lenço, um ombro e uma esferográfica. E que não há mal nenhum se uma vez, de muito em muito longe, parecer pateta. Para que os alunos saibam que ele ou ela é de carne e osso. Esta frase não é minha é de uma obra que costumo recomendar muito, “501 Dicas para Professores”, da Editora Replicação. E a última dica é esta: “Você é professor? Congratule-se. Não há nada melhor”. Leio sempre isto. Não me lembro do autor. Concluindo, foi a Escola e os Alunos que me deram algumas das maiores alegrias, que me proporcionaram momentos extremamente gratificantes, que me têm ajudado a manter jovem, pelo menos por dentro. Quem é que pode envelhecer no meio de tanta juventude? Por isso, se fosse preciso, voltaria a fazer todos os sacrifícios para me poder sentir como membro do que considero uma das mais importantes profissões do mundo.

Repare que só lhe contei duas desgraças, lá do tampo da cadeira e da bofetada, e tantas coisas boas. É só a gente querer. Porque os alunos têm, têm coisas muito boas.

Eu acho um privilégio ser professor. Acho mesmo. Ficamos jovens mais tempo. Se quisermos aprender com os alunos, eles têm tantas coisas para nos ensinar! Antigamente, havia um professor que dizia: “Eu só dou vinte quando houver algum aluno que me ensine alguma coisa a mim”. Isso era dantes. Porque se fosse agora, coitado do homem! Passava a vida a dar vintes! Mesmo na altura, não estaria com atenção, porque eu gosto muito de ser professora e julgo que vou ter pena... por isso, é que quero guardar o mestrado para depois...

4. Ermelinda Ribeiro, a militância tem sido a minha vida

4.1. “Quando morre uma mãe, é como uma árvore que se corta”

A minha mãe foi empregada doméstica desde os seis anos de idade. Ficou sem pai nem mãe quando tinha seis anos de idade: os meus avós morreram com uma doença pneumónica a seguir à Grande Guerra, e eles eram catorze irmãos. Uma das mais novas era a minha mãe, ainda havia dois irmãos abaixo dela e todos aqueles que tinham para cima de seis anos, foi tudo servir. Na altura, os meus avós e a minha mãe viviam em Espadela, e ela veio depois para Santo André. Veio para uns lavradores, porque tinha lá uma irmã já ao serviço que foi quem pediu para ela ficar lá. Daí é que eu tenho muitas más recordações, porque a minha mãe nos contava. Ela teve que ir trabalhar quando tinha 6 anos, punham-na a vigiar e a sacudir as pombas e as galinhas das sementeiras e ela estava ali com um caldito na mão e se, então, adormecia, pegavam numa vergasta e davam-lhe com ela. Comia uma tigela de sopa e um bocado de pão e depois ia trabalhar. E ela dizia-nos muitas vezes que aquilo que mais lhe custava era à noite ir para a cama, porque punham-lhe uns lençóis de estopa, que eram muito duros, não aqueciam e só eram lavados na Páscoa. Ela dizia que tinha muito frio e que, quando ia para a cama ia sempre aflita porque, novinha, a roupa não aconchegava nada: era uma manta de trapos em cima desses lençóis.

E ela contava-nos isto quando nós às vezes, pronto “Vais fazer isto, vais fazer aquilo. Tu hoje vais lavar a loiça, vais limpar os talheres” e tal. E como a gente fazia tudo à vez:

— Oh, mãe, eu fiz ontem, eu fiz hoje.

E a minha mãe dizia:

— Já pr’á cama! Já pr’á cama, não preciso da vossa ajuda! Eu não soube o que é ter pais e não sei se calhar o que é ter filhos! — Ela quando nos dizia isto, não precisava de nos bater. E a gente ia pr’á cama, a olhar uma para a outra. — Vá lá, lavar os pezinhos bem lavadinhos, cama! Não preciso da vossa ajuda!

E ficávamos todas torcidas porque ela contava-nos estas peripécias.

Amor numa noite de desfolhada

A minha mãe estava lá a servir, já tinha mudado de casa e conheceu o meu pai numa noite de uma desfolhada. Ela foi com ele até à porta, havia aqueles carros de bois e eles fizeram amor ali e a minha mãe engravidou da primeira vez.

Quando sentiu que estava grávida, doida, aflita, não podia dizer nada a ninguém! Depois, mais tarde, os patrões deram conta que ela estava grávida e disseram-lhe que se ia embora, que ela fosse falar com as tias, mas tinha que se ir embora. E ela pediu para ficar a trabalhar, nem que fosse de graça. Que a deixassem estar, que ela não ganhava dinheiro e que continuava a trabalhar. Então ficou com a condição de trabalhar até nascer a criança e, quando nascesse a criança, tinha que se ir embora. A minha irmã entretanto nasceu, e a minha mãe continuou a pedir para a deixarem lá estar porque tinha muito leite, e que amamentava a criança e depois trabalhava mais pela noite dentro para tratar da menina. A minha irmã foi criada no sótão, num caixote de madeira e a minha mãe dava-lhe de mamar e, depois de fazer as tarefas da casa todas, à noite, às 10 horas da noite, que ela estava acordada até os patrões se irem deitar, é que ela ia lavar os paninhos da minha irmã, ia passar umas coisinhas a ferro e pegava um bocadinho na menina, na bebé, que durante o dia aquilo era um ver-se-te-avias e quase não a deixavam pegar na menina. Os amigos [dos senhores] davam-lhe muito boa roupinha, eram todos burgueses, amigos do casal lá de casa, ia lá muita gente, faziam lá muita jantarada, e eles davam muita roupinha para a menina. Aliás, os senhores, patrões da minha mãe, só quando a minha irmã tinha seis meses é que lhe disseram:

—Oh Elsa, ainda não conhecemos a tua filha!?...

E a minha mãe foi buscar a menina: no dia em que lhes mostrou a menina, ficou sem a filha. Eles ficaram encantados com a bebé. Não tinham filhos. Ela começou a pegar nela ao colo, a dar-lhe comida, a apaparcá-la, a deixá-la meter as mãozinhas nas maminhas e quando começou a falar, dizia:

— Oh, mãe, antes quero as maminhas da senhora, que as dela são inteiras, as tuas são partidas. — Porque ela tinha os seios muito grandes, ela gostava de fazer aquilo.

A partir mais ou menos dos seis anos, a minha irmã já era ‘polícia’ da minha mãe. Quando eles saíam, das duas uma: ou levavam a menina para a minha mãe não perder tempo com a filha, levavam-na com eles para passear, entretidos com a criança, ou então ela ficava em casa e ela [patroa] dizia:

— Ficas aqui, mas vais ver o que é que a tua mãe faz, se a tua mãe vai falar com o teu pai, se o teu pai vai falar com a tua mãe. — porque, naquela altura, eles não deixavam sequer o meu pai, que era pai da minha irmã, aproximar-se da minha mãe.

Eles tinham uma forma de se encontrarem e de falarem um para o outro: a minha mãe ia lavar para um tanque muito longe e começava a cantar, que a minha mãe cantava muito bem. O meu pai ouvia e mandava um bilhetezinho pela boca do cão a trazer uma comunicação para a minha mãe. E a minha mãe lia o bilhetezinho, escrevia também o seu bilhetezinho e mandava pelo cão para o meu pai.

Uma vez, quando a minha mãe chegou, a patroa perguntou:

— Então, filha, o teu pai aproximou-se da tua mãe?

— Não, foi só o cão. — Era só o cão. E ela perguntava:

— E não aconteceu mais nada?

— Não aconteceu mais nada.

— E a minha mãe deixou cair o canário e o canário começou a cantar. — E mal acabava de dizer isto, voltava-se para a minha mãe: — Oh mãe, eu disse à Lili (que era a senhora) que tu deixaste cair o canário. Mas olha que eu não disse, ela é que perguntou e eu tive de dizer. — Foi utilizada assim.

Quando ela já tinha seis anos, o meu pai decidiu casar com a minha mãe. Tiveram que ir pedir para casar, eles arranjam-lhe uma casa com uns moinhos. O meu pai era padeiro e a minha mãe foi para o moinho e passou a ser moleira. Depois nasci eu.

Entretanto, os patrões da minha mãe, mais tarde, foram meus padrinhos, não foram da minha irmã porque ela era filha de pai incógnito. Nós morávamos perto. Quando a minha mãe casou, a senhora perguntou:

— Se queres levar a tua filha, ela é tua. Se a queres cá deixar ficar, eu vou fazer como se ela fosse minha.

E como eu nasci em 1940, antes do tempo da Grande Guerra, de uma fome desgraçada, de uma pobreza muito grande, a minha mãe, a chorar, disse ao meu pai:

— Está para nascer uma, não sabemos como é que a vida vai correr. Ao menos, àquela não lhe falta nada, vamos deixá-la lá estar. — E foi assim que aconteceu, deixaram-na lá estar.

No percurso da vida, tiveram muitas dúvidas. Chegavam ao Natal e o meu pai dizia sempre que era o último Natal que passava sem ela. Depois, tudo aquilo que fosse bom, não era porque a minha mãe fizesse, eram os senhores que faziam, tudo o que fosse mau, vinham dizer à minha mãe:

— Olha que a tua filha, aconteceu isto, aconteceu aquilo, aqueloutro... — e tal.

Mas eles tiveram sempre uma certa preocupação de ligar muito a minha irmã às irmãs. Diziam:

— Nós não somos os teus pais, o teu pai é António, a tua mãe é Elsa e as tuas irmãs são aquelas. — E mandava-nos chamar...

Quando a minha irmã estava a fazer o 5º ano, reprovou três vezes, e eles chamavam-me a mim para ir lá fazer as equações. Essa minha irmã depois foi estudar e formou-se como professora. Tenho uma irmã mais nova um ano e meio. Temos sido as três muito amigas, ao longo do percurso. Claro que são percursos muito diferentes, não têm nada a ver comigo. Sobretudo a mais velha tem muito menos a ver comigo, mas existe uma relação, uma certa afectividade, ela não se mete com a minha vida e eu não me meto com a vida dela. Tem filhos e netos: já tenho sobrinhos netos. A gente, chegou a certa altura, definiu terrenos, cada uma opina, dá a sua opinião e tal, mas depois cada uma tem a sua vida, a sua decisão e a sua vida, e isso ela respeita profundamente. Por vontade dela eu estava lá todos os fins de semana:

— Oh, Linda, vens cá este fim-de-semana?

Se eu disser:

— Não, este fim-de-semana tenho uma reunião da 'Liga'¹⁶.

— Ei, tudo bem. — e já não liga. — Pronto, o que importa é que tu estejas bem.

Se há uma semana em que eu estou um bocado mais distraída e não lhes telefono, elas ficam aflitas, telefonam pr'ali, telefonam pr'ó Damásio, para saber como é que eu estou, ficam um bocado aflitas.

¹⁶ Da LOC, Liga Operária Católica.

A minha mãe já morreu há uns anos. E foi muito difícil, porque aquilo é como uma árvore que se corta. Nunca tive obstáculos da dos meus pais. Apesar de eu, mais ou menos com vinte, ter saído de casa — fui trabalhar para o Alto da Beira. Primeiro, quis ir trabalhar para uma fábrica e depois quis ir para o Alto da Beira e fui. E quando fui estudar à noite, éramos só duas a estudar à noite, o meu pai ia-me buscar numa ‘pachancha’, numa motorizada, às onze horas da noite, e, na aldeia, a partir das oito horas, toda a gente dormia, e ele lá me ia buscar. Quando não podia, se estava doente, ía a minha mãe, com um xaile na cabeça, ao meu encontro. Nunca puseram obstáculos a eu ter reuniões à noite, ou aos domingos à noite, em prosseguir as minhas coisas.

Da escola, tenho boas e más recordações

Nasci na década de 1940. Andei na escola até aos onze anos, mas ainda frequentei o primeiro ciclo do liceu. Mas depois os meus pais tiraram-me porque não podiam.

Da escola primária tenho boas e más e recordações. Quer dizer, boas recordações porque era uma boa aluna... Dantes havia uns fulanos que iam ver como estava a decorrer, se estava a decorrer bem, os inspectores, e claro que a professora punha-me sempre a mim ou no quadro a fazer problemas ou a fazer uma leitura... Então, tenho boas recordações porque era estimulada e era inteligente, segundo os patamares da época. Só que, um dia, a minha mãe pediu à professora para deixar ir a minha irmã mais nova lá p’á escola, para estar a assistir, para estar ocupada também, a miúda, e ela ia comigo e vinha. E, nesse dia, havia uma lição que era sobre o Marechal Carmona, um texto da segunda classe, que tinha umas palavras muito difíceis e eu comecei-me a engasgar a ler, houve uma ou duas palavras que eu não disse correctamente. Depois de o homem ir embora, a professora chama-me:

— Ah, minha malvada, que me deixaste ficar mal! — E dá-me duas reguadas!

As únicas duas que apanhei, porque esteve o inspector presente, nunca tinha apanhado. A minha irmã, que estava lá, começou aos gritos: “Oh, Linda, vamos embora, Linda, vamos embora, Linda vamos embora” e a gente largou a aula, eram pr’á aí 11h 30 da manhã e fomos para casa, com a minha irmã a chorar todo o caminho e eu também a chorar com ela. Ela chegou a casa e disse à minha mãe:

— Nós viemos embora porque a professora bateu na Linda e nunca mais quero ir à escola.

E foi um drama, depois, para ela ir à escola porque, no primeiro dia que ela foi, viu baterem à irmã! Portanto, essa é a má recordação.

As outras recordações que eu tenho da escola foi também que eu comecei a ser explorada sem saber. Sem saber, estava a ser explorada. Quando estava na 4ª classe, faziam-se os exames de admissão ao Liceu. Então pagava-se, na época, 300 escudos para a professora ficar, depois das aulas, a preparar as pessoas para a admissão ao Liceu. Era muito, eram rios de dinheiro. Claro, a professora veio dizer à minha mãe que era uma pena que eu não estudasse, que eu ia ter isenção de propinas, de certeza absoluta, e a mãe disse:

— Mas eu não posso pagar trezentos escudos.

— Mas, não paga nada. A sua filha fica lá. — respondeu ela.

Bem, o que é que eu ficava lá a fazer? Acabavam as aulas às 2h 30, 3h, ela ia para o parque com as outras professoras e eu ficava com os alunos a prepará-los para o exame de admissão! Era eu que ficava ali e ela dizia-me:

— Tu tens de os preparar bem.

Eu naquela altura, como qualquer criança, senti aquele grau de confiança e claro que dizia:

— Bico calado, se não, quando chegar a professora, eu digo. Façam, aconteçam e tal!. — e pronto, depois da aula, vinham atrás de mim para me ‘botar’, por causa de eu ter estado ali naquela função.

Era uma injustiça, porque ela dizia:

— Tu ficas aqui — e aquilo para mim era um *poleiro*, ficar a olhar pelos outros — Se se portarem mal, quando eu chegar, tu dizes-me. — E eu sentia-me naquela missão de estar ali e a gente tinha o espelho do que era uma professora. Portanto, eu assimilava como criança a postura da professora! Autoritária, não deixava ninguém falar, sempre por ali, e depois, no fim, ainda fazia queixa, dizia:

— Este levantou-se, o outro levantou-se.

Só mais tarde é que tomei consciência de que tinha sido uma exploração: fui utilizada por ela. Naquela altura, para mim foi uma coisa importante, estar a ensinar os outros, mas quem ganhava o dinheiro era ela e eu é que estive lá a ajudar os miúdos para irem fazer o exame de admissão.

Depois fui ao exame de admissão, dispensei às orais, na quarta classe, fiz a primeira classe com dezasseis valores, a segunda classe com dezoito valores, a terceira classe com

vinte valores e portanto fui para a quarta classe, passei “com distinção” como se dizia naquela altura, e quando fui fazer o exame para admissão ao Liceu, não fiz as provas orais, fiquei isenta, e depois fui para o Liceu, no ano seguinte. Só que não acabei...

No Liceu, tinha muito jeito para o Desenho e um dia, tínhamos de fazer um desenho sobre o que a gente entendesse, e eu fiz uma romaria, com os meninos, os balões, com aquilo tudo. Pinte, fiz tudo, e foi um dos quadros que foram para uma exposição.

• **A minha mãe tirou-me da escola: com onze anos fui para a costura**

Só que, depois, a minha mãe tirou-me da escola. Não podia e, além de não poder, eu era insustentável. No liceu, os miúdos ficavam na sala de estudo até que horas da noite. Eu também ficava na sala de estudo porque dali não podia fugir. A minha mãe tinha de pagar. Então, eu ficava ali, à espera até que eles [colegas] viessem ao recreio, brincava com eles e, no fim, ainda ia levar os últimos à estação. Chegava a casa sempre de noite. O meu pai era severo, e dizia: “Onde está a rapariga?” E a minha mãe dizia que eu tinha ido fazer um recado, mas aquilo não pegava todos os dias e o meu pai, às tantas...

Não ia para casa porque eu gostava daquilo. A malta gostava de mim porque eu tinha um belo defeito, mais tarde é que eu vi que era um defeito. Eu gostava sempre de levar rebuçados, chocolates, aquelas coisinhas que se compravam. E então a minha mãe, como era moleira e vendia milho e farinha, tinha sempre a gaveta com alguns trocos. E aquilo na altura, se eu visse aí cinco moedas de vinte e cinco tostões, tirava uma e já me dava para comprar uma coisa de ‘mariquinhas’ para eu levar. E quando chegava no fim da rua, os miúdos começavam logo a dizer: «Olhem, vem aí a Linda Ribeiro!» E eu tinha sempre qualquer coisa para lhes levar. Portanto, quando isso não dava, pedia à minha mãe para me dar, agora era para uma borracha, agora era para aqueloutro e a minha mãe disse a uma certa altura: «Isto não pode ser!» Às vezes, no fim das aulas, ela pedia a um tio meu para me ir buscar. O meu tio estava empregado numa bomba de gasolina, assobiava e eu vinha ter com ele: «Saia da minha frente.» Eu vinha pela rua acima, ia até ao cimo, e depois voltava para trás e ele vinha pela rua de trás, e eu tornava a andar.

Nós tínhamos aulas com o reitor, [que] organizava umas coisas... Por ex., andou-nos a contar a história da Sãozinha de Alenquer, a história de uma jovencinha que foi santa em Alenquer, que cheirava a perfume e não sei que mais. Bem, naquela altura, aquilo não

interessava a ninguém, mas ele organizava algumas coisas de tempos livres para os ‘putos’. E eu lembro-me que, entretanto, arranjaram uma vez uma corrida de bicicletas. Os miúdos que viviam longe e não vinham de combóio, vinham de bicicleta para o Liceu. Então resolveram fazer uma corrida de bicicletas de Santo André para o Tramagal, que ainda são uns dez quilómetros, pr’aí. Então pôs os miúdos aí. Eu queria ir, mas ele disse que eu não podia ir porque eu não era da Mocidade Portuguesa.

Primeiro, a corrida era só para os rapazes e nós começámos a dizer que também queríamos ir. Ele [reitor] disse:

— Vocês só vão... — na altura não se usava calças para as raparigas — ...se arranjam uma saia da Mocidade Portuguesa. — tínhamos de lavar aquela roupa por uma razão: se não, às raparigas viam-se-lhes as cuecas, e aquelas saias que traçavam ao meio tinham um calçãozinho, era tipo calção.

Bem, a minha irmã, mais velha do que eu seis anos, como tinha sido criada na patroa da minha mãe quando ela esteve solteira e como, depois dela casar, ficaram com ela, ela sempre foi criada como uma menina “bem”. Ela no Colégio desde os seis anos e na Mocidade. Tinha a farda e emprestou-ma. Só que eu tinha onze anos e a minha irmã tinha dezassete. Então, a saia era enormíssima. Eu arranjei daqueles alfinetes muito grandes, de ‘bebé’, e preendi, fiz pregas, mostrei e ele [reitor] disse que estava bem. E lá fui, na corrida, eu e outra moça até ao Tramagal. Ali moravam umas irmãs da minha mãe. Viram-me a mim, naquela figura, de bicicleta, com uma blusa muito grande, com uma saia toda torta, toda corada e toda vermelha — claro, a andar de bicicleta — e resolvem telefonar para a minha mãe:

— Tu sabes onde é que está a tua filha?

— Ela está no Liceu.

— Não, ela anda aqui, parece uma “galdeira”, com uma saia grande, uma blusa grande, a andar de bicicleta!

— Como? Deixem-na estar aí que eu vou arranjar um táxi que a vai buscar.

E foi um taxi buscar-me e, quando cheguei a casa, na altura, não havia casa de banho, estava uma bacia de água muito quente e a minha mãe disse:

— Vais tomar banho e depois no fim vamos conversar. — Cheguei, lavei a cabeça, tomei banho e, no fim, apanhei umas surras antes de ir para a cama...

São coisas muito chatas. Foram esses factores que levaram a que a minha mãe me tirasse do liceu e me metesse na costura. Com onze anos. Quando os meus pais decidiram que eu não ia mais, os meus colegas vieram todos quase em manifestação a minha casa pedir à minha mãe que me deixasse ir. E eram todos a dizer porque é que a minha mãe não me deixava ir, foram todos lá a casa pedir. E a minha mãe lá lhes explicou:

— A Linda agora vai para a costura, tem de estar presa. — Porque ia para um atelier de costura. Fui com onze anos para o atelier de costura.

• As marcas da classe no Liceu

Um dos meus professores, que na altura era o reitor, fez uma exposição e debaixo do meu desenho pôs: «Uma aluna que se fez costureira». E os meus colegas revoltaram-se e eu também me senti ofendida. Hoje, não teria a mesma sensação, mas, como era uma criança, achei que foi um trato mau. Enquanto a intenção dele, se calhar, não era essa, para mim foi uma certa humilhação, e tive assim uma certa mágoa. De resto, do Liceu, não tenho assim mais nada de especial que me tivesse marcado.

O que aprendi foi importante: em termos de Matemática e de Português, que é uma base fundamental. Eu era muito boa aluna em Matemática e Português. Onde eu não era tão boa aluna era nas coisas de empinar como Geografia, História: isso chateava-me. Na aula que fosse de explicar, se me explicassem, eu não estudava. Quando a professora ensinava, desde que o meu raciocínio acompanhasse, eu registava aquilo e já não precisava quase de estudar em casa. Acho que foi bom porque era uma base. Hoje, olho para as minhas sobrinhas e eu, com a idade delas, escrevia muito bem. Também gostava muito de ler. Como depois fui para a JOC, tinha muitos livros para ler, muitas coisas para ler e eu gostava muito, muito de ler. Portanto, foi sempre um gosto muito grande pela leitura e isso ajudou ao longo do tempo a usar estas competências, porque depois pela vida fora precisei de ler e escrever e nesse sentido foi bom.

Em 1958, tinha eu dezoito anos, abriu a escola industrial de Santo André havia a escola nocturna. E entre algumas das pessoas que falavam comigo, havia um grupo deles que eram professores e as senhoras onde eu trabalhava, diziam-me: «vai estudar à noite». Fui como assistente, porque eu trabalhava de costura, ia para lá da casa das senhoras e o

meu pai ia-me buscar à noite. Ia assistir às aulas à noite, andava por ali, de sala de aula para sala de aula. Gostava muito de Matemática. [Por exemplo], ia a duas aulas de Matemática, depois ia ao Desenho, à Caligrafia, aos electricistas. Depois, como tinha dezoito anos, propus-me a fazer o primeiro ciclo e fiz, já no Liceu, na altura. Depois fiz o segundo ciclo: ainda passei com dezasseis vírgula oito, e comecei só em Janeiro!...

• Como aprendiza no *atelier* de costura

Fui, então, para o *atelier* de costura com onze anos, como já disse. Não se pagava nada, mas a gente também não recebia nada. E a gente não estava lá a brincar com os trapinhos, aprendia a chulear, aprendia a fazer fosse o que fosse, mas depois fazia. A costura, claro, foi uma coisa muito dolorosa, porque estar ali metida, não era a mesma coisa que o liceu. As horas não passavam, entrava às nove, saía ao meio-dia e meia, entrava às duas e saía às seis, e depois ainda tinha de entregar a roupa, os vestidos das modistas às senhoras, naquelas caixas, demorava até às sete, oito horas, ou ia ao sábado, muito tempo a pé. Aquilo foi muito doloroso para mim porque as horas não passavam e eu, que estava habituada a uma certa diversão, ali não tinha.

Claro que encontrava formas de inventar, dizia:

— Sabem que mais? Estamos no mês de Maio, fiz uma promessa de ir todos os dias às Novenas. — Naquela época, cria-se que assim era, e a Mestra deixava, eu saía mais cedo e é claro que não ia para as Novenas, ia ter com os meus colegas do Liceu. Mas era só no mês de Maio.

4.2. A entrada e a militância na JOC

A entrada e a militância na JOC¹⁷ foi uma coisa muito interessante, porque os meus padrinhos que tiveram a minha irmã, continuaram a ter duas empregadas, uma de sala e outra de cozinha, alta burguesia, e a mocinha de sala era mais ou menos da minha idade e andava na JOC. Então, um dia, convidou-me para ir a um magusto e eu lá fui. Teria quinze anos, ainda não devia ter dezasseis. No magusto, foi aquela brincadeira toda, a seguir havia o 8 de Dezembro, que era o Dia da Mãe, e então nessa altura disseram:

¹⁷ Juventude Operária Católica.

— Ah, podias ir e ler um poema do Guerra Junqueiro sobre a Mãe. — Lá estive, na festinha da Mãe, a declamar o poema do Guerra Junqueiro, “A Mãe”. A partir daí, nunca mais me largaram. A seguir, estava-se a preparar o Natal e havia um Encontro de Jovens Adolescentes, que nunca mais me esquece, e era preciso alguém que representasse a JOC, e elas disseram para eu ir. E a minha mãe, chegou uma certa altura e disse:

— Oh, filha, tu vais e vens de comboio, vai-se encarregar lá uma pessoa mais velha que te vá lá buscar e depois vamos esperar-te ao comboio, porque se te acontece alguma coisa, a aldeia não me perdoa.

Naquela altura não havia nenhuma rapariga que andasse à noite, nem de comboio, estamos a falar de há muitos anos atrás. Fui e vim de comboio no mesmo dia.

Aqui, fiquei muito contente, ganhei muitos prémios, o da poesia, o da corrida de sacos, e tal. Cheguei lá toda contente com os prémios que tinha, e com dezasseis anos já era responsável pelas novinhas, pelas adolescentes. Com dezoito anos, já estava a nível da Distrital, fui para a equipa nacional e depois nunca mais parei. Aí, a minha mãe teve uma certa coerência, que me ajudou, porque as reuniões que se faziam, da JOC, eram às seis e meia da manhã. A empregada da minha irmã, que se deitava muito tarde, andava para trás, para bater à porta, para esperar por mim. E eu dizia:

— Ó mãe, diga que eu estou doente, que não vou, que tenho frio.

E a minha mãe dizia:

— Não, não, filha, tu prometeste, e tu foste p’á cama ontem às tantas horas e a Inácia já foi p’rá cama às tantas horas, já se levantou e veio pr’a trás. Comprometeste-te, toca a pôr a pé e ir. Faz favor de te pôr a pé e ir. — E, portanto, obrigava-me: — Salta já, salta já.

E para a outra:

— Ela já vai. — E punha-me a pé da cama.

A JOC foi uma outra escola: o método ver, julgar e agir

Ainda fui da JOC no tempo em que havia JOC masculina e JOC feminina. Nós fazíamos aquilo que se chamava «o estudo de caso». Cada uma contava um caso, numa reunião. Um caso, portanto, uma coisa que a gente achava que não estava bem. Depois, dentro do grupo, escolhia-se o caso que dava para melhor análise. E depois íamos aprofundar como, quando, porquê, porque é que tinha de ser assim, se não podia ser de outra forma, as

razões por que foi aquilo, se havia a pessoa que era ré ou era vítima, e depois o que é que podíamos fazer, era sempre a pergunta para o compromisso, a seguir.

Havia outra coisa que era muito importante: ninguém podia dizer «eu penso como fulano, penso como sicrano» e assim. E então, uma dizia uma coisa e a outra, nem que fosse por outras palavras, mas não podia dizer a mesma coisa. Nunca se podia dizer, era o método: «Eu penso como fulano, eu estou de acordo com sicrano, eu estou de acordo com aquela». Obrigavam toda a gente a dizer pelas suas palavras. «Pode repetir o mesmo, mas pensa, nós somos seres pensantes, que pensam». Obrigavam à opinião. ‘Estalavam castanholas’ quando chegava a nossa vez de falar. Tínhamos que falar, toda a gente tinha que falar e não podia dizer «Estou de acordo», saía logo a pergunta: «E porquê?». Portanto, obrigavam a pensar e a reflectir porque é que a gente estava de acordo. Isto foi uma escola muito importante.

Nessa data, eu já tinha p’aí dezasseis anos ou dezassete, fui a um encontro a Fátima. Fui escolhida p’ra ir. Na reunião havia uma pergunta, também nunca me esqueci, porque me marcou, que era assim: «acha que a evolução da técnica tem influência na formação do carácter da pessoa?» Agora, isto há uns cinquenta anos!... Dá a ‘voltinha’, e não podia repetir o que outro disse. E depois, a gente já estava a ver: que as pessoas depois faziam as coisas muito mecanizadas, etc. E isso marcou-me porque eu chorei tanto...

Claro, no encontro, deitávamo-nos às tantas, levantávamo-nos às tantas... Mas o que é certo é que, no primeiro dia: «a que conclusão chegou»; no segundo dia: «a que conclusão chegou», e «o que é que se ia fazer», etc. E eu sentia o peso da responsabilidade de estar em representação de Santo André; achava que tinha de fazer tudo muito bem feito, tinha de as representar bem, e tinha de fazer um diário todos os dias, para depois fazer o relato cá. Tinham-me dito:

— Tens de tomar notas, tens de fazer apontamentos, para depois, quando cá chegares, aqui ao nível do Concelho, num Domingo à tarde, faz-se uma reunião com o resto da malta da JOC e fazes entretanto um resumo. — Um pivete, ali em cima, à frente de uma mesa, num palanque, a explicar o que foi o encontro... Quer dizer, eu tremia mais do que as castanholas, tremia-me tudo, a explicar o que é que foi, como que não foi...

Este encontro em Fátima preparou um outro, que depois se transformou num grande encontro nacional, que foi em Lisboa.

Foi um método importante e depois era a acção, [que] era no meio operário. Em meados da década de cinquenta, havia uma quantidade de fábricas têxteis em Santo André, em que as jovencinhas da nossa idade iam trabalhar, primeiro iam para o aterro, depois para a vassoura, depois para ajudantes, e depois é que iam para o lugar. Havia uma fábrica e eles queriam fazer um pavilhão do outro lado. Então, descarregavam cascalho e as crianças, com doze anos, andavam todo o dia com aqueles cestinhos pequeninos, iguais aos das uvas, de verga, à cabeça, a acarretar cascalho como formigas. Era assim. Iam para lá, carregavam, depois vinha outro, acabavam de acarretar a pedra, carregavam cimento, acabavam de acarretar cimento... Chamavam eles *aterro*, a palavra tem muita força, parece escravatura. E tinham de andar sete meses, para depois terem acesso a ser aprendizes no sector profissional, ou irem varrer. Quando as pessoas tinham uma vassoura, era já uma promoção, e quando iam para ajudantes de profissional, então aí era o máximo. Ai, davam presuntos e salpicões e tudo.

Naquela altura, a gente não descontava, ia trabalhar com treze, catorze anos até encontrar todos um lugar na fábrica. É claro que os pais davam uns presuntos...

Tudo o que era bom era para os chefes. A gente até dizia assim, «quando o pobre come uma galinha, uma de duas coisas acontece, ou está o pobre doente ou a galinha». Um dia, fui a casa dumas colegas, que depois uma delas até foi para freira, e ela disse:

— Como hoje é domingo, nesta casa, come-se bem, temos arroz e batatas fritas. — portanto, era o arroz e as batatas fritas! Era a comida daquela gente ao domingo.

• **Aprendendo a ser militante**

O trabalho sindical tem sido a minha vida. A minha vida não tem partes, tem sido uma sequência, uma tomada de consciência da exploração das mulheres e, através da JOC, desde os catorze anos, quinze, não tinha mais. Desde essa altura, ainda estava eu no atelier de costura, a gente começou a tomar consciência da exploração das mulheres. Foi na década de sessenta, quando apareceram as confecções. Houve uma transformação muito grande na minha zona, porque, até ali, as raparigas só tinham duas alternativas: ou trabalhavam no campo ou iam servir. O meu começo foi por ali, e foi pela minha mãe, que começou a servir aos seis anos de idade e tinha, perante a vida, uma visão que foi muito importante para mim.

Quando as fábricas apareceram, foi uma coisa muito importante. Primeiro, porque as pessoas vestiam melhor, levavam uns aventalinhos mais arranjadinhos, já não andavam como andavam no campo, para irem para a fábrica, encarregavam-se de esfregar os calcanhares muito bem nas pedras para ir muito branquinhos, como se fossem para a cidade, ou para a vila; na altura, era para ir para a fábrica. Segundo, começaram a ganhar algum dinheiro, já tinham uma roupinha para vestir ao domingo, para ir à missa, uma roupa diferente daquela que tinham para a semana.

Portanto, o ir para uma fábrica foi muito importante, apesar de naquela altura se ganhar apenas alguns vinte e cinco tostões por dia. O máximo que o salário atingia era sete e quinhentos, sete mil e quinhentos, sete mil reis.

Na década de sessenta, era uma exploração muito grande. Aquilo que nos era sensível era a exploração; a gente não tinha a sensação política, tinha a sensação da exploração.

Víamos também que as raparigas mais bonitas que iam trabalhar para as fábricas, eles metiam-nas logo na limpeza do escritório ou nos armazéns, que era mais limpinho. Eram às três e às quatro que a gente via que eram papadas pelos chefes e pelos patrões. Aquelas que aparecessem lá, com um ar mais limpinho, loirinhas, de olhinhos bonitos e tudo, já se sabia, que aquela gente ia mais tarde ou mais cedo... A gente sabia que eram presas fáceis, e nessa altura ainda pior que hoje, as pessoas [as mulheres] sofriam caladamente, porque deus me livre que alguém soubesse ou que o namorado soubesse ou que os pais soubessem! Nem se podiam queixar, se não, ainda apanhavam dos pais.

Nem se falava de assédios sexuais... Nós não sabíamos como se chamava, o assédio sexual.

Naquela altura, as crianças iam para lá trabalhar com catorze anos e com treze ou doze, mal saíam da escola. Era de segunda a sábado, das oito às seis, e ao sábado ainda era das oito às onze, para completar as quarenta e oito horas de trabalho. As férias eram seis dias, doze ou dezoito [dias] conforme as faltas que davam, e não havia subsídio de férias nem subsídio de Natal. As mulheres só tinham um mês de parto, e a maior parte delas, ao fim de quinze dias, já ia trabalhar, que eles chamavam-nas. Depois, as mães delas ou as tias ou as amas iam levar as crianças à fábrica para elas lhe darem a mama na fábrica, não havia outra hipótese. Num bocadinho, elas iam ali, mas quando a criança estava a agarrar o peito, já elas iam para dentro.

A nossa acção na década de sessenta e setenta

A gente começou a nossa acção por coisas muito simples, sem preconceitos. Dizia-se: «o que é que a gente vai fazer?» Por exemplo: uma vez, um dos casos era o das as trabalhadoras da fábrica de têxteis de Santo André, que já fechou. Eles tinham lá umas casas de banho, tipo ‘caçador’, onde as mulheres tinham de aninhar e depois punham aqueles desinfectantes, amoníacos, e as pessoas iam fazer xi-xi e vinham aqueles ácidos cá para cima e queimavam. Como as pessoas podiam demorar muito tempo nas casas de banho, eles cortaram um pedaço às portas das casas de banho, para ver quem estava lá dentro. Então, a gente esteve a analisar e achou aquilo uma falta de dignidade.

E nós começamos, na JOC, a fazer acção [sobre isto]. Íamos falar com as jovens e depois íamos falar com os chefes das empresas, com aquilo tudo.

E então, «o que é que a gente pode fazer?!» Resolvemos fazer um encontro no Colégio, e fomos convidar os chefes das fábricas todas para irem lá. E eles foram. E a gente dirigiu as coisas, levantou os problemas e então houve um compromisso de alterar as coisas. Nós nem percebíamos o que era exploração, não percebíamos o que era política. Nós funcionávamos muito nas questões humanas e da dignidade. Era nas questões da dignidade, o ‘ver, julgar e agir’ era isso mesmo.

E o interessante é que a gente tinha tanta convicção! A gente partia sempre do princípio que, se Deus criou a terra, criou para todos e, portanto, não houve uma noite em que choveram notas e os que estavam acordados apanharam-nas todas. Se isto acontece, é porque alguém continua a apropriar-se daquilo que é para todos e nós tínhamos a consciência de que se apropriaram, ao longo do tempo, das terras e agora apropriaram-se do trabalho das pessoas.

• A dificuldade de consciencializar as pessoas

Foi uma luta difícil. Nós reuníamo-nos às seis e meia da manhã, para depois irmos para a fábrica. Das seis e meia às sete e meia para depois irmos para a fábrica às sete e meia. Um dia por semana, e aos domingos de tarde, também nos voltávamos a reunir. Dentro do

método que a gente aprendeu na JOC, que era “ver, julgar e agir”. E cada uma ficava com responsabilidades de parte da acção a fazer e depois prestávamos contas umas às outras, que é aquilo que hoje não se faz e que se devia fazer, no meu entender. E, portanto, aquilo era um ciclo de responsabilização.

Quando há uma situação, pergunta-se «o que é que vamos fazer?» E tínhamos que fazer alguma coisa. Lembro-me que nós, a uma determinada altura, fomos ao Colégio pedir se nos emprestavam uma sala, que íamos convocar os encarregados e os chefes de todas as fábricas, porque havia coisas muito injustas e a gente queria discutir com eles. E as freiras perguntaram:

— Eles vêm?

— Pois claro que vêm! — Nós partimos do princípio que eles iriam. Nós éramos uma organização importante, a JOC, de maneira que fizemos uns convites sobre as condições de higiene das fábricas e tal, e fomos às fábricas distribuir aos escritórios. E é verdade que a gente conseguiu reunir à volta de duzentos chefes.

Nós, jovens de vinte anos, ali assim: eles eram a plateia e nós éramos a mesa.

Fizemos um relatório, dissemos várias coisas: «nós falámos com as trabalhadoras e elas queixam-se desta situação das casas de banho. Há uma outra situação das miúdas estarem sempre a varrer e isso dificulta o seu crescimento, não podem estar sempre a varrer, é mau para a coluna e para o futuro. Depois, nós estamos contra que uma pessoa vá trabalhar e ainda tenha de ir levar presentes ao chefe, dar salpicões ao chefe, bacalhau, ovos. As pessoas matam o porco, comem a carne gorda, porque os presuntos e os chouriços são para levarem para quem lhes arranja trabalho.»

E foi assim. Começamos pelas denúncias e passamos às questões da dignidade. Que era indigno que isto acontecesse e o que é que eles podiam fazer, também tinham filhos, nenhum dos filhos deles ia trabalhar para as confecções, eles estavam a procurar que eles continuassem a estudar.

A gente dizia: «aos onze anos, ainda é idade de brincar e vocês têm que lhes dar trabalhos leves». Ainda não se falava em trabalhos leves, mas viramo-nos para eles e dissemos: «têm de lhes dar trabalhos leves, o que é que vocês podem fazer e que compromisso é que podem assumir?»

Depois começamos a discutir com os lá da zona. Eles não alinhavam, foram alinhando; não tinham respostas para as nossas questões. E os homens comprometeram-se a arranjar as casas de banho, a ver o trabalho que as raparigas faziam de segunda a sábado.

• **"É preciso que os pobres existam para que os ricos se realizem"**

Nesse tempo, as esposas dos industriais tinham as suas actividades: no Verão, faziam as colónias de férias para os meninos filhos dos operários e levavam-nos para a praia e assim. Geralmente, como as famílias eram grandes, levavam [só] um ou dois filhos de cada casal. As pessoas, na altura, nem pensavam ir para a praia nem nada, aquilo era uma coisa que ficava longe do horizonte. As crianças, na escola, quando iam dar um passeio à praia, de Santo André à praia, era a coisa melhor que podiam fazer, eles podiam ver o mar e ficavam extasiados, porque ainda hoje há crianças em Santo André que nunca viram o mar! E no interior também.

Essas senhoras disseram-nos «Olhem, a gente vai fazer estas colónias de férias, é muito bom para os meninos». Chamavam-se “noelistas” e era assim um grupo das meninas da *finesse* que iam para lá tomar conta dos meninos nas colónias.

Os meninos iam lá e as pessoas diziam: «ai que boas, ai que boas que elas são». Bem, nós reflectíamos isto em equipa. E um dia fomos convidadas para ir à colónia de férias, e lá fomos. Estivemos, observamos e elas diziam assim:

— Têm alguma coisa que dizer? Não está tudo limpinho? Olhem, nós dormimos aqui, os meninos ali. Vêem? Aprenderam a comer de faca e garfo... — era o mais essencial!? — aprenderam a tomar leitinho, pão com manteiga... Nunca tinham comido manteiga, alguns até vomitaram... — claro que não estavam habituados; ficam habituadinhos a tomar banhinho todos os dias... — o que era um suplício para quem estava habituado que tomar banho era lavar os pés, porque naquela altura ninguém tinha casas de banho.

Havia lá um livro onde as pessoas tinham que escrever o que é que acharam da colónia e a gente começou logo a ver: «pois é, eles vão restituir um bocadinho daquilo que roubaram todo o ano e ainda passam por muito bons. E os pais ainda passam por desgraçadinhos porque os seus meninos, para irem um bocadinho à praia, tiveram de ir com a D. Maria e mais a *Dona* não sei o quê».

E elas, pronto, foram-nos mostrando aquilo tudo, e os meninos a comer, etc., e quiseram que a gente escrevesse. Então a gente escreveu uma coisa tão simples como isto: "Visita da JOC à colónia de férias de tantos de tal: é preciso que os pobres existam para que os ricos se realizem".

E elas choraram porque estavam convencidas que estavam a fazer bem. Uma delas até era muito minha amiga e eu disse-lhe:

- Lininha, tenha paciência, mas nós vivemos em dois mundos diferentes. Isto não é para a afrontar a si, é para afrontar as situações, não é para a afrontar a si porque você é que deixou o seu quartinho muito arranjadinho para vir dormir num corredor num divã. Não é para a afrontar a si, é para as pessoas perceberem, para os pais não terem vergonha, que os pais não tenham vergonha, e não venham depois muito agradecidos por isto [a colónia de férias] ter acontecido. Portanto, isto não é para a afrontar a si, é para afrontar o facto: o agradecimento. Os sapatos, as sandálias, é tudo feito na fábrica e eles deviam pagar o suficiente para que os pais pudessem ser eles a levar os filhos todos à praia.

Chamávamos e organizávamos as pessoas, fazíamos reuniões regulares. Havia domingos que a gente atingia trezentas, quatrocentas jovens. Dividia por equipas, por lugares, em casa dumas, em casa de outras, e fazíamos reuniões com as pessoas para as despertar. Era sempre assim: as pessoas diziam «ai não isto não dá para viver», e nós perguntávamos «o que é que vocês produzem?, quanto é que isto dá?, quanto dinheiro é que este ganha?, como é que eles enriquecem?» Aquilo que a gente queria era que a riqueza fosse distribuída por todos. Partíamos do religioso, que era Deus quem criou o mundo para todos, e como tal tudo tinha que ser distribuído e o [facto de] haver uns muitos pobres e outros muitos ricos era realmente a apropriação do trabalho de muitos para benefício de poucos.

• A campanha da garrafa de vinho

A gente foi com as pessoas tomando consciência disto tudo e organizando estratégias de defesa e de luta.

Por exemplo, na fábrica do Arco, em Santo André, os homens que trabalhavam de noite levavam umas garrafinhas de vinho, pequeninas, levavam as sandes para comer de noite: boroa e azeitonas, e um bocado de bacalhau ou umas castanhas cozidas, o que tinham. E

levavam umas garrafas pequeninas com vinho, que era o que as pessoas tinham. Havia, ali perto, um reguinho de água, eles iam à noite, punham-nas no reguinho de água para refrescar. Eles lá vieram: primeiro tiraram as garrafas todas e as pessoas ficaram sem beber, e depois deram a ordem: «a partir de amanhã não há garrafas aqui!»

Então fomos lá à porta e conseguimos que à volta de mil trabalhadores mesmo os que não costumavam levar garrafas, no dia seguinte levassem, porque o homem que as havia de apanhar havia de andar a noite inteira a apanhar garrafas.

Não era nenhuma vantagem os homens terem vinho ali, mas era o que eles tinham. Depois, as pessoas deixaram de levar o vinho, levavam a cervejita. E a gente também ia dizendo. Entre vinho e a cerveja, leite ainda é melhor e tal, mas isto não passava pela ruptura de dizer «agora não bebes nada». Dizer-lhes o que era melhor para a saúde. Então a gente fez a campanha da garrafa, porque eles não têm direito de tirar, e aqueles que não levavam passaram a levar. Quer dizer, num dia, em vez de terem lá cem garrafas, iam ter para aí quinhentas.

Eles sempre arranjaram obras nas igrejas, e isto e aquilo, com dinheiro dos industriais da terra. Aliás, a gente vai ver os campos de futebol desde S. Martinho do Campo a Santo André, até chegar aqui a Aveiro, desta zona toda, e Guimarães, todos esses campos... Tudo isto foi criado com a riqueza do trabalho dos trabalhadores mas o nome é deles.

4.3. A mudança da costura para a fábrica

Entretanto, decidi que, em vez de trabalhar no atelier de costura, onde andava a trabalhar aos dias nas casas de três senhoras, iria trabalhar para a fábrica. Até ali, trabalhava em casa e andava aos dias pelas senhoras. Por opção, pedi para ir para a fábrica. A minha mãe chorou, porque queria que nós tivéssemos um emprego limpinho. Ela achava que, não podendo estudar, ser costureira era uma coisa mais limpinha do que ir para a fábrica. Ora, eu fui para a fábrica com vinte e quatro anos, mas fui para lá exactamente por opção, para fazer acção, aquilo nós chamávamos a nossa acção social, era até onde a gente via.

Quando eu disse que queria estudar à noite a minha esteve de acordo, mais o meu pai, mas quando eu disse que queria ir para a fábrica a minha mãe disse:

— Ò filha, mas aquilo é tão duro, das senhoras, és das que estás melhor, comes melhor e tudo. — Mas eu quis ir.

Nas senhoras, almoçava, lanchava, jantava, depois é que me vinha embora. E ganhava mais, às vezes ganhava mais.

Quando cheguei à fábrica, já estava na JOC, estudava de noite e tinha o meu trabalho na fábrica. Fui para a fábrica e ali conheci outro mundo, que era a nossa gente a viver na altura...

• O caso das camisas roubadas

Quando eu chegava àquela fábrica era sempre para rir.

Na fábrica, a primeira acção onde eu estive mais envolvida foi num caso de camisas roubadas. As mulheres que ganhavam muito pouco e roubaram camisas para oferecerem de prenda de anos aos noivos ou aos pais. O preço duma camisa, que elas faziam num instante, era igual ao salário de um mês: elas não tinham poder de compra. Ganhavam sete e quinhentos e as camisas custavam trezentos e cinquenta escudos.

Que é que eu comecei a fazer? Começava no corte: a gente via o número que havia, era consoante o número de estendimentos que a gente faz. Chega-se ao fim, aquilo tem que dar certo com as encomendas que eles fazem. Portanto, sempre que podia, metia mais uns poucos de panos: já sabia que iam sair camisas a mais e já sabia que elas que levavam. Mas eu dizia assim: «ganhar sete e quinhentos!...»

A gente começou ali a criar um ambiente, não era de permissão, mas era eu que cortava e não 'via', eu só via de vez em quando que lá vinha uma pedir uma caixa, a uma colega, outra tinha pedido daquele cartão, de alfinetes, umas molinhas, e depois elas em casa acabavam de fazer as camisas. Bom, já embalavam aquilo, que havia camisas que iam para o tanque para ser lavadas, que saíam um bocadinho sujas, elas penduravam-nas, metiam-nas num saco e depois pediam uma caixa.

Estava eu num congresso da JOC, na Figueira da Foz, telefona-me o meu patrão a dizer:

— Venha embora já, porque eu vou despedir muita gente, porque eles estão a roubar. — Bem, venho eu corrida por lá adiante, era um choro naquela fábrica porque eles tinham descoberto que uma estava a vender, ao domingo, e vendia aos vizinhos mais barato.

E elas diziam: «só ela nos pode salvar». Cheguei lá, meti-me à frente daquilo tudo. O patrão já estava lá com a polícia. E eu disse:

— A polícia só vai para o pé das trabalhadoras se eu for com elas!

Ele tinha um respeito muito grande por mim. E eu dizia-lhes:

— Vocês dizem sempre que não, que não. E depois dizem: «perguntem à D. Ermelinda, perguntem à D. Ermelinda». Vocês dizem sempre: «eu nunca levei nada, podia às vezes pôr um colarinho novo numa camisa, mas pedia à D. Ermelinda, eu podia pôr uns punhos novos, mas pedia à D. Ermelinda».

E os guardas que estavam à beira da ‘D. Ermelinda’ disseram ao meu patrão:

— Olhe, das duas uma, ou a maior ladra é ela, ou... Portanto, o melhor é mandar as pessoas todas embora porque a gente quer investigá-la.

O meu patrão cai, deita as mãos à cabeça e diz:

— Investigá-la a ela? — e foram-se embora e diz-me ele assim: — E agora Maria Ermelinda? Eu sei que elas venderam, e sei que elas levaram.

— Vamos cá combinar pelo melhor. Quer castigá-las? Castigue-as. Então, vamos fazer o seguinte: a gente vai dizer que elas vão pedir as camisas velhas e que as vão entregar na fábrica.

— Muito bem! É isso! Elas trazem as camisas e entregam-nas aqui.

Nas reuniões na casa da minha irmã, à noite, elas com as lágrimas nos olhos e dizia o meu cunhado: «sai disso». Porque o meu patrão até tinha dito [ao meu cunhado] que me dava uma lambreta no fim do ano, porque era das coisas que as jovens queriam e os pais não podiam dar e ele dizia: «no fim do ano, vou-lhe dar uma lambreta». E dizia ao meu pai, e aos meus cunhados que eu era melhor que a assistente social

Mas eu disse para elas no dia seguinte levarem as camisas, aquilo dava entrada logo pelo armazém, elas embalavam e depois compravam imediatamente “em segundas”, a vinte e cinco tostões cada. Havia lá o sistema de comprar “em segundas”, para depois ir pagando a crédito tirando do salário.

A senhora que andava todo dia a limpar e a pôr cera, a esfregar e a pôr cera, começava numa ponta e acabava noutra que era para tirar as manchas, era daquelas que também tinha levado. Antes do patrão chegar, e eu disse-lhe:

— Olha, põe bem a cera lá dentro e não puxes, para ver se o patrão não escorrega, para ver se a gente consegue resolver isto. Que é para a gente dar conta do seu chefe entrar. — A mulher olhou para mim com uma sabedoria! E então o que é que ela fez? Pôs cera e jornais por cima, para as pessoas não passarem porque já sabiam que aquilo era como tapetes rolantes, escorrega-se muito depressa. Ele chegou eram para aí onze e meia, dormia bem, não é?, e começou a falar ainda antes de chegar à minha beira e dizia:

— Ermelinda, onde é que você anda? — e eu, tuque, tuque, tuque, vinha ter com ele, devagarinho:

— Ó Sr. Telmo, o que é que há?

— Então vá lá despachar umas camisas que trouxeram.

— Então venha comigo ao armazém vê-las. — E eu, tuque, tuque, tuque, cheguei lá:

— Ó Sr. Bento, entregaram cá as camisas, não entregaram?

— Entregaram, mas eu já as vendi para “segundas”!

Algumas colegas compraram, outras nem entraram, nem saíram, fizeram de conta, assinaram um papel para descontar os vinte e cinco tostões.

Na altura, eu fazia coisas que eu tinha muita capacidade, aprendi no corte, aprendi nos moldes, aprendia aquilo tudo, levava tudo à minha frente, eu fazia tudo. E então, um fulano da inspecção do trabalho veio lá, e o meu patrão pediu-me para eu lhe fazer um fato de treino por medida. Fiquei lá com o inspector e digo-lhe:

— Sim senhora, vou-lhe fazer um fato por medida, mas você vai convencer o meu patrão que ele não vai mexer no cabaz das trabalhadoras. — Porque na altura era proibido! E ele disse:

— Mas o que é que se passou?

— Porque a muitas delas sou eu que lhes dou os vinte e cinco tostões para elas chegarem com o dinheirinho em casa, senão apanham uma cambada de pancadaria. Tem de o convencer que ele não pode mexer no salário das trabalhadoras, senão as pessoas...

Olhou para mim, e disse:

— Isso é uma coisa que eu tenho que resolver internamente. Ele vai fazer perguntas se está tudo bem na fábrica.

— Elas têm de levar o salário inteiro.

— E se ele disser que não pode, é porque não pode! Então e depois?

— Elas depois entregam, quando puderem.

• **Intervenção sindical nos anos sessenta**

Mas procurávamos intervir. Em sessenta e nove, ainda concorremos com uma lista ao sindicato, com gente que era na altura organizada no PCP e malta da JOC, em Santo André. Saímos da fábrica, íamos ao sindicato saber informações e tínhamos a convenção de que ninguém ia sozinha, íamos sempre aos grupos, seis, sete. Íamos fazer a pergunta como estava aquilo, como estava aqueloutro... e a gente entrava, e diziam logo «lá vêm elas!»

Quase ganhámos as eleições. Era em urna aberta. Tínhamos estado com maioria de votos. Só a perdemos, à noite, entre as dez e a meia-noite. Os do turno da noite, que entraram às dez horas, mandaram vir todos votar porque os comunistas iam ganhar as eleições! Tiveram um susto tão grande que aquilo desse volta, que a gente realmente não ganhou por duzentos votos mas tivemos ali, portanto, uma grande intervenção.

4.4. O convencimento das pessoas de que têm força é muito importante

O patrão, a determinada altura, foge para o Brasil. Na altura do 25 de Abril, claro! Aliás ele andava sempre a viajar. A mulher dele era modelo, e ele andava sempre no Casino a gastar o dinheiro. Faziam-se as camisas quase de graça, era tudo ganho, portanto, aquilo era tudo para gastar. Fugiu para o Brasil e aquilo ficou em auto-gestão e manteve-se. Depois voltaram e compraram aquilo e agora até já mudaram para Freixo. Um dia, ele foi lá para fazer um carregamento. Era só gente a telefonar para minha casa:

— Oh Maria Ermelinda, a gente sabe que o Sr. Teles vem cá à noite, aos armazéns, para levar um carregamento de camisas! — e eu disse:

— Ele só faz se vocês deixarem.

— E a Ermelinda não vem connosco? — e eu falei:

— Não vou, não posso ir. — Eu ainda estava na fábrica e também queria tirá-las de estarem sempre atrás das minhas costas e disse — Isto é uma coisa que não precisam de mim! É assim: vocês estão dispostas a deixar?

— Não, a gente não quer deixar!

— Então se não querem deixar, não deixam!

— E a gente pode?

— Pode, vocês dizem que não deixam e não deixam! Pronto.

E elas foram lá, e disseram: «isto não sai daqui que a gente não deixa». Quando chegaram lá, elegeram uma delegada sindical. O patrão foi lá e disse:

— Eu não a [delegada sindical] quero cá, não a deixo entrar.

Telefonaram-me e perguntaram-me:

— Oh Maria Ermelinda, o que é que a gente faz? — Eu disse:

— E vocês deixam que ela fique cá fora?!

— Eu não!

— Deixaram?

— Deixamos. Ele não a quer!

— E então: é dele ou nossa?

— É nossa!

— Então vocês não a querem?

— Queremos!

— Então se querem, querem!! — as pessoas convenciam-se:

— E a gente pode fazer isto?

— Então não podem?! Podem! Ide lá buscá-la.

Elas levantaram-se:

— Oh Júlia, anda para dentro para o pé da gente! — Hoje, ninguém faz isso!

As pessoas convencerem-se de que têm força, é muito importante.

A dignidade das mulheres não está debaixo das saias, está na cabeça

E convenceram-se. E as melhores coisas que elas conquistaram foi quando sentiram que tinham algum poder. Isso é que eu acho que é essencial: é as pessoas sentirem que têm algum poder e sentirem a sua dignidade.

Digo muitas vezes às nossas mulheres: «andaram-vos a enganar, os padres e tudo, mas a dignidade não está debaixo das saias, a dignidade está aqui, na cabeça».

Depois tivemos também um grande problema com aquele fulano das madeiras aí de Penafiel. Também dizia que a JOC só dizia que as trabalhadoras só tinham direitos, e que nunca diziam que tinham deveres. E o meu marido dizia assim e a gente dizia assim: «olhe, o primeiro dever do trabalhador é zelar pelos seus direitos!»

• O caso da fábrica dos patrões turcos

Como aconteceu nesta última fábrica em que os patrões eram turcos e fugiram com os camiões e com as máquinas numa noite. Algumas trabalhadoras foram lá à noite para não deixar tirar o resto. O resto, que já não era nada. Era o gesto! E eram trabalhadoras a quem ele disse que tinham que ajudar a carregar e elas disseram:

— Não! Não, não, nós queremos, mas é tanto nosso como das nossas colegas, assim não queremos. — Foram chamar as outras colegas às três da manhã. Estava lá o camião carregado de porcaria, que aquilo não era nada. Já lá está a GNR a dizer que aquilo era propriedade privada, que não podíamos entrar.

— Ali não é a casa onde aquelas trabalhadoras trabalham? — e diz ele:

— É, mas o caminho daqui para a fábrica é particular.

— Há aqui algum corte para chegar até à fábrica? Elas deviam retomar o trabalho segunda-feira, roubaram-lhes as máquinas, elas vão para o local de trabalho delas!

— Mas é que o senhorio não é o dono da casa. Você não vê que a casa é alugada?

— Mas ele não paga há cinco meses.

— Ai não paga? Meta-o no tribunal. Mas a casa é o local de trabalho para os trabalhadores. Não, meninas, vamos para o pé da fábrica.

— Atrás de ti vamos.

Quando a gente vai com determinação...

— Vamos agora aqui fazer uma reunião, fazer o ponto da situação. — e era o guarda:

— Eu quero falar com a senhora!

— O senhor desculpe, o senhor não tem horário marcado, não esteja à minha frente, porque o senhor não tem horário. Está tudo calmo e sereno, eu estou a controlar. E agora vou é reunir com as trabalhadoras e a seguir falo com o senhor.

— Ai, você vem já falar comigo, eu sou uma autoridade.

— Oh desculpe, pegue lá o meu cartão de dirigente sindical e o meu bilhete de identidade, guarde aí, e eu quando acabar de falar com as pessoas, falo consigo.

Era ele:

— E tal, chamem o advogado, vão ao tribunal para fazer já uma “providência cautelar” para não se poder mexer. — E eu disse:

— Olhe, o senhor não sabe o que está a dizer. Hoje é sexta feira, estamos no mês de Agosto, há só o Juiz de recurso. É preciso saber onde é que se guarda isto, é preciso testemunhas, e o Juiz não faz isso assim. Portanto, de leis percebo eu, de ordem pública percebe você. Algum problema de ordem pública aqui? Não, não há. Então desculpe, para lições de leis de trabalho não preciso, muito obrigado, pode-se ir embora.

E estava o homem, o que ia levar o camião, o francês, a dizer que tinha de sair, até ao ponto que elas disseram assim:

— Eles não sabem o que está ali dentro. — e eu disse assim:

— Ah, agora não sabem que está lá dentro!? Mas o camião sai ou não sai? — calaram-se.

E eu disse: — O camião sai ou não sai? — responderam:

— O camião pode sair, mas as coisas que estão lá dentro é que a gente não quer que saiam, pronto.

— Pronto, então é assim, o que está dentro não sai. É esta gente que decide.

— É: o que está lá dentro não sai.

— Então vai dizer ao camionista! — e ela foi:

— Aqui, o povo decidiu que o que está no camião não sai! Ligue para o seu patrão e diga que o que está lá dentro fica aqui! — Então, ele ligou para o patrão e o patrão disse para descarregar e para se ir embora, e elas já estavam assim: «É melhor não o deixar ir!»

— Não, ele é um trabalhador, está a receber ordens do patrão para descarregar e ir embora. A gente deixa-o ir embora e as coisas ficam aqui! — Então, alguém disse que se ia molhar tudo.

— Oh filha, enquanto está cá fora, vão vir cá os jornais. Isto vale pela acção que elas estão a fazer e pela propaganda que estão a fazer, porque, assim, é mais fácil a gente conseguir o “fundo de garantia salarial”. Vai ser mais fácil conseguir que o Ministério do Trabalho venha cá, porque é um conflito que está a passar na comunicação social. Amanhã vêm do Ministério!

Na noite seguinte, aquilo não era nada: foi um frigorífico, um televisor, uma máquina de costura, um black & decker. Mas foi engraçado. Porque a gente procura, em todos os conflitos, o que isto é muito importante, agora já se diz, mas eu tenho andado anos e anos a repetir isto, que a gente quando pára uma empresa tem que envolver a vizinhança. É absolutamente necessário saber envolver a vizinhança:

— Então, oh Maria Ermelinda, mas a gente não precisa.

— Não, mas a gente vai que é para elas estarem com vocês! — Passado pouco tempo, já havia lá caixotes de tomates, caixotes de maçãs, caixotes de batatas, e elas disseram:

— Oh Maria Ermelinda, mas a gente não precisava.

— Não precisas, vais àquela mocinha, que é uma ucraniana que está lá e ela precisa.

— A gente depois vai comer a casa!

— Não, vocês não vão comer a casa. Com o fogão que está aqui, liga-se, está aqui uma bilha de gás, e vão fazer aqui a comida. — Fizeram, comeram, grelharam, fizeram arroz de frango, arroz de cabidela, porque era para as pessoas ganharem gosto, e eu acho que isso é que é importante.

O importante não era eles chegarem lá e verem, terem o papel e irem embora. Que o que elas ganharam... Mas fez-se uma lista com os telefones de toda a gente, e ficaram com os telefones umas das outras. Acho que isto é muito importante para envolver aquela gente toda, a vizinhança toda e tentar ganhar corpo! E ganhar a vizinhança para que esteja com elas! E que se sinta que está solidária! E o patrão, que para a vizinhança no início era 'o patrão', depois todos diziam assim: «ai, se fosse a vocês levava tudo embora!»

As pessoas, normalmente, é assim: a cultura da propriedade privada significa que parece que é tudo do patrão!

Sindicalismo no feminino

Ainda hoje nós dizemos: «o trabalhador tem direitos e tem deveres». Quando os delegados sindicais vêm ao sindicato tratar de alguma coisa, falamos com elas: «Quanto ganhas?» E as pessoas começam a perceber. Tem que ser assim, aos pouquinhos, para as pessoas perceberem. E dizemos-lhes:

— Tu, olha, quando o patrão vier ter contigo dizes-lhe isto assim: «Eu estou aqui para defender os direitos dos trabalhadores. Para defender as coisas do Sr. estão aqui as encarregadas todas».

Claro, nos grupos onde estive, muito cedo fui tomando consciência da situação política do que era o Salazar dizer que as pessoas com fome eram mais bonitas e mais felizes, o que era fazer grandes festas para as famílias numerosas, o porque é que os padres não podem ter filhos, mas isto explicava-se às pessoas, mas tinha que ser com muito tacto, muita pedagogia, que hoje muitas vezes não se faz, é aos gritos em plenário, para deitar a baixo este, para deitar abaixo aquele, e acima este e abaixo aquele, e não há o crescimento das pessoas.

A pessoa precisa de ter uma certa formação, e depois já não volta para trás, quando tem um posicionamento face à sociedade, um posicionamento face às colegas, aquilo, depois, já fica! Nem que ela deixe de ser delegada sindical, nem que deixe de ser dirigente, a caminhada está feita. E isto a gente sente.

«Pois, se nós soubéssemos falar como a menina!» Mas isto aprende-se. Não se aprende na escola nem na catequese, que ninguém nos ensina! Nem na televisão, nem nas telenovelas, aprende-se a fazer.

Ter tempo para pensar é uma coisa muito importante, e aqueles bocadinhos que lá estão e nós a querer falar com elas, não estamos a resolver nada, mas está-se a criar um ambiente de corpo e assim, o que é fundamental. Porque é a forma de se ir transformando. Eu olho para um comício e digo «isto não deu em nada».

Fui tomando depois consciência ao longo do tempo. Fui convidada para ser deputada pelo PCP, para a Assembleia e podia ter, já hoje, a minha reforma mais que ganha. Mas sempre defendi que os sindicatos eram autónomos dos partidos, e quis sempre provar que assim era assim que eu fazia.

Fui muitas vezes assediada pela UDP, pelo PCP, pelo MES, na altura, trabalhava com muita gente, mas eu defendi sempre que os sindicatos, para serem fortes, tinham de estar autónomos. Eles podiam ter as opções que quisessem, mas nos sindicatos não fazíamos propaganda partidária. Até os delegados nunca vieram com o autocolante ao peito. A gente dizia: «dentro dos sindicatos, não há autocolantes nem há nada». E a propaganda política não dá entrada, pode-se receber mas nem dá entrada no correio. De nenhum partido.

Prática sindical: lutar contra o individualismo

Temos esta prática quer aqui no sindicato quer nas empresas. Por exemplo, uma pessoa vem ao sindicato:

— Mas isto é só consigo, só lhe calha a si?

— Não, tenho mais colegas, também há mais outra. — Quando elas vêm:

— E são só vocês sozinhas? Não há mais gente para vir cá tratar desse assunto?

— Somos capaz de conseguir. Vêm mais duas. Só se fosse a Rosa, ou a Irene. Então quem é que fala para fora? Falas tu?

— E depois vocês até vinham cá a um sábado de manhã, depois se calhar combinávamos e falávamos, já falávamos com quatro. — e quando vinham quatro, por aí fora «e não há mais?». Para elas perceberem e combaterem o individualismo, que é uma coisa que, ao longo do tempo, e então agora, ainda mais se tem de combater. A gente utilizava muito a frase assim: «olha uma coisa, se a gente vos calcar um dedo, ou calcar um pé, quem é que grita? É o dedo? Ai! Pois é, é o nosso corpo todo! Então, as nossas colegas todas são um corpo, quando algum trilha no pezinho dela ou numa mão, é o corpo todo e o corpo todo tem de gritar.» Senão não há um corpo! E as pessoas vão percebendo. Muitas das greves que fizemos, até nem eram por coisas. Era por exemplo, «o patrão veio dizer ao pessoal do escritório para pôr na rua! E nós que é que fazemos? Não deixámos. Parámos.» «Pois, fizeram muito bem!»

Aqui nesta casa [no sindicato], vimos trabalhar às nove horas, quando são onze e meia, não está aqui nenhum dirigente. Porque a única forma de estar com os trabalhadores é na hora do almoço, porquê? De manhã, entram todos a correr, alguém pega no papel, mas já não dá para conversar; à tarde saem a correr. À hora do almoço, quando vêm tomar o cafezinho, quando fôr aí uma e um quarto, uma e vinte, a gente junta logo ali cerca de cinquenta pessoas. Nas outras horas, é tudo a correr. E a gente diz que à hora de almoço é que se ganha o dia. Chega ao fim da semana, somos duas equipas, e temos feito catorze reuniões com os trabalhadores. A gente tem de saber marcar as horas das reuniões, as nossas reuniões começam às dez horas da manhã e às quatro e meia estão acabadas, porquê? Porque as pessoas tem que ir buscar os filhos. Quando as pessoas marcam um plenário para começar às três, às quatro horas, as pessoas vêm embora. Digo-lhes:

— Vocês não percebem nada. As pessoas vêm de Penafiel, de Arcozelo, da Póvoa do Varzim e tal, não são dirigentes sindicais que no fim do trabalho têm um carrinho para se vir embora. Andam de transportes públicos.

Quando são mulheres já organizam diferentemente. Agora, aquelas pessoas têm rituais iguais.

• **Sindicalimo participado: o essencial é pôr os trabalhadores a decidir**

Para mim, o essencial é pôr os trabalhadores a participar, a decidir e depois ajudá-los a ser responsabilizados naquilo que eles decidiram:

— Decidiram. Foram vocês que decidiram, não foram? — e tomar sempre como bom que aquilo que os trabalhadores decidirem colectivamente é bom para o sindicato. Pode ser mais recuado, mas é a decisão que eles tomaram.

Tem uma fábrica ali na Rua Firmeza, para aí com trinta trabalhadoras, e o patrão foi ter com elas porque quer fechar aquela fábrica porque tem a casa por cima toda para alugar e ninguém aluga porque a parte de baixo é precisa para as garagens! Eu costumo ir lá todos os meses.

— Vocês não assinem nada, que a gente vai marcar uma reunião no Ministério do Trabalho. — Elas têm vinte anos, trinta anos de trabalho ali. Elas telefonaram a dizer que tinham lá o advogado e que tinham aceitado cinquenta por cento em dezassete meses. Elas é que ligaram:

— Oh Ermelinda, estás zangada com a gente?

— Eu não, filha, parece-te que eu tinha que estar zangada contigo!?

— Ó Ermelinda, olha parece que ele as hipnotizou! — Elas começaram a dizer: «mais vale este que nenhum». Então desmarcamos a reunião no Ministério do Trabalho. À noite:

— Oh Ermelinda, está zangada com a gente?

— Estou triste! A vida é vossa, quem trabalhou lá dezoito anos foram vocês, quem trabalhou lá vinte anos foram vocês! No mês passado, quando lá estive com vocês, não foi isso que a gente combinou!

— Oh Ermelinda, um começou a assinar, outro começou a assinar. E a gente, pronto, assinas tu, também assino eu, olha assina tudo!

— Quer dizer: se um fosse atirar-se abaixo da ponte, também te tinhas atirado!? Não! Fico triste. Queres que eu fique contente, quando vocês fazem um negócio mau? Não estou contente! Mas foi o que vocês fizeram, vocês decidiram, pronto!

• **O povo que representamos ganha o salário mínimo**

Depois, há outra coisa que é também muito importante, é que o nosso povo, a gente que nós representamos ganha o salário mínimo.

São sessenta e oito contos [trezentos e quarenta euros], mais ou menos. Se o patrão está dois meses sem pagar e se elas vão estar mais quatro à espera de subsídio, as pessoas ficam no desespero. Então, o que é logo importante é tentar, o mais rapidamente possível, que as pessoas tenham algum dinheiro na mão!

Quando elas têm algum dinheiro na mão, já pensam. Enquanto não tiverem, ficam com aquela aflição, «como é que vou viver?», que não dá para pensar!

O grande problema é começar de manhã e vir à noite e não ter tempo para pensar.

Eu digo aos da função pública: «só queria ser o que sou e ter o vosso dinheiro! Que é só preciso assinar e o dinheiro no fim do mês caí direitinho na vossa conta». Aqui, é tudo fiscalizadinho, isto é tudo controladinho ao tostão! Porque a gente tem que cumprir com o real funcionamento do sindicato, e cumprir com isso tudo, eles admiram-se, como é que nós temos salários tão pequenos, conseguimos cumprir com tudo.

• **O fundo de garantia salarial: as estratégias de defesa das mulheres**

A lei de garantia salarial, aquilo é a melhor coisa que o PS já fez, porque dá possibilidade aos trabalhadores de receberem indemnização. Só que dá muito trabalho! A Lei está muito bem feita! É preciso arranjar documentos, preencher aquilo tudo bem, ter provas e tudo, e é preciso haver uma declaração de falência, depois é que se pode pedir. A Lei está bem: primeiro, tem que haver um processo de falência, ou então um processo de recuperação da empresa. Sem isto, não há garantia salarial, porque é responsabilidade dos patrões. O que é que o Governo faz? Substitui-se nas indemnizações, ou nos salários que estejam em atraso quando a fábrica está em vias de ser recuperada, ou nas indemnizações, e depois a

empresa vai à falência, o estado vai buscar, os trabalhadores vão buscar parte que lhes cabe.

A garantia salarial está bem feita, dá trabalho aos sindicatos. Não é pegar no processo e dizer ó advogado «trate disto!» Nós passamos aqui muitos sábados e tudo a preencher papéis e a procurar as coisas que nos faltam, e a escrever e a corrigir o que está errado. Às vezes faltam coisas, escrevem o número de B.I. errado, e já vieram cheques que não estavam bem. A gente disse que se responsabilizava por isso. Lá fomos às trabalhadoras. Uma delas, para o marido não saber disse que tinha uma cunhada que estava em França e que lhe mandava tanto dinheiro por mês, para uma conta com o cunhado, para o homem não apanhar aquele dinheiro. Deu-me o número da conta da cunhada e depois disse que não recebeu. Mas aquele número não coincidia com o número da conta.

— E vocês, porque não deixaram a nós? — Tinham vergonha.

— Sabe, o meu marido apanha-me o dinheiro todo. — Uma delas, é a sogra, que até está em França, que lhe paga as coisas. Pôs o NIB da sogra, que é para ele não lhe pegar! Criaram aqui uma quantidade de problemas, que a gente ficou com dificuldade em resolvê-los:

— Vocês podiam-nos ter dito que assim encontrávamos uma solução.

— Sabe, se vai para a minha conta e para a do meu homem, ele come tudo!

Mas foram para aí umas quatro ou cinco trabalhadoras com questões assim!

Quando as pessoas dizem: «mas o patrão diz que vai fechar, mas que nos dá o papel para o fundo de desemprego», fazemos uma campanha de informação:

— Não tem que *dar* papel nenhum, o papel custa cinquenta cêntimos! Ele não tem que dar papel nenhum! Se ele não der, dá o Ministério do Trabalho! Ele não *dá* nada! Vocês vão para a Segurança Social, é do vosso dinheiro que vão receber! — Isto é preciso andar sempre a dizer e repetir, repetir, porque senão o patrão até deu o papel para o fundo de desemprego!

Ideologia actual de que os trabalhadores é que são malandros

Em todas estas fábricas, dizem que os trabalhadores não produzem. E numa delas, até tenho fotocopiado, estava escrito que fecharam porque as pessoas eram malandras!

É muito perigosa a questão do absentismo! Quando a actual lei conta os acidentes de trabalho em que as pessoas estão meses a recuperar e a maternidade! Tudo que é ausência ao trabalho conta no absentismo. Devia haver duas palavras diferentes. Eles só contam as horas trabalhadas, tudo que não são horas trabalhadas é absentismo. E há tantas que estão com baixa sem remuneração para olhar pelos pais, pelos filhos, pelos irmãos, e que até não estão a custar nada ao patrão! O parto, as licenças pré-natais, a amamentação, uma pessoa que está pelo seguro, tudo conta como absentismo. É a lei do trabalho. Mesmo a *lay off* ou o *lay out*, que são os patrões que enviam os trabalhadores para casa por períodos de tempo, alegando falta de trabalho, tudo conta, tudo que seja ausência do trabalho.

Eu disse: «desfaçam isso, e distingam entre homens e mulheres». Não sabem! As estatísticas só dizem “ausências no trabalho”.

Este pacote laboral¹⁸: estão a dizer que vão proteger os velhos e as crianças, e só têm um objectivo que é proteger as empresas e mais nada. É tudo para pôr à feição do patrão. Nós temos o caso duma moça de uma lavandaria, que morava na Foz, trabalhava numa lavandaria daqui da Constituição, andaram a mandá-la de um lado para o outro, até que o patrão manda-a fixar-se a trabalhar em Aveiro. A miúda diz que não trabalhava mais, que o salário dela não dava para as viagens. E os do tribunal entenderam que, desde que ele pagasse tudo, ela tinha que ir trabalhar para Aveiro. Na altura estava grávida e perdeu a criança, nós só não tivemos maneira de provar que isso foi resultado do stress...

E o que tem esta lei [Código de Trabalho] tem é que são as empresas que decidem tudo, que exigem tudo: a disponibilidade total dos trabalhadores em relação aos horários, às tarefas e à colocação nas empresas. Portanto, o importante para eles é a empresa e é o patrão, e o trabalhador é um mero objecto. Isto é imoral.

Nas nossas mulheres, há muito *stress*, as pessoas estão cansadas, muitas faltas por *stress*. As pessoas pensam assim: «andam-me a moer a cabeça, vou à minha médica ver se ela me dá baixa». Vão lá, cantam o fadinho às médicas, e as médicas dizem Xesta mulher realmente está estoirada da cabeça», e dão-lhe uns sedativos... E o *stress* não é considerado nenhuma doença profissional, mas nós chegamos às fábricas e se perguntarmos assim num plenário «ai estou tão enervada, não há aí quem tenha um

¹⁸ Referente ao ano de 2002.

Lexotan?» Há para aí cinquenta que têm! Cheias de sedativos! Dizem outros: «não há por aí um *Compensan?*» Toda a gente tem um *Compensan*. Comem as ‘merdices’, ali, junto à fábrica, compram uma lata de sardinha, compram dois pães, metem uma sardinha em cada um e nem uma laranja por cima. E estão ali: aquilo é o almoço! E eu digo- lhes:

— Mas isto é o vosso almoço?

— Ai, depois à noite a gente come bem! — E a gente está ali e diz- lhes:

— Mas isto não é assim, vós havíeis de fazer uma sopinha e uma sandes e uma peça de fruta, ficavam mais bem alimentados que isso.

— Ai eu gosto! — claro que as pessoas até têm vergonha de dizer que só comem aquilo! E agora é todos os patrões a dizer que fecham as fábricas que os trabalhadores não trabalham e eles não têm obrigação nenhuma. Actualmente, as pessoas ficam desempregadas com cinquenta anos, com cinquenta e cinco anos feitos, a seguir ao subsídio de desemprego, podem ir para a reforma antecipada. Isto tem a ver com a Lei de Bases da Segurança Social, que não se sabe se vai ficar ou não.

Uma onda contra as mulheres trabalhadoras

Por exemplo, o trabalho a tempo parcial. Trabalho em tempo parcial, mas com o salário inteiro: há muita gente que precisa de olhar pelos filhos, mas não pode perder salário, portanto, têm que ganhar o salário inteiro de trabalho parcial. Algumas dizem: «como é que eu podia viver com cinquenta contos?» Portanto, trabalho parcial, sim senhora, e acho muito bem que as mães sejam apoiadas, porque escusam de se levantar às seis da manhã, deitar-se às duas da manhã, fazer essas corridas. As pessoas têm que ter mais oportunidade para educar os filhos, para brincar com os filhos. Nós fazemos muito a pedagogia de que as mães têm que brincar com os filhos. As mães e os pais. Têm que brincar com os filhos! Que é importante brincar! Elas dizem:

— A verdade é que a gente quando vem das fábricas, já sabemos que vamos chegar a casa, quem vai apanhar por tabela são os vossos filhos, porque não fizeram a cama, porque não lavaram a tigela e tudo. — E elas levavam as mãos à cabeça, e eu disse assim:

— Pois é, mas diga-me uma coisa: no fim do mês, sobra dinheiro ou sobram dias sem dinheiro?

— Ai, a mim sobram-me dias sem dinheiro, porque o salário é pequeno! — depois de discutir números as pessoas já colocam as questões doutra maneira. Senão, até começam a pensar que elas é que o gastam mal gasto. — A mim sobram-me dias, a quem é que sobra dinheiro? Não sobra dinheiro a ninguém! Sobram dias: afinal o salário é muito pouco, sobram dias sem dinheiro.

Nós aqui lidamos com poucos industriais e muitos patrões. Por exemplo, trabalhadoras que amamentam. Com a lei que existe, já se têm muitas dificuldades, os patrões que é que diziam? Mandavam espremer as mamas no quarto de banho para ver se elas tinham leite ou não, mandavam-nas ir ao médico particular, ao médico da fábrica, para ver se elas tinham leite ou não, diziam que eles não tinham que pagar porque eles não eram os pais das crianças, o resto é ainda mais horrendo! A ponto de algumas trabalhadoras até decidirem deixar de amamentar, para não se chatearem, outras despediam-se, iam-se embora, porque queriam continuar a dar o leite.

Há aquela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, a CITE, que para dar um parecer demora três meses. Isto é para resolver problemas de urgência, o patrão não deixou hoje, amanhã tem de deixar. Agora pega mais num papel... isto assim nunca mais lá vai!

Uma vez estive com a Ministra da Igualdade, na altura que havia Ministra da Igualdade, num debate se havia igualdade ou se não havia. Lá fui, estive lá a discutir e disse: «mas estas coisas têm de ser resolvidas na hora!»

Agora, outro perigo a que se tem assistido, eles acham que as mulheres, que as pessoas mais idosas devem ser tratadas no seio da família, ok! Também desejava! E ter condições? Casas para ter lá as pessoas? Condições para as pessoas terem lá os idosos? As crianças, era bom que as mulheres estivessem em casa, que ganhassem... Não sei se era bom. Algumas se calhar. Nós uma vez perguntamos, num inquérito que fizemos, e nenhuma queria ficar em casa. E quando ficam em casa desempregadas, elas vão logo arranjar trabalho porque as pessoas estão habituadas. Elas vinte e quatro horas sobre vinte e quatro só com a canalha e com os tachos, não ficam bem da cabeça! Nem as crianças. Depois com um marido que chega a casa e bebe e não sei quê e manda bocas que o dinheiro é dele, elas têm que se submeter, ele é que leva o dinheiro. Algumas até acham

que sim, porque têm uma vida muita dura, até faziam mais umas horinhas a uma senhora e tal, resolviam a vida delas assim.

A investigação realizada

Fizemos um trabalho com as mulheres da indústria textil, um livrinho castanho... Foi feito por mulheres, responsáveis de três Sindicatos. Eu e a Helena Policarpo demos corpo àquilo, imaginámos, criámos. Fizemos as monografias, e tinha três ou quatro factores. A gente pedia para fazer uma redacção: “conta um dia de trabalho desde que te levantas até que te deitas, conta tudo, não te importes com o português, nem com os pontos nem com as vírgulas, nem nada.” E algumas escreviam sem pontos, nem vírgulas, sem nada...

“Eram seis e meia, pus-me a pé, fui pôr a aquecer a comida para o meu homem, depois fui passar os livros do meu filho, depois fui num instante à padeira a correr, depois vim e fui chamar o meu filho mais velho que anda a trabalhar, fiz a mochila, fiz a marmita para o meu homem levar, os outros foram para a escola, e eu peguei no mais pequeno fui levá-lo à creche. Apanhei o autocarro, fui levá-lo à creche, eram tantas horas, o autocarro não vinha, fui a correr, cheguei à fábrica mesmo a queimar, o chefe chamou-me logo a atenção: «Amélia são horas de se entrar?» Às nove horas estava em cima de mim para me tirar a produção de uma hora, a minha cabeça ainda não tinha pousado. Foi-me tirar a produção de hora a hora. Depois, saí ao meio dia, fui fazer umas comprinhas, fui trabalhar. Logo que saí, fui apanhar o autocarro, fui buscar o meu filho ao infantário, depois de ir buscar o meu filho ao infantário, fui logo para casa, estive a lavar a roupa, a fazer isto, a fazer aquilo, a fazer aqueloutro, depois fui pôr os meus filhos na cama, o meu homem ajudou a fazer isto e a fazer aquilo. Quando me fui deitar, era uma hora. Quando me deitei, já nem sabia se era eu ou não.”

Fizemos outra pergunta: *se tu mandasses o que é que fazias?* E a maior parte das respostas era assim, “punha os governantes a trabalhar uma semana no meu trabalho”. Outro dizia assim: “eu punha os ministros a governar a casa uma semana com este dinheiro”. Algumas nem eram muito ousadas: “fazia a reforma mais cedo para as mulheres”. Outra questão era assim: *se o seu marido ganhasse muito dinheiro, gostava de*

ir para casa? Só 12 % é que disseram que sim. Nós fazíamos a pergunta directa, não era dirigida para ela dizer que não. Para não mandarem bocas a dizer que a gente estava a fazer uma pergunta, induzindo a que as pessoas dissessem não. E a gente via: não há emancipação da mulher sem emancipação económica!

Quando está em conversações [laborais], o patrão diz «a fábrica» e as trabalhadoras dizem sempre «a minha fábrica». Eles dizem «a fábrica não tem condições tal, tal», e elas dizem «nunca vi falta de trabalho na minha fábrica».

5. Alzira Cordoeiro, a conquista da autonomia e da independência como invisual

5.1. Infância e juventude: das cores da aldeia para um internato de raparigas cegas

Reportando-me à minha idade e à minha origem, eu vou fazer sessenta anos em Agosto e, neste momento, sou aposentada, há uma meia dúzia de dias, mas por aquilo tudo que atravessei e pela velocidade com que as coisas andaram, dá-me a sensação que atravessei assim muitas fases, muitos anos, no aspecto educativo...

Nasci numa aldeia, perto das Caldas da Rainha, iniciei a minha vida numa aldeia, no processo mais tradicional, no período do fascismo, em que o meu pai trabalhava e não tinha direito a caixa, nem sequer teve direito a caixa, quando chegou aos 70 anos e teve que amputar uma perna devido a uma *úlcer*a varicose.

O meu pai trabalhou sempre e ganhou sempre muito bem mas foi naquele regime sem caixa e sem nada. Quando estive doente, tinha quarenta e tal anos, o que subsistiu foram alguns bens e fazendas e propriedades que o meu avô tinha e onde a minha mãe 'criava': tínhamos um trabalhador lá, e vacas e vivíamos de leite e das coisas de casa que a mãe vendia, que o pai depois deixou de ter possibilidades de fazer.

O acidente que provocou a cegueira aos 12 anos

Entretanto, eu era a mais nova de quatro irmãos, era assim a benjamim, e tive um acidente. Dos dozes para os treze anos ceguei com um tiro.

Eu estava na escola. Com muito sacrifício e tudo, mas ía ao liceu. Aí, tive que interromper. Nessa altura o pai já estava aposentado, já tinha sofrido o acidente.

O acidente da minha cegueira foi provocado por um primo nosso, por um parente nosso. Aquilo foi na época da caça, porque eu sou de uma terra onde privilegiam a caça e aquela coisa toda. O parente, que era mais velho que o meu pai, tinha comprado uma arma e disse ao filho, que era da nossa idade. Simplesmente, ele ainda não estava habituado a lidar com a arma e eu também vim a correr cheia de curiosidade. Ele pega na arma e esta dispara. Dispara, bate na parede e aqueles chumbinhos pequeninos saltam para cima dos

olhos. Tive azar porque se me dava num braço ou numa perna, nada me acontecia, simplesmente, bate-me em cheio e perfura-me o globo ocular. Logo, fiquei sem ver. Não morri. Lembro-me muito bem como tudo se passou. Depois vieram todos a correr, ouviram um tiro, aquilo é uma aldeia. Simplesmente eu digo: «não me deixem morrer, que eu não quero morrer». Realmente aí já se viu a resistência da minha força. E pronto, lá me levaram para o hospital.

E acontece o seguinte: o meu pai não se conformou com a situação e levou a questão a tribunal. Durante tantos anos, para além de ter vivido aquela transição brusca, eu vinha muitas vezes ao tribunal das Caldas, com aquelas coisas. Depois vinham os peritos, que queriam quase dizer que eu via, os meus primos a dizer que eu quase via, algumas pessoas da família e as testemunhas lá da parte deles, era assim uma coisa muito esquisita, a dizer que eu que via e que andava a fingir que era cega!... Aquelas coisas perfeitamente cretinas. Eles não tinham dificuldades económicas, até eram pessoas com possibilidades, mas não queriam contribuir, e as condições nessa altura eram dramáticas! Foi uma fase muito difícil.

O tribunal decidiu uma indemnização, já não me lembro quanto. Ora, eu pagava xis por mês, não sei se eram duzentos e cinquenta escudos, o que nessa altura era dinheiro, durante o tempo estive no colégio, até aos dezoito anos, que era a idade [limite] em que se podia estar.

Com o acidente, abandono a escola. Corro de médico em médico... Com a ajuda de um tio que tínhamos na América, eu ia a Barcelona, à Clínica *Barreguer* (que ainda existe e é famosa), mas não consegui nada, que o destino da criancinha foi mesmo ficar cega de todo, não havia possibilidades.

E então, há uma escola de cegos, um internato, muito, muito chato, que dizia assim, no portão: “Asilo-Escola António Feliciano Castilho”. António Feliciano de Castilho foi um poeta cego do séc. XIX. Sendo ele um poeta cego e companheiro de Camilo, não aguentou a cegueira e matou-se. Das Caldas, estamos a oitenta quilómetros, tinha umas tias lá em Lisboa e a minha irmã, a mais velha, já era casada em Lisboa e eu fui logo estimulada a ficar, uma vez que não havia hipóteses de eu ir para a escola.

Só havia internato para as raparigas entrarem com oito anos, eu já entrei um bocadinho pela margem, porque aquilo é até aos doze anos, e o Dr. Henrique Moutinho foi o que me

assistiu e que fez assim muita insistência lá na directoria para que eu entrasse, porque se eu não entrava, se calhar nunca mais tinha hipóteses de prosseguir, porque não havia mais nada. Havia colégios para rapazes cegos, um que era no Estoril, o Colégio Branco Rodrigues, e outro no Porto, o S. Manuel que ainda existe. Branco Rodrigues foi um homem que se interessou pela questão, era um humanista, um benfeitor do princípio do séc. XX. O Colégio Branco Rodrigues era precisamente ao lado da casa de Salazar. Conheço alguns que, às vezes, falam da amizade ou dos amores do Salazar para eles, e estou mesmo a imaginar o Salazar a achar muita gracinha às brincadeiras dos ceguinhos, ali, do outro lado do muro. Aquilo devia ser mesmo divertidíssimo!?

A transição dramática da aldeia para o internato de raparigas cegas

Já era crescida, fui sempre uma miúda muito grande e aí foi dramático: foi a transição de uma miúda, de liberdade total, criada numa aldeia, em que tinha o conhecimento de todos os bichos, de todas as ervas, de todas as plantas, de visualizar toda a natureza, e encontrar-se cega, entrar num asilo-escola, que era mesmo um asilo-escola realmente, e, além da cegueira, com muito mais restrições.

Era um internato de raparigas, em Lisboa, que tinha sido fundado ainda no princípio do século, talvez anos vinte, não posso precisar, e era muito, muito, fechado. Muitas raparigas viviam, realmente, em situação de asilo, porque só vinham a casa nas férias grandes, havia lá miúdas que só vinham mesmo de férias nessa altura e algumas nem sequer iam de férias. E então havia um mundo, um submundo mesmo, desde o imaginário de espiritismo, o imaginário de música — só se estudava música e falava francês. Então havia um mito, lembro-me muito bem, de que as cegas eram boas em música. Todas as raparigas eram cegas. Havia lá desde criancinhas muito pequeninas até algumas já mulheronas. Então o que é que se aprendia? Aprendia-se a fazer tricot, a tocar piano, violoncelo, violino, solfejo e canto e a falar francês. As mais talentosas vinham ao conservatório, em Lisboa, acompanhadas por uma vigilante.

Tinha uma colega muito muito talentosa, a Margarida, e que era colega da Maria João Pires, depois acabou por não ter possibilidades, pois ficou ali pelo 5º ou 6º ano. Essa minha amiga que era cega também competia, simplesmente como era cega ficou um bocado à margem. Era aluna do Varela Cid como era a Maria João Pires. Exactamente. Mas,

simplesmente, a Maria João Pires tinha outra caminhada, e essa miúda ficou pelo caminho por ser cega.

No princípio, quando fui para lá, ainda não se ia ao liceu para estudar e isso era uma grande preocupação que o meu pai tinha, “então e agora, para prosseguir os estudos?”. Por acaso, tive muita sorte porque um ano depois de eu lá estar e já dominar o *Braille*, ficamos a saber que já se podia fazer o liceu.

A reviravolta que João dos Santos deu na ‘Castilho’

Felizmente, há um director que era mais aberto, uma pessoa que entra para lá que era o João dos Santos, aquele que tem aqueles livros escritos. O Dr. João dos Santos foi convidado para fazer uma experiência como director. Porque aquilo era uma casa de benfeitores: o Dr. João dos Santos, psiquiatra, o Dr. Henrique Moutinho, grande oftalmologista de Lisboa, que já morreu, e não sei mais quem.

O Dr João dos Santos foi assim um grande homem por quem eu tive sempre uma grande admiração, porque ele percebeu logo desde o início que era preciso mudar. Ele deve ter entrado para lá mais ou menos quando eu entrei. Depois ficou como director. Esse homem é que deu uma grande viravolta naquilo e abriu a Castilho para outras coisas. Tínhamos umas batas que serviam às pequeninas e às grandes, eram horrorosas e pareciam camisas de dormir. Mesmo que a minha mãe ou o meu pai quizesse cortar-me o cabelo assim à nossa maneira, tínhamos que cortar o cabelo como lá diziam. O Dr. João dos Santos acabou com aquelas fardotas.

Quem dava as aulas lá, antes desta viragem? Eram os professores que estavam lá e que também eram cegos: os professores de música, de violino, de Português, de Francês, eram cegos e estavam internados numa casinha ao lado. Viviam lá também. E estes professores continuaram a par da abertura que o João dos Santos realizou. Por isso, aquilo era mesmo asilo, quer dizer, era um gueto, um gueto perfeito. Os cegos não andavam na rua; na rua andavam os mendigos.

Nós estávamos nesse meio assim perfeitamente fechado e o Dr João dos Santos foi assim o grande impulsionador da viragem, do sair do entremuros. Assim, chama uns professores de fora a irem lá dar aulas. Felizmente que a Castilho abriu-se para o liceu. Nós não íamos

ao liceu, os professores é que iam lá. Só depois do meu quinto ano é que realmente o liceu se abriu à nossa entrada.

O caminho tortuoso para o ensino integrado

O liceu Maria Amália não aceitou, só aceitava para fazer exames. Mas o Passos Manuel em Lisboa é que abriu realmente uma possibilidade. Mas antigamente havia uma coisa muito estapafúrdia que era a educação separada. Não havia coeducação. O Passos Manuel era só de rapazes. Então, nós éramos as únicas raparigas naquele liceu.

Não frequentávamos as aulas. Éramos *auto-propostas*. Pedia-se autorização ao Ministro e, como o reitor era muito aberto e aceitava mesmo uma colaboração com a escola — havia mesmo um intercâmbio muito grande com os professores —, íamos lá fazer os exames.

Quando ceguei, ainda não tinha acabado o segundo ano — era por ciclos — por isso, tinha de me preparar, mas como tinha cegado, havia aquela transição e lembro-me que o professor achava que eu já estava preparada: embora lesse devagarinho o *Braille*, era boa aluna a Francês. (Na altura era só uma língua estrangeira.)

Até ao quinto ano do liceu, foi muito fora da tolerância: eles tinham que nos ditar o enunciado... Tinha que ser mesmo assim. Foi duro, mas pronto, lá se conseguiu.

Só nos anos 1970, o liceu realmente começou a abrir-se para o ensino integrado e foi aqui no Porto. Depois foram os outros liceus que se foram abrindo.

E, assim, no 7º ano do liceu já não foi assim muito problemático. Faço o sétimo ano do liceu ainda debaixo dessas dificuldades, mesmo em termos dos materiais [pedagógicos] e, muitas vezes, são alguns colegas do Passos Manuel a lerem-me a matéria, porque havia colegas lá do Passos Manuel que me liam...

Eu enveredei por germânicas.

Enfrentar a cegueira total e a síndrome do asilo

Acabei o sétimo ano em sessenta e dois, exactamente. E depois, enveredei na universidade logo a seguir. Ora, eu ceguei em cinquenta e quatro e em cinquenta e oito eu devo estar a fazer o segundo ano. Foi duro por muitas razões. Por esses aspectos geralmente materiais e porque passo de um estado de uma criança ou de uma adolescente

com a liberdade toda e passo a ficar confinada, confinada a quê? A uma deficiência que não é pêra doce, pois ainda por cima cegueira total que eu não tenho extensão luminosa. E depois, por outro lado, na fase da adolescência, toda aquela idade do armário. E também porque tive de enfrentar o síndrome do asilo. Porque também havia muitas miúdas que estavam perfeitamente com o síndrome de asilo: tinham entrado em crianças e nunca mais saíram de lá. Nem sequer as famílias as iam buscar. Eram de todo o país, aqui do Porto, do Norte, porque o colégio não era uma coisa a nível regional ou Lisboaeta, não havia mais nenhuma escola.

5.2. A revolução com uma bengala: sentido de humor e irreverência

O que é que me ajudou neste campo? Foi o facto de eu ter sido sempre uma miúda irreverente: eu era, fui sempre, uma miúda muito irreverente. Nunca gostei muito de ficar muito quieta. Era muito teimosa, no sentido de pensar «não, eu sou capaz, eu sou capaz». Só uma pequena passagem. Quando o médico de Barcelona disse ao meu pai que não havia nada a fazer, só meter a menina num colégio, o meu pai ficou muito admirado:

— No colégio? Mas há escolas?

E o Doutor Barreguer disse:

— Há, contacte Lisboa. — porque, nesse aspecto, Espanha já estava muito mais avançada do que nós, já tinha a ONCE¹⁹ e essas coisas todas.

E então, foi o oftalmologista de Lisboa que descobriu a escola para onde eu devia ir. E o meu pai diz-me:

— Há um colégio, tu queres ir? — E o meu pai faria aquilo que eu dissesse, sim ou não. E por acaso, eu disse:

— Ai não, eu quero ir.

E foi assim uma força que me deu para me lançar num mundo completamente desconhecido, em todos os aspectos.

Depois, sinto necessidade de fazer uma reabilitação. Porque eu não tinha técnicas de mobilidade, não tinha o uso da bengala. A escola não ensinava essas coisas, porque era impensável as meninas cegas andarem na rua. As meninas eram para tocar piano e falar

¹⁹ Organização Nacional de Cegos de Espanha.

Francês. Ficarem quietinhas na sala ou a tocar nas igrejas ou no asilo, porque havia um asilo lá muito perto que era o Eduardo Coelho, que era um asilo para raparigas cegas que hoje ainda existe (chama-se convento dos Cardais e situa-se na R. do Século). A reabilitação foi uma experiência de escola, de aprendizagem, que realmente me deu possibilidades de eu começar a vir para a vida activa.

E quando eu tive a primeira vez a bengala, isto também foi um marco histórico para mim. Quando me põem a bengala na mão, eu rejeito-a: não me queria visualizar com uma bengala na mão. São das coisas piores que acontecem e pelas quais passam todas as pessoas que cegam — a bengala e o *Braille*. A bengala é como se nos estivessem a pôr uma máscara daquilo que não somos: visualizar-se com uma bengala na mão. Ou até mesmo tentar esconder os olhos que estão semi cerrados, que não estão 'naturais', são dramas para as pessoas. Posteriormente, quando já encarava a coisa com muita naturalidade, dizia, às vezes até na brincadeira:

— Ah, eu acho que vou arranjar umas bengalinhas a propósito: por exemplo, se me visto de veludo, forrada a veludo; ou se levo cartola na cabeça, forrada de...; se estiver vestida de seda, uma bengala de seda.

“Isto é um invólucro, nós somos outra coisa cá dentro”

Porque a gente tem que se revestir de muita força, e eu acredito um bocado na mente, acredito muito na nossa capacidade de nos virarmos completamente do avesso e dizer assim: «não, não, isto é um invólucro, o que está por dentro é diferente. Nós somos outra coisa que está cá dentro. O que está cá fora é outra coisa...”

Por isso, esta minha experiência de vida, de escola, de estudo e de estudante foi dura como foi a de muitas raparigas; felizmente tinha uma família que me ajudou bastante, e eu consegui ultrapassar.

Para o meu pai e para a minha mãe foi tremendo. Para eles foi demais: de tal maneira tomei consciência que era tão dramático para eles, que eu nunca chorei à frente deles! E mais: tinha os meus momentos de choro, e ainda bem que tinha, porque chorar alivia e serve de catarse. Por isso, talvez também me tivesse custado, mas nunca chorei à frente deles. Até porque havia aquela outra coisa também complicada na nossa vida, que era o problema da relação com o parente cujo filho disparou a arma.

O facto de ter ido a tribunal, ter conhecido diferentes pessoas, este aspecto foi bastante interessante do ponto de vista do enriquecimento pessoal, das vivências que também tive que desenvolver. Actualmente, divirto-me à brava com as minhas velhotas ali no “Activo”, da Universidade de Autodidactas e de Terceira Idade: a maior parte das pessoas é de bastante idade. Elas ficam muito admiradas! Para elas, eu levantar um dedo já é uma admiração.

A aprendizagem da mobilidade e as actividades da vida diária: uma revolução no ensino de cegos

Quando eu estava em Lisboa disse:

— Vou para reabilitação para aprender a mobilidade.

Nos centros de reabilitação, eles tinham uma área que se chamava, e que ainda se chama na reabilitação, ‘actividades da vida diária’. Essas actividades da vida diária eram, geralmente, dadas por um técnico e por uma enfermeira. A que eu tive era uma mulher muito cuidadosa. Era de Lisboa. Antigamente, havia aquelas escolas muito elitistas, de enfermagem. Ela era de uma escola muito chique lá de Lisboa, agora não me lembro como é que se chama, e havia discriminação, e eram tratadas pelos nomes de família. Aquela era a enfermeira Mota Vieira.

A Enfermeira Mota Vieira era uma mulher espectacular, muito despachada, e tinha sido formada, precisamente, com técnicos americanos! Estas técnicas de reabilitação que sei hoje, nessa altura tinham sido exportadas para a Europa pelos americanos. E porque é que eram os americanos? Porque os americanos, sempre com o seu espírito muito economicista, tinham muitos cegos da guerra do Vietname e concluíram (também os alemães, mas mais os americanos) concluíram que era melhor criar e desenvolver técnicas de reabilitação funcional, do que estarem pessoas nos asilos ou dependentes e que era melhor pô-las a trabalhar e a mexer.

E uma delas, a grande técnica de reabilitação, a grande revolução, foi a técnica de mobilidade, um conjunto de técnicas de mobilidade. A bengala foi muito estudada pelos americanos, que desenvolveram as técnicas da bengala, porque são mesmo técnicas, são muito específicas. E nessas actividades da vida diária, havia, por exemplo, os

ensinamentos de como comer ou como se servir, como fazer a comida, como se barbear... sei lá, como compor o cabelo, arranjar o cabelo, como vestir ou como arranjar meios de descobrir as roupas e as texturas e as cores, etc., para se vestir. Isso fazia-se até com marcas na roupa.

Eu, por acaso não preciso, depois arranjei as minhas estratégias. Gosto, mais ou menos, de harmonizar as cores. Sinto-me bem... Gosto sempre de saber, primeiro, que cor é que se vai vestir. Isso é a primeira coisa. Como é que eu estou vestida? Que cores é que eu visto?

Ponho por cruzeta e depois associo a cor à textura, e registo pela memória e treino, o que é muito bom. Mas, por exemplo, se houver duas peças da mesma textura e de cor diferente, por exemplo, duas calças são iguais, umas são azuis e outras são pretas.

E se eu estou sozinha e tenho necessidade de escolher ou se tenho hipótese de escolher, se tenho duas peças iguais na textura, só a cor é que difere, eu marco, aí marco-as, ou ponho um alfinete, ou uma linha ou uma cruzinha, um botãozinho no bolso ou qualquer coisa, para marcar as cores. E depois, no guarda-vestidos ponho na mesma cruzeta, para ser mais facilitador, e aí, quando vou vestir, já sei que aquele conjunto está ali.

- **“Olha, tens aí uma nódoa.”**

O que é mais difícil para nós, nesse aspecto das cores é: e se tivermos o azar de ter uma nódoa?! Às vezes, quando tenho amigos, ou amigas, ou mesmo outra pessoa qualquer, eu considero que é uma generosidade se me disserem assim: “Olha, tens aí uma nódoa!” As colegas, às vezes, no trabalho dizem e eu respondo: “Acho que já sei o que é, ainda bem que me avisaste”.

Então posso mandar limpar, posso lavar, qualquer coisa! Não só porque é muito inestético, é muito desagradável, mas depois é outra coisa: carimba a pessoa: «coitada, é cega, anda aí cheia de nódoas». Qualquer pessoa pode ter uma nódoa, mas já olham para uma pessoa colocando um carimbo. Em qualquer pano cai uma nódoa, mas nós somos muito mais alvo da atenção dos outros.

O liceu e o acesso à universidade de uma jovem cega

Durante a época em que fiz o liceu estive no Colégio. Não havia muita margem, quer dizer, eram coisas muito especiais, era tudo, tudo muito retirado. Não havia muita convivência, era a tal situação, as pessoas também não se viam muito. Estavam habituadas a ver o cego como o mendigo, aquela pessoa sem autonomia, sem independência.

Depois, o acesso à universidade também não foi muito complicado embora houvesse muito mais rejeição nessa altura do que hoje. Hoje está contemplado na lei. Mesmo assim, ainda há muitos obstáculos e há cursos em que parece que os cegos ainda têm essa possibilidade, ainda não podem ter essa oportunidade.

Mas não foi pêra doce no aspecto da educação porque era muito segregada. Eu entrei para Germânicas, para a Faculdade de Letras, em Lisboa.

O projecto de casamento que não se concretizou, por razões familiares

Tive um namorado com quem tínhamos planeado casar. Aqui, há trinta e seis anos era assim que as pessoas se comportavam, pelo menos as mulheres: namoro era projecto de casamento. Era namorar para casar, manter assim um *status quo*. Não era vivenciar uma coisa, e aceitar que se der, deu, se não der, não deu. Era aquela mentalidade ainda de jogos eróticos mas de manter a virgindade.

Conhecemo-nos em Lisboa. Depois eu vim para o Porto, ele ainda veio cá visitar-me. Vinha cá, depois foi para a tropa, escrevia-me cartas em *Braille*, que ele aprendeu *Braille* e escrevia-me cartas muito lindas.

Mas ele não foi suficientemente forte para lutar pela relação, embora ele tivesse vindo procurar-me aqui no Porto. A mãe, os pais não queriam que o filho casasse com uma mulher cega e foi assim. Ele também ficou muito periclitante, era filho único, a oscilar muito. Apaixonei-me depois diversas vezes e tomei com muita força, mas nunca mais me quis casar. Era assim: isso aconteceu e na hora de pensar em casamento, nunca mais pensei.

Eu sou um bocado assim, nas minhas afectividades, se realmente há, assim, uma mácula, depois começa a oscilar, a oscilar... E tinha havido ali qualquer mácula.

A vinda para o Porto: oferta de trabalho aceite para curar a ferida emocional

Entretanto, quando estava na Faculdade de Letras, tive um convite porque havia a situação de se criar aqui, no Porto, um centro de reabilitação. Havia muitos cegos vindos de África, por causa da guerra colonial. A directora dos serviços de reabilitação tinha-me prometido que, se abrisse um centro, me convidava.

— Vamos abrir um centro na cidade do Porto.

Mas eu queria acabar o curso.

— Ai, ficas um bocado e depois acabas o teu curso, ou acabavas em Coimbra como voluntária.

Eu pensei, assim três dias, andei a pensar naquilo, interrompo, não interrompo. E isto aconteceu paralelamente àquela situação daquele conhecimento com o Bechio, porque tinha havido aquele conflito, aquele desajustamento em relação à nossa situação, e eu também para curar essa ferida, «eh pá!, vou-me embora daqui!». E vim em boa hora. Estive dois ou três anos aqui só a estudar Inglês e Alemão nos institutos, porque aqui não havia Germânicas ainda.

Tinha um bocado de dificuldade, não tinha muita facilidade, nada, sobretudo os materiais e os transportes. Não tinha materiais nenhuns, tinha que mandar vir da Inglaterra. Nessa altura, começaram-se a usar já as gravações.

Mas eu nunca quis mudar de curso, insistia que queria Inglês e Alemão e mandava vir os livros de Inglaterra e da Alemanha. Mas não tinha facilidade. Fiquei aqui nos institutos até que, depois, logo que veio Germânicas, aqui para o Porto (veio para a rua das Taipas, inicialmente), pedi o reingresso e foi ali que eu retomei o meu curso, e depois fui acabando, como estudante trabalhadora, fui fazendo ali, e acabei em Campo Alegre.

Acabei a licenciatura trabalhando e, entretanto, fiz um curso de especialização para trabalhar com crianças e transitei da Marechal Gomes da Costa ainda em regime de internato. Depois comecei a trabalhar com as equipas, e as coisas foram evoluindo, a nível da integração.

A nível de vivências aqui no Porto, foi muito enriquecedor, porque realmente eu vinha assim um bocadinho de asa caída, de asa ferida, porque tinha saído porque ele [namorado] não tinha lutado por nós.

• **Encontrar ‘casa’ [quarto] no Porto: a consciência da primeira rejeição**

Nunca vivi sozinha. Quando tive esta proposta de trabalho, tinha uma amiga aqui no Porto, telefonei-lhe e disse-lhe:

— Olha, tu não me arranjas aí um lar, ou uma casa, ou qualquer coisa, um quarto?

— Ai, arranjo. — É assim que as coisas funcionam. Essa amiga também era cega, era e é. Havia outra rapariga lá do serviço que estava ligado à medicina de reabilitação, que também andava à procura.

Resumindo, ela arranjou-me aqui um quarto na rua Pedro Ivo. Era uma senhora de um estrato social muito elevado, esposa de um daqueles radiologistas famosos, jogava canasta e era toda dos salões e daquelas coisas todas. Quando essa amiga lhe falou, foi através de outra amiga, quer dizer, ela não sabia que eu era cega. Ela só aceitava estudantes universitárias e professoras. Mas aceitou.

Quer dizer, para ela eu tinha assim um certo estatuto, poder vir de Lisboa significava já um certo estatuto. Simplesmente, na véspera, telefonei à senhora e perguntei-lhe:

— Ai, então está confirmado? — e não sei quê... — Então, olhe, diga-me uma coisa,... — e perguntei algumas referências das ruas, se tinha eléctrico, porque depois eu tinha que apanhar o eléctrico. Havia um eléctrico que vinha de Paranhos, passava junto ao Açudes havia uma paragem junto a uma confeitaria que havia ali, a Peninsular.

— Olhe — perguntei — é porque, sabe, eu estou a perguntar isto com muito pormenor porque eu não vejo.

E a mulher:

— Ai é? Não vê? — Ela aí ficou sufocada. Vi logo pelo telefone que a senhora ficou completamente atrapalhada. — Mas olhe, eu tenho aqui uns vasos... Mas eu não lhe disse que era assim o tempo todo, pois não? — Eu vi logo que a mulher estava aflita.

Pensei: «ok, como é que eu vou cativar esta mulher?», queria obrigá-la mesmo a dizer que não, mas a senhora foi mais corajosa, e assumiu o compromisso, mas meteu as mãos pelos pés e disse que era um mês, para ficar à experiência.

Eu sabia histórias de outras pessoas que tinham tentado arranjar quarto, mas nunca me tinha passado pela cabeça que a mim me aconteceria a mesma coisa. E pensei assim: «sou cega, nunca fui muito rejeitada, mesmo assim, com amigos, tive sempre muita

facilidade, às vezes, as pessoas cegas contavam-me, que eram rejeitadas, ficavam muito encostadas, mas eu não tinha essa vivência e essa experiência.

Por isso eu pensava: «ai meu Deus, então como é que agora eu me vou debater com uma situação destas?» E equipei-me de várias estratégias e uma delas era com um gravador. Eu tinha um gravador, que nessa altura nem muita gente tinha, porque tinha sido a Gulbenkian que me tinha dado.

Uma das coisas foi eu ter a preocupação, também, de me aliar e tornar-me muito comunicativa com as amigas, com a São, com os amigos. Havia uma moça que era dos Açores, Olga Lima, que hoje é professora universitária, que também estava lá hospedada, e outra moça. Tínhamos, realmente, uma relação muito boa. Então, ela começou-se a aperceber que eu era autónoma, que afinal eu não precisava que... Eu julgo que o problema dela era que eu não fosse capaz de me tratar a mim própria, de fazer muitas coisas, que fosse muito dependente. Quando ela constatou que bastava eu conhecer os sítios das coisas e saber onde elas estavam, e que eu própria organizava as minhas coisas, o meu quarto, a partir daí deixou de estar aflita e fiquei lá. Ainda fiquei lá bastante tempo, sete anos. Ela nem sequer nunca mais me pôs a questão, as coisas foram-se esbatendo naturalmente.

No quarto da casa daquela senhora, tínhamos chave da rua e tínhamos acesso às coisas. Só havia restrições na economia e nas visitas. Digo na economia, porque aquilo era um bocado caricato. Aí é que eu achei que era caricato. Como a senhora tinha tido uma vida faustosa, com muito dinheiro, e dado o tipo de vida que fizeram, caíram na adversidade. Não tinham dinheiro e os bens tinham sido vendidos. Que ela casou muito tarde com aquele senhor que já tinha desbaratado toda a fortuna. Ela tinha uma pequena deficiência, era um mal de costas, era assim uma marreca muito pequenina. Eu acho que ele casou com ela por uma questão de ter aquele amparo. Quer dizer, ele era rico também, mas a fortuna foi-se embora. Ele rodeou-se muito de amigos e, quando a fortuna se foi embora, esses amigos foram-se embora também. E ela, como tinha sempre esse pavor, esse pânico da pobreza, economizava muito. Economiza como? Na comida, porque em vez de dar carne, dava um simulacro de um pastelão com carne, e nos banhos, porque só podíamos tomar uma só vez por semana, que era uma coisa que me fazia uma confusão terrível, que eu não podia! Então, havia ali uma cumplicidade com a empregada,

coitadinha, que era muito generosa e, enquanto ela ia para a canastra ou para as actividades generosas da S. Vicente de Paulo (duas ou três vezes na semana ia ter «com a minha doente!») eu chegava e pedia:

— Cinha, arranje-me aí um banho, acenda-me o esquentador! — e ia uma para a porta para ver quando ela chegava.

Um só banho por semana: eu, de Verão, se pudesse, tomava 5 por dia! Se eu pudesse, tomava todos os dias. Era a mentalidade.

Em busca de maior autonomia, com as amigas

Estas situações já não se justificavam, pensava «isto não tem sentido, há que mudar!...» Chegou a altura de nós procurarmos a nossa autonomia. Havia lá no quarto duas amigas, uma que estava em Medicina e outra em Engenharia, que eram estudantes, dentro do estatuto que ela realmente queria, e nós constatámos que cada vez mais as coisas se abriam para nós alugarmos um apartamento e deixarmos aquilo. E, realmente, assim foi.

Foi um pranto quando comunicámos à senhora que tínhamos esse intento, essa iniciativa; a senhora chorou e disse que não possível, que éramos umas ingratas, mas nós não quisemos saber. Acho que a autonomia era importante, era importante termos a nossa vida própria e não estarmos sujeitas às regras da senhora. Ela ficou muito chocada e depois até cortou connosco, nós ainda fizemos uma tentativa de a visitar e ela não aceitou, coitada, já morreu.

Exactamente, fomos para um apartamento com uma renda bastante cara, que hoje é uma bagatela! E foi assim que se fez a caminhada para esse apartamento, há trinta anos e que ainda hoje existe. Duas vivem ainda comigo e a outra casou, que é a médica.

Entretanto, acabei o meu curso.

Por isso, essa vivência autónoma, permitiu que nós tivéssemos depois muito mais possibilidades de contactar e estar com os amigos, de conviver e convidar os amigos. Por acaso até foi numa altura muito boa, porque isso foi em 1973 e depois veio o 25 de Abril, veio 75, e aí deu-nos chance de nós andarmos, também, nas lides do vinte e cinco de abril que, se calhar, se estivéssemos ali na casa da senhora, seria mais restritivo.

5.3. Intervir para melhorar a qualidade de vida da população cega

Andei nas lides. Nunca fiz, propriamente, parte de um partido, mas era simpatizante de um partido de esquerda. Nessa altura, viveu lá em casa uma das moças que era mesmo militante. Ela fazia uma certa influência e havia a partilha de espaço, mesmo, para reuniões ou para favorecer algumas situações em que era preciso acolher camaradas que vinham de não sei de onde, e que dormiam e que comiam lá... Isso foi uma experiência muito, muito enriquecedora para mim. Eu simplesmente votava, não andava muito envolvida, porque nunca fui militante de ir às reuniões, mas assisti e participei em manifestações, etc. Isso, para mim, foi muito enriquecedor.

O 25 de Abril trouxe uma viragem nos internatos de cegos

Também assisti à viragem nos próprios internatos de cegos. Trabalhava nesse internato dos Amigos dos Cegos, na Marechal Gomes da Costa, e aí também foi uma experiência muito interessante, porque mudou o carácter da própria instituição e a relação com os miúdos e também se fez um grande avanço para o ensino integrado. As pessoas abriram-se muito mais e foi havendo muito mais trabalho com pais.

Fizemos uma experiência muito gira. Aí, foi mesmo um risco, porque era antes do 25 de Abril. Ainda em 1973, fizemos uma festa em que convidámos o Zeca Afonso. Ele veio veio cantar à nossa escola, à Marechal Gomes da Costa.

E fizeram-se outras experiências: já havia, assim, um veiozinho de... libertação.

A Marechal Gomes da Costa já era de rapazes e raparigas. O ensino dos cegos nas escolas que foram criadas nos anos 1970 já era em coeducação. A do Campo Lindo também, que inicialmente era uma escola para crianças cegas e já era para rapazes e raparigas. Eram três, até, que havia no Porto nessa altura, só para as pessoas do Norte, porque abrangiam só a parte Norte do país.

Havia muitos miúdos cegos e, hoje, as coisas melhoraram bastante, devido não só apenas aos cuidados no parto, mas também porque foi generalizada a saúde pública, a vacinação, as mães grávidas passaram a ir aos centros materno-infantis. E tudo isso facilitou a saúde, ou seja, preveniu bastante a cegueira, aquelas situações provocadas por doenças que se resolveram com as vacinas. Provocadas por falta de vacinas! Por exemplo, não se

justificava que se cegasse com sarampo ou com varíola, ou com poliomielite. E isso era muito frequente. E existiam aquelas cegueiras, até de má nutrição da mãe, a xeroftalmia e essas coisas, que hoje praticamente não existem, porque há outros cuidados.

Hoje, as crianças que aparecem cegas, geralmente, é por deformidades congénitas ou a nível oftalmologia ou síndromas muito, muito especiais. Hoje aparecem muitos cegos, mas tem a ver com os acidentes e com outras situações, mais na terceira idade, o glaucoma e a diabetes.

• A cegueira na terceira idade

Outra coisa curiosa, que eu já tenho observado na Universidade Autodidacta e da Terceira Idade, é que as idosas têm pânico da cegueira, há lá muitas com meningites, com glaucomas, com diabetes, e uma delas, um dia destes, virou-se para mim e disse:

— Ah, já estou mais aliviada! Afinal parece que não é tão... custoso. Eu estou, sei lá, a senti-la tão à vontade...

— Vai ver que não custa nada. — Disse-lhe eu — Mas não vai acontecer nada, nem pense isso, não, não esteja aí sempre a pensar no pior.

Parece que estão a criar um serviço, na Areosa, para ensinar as técnicas de reabilitação a estas pessoas idosas e quem está a superintender esse serviço é Maria João que trabalhou comigo já há muitos anos. Realmente, parece que estão um bocado preocupados com essas realidades, porque hoje, cada vez mais, as pessoas vivem mais tempo e uma mulher pode viver até aos oitenta e mais anos, com cegueira e surdez. A surdez, apesar de tudo, não é tão paralizante.

Em Inglaterra e noutros países adaptam as casas, têm aparelhos, inclusivamente, para medir a tensão arterial, o açúcar, etc. Há laboratórios alemães, inclusivamente, que têm umas maquinas falantes que dizem os níveis de açúcar no sangue. E muita coisa pode ser perfeitamente adaptada, arranjando materiais e pode fazê-lo em casa, por exemplo, utensílios em casa, para se cozinhar, etc. Para as pessoas serem autónomas. Eles têm muitas adaptações. Mas aqui temos mais dificuldade porque essas coisas são muito caras! Eu agora estive em Espanha, não imagina o que é que há de materiais! Nós não temos. Eu comprei uma bengala lá, custou-me oito contos! Os materiais são caros. Como eles diziam, lá, *para afiliados* é um preço, *para não afiliados*, toca a pagar. A minha bengala estava a

ficar um bocado tosca, às vezes dão-me umas patadas na rua quando vão a correr, e eu, às vezes, distraio-me, e comprei uma. Que cara! Se me dão mais patadas, não sei. E havia lá mais caras.

A Maria João, que trabalhou comigo há muitos anos, às vezes uma brincadeira, em que me chama Lai, diz assim:

— Ai, a Lai, já há um tempo! Aprendi muito contigo.

— Tu também me ensinaste muito. — digo-lhe eu. E foi, também aprendi muito com elas, porque, numa relação de trabalho, uma pessoa que nunca trabalhou, aprende.

Experiências no ensino integrado e falta de recursos

Houve casos muito difíceis.

Ainda continua difícil e há pessoas, as mais velhas, acho que ficam completamente embotadas, e dizem que não são capazes e que não querem. Às vezes dizem que são obrigadas e aceitam, mas não se envolvem.

Os professores não têm tido formação, por exemplo, em *Braille*, porque não têm, só se especializarem. Agora as professoras recebem alunos e não estão especializadas em coisa nenhuma, mas estão abertas e aprendem e é uma experiência mesmo enriquecedora.

Aqui há uns tempos, uma colega minha, que era do jardim infantil, tinha um menino integrado em Paços de Ferreira, que depois transitou para o 1º ano do 1º ciclo. E a professora até estava interessada, mas ficou muito atrapalhada. E eu fui lá, estive para aí duas horas com a senhora, mostrei-lhe o esquema, deixei-lhe lá o alfabeto, deixei lá uma máquina, e foi uma maravilha, uma experiência muito gira. Ela ficou muito contente e disse: — Ah, afinal isto não é nada complicado, vou tentar.

Por isso, tem sido difícil mas Portugal até não foi dos países em que fizeram mais barreiras. Há é falta de recursos. Muita falta de recursos.

A Espanha nem pensar, foi muito difícil, foram contra a integração, ainda hoje são, mas eles ainda têm muitos colégios. Têm os *lobbies* todos, em todo o lado, aquilo é um império. Mas Portugal, nesse aspecto, realmente foi inovador.

Mas, como sempre, a gente às vezes é inovadora, mas depois não vai lá das canetas, porque somos muito de retórica e não é só isso: é que depois não temos outras

alternativas. Damos cabo de tudo, é tudo *démodé*, mas depois, perante as situações... Nem uma coisa nem outra!

Foi o que aconteceu um bocado aqui. Neste momento, quer dizer, acabou-se com as escolas-asilo, por exemplo, com os internatos, que são guetos. Pronto, está bem, mas há situações em que meninas e meninos não têm hipótese de coisa nenhuma. Por exemplo, os franceses defendem e têm estruturas, por exemplo, para cegos idosos. Mas aqui não temos literalmente nada! E porquê? Cá defende-se que eles devem ir para os outros lares, onde estão as outras pessoas, que assim é que é a integração. Mas o que é que acontece? Nem os recebem.

Tive uma experiência muito gira, na Associação: conheci lá uma senhora, a D. Fernanda, coitada, já morreu, que via muito mal, estava quase cega, cega quase como uma toupeira. Ela ainda tinha assim uma janelita muito pequenina e então foi para um lar ali da Misericórdia, nas Fontainhas. E para nem a directora, nem ninguém saber que ela estava quase cega, para a aceitarem, ela lá foi, de vez em quando chocava nas cadeiras, mas lá ia andando. Mas para conhecer, no corredor, qual era a porta dela, pôs um laçarote muito grande, branco, na maçaneta da porta. Porque ela assim conseguia ver, ao longe, que aquela porta era diferente das outras. E quando lhe perguntavam, ela respondia:

— Ah, mas eu gosto assim, está a enfeitar a minha porta!

Um dia, fui lá visitá-la, com a Assistente Social, e ela cochichou-nos:

— Não digam nada, mas é para eu descobrir a porta.

Era assim. E há muitos casos desses. Outros casos, de pessoas de idade, não conseguem, se não tiverem dinheiro. Claro, se tiverem muito dinheiro, vão para um lar chiquérrimo, isso aí... Mas, por exemplo, se for uma pessoa, dentro destes padrões normais, ou gente pobre ou média, não aceitam. É um trabalho que, realmente, tem de ser feito. Sei de casos de pessoas cegas que são verdadeiras pedintes, e sei de casos que são verdadeiros encargos para as famílias, que realmente não têm possibilidades.

Por acaso, os franceses, nesse aspecto, são muito práticos, criaram mesmo centros de protegidos, em que põem as pessoas a trabalhar, a fazer várias coisas. Eles consideram que é preferível isto do que as pessoas estarem abandonadas e sozinhas. Eles não consideram que seja um gueto, consideram que as pessoas assim estão acompanhadas e não abandonadas e fechadas sem mobilidade.

Agora têm um serviço, no São Manuel, que, embora não funcione como escola de cegos, porque têm crianças cegas mas com outras dificuldades, algumas delas muito profundas, eles têm lá um programzinho em que dão apoio a professores e a criancinhas que vêm, uma vez ou duas na semana. Mas é um bocado doloroso! Um miúdo que venha lá de Baião, uma vez por semana, é muito pesado. Mas como a professora vem, vão aprendendo os dois, e eu julgo que vão desenvolvendo, assim, um bocadinho o programa. Mas, realmente, tem havido uma certa lacuna nesse aspecto.

Os docentes reagem muito mal à integração de qualquer deficiência, porque também criaram aqueles padrões daquelas turmas com alunos todos muito bem, que satisfazem, que não dão frustração... Uma criança cega claro que dá muito trabalho por causa da feitura de materiais. Dá muito trabalho e as pessoas têm que se esforçar mais e concretizar mais, têm que tornar o ensino mais concretizável.

Por exemplo, o conceito de uma maçã é uma coisa muito comum, uma criancinha já conhece do jardim infantil, mas, sei lá, falar numa linha abstracta, um conceito mais abstracto, um mapa, ou qualquer coisa, uma pessoa tem mesmo que dar uma descrição do mapa, exige muito mais trabalho. Têm que desdobrar, comunicar, e falar mais, etc.

• O papel de Ana Maria Bénard da Costa no ensino integrado

As equipas do ensino integrado estiverem sempre dependentes aqui da DREN²⁰ e, nessa altura, houve uma mulher que teve muita importância, que era a Dra. Pilar Albuquerque, casada com o Dr. Albuquerque de Castro, uma mulher hoje dos seus setenta anos, mas esteve muito tempo aqui, nestes anos, no arranque nas escolas com o ensino integrado. Começou com o ensino integrado na cegueira mas depois, quando foi para a DREN, já tinha outras crianças de outras áreas, surdez e outras. Mas assim, o grande, grande fascínio do ensino integrado aqui, em Portugal, realmente, foi a Ana Maria Bénard da Costa. Foi um grande impulso, foi a mulher entusiasta, que, realmente, trouxe a Portugal o espírito do ensino integrado. Para começar, começou a arrebanhar professoras, no Ministério, que nessa altura se chamava Assistência, que é hoje a Segurança Social. Nos anos 1969, 1970, foi assim uma grande entusiasta. Ela traz uma amiga que era da American Foundation for the Blind, *Jane Candmor*. Essa mulher é que foi a grande

²⁰ Direcção Regional de Educação do Norte.

revolução para os cursos de especialização para cegos. Falo só de cegos, porque é aí que eu conheço. Claro, para outras deficiências vieram outras pessoas. Mas ao nível da cegueira foi a *Candmor* da American Foundation, que hoje ainda existe em Nova Iorque, em Paris, e foi assim um grande incremento, mesmo em França, na UNESCO e nas organizações de cegos na educação, na educação de cegos, sobretudo na educação das crianças. Ela tinha programas e correu o mundo inteiro a formar professores, porque ela acreditava no ensino integrado.

Para começar, é muito mais económico e, por outro lado, não se desenraizavam as pessoas das suas terras, dos seus meios e criam formas de *modus vivendi* lá. Não tem sentido, nos tempos de hoje, não ser uma escola inclusiva. Agora, tem é que haver meios para que o menino não esteja à margem.

A participação na Associação

Na ACAPO, o projecto o projecto durou para aí de dez anos. Era um *part-time*, de voluntários. Como é que eu fui? Isto foi em 1968. Há uma amiga minha, que é Assistente Social, e diz-me assim:

— Tu queres ir a Espanha assistir lá a uma assembleia de cegos, pois fui convidada porque estou aqui na Associação?

Estava na Associação, mas estava em *part-time*. Mas a associação ainda era em moldes muito anquilosados. Ia haver uma assembleia mundial de cegos. Eu não era apologista de associações, era aquele espírito, aquela mania que a gente tem às vezes “ah, associações de cegos são guetos” e, de tal maneira, de tal maneira estávamos vacinadas também pelos extremismo daquelas concepções, “ah, tudo só para cegos não”, etc. E como eu estava com essa filosofia, “não senhor, as pessoas têm que estar nos sítios certos com a gente, não tem nada as associações para cegos, tem que haver associações das pessoas que vão aos bares, que vão às comissões de moradores”. Era assim que eu estava a defender! Quer dizer, uma pessoa cega tem que ir ao bairro e à colectividade do bairro, era mesmo assim. Uma pessoa cega não tem nada que vir para aqui, juntarem-se os cegos sozinhos!... E então, como eu estava com essa filosofia...

Depois, com a experiência e o resolver as coisas, comecei a perceber que eu não podia avaliar as outras pessoas por mim, quer dizer, pela capacidade que eu tinha de ter amigos.

Eu também tinha que compreender que havia realidades de pessoas que não eram assim para toda a gente e situações que não eram assim tão facilitadoras, até porque crassa bastante analfabetismo e falta de cultura nesta população de deficientes visuais. Por isso, as pessoas estavam muito mais remetidas ao seu isolamento, mesmo a nível do interior e doutras zonas.

Por isso, fui convidada por essa minha amiga, que me disse e fui, em Madrid, a uma assembleia mundial de cegos. Estavam representados 140, 150 países, e aquilo foi muito muito divertido, gostei imenso. Era a 2ª Assembleia da União Mundial de Cegos, que até aí não tinha. A 1ª tinha sido criada em 1984, na Arábia Saudita e quem era o presidente dessa assembleia era um xeique, que era o Abdul lá não sei quantos. Ele vai para Madrid, ninguém sabia onde é que ele dormia, mas trazia sete mulheres com ele, e eu achei aquilo divertidíssimo! Escondido em Madrid com sete mulheres. É verdade, num hotel que ninguém sabia. Aparecia no sítio onde se fazia a assembleia, que foi promovida pela ONCE. Ninguém sabia de onde é que ele vinha, chegava com quatro capangas, o gajo era cego e, então, entrava um à frente, outro atrás e um de cada lado, cada um maior do que ele! Diziam lá as pessoas que o conheciam, os espanhóis é que o conheciam bem, que o fulano tinha não sei quantos poços de petróleo e era sobrinho do Faïçal, ou assim uma coisa.

E havia também um sector de representantes de surdos-cegos, que era uma realidade que é muito difícil. Eu tive oportunidade de falar com um de Grenoble. Ele escrevia na máquina e depois lia-se em *Braille* assim num ecranzinho.

Mas estavam ali todos os países representativos de todos os continentes. Foram quase oito dias, que a Assembleia durou para aí três ou quatro, mas depois nós ainda ficámos e fizemos, assim, pequenas reuniões com outras associações, gente da Venezuela e de outros países da América Latina. Da América Latina havia muitos, muitos representantes, muito bom trabalho que eles estão a fazer, muita luta. E vieram umas mulheres muito interessantes, embro-me de uma do Paquistão, por exemplo. Aquilo foi como que um abanão, um abanão para me despertar:

—Mas o que é que tu andas aqui a fazer?!

Considerava que o meu trabalho era importante, aquilo que estava a fazer com os miúdos da educação, mas achava que se calhar ainda podia fazer mais qualquer coisa, entrar na Associação. E foi por isso que me integrei.

- **A possibilidade de ter voz**

Nessa altura, existiam três associações, uma ui no Porto, no Bonfim, que se chamava Associação de Cegos do Norte de Portugal e que ainda hoje permanece, e duas em Lisboa, a Associação dos Cegos Luís *Braille* e a Liga de Cegos João de Deus. E eu tive a consciência disto: que nenhuma era representativa de coisa nenhuma, porque nas Uniões Europeias e nas reuniões mundiais era o Estado que estava a representar Portugal, um técnico do Ministério, não era ninguém de nenhuma associação! Porque não havia, propriamente, capacidade de representação. Quem poderia ser porta-voz? Seria o Porto, Lisboa? Então fomos, enveredámos para trabalhos de reuniões e assembleias constituintes e, claro, com algumas pessoas que não quiseram, mas a maioria venceu, fizeram-se assembleias nas três associações e as pessoas votaram a unificação e partimos para a unificação. A Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, que é a unificada, a ACAPO, agora já tem uma delegação em Coimbra e tem outras delegações locais e está descentralizada. E foi a partir daí que se criou a nossa representatividade na União Europeia de Cegos e na União Mundial de Cegos.

Há um espaço para os países da União Europeia se juntarem, delegações de todos os países da União Europeia, dos quinze países. Depois, há projectos e programas, desde o Horizon, o Petra, e o Leonardo de Vinci, que também tinham geralmente coisas para a ACAPO fazer. A ACAPO candidatava-se e outros países candidatavam-se em parcerias. Por exemplo, criou-se a escola de formação, que também foi com parcerias com outros países, a formação profissional, e por aí fora.

- **Acabar com o miserabilismo**

Hoje, há a integração a nível das telecomunicações, informática... Resolveu-se alguma coisa. O grande problema é que nos falta um bocado de dinheiro! As coisas são muito caras, os materiais são caros, são todos muito caros. Felizmente, agora acabou-se com

aquele miserabilismo daquele sorteio, que era uma coisa horrorosa, que não adiantava muito, um carro, uma coisa que não interessa. Dava dinheiro, mas passava uma imagem muito denegrada.

Julgo que as coisas estão um bocadinho melhor nesse aspecto. Mas foi uma experiência interessante. A certa altura, eu disse: «Agora vou fazer outras coisas». Foram dez anos, acho que é bom que também outras pessoas façam, entrem outras pessoas para a direcção.

Conhecer a realidade das mulheres cegas no nosso país

Neste âmbito da Associação, uma vez que a União Europeia de Cegos tem uma Comissão de Mulheres Cegas, era aqui que poderíamos fazer alguma coisa. E elas tinham muitos trabalhos, inclusive muitos inquéritos que nos enviavam. Nunca respondi a muitos, porque não temos um estudo feito da realidade das mulheres cegas portuguesas! Quer dizer, eu sei que há muitas; sei de pequenas histórias, que algumas são de bradar aos céus; sei que realmente há muito menos acesso, quer à reabilitação, quer às escolas, quer à sua autonomia; sei que muitas até foram abandonadas quando tiveram a infelicidade de cegar; muitas nunca tiveram opção por um marido, e gostariam de casar e sonhavam com o casamento; sei de muitas que são mães solteiras; tudo isso eu sei. Mas são coisas dispersas, sem nenhum estudo. Sei porque andei por lá, na Associação e conversava muito com as Técnicas de Serviço Social, porque cada delegação tem uma Técnica de Serviço Social e falei muito com elas. Nós fazíamos reuniões a nível nacional, juntávamos as técnicas e falávamos sobre estes casos. Mas agora, dizer que há um estudo, assim aprofundado, como os outros países têm, não existe nada. Acho que era de agarrar...

Não se chegou a fazer nada no Plano de Mulheres. Houve ainda tentativa. A direcção era predominantemente homens, nunca criaram obstáculos, mas depois com os problemas de dinheiro... Houve uma altura em que as finanças estiveram, e estão, um bocado periclitantes, em baixo, e, realmente, nunca deram prioridade ao plano das mulheres. Eu lembro-me que cheguei a fazer viagens, fui uma vez à Suécia que, aliás, foram eles que me pagaram a viagem, porque fizeram questão que eu fosse. E houve outra vez que eu fui também a uma reunião, mas paguei do meu bolso porque não havia dinheiro. Mas ficou por aí. Por isso eu acho que era muito interessante e eu ainda não desisti, sinceramente. Há

imensas mulheres, portanto, era um trabalho muito interessante e acho que era capaz de ajudar muita gente.

• **Conhecer outras realidades sociais aumenta a nossa consciência**

Estive nestas lides através da ACAPO. Como representei Portugal várias vezes na União Mundial de Cegos, tive chance de ir ao Canadá e gostei: foi uma experiência muito interessante, porque antes da assembleia propriamente dita, fez-se um forum das mulheres dois dias antes. Aliás, como também já se fez na Austrália, mas dessa vez, à Austrália, não fui. Já não estava na Associação e foi outra miúda lá de baixo de Lisboa. Mas no Canadá fizeram-se umas jornadas sobre várias temáticas e eu até fiquei numa mesa redonda com umas raparigas da África, do Congo, da América Latina, do Canadá e umas japonesas.

Lembro-me de que fiquei muito impressionada com as histórias que essas raparigas contaram, sobretudo de África, onde ainda se pratica muito a excisão e essas coisas... Vim a saber que a grande predominância da cegueira mundial, 80%, é da África e da Ásia. Porque têm aqueles problemas todos: por exemplo, ainda têm cegueira por 'tracoma'! É chata, mas já não cega, é uma mera inflamação na conjuntiva. Ainda tem essas doenças todas e depois têm outra coisa que é muito chata lá, que é 'cegueira de rio' [*black fly*], que é uma mosca que põe os ovos na asa e depois contamina aldeias e aldeias inteiras de pessoas cegas. Dizem lá os técnicos que, com um mero medicamento, uma pastilha e tal, podiam ficar sem esse problema. Simplesmente, primeiro que as brigadas lá cheguem...

Elas contavam-me assim muitas coisas, essas raparigas de África.

No Programa do Forum de Mulheres, num dos dias à noite, havia um jantar numa família canadiana. Elas organizaram as coisas de modo que, para uma das noites, tinham solicitado a algumas famílias que convidassem uma, duas ou três pessoas a comer, a viver, um jantar canadiano. E então eu fui com umas japonesas, comer já não sei o que era. As japonesas eram muito giras, não falavam nem francês nem inglês e havia sempre que traduzi-las e lá do Japão tinham trazido uma intérprete. Eram uma amblíope e uma cega. Uma delas, logo que soube que eu era portuguesa, estava muito interessada em conhecer mais sobre Portugal, lá deve ter aprendido que nós estivemos lá e então era assim: "Portugal, Japan, friends!" Eu dizia assim: "Como?!" Depois lá entendi. Mas o dono da casa não entendia nada e perguntava: "Mas o que é que ela quer? O que ela quer dizer com

Portugal, Japan...” Lá estive eu a contar que “Portugal, chegou ao Japão...” E depois era o homem a perguntar-me coisas e eu dizia: “Ah, não me pergunte muito, que eu só sei que há um livro qualquer de um Fernando Mendes Pinto, a “Peregrinação”, mas acho que mentia muito. Pronto, por isso essas experiências foram muito giras... vivências, narrativas engraçadas.

6. Teresa Evert, ser lésbica numa cidade de província

6.1. A escola: o desafio do saber

A minha educação foi caracterizada por um grande sentido de liberdade, de autonomia, mas também de responsabilidade. Cresci numa aldeia, à solta. Como cresciam e se calhar ainda crescem as crianças nas aldeias, sem as restrições de espaços, sem as restrições mentais do, enfim, “aqui não se pode”, “ali, não se pode”: Claro que havia algum controlo, principalmente por razões de segurança, os poços, o vizinho que era chato e não se podia pisar aquele terreno que estava cultivado, mas do que me lembro mais da minha infância é de um grande sentido de liberdade, eu podia-me sujar, esfolar os joelhos, correr. Há todo um sentido de uma certa igualdade, porque as crianças, andassem melhor ou pior vestidas, com mais ou com menos comida na barriga, quando estávamos a brincar, éramos todos iguais. O que já não acontecia, por exemplo, na escola.

A escola era na aldeia. Era uma escola muito pequenina. Hoje passo lá, parece uma caixa de fósforos. Tinha uma única sala de aula para todas as classes, com uma única professora que as leccionava todas, e onde já não éramos exactamente todos iguais. Porque eu era filha de uma professora, porque muitos dos meus colegas eram filhos de agricultores, e havia algumas diferenças. Aí, já se notavam as diferenças, nos materiais, na atenção que era dada às pessoas. Havia meninos que tinham piolhos e outros que não tinham, os que chegavam à escola em jejum e os que já tinham bebido um bocado de leite. Havia diferenças bastante evidentes, em termos de capacidade económica e de nível cultural dos próprios pais, que de um modo geral é muito baixo. Miúdos filhos de gente agricultora ali da zona, que não tem indústria, estou a falar da Serra, ou eram filhos de emigrantes, que estavam a viver com os avós, porque os pais estavam em França, no Luxemburgo, na Alemanha.

Mais do que a escola, lembro-me de facto das brincadeiras, como tudo era possível, como era bom trepar às árvores, e correr e saltar e esfolar os joelhos.

Eu passava muito tempo com a minha avó, que cultivava as terras, e gostava muito de ajudar, de carregar. Era a irmã mais velha, a filha mais velha, sentia-me responsável e sentia-me capaz e estava sempre a querer ajudar e a querer fazer.

Não via televisão, não porque não existisse televisão, mas simplesmente, era uma coisa que não me entusiasmava grandemente: para quê ficar em casa, fechada dentro quatro paredes, a olhar para a televisão, quando o mundo inteiro era meu?! Quando podia brincar com paus, pedras, pinhas, e com canivetes fazer barcos, etc. Quase que não lia, também. Existiam muitos livros, em casa, o que não se pode dizer da maioria das casas, a minha mãe era professora, mas a leitura também era um prazer ainda desconhecido.

Estes anos de existência numa aldeia moldaram aquilo que é a minha personalidade, com alguma rebeldia, liberdade, com alguma necessidade do meu próprio espaço, do meu próprio tempo, de não me sentir completamente limitada.

• Vidas familiares fragmentadas: quem precisava de apoio era a minha mãe e não eu

Eu era a irmã mais velha, portanto, não tinha irmãos nem irmãos mais velhos e não tinha tias, porque a minha família foi completamente fragmentada devido ao 25 de Abril.

A minha mãe cresceu em Angola, com as irmãs e um irmão, mas quando voltaram, cada um foi para a terra dos maridos ou das mulheres. Então, os pais da minha mãe estavam perto de Coimbra, cada um para seu lado, e ela estava completamente só, ali na Beira-Alta, não tinha tios, nem ninguém próximo. Na altura, estava com uma situação muito delicada de um divórcio muito complicado, que fazia com que ela não tivesse relações sociais grandes. Tinha vindo para a cidade há pouco tempo, não tinha grandes relações. O meu pai era um fulano extremamente conflituoso, que se ela fosse tomar café duas vezes seguidas com a mesma amiga, ou se ela fosse tomar café uma vez com um fulano qualquer, já achava que ela lhe estava a 'pôr os palitos'. Também não facilitava muito a ligação. E a minha mãe também não se sentia muito bem, tinha crescido em Angola, estava habituada a um tipo de relações mais francas, mais abertas, e depois, quando veio para Castelo de Paiva, não encaixou logo na estrutura social vigente. E a meio de um processo de divórcio, ainda por cima. É mais fácil a integração se existir uma família 'estável', um casal que convida outro casal, que depois recebe... A meio de um processo de divórcio,

também não eram exactamente as condições adequadas para um processo de sociabilização...

Não tinha ninguém com quem falar, nem me sentia à vontade para falar com ninguém mais velho. Podia ter falado com a minha mãe, mas achei que ela já tinha problemas que chegassem e, além disso, mesmo em relação à minha mãe, eu funcionava, um bocado, como ponto de apoio dela e não ela como meu ponto de apoio. Isto é um bocado ridículo e se calhar eu, na altura, não tinha consciência disto nem nunca o verbalizei ou o pensei tão claramente, mas hoje, olhando para trás, o que eu vejo é isso. No meio daquele processo de divórcio, com duas irmãs mais novas, com todo este reboiço, este turbilhão de acontecimentos que envolviam cenas de violência doméstica, cenas de perseguições e situações muito complicadas e muito desestabilizadoras, funcionei como pilar de apoio, de suporte. Nestes papéis não estabelecidos racionalmente, mas muito bem assumidos, não seria suposto, de repente, ser eu a ter um problema e ainda contribuir mais para desestabilizar a minha mãe, sendo que ela teve três filhas a cargo, era mais do que evidente que quem precisava de apoio era ela e não eu. Não ia estar a pôr isso em causa.

A situação económica não era famosa, como será muito fácil de imaginar: uma mulher a ganhar para três crianças, completamente sozinha, e, ainda por cima, devido a problemas exactamente com o meu pai e com os seus negócios, ela nem sequer podia pedir um empréstimo em nome dela, tudo que fosse casa, ou carro, ela tinha que tratar autonomamente, sem grande estrutura familiar de apoio. Portanto não foi muito fácil. Lembro-me de estar a convencer a minha mãe a comprar, por exemplo, uma carteira para ela. Eu a fazer questão que ela comprasse a carteira. Ela a querer que eu comprasse uns ténis ou uns sapatos, e eu a dizer que não, que não precisava ... Na altura, tinha consciência que era mais importante para ela ter uma carteira do que para mim ter uns sapatos. Eu tinha outras coisas, era uma miúda e estava-me a borrifar para os ténis, mas para ela seria uma coisa boa, um estímulo, um suporte, uma massagem ao ego. Isto é exactamente o contrário daquilo que se supõe que os miúdos desta idade pensam. Querem é ter, mostrarem-se a eles e estão-se a borrifar para os pais. Nem sempre é assim. No meu caso, não era de todo assim. Era exactamente ao contrário. É claro que isto depois também se paga. Porque depois trazemos as marcas disto para a idade adulta. Hoje, é-me muito

difícil dizer “eu quero”, por exemplo. São modos de relacionamento que se estabelecem, que ficam de alguma maneira cristalizados.

Com nove anos, vou para uma cidade de província, e a minha vida muda completamente. Apercebo-me de que existem outras coisas. Descubro, por exemplo, o inglês, que não fazia parte da minha vida, descobri a televisão, os livros, comecei a ler...

Professoras: a referência da autonomia das mulheres

Uma das coisas muito boas do actual sistema de ensino é que nós temos uma grande diversidade de professoras, e eu tive professores completamente diferentes uns dos outros. Os professores sempre foram, para mim, muito importantes e muito marcantes. Talvez porque, a nível da família, eu não tinha grandes figuras de referência, o meu pai era exactamente o anti-herói, era um idiota, uma figura a negar; a minha mãe seria uma figura a apoiar, e faltavam-me as referências, os ideais. Então, encontrei isso muito na escola. Em particular nas mulheres. E nas professoras. Nas professoras mais velhas, calmas, conhecedoras daquilo de que estavam a falar, seguras de si próprias, preenchiam o meu imaginário e davam-me uma certa força. Para mim, foram figuras determinantes a minha professora de matemática do ciclo, a minha professora de história do 8º e 9º anos, a minha professora de português, e acho que aquilo que elas me passaram aquilo de que eu mais apercebi que era a necessidade de lutarmos por nós, de cada pessoa se constituir como única responsável da sua própria vida. Que as mulheres podiam ser seres autónomos, capazes, lutadoras, e fazerem levar a sua em frente, sem necessidade do apoio das famílias, nem de paternalismos; sem necessidade do tema da desgraçadinha ou da coitadinha. E para mim, isso foi determinante.

A minha mãe, de alguma forma, era uma figura forte, mas era uma figura frágil. Elas não. Eram a referência da autonomia. Lembro-me de um visita de estudo que fizemos, no 8º ou no 9º ano, em que saímos um dia inteiro e eu admirei aquelas duas ou três professoras que tiveram coragem de levar um autocarro cheio de ‘gandulos’ a passear durante um dia inteiro... Normalmente, as nossas mães têm dificuldade de nos gerir, de gerir uma ou duas crianças, ou três, e estas mulheres são capazes de sair da escola com cinquenta, num autocarro! Aquilo dizia-me que, de facto, elas eram profissionais dedicadas, empenhadas,

capazes de assumir responsabilidades e de estar ali. Também foi interessante em termos da visão do que eu queria fazer, enquanto pessoa. O envolvimento dos professores com os alunos. Saber que há pessoas que são determinantes na nossa vida.

• O professor ‘baldas’

Também tive professores ‘baldas’. Lembro-me em particular de um professor de geografia, a quem chamávamos ‘o cigano’, que andava sempre de preto. Era um dos professores mais admirados e mais queridos da turma. Andava sempre vestido de preto, com botas alentejanas, e era um ‘baldas’ delicioso, sabia perfeitamente o que estava a fazer, mas gozava com o sistema. Era aquele que nos permitia liberdade, e com essa liberdade é que nos tramava. Nós aprendíamos geografia, trabalhávamos que nem ‘mouros’, mas pensávamos que estávamos sempre a brincar. Pedagogicamente muito bom. Aliás, ele tinha uma coisa deliciosa, que nunca mais esqueci. Não dava notas nos testes. Os testes eram devolvidos com uma indicação, com um comentário. Eu lembro-me — acho que ainda tenho aí guardado — de ter no teste de geografia “está muito bem, obrigado”. Outra vez: “é bom ser assim, não é?” A indicação que ele dava era suficientemente clara para perceber qual era a nota. Quando alguém diz “está muito bem, obrigado”, passa-se a saber que isto é um teste de cinco. Nunca tive notas fracas, era muito boa aluna, não sei quais eram os comentários um bocadinho depreciativos que ele faria nas notas negativas. Mas sei que só o facto de ele não pôr notas, por um lado, era um bocado ‘chateante’, os pais chateavam, nós chateávamos, mas, por outro lado, criava uma relação de alguma intimidade e de algum acompanhamento.

Chamavamos-lhe “o cigano”, eu é que digo que era ‘baldas’... Se calhar até nem era baldas, se calhar trabalhava mais do que os outros e fazia mais do que os outros. Mas era um professor, por exemplo, que não tinha problema nenhum se chegava lá alguém, no início da aula, a contar uma notícia que tinha ouvido na televisão no dia anterior, e já não dava aulas! E passávamos a aula inteira a discutir aquilo! Era perfeitamente capaz de passar uma aula ou duas a falar sobre o que não tinha nada a ver com o programa. É claro que, depois, quando ele dava o programa, toda a gente estava atenta, participativa, interessada. Adorávamo-lo.

• A professora deficiente

Lembro-me também de uma professora que tinha uma deficiência física, uma doença genética, que era extremamente pequena, com os dedos todos deformados, com muitos problemas de pele. Foi minha professora de Ciências Naturais, no 8º e 9º anos, mostrou-me que as nossas limitações só nos limitam se nós deixarmos.

Na turma, inicialmente, foi muito estranho. As pessoas não queriam acreditar. Era difícil imaginá-la no papel de professora. Ela era da nossa altura, com uns óculos muito grossos, via muito mal. Era de facto muito difícil. Acho que a primeira reacção foi de choque, de espanto. E depois houve alguns que tentaram encaixá-la no papel da ‘coitadinha’: “vamos ficar caladitos, por causa dela”; houve outros que fizeram exactamente o contrário, que foi “vamos abusar desta fulana”, e ela mostrou que não era nem uma coisa nem outra. Nem permitia que nós fizéssemos tudo aquilo que queríamos nem encaixava no papel da coitadinha. E com calma, com descontração, falando de si própria, das suas limitações, do porquê é que tinha aquilo, do que ia acontecer, de tudo isso, pôs-nos à vontade, e para mim também foi uma lição de vida. É possível também ser diferente, assim, dessa maneira. E no meio disto tudo acho que fui-me apercebendo sempre que as pessoas eram muito diferentes umas das outras. Tive professores muito certinhos, muito conservadores, muito servis ao sistema e à instituição, até aos professores muito pouco ortodoxos, muito criativos, e muito revolucionários.

As figuras determinantes foram sempre mulheres. Tirando o “cigano” pelo que ele representava de rebeldia, não me lembro de mais nenhuma figura masculina que fosse determinante. Não era só a imagem do trabalho e da dedicação. Era a imagem do gosto, de quem fazia aquilo por gosto, de quem era capaz de puxar e levar os alunos a gostar daquilo. Se calhar, não o gostar tão subversivo como o do “cigano”, antes, um gostar mais de descobrir o prazer das coisas em si. Por exemplo, lembro-me da minha professora de físico-química do 11º ano, eu tive a nota máxima, porque eu adorava de facto aquilo, era o desafio, ela punha a ciência como um mistério, uma aventura. Não era tão subversivo como o “cigano”, mas era ser eu a descobrir o mistério, a aventura, o chegar lá, o dar a volta ao problema, o ter conhecimentos matemáticos, ter conhecimentos de física, ter perspicácia, e

isto não era só aquela história do trabalho certinho, repetitivo, não, eu não encaixava muito nesse esquema, nem as pessoas que me agradavam encaixavam muito nesse esquema. Tinham que ter qualquer coisa de provocador.

Não me encaixei no liceu, eram os ‘betinhos’

Só fui para o liceu no 10º ano, porque não havia saúde na escola industrial. Eu não queria mudar para o liceu, porque o liceu era conotado com os ‘betinhos’ e com a malta mais *snob*. E eu não me quis conotar com isso. Até porque eu, na escola, fiz sempre parte de turmas muito complicadas. Sempre escolhi áreas de trabalhos oficinais — as mecanotecnias e as electricidades — e apanhava os rapazes repetentes todos, os alunos mais difíceis, os processos disciplinares... Aliás, tivemos cenas com uma professora de matemática que lhe atirávamos apagadores e giz, e isto só acontecia porque ela era uma parva. A tal outra professora pequenina, deficiente, não tinha problemas nenhuns na aula dela. E eu sempre estudei muito os meus professores, percebi muito da vida das pessoas através dos meus professores. Depois, mudei para o liceu, foi uma transição. Era, de facto, outro nível etário e outra maneira de estar. Nunca me encaixei lá muito bem, até porque eu, socialmente, sentia-me um bocado excluída, aquilo era a família do não sei quantos... e valeu-me um bocado um amigo, que veio comigo da escola industrial e foi comigo para o liceu e ficamos na mesma turma. Tornamo-nos companheiros. Apanhei a minha primeira bebedeira com ele...

Foi quando fui para o liceu que conheci a minha primeira namorada. Depois, o culminar do processo de divórcio da minha mãe, estar naquela cidade estava a tornar-se insuportável: ameaças de morte, situações que envolviam o carro, pneus furados, agressões físicas, um estado permanente de inquietação, e a minha mãe corre para qualquer lado do país para se afastar, e ficou colocada em Lardoal, no Alto da Beira. Lembro-me de ter ido ao mapa ver exactamente onde é que era Lardoal, sabia que era no Alto da Beira, mas não sabia onde, e fomos morar para Lardoal. Vinha todos os quinze dias a Canedo. A minha mãe tinha um escritório perto, também precisava do dinheiro.

Lardoal também foi muito bom, mesmo em termos de educação, de escola, era outro mundo, um mundo mais solto, muito mais à-vontade, onde as pessoas já não se preocupavam tanto com as roupas, já não se tratavam tanto com o estrato social, Lardoal

era férias quase o ano todo. Para mim foi a redescoberta da liberdade: o ir à praia sozinha as primeiras vezes, a descoberta do nudismo, o reconquistar de uma certa liberdade que tinha tido na minha infância. Também foi o reafirmar do meu percurso profissional, estava na área científico-natural, gostei muito dos professores que tive, também em Lardoal, principalmente, físico-química, foram professores que puxaram por mim, que me desafiaram, que me levaram a ser...

• O desafio do conhecimento – o despique nas aulas

Lembro-me também que no, 11º ano, uma das razões porque eu fui também muito boa aluna foi que havia um colega rapaz, na turma, que, antes de eu chegar — essa turma já vinha junta há muitos anos — ele era o melhor aluno inquestionado. Quando eu apareci, entrámos num despique, num picanço recíproco, de proporções muito sérias. A questão de ele ser rapaz, já na altura era determinante. Se ele fosse rapariga, se calhar eu tinha entrado numa de relacionamento mais amigável. Ele estava ‘armado em bom’ e eu não lhe perdoei isso. Tive uma cena embaraçosíssima, com ele, uma vez. Comecei na altura a fazer nudismo e costumava ir para uma praia, sozinha. Um dia, estou eu deitada na minha toalha, estou ali descansada, olho para o lado, e estava o meu colega, o tal que eu ‘odiava’ solenemente, o tal com quem eu tinha um despique cavalheiresco enorme, também deitado, na sua toalha, completamente nu! Olhámos um para o outro, completamente embaraçados. Naquele momento, naquela idade, naquelas circunstâncias foi quase — nós que nos ‘odiávamos’ fidalgamente — ficarmos ali completamente rendidos, desarmados de todo. Não nos quisemos reconhecer como iguais. Mantivemos o despique. Nenhum deu o braço a torcer.

Os professores acarinharam o despique. Ele era mais ou menos certinho, eu era mais a rebelde, e os professores podiam ter optado por tentar diluir a situação ou tentar opor-se, mas acho que tiveram uma postura muito inteligente, que foi de facto provocar o despique, de aceitar que ele existia e aproveitá-lo. Por exemplo, quando passavam um trabalho de casa, diziam: “e este exercício é especialmente para a Teresa e para o Libério!” E então esse era o recado. Alimentavam o despique. As professoras ou professores que acarinhavam particularmente os rapazes ou as raparigas não me mereciam grande admiração. Eu não ligava muito a essas pessoas. Os professores que viam as *pessoas*

independentemente do sexo, essas sim, mereciam o meu respeito, porque acho que era isso que eu procurava fazer, apesar de ser um bocado parcial, como toda a gente, mas procurava considerar as pessoas enquanto pessoas, e não catalogar, só porque é rapaz isto, ou só porque é rapariga aquilo.

Há muitos professores que favorecem claramente um dos sexos. Nem sempre é uma questão de sexo, às vezes é uma questão de classe social: há professores que favorecem só os meninos ou meninas que são 'bem', há outros professores que favorecem só aqueles que usam a roupa não sei quê... É difícil que isso não aconteça e transportam para as salas de aulas os seus sistemas de valores e as suas ideologias. É mais ou menos inevitável. Mas eu procurei nunca me deixar abalar por isso e nunca me deixar contaminar pela ideia de "Ah!, é uma rapariga, é normal que não esteja tão à-vontade com a matemática". Ou, por exemplo, nas questões do desporto: "Ah!, é normal, ela é rapariga tem menos força", "ah, ela tem uma mãozinha tão certinha, pois é, são as meninas que são mais cuidadosas" e eu tinha uma letra horrível e não era nada cuidadosa. Portanto, essas coisas fazem parte às vezes do próprio sistema de sociabilização, da educação, que continua, ainda, a ser transmitido aos jovens, portanto, faz parte do próprio sistema de referência dos professores.

Em Lardoal, sentia-se menos essa questão. De alguma maneira, o ambiente era mais livre, em relação às restrições da roupa, do próprio corpo, do comportamento. Os rapazes conviviam mais com as raparigas, o normal era menos cuidado, mais à-vontade. Acho que tem a ver com a presença do mar, com o ambiente do turismo, havia muitos estrangeiros na escola, de gente que está lá a viver, que dava outro colorido à escola. Eu lembro-me que, na altura, a escola tinha montes de grafitti, tinha coisas pintadas pelos alunos, nas paredes, havia um ambiente um bocado mais livre. E acho que isso também foi marcante para mim, enquanto pessoa, ver que nem tudo tinha que ser exactamente como era no liceu de Canedo, tudo mais certinho, direitinho, e aqueles que não encaixavam na norma eram automaticamente marginais. Ali, não, havia os certinhos e os que estavam fora, mas estavam muito bem, era uma outra cultura, outra maneira de ser.

Eu sabia que estava em Lardoal de passagem, a colocação da minha mãe não seria definitiva, à partida, mesmo que não voltasse para Canedo, não ficaríamos em Lardoal, iríamos para outro sítio, e, além disso, o meu referencial estava em Canedo, a minha

namorada estava lá, eu vivia em função daquilo, dos fins-de-semana que ia lá, e durante a semana mantinha-me no nível de estudo, praia, nem sequer fiz grandes amigos em Lardoal. Dava-me bem com as pessoas, mas nunca cultivei amizades. Quando saía à noite, saía com o grupo de amigos da minha irmã mais nova, não criei o meu próprio grupo de amigos. Sabia que era uma estadia passageira.

6.2. Não aguentar fingir: querer emergir da existência subterrânea

Começaram a acontecer outras coisas relacionadas com a própria mudança de idade: o interesse sexuada que começou a existir por pessoas de sexo diferente, nas minhas colegas, eu não sentia nada disso. Para mim, os rapazes eram companheiros de brincadeira, as raparigas, às vezes, chateavam-me, não tinha ‘pachorra’ para determinadas coisas, não me sentia completamente igual a elas, nas fitinhas, nas coisinhas, nos vestidos, mas dava-me bem com elas.

Lembro-me daqueles primeiros jogos que se jogavam, no ciclo, o “bate-o-pé” e outro tipo de jogos semi-eróticos, em que se trocavam beijos e festas, mas eu não sentia qualquer tipo de interesse. Até jogava, mas era para me integrar no grupo, não era que aquilo de facto correspondesse a algum interesse da minha parte. Esse interesse por outras pessoas só aparece mais tarde, aos treze anos, já estava no 8º ano, e só aí é que eu me apaixono pela primeira vez e por uma mulher, já. Por uma professora.

- **“Estás apaixonada por uma mulher, és um homem”**

Foi, para mim, uma surpresa, enorme, inacreditável, não sabia muito bem o que me estava a acontecer, e nem sequer sabia que existiam lésbicas, não conhecia a palavra nem conhecia a sua existência. Não sabia que era possível uma mulher apaixonar-se por outra mulher, uma mulher gostar de outra mulher. Isto hoje parece um bocado inconcebível, mas eu não sabia! A primeira coisa que eu pensei foi: “tu gostas dela, e se ela é uma mulher, tu és um homem.” Porque a única maneira de poder gostar de uma mulher, no meu imaginário infantil, era sendo um homem. Não havia outra hipótese. Desconhecia completamente a existência de outras possibilidades de amar, de gostar, de querer.

E, curiosamente, apesar de eu desconhecer a existência, percebi logo que aquilo não era um assunto que devesse ser ‘muito falado’. Portanto, não falei a ninguém, não contei a ninguém, e nessa altura já tinha descoberto os livros. E lia muito. Principalmente, literatura juvenil. Mas comecei à procura, em livros. Pensei: “tem que existir um livro qualquer que fale sobre isto”. E então lembro-me de ir a enciclopédias procurar coisas como sexualidade, atracção sexual, e ir passando de um título para outro título... Depois fui parar aos livros de psicologia, Freud... tenho quase a certeza que o Relatório Hite já me veio parar às mãos tinha eu treze anos! A minha vontade de saber era tão grande! Eu tinha que encontrar algum tipo de explicação e perceber o que me estava a acontecer.

E foi nos livros que encontrei muita coisa. Das enciclopédias para os manuais de psicologia, e daí para os dicionários da sexualidade, e todos os livros eram mais ou menos unânimes em afirmar que ‘era normal, na fase da adolescência, uma certa confusão, que não corresponderia, exactamente, a uma definição da orientação sexual da pessoa’.

E então fiquei muito descansada, como rapariga racional que procurava ser e que ainda hoje procuro: “Ah! Então, isto é uma fase da adolescência que passará.” Percebi que, de facto, existiam pessoas que gostavam de pessoas do mesmo sexo, o que para mim era uma grande novidade. A partir deste momento, ficou esclarecida a questão do ser homem ou não ser homem. Percebi que podia ser mulher e gostar de outra mulher, o que foi muito importante. Acho que é uma questão que, em muitas lésbicas, às vezes não está completamente esclarecida. E fiquei à espera que passasse. Calmamente.

A grande paixão de adolescente: a descoberta e o risco

Aos quinze anos, volto a apaixonar-me, desta vez por uma colega de turma que era ligeiramente mais velha do que eu. A apaixonar terrivelmente. Só a conheci no 10º ano, namorámos sem namorar, durante todo o 10º ano. E percebi que não iria passar. Declarei-me a ela no final do 10º ano. E foi, de facto, o período da descoberta. Eu disse-lhe que estava apaixonada por ela. Aliás, nós tivemos um daqueles namoros platónicos, deliciosos, de adolescentes, em que passávamos tardes inteiras a discutir filosofia, íamos dar longos passeios de mão dada para o Castelo, faltávamos a aulas para contemplar uma ave lindíssima. Um dia, olhei para mim própria e disse: “tu estás completamente apaixonada por ela”. Por tudo aquilo que as minhas amigas de turma descreviam em relação aos namoros,

era exactamente isso que eu sentia. Por essa altura, tornou-se evidente, a partir do momento em que à admiração, ao carinho, à dedicação, à quase exclusividade, se começam a juntar o ciúme e a excitação sexual. Então, declarei-me, no pátio de vólei do liceu, o que foi um momento muito corajoso da minha existência e a minha amiga disse-me: “preciso de pensar, dá-me dois dias para te responder”. Vivi esses dois dias de sofrimento atroz, e depois ela disse-me que sim, senhora, também estava apaixonada por mim.

Tinha quinze anos. E aí começou o processo. O aperceber-me que a diferença existe, que de facto pode ser vivida, mas optar por ela ser vivida escondida. Eu não disse na altura a ninguém. Passados alguns meses, disse a duas pessoas importantes: uma foi a minha irmã, a seguir a mim, que tem um ano e meio menos do que eu. Foi muito *supportive*, muito apoiante, disse que gostava muito de mim, eu que gostasse de quem eu quisesse. Que ela continuaria a gostar muito de mim, mas era melhor eu estar calada e não dizer a muita gente, que poderia ter problemas. E disse a um amigo meu, o meu melhor amigo, que era da minha turma, e era um rapaz que tinha sido educado na Suécia, os pais eram imigrantes, e ele entretanto estava a crescer e puseram-no cá porque iria perder completamente as raízes com Portugal. Tinha uma educação, uma cabeça, uma postura completamente diferente dos rapazes da sua idade e também foi muito apoiante. Aliás, nós namorávamos os quatro dentro da mesma turma. Ele tinha um apartamento que era de um tio que não estava em Portugal, do qual tinha a chave e costumávamos ir para lá namorar: distribuíamos o espaço, as camas, os colchões... Mas só essas pessoas é que sabiam.

Para o resto do mundo, éramos amigas e eu tinha um namorado imaginário, para justificar às vezes certas faltas, certas caras idiotas e certas cartas. Tinha um namorado imaginário que ninguém conhecia, se acreditavam ou não, não sei. Mas à medida que isto foi crescendo, dentro de mim, sentia-me como se me tivessem negado a existência.

Quando fomos para Lardoal, vinha sempre com a minha mãe a Canedo, eu é que fazia questão, vinha visitar a namorada. Muitas vezes, passava o fim-de-semana com a namorada, continuámos a relação apesar da distância, muito apaixonadas, toneladas de cartas para um lado e para o outro, os telefonemas possíveis na época e víamo-nos sempre que possível ao fim-de-semana e estava completamente apaixonada. Passávamos o fim-de-semana na cama, acho que a mãe dela se deve ter apercebido, porque ela interrompia-nos, de vez em quando. Não são duas amigas quaisquer que estão ao sábado

de manhã ou ao sábado à tarde metidas na cama, num dia de Verão. Agora, se ela tinha consciência disso, se chamava as coisas pelos nomes, não sei. Também era uma mulher de aldeia, sem grande instrução.

Para mim, foi o descobrir o que é estar apaixonada, o amor, o desejo, a própria sexualidade, uma série de descobertas fui fazendo. Se calhar, até de uma maneira mais exagerada, mais fantasiada: quando ia para Canedo, aquilo era quase uma viagem esotérica, era o aproximar do objecto querido, era qualquer coisa de extraordinário. Aqueles fins-de-semana passados na cama, com a ameaça de que a mãe dela entrasse no quarto — e às vezes entrava — a todo o momento, era qualquer coisa... em que tudo derretia completamente interiormente. Foi uma vivência tão intensa, tão sensual, que se calhar só aos quinze, aos dezasseis ou aos dezassete anos é que isso é possível. No ano a seguir, voltámos para Canedo, porque entretanto a minha irmã mais nova também se tinha metido lá com o pessoal dos ‘charros’, a minha mãe não gostou do ambiente. Fiz toda a questão do mundo para voltar para Canedo, tinha lá a namorada, a minha mãe abominou voltar para Canedo, queria ficar num ambiente ao pé da praia, mas também não teve coragem de assumir e dar o passo completamente sozinha. Na altura, vou para o 12º ano e volto ao liceu. Já não aguento aquilo, já não suporto aquela pressão, já não aguento a mentira. À distância, eu podia vir ter com ela ao fim-de-semana, o resto estava bem. Agora, estar com ela, na mesma turma, todos os dias, fingir, não lhe poder dar a mão, não a poder beijar, não a poder agarrar, sentia que isso era uma limitação à minha liberdade...

Quando saíamos nos intervalos, estava toda a gente aos ‘meles’, encostados às paredes, e nós íamos a correr para a casa de banho! Só que a mim começou-me a ser completamente insuficiente. Não tínhamos grande consciência... Acho que não aceitávamos palavras como ‘lésbica’... Mas *eu* queria assumir a relação, queria estar com ela mais tempo, queria que toda a gente soubesse, e ela dizia-me que não era possível, que íamos ser completamente cilindradas, toda a gente nos ia chamar ‘nomes’, que a família dela se ia opor, que a minha família se ia opor.

A fuga de casa a duas e... o regresso

Esta insatisfação, esta frustração foi crescendo de tal forma, e principalmente devido ao aspecto social, ter que esconder, que culminou com uma fuga de casa. Fugimos, eu e ela,

de casa, as duas, no princípio do 2º período, portanto, no Inverno. Eu com algum dinheiro, ela com algum dinheiro, de facto conseguimos dar a volta. Eu com o dinheiro da renda de casa da minha mãe, eram só vinte contos, mas mesmo assim era dinheiro. Estava tudo programado. Cada uma trazia uma mochila com a roupa, simplesmente, em vez de irmos para o liceu, fomos à estação de comboios da CP e comprámos um bilhete para o primeiro comboio que ia sair. Entroncamento. Obviamente, não saímos no Entroncamento, saímos antes, para despistar eventuais investigações, depois apanhámos um outro comboio que ia para Alfarelos.

Ela tinha dezanove, eu dezassete. Teríamos obviamente a polícia a andar em cima de nós. Deixámos uma carta escrita, a dizer que íamos sair de casa... Entre apanhar um comboio e comboio, dormimos numa pensão e fomos parar, no sábado de manhã, a Avieiras. Lembro-me de chegar à bonita estação de Avieiras, com aqueles azulejos lindíssimos, sair da estação e ver aquela avenida cheia de árvores, estava um sábado de Inverno frio com um sol lindo, havia pessoas na rua a andar de bicicleta. Descemos a avenida, até cá abaixo, a Ria estava cheia, havia gente a correr pela cidade, e gostámos. Gostámos da cidade. Da amplitude, da largueza. E ficámos. Ela foi ao Centro de Emprego, inscreveu-se, arranjou emprego. Alugámos um quarto, para as duas, e depois eu não conseguia arranjar emprego, demo-nos um prazo a nós próprias: “até ao fim da semana, se arranjares emprego, ficamos, se não, vamos embora”. Eu arranjei emprego, conhecemos algumas pessoas. Fui trabalhar numa pastelaria, no fabrico mesmo. Engordei bastante, como podia comer, era tirar pastéis de nata das formas, e alguns iam para dentro. Fizemos um grupo de amigos, malta que trabalhava com ela, uma das quais ainda hoje é minha amiga. Saíamos à noite, estávamos com eles, recebíamos os nossos ordenados, juntámos algum dinheiro para repor aos nossos pais. Estivemos dois meses sem dar notícias, passado dois meses de termos saído de casa, telefonámos, cada uma para a respectiva casa, a dizer, “vamos aí passar o fim-de-semana”. Foram tempos muito intensos, de medo que houvesse alguém a perseguir-nos, de sexo a noite toda, as responsabilidades do trabalho, apercebermo-nos que socialmente não era assim tão fácil assumir, não era só por termos saído, não nos sentíamos à vontade para dizermos a toda a gente que éramos namoradas. As pessoas foram-se apercebendo. Depois, fomos a casa passar o fim-de-semana e foi o fim da nossa relação. Porque ela foi idiota e eu fui idiota. As famílias separaram-nos

completamente e nós deixámo-nos levar. A família dela ficou com ela, depois combinámos coisas e ela não apareceu à hora que tínhamos combinado, depois eu telefonava para lá e a mãe dela dizia que ela estava a tomar banho, que foi fazer não sei o quê, depois ela ligava para mim, não sei o quê, aquilo foi passando. Depois ela voltou para a Avieiras, a minha mãe disse-me que ela tinha ido para Lisboa. Inventaram mentiras, e nós deixámo-nos levar na conversa. Quando dei conta, ela tinha ido para Lisboa, morar em casa da irmã. Quando eu vim para Avieiras, ela já não estava em Avieiras, desencontros atrás de desencontros. E eu fiquei muito, muito mal. Ainda falei com ela, depois ela dizia que queria estar comigo, que queria manter a relação, mas que agora já estava em Lisboa e como a irmã lhe tinha arranjado um emprego, queria estar em Lisboa.

Acho que nenhuma delas [nossas mães] queria aquilo. Quase de uma maneira intuitiva, cada uma decidiu, “vou tentar estragar isto o mais possível”. [Ainda] chegámos a falar as duas, e segundo o que a Paula depois me disse, a mãe dela achava que eu é que era culpada porque ela era uma rapariga toda feminina, já tinha tido namorados antes, eu é que era a perversora e a desviante; a minha mãe achava que ela é que era uma ‘puta’, ela é que me tinha enganado porque ela era mais velha do que eu e já tinha andado com outros... Envenena de um lado, envenena do outro... acabou-se.

Recuperar: umas férias em Angola e na Bulgária

Há uma tentativa de suicídio, entretanto, há um internamento psiquiátrico, a minha mãe achou que eu precisava de ver coisas novas e nas férias de Verão levam-me para Angola e para a Bulgária, entre outras coisas, para tentar recuperar. O meu pai estava em Angola e tinha, na altura, uma namorada búlgara. Quinze dias em Angola, quinze dias na Bulgária. Não foi nenhum exílio, foram umas férias.

Tinha sido uma escandaleira na cidade. É claro que a polícia tinha andado atrás de nós, foram para Espanha, andaram a passear em bordéis, como se eu fosse meter-me num bordel, em Espanha! Os meus avós moram a vinte quilómetros de Avieiras. Eu ali, tão bem, descansadinha, com o meu trabalho, ela com o trabalho dela, as duas com uma vida organizada. Como é que as pessoas pensam logo na desgraça?! Porque é que eu havia de ir para a prostituição?! Eu, uma fulana completamente responsável, senhora do meu nariz, inteligente e capaz e agora ia meter-me em esquemas complicados?! Nem pensar.

• Seguindo os conselhos da mãe: tirar um curso superior

Depois, eu não sabia minimamente o que é que queria fazer da minha vida. A minha mãe sempre me disse que um curso superior era uma excelente ferramenta. Se eu não quisesse utilizar, não precisava de utilizar, mas quando precisasse, estava disponível, e que ela nunca teria passado na vida e não teria conseguido alimentar três filhas se não tivesse um curso superior. Inscrevi-me no 12º ano, em Canedo, no mesmo liceu, e disse “pelo menos o 12º ano, vou fazer”. Comecei a trabalhar, na altura, tinha um part-time. Ia ao liceu ter aulas e vinha-me embora. Entrava e saía, não queria saber de nada, nem de ninguém. Fiz o 12º ano. Trabalhava no quiosque da estação, o que me deu até uma certa sanidade mental. Ver os comboios a passar, e as pessoas a passar era uma lufada de ar fresco, a possibilidade de sair dali. E eu percebi que a minha mãe estava disposta a pagar-me a universidade, portanto, a universidade era uma excelente saída de Canedo. E era fazer alguma coisa pela minha própria vida. Na altura, treinava, fazia tiro com arco, na Senhora de Mércules. Na altura, fazia, no mínimo, duas horas por dia de treino, todos os dias. Ao fim-de-semana, tinha provas. Foi também muito importante para a minha sanidade. E pronto, fiz o 12º ano.

Procurando iguais

Quando me apercebi que existiam mais pessoas [como eu], senti necessidade de as procurar, de saber quem eram, onde estavam, o que é que faziam, se tinham alguma coisa em comum umas com as outras, que tipo de cultura é que tinham, se já existiam no passado, que tipo de referências, que valores... Eu não sabia nada. Deve ser o que acontece com alguém que de repente descobre que é descendente de judeus, não sabe nada sobre judeus e sente uma necessidade de ir à procura. Ou aquilo que sente um filho de imigrante, sei lá, de segunda geração, e um dia dizem-lhe que é filho de portugueses e ele vai à procura de conhecer Portugal. E essa necessidade levou-me a procurar, em revistas, em livros, referências.

Sentia-me de alguma maneira diferente das jovens da minha idade e precisava de procurar iguais. Acho que é uma coisa muito típica da adolescência, a necessidade do grupo de

pares. E eu dava-me bem com as pessoas a nível de turma. Fazia na altura parte dos escuteiros, estava socialmente muito bem integrada, mas faltava qualquer coisa.

Por acaso, fui parar a uma referência sobre uma organização que existia na altura, que era a Organa. E isto para mim foi muito importante, na altura.

• A minha primeira Organa

Lembro-me de ter dezassete anos e ter contactado a Organa, porque vi um anúncio no Correio da Manhã. Este jornal tinha anúncios bem pequeninos que diziam: “Organa, Gay Feminina, apartado não sei o quê”. Escrevi para lá e elas responderem; enviei-lhes dinheiro e recebi, na ‘posta restante’ de Canedo, onde era preciso apresentar bilhete de identidade para perguntar se havia alguma coisa para aquele nome, a minha primeira Organa. A primeira vez que vi uma coisa escrita com a palavra lésbica, eu tremia... A Organa organizava encontros, debates, e eu fui a um encontro de três dias, com um programa bem estruturado, com actividades, com temas para debate... Foi muito subterrâneo, não foi uma coisa à qual tivesse sido dada visibilidade. Foi há onze anos atrás, tinha dezoito anos a primeira vez que fui a um encontro da Organa e dezassete a primeira vez que recebi a Organa. Recordo perfeitamente estar naquela sala e a coisa que mais me emocionou foi pensar: “se eu me levantar agora e disser «eu sou lésbica», elas vão dizer «está bem, pronto, podemos continuar a conversa?»”. Aquilo para mim foi um momento absolutamente epifânico. Eu estava muito contente por estar ali e por sentir isto... O mundo, a vida e eu, tudo mudou.

Oferecer o diploma à minha mãe e conhecer caminhos

A escolha da profissão, mais uma vez, consciente e racional, pensei que queria uma profissão que me desse autonomia, que não me obrigasse a vestir as roupas que queriam que eu vestisse, a não ter chefes directos, que tivesse tempo livre, e que me permitisse desenvolver outro tipo de actividades, além do trabalho propriamente dito. Ser professora era uma boa hipótese. Era uma profissão em que as mulheres são respeitadas, em que eu teria possibilidade de progressão: a minha progressão não seria bloqueada pelo facto de

eu ser mulher, e estava absolutamente muito consciente. Lembro-me de estar a discutir isto, inclusivamente com colegas meus que diziam do que gostavam e eu dizia:

— Vocês têm que pensar nisto como uma coisa para o resto da vida. Não me interessa só se gosto ou se não gosto. Interessa-me, em termos práticos.

— Ai, eu escolhi biologia investigação.

— Para fazer investigação, para ser investigadora, vou ter que passar o resto da minha vida a correr atrás de uma bolsa, um mestrado aqui, um doutoramento ali, viagens ao estrangeiro...

Tinha conhecimento disso porque entretanto já tinha conhecido malta de Lisboa ligadas à Lilás, e duas delas eram investigadoras na área de biologia e eu sabia como era a vida delas. Sempre me interessei em conhecer as vidas das pessoas e saber o que é que faziam. Portanto, ser professora pareceu-me uma excelente ideia. A minha primeira opção foi exactamente o curso onde entrei, porque achei que não se devem deixar pontas soltas, é bom fechar os ciclos e Avieiras tinha sido um sítio muito agradável e, ao mesmo tempo, seria uma hipótese de eu, de facto, *curar* a minha dor, ou, pelo menos, queimar, cicatrizar, a ferida. E voltei para Avieiras, para poder acabar o curso, e decidi que ia ser uma boa aluna, como de costume, porque não gosto de fazer as coisas mal feitas, mas que ia aproveitar muito bem. E ia ler muito, viajar muito, fazer muitos amigos e... foi o que fiz. Também, a questão de ser professora era importante para mim, de certa forma, quase um pagamento, uma retribuição, um agradecimento, em relação a tudo aquilo que os meus professores, e em particular as minhas professoras, me tinham dado durante estes anos todos. Também um dia, sem saber, porque os meus professores também nunca o souberam, hei-de ser apoio, exemplo, estrutura para alguém que disso vai precisar.

Sempre tive como hipótese tirar o curso, oferecer o diploma à minha mãe, e ir conhecer caminhos. Sempre disse à minha mãe:

— Queres que eu tire um curso, eu vou tirar um curso, mas o curso é mais importante para ti do que para mim. — Sempre tive consciência de que tudo mudava, e que eu hoje podia pensar de uma maneira e daí a dois, a quatro ou dez anos, pensar de outra. Mas dizia à minha mãe, muitas vezes: — Estou a tirar o curso, mas é para te oferecer o diploma, para pões na parede na cozinha, para olhares para ele. Para veres que cumpriste a tua função, a tua missão [de mãe], mas eu depois vou lavar pratos para a Holanda. — E ela quase

arrancava os cabelos. Convém dizer que a minha mãe é uma fulana muito conservadora, muito de direita e que achava aquilo horrível.

Mas, depois fui um bocado ‘apanhada’, porque o último ano do curso era de estágio integrado, portanto, já ensinava, já dava aulas. E adorei dar aulas! E nunca fui para a Holanda lavar pratos. Às vezes, ainda me lembro, ainda tenho vontade de largar tudo, e ir por aí, lavar pratos, ou servir à mesa ou fazer outra coisa qualquer. Mas ser professora, é bom. Gosto muito de dar aulas. E às vezes penso como se, de facto, serei importante para alguns dos meus alunos. E tenho bons *feedbacks* deles. Também nunca estaria a fazer uma coisa de que não gostasse. Acho que a profissão deve ser mais uma forma de realização pessoal, de satisfação. E eu própria vi isso na profissão até encontrar outra coisa. E se algum dia deixar de gostar de dar aulas, vou fazer outra coisa.

No primeiro ano em particular, tive bastantes dificuldades com os alunos mais novos, ainda no estágio. Tenho uma tendência muito grande para me aproximar das pessoas e criar relações muito igualitárias com elas. Com os alunos, tentei fazer exactamente a mesma coisa. Se isso funciona com adolescentes que agradecem a mudança, ficam muito contentes por ter um professor que não está lá em cima, está aqui em baixo, ao pé de nós, principalmente se forem jovens com alguma formação, dum ambiente sócio-cultural que estão mais ou menos preparados para isso, isso funciona; agora, com miúdos com doze, onze anos, é muito mais complicado, porque eles têm uma maneira de lidar com as pessoas baseada na hierarquia. Eles respeitam os professores porque é a pessoa lá em cima. Se o professor estiver ao mesmo nível, vai ser uma brincadeira, um ‘forró’. Nesse primeiro ano, foi muito complicado, em termos disciplinares. Tanto que, depois, quando fiquei efectiva numa escola básica, automaticamente, pedi destacamento, não queria ter ‘básicos’. Mas como o destino nos prega partidas engraçadas, fui colocada numa secundária e nessa secundária só tive ‘básicos’! Tive quatro turmas do 8º ano. Eu estava morta de medo. E o espaço era horrível. Pensar voltar àquele primeiro ano, era assustador: “vou detestá-los, vou detestar dar aulas e vou mudar de profissão”. Mas não. Empenhei-me mesmo naquilo que estava a fazer, entusiasmei-me *eu*, consegui transmitir-lhes esse entusiasmo, tentei não ser tão ‘de igual para igual’, manter uma certa autoridade, mas também não me segurar apenas na autoridade, tentar dar-lhes a entender a eles que não há só essa forma de relacionamento. E foi muito interessante. Trabalhei muito, muito. Tinha

muitos alunos, foi na altura em que eu comecei a aparecer na televisão e a dar a cara enquanto lésbica.

6.3. Partir do pessoal para o político, fazer o político à medida do pessoal

O Clube Safo foi fundado em Janeiro de 1996, quando quatro pessoas, quatro amigas, entre as quais eu e a Antónia, se juntaram à mesa de um café e começaram a queixar-se que não havia nada nesse país, estou a falar em relação ao lesbianismo. O pouco que havia era em Lisboa, não havia organizações, não havia movimento, não havia actividades, não havia locais, não havia livros, não havia materiais.

A ILGA aparece em 1997. Havia um GTH, mas que não tinha nem projecção nem a divulgação que hoje tem, era um pequeno grupo dentro de um pequeno partido. O que é que havia [mais]? Havia a Lilás, que editava uma revista, como ainda hoje edita, e organizava alguns almoços, jantares, conversas, sempre em Lisboa. Foi por intermédio da Lilás que nós tínhamos chegado a conhecemo-nos às quatro. Porque eu já conhecia a Lilás e a revista que existia antes, a Organa. Tinha relações pessoais com as mulheres que estavam nessa organização. Entretanto, a Antónia e a companheira dela tomaram contacto com a Lilás, pediram para conhecer as pessoas da revista e falaram-lhe de mim, porque estávamos na mesma cidade. Então, nós entrámos em contacto umas com as outras.

Sentimos que, em vez de nos estarmos a lamuriar de que não havia nada, era melhor passar à intervenção directa, digamos assim, passar ao trabalho e formar alguma coisa, pensar constituir um grupo. E processo em si foi giro. Surgiu o entusiasmo e a vontade de avançar, não sabíamos muito bem como, nem para onde, mas sabíamos essencialmente que queríamos conhecer outras lésbicas e juntar as mulheres, e que as pessoas se sentissem melhor na sua pele, que não se sentissem tão sozinhas... Arranjamos um nome, pensamos em Safo: era uma referência suficientemente forte e ao mesmo tempo não era um nome demasiado explícito. Nós também não queríamos que o próprio nome do grupo afugentasse as eventuais interessadas.

As primeiras acções do Clube

Fizemos um anúncio, num jornal de anúncios que tinha surgido há pouco tempo, e alugámos um apartado, em Águeda, o nosso primeiro contacto, e começámos a contactar as amigas.

O anúncio também é uma história engraçada. Primeiro, enviámos um anúncio que dizia, [qualquer coisa como] “Clube Safo, associação lésbica, ou grupo lésbico...”. Tinha a palavra lésbica. A redacção do jornal respondeu que não estava de acordo com a linha editorial deles. Foram trocadas cartas com a senhora do jornal que foi recusando, um após outro, o nosso texto. Depois, verificámos que, no mesmo jornal, vinha um anúncio de gays, que também não dizia a palavra gay, era mais ou menos assim: “clube amigo só para homens, apartado não sei o quê, Coimbra...”, e nós pusemos da mesma forma, “Clube amigas só para mulheres...” e copiámos na íntegra o texto deles. É claro que escrevemos uma carta ao “clube amigo” para lhes dizer o que se tinha passado, explicando a situação e pedindo desculpas. Estivemos cerca de um ano e meio com os anúncios, e eram gratuitos, nesse jornal. Ao fim deste tempo, recebemos uma carta do jornal a dizer que não poderiam mais publicar o nosso anúncio porque não éramos uma associação legalizada, pediam os estatutos. De facto, aperceberam-se que havia muitos grupos e passou a ser política do jornal só aceitar anúncios dos que estivessem devidamente legalizados. Nessa altura, já tínhamos arranjado outras estratégias de divulgação e já tínhamos uma rede de contactos. Passado pouco tempo [de termos enviado o primeiro anúncio], em Julho, fizemos o primeiro encontro que juntou umas doze amigas e, para mim, foi um evento muito emocionante. Foi a sensação de estar a fazer uma coisa que nunca se tinha feito.... Eu tinha um orgulho imenso de olhar para aquela mesa e ver um grupo de mulheres, que eu sabia que eram lésbicas, estarem ali a comer jutas, a conversar. Isto significava da parte delas, de facto, o assumir dessa vontade de querer estar com outras, de querer fazer coisas com outras, e, de qualquer jeito, assumir que estavam ali, não só enquanto pessoas, não só enquanto mulheres, mas como lésbicas. E foi uma sensação fantástica, incrível, e que, às vezes, ainda hoje me acompanha. Saio para os acontecimentos e olho para as coisas e há, de facto, sentimentos de orgulho e de alegria muito grandes por estarem a acontecer dessa maneira.

• Vencer a timidez e a vergonha

Começámos, então, a organizar mais actividades, outros encontros... Normalmente, nos encontros, as pessoas vinham muito tímidas, muito nervosas, ansiosas, nunca tinham visto ninguém, e nos tentávamos criar um momento [inicial] de distração, para relaxarem e olharem umas para as outras. Muitas vezes eram filmes, que demoravam cerca de duas horas, dava para as pessoas se olharem e relaxarem. Depois, o filme servia de mote para a conversa...

Principalmente nesses primeiros anos, 96, 97, sentia-se muito isto. Vinham mulheres que estavam muito isoladas, não só de pontos isolados do país, mas também isoladas em Coimbra, Lisboa, Braga, cidades até relativamente grandes. Eram capazes de se sentar e tentar passar despercebidas, a tremer, de estar quatro horas sem conseguir abrir a boca... E mulheres que eram capazes de vir a três encontros sem conseguir dizer a palavra lésbica, porque não conseguiam dizê-la, a palavra *lésbica* não existia para elas. Portanto, era muito difícil falar em ideologia no sentido de ter uma construção teorizada sobre o que é o lesbianismo, ou sobre [outra coisa qualquer], com mulheres que estavam absolutamente cilindradas por olhar para outras mulheres, um estado muito básico....

• O Primeiro Acampamento do Clube Safo

Fizemos um primeiro acampamento, em Tomar, em Agosto de 1997, e foi também importante porque, até aí, as pessoas tinham estado confinadas num espaço [fechado], num restaurante, numa casa, e ali foi a primeira vez que nos reunimos num espaço aberto. Isto fez alguma diferença. Também porque estivemos juntas uma série de dias, uma semana, veio gente que nós não conhecíamos, e outra gente que já conhecíamos, estavam mulheres de muitos pontos do país, até da Madeira, que vieram [de propósito] para participar desse primeiro acampamento. Dava para as pessoas cimentarem amizades, conhecerem-se, falarem, não mostrarem só o lado socialmente polido, que [habitualmente] se mostra nas iniciativas mais pequenas, mas conheceram a cara da outra ao acordar, a começar a ficar chateada, todos esses pequenos 'quês'... Foi muito simpático. Era um parque de campismo muito pequenino, com um piscina mesmo muito pequenina e fizemos

actividades todas juntas, fomos para a barragem tomar banho, etc. Foi assim um momento que me marcou, porque mostrou que era possível estamos de outra maneira, em público e em locais sociais.

Lembro-me de uma cena. Um dia, combinámos sair para ir a uma aldeia próxima dar um passeio, e então, o único café que estava aberto na aldeia era de uma associação recreativa e cultural, tipo Casa do Povo, onde estava uma meia dúzia de homens, obviamente, espalhados lá pelas mesas e que foi subitamente invadida por um grupo de quinze, vinte mulheres, que entram na tasquinha, dirigem-se para as mesas de matraquilhos e de *snooker* e começam a fazer uma grande algazarra, a jogar, a falar, entretidas uma com as outras, a pedirem a sua cerveja ao balcão, a fumar o seu cigarro, sem lhes dar atenção nenhuma. Então, eles refugiaram-se no balcão, encostaram-se *todos* ao balcão, viraram-se frontalmente para nós, e criou-se ali um clima... Costumo dizer que, se eles tivessem visto um disco voador a aterrar ali e a entrar meia dúzia de seres verdes e com antenas, não teriam ficado tão espantados, estou certa disso.

Entretanto, já tínhamos arranjado outras estratégias de divulgação que era uns papelinhos, tipo cartões de visita, que falavam do clube, dizia também que era só para mulheres, que nós costumávamos deixar espalhados por onde andávamos, tipo, nas casas de banhos, nas caixas de multibanco, nas cabines telefónicas, nos edifícios públicos. Quase todas as estratégias funcionaram, essa foi mais uma que funcionou. A que funcionou melhor ainda foi o “boca-a-boca”, isto é, vêm agora três amigas, depois essas três trazem mais duas, e todos os encontros tinham mulheres que chegavam de novo através de outras. Houve também uma outra estratégia que foi através da Lilás que passou a publicar um pequeno anúncio do Clube. Na altura, aí por volta de 1997, saiu um texto no Público sobre a Lilás, e muitas mulheres contactaram a revista por causa desse artigo e, daí, chegaram ao Clube.

• Editar o Zona Livre

A certa altura, tivemos necessidade de fazer chegar a informação às mulheres que nos iam contactando, porque a correspondência já era bastante grande, já enviávamos dezenas de cartas com informação sobre as reuniões, as actividades, além de que estava a sair muito dinheiro do [nosso] bolso. Precisávamos de um instrumento de comunicação. Às vezes, fazíamos uma actividade, havia uma pessoa que não podia participar, ou havia vinte

peessoas vinham participar e, a seguir, escreviam para comentar como tinha sido. Então, nós tínhamos uma trabalhadeira enorme a responder individualmente a cada uma, sobre o que tinha acontecido. Pensámos em criar um pequeno instrumento de comunicação, que na altura chamávamos de folhetim, uma pequena *franzine*, uma pequena *newsletter*, que circulasse e que levasse sempre o convite para a próxima actividade, um comentário à última actividade e algumas notícias que entretanto nos iam chegando, porque, ao mesmo tempo que isto acontece, o próprio assunto da homossexualidade em geral ganha um destaque na sociedade que não tinha até aí...

O primeiro número da *Zona Livre* sai em Setembro de 1997, a seguir ao acampamento. A história do nome também é muito gira. Foi uma rapariga que veio da Madeira de propósito para o acampamento que, um dia, numa noite de conversa, extasiada de estar ali, diz: «isto é uma *zona livre*». Ela sentiu que, pela primeira vez, na sua vida, estava fora da Madeira, do ambiente familiar complicado que tinha, podia ser de facto livre; estava numa zona onde ela se sentia plenamente livre, podia ser o que ela quisesse ser, sentir, sem estar a viver em opressão, ou pressão ou crítica. Nós tínhamos levado um livrinho em branco, para o acampamento, de capa rija, que forramos com papel e pedimos às mulheres para irem escrevendo coisas, desenhando, pintando, fazendo comentários e depois escreveu-se, na capa desse livro, “zona livre”, retirado do comentário dela. E foi a partir daí que nasceu o nome para a *Zona Livre*. De facto, o que nós queríamos era *uma zona livre*, não queríamos uma publicação, digamos assim, demasiada ‘séria’, nem demasiada rígida, de cariz académico ou teorizante, queríamos um espaço livre, em que as mulheres pudessem escrever coisas para as outras, pudessem falar, obter algumas informações que lhes interessassem, sem grandes preocupações de ser uma revista no sentido sério do termo.

A actividade política e a transformação social

Por exemplo, em relação às mulheres... Para que serve um lei sobre a união de facto se as pessoas não são capazes de assumir a sua homossexualidade!? Para que serve uma lei de “união de facto” para casar homossexuais, se os homossexuais não se assumem enquanto tal? De que serve ter uma lei que diz que duas mulheres podem tirar o seu IRS juntas, se não há duas mulheres no país que sejam capazes de assumir que vivem juntas?!

Chegámos a um momento em que fomos confrontadas com isso e achámos que não podíamos deixar de fazer aquilo que fazíamos, e passar a entrar na filosofia que só as reuniões, as conferências de imprensa e os debates políticos é que são importantes. Achámos também que perderíamos ao manter as mulheres que, entretanto, já estavam connosco ao nível do convívio e da amizade se, de certa forma, não fizéssemos trabalho para as aliciar, puxar, empurrar, para alguma participação e intervenção a nível político... Tínhamos um discurso inicial para quem chegava de novo, o que começa, depois, a aborrecer quem já anda nisso há dois ou três anos. Às mulheres que estão no clube há três anos, qualquer discurso inicial aborrece, e vão dar uma volta. Teve que se mudar a estratégia e aí entra precisamente essa parte em que se dá a oportunidade a quem fazer um trabalho mais efectivo, mas politizado, avança e vai para frente, e depois há os outros vários grupos que, mais no seu início, no seu crescimento pessoal, vão assumindo conforme vão tendo capacidade para isso, conforme vão querendo. Há aquelas que vêm só quando há uma festa, algumas que vêm só quando há um jogo de futebol, por exemplo, e há as outras que estão para uma reunião de trabalho, e temos sempre lugar para os grupos de trabalho... A certa altura, cresceu a necessidade, porque as pessoas, depois do trabalho inicial, começaram a ter uma consciência mais colectiva da necessidade da luta, do trabalho em si, e passou-se à outra parte. Nunca pretendemos criar estruturas sem haver a sua real necessidade. Por exemplo, a revista surgiu quando se tornou necessária; o mesmo com as quotas e com a questão da legalização. Sempre quisemos partir do pessoal para o político e fazer o político à medida do pessoal. Não fazer um político que fosse por definição político, mas onde as questões pessoais e os problemas que se sentissem a nível pessoal se tornassem políticos.

- **Criação de uma estu-fufa**

Este trabalho sempre foi uma característica nossa, que é não obrigar as pessoas a fazer o que não querem e, por outro lado, puxar as pessoas quando elas próprias sentem que já têm capacidades para avançar. Mas não misturar as duas coisas. Por exemplo, os encontros sempre foram divulgados de maneira 'oficiosa'. Nem com a legalização defendemos que os encontros passassem a ser actividades públicas, porque isso iria destruir o tal clima de intimidade necessário. Digamos que é quase uma "estu-fufa", uma

estufa onde as mulheres lésbicas podem encontrar um ambiente acolhedor, que as nutra de alguma maneira, que promova o seu desenvolvimento pessoal, e elas depois, *eventualmente*, darão outros passos se e quando acharem que o devem fazer. Isto foi assumido por nós, porque se formos ver outros movimentos lésbicos, em Portugal, nomeadamente a Lilás, que foi e continua a ser uma referência, a Lilás nunca teve vontade, disponibilidade ou coragem de dar o passo da legalização, e continua por legalizar.

Aliás, porque isto passa pelo assumir que é necessário fazer outras coisas a nível público e, quando essa necessidade surgiu, começaram a também surgir pessoas que estavam dispostas a dar a cara, a ir a um programa de televisão, a uma conferência de imprensa, a uma reunião, e isso foi um salto qualitativo muito importante...

As lésbicas são a parte feminina do movimento homossexual ou a parte lésbica do movimento feminista?

Os homens continuam a ser os protagonistas na esfera pública e as mulheres, as anónimas servidoras, na esfera privada, e, nesse sentido, obviamente, eles, no movimento gay masculino, defendem os seus direitos, defendem as suas ideias e esquecem que existe outra parte, que é como uma sombrinha que está lá atrás. Somos as tais mulheres que também fazem parte desse movimento. Eles lembram-se de vez em quando, quando é preciso fazer *lobby*. Nós temos um amigo, um dos dirigentes de uma associação, que uma vez disse uma coisa muito engraçada. Estávamos numa conversa, e até nos damos bastante bem, e ele lá a meio da conversa diz:

— Pois, sabem, é que eu continuo a ser homem, desculpem lá este machismo. — Um gay, com quase sessenta anos. Isto já diz tudo, porque os homossexuais continuam a ser homens e as lésbicas continuam a ser mulheres...

Dentro do próprio lesbianismo, há uma velha questão: as lésbicas são a parte feminina do movimento homossexual ou são a parte lésbica do movimento das mulheres, do movimento feminista? Há aqui um entrecruzar de campos de reflexão, que muitas vezes é difícil de gerir. As mulheres têm uma série de problemas só por serem mulheres, portanto, digamos que existe uma discriminação específica só pelo facto de serem mulheres; depois, o facto de serem lésbicas, acarreta-lhes ainda uma segunda dose de discriminação, de dificuldade, de invisibilidade que é difícil de ultrapassar. E convém dizer que, nestes dois campos, a

receptividade às lésbicas nem sempre é a melhor, estou a falar do feminismo e estou a falar do movimento homossexual.

• ***Stone Wall*** – como nasce o dia do “orgulho gay”

Uma das coisas interessantes era fazer a genealogia do movimento lésbico em Portugal. Conhecer os principais eventos, as principais figuras. Por exemplo, a nível internacional temos vários. Um deles é a estória de Stonewall, em Nova Iorque, onde podemos dizer que nasceu aquilo que hoje entendemos como movimento pelos direitos dos homossexuais. A história é muito gira: era um bar onde a polícia periodicamente fazia buscas e prendia homossexuais, prostitutas, humilhava as pessoas, divulgava os nomes e fazia aquilo que muito bem entendia, e, um dia, no dia 28 de Junho de 1969, os clientes desse bar barricam-se dentro do bar e não aceitam a entrada da polícia e dizem: “nós estamos aqui, somos cidadãos como os outros, fazemos os nossos encontros, temos os nossos direitos e não aceitamos esta humilhação”, ou seja, os gays e haveria também mulheres lá dentro, já não aceitam ter de fugir, assustados, sob ameaça da autoridade, fazem finca-pé e dizem: “nós temos direitos” e exigem que esses direitos lhes sejam reconhecidos. Aquilo deu três dias de distúrbios, de conflitos, pedras a voar, porque, entretanto, juntaram-se outras pessoas, os *travestis* e *drag queens*, que tiveram um papel importante, como tinham muito pouco a perder, como já eram visíveis, expuseram-se bastante. A polícia ‘jura’ que um gay se suicidou! Portanto, morreu uma pessoa, e esse dia ficou como símbolo, o “dia do orgulho”. Ainda hoje se comemora o “dia de orgulho gay”, a 28 de Junho, que nasce dessa história, porque, pela primeira vez, em vez de vergonha, a polícia encontrou orgulho; pela primeira vez, aquelas pessoas não fogem, assustadas, mas dizem, “eu tenho orgulho”, “eu tenho direitos”, e é isso que se comemora, a nível internacional, quando se festeja o 28 de Junho, não pelo orgulho de nós sermos melhores, mas pelo orgulho de ser quem somos, sem vergonha. Existiam alguns movimentos antes, pois na Alemanha há movimento homossexual há alguns anos, mais aí houve uma grande viragem, Stonewall marcou de facto uma certa diferença. Depois, o outro grande marco no movimento gay é a questão da SIDA, toda a mobilização política, social e económica que cresceu a partir daí.

• Invisibilização das lésbicas pelo movimento feminista e pelo movimento homossexual

A nível, por exemplo, da Alemanha, o movimento feminista foi muito rejeitador e muito opressor do lesbianismo, dentro de suas próprias fileiras. Em Portugal, ainda não está estudado, mas também aconteceu a mesma coisa, se formos fazer um enquadramento histórico, e a *Zona Livre* tem tido alguma preocupação nesse sentido. Por exemplo, se formos ver algumas entrevistas de mulheres que estiveram ligadas a movimentos feministas em Portugal, estou-me a lembrar da IDM, por exemplo, em que as lésbicas eram em grande número, pelo menos a nível das mulheres mais respeitadas e destacadas, e não lhes era permitido que assumissem o seu lesbianismo ali. Aquilo era uma sede do feminismo, e o feminismo não poderia, sob risco algum, ser confundido com o lesbianismo, portanto, as que queriam expressar, nem que fosse a sua afectividade, numa festa, não lhes era permitido, e se elas o fizessem, eram convidadas a abandonar porque estavam a denegrir, estavam a prejudicar aquele movimento. A Artemísia foi o único exemplo, pelo menos de que eu tenha conhecimento, que integrou, explicitamente, dentro dum movimento feminista, dentro de um grupo feminista, as questões do lesbianismo. Porque, se formos ver, ainda na actualidade, quem são as associações feministas nesse país que assumem o lesbianismo como parte integrante dessa diversidade enorme que são os assuntos das mulheres e os movimento das mulheres? Nenhuma das associações tem esse assunto como algo explícito.

6.4. Ser professora e dar a cara como lésbica

Quando comecei a aparecer na televisão e a dar a cara como lésbica, tive os meus primeiros suores frios na aula, quando um aluno numa aula disse: “ó stôra, vi-a na televisão!” Teoricamente, estás perfeitamente preparada para aquilo, já tinhas pensado nisso. Feliz ou infelizmente, há sempre muita gente que diz: “ah! Tu vê lá, olha que os teus alunos... olha que os pais dos teus alunos...” Portanto, há sempre as ‘avisadoras’ ou os ‘avisadores’ de serviço que fazem questão de que não se quebre a norma instituída, que se mantenha, e que eles não possam correr nenhum risco. Mas eu achei que não estava a

cometer nenhum crime, era boa professora, dava-me bem com os meus alunos, e se alguém tivesse alguma coisa a dizer, que mo dissesse frontalmente. Claro que isto, teoricamente, tudo bem, mas depois, na prática, quando se vai para a escola, no dia a seguir, vai-se a tremer, claro! Porque as dúvidas também estão dentro de nós. E o caminho só se faz quando se caminha. Só a pensar em casa, não se faz caminho nenhum. E era de suar, as mãos a suar, era de reforçar a dose de desodorizante e de me sentir um bocado, de facto, ameaçada, e observada. E estava a sê-lo, obviamente. Tanto por colegas, funcionários, como por alunos. Com os alunos, de um modo geral, depende da relação que se tem com eles. Podem ou não aproximar-se. Eu já tinha estudado a ‘lição’ e acabei por decidir que, a não ser que houvesse uma coisa relacionada com o assunto que estivéssemos a tratar na aula, eu iria tentar manter a coisa a nível pessoal.

• **“Mas porque é que a professora gosta de mulheres?”**

Dizer: “Viste o programa? Olha, isto agora não está relacionado com o assunto da aula, falamos no final.” E fazer a conversa a um nível mais restrito com aqueles que ficassem para o final. Nalgumas situações consegui fazer isso, depois, à medida que as coisas foram acontecendo, optei por falar abertamente das coisas e dizer: “então, viste na televisão, o que é que tu achaste?” Pronto. “Ah, eu achei muito bem, mas o meu pai disse que aquilo eram coisas muito esquisitas”, “Então, diz lá, o que é que ele disse?”. E pronto. Também não é possível uma grande conversa porque estamos a falar de miúdos com doze, treze anos. Mas perguntaram-me coisas muito giras, do género:

— Então, mas porque é que a professora gosta de mulheres?

Eu respondi, já não sei qual era o exemplo, mas a questão era assim:

— Gostas mais de bananas ou de melão?

— Ah, gosto muito mais de bananas!

— E porque é que gostas mais de bananas?

— Porque gosto.

— E sabes que há outras pessoas que gostam mais de melão?

— Sei.

— E achas mal as outras pessoas gostarem mais de melão do que de banana?

— Não, eles gostam mais de melão, gostam mais de melão, quero lá saber!

— Não sabes porque é que gostas?

— Não.

— Bom, se calhar, eu posso responder da mesma maneira. Eu gosto mais de mulheres. Não sei porque gosto mais de mulheres. Também não acho mal as mulheres que gostam de homens. Nem acho mal os homens que gostam de homens ou os homens que gostam de mulheres. Mas eu não sei exactamente porquê. Agora, acho que sou assim. Ou pelo menos agora sou assim.

Eu acho que se as coisas forem colocadas com naturalidade, a um nível que seja adequado à idade deles, e que não seja nem ofensivo, nem impor nem esconder as coisas, mas quando surgem as questões, serem colocadas e serem respondidas...

É claro que há muito boa gente que já ouviu muita coisa em casa, que já discutiu muito nas aulas e que quer ‘avacalhar’, quer estragar, quer vir baixar o nível e quer “Ah, mas essas tretas... eles são todos paneleiros!”, “Ah, eu cá não tenho nada a ver com isso, mas esses paneleiros...” E mais em Pevidém, onde se cultiva um machismo absolutamente primitivo, cavalos e touros, é homoerótico, por isso é que a homofobia é tão forte, porque o homoerotismo é muito forte. Se repararmos, os ambientes mais homoeróticos são sempre os mais homofóbicos, mais repressores: tropa, futebol, touradas, este tipo de ambientes, conventos, igreja... Lidei com esses da mesma maneira como tentei lidar com outro tipo de situações, que é, pôr os outros a julgá-los e a reflectir; parar e não permitir baixar o nível, seja em relação a isto, seja em relação a outro assunto qualquer. Não é fácil. Se calhar é possível em Pevidém e se calhar não seria possível por exemplo em Alverca ou em Lisboa. Mas aqui, de alguma maneira, vai-se conseguindo. E acho que foi bastante positivo.

Depois, também tive algumas aproximações muito giras de alunos que, apesar da tenra idade, já se identificam ou já se suspeitam gays e lésbicas.

Cara-a-cara, oficialmente, francamente, nunca ninguém me disse nada, nunca ninguém se queixou de nada, nunca me chegou nada. Eu estava preparada. É assim: “ninguém tem nada a ver com a minha vida pessoal, eu não estou a cometer nenhum crime e não admito a ninguém, da mesma maneira como temos professores que são do PS, do PSD, que são disto e daquilo, do futebol, da religião, do desporto, eu não admitiria a ninguém e estaria disposta a encarar frontalmente as situações. Curiosamente, convém dizer que, pelo menos nesses dois anos que dei básico (tinha cento e tal alunos em cada ano!), com

idades entre os onze e os treze anos, são muitos pais e muitas mães, e nunca tive qualquer confronto. Não estou a dizer que não falaram, que não se chatearam, mas que viessem oficialmente, ou junto a mim, ou junto aos directores de turma, tomar qualquer atitude, não. Muito pelo contrário, eu encontrava muitos alunos meus com os pais ao lado, e era sempre uma palavra de apreço pelo meu trabalho, ou palavras de apreço pela minha maneira de estar, ou palavras de admiração pela atenção e cuidado que eu fazia aos miúdos. Nunca trabalhei tanto como nesses dois anos: por um lado, para garantir o emprego e o bom nível das aulas, por outro lado, porque acho que o ensino, quanto mais baixo é o nível etário, mais exigente é em termos humanos e pedagógicos. Fazia testes de avaliação contínua, a seguir a cada teste, fazia uma actividade de remediação e enriquecimento, individualizada, e a seguir corrigia essa actividade, individualizadamente. Desse trabalho era sempre dado conhecimento às famílias. Só aceitava os trabalhos dos alunos quando vinham assinados pelos encarregados de educação.

Tinha cento e tal alunos, isto foi muito trabalho, mas eles estavam de facto empenhados, envolvidos no processo. Eu própria garanti a qualidade do meu trabalho e garanti que essa qualidade fosse do conhecimento dos encarregados de educação, não deixando pontas soltas para que me atirassem pedras. [Fiz tudo isto] por estar a ensinar 'básicos', mas também por começar a ir à televisão. Sentia-me particularmente vulnerável e sabia que ninguém me podia agredir por ser lésbica. Na posição em que eu estou, com o estatuto que ser professora implica, já efectiva, ninguém me podia agredir por ser lésbica. Isto é ilegal! Podiam fazer uma campanha contra mim, difamação e tal, mas não seria nada de concreto, a única coisa concreta em que me podiam apanhar era em aspectos profissionais. E nesse caso eu estava perfeitamente salvaguardada. O que me dava uma grande segurança. Era delegada sindical na altura, neste momento já não sou.

A visibilidade é também uma forma de poder

Mas a questão da visibilidade também é um pau de dois gumes: ao mesmo tempo que nos expõe publicamente e que nos torna muito mais vulneráveis a qualquer tipo de reacção das outras pessoas, seja ela positiva ou negativa, a visibilidade pode também ser uma excelente carapaça, uma excelente forma de poder, uma excelente forma de protecção.

Uma coisa é chamar ‘fufa’ a uma fulana qualquer da rua, ou meia dúzia de gajos encostarem uma fulana que sabem que é ‘fufa’, na rua, e dar-lhe uma surra, ou violá-la. Outra coisa é fazer isso a uma fulana que vai à televisão ou que vai ao telejornal. Essa fulana, a seguir pode denunciar, tem o poder de... E ainda antes disso, ainda há outra questão, que é o próprio poder da ameaça: chamar ‘fufa’ a uma fulana na rua, só funciona se a fulana não se virar para trás e não disser: “sou fufa, sou, porquê, qual é o seu problema?” Porque se ela for dizer isto, ou se tu pensares que ela vai dizer isso, já não tem piada nenhuma. A questão da orientação sexual: alguém saber que eu sou lésbica, é uma pedra na mão de alguém. É uma arma na mão de alguém, se eu aceitar que isso seja uma arma, se isso para mim fôr um segredo, se isso para mim for um problema. Se isso para mim for uma coisa natural, banal, e absolutamente *toda* a gente sabe e não é problema nenhum, aquela pedra, aquela arma, não é nada, é pó. Se alguém me agredisse na rua a dizer: “sua lésbica!”, possivelmente, o que eu faria era virar-me para trás e dizer: “eu sou lésbica. E tu, és hetero? Ah, seu hetero!” A minha própria atitude — e esta palavra é essencial: *atitude* — aquilo que mostramos aos outros, pode não corresponder à realidade, quantas vezes as pernas nos tremem, mas estamos ali, com o nosso maior sorriso... Quantas vezes, encontrei colegas minhas, na sala de professores, com voz sedosa: “ai, ontem vi-a na televisão! Fala tão bem, colega!” “E o que é que achou daquilo que eu disse?”, “Ah, pois, sabe, eu estava lá entretida com os miúdos, estava a fazer o jantar, nem reparei bem, qual era o tema?” Mas vêm naquela: “ai, vi-a na televisão”, que é mesmo para encostar à parede. E depois, se tu as encostas à parede, a elas, metem o rabinho entre as pernas e vão-se embora, mas vêm numa de intimidar, de “não penses que eu não vi, eu sei”, só que tu dizes: “tu sabes, então o que é que achas disso?” Automaticamente destróis o poder. A questão da visibilidade é uma arma poderosíssima que, longe de nos expor, muitas vezes nos salvaguarda e nos protege e nos dá *poder*. Quando eu vou à minha escola e digo na secretaria: “eu quero alterar o meu IRS, que eu estou numa união de facto” e digo isto assim, despudoradamente à boca cheia, “ai, s’tôra, venha aqui, venha aqui, preencher o papel, aqui para o pé de nós”. Já são as próprias pessoas que se sentem quase ameaçadas, quase postas em questão. E depois são as próprias pessoas que, numa segunda reflexão, te dizem: “ó s’tôra, devia haver mais gente como a s’tôra. Era muito mais simples. Aqueles que andam aí, armados em ‘bichas’ a vida toda e parece que

ninguém sabe... Está toda a gente careca de saber!”. Agora, isto também é um percurso individual. Eu hoje faço coisas, estou-me absolutamente a borrifar. Esta semana, dei uma entrevista para o jornal cá da terra. Neste momento, ainda para mim é um bocado confrangedor, mas não é isso que eu mostro, não é isso que eu digo, não é isso que eu procuro passar. E eu sei que isso acabará, pouco a pouco, por ir passando. A primeira fonte de problemas está dentro de nós. É toda esta cultura, absolutamente homofóbica e heterossexista que nós também bebemos com o leite da mamã e que passa, e da qual é muito difícil livrarmo-nos.

Agora, tenho uma relação nova. Ainda não é a coisa mais assumida do mundo... No outro dia, encontrei uma colega minha na rua e disse: “Felisberta, esta é a Tisha, uma amiga de Lisboa.” E depois fiquei a morder a língua e senti-me mal comigo mesma. Hei-de dizer ‘namorada’, e gostava de ter dito, gostava que me tivesse saído naturalmente. Gostava que para mim fosse como para qualquer miúda de x anos que apresenta o namorado e diz: “este é o Pedro, o meu namorado”, e acha isto banal...

Mas outra coisa que me apraz bastante, é saber que eu, enquanto pessoa, contribuo por existir, por ser assim, para que as pessoas tenham muitas conversas de café, muitas sessões de ‘má língua’, muitos intervalos animados na sala dos professores.

• O falar das pessoas é muito saudável: é uma forma de aprendizagem

Este falar das pessoas é um falar muito saudável. É um falar de curiosidade, intriga, coscuvilhice, proximidade. Costumo dizer que isto é muito didático, muito pedagógico. As pessoas se falarem, falam sobre mim, não falam sobre alguém desconhecido, não falam sobre alguém que apareceu na televisão, e isto aproxima as situações, normaliza as situações. Mesmo que as pessoas falem mal, sabem que existe, e existe aqui ao lado. As coisas ganham consistência, existência real, concreta, aqui ao nosso lado, torna-as palpáveis, existem, fazem parte do meu mundo. Não fazem parte do mundo daqueles marginais idiotas ou daqueles ‘bichas’ malucas ou não sei quê, que andam lá à noite... Não, fazem parte do *meu* mundo, é a *minha* colega, é a professora do *meu* filho, isto, em termos sociológicos, psicológicos e políticos, é uma acção absolutamente pedagógica, mas também subversiva, revolucionária, e que contribui se calhar muito mais do que muitas campanhas publicitárias, para a mudança de mentalidades, para a mudança de atitudes, e

para ‘normalizar’ e ‘banalizar’, entre aspas, as coisas. E dá-me um grande gozo, muitas vezes, sei que há certos tipos de boatos que correm ... As pessoas vêm ter comigo: “ai, se soubesses o que andaram aí a dizer de ti, disseram isto...”. Eu nem sequer acho que seja muito mau. Enfim, claro que gostava que as pessoas pudessem dizer coisas mais correspondentes à realidade, mais positivas, mas não me assusta, nem me atrapalha muito que as pessoas digam, porque pelo menos existo. O passo primeiro é dar-lhe existência, nem que seja negativa.

Ser professora: saber *fazer aprender*

[Em relação ao ensino], uma das coisas que as minhas professoras e também a minha mãe de facto me ensinaram ao longo da vida, é que nós somos muito responsáveis por nós próprios. E eu, enquanto professora, acho que uma das coisas essenciais é ter uma boa formação em termos didácticos. Mais do que até pedagógicos. Não interessa só saber, interessa é de facto *saber fazer aprender*, mais do que ensinar, interessa que eles aprendam. Procurei muito e continuo à procura de estar minimamente informada em termos de como é que eles aprendem. E acho que quando eu achar que já sei, quando deixar de me preocupar se eles estão a aprender ou não, a coisa está mal. Procuo manter-me actualizada, a par das coisas e fazer coisas novas. Acho que a profissão de professora é uma profissão excelente, porque permite renovação. Os miúdos são novos, também temos um Ministério da Educação que até nos dá novidade demais! Nas mudanças de programas e de currículos, e de disciplinas e de tudo e mais alguma coisa... E procuro manter-me a par e formar-me também eu. Para mim, os meus professores e as minhas professoras foram muito importantes, não só em termos científicos, mas em termos humanos, na formação da minha própria personalidade, e daquilo que eu sou hoje. Também sei que não serei uma referência para todos, mas para alguns eu sou.

Os alunos são a parte mais gratificante da profissão docente

Preocupo-me muito com os alunos. Mais até do que estabelecer boas relações com os colegas, ou com a instituição, procuro que os meus alunos tenham uma boa imagem de mim. Se calhar, o facto de ser lésbica e de ser visível enquanto lésbica, e estou certa que

isto me coloca nalguma posição de fragilidade, também me entusiasma a depois garantir e manter boas relações com os alunos, porque se eu tiver boas relações com eles, eles passam para os pais e eu estou muito mais segura. Só um pequeno exemplo: eu tive o meu filho há uns meses, as minhas primeiras visitas, depois da minha companheira e da minha mãe, no hospital, foram os meus alunos. Eles sabiam, eu disse-lhes que se faltasse, era por causa da criança, e nasceu antes do tempo. Estive a dar aulas até às 11h e meia da noite, fui para o hospital de madrugada, o bebé nasceu nessa tarde, eu faltei a uma aula com eles, às 8h e meia da manhã e eles às 10h da manhã estavam no hospital, com flores. Estavam sozinhos. A mãe de uma aluna da turma trabalhava no hospital, viu no registo do hospital que eu tinha dado entrada, e imediatamente antes do horário das visitas, saíram do liceu, e foram ao hospital, levarem-me flores e dar-me os parabéns. E é muito bom. Ainda hoje, vejo mães e encontro alunos e é muito gratificante perguntar: “então para que área foste?”, “Ó professora, fui para ciências, depois de ter a professora, acha que eu conseguia escolher outra área?” É agradável. É claro que isto são um ou dois, ou meia dúzia, não estou a dizer que deixo marca em todos. Mas é gratificante. Os alunos são de facto a coisa mais gratificante enquanto professora. E gosto também de passar aos alunos as questões da diversidade. Eu sou professora de biologia e é muito fácil estar a falar em termos biológicos de diversidade e depois passar isto para termos sociais e culturais. É muito agradável. Gosto muito de dar aulas. É claro que todos os anos estamos sempre a mudar e eu tenho sempre medo dos primeiros embates. Até porque aqui na zona há um machismo muito grande... E esta nova geração são ainda mais conservadores que os pais. Tenho contacto com pais que são muito mais liberais, muito mais abertos do que os miúdos, em questões como o namoro, sexualidade... tudo isso. Mas quando se tem uma boa relação científica e pedagógica e em termos humanos, depois também é fácil.

O meu pai, a minha mãe e as minhas irmãs, hoje

Com o meu pai, a relação foi bastante difícil, durante bastante tempo. Detestei-o, odiei-o, a melhor coisa que aconteceu foi o divórcio, odiei-o durante muito tempo. Não consegui manter um relacionamento civilizado com ele. Consegui, a partir de determinado momento, porque deixei de o encarar enquanto pai. Passei a encará-lo como uma pessoa, com os

seus defeitos e as suas qualidades, não lhe reconheço qualquer tipo de intimidade ou legitimidade em relação a mim, no que diz respeito a mandar opiniões 'paternais', mas também não lhe exijo qualquer tipo de responsabilidade, é uma pessoa a quem eu não recorro, com quem eu não falo, por exemplo, quando foi agora do nascimento do bebé, e do fim da relação com a minha companheira, ele um dia telefonou-me, muito preocupado, eu nem sequer lhe disse nada, não tenho que lhe dizer nada da minha vida, nunca fez parte dela, nunca se responsabilizou, ia ter que lhe dar explicações, porquê? Mas falei com a minha avó, a mãe dele, e ela disse-lhe. Então, houve um dia, em que telefona para aí, todo preocupado, se eu precisasse de alguma coisa, para lhe dizer, e, inclusivamente, se eu não me conseguisse aguentar com a criança, que ele podia tomar conta da criança! Eu ri-me descaradamente na cara dele e disse: "tu nunca foste capaz de tomar conta dos teus e ias agora tomar conta do meu?!" Foi uma pequena crueldade. Um fulano que nunca foi responsável para nada, nunca soube dar dinheiro com regularidade para as filhas, nunca soube estar próximo. Acredito muito pouco que o 'fundo' das pessoas mude. Aliás, tenho hoje um relacionamento bastante civilizado e cordato com ele, só porque ele entretanto teve uma atitude que eu admirei muito, em relação à tal namorada búlgara. Ela, devido a um problema causado por ele, obviamente, num acidente que aconteceu em Angola, levou um tiro e ficou paraplégica. O tiro era para ele, mas como os cabrões têm sempre sorte!... E ele foi com ela até à Bulgária, mas podia tê-la abandonado na Bulgária, mas não, esteve ao lado dela, apoiou-a. De alguma maneira, a meus olhos, isso redimiu-o das faltas de atitude de tudo o que tinha sucedido connosco. Portanto, eu hoje consigo considerá-lo como uma pessoa... Ele apoiou-a ainda bastante tempo. Isto são processos mentais um bocado estranhos mas isto foi o suficiente para eu conseguir respeitá-lo, minimamente enquanto pessoa, enquanto cidadão. É claro que ele também precisava de sair de Angola, porque ele próprio estava a ser perseguido, e montou a vida dele na Bulgária e ela esteve ao pé dele, e tinha as questões da língua que ele não sabia, e as coisas institucionais, e o mexer-se, as nacionalidades e essas coisas, ele também precisava dela, também não foi de certeza, só pelos lindos olhos dela, não é? Mas pelo menos agora é possível uma relação com ele, mas muito distante, muito pouco emocional... eu não o considero minimamente meu pai, gosto muito mais de outras pessoas e relaciono-me muito mais com outras pessoas.

Ele soube que eu era lésbica também na fase em que eu fugi de casa. Na altura estava em Angola, veio cá, por causa disso, ele conhecia gente na polícia judiciária, andou aí a mexer-se e tal. Não é exactamente aquilo que ele acha que é melhor, mas é a minha vida. Paciência. Quando fui passar férias com ele, nunca falamos de nada, concretamente, eu estava bastante sedada, e não falamos muito dessas coisas, nem de nada de importante. Mesmo agora, em relação à criança. Falamos poucas vezes sobre isso, também não é dos assuntos que mais me interesse falar.

A minha mãe apercebeu-se do meu lesbianismo, de uma forma um bocado bruta, quando fugi de casa. Acho que ela procurou reagir à situação, achando que a outra é que era responsável, ela é que me tinha pervertido, é que me tinha levado para esses caminhos... Depois, acho que pensou que era uma fase, lembro-me de ela dizer: “Ah, tu encontras um fulano porreiro e nunca mais te lembras de nada disso”. Depois, quando eu fui para a universidade, eu fazia questão de lhe contar das minhas namoradas, ela fazia questão de não saber:

— Ai, eu não quero saber nada disso, já sabes que eu não concordo com nada disso.

— Eu sei da tua vida, eu apoio-te, eu estou contigo, eu sei quais são os teus problemas e estou contigo, portanto, acho que o mínimo que podes fazer, é também saber da minha vida. Podes não concordar, mas eu não posso viver, não posso ser uma imagem, não posso ser uma construção daquilo que tu queres. Não posso ser a Teresa que tu queres. Eu sou a Teresa que eu sou. Se eu te aceito como tu és, tu também tens que me aceitar como eu sou. Tudo aquilo que tu és faz parte de ti. Eu sei dos teus problemas de trabalho, não me interessam, minimamente, até posso não ter nada a ver com aquilo, até posso não concordar, mas é uma coisa que te preocupa, que é importante para ti, também é importante para mim. Isto é uma coisa importante para mim, eu não aceito que tu faças de conta que não existe. E quando eu digo que ‘é a minha namorada’, é a minha namorada. Tu podes não comentar com as tuas amigas, mas pelo menos eu não vou mentir, não me vou esconder.

Mesmo assim, acho que durante o período em que estamos a estudar, de alguma maneira tudo nos é permitido, estamos num limbo, fora de casa, lá longe, não se sabe de nada, desde que se vá fazendo as cadeiras está tudo bem, desde que não se apareça em casa, está tudo muito bem, é quase como se fosse uma fase ‘pré-adulterez’. A pessoa não é

completamente responsável por si, está a experimentar, está a descobrir. E acho que durante essa parte, a minha mãe pensou que era uma coisa passageira, transitória, que nunca a afectaria completamente. Eunão levava as minhas namoradas, eram relações relativamente curtas, de um ano ou dois, eram coisas que não a punham em risco e também não punham em risco a minha relação com ela. Porque há a considerar, e isto é um bocado perverso, e inconsciente às vezes, há a considerar que, no imaginário da minha mãe, o facto de eu ser lésbica, possivelmente faria com que eu ficasse com ela o resto da vida. Não estou a dizer em termos de morar, estou a dizer em termos de apoio, de suporte, de estar próxima. Na cabeça dela, eu acabaria o curso, voltaria para Canedo, continuaria a ter as minhas namoradas, escondidas da sociedade e do resto do mundo, e então seria o apoio dela, a companhia dela, sairíamos juntas. A coisa mudou principalmente quando eu conheço a Antónia, a levo lá casa e ela se apercebe que já não era uma relação como as outras. Já não era um namoro universitário, mas seria, digamos, um casamento, para o qual eu não a convidei nem pedi autorização. E muitas das reacções iniciais da recepção dela em relação à Antónia, foi nesse sentido, de ciúme. Acho que ela, no fundo, sempre achou que, mesmo que eu tivesse outro tipo de vida, eu estaria de uma forma quase clandestina, eu nunca iria ter vida própria, nunca iria constituir família, estar no meu mundo e fazer a minha vida. A minha referência seria ela, com a vida familiar. Teria relacionamentos, sim, eventualmente, mas escondidos.

Quando acabei o curso fui viver com a Antónia, nunca voltei para Canedo. Ela percebeu, de facto, que me estava a perder. Foi uma reacção de decepção, muito grande, de perda, de um certo despeito, quase. Acho que, entretanto, as coisas foram evoluindo e ela percebeu que eu tinha direito à minha vida. Aliás, foi uma altura em que ela própria percebeu muitas coisas da vida dela. Retomou uma série de amizades. Voltou a sair com pessoas, voltou a sair à discoteca sozinha. Acho que hoje em dia se eu aparecesse em casa com um homem seria um grande choque! Ia ficar completamente chocada, e se calhar não ia aceitar muito bem a mudança. Mas o que aconteceu com a minha mãe, é um processo perfeitamente normal. Inicialmente pensarem que é uma fase, que é por influência dos outros, depois que não é nada de sério, e tentarem também que fique apenas como uma questão na cama, mas que não interfere com a nossa vida social, profissional, familiar, uma coisinha escondida. Também se justifica porque a minha mãe é

uma fulana de direita, muito conservadora, que teve extrema dificuldade em assumir o divórcio, que nunca mais saiu com nenhum homem depois do divórcio, e para quem estes aspectos menos agradáveis ou menos aceitáveis em termos sociais até podem existir desde que se mantenham a um determinado nível. Também eu assumir publicamente o meu lesbianismo, dar entrevistas nos jornais, televisão... Lembro de uma discussão com ela que, na altura, era muitas vezes repetida: “mas por que é que tens que ser *tu* a mártir? Porque é que não são outras pessoas?” e eu dizia: “ó mãe, mas alguém tem que dar a cara.”, “mas para que é que é preciso que faças essas coisas?” e eu dava-lhe exemplos: “é preciso, porque isto existe, é preciso porque eu tenho os mesmos direitos, é preciso porque eu sou inferiorizada”, e dava-lhe exemplos, “mas então que vão outras pessoas, ao menos que não sejas tu”. Eu sei que a estava a pôr em cheque junto das amigas. Mas da mesma maneira que ela teve que fazer a vida dela, eu sempre achei que não tinha que sacrificar a minha vida só por causa da aparência social. As outras pessoas estão dispostas a fazê-lo no escurinho, no fundo do quarto que seja mais seu, eu não estou. E ela podia ter deixado de falar comigo, conheço situações em que isso aconteceu, mas não, de uma maneira ou de outra... Também teve que fazer o percurso dela, também teve os problemas dela, também teve que dar as explicações dela, às amigas, e ouvir as ‘bocas’ delas no trabalho. Ela às vezes dizia-me, mas muito superficialmente, que as pessoas falavam, que comentavam, mas ela também não dá grande abertura [a comentários]. Sabia das coisas por portas travessas.

Uma das minhas irmãs veio a saber mais tarde. Quando lhe disse: “Ah, estou farta de saber”. A minha irmã mais nova tem sete anos a menos que eu, é a artista da família. Nunca tive problema com as minhas irmãs. São duas fulanas que eu apoio-as, elas apoiam-me, elas sabem da minha vida, eu sei da vida delas, temos uma grande autonomia, com altos e baixos, mas matemos uma grande autonomia e uma relação bastante próxima, quando há qualquer problema, recorremos com bastante facilidade umas às outras. E elas recorrem com muita facilidade a mim. Continuo de alguma maneira a ser o apoio.

7. Graciela das Nieves, cigana não morre se tem sangue bom

7.1. A infância: entre outras raparigas e as tarefas domésticas

Vivia em barracos. Em barracos feitos de madeira. Chovia tudo, deram-me esta casa e eu vim para aqui. Já vim casada. Já tinha o meu filho de três meses, o mais velho, que tem agora 21 anos.

Eu já nasci no hospital. O meu marido também já nasceu, mas não foi aqui. Fui aqui numas terras mais adiante.

Na infância brincava. Ia para o rio, lavar bacias de roupa, vinha com as bacias de roupa. Com outras raparigas que sozinhas nós não podíamos andar que o meu pai e a minha mãe não *dêxavam*. Íamos todas lavar para o rio.

Eu brincava muito. Lembro-me de uma vez, o meu pai que vinha, lá no camião, que ele andava com as coisas, a transportar os móveis com um camião, e eu e o meu marido estávamos a brincar. Ele estava com um balde de água para me molhar, a brincar, andávamos na brincadeira, e eu estava com um pau para lhe bater e ele com o balde para me molhar, mas era brincadeira dele. Então, ele ia me molhar e vinha o meu pai no camião, e eu fiquei toda vermelha! O meu pai viu que eu estava a brincar, mas fez-se desentendido e fez que não viu nada. Mas a minha cara estava vermelha, parecia um tomate. Tinha quatorze anos. Foi rápido daí a casar. Ainda não tinha os quinze quando me casei.

Eu não andei na escola porque o meu pai também não *dêxava*, dizia que a escola é só para os rapazes. Para as raparigas, que não era. As minhas irmãs chegaram a andar na escola e eu não. Não andei na escola. Elas são mais novas que eu. Era por causa dos ciganos que falavam muito. Começavam... [a dizer que era] porque perdiam as tradições. Mas não é, não tem nada a ver. Tenho pena de não ter andado na escola. Ainda hoje tenho pena. Faz muita falta.

Tinha doze irmãos, uma dúzia. Tinha que lavar para todos, dar de comer a todos que o meu pai vendia móveis, vendia mal, e a minha mãe ia para as feiras. Eu tinha que arrumar,

e lavar, e dar de comer aos meus irmãos. Eu era a mais velha. Tenho um irmão mais velho que eu, mas ele já andava na escola, tinha que fazer o comer para ele e para os outros.

São

Sete meninas e cinco rapazes, e eu tinha que fazer tudo sozinha. Quando vinha, passava por casa da minha sogra, que não era ainda a minha sogra, e a minha mãe não gostava. Andava atrás de mim com a vassoura à roda da mesa, atrás da mesa: “ó mãe, o que lhe fiz, mãe?” A minha mãe não gostava porque o meu sogro era muito bêbado. Bebia vinho. Metia-se sempre com o meu pai, queria bater ao meu pai. E aí começou... Tinha medo que eu me casasse e houvesse barulhos. E nunca houve. Nós casamos e ele acalmou.

O meu pai, hui!, era muito exigente, não deixava, não deixava-nos andar, não deixava falar com o meu marido. Ele é cigano. Não deixavam falar com nenhum home, a minha mãe começava-me..., batia-me. Não me deixava ir para casa da minha sogra. Depois chegava e já tinha que levar porrada. Com quatorze anos. Era pequenina.

Mas, eu ia às escondidas a casa da minha sogra. Às vezes, deixava a minha mãe ir para a feira e lá íamos nós. Era pequenina.

Sou católica. Muitos ciganos são e muitos não são. Os meus pais e os meus sogros são católicos. Já vamos à *ingreja*, fazemos os nossos baptizados em casa, damos de comer, fazemos ... dançamos, ... somos nós que cantamos e dançamos. Somos nós que cantamos e dançamos.

7.2. Apesar da tradição, casei com quem eu queria

O meu pai e a minha mãe eram vizinhos dos meus sogros. Eu conheci o meu marido na terra dos meus pais. A minha mãe não queria que eu casasse com ele. Não queria. Mas eu convenci o meu pai e a minha mãe e eu casei porque a minha mãe não queria mesmo, mas casei com o meu marido. *Inté* agora sou muito feliz com ele.

Por isso os meus pais zangavam comigo, que eu fugia muito para a casa dos meus sogros, a minha mãe deu ‘cabaças’ aos meus sogros, e eu não, dizia que queria o meu marido. O meu marido estava pedido para mim, mas a minha mãe deu cabaças aos meus sogros. E

então eu chorava, e lá pediram outra vez. A minha mãe deu cabaças outra vez. Houve zangas. A família deu cabaças e eu disse à minha mãe:

— Se eu não casar com este, não caso com mais nenhum. — E não, não me casava.

Prontos, houve aquela coisa... Um tio meu que é irmão dela, que estava preso na cadeia, fez o pedimento. Outra vez. Outra vez o pedido de casamento. Continuamos. Tinha que ser. Era sempre sova, da minha mãe, por causa do pai dele.

Mas o meu marido é muito diferente, muito diferente. Sai mais à mãe. É muito meiguinho, muito amigo aos meus filhos. É muito bom. Não temos zangas, nem nada. Zangas, há, mas depois passa. As zangas são por causa do meu filho casado, a casa é muito pequenininha, só temos zangas por causa disso, por causa do espaço, quer dormir, vai dormir para a carrinha. É só por causa disso. Mais nada. De resto, não há zangas nenhuma.

• A tradição de ‘dar cabaças’: “Os homens ficam presos desde andarmos de barriga”

Dizer ‘cabaças’ é dizer que não quer, é dizer “olha, apanha cabaças”. O homem está sempre comprometido. Mulher, não. Pode casar com outro ou assim que não faz mal. Enquanto não casar [o que lhe está prometido, está comprometido]. Por exemplo, faz de contas, eu estou pedida com o meu marido, enquanto eu não me casar com outro, o meu marido está comprometido comigo. Se eu casar com outro é que ele já fica descomprometido. Ele não pode casar com ninguém. Os homens ficam presos desde andarmos de barriga.

É assim: nós andamos grávidas, se for menina, se eu tiver uma menina, peço com uma da nossa raça, e estamos na barriga e estamos pedidas. Já ficam comprometidos, já na barriga estão comprometidos.

No antigo não sabíamos se era menina ou menino, era só quando nascia. Eu andava de bebé e a minha cunhada também andava de bebé. O moço já tem 15 anos. E ela fez assim: — Se for menina, eu peço-te, se for menino, tu pedes; se for duas meninas ou dois meninos, que não.

— Está bem. — Assim foi, a mim nasceu-me um filho, a ela nasceu uma menina. Mesmo a calhar.

Ela disse logo assim para mim:

— Olha, já estão pedidos.

E eu fiquei assim um bocado de receio, que agora já não se usa estarem assim. Mas prontos, está, está. Mas eu fiz o contrato:

— Se o meu filho, quando for grande, se ele não quiser, vocês dão cabaças.

‘Cabaças’ é dizer que não quer. Prontos, a minha cunhada disse que sim. Tudo bem. Só que, agora, o meu filho está a embirrar que não quer. O meu filho é assim:

— Ó mãe, já viste se eu não gostar, se eu não gostar e ela não me der cabaças?

Quer dizer, se ela gostar e teimar, e não darem cabaças, já não é o contrato que eu fiz. Numa brincadeira, o meu filho a falar com ela disse:

— Não que a tua mãe tem que me dar cabaças, já foi o contrato.

— Não, não, a minha mãe não dá cabaças.

‘Cabaças’ é dizer que já *não* queria. Agora, vamos ver. Temos que ver se ele quer se não quer. Mas antigamente era assim. Tínhamos que nos comprometer e tínhamos que nos casar e casar mesmo.

Tínhamos que nos casar. Há muitos casos. A minha irmã também casou assim. Eu não. Casei com quem quis. Tenho o marido que eu quis. Mas tenho uma irmã minha que dão-se mal e tudo. Por conta destas coisas assim. Não escolher, sabe, é muito triste.

Dizer “olha, apanha cabaças”, dizer ‘cabaças’ é dizer que não quer. O homem está sempre comprometido. Mulher, não. Pode casar com outro ou assim, que não faz mal. Enquanto não casar [o que lhe está prometido está comprometido]. Por exemplo, faz de contas, eu estou pedida com o meu marido, enquanto eu não me casar com outro, o meu marido está comprometido comigo. Se eu casar com outro é que ele já fica descomprometido. Ele não pode casar com ninguém. Ele é que está amarrado. O meu filho, agora, é que está mais amarrado. Não pode pedir com ninguém nem casar com ninguém. Enquanto não vierem a dizer cabaças do outro lado, a dizer que não quer, está preso.

• **É bonito, o casamento cigano...**

Nós vestimos de noiva, à meia-noite. Durante o dia, é comer, beber e dançar. À noite, vestimos tudo de noiva, uma cigana mais velha fica a ver se nós estamos *virges*, se não

estamos. Então, elas se nós estamos *virges*, atira-nos com nós ao ar, e atiram muitas amêndoas por cima de nós e anis. Atiram-nos por cima, é bonito. Mas custa muito a ver aquela cigana velha a ver-nos. Custa. Mas elas sabem ver se estamos *virges* ou não estamos. Se não formos *virges* somos dadas àquele que nos fez o mal.

Se não formos *virges*, temos de dizer quem nos fez o mal, se não há mortes.

Mas é bonito, o casamento cigano.

Quando casei, não fui viver para casa da minha sogra, fui para um barraquinho velho, em Ponte de Lima. Os dois, eu e o meu marido.

O mais bonito é a vida de casamento, é o casamento. Termos os nossos filhos, a nossa casinha, a nossa casa, os nossos filhos.

• O dia... da prova da virgindade

Foi um bocadinho duro. Nem todas as mulheres sangram, mas elas têm que mostrar. Mostramos, e depois é uma festa. São três dias. Mais não. Noutros sítios é uma semana. Aqui são três dias. Mais não. Ficávamos cansados.

Mas mesmo agora, diz que há uma pílula, e vieram-me perguntar se eu tinha relações com o meu marido. E eu disse que não! Elas ficaram assim a olhar para mim, Eu fui chamar o meu marido e disse: “perguntaram-me se eu tinha relações e eu disse que não”, “ó, e não tens comigo?” Muita coisa eu aprendi com o meu marido. Não aprendi com o meu pai nem com a minha mãe.

• O meu casamento demorou muito

O meu marido só me tocou passados dias. Não foi naquela noite, não. Foi só passando três ou quatro dias, que o meu casamento demorou muito. A festa foi na casa da tia dele. Eu estava no casamento ainda. Eram para aí seis horas da manhã, um galo começa a cantar, o meu marido me abraça e... se não ainda não era naquele dia. Que era um bocado envergonhado o meu marido. E eu também. Era um bocado tímido. Agora é que

não. Assim foi mais devagar. Aquela do frango a cantar, foi naquela hora. Estávamos com uma vela que o barraco não tinha luz. Há vinte e três anos e lembro-me como se fosse hoje.

7.3. As ciganas, a maternidade, a escola e o emprego...

Os meus sogros são muito bons para mim. São toleirinhos para mim. São mais que a minha mãe e que o meu pai. Gostam dos meus filhos... quando há um problema, eles vêm lá. Mas a minha sogra, para mim, sempre foi sogra e foi mãe. Quando estive grávida, se eu estivesse doente, era só a ela que dizia. Que me ajuda, me ajuda muito, se é preciso qualquer coisa, se ela dizia “faz assim”, eu fazia o que ela mandava. Nunca houve zangas comigo e com ela.

Nós respeitamos mais os mais velhos. O que diz a nossa sogra “tens que fazer aquilo”, nós temos que fazer. Respeitamos muito. Se não, todos ficam zangados, começam a não andar bem com nós. Com toda a razão. Temos muito respeito às pessoas mais velhas.

Mulheres, mães, sogras e noras, umas e outras é que temos que nos dar bem.

Umas e outras é que temos que nos dar bem. Vamos a um domingo, passear um bocadinho por aí a fora, se houver um circo, vamos todas... Agora ao cinema, não, não vamos.

A um domingo, temos todas nos juntar, com os filhos, vamos com os nossos filhos, com os pequeninos, vamos para o macdonalds, se houver circo, vamos aos circo, se não vamos para casa, reunimos todas em casa, tomamos café, queijo, se quisermos comer, come-se, e ficamos ali a falar das nossas vidas. Dançamos... É muito lindo, dançamos umas com as outras.

Maternidade na comunidade cigana

Tive os meus filhos todos no hospital. Aos dezasseis anos, tive o meu filho mais velho. Do meu filho, a minha sogra e o meu sogro queriam que andasse grávida, porque eu fiquei em casa um ano sem engravidar. Não ficava. Não alcançava mesmo. Depois que fiquei

grávida, o meu marido e os meus sogros, era uma toleira! Quando nasceu, fui para o hospital, ele nasceu-me lá eram três menos dez, era a hora da visita, e a minha mãe e o meu marido foram à visita e ele sorria com ele ao colo, ia para trás e para a frente, hui! A mim não perguntou nada! Mas o filho! Andava para trás e para frente, com ele!

Tenho cinco filhos. O primeiro não custou nada. Parto normal, não levei pontos, nem nada. Custou-me mais o parto do último. Custou-me muito. Era muito grande e muito gordo. Nasceu com quatro quilogramas. [Eu] era magrinha, estreitinha de corpo, olha! Custou a sair, estava a ver que ainda ia desmaiar lá dentro.

Quando estamos grávidas, vamos ao médico, é o normal, tenho a médica de família, médica paga mesmo, particular. Eu andei sempre de gravidez normal. O que me custou mais foi este. Que era maior. Do mais velho ainda não havia nada, nem ecografia, nem nada. Só dos outros sim. Também nasci no hospital.

Na saúde já panhei um susto. Vai aí para três meses ou dois meses, apareceu-me uma coisa no peito, parecia uma chaga e me doía, e afinal era um furúnculo. E fui tirar. Mas apanhei um susto!

Eu depois via aqueles programas na televisão a falar, fiquei assustada.

• **Nem nos partos a cigana se dá ao descanso**

Por exemplo, nos partos, vamos hoje, amanhã saímos de manhãzinha. Não gostamos de estar no hospital. Não gostamos de estar na cama, nem em casa, não gostamos de estar deitadas.

Mas mesmo com este, fui à médica, vim-me embora, fui eu que assinei [o termo de responsabilidade], e vim-me embora. Não gosto de estar fechada.

Saí do hospital, fui logo lavar a louça dentro de casa. Ninguém nos faz as coisas atrasadas. Não tenho a minha filha [está casada], foi viver com a sogra. E eu não tinha ninguém e tinha uma carrada de louça para lavar. Olha, arregaça as mangas, comecei a lavar a louça. Comecei a lavar louça, comecei a arrumar aquilo, o meu marido:

— Ai que tu morres!

— Não morro nada, as ciganas têm sangue bom!

Mas é de todos os meus filhos. Eu saio, começo a trabalhar, a lavar roupa, para o tanque, não tenho máquina de lavar, que remédio tenho eu de me pôr no tanque a lavar! Frio e tudo. De noite e tudo. Com a luz cá fora e estava lavando.

“Gostamos muito de crianças, ciganas ou da vossa raça” “do criar é que vem o amor, o criar é que é o amor!”

Os homens ciganos gostam muito de crianças, gostam muito de filhos, não fazem questão se é rapaz ou rapariga.

Mas a minha filha já está há três anos casada e ainda não tem filhos. Teve que fazer um tratamento, é ele que não dá. Foi a minha filha primeiro, depois a minha filha levou-o lá a ele e viram que é dele. E também é por isso que ela precisa de ajuda. A médica disse «quando *arreceberes* vens cá que nós ajudamos». Ele precisa do tratamento. Teve a papeira. Vai custar muito, agora. Vai custar muito, ele teve a papeira.

Quando não se pode ter, adoptam crianças. Não faz mal. Gostam da mesma das crianças. Nós gostamos muito de crianças, ciganas e não ciganas. Ciganos gostam muito dos filhos. Muitos filhos. Tanto faz, cigano ou assim da vossa raça. Tudo na lei. Não vamos a roubá-los nem nada.

Do criar é que vem o amor, o criar é que é o amor!

• **As crianças são responsabilidade da comunidade**

Se alguma criança tem problema, vamos ajudar, vão todos. Se eu puder ajudar, eu ajudo. Mesmo que não seja filho nem sobrinho, não faz mal, nós ajudamos. Mesmo a uma criança da vossa raça, se virmos uma criança com fome, nós damos comida. Vamos ajudar. É o caso do menino ali à nossa beira, ainda agora, eu dava comida aos meus filhos e dava também igual para ele. Tigela de comida para um, tigela para o outro. Nós somos assim, os ciganos são assim. A vossa raça é mais egoísta. Eu dizia ao meu Tino “vai lá chamá-lo para vir comer *com nós*.” E comia *com nós*. Chega para todos. Mandava o meu filho que tem dez anos chamar o outro: “dá pão àquele menino”. Se eu estiver a cozinhar e ele pede, eu dou, que eu não consigo ver a criança com fome. Se vir assim, nós damos. Se nós

podemos ajudar, não precisa de ser ciganos, mesmo da vossa raça, nós ajudamos. E ele já chama por mim, sabe que os ciganos fazem isso. Nós ajudamos. Quando não há, não se come. É o caso da minha filha. Eu dou ao meu genro, dou à minha filha.

• **“Está igual à mulher, é *maricón*”**

Os homens na lei cigana não podem fazer o trabalho da casa. Não podem. Nem lavar louça nem nada. Nem fazer cama, não podem. Chamam *maricón*. Não podem. Começam logo a falar, “está igual à mulher... é *maricón*”. É *maricas*. E eles não fazem. Ah, mas o meu marido, ele ajuda-me, quando estou sozinha, ajuda-me, ajuda-me a fazer o comer, vai-me à loja, se é preciso, não tem nada a ver com o que os outros dizem, “eles não me interessam”.

Em casa, é o meu marido que decide tudo. Ele é que manda em casa, ele é que é o chefe da casa. Ele é que faz as contas, é ele que vai levar o dinheiro ao banco, quem faz essas coisas assim, é ele. Quando recebe o dinheiro que fazemos na feira, é muito pouquinho não dá nada, já nos pomos em casa, com esse dinheiro, o meu marido passa cheque e é muito melhor, também agora diz-se que não se pode andar com muito dinheiro, que temos medo. E roubam. Vamos a uma feira e roubam tudo. Fica aquele dinheirinho para trabalhar e é para trabalhar, não é muito, mas é para trabalhar e é para os resto das coisas de casa, vai-se vivendo assim.

As compras tem que ser tudo em conjunto. Agora se for só ele, não. Se gosto, compra, se não gosto, não compra. O meu marido, se ele disser assim “ai, é bonito”, se eu disser assim, “ai, não gosto”, o meu marido não compra.

A festa e a música

É um sobrinho meu que toca, toca piano, tenho um irmão meu que toca guitarra e fazemos a festa, o meu filho que tem dez anos vai pelo mesmo... sabe tocar piano.

Os ciganos vêm de todo o lado. Vêm de Espanha, pode vir de Lisboa, de tudo o que quiser, como nós vamos também aos deles. Nós vamos aos deles, eles vêm aos nossos.

Vamos muitas vezes, por todo o lado, não temos problemas. Levamos a carrinha, dormimos na carrinha. Custa, mas é bonito, é muito lindo. Levamos os carrinhos todos...

Vamos a muitas festas das famílias, vamos a noivados, a festas de anos, aniversários, vamos a todo o lado, aos baptizados das crianças. Fazemos os baptizados nas igrejas, e depois fazemos a festinha deles, não é uma festiva, é uma festona.

Vimo-nos nas feiras e falamos. Vamos encontrando e vamos falando. Chegamos a um “olha que temos a festa...” seja quando for, e vamos convidando nas feiras, “em tal dia, é casamento...” ou festa... E eles vêm todos lá. Ao fim do dia vão ter com a família e dar dinheiro.

Dão dinheiro. Com nós é como se fosse uma feira. Um está a chamar pelas pessoas para ver quem dá dinheiro, e eles dão. Damos todos. Um dá 10, outros cinco. Uns vinte e cinco euros, outros cinquenta euros. Já ajuda. Já dá para trabalhar para eles. Para começar.

As mulheres ciganas e a escola

O meu sogro sabe ler. A minha sogra não. O meu marido sabe ler.

Tenho uma filha que já está casada. Andou. Quando foi para o ciclo, nós não dêxamos. Os ciganos começavam a falar. Dizem que rapariga cigana não pode mandar, que começam a namorar para lá, depois ninguém aceita. Tivemos que tirá-la de lá.

É uma tempestade. Não imagina! Se é preciso matar, *mato [matam]*, e claro, é isso que nós não queríamos. Não queremos complicações. “Não, não, não vai para o ciclo, não vai.” E até pode acontecer dentro das nossas casas! Mas... Agora, já se vê muita rapariga no ciclo, mas é raro ver uma cigana.

A minha filha sempre gostou de andar na escola. No dia em que deixou de andar na escola, ela chorava, ela queria, nós é que não deixávamos. Ela também casou novinha, casou com 15 anos. O marido dela também é cigano. É analfabeto, não sabe ler nem escrever.

Eu queria que os meus filhos andassem na escola. O de dez anos anda na escola, na Primária. Tenho um que anda no ciclo. É muito preguiçoso. Não vai para a escola. Diz que vai para a escola, e não vai. Tem 15 anos, anda com os amigos a brincar, o meu marido disse:

— Ou tu passas, ou tu é que vais lá trabalhar nas feiras. — Os meus filhos não estão habituados a carregar sacos...

Ele disse:

— Quero andar na escola, agora vou andar certinho. — Ele também joga a bola aqui no Famalicão. — Pai, eu quero estudar, quero ser jogador.

— Se queres ser jogador, tens que andar na escola para saberes.

— Então pronto, pai, agora vou andar na escola. — Vamos lá a ver se ele agora...

Eu quero que ele ande na escola. Que aprenda, que seja mais do que nós. Na feira, ora dá, ora não dá. Às vezes vimos embora sem fazermos nada. Às vezes, não dá para fazer nada.

Eu que não queria isso para os meus filhos. Vamos lá a ver agora.

O meu filho mais velho fez até ao 5º. Era o que mais aprendia e o que mais gostava e passava. O outro fugia-me mas ía-me à escola.

Este diz que vai e não vai. E nós não sabemos de nada. Da escola, mandaram-me uma carta a dizer que estava chumbado por faltas.

Uma professora bateu-lhe e ele: “o meu pai não me bate, você também não me bate!” e virou-se a ela. Chegou a casa e disse “e acha justo?”. Não é justo! Ela disse que ele é deficiente. O meu marido não soube, porque o meu marido é muito assim com os filhos. Fui lá eu à escola. Falaram da professora e soube mais problemas dela, atirar cadeiras e tudo, mas ele, desde aí, pronto, diz que fugia.

Se há reunião na escola, tanto vão os homens como as mulheres. O meu marido vai às reuniões como eu.

• **“Gostava de saber ler”**

Aprender à noite não dá. Por causa da vida dos filhos, fazer de comer para o meu marido, tem que ter o comer ali certinho. Eu já tentei andar na escola da noite. Mas não dá. Tinha que vir a correr fazer de comer e não dava. Tentei ir, à noite, mas não dá. Era só duas horas, era pouco tempo, não podia ir mais. Foi pouco tempo. Para aí um ano. Não consegui aprender. O meu nome ainda consegui aprender a fazer. Só dá para assinar o nome. Queria aprender mais. Eu gostava de saber ler. Gostava de saber ler o que passa na televisão, pergunto ao meu marido...

Há mais ciganas, há para aí umas três ou quatro que não sabem ler.

A educação dos meus filhos

Na educação dos meus filhos, mostro-lhes como está a vida agora. Desejo os meus filhos que venham àquela hora para casa dormir. Têm que vir comer, têm aquela hora de vir comer. “já lhe disse que vou comer mais logo!” [faz um tom mais grave a imitar o filho] Mas é claro, se faz uma asneira, se calhar vai uma palmadinha, bem dada, no momento certo, não é só chegar aqui à pancada, não! Digo o que está mal, aos meus filhos. Está tudo bem para eles. Os meus filhos obedecem.

Não gosto de estar fechada, gosto de estar ao ar livre

Na escola, eles [os meus filhos] se dão bem, nas creches não. Estão habituados a andar *comnós* e não gostam de estar fechados. Eu também não gosto de estar fechada, gosto de estar ao ar livre. Quando vou para o hospital ter os meus filhos, eu entro, e ao outro dia saio, não fazem as vinte e quatro horas. Porque eu não me vejo em sítios fechada. E estar deitada! A mim não me dá.

Ciganas e emprego

Sou empregada doméstica. Gosto de ser feiranta mas também gosto de ser empregada doméstica. A minha vizinha pediu-me se eu ia lá duas vezes por semana e eu não disse que não, não custa nada. Ela trabalha fora e eu faço a limpeza.

Foi uma coisa que surgiu senão não tinha o rendimento mínimo. Como feirantes não podemos ter. Não sei porquê, mas disseram que não. Tenho que ir lá sempre fazer a limpeza, e vou. E mandaram-me se eu queria outro emprego. Isso era o que eu queria, para me ajudar a criar os meus filhos. Levo este para trabalhar comigo e tudo. Vou para as feiras com os meus filhos.

Mesmo agora a minha filha disse-me: “se eu for pedir um emprego, não dão sem a escola”. Que ela queria um emprego. A minha filha está no rendimento mínimo. Vamos a ver se arranja trabalho. Ela agora não está a trabalhar, pediu ajuda ao rendimento mínimo. Vamos lá a ver, se elas disser que sim, ela vai, que ela quer um emprego.

Ela gostava de ser *feiranta*, mas, se disserem “vai para um emprego”, ela vai, porque ela também gosta de emprego.

É casada mas não tem emprego, está à espera do rendimento mínimo.

O marido não trabalha. Andava a ajudar a irmã dele, nas feiras, ao fim-de-semana, depois dava uma coisinha assim, 5 euros, isso não é nada.

A minha filha gosta de ser feiranta. Precisa de trabalhar para o rendimento mínimo, mas gosta muito de ser feiranta. E a Sara também gosta. Gosta de ser feiranta. Os meus filhos já não gostam. Ele gostava de ter um emprego assim mais certo. Mas não vai lá.

Casar e não ter casa

Eu dou-me bem com a minha nora. Ela é da vossa raça. Para nós tanto faz. Eu quero é a felicidade dos meus filhos. Ela diz que quer seguir a tradição cigana. Mas ela não sabe muita coisa que é a nossa lei. E ela muitas vezes não sabe, prontos. E eu digo:

— Se queres seguir, tens que seguir os nossos exemplos, respeitar os nossos coisas.

Faz de conta, o meu filho não quer que lhe chame trapalhão, que é [igual a] mentiroso, não quer que lhe chame. Que é feio, para os ciganos é feio. Não se pode. Tirámos isto, ela já não chama. Fizemos assim, se ele está a falar com outros ciganos, e chamar, ela também não pode ir lá chamar. Se ele estiver a falar com outros homens, não pode. Então, ela já não vai. Se ele vai com os amigos comer e beber, ela já sabe que é isso. Também bater um ao outro, não se pode. Na nossa raça, é uma lei, o respeito é bonito. Claro que se o meu marido bater-me, nós ficamos. Que até hoje, o meu marido não me bate.

Vai aprendendo devagarinho. Vai fazer dois anos.

Vivem connosco. É um t2. E a minha filha e o meu genro também estão comigo. Temos oito pessoas, lá. Já pedi ajuda à Sandra, à IGAPHE. Era melhor uma casinha. Cada qual na sua casa. Se eles tivessem uma casa não era assim. Se eu puder ajudar, eu ajudo-a. Eu ajudo se puder ajudar. Sei que a Sara tem, ele cozinha para ela, me ajuda a pagar as coisas, que remédio. Ela é feiranta. Por enquanto, vai-se vivendo.

• O filho estava comprometido mas correu tudo bem: casou com a Sara e já têm uma filha

Já estava comprometido. Correu tudo bem. Pedi aos meus sogros, porque o pai dela é irmão do meu marido.

O meu filho disse-me:

— Mãe, não quero andar com ela.

— Mas eu quero — porque eu gostava muito dela — porque eu gosto dela.

Ele estava a namorar com a Sara e ela já andava grávida.

— Mãe, eu não quero, mãe, peçam cabaças.

— Olha, pega, vais tu lá pedir-lhe cabaças.

E ele foi lá à minha cunhada e disse à mãe:

— Eu não quero a sua filha, dê-me cabaças. — E ela não deu.

Ele veio para cima, para a minha casa, todo zangado:

— Ó mãe, ela não me deu cabaças.

— Olha, é porque a filha dela gosta de ti.

Depois, eu vim a saber que o meu filho andava a fumar charros, viram-no e vieram-me aos ouvidos, e fui ter com ela e disse:

— Dê-me as cabaças, não estou para o meu filho se matar nem se destruir.

Foi a minha sogra:

— Então, apanha as cabaças, apanha.

Então, cheguei ao meu filho:

— Bem feita, porque ela não te quis, que te deu cabaças. — eu assim para ele. — Não te quis, bem feito.

A minha sogra vai dizer à minha cunhada, a dizer que tinha dado cabaças, e ela ficou!...

Que a filha dela gostava dele. E isso passou e elas não falavam com ele, nem nada.

Ficámos um bocado discriminados, por causa disso. Não falávamos. Ficámos à margem.

A minha nora andava grávida.

A filha da minha cunhada veio a minha casa e disse:

— Eu gosto do seu filho, o que tenho que fazer para que o seu gostar?

Mas o meu filho disse:

— Eu não te quero, tu podes casar com outro que eu não te quero.

Depois não sei como é que foi vim a saber que a rapariga [que é agora a esposa] andava grávida. Ele veio ter comigo:

— Ó mãe, eu vou-me embora com ela.

— Não, isso não, embora não vás. Casas e ficas na minha casa. — Foi uma coisa difícil. Ficaram dentro de casa, nunca mais saíram. Já têm uma filha.

O luto na comunidade cigana

Quando morre alguém, só choramos, nem televisão vimos, andamos todos de luto, toda a família, não se pode comer carne, só comemos peixe, tem sete meses, oito meses, não podemos. Os outros podem comer, só a quem nos dói, é que não comemos. Que nos dói comer carne. Luto muito fechado. Não vimos televisão. Não ouvimos música. Se ouvirmos música, já começamos a chorar. É muito forte. Não andamos de mangas *caviadas*, não. Só mangas compridas, casacos em cima de casacos. E só preto. De Verão custa muito. O tempo de luto depende. Há lutos de oito anos. Se for por um pai, são uns aninhos que se leva. Se for por um filho, já é mais, até pode levar a vida toda. É como do marido, é toda a vida, não podemos voltar a casar. Andámos só de preto, e não podemos casar.

Ficamos sozinhas. Ficamos com os nossos filhos, depois casam, vão-se embora, ficamos sozinhas. Nesta tradição, não podemos. Os homens podem. Agora, já. Primeiro, não. Se forem mais novos podem casar. Agora se forem assim velhos, já não podem.

Uma rapariga nova ficar aí com tantos filhos, mais vale *num* casar. A tradição é assim.

7.4. Viver com o racismo

Preconceitos racistas

Na feira dizem na minha frente, “mando-te com o cigano”, e depois viram-se e: “ai, desculpe, desculpe”, e eu digo, “quer que os ciganos levem o seu filho, eu levo, quer que eu leve o seu filho? Eu levo!” À minha frente.

Há muitos que dizem, nós vamos pelo caminho, “olha, vais com os ciganos”, e eu digo, “olhe que eu vou roubar-lho!”.

Não reparam que estou ali. “Ai não é cigana?”, “Sou”, “ai, desculpe, desculpe.” E eu digo, “não faz mal”.

As crianças têm medo, quando nos vêem não param, seguem sempre, cheias de medo. As crianças têm medo dos ciganos, têm medo. Porque é as mães que metem medo. Nós vamos por todo o lado, quando nos vêem, eles fogem, têm medo. Acho graça como elas dizem à nossa beira, “vem aí o cigano que leva-te!”, “eu sou cigana!”...

Vai fazer dois anos que o meu filho está lá em casa com a minha nora. É que ninguém nos aluga. São muito racistas. É tudo racistas. Não alugam. Está tudo bem, alugam por telefone, vão lá, e já não alugam. E é da vossa raça. Não alugam. Mesmo com dinheiro. Não nos alugam. Estamos à espera da Câmara se nos dá uma casinha, se dá uma casinha a eles, à minha filha...

8. Margarida Pimenta, o trabalho feminista

8.1. Crescer numa família ‘matriarcal’

Vivi numa família, que hoje já consigo ver [quase] ‘matriarcal’. Foram sempre as mulheres que mandaram. A minha avó materna criou mesmo aquela figura matriarcal. Tinha sido uma menina *bem*, para a época, era filha dum funcionário que tinha algum cargo, no Banco de Portugal. Portanto, era uma família de um estrato social culto. Quando era nova, estudou piano, etc. Foi educada assim, com as outras irmãs, mas, no meio daquilo tudo, apaixonou-se e casa com um revolucionário da Primeira República! Nasceu em Abril de 1890 e a minha filha, Aïda, nasce em Março, exactamente cem anos depois.

O meu avô materno era militar e também músico. A minha mãe chama-se Carmen, por causa da Ópera. Ele compunha música e era mesmo um revolucionário típico da época, segundo a minha avó contava, claro. Eu acho piada porque, sempre que a minha avó falava do meu avô, e nos contava, aos netos, coisas sobre ele, era sempre sem uma mágoa. Ela participou sempre activamente como revolucionária, ao lado do meu avô. Contava-nos muitas vezes como foi a primeira vez que pegou numa arma: foi para a rua, de arma na mão, disparou e depois deu por ela sentada virada ao contrário! E como escondia os papéis... aqueles pormenores todos. Contava isto sempre com muito orgulho e nunca a dizer, «pronto, perdi, não vivi bem»: não tinha mágoa absolutamente nenhuma.

Os avós maternos: vida de um casal de revolucionários em tempos de ditadura

Como era militar, andava de um lado [quartel] para o outro, e a minha avó vai passar a andar com ele. Está [presente] na implantação da Primeira República, depois, é dos que se revoltam contra o Sidónio Pais e, portanto, é preso. Então, ela começa a ter uma vida muito atribulada e abandona tudo. Quando o meu avô é preso, vai para a Trafaria, salvo erro, depois para Évora, para o hospital-prisão, onde morre com trinta e oito anos.

A minha avó teve sete filhos, morreram dois com a peste bubónica, e a minha mãe é das filhas mais novas: quando o meu avô morreu, a minha mãe cinco anos e o irmão mais velho [tio] tinha quatorze. Portanto, a minha mãe sempre teve recordações um tanto ou quanto vagas sobre isto. A minha avó contava que, nessa altura, não tinha dinheiro absolutamente nenhum, nem sequer para regressar à sua cidade. Os colegas do meu avô fizeram um espectáculo lá em Évora para angariar dinheiro para ela poder voltar. Acontece que também era orgulhosa e não queria, de modo nenhum, [humilhar-se] à família. Tinha sido uma opção dela, portanto, foi trabalhar: para a monda, no Alentejo. Mas como nunca tinha trabalhado, de facto, quando chegou à monda, teve que ver que não era fácil: as mãos da minha avó não davam para apanhar aquilo tudo! Isto nos anos vinte, trinta. Entretanto, uma das mondadeiras, que também era uma moça, descobriu que a minha avó sabia ler. E então o que é que acontecia?! Aquilo era por regos, cada uma tinha que fazer o seu, mas duas companheiras levavam a meias o rego da minha avó para ela ir atrás, a ler romances!... lá atrás a ler, elas mondavam mas iam a ouvir a história, a leitura de um romance.

A minha mãe nasceu em Outubro de 1917! Ela até costumava dizer: «a política há-de perseguir-me o resto da vida».

Quando era pequenina, a minha mãe ainda esteve no Colégio das Doroteias. Esteve pouco tempo, porque a minha avó depois foi lá buscá-la, já não aguentava tê-la lá. Mas a minha mãe, é engraçado, diz que gostou muito de lá estar porque aprendeu, e também sabia que, ao sair do Colégio, acabava-se...

O apoio da avó e da tia solteira

A minha avó da parte do meu pai morreu tinha o meu pai um ano e o meu avô tornou a casar e ele é daqueles que ficou marcado pela madrasta. Assim que o meu avô morre, a madrasta emancipa-o, para lhe dar a parte da herança e para dizer: «Vai à tua vida». Ele era muito novo, teria dezassete anos, foi à vida dele e a herança acabou.

O meu pai era uma pessoa... eu também sou um bocadinho suspeita a falar disto tudo, porque só tenho uma parte das recordações, eventualmente, as mais positivas. O meu pai bebia muito, era um alcoólico, mesmo, e era muito despegado dos valores materiais. Era

um artista: o meu pai era canteiro, trabalhava a pedra. A Câmara de Beja e a Igreja do Santo Condestável foram feitas por ele. Tinha muita habilidade.

Nunca sustentou a casa, porque gastava o dinheiro todo, era um bocado incontrolado. As minhas irmãs, eventualmente, terão recordações de algumas partes mais negativas. Não era agradável ter um pai que chegava a casa com os copos.

A minha mãe era muito cuidadosa. Fazíamos sempre as festas de anos. Por exemplo, quando o meu pai fazia anos, a gente fazia a festa, mas ele estava sempre no quarto com os copos e nós a comemorar sozinhos porque parece que ele decidia sempre estragar o esforço. Era mesmo uma pessoa muito fechada, embora tivesse muitos amigos, até fosse muito “social”, mas isso não queria dizer que tivesse uma vida... parece que contrariava tudo. Quando eu era miúda, lembro-me de as minhas irmãs começarem a namorar, e depois há aquela altura dos namoricos irem lá a casa. Arranjavam um pretexto como, por exemplo, ir aos meus anos. Eram os anos da “menina”, eles sabiam, e iam também para estarem com as minhas irmãs. Então a minha mãe preparava o meu pai: «cuidado, que vêm os rapazes» e o meu pai: “claro, claro, claro”. Mas depois, no dia, lá estava ele, no quarto, aos gritos. Lembro-me perfeitamente de as minha irmãs porem a música muito alto e falarem muito alto, para eles não ouvirem... coitadas das minhas irmãs!

Como já o apanhei velhote e desgastado, já achava piada a tudo. Mas, eventualmente, a minha mãe não achava, como é óbvio. Eu até gostava dele, não tenho más recordações, mas não era uma figura presente. Ele conheceu quase todos os netos menos a minha filha: quando o meu pai morreu tinha eu dezassete anos, dias antes tinha nascido o último dos meus sobrinhos.

A minha avó acabou também [por vir a] ser um grande apoio para a minha mãe, porque era muito difícil, com sete filhos. A minha mãe sempre governou a casa, sempre decidiu tudo, sempre orientou tudo. Não me lembro do meu pai perguntar nada, se faltava alguma coisa, ou «se vais para a escola», ou outra coisa. Partia do princípio que isso estava tudo tratado. A minha mãe é que marcou sempre ali o ritmo. A minha avó era mais a figura consensual da família. Não trabalhava muito, não era uma pessoa muito habituada a trabalhar, era mais para a conversa, para fazer sala, para orientar, para dirigir. A minha mãe sim: fazia a comida, a roupa dos meus irmãos, tudo. Mas era assim: o meu pai tinha muito respeito à

minha avó. Ela só dizia: «Oh, José...», e ele: «Pronto, eu vou-me já deitar». Ele também não tinha tido mãe.

A minha mãe era uma pessoa também muito fechada. Nunca se pintou na vida, nunca vi a minha mãe vestida de vermelho, nem de amarelo, nem de verde. Era de estar em casa. Aliás, ainda agora conta que, às vezes, o carteiro notava isso, de repente, deixava de a ver e perguntava:

— Então, a Carmen?

— A Carmen teve um bebé.

— O quê? Teve um bebé e então a gente nem viu?!

Ficava anos sem sair de casa, à conta de tratar de tudo. Nem a viam grávida. Foi sempre mais virada para o sacrifício, para tratar das coisas, ter de ser a retaguarda. Teve a ajuda da minha avó e de uma tia minha, que não tinha filhos.

A minha avó era uma mulher completamente diferente, muito alegre, a cantar e tudo...

A minha tia era outro tipo de mulher completamente diferente da minha mãe. Trabalhava, era enfermeira. Já era uma mulher de ir aos espectáculos, de ir para a rua, de fazer compras... Morreu relativamente muito cedo. Foi esta minha tia quem tratou da Catarina Eufémia no hospital de Beja, porque era lá enfermeira e estava lá quando ela chegou.

O meu pai participou naquela história do homem que vivia nos montes, de que fala a *Cerro Maior*, de Manuel da Fonseca. O Alentejo era muito marcado por [aquelas lutas] e as pessoas estavam sempre, de uma maneira ou de outra, envolvidas.

Sou a sétima filha, com uma grande diferença de idades dos meus irmãos. Somos cinco mulheres e dois rapazes. Como sou a sétima, e assim fora de tempo, à partida, não fui desejada: a minha mãe tinha quarenta e dois anos, já tinha seis filhos adultos. Quando eu tinha doze anos, a minha irmã mais nova estava a ser mãe. Nunca vivi aquele convívio com os irmãos que funcionaram para mim sempre num determinado registo.

Tenho um irmão mais velho que emigrou para o Canadá, em Julho e eu nasço em Agosto. Antes, ele já tinha ido trabalhar para Lisboa, mas emigrou para conseguir uma vida melhor, como é óbvio, para arranjar dinheiro para a família. Não vai, propriamente, por motivos políticos, não me apercebi, não teve que fugir. Aliás, ele ajudou e muito, mandava muito dinheiro para cá, e mandava para mim. Eu não tinha ideia nenhuma dele. Veio cá pela primeira vez tinha eu sete anos, e retorno a vê-lo exactamente quando o meu pai morre, e

é a primeira vez que me apercebo dele assim como irmão. Agora, vamo-nos encontrando esporadicamente, ou em Paris ou cá. Vem várias vezes a Portugal, duas ou três vezes por ano, para ver a minha mãe, já está noutra fase da vida. É uma pessoa muito distante, mais canadiano do que português, tem mais anos lá do que cá e tem uma família toda lá.

Também me separei dos outros irmãos, de alguns que foram para o estrangeiro, um para a Alemanha e as minhas outras duas irmãs para Paris. Ainda guardo as cartas que escrevi ao meu irmão a contar histórias. Os meus irmãos, sobretudo a minha irmã Nelita, mas os três de alguma maneira, envolveram-se com o Partido Comunista, portanto, com a oposição. A minha irmã é mesmo militante e teve mesmo que fugir, a polícia foi lá a casa...

8.2. Oposição ao fascismo

A minha mãe sabia, de alguma maneira, que o meu pai participava nos grupos da oposição mas não era militante. O meu tio mais velho também participava, no início, e até ajudou a organizar o Socorro Vermelho Internacional. Os meus irmãos é que vieram a ser mesmo militantes do Partido Comunista. Estavam muito envolvidos.

Na Cova da Piedade, que era um centro da oposição e da resistência, havia a escola de um clube chamado Clube Desportivo, só uma capa. Era um modo de intervir: davam aulas aos marinheiros, e a minha irmã dava aulas de Inglês. A maior parte das pessoas que lá trabalhava era militante do Partido Comunista.

Havia a Cooperativa e era a Nelita quem estava à frente. Havia uma intensa actividade cultural, muitas sessões culturais, ia lá o Ferreira de Castro, a Matilde Rosa Araújo, ...

Eu tinha nessa altura 5, 6 anos, ia lá muitas vezes, a vida que eu fazia era muito deste tipo.

A Matilde Rosa Araújo ofereceu-me *O Livro de Tila*, com uma dedicatória.

A minha irmã era muito animadora destas coisas. Quando as minhas irmãs começaram a namorar, a minha mãe obrigava-me a ir com elas, porque não *podiam* ir sozinhas, e eu ia sempre, de [pau de cabeloira]. Tenho “estágio” dos namorados todos, dos meus cunhados, tenho recordações das “secas” que eu apanhava.

A grande investida da PIDE: a fuga da irmã para Paris

Depois há uma grande investida da PIDE, [da polícia do regime], em que são presos alguns militantes do PC. Aquilo foi uma razia completa, prenderam muita gente e é aí que a minha irmã tem que fugir. Lembro-me exactamente do dia em que a minha irmã fugiu. Não porque eu tenha sabido, que ninguém contava nada... A minha mãe aqui funcionava como: «quanto menos souber, melhor». Eu andava a brincar na rua e lembro-me de a minha mãe ter-me dito que ia à cabeleireira, de eu entrar em casa e de lhe dizer:

— Oh, mãe, não vai à cabeleireira? — e de ela estar numa cadeira, na cozinha.

— Não, eu hoje não vou a lado nenhum. — Na altura pensei que a minha mãe estava chateada com qualquer coisa. Nesse dia a minha irmã acabava de ir embora.

Contaram-me [depois]: bateram à porta, e a minha mãe revelou-se corajosa e disse:

— Eu não sei da minha filha, nem quero saber, ela fugiu-me de casa. Não quero saber, a minha filha há muito tempo que saiu de casa. — Lá aprontou a manta.

A minha irmã fugiu com a roupa que tinha no corpo! Foi de repente, foi sem nada. Saiu com outros e eram dois grupos: um saiu pelo Norte e o outro pelo Sul; o que saiu pelo Norte foi apanhado e o que foi pelo Sul safou-se. A minha irmã foi pelo Sul, pelo Alentejo. Saíram pelo monte e passaram uma noite numa casa: pediram [guarda], tanto no Sul como no Norte. Só que a pessoa do Norte chamou a polícia e a do Sul não chamou. A minha irmã conta que a senhora levou uma cafeteira grande com café para eles tomarem. Tomaram o café e foram-se embora. Passaram pela Espanha, tudo, sem nada...!

O pai da minha grande amiga de infância, a Anabela, também era do Partido [Comunista], e foi preso. Não quis fugir, sentou-se na sala à espera que a polícia o fosse buscar... Cada um tinha a sua forma de acção, a sua resistência. Ninguém falava das coisas connosco, ninguém nos explicava nada, ouvíamos aqui e ali, mas a gente sabia que ele estava preso. O pai dela só saiu com o 25 de Abril. Em 1973, apareceu a CDE, que abriu uma sede na nossa rua. E então, ia com ela lá dentro espreitar: Tínhamos doze anos, éramos já [crescidinhas], mas espionávamos aquilo tudo, vasculhávamos tudo... Claro, não sabíamos o que era era fascismo, [mas] sabíamos algumas coisas, porque eram as actividades e os livros que costumávamos ler, pronto, aquela coisada toda. Isso conta muito. Na escola, andámos até ao Liceu, fomos sempre muito unidas. Depois nunca mais soube nada dela.

A minha irmã foi para Paris, em 1967, devia fazer um ano que estava em Paris, dá-se o Maio de 68! Viveu todo o Maio de 68 em França. Depois, pronto, ficou lá. Lembro-me de ver as outras minhas irmãs a esconderem os livros dentro do sofá, tudo aquilo que era suspeito e a tirarem muita coisa de casa. Claro que a mim nunca me disseram nada.

A seguir foi a outra minha irmã, porque o meu cunhado fugiu à tropa. Foi lá ter com ele, casou lá, e começaram a viver lá. E eu comecei, de alguma maneira, a perceber que elas não podiam cá vir.

Claro que a minha irmã corta com o PCP em Paris, portanto, vai mais à esquerda. Isso, de alguma maneira, marcou-me também.

A força da mãe espantou ... enfrentando o fascismo

A minha irmã foge em Junho e a minha mãe vai logo para Paris passar esse Natal com ela. A minha mãe espantou, nalguma medida, porque era uma mulher que nunca ia a lado nenhum, anos e anos sem sair de casa, e quando os filhos saem de casa, a minha mãe corre meio mundo, sozinha! Vai sozinha para Paris de comboio, que era preciso passar a noite no comboio e aquela coisa toda. Não falava francês, nem nada! Esses embates, o meu pai não aguentava.

Tem muitas dificuldades para sair, teve que pedir autorização à PIDE, e a minha mãe desenrascou isso tudo. Ela tinha uma boa desculpa, porque ia nascer o meu primeiro sobrinho, filho do meu irmão que está no Canadá. Ela não diz que vai para Paris, diz que vai para a Alemanha assistir ao nascimento do neto. Nesse Natal, leva-lhes muita coisa: bacalhau, e rissóis, roupa...

Na segunda vez fui eu e a minha mãe. Nessa altura tinha eu oito anos, estava na 2ª classe. Era o Dia da Mãe, vamos de comboio e lembro-me muito bem de entrar, de verem os documentos, tudo passado a pente fino, e de a minha mãe ter um grande à vontade perante isso.

Fomos e estivemos lá bastante tempo. Tenho perfeitas recordações da casa, de tudo... Fui ver o "Oliver Twist", em Paris, em francês, eu sentada e a minha irmã a segredar-me a tradução. [Levaram-me] a ver os museus, já não me lembro do que vi, andava por tudo quanto era Paris. Nessa altura, fui duas vezes com a minha mãe a Paris.

Elas escreviam, iam mantendo aquela ligação: «a mana está aqui, está a fazer uma coisa muito importante», entretanto, iam alimentando aquela relação. Eu escrevia as cartas todas em francês e ela mandavam-mas corrigidas.

Os brinquedos da clandestinidade

Quando começou a Primavera Marcelista, aquela [fase] mais aberta, a minha irmã Ernestina começou a vir a Portugal, que é a Ernestina. Vinha, geralmente, com o meu irmão, que estava na Alemanha. Vinha sempre cheios de presentes, de brinquedos! Quando via aqueles brinquedos todos, eu pensava: «que maravilha!» No dia seguinte não estava lá brinquedo nenhum em casa e eu ficava com um desgosto enorme, porque pensava que os brinquedos eram para mim. Eles escreviam uns documentos [políticos] que traziam dentro dos brinquedos. Por isso é que os brinquedos desapareciam logo e eu sempre pensei: «Mas que raios, mas a quem é que eles dão, senão a mim?!»

Havia na minha família um pouco aquele tabu: «não se conta tudo, e muito menos à mais nova, porque isso até pode tornar-se perigoso». Mas de uma maneira ou de outra eu chego à política. Na minha família, toda a gente é de esquerda. O nosso núcleo familiar é muito grande, a família próxima é muita gente e todos sentimos esta ligação. Tudo de esquerda, mas nem toda a gente é do mesmo.

Os meus irmãos influenciaram-me muito, mas nunca me disseram: «Vai para ali, vai para acolá». Eu nunca fui para o PCP, de facto, sempre tive uma noção que a esquerda era outra coisa. De França ou da Alemanha mandavam-me coisas: [por exemplo] um fato à *Bonnie and Clyde*, com a boina; interferem nos livros, nos brinquedos. Quem determina a minha educação não é a minha mãe nem o meu pai, são os meus irmãos. Aí eu tenho muita vantagem, em muita coisa, até no vestir, que as irmãs é que determinam a minha roupa... São mais vanguardistas, digamos assim.

Deram-me tanta liberdade para ler: lembro-me de ter-me fechado em casa e só [saí] quando acabei o 3º volume do Jorge Amado sobre a história do Partido Comunista do Brasil. São três volumes que marcam. Para já, um romance lindissimo, claro, mas que nos pinta uma visão completamente idílica da política, do Partido Comunista. Aquilo é um Partido onde nunca há problemas, onde toda a gente é boa, onde não há luta de ideias,

não há interesses diferentes. De facto, eu hoje não aconselharia ninguém a ler um livro daqueles, porque a seguir a decepção é enorme e não nos prepara, não nos arma para coisa absolutamente nenhuma.

O meu irmão regressa ainda antes do 25 de Abril, as minhas irmãs regressam exactamente a seguir ao 25 de Abril. A minha irmã vem viver para nossa casa, embora já fosse casada, porque não tem casa, não tem nada.

Depois do 25 de Abril, ia com os meus irmãos aos primeiros concertos de canto livre, por exemplo, o José Mário Branco era amigo deles. E assim que, quase sem dar por isso, uma pessoa vai-se ligando, vai vendo...

8.3. Tempos de estudante

Nunca andei na catequese nem na “mocidade”

A escola primária era a escola pública, ninguém era rico, acho que era tudo mais ou menos... Lembro-me de haver jovens que tinham mais dificuldades que nós, mas era uma coisa que nos escapava. Talvez nos cadernos, algum que não tinha caneta, ou as cores, depois nas canetas de feltro, mas os professores não faziam diferença. Também não nos deixavam muito evidenciar...

Tive duas professoras na primária: a primeira foi a D. Guilhermina, era a directora da escola, portanto, tinha muito que fazer, mas era uma mulher muito gira, muito justa, não nos batia, não precisava... Já não se reformou nova, tinha muita prática daquilo e... demos-nos muito bem. A outra professora veio no fim da quarta classe, e puxou muito mais por nós, porque a D. Guilhermina era muito boa, muito compreensiva, mas tinha sempre muito que fazer, e estava sempre tudo muito bem.

Eu e a Anabela, a minha amiga, nunca andámos na catequese nem na Mocidade Portuguesa: fomos a excepção. Mas nunca fomos marginalizadas por causa disso. Nem a nossa professora de Moral nos penalizou. Aliás, acho que éramos um bocado invejadas, até.

Não sei nada de religião, nunca assisti a uma Missa. A minha mãe é religiosa, sempre rezou, mas nunca em público. Só fui baptizada com sei anos e um bocado à revelia, porque os meus irmãos não queriam. Não queriam que eu fosse para a Religião. A mãe aceita isto durante um tempo, mas depois usa a minha irmã mais velha, que no fundo é a minha mãe, e, com a minha tia, vão comigo à Igreja e baptizam-me. Lembro-me do padre me perguntar qualquer coisa do catecismo:

— O que é que tu sabes dizer da vida de Jesus?

— Não sei nada. — respondi e ele deu-me um livrinho de catequese para eu aprender, que ainda tenho na mala.

A minha avó, claro, acreditava em deus e contou-me a vida de Jesus. Na escola primária, claro, estava lá o crucifixo, fazia-se o presépio, mas não foi uma coisa que nos marcou.

Os/as professores/as que marcaram

Do ciclo preparatório, tenho a recordação sobretudo das professoras. Por exemplo, a de Religião e Moral que, de facto, era uma mulher muito interessante: foi a primeira que nos falou de sexo, de virgindade e disso tudo, de uma maneira muito séria. Numa aula, ela estava a falar da virgindade e uma pessoa da turma pergunta assim:

— Ó professora, como é que nós sabemos que uma pessoa é virgem?

— Esse teu colega tem o braço partido. Se estamos às escuras, como é que sabes que ele tem o braço partido? — Foi a resposta dela.

Eram umas aulas muito divertidas. Essa professora marcou-me, ainda estou até a ver a cara dela. Era mulher de um médico...

Lembro-me de outro, o Rui Mingas, que hoje é embaixador de Angola; era cantor e escritor, um resistente, é o pai daquela modelo negra: era um homem do MPLA, um intelectual e era o nosso professor de ginástica: para além da ginástica, tocava violão e a gente, atrás do pavilhão, cantava aquelas músicas todas de Angola. O ciclo preparatório não era misto, só nos encontrávamos no recreio: raparigas de um lado, rapazes do outro, raparigas com batas cor de rosa, rapazes com batas [azuis]. Na Educação Física era tudo à parte, mas ele incentivava-nos muito, fazíamos ginástica e até gostávamos de jogar andebol, tínhamos

uma equipa e participávamos em campeonatos. Alcácer também tem muita tradição do andebol.

Quando vamos para o liceu, a coisa torna-se mais dispersa. Os meus principais anos de liceu são os anos do pós 25 de Abril. Tudo professores porreiros, uns melhores, outros piores, mas tive um professor que foi um horror, era muito autoritário, era da PIDE. Era professor da disciplina de Desenho e Trabalhos Manuais. Sempre fui muito má a Desenho, Trabalhos Manuais ainda era como o outro; no Desenho Geométrico tinha jeito, fazia aquilo tudo muito direitinho, só que depois era preciso passar a limpo e já era uma questão psicológica, porque eu chegava a passar o desenho todo, estar com o tiralinhas e, no final... cair um borrão. Mas como eu tinha boas notas às outras disciplinas, para não me estragarem a média, por causa do “quadro de honra”, porque só tínhamos isenção de propinas se estivéssemos no quadro de honra, tinha sempre 12!

No ano escolar do 25 de Abril, 1973/74, tive uma professora de Inglês contra quem nos revoltámos. Só tinha uma preocupação: era que disséssemos muito bem *three* com a língua; usava sempre o mesmo penteado, vestia sempre da mesma maneira, andava sempre muito direita; não era bem freira, mas... E nunca faltava às aulas! Até que há um célebre dia, que nós estávamos na sala, dá o segundo toque, ela não aparece, e nós, *tumba, tumba!* O que é que acontece?! Ela chega atrasada, depois do segundo toque, vai para a aula e dá falta à malta toda! Aí, nós decidimos revoltar-nos. Na aula seguinte, alguém tem que falar, lá fui servir de porta-voz:

— Nós queremos aqui contestar a razão pela qual a professora nos marcou falta. Tudo bem, que a senhora veio, mas muito atrasada, depois do toque. — E começou uma discussão ali na sala por causa da dita falta. Havia aí muito, muito autoritarismo.

Havia também dois professores no liceu que eram dois tiranos: a Alice Costa e o marido, que até era vice-reitor, a quem a gente chamava o “Mocas”. A Alice Costa era professora de Latim, nunca chegou a ser minha professora, felizmente. Tivemos um professor do MRPP, que era um “espanto”, a Matemática, fazia tudo errado, não percebia nada daquilo. Depois havia aqueles que falavam mais connosco: lembro-me muito da Catalina Pestana, ela era uma fulana com o mesmo ar que tem hoje, mas de bom relacionamento com as pessoas. Dava Português. Nessa altura, era tudo muito, muito movimentado.

A minha turma do 5º ano, 1974/75, agora retomou o contacto: há uns anos atrás, encontrámo-nos e até tem uma página na Internet. Não era assim uma turma muito revolucionária, mas era engraçada, cada um seguiu o seu caminho, mas temo-nos encontrado, agora, e telefonamo-nos.

A militância estudantil

Entro no Liceu, em Alcácer. É aí que a gente começa, ainda antes do 25 de Abril. Comecei, talvez, com os meus treze, doze anos, no movimento associativo. Fazíamos um jornal, que ainda tenho lá em casa. Era feito em papel cor de rosa e havia ali coisas arriscadas. Mas a censura também abrandava, [neste período]. Era um jornal de jovens, embora alguns fossem mais velhos. Nós ainda não entendíamos muito bem, mas era contra a guerra colonial, sobretudo. Uma vez tínhamos lá posto uma frase sobre a guerra colonial que depois tivemos que riscar em todos os jornais, todos: fomos nós próprios a riscar, mas aquilo ia fazer com que o jornal desaparecesse. Organizámos um canto livre, com o José Jorge Letria. Tínhamos um reitor, que era um gajo porreirinho e ele autorizou-nos a fazer o canto livre. Começou tudo a cantar, e às duas por três começa um comício contra a guerra colonial. Ele estava com muito medo, mas não chamou a Polícia, nem nada.

Nessa altura, mesmo ainda antes do 25 de Abril, começa o MAESL, “Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário do Liceu”, ao qual nós estávamos ligados, e aí começámos a distribuir os comunicados, aquelas coisas. Era um movimento muito conhecido que acabava por agregar muita malta do outro lado do Tejo. Foi aí que comecei nas questões estudantis, ainda sem perceber muito bem o que é que se passava.

Para distribuir os comunicados no recreio, a técnica era: juntar muita malta, e de repente alguém lançava os comunicados, portanto, nunca se sabia quem tinha lançado, chamavam-se os “volantes”, porque “voavam” e depois cada um ia para o seu canto e, pronto, e ninguém via.

Já havia manifestações em Lisboa, tive colegas meus que foram presos, os rapazes. Quando eles voltavam no dia seguinte, via-se se tinham sido detidos, porque lhes cortavam o cabelo, não ficavam propriamente presos, mas estavam sempre à espera.

Depois dá-se o 25 de Abril e pronto, aí é a explosão natural, começa a haver associações de estudantes, tudo isso. Esse período foi muito, muito forte! Acabam-se algumas amizades de infância, algumas pessoas deixaram-se de se falar, por ficarem em lados diferentes. Aquilo, para nós, era o outro lado da barricada.

No pós 25 de Abril, ocupámos o Seminário de Alcácer, com grandes manifestações, porque um dos problemas que nós tínhamos era com as instalações porque o Liceu era pré-fabricado e o Seminário tinha boas instalações e estava desocupado!... Ocupámos, mas fomos depois despejados pelo PCP. Nós gritávamos contra eles e eles correm com o pessoal todo à pancada. Tudo à porrada! Depois elegeram-se a associação de estudantes, havia as discussões... E aquilo foi-se extremando. Quem vingava, de facto, era só a esquerda; chamavam-nos, na altura, a “extrema esquerda”. Estávamos inseridos num meio em que PCP dominava, mas ganhámos a associação de estudantes. A eleição não era por voto secreto, era de braço no ar. A gente tinha ali uma actividade louca de reunir de manhã à noite, aquilo era uma coisa terrível! Tudo o resto, toda a onda era do PCP. E começa a haver uma grande ofensiva, organizada, por assim dizer, para nos destituir, para acabar com aquele pólo das forças “esquerdistas” que estavam ali a desestabilizar tudo.

No 11 de Março, fizemos um plenário inter-escolas, saíram todos em manifestação até à porta da Lisnave. Também comentemos um erro táctico terrível: aprovámos em RGA uma moção onde se proibiam as bancas da UEC, que é uma coisa que não tem sentido nenhum. E dá pancada a sério, a coisa começa a ficar um bocado feia.

Na altura, era o MJT, “Movimento da Juventude Trabalhadora”. A coisa fica feia: houve uma vez que até tivemos de sair pelo telhado, pois cercaram o liceu por completo. Estamos a falar de putos do ensino secundário e eles vão lá com G3! Chegaram lá e selaram o liceu! Portanto, era o hábito fascista: para todos os efeitos, ficaram com os mesmos hábitos. Quando o liceu reabre, reabre debaixo de gestão militar, com três militares. Não reagem com diálogo, reagem com gestão militar!

A luta pela sala da associação de estudantes: acabam todos dentro da *berlier*

Quando chegamos ao liceu e entramos, o que é que acontece? A sala da associação de estudantes está fechada: tinha sido transformada num armazém! Então, eu e mais dois, uma delegação, vamos falar com a gestão militar e dizemos que queremos a sala da

associação de estudantes, que aquilo é um atentado à nossa liberdade de organização. E pedimos a chave. Dizem eles, mesmo a gozar connosco:

— Não, não senhora, vocês vão ter uma sala da associação de estudantes muito boa!...

— Nós queremos a nossa sala, não queremos outra sala.

A delegação que foi negociar com os militares sai de lá, e o que é que a gente faz? Fomos de sala em sala, batemos à porta, interrompemos as aulas e demos as informações todas.

E dissemos:

— Nós vamos ter que decidir o que é que fazemos: no próximo intervalo, concentramo-nos junto à associação de estudantes.

Bom, toca, começa a malta a vir, a vir,... ninguém volta para as aulas e nós ocupámos a sala. Ocupamos ordeiramente, por acaso lembro-me perfeitamente, mas tivemos que arrombar a fechadura. Tirámos tudo o que lá estava dentro e pusemos na arrecadação do liceu. E começámos a limpar a sala e a arrumar. E estávamos, inclusivamente todos a fazer a ordem de trabalhos da reunião, quando entram por ali a dentro, os militares, aos gritos:

— Tudo quieto, tudo parado, quem tem identificação, faça favor, quem não tem bilhete de identidade, tudo para dentro. — Portanto, quem não tivesse identificação tinha que ir para dentro da *berlier* que eles tinham lá fora.

Toda a gente que estava dentro da sala, ninguém levava bilhete de identidade, e éramos vinte e seis, foi tudo “dentro”. Eles têm que nos encostar à *berlier*, que estava mesmo à porta do liceu. Era tanta gente e eram também muitos PC... Raparigas éramos só três. Ali pelo corredor, todos em fila indiana, a assobiar a “Internacional”, porque a gente levava aquilo tudo a sério. Bem, vai tudo para dentro da *berlier*. Quando a *berlier* está a arrancar, a malta que estava cá fora começa toda a gritar: «Nós estamos todos com vocês!» E a gente gritava: «Pelo ensino popular, lutaremos até ao fim!» E levaram-nos. Mas, no fundo, estava tudo cheio de medo... O tempo das prisões ainda tinha sido há pouco tempo. Estivemos horas ali, a gente sem saber o que havia de fazer. Dentro da *berlier*, estávamos cansadíssimos, só nos deixavam ir à casa de banho e mais nada. Depois começaram a chamar-nos, para nos interrogar, dividem-nos, e só ficam dois, os que eles entenderam que eram os cabecilhas. Levaram-nos para Lisboa, e dormiram uma noite na esquadra. Eu venho para o liceu já naqueles jipe, e quando chego, vou ao conselho de gestão, e já lá está a minha família toda, os meus irmãos, tudo.

Toda a gente ficou muito mais revoltada. Os professores, na altura, ficaram divididos, o liceu era muito grande. Mas três professores solidarizaram-se connosco: uma delas foi a Catalina Pestana, do MES, na altura, outro do PCP, e a Glória do MRPP.

A acusação contra nós era “promover a destruição do liceu”! Fomos chamados todos à Judiciária. Na altura, adoptámos uma postura que é: na Polícia não se fala, e ninguém falava. Aquilo passou e acabou em “águas de bacalhau” porque, entretanto, as coisas também foram-se acalmando e eles viram que estavam a lidar com crianças e, para além do mais, aquilo foi uma vingança que fizeram contra nós, não aceitavam que nós dominássemos aí. Mas claro que com toda esta vivência, já não poderia ir para o PCP.

Sabia lá se o partido estava reconstruído ou para reconstruir!

No pós 25 de Abril, durante os primeiros anos, a minha actividade política foi o movimento estudantil, em toda aquela movimentação. Depois disso, foi com a juventude, trabalhei muito tempo em organizações de juventude. Estive nos grupos que deram origem à UDP. Havia aqui de facto algumas divergências, por exemplo, os que achavam que o partido da classe operária já estava reconstruído, que era o caso do grupo a que eu pertencia, e os que pensavam que era preciso reconstruí-lo. Lembro-me que houve um comício, num teatro qualquer, em Lisboa, com o José Mário Branco, a que eu fui com a minha irmã, e, nesse comício, gritou-se «em frente pela reconstrução do partido!» Adorei aquele comício e, quando cheguei no dia seguinte, fui contá-lo ao meu círculo de amigos e, de repente, houve assim alguns que se viraram: «tu gritaste?» E eu fiquei!... Para mim, aquela questão não tinha importância nenhuma, sabia lá se o partido estava reconstruído ou para reconstruir! Mas era uma questão de princípio para aquela malta.

Logo a seguir, fui para a comissão de moradores, onde estive muitos anos... E isso foi uma boa formação política. Fui já para este combate muito [preparada], mesmo fisicamente, porque eles muitas vezes batiam-me bem, os “seguranças”. O PCP batia-nos muito: por exemplo, quando estávamos a colar cartazes, aquilo era uma coisa... Aquilo era muito marcado por esta luta, nos primeiros tempos, porque nós sempre fizemos ali trabalho concreto. Todas as coisas foram amenizando e passámos a ser capazes de conviver com eles [com o PCP], mas sempre em campos opostos. Acho que esta formação e essa

prática é muito boa porque nos deu grande formação, contra as “golpadas”, contra a falta de democracia. Eu gostava muito do trabalho na comissão de moradores, começámos a estimular à participação, era o problema das habitações, dos despejos, das famílias pobres... Trabalhávamos muito; na prática, era mesmo um trabalho de assistente social. As comissões de moradores também serviam para promulgar a proximidade das pessoas.

Depois fui trabalhar nas colectividades, é-se também jovem, e comecei também o trabalho nas organizações da juventude. Nós virámo-nos muito para o trabalho cultural. A vertente cultural para nós era tão importante na nossa formação!... Sempre tivemos boletins informativos, por exemplo, o “Informa-Acção” (“Inform”, de informação, mas também de Acção), tínhamos revistas, por exemplo, a “Gente Nova”, e fundámos uma cooperativa cultural, que se chamava “Desengrenagem”. Íamos ao cinema da meia-noite, discutíamos os filmes, discutíamos os livros, e isso também dá uma grande formação, uma grande abertura. Na sede da UDP, durante anos seguidos se comemorou a passagem de ano feita por nós. Fazíamos um programa: com uma parte séria, canto, teatro e poemas até à meia-noite, e uma parte cómica. Na parte séria, dramática, toda a gente chorava, era na parte que eu entrava. Não havia comício em que a gente não fosse com qualquer coisa. Andámos nos acampamentos, nas subidas à Serra da Arrábida, a pé. A gente fazia daquilo o maior divertimento de sempre! Íamos sempre cheios de bandeiras, para descermos com elas a desfraldar. Adorávamos colar cartazes e tínhamos muitos grupos de música. Cantavam muito bem mas eu não, eu fazia parte do grupo de teatro.

O que nós gostávamos de fazer era teatro: tínhamos um grupo de teatro, “Tesourada”. Era teatro amador e começámos por fazer peças revolucionárias, feitas por nós! Fizemos teatro muitos anos, ganhámos prémios... Todos participavam: ensaiava-se, com muita disciplina, um dia de semana e todos os sábados à tarde. Éramos jovens, passávamos os sábados à tarde, inteiros, fechados, a ensaiar. Representado por nós, claro que acabava com a Internacional. Depois, começámos assim a evoluir um bocadinho, a fazer peças mais elaboradas, até que um dia concorremos às festas da cidade de Lisboa e arrebatámos os prémios todos. Foi no teatro Vasco Santana. Aquilo encheu-nos...!

Não direi que éramos óptimos, mas éramos razoáveis. E depois viemos à Televisão, começamos a ter projecção. Fizemos tantas representações por tudo que era sítio. E é engraçado: não tínhamos um único carro, andávamos de transportes públicos, com tudo

atrás. Mas não me lembro nunca de ter cansaço! Não sei se era da época, se era do entusiasmo que a gente tinha. Agora, quem é que faz uma banca se não há um carro para levar material para a banca?! Nós montávamos uma peça às costas! A nossa juventude não tinha muito dinheiro. Isto pode parecer uma contradição, porque muitos de nós já militávamos, nem todos propriamente em partidos, mas num regime muito duro: nomeadamente, não podíamos rir nas reuniões, não podíamos andar de mãos dadas na rua... Havia um que nos fazia a vida “negra”. A gente tinha uma disciplina partidária que era uma coisa extraordinária! Mas eu acho que a gente reagia.

8.4. Namorei muito!

No ciclo preparatório, tive uma paixão por um fulano com quem nunca falei. Era daquelas paixões... Comecei a namorar na altura do liceu, com um rapaz, que não era bem namorado, era mais meu amigo, portanto, era só para dizer que namorava com ele. Com o 25 de Abril, ele não se meteu na política, colocou-se no seu canto e nunca acompanhou, portanto, deixou de haver espaço e acabou. O primeiro que se pode considerar namoro, aquele ideal de companheiro, foi o Telmo: era um homem que atraía, um dirigente, quer dizer, alguém que fala nas acções, nas assembleias. Eu era muito pacata... Esse era interessante, de facto... Não sei o que é feito dele, depois foi para o Canadá ou para a América, sei que abandonou a política, também. Quando os homens abandonam a política... Depois um outro que cantava, tocava viola, era a nossa voz principal, fazia teatro, também não era nada de especial, estivemos assim de passagem.

O ideal de companheiro: dirigente político

A seguir é que tive o grande namorado da minha vida. Foi uma situação mais complicada e se não tivesse acontecido o que aconteceu, se calhar eu estava casada com ele. Quer dizer, voltamos novamente ao ideal de companheiro, agente político, que quer ir para a frente, não tem medo, está na primeira linha, faz tudo. Era o Mário. Era mais novo do que eu dois anos, mas era o gajo mais promissor que aí estava: na altura, já éramos do partido,

portanto, já era um outro nível, em militância, responsabilidade, consciência. Ele era muito engraçado, muito alegre, muito divertido, muitíssimo inteligente, muito bom aluno a tudo, tocava viola, bom a nível político, tinha carisma... Tinha uma grande vida à frente dele, com muitas expectativas a todos os níveis. Mas tinha uma doença, um aneurisma na cabeça e a opção era: ser operado, com grandes riscos daí decorrentes, ou esperar que alguma coisa acontecesse. Viveu assim uns anos neste dilema, até que um dia teve um acidente. Vai para o hospital e esteve horas na operação, sem se saber se morria ou não. Foi uma coisa horrível! Ficou paralisado totalmente, não falava e não queria falar. Tem um irmão, viviam com a mãe, que era separada, mas tinha assim muitos problemas e ele era muito ligado a mim e à minha mãe. Acho que foi o período em que eu emagreci mais: suspendi tudo nessa altura, foram meses!

Entretanto passou a ir todos os dias para o Alcoitão. Recuperou um bocadinho, não mexe o braço direito, tem que usar um aparelho na perna, já anda e fala, mas o raciocínio dele não é o mesmo, não é o mesmo, é outra pessoa; casou e tem um filha. Mas até à recuperação dele, isto ainda durou uns meses, foi muito complicado. Foram meses até ele aceitar aprender a abotoar os sapatos só com uma mão, a aceitar falar devagar, que não tinha outra saída. As outras pessoas sabem que o ajudei, e é verdade, eu fiz tudo por tudo. O problema surgiu quando ele recuperou e quando ele já fazia quase tudo sozinho, estava quase como está hoje. E aí o choque entre nós foi muito grande: no fundo, ele viu que já não tinha as mesmas capacidades e já não dava. Eu passei a ser a recordação da parte sã dele. Ele quase exacerbava a dependência de mim: houve uma vez, nos anos da minha mãe, que ele parecia que estava completamente dependente de mim, até muito mais do que quando estava de facto. Era do estilo: «Abotoa-me o... sapato», mas eu disse assim: «Oh, Mário, eu não te abotoo o sapato, porque tu podes abotoar o sapato». O que aconteceu ali era que, para ele evoluir e para ser o que é hoje, ele teve que cortar comigo. Custou, porque ele tinha sido uma pessoa extraordinária e, hoje, é uma sombra do que era.

Uma criança muda muita coisa. Nós mudamos e a perspectiva das coisas muda

Depois conheci o Mateus Fortunato, também na política: era muito divertido, muito cómico, muito bem disposto, muito alegre. Era e ainda é uma pessoa que, ao pé dele, está toda a

gente muito bem disposta e isso era o que me atraía mais nele. Os meus sobrinhos passavam a vida lá na nossa casa, nas noitadas e ele brincava com os putos. A certa altura, a gente decidiu casar: já tinha vinte e sete anos e os meus sobrinhos já estavam adultos. Dos vinte e sete aos trinta anos aquilo foi uma vida às mil maravilhas! Estávamos os dois sozinhos.

Então, decidimos planear uma criança, a Aïda. Mas depois de ela nascer, de facto, a vida mudou muito, uma criança muda muita coisa. Nós mudamos e a perspectiva das coisas também muda. Acho que há aqui também o problema da expectativa. Eu tive sempre expectativas muito altas... Mas, de facto, o Mateus Fortunado não mudou absolutamente nada, além de não ter aceite muito bem um maior protagonismo meu na política. Porque nessa altura, a Aïda nem sequer tinha feito um ano, eu estou na campanha das presidenciais, sou a mandatária da Juventude e corro o país todo. Não que ele tenha ficado com a Aïda, porque ela foi para as minhas irmãs.

Separámo-nos. Também não tive tempo para me chatear muito, as coisas começaram a correr mal: houve alguma propensão da minha parte e um afastamento dele. Aquilo não durou muito. Claro que houve uma discussão ou outra, mas, quer dizer, não prolongámos, nem eu nem ele, não temos aquela coisa: «Vamos tentar salvar o casamento, vamos mudar, vamos tentar de novo».

No ano em que eu me separei, fiquei a viver em Lisboa quase um ano. A casa é dele, e até era a casa onde tinha nascido, mas ele disse que não queria lá ficar. Eu [também] não queria: não queira ficar em Lisboa, longe da minha família, mas ele é que saiu de casa. Foi o pior período da minha vida! Fiquei só eu e a Aïda, e nesse período, eu não fazia nada. Vivia sozinha com ela. Ainda por cima, ela era bebé. Levantava-me de manhã, levava-a para a creche, ia trabalhar, ia buscá-la: não fazia mais nada. Portanto, eu só ansiava que chegasse a sexta-feira para me vir embora. Depois regressava no domingo à noite, com as sopas todas feitas dentro dos *taparwares!*... Por isso, assim que pude, nem chegou a um ano, fui viver outra vez para casa da minha mãe. Preferi voltar para casa da minha mãe, e estar ali descansada, para ter esses apoios todos.

• Mãe descomprometida

Tenho sido militante toda a vida, desde pequenina, por assim dizer. Quando decidi ter a minha filha e decidi tê-la, planeada, já não foi muito cedo. Quando se decide, a gente também não sabe bem como é que vai ser a seguir. Sempre tive esta ideia e logo se vai ver se fiz bem ou se fiz mal. Embora a minha filha ache que eu sou uma mãe “galinha”, sempre fui muito descomprometida. Podem-me dizer que cada um actua segundo as circunstâncias que tem. Podem-me dizer: «mas está bem, tinhas as tuas irmãs, tinhas a família...». É verdade. Se não tivesse, a minha vida seria outra coisa. Mas eu tenho que falar com base naquilo que a minha vida foi. Sempre, desde o princípio, nunca encarei a questão da maternidade e da minha vida familiar como uma obrigação a tempo inteiro. Tive a minha filha em Março e em Agosto estava fora a organizar um acampamento para os jovens e estive lá o tempo todo. Em Dezembro estava a deixá-la para fazer uma campanha presidencial. Ela ficou com as tias. Há mães que não fazem isto! Também não estou a criticar essas pessoas, mas como estou a falar em relação a mim, sempre pensei assim. Eu nunca me privei de ir a lado nenhum nem de fazer nada por causa da minha filha, desde que a não prejudicasse. Mas isto é em função da minha vida.

Por acaso, agora tenho um companheiro, marido, que assumiu isso na sua plenitude. Quando vim viver para aqui, a minha filha tinha cinco anos, eu e o meu companheiro assumimos que a minha vida ia ser sobretudo em Lisboa, portanto, havia uma série de coisas que eu não iria fazer! E que eu não iria estar. Sobretudo nos primeiros tempos em que só tínhamos um carro, eu tinha que ir e vir de comboio. Tínhamos que sair os três de casa às sete e meia da manhã, e, como eu sou mais lenta para me levantar, quem tratava da Aïda era o Gonçalves. Portanto, ele levantava-se, vestia-a, que ela era pequenina, saíamos os três e quando eu voltava, já a Aïda tinha tomado banho, já estava jantada e pronta para deitar. Ele é que tratava dela, ele assumiu isso bem, e ela assumiu muito bem, porque se deu logo bem com ele e eu assumi isso também muito bem. Nunca me fez confusão isso, nem nunca me senti diminuída por causa disso, nem ciumenta, na relação com a minha filha. Até costumava dizer isso ao Gonçalves, que acho que é motivo de orgulho para ele, que a Aïda, que não é filha dele biológica, a meio da noite, sempre chamou pelo Gonçalves, nunca chamou pela mãe. Pronto, a relação assim o permitiu e

acho que para ele é um motivo de orgulho e de realização de ter conseguido essa relação com ela. Acho que ele não tem ciúmes da minha actividade, nem do meu protagonismo, que alguns homens têm. Alguns são camaradas, são compreensivos mas têm ciúmes. E eu acho que isso é uma das coisas que às vezes faz com que a mulher fique para trás. Isso tem a ver com o poder masculino. Eles têm de ser mais importantes do que elas. Ao meu companheiro não lhe faz confusão que eu esteja num órgão [de direcção] e ele não esteja. Pelo menos na prática, não. E também acho que se não fosse assim, ao fim de dez anos, ele já teria verbalizado. Como também há homens que não gostam de que as mulheres ganhem mais. O Gonçalves quer lá saber, ele diz: «Eu quero é que tu ganhes muito. Quanto mais melhor.» Acho que isto tem a ver com a consciência política e também porque é uma relação baseada na igualdade. Mesmo com consciência política, às vezes isso não existe. Se é uma relação baseada na igualdade, em que as pessoas, de facto, são iguais, portanto, se há um que está mais à frente, tanto faz se é a mulher ou o homem. Agora, eu sinto que há muita mulher que fica para trás porque o homem não quer. A nossa cultura é essa, o homem tem de ter mais protagonismo. É por isso que há mais homens para os órgãos dirigentes e para os cargos. Não é por acaso. Portanto, nesse aspecto da minha vida, vai-se gerindo. Claro, também momentos de cansaço. Mas isso é humano. Nesse aspecto, pelo menos até agora...

- **Apoio dos familiares: uma educação enriquecedora**

Bom, não vou dizer que, de vez em quando, a gente não sente uma pequena culpa. Houve um período em que trabalhava com algumas companheiras que se culpabilizavam muito e não tinham uma vida, nem de perto nem de longe, como a minha: «O meu filho, isto... E tenho que ir...». E eu interrogava-me... Mas isso a mim serviu-me para dar a volta de outra maneira. Achei aquilo um perfeito exagero: já agora, então porque é que os homens que eu sempre vi a militar nos partidos não davam importância nenhuma aos filhos?... Nunca se culpabilizaram, porque estavam sempre em nome de algo que era superior, porque era o colectivo, era a luta por um ideal, então porque é que eu me hei-de culpabilizar?! O que eu ando a fazer também é importante. Claro que sempre tentei criar uma boa relação. Tentei sempre fazer, não sei se fiz se não, mas quando é para estar, estou mesmo. E não estar sempre em permanente conflito e sempre a chatear, nem sempre a mandar fazer isto ou

aquilo... Não quer dizer que às vezes não se pense: «Ai, devia fazer isto ou aquilo...». Também depende das fases da criança: porque há fases em que elas querem mais, outras em que nem nos querem por perto. Portanto, há que ter aqui um equilíbrio. Agora, olhando para trás, não me culpabilizo, não acho que tenha falhado. Como tenho uma família muito grande e a minha filha sempre foi a benjamim durante algum tempo, havia sempre alguém que queria ficar com ela, mesmo os primos. Também tenho essa sorte. Assumo que tenho uma situação privilegiada. Sempre tive muita gente a quem pedir. E acho que ela ganhou com cada componente da família em que cada um fez o seu bocadinho. Eu espero é que ela, no futuro, tire proveito disso; tire proveito de ter tido uma educação tão alargada e tão diferente. Cada tia trata-a à sua maneira, os primos já são todos adultos. Acho que isso foi enriquecedor. Também tive essa vantagem.

8.5. E fui para o trabalho com as mulheres...

Houve um determinado período da minha vida em que saí das organizações de juventude. Porque a gente decidia estas coisas nos partidos, que era preciso investir aqui ou investir acolá. Às vezes também havia alguma sensibilidade, também é bom dizer isto: «atenção, esta pessoa está muito desgastada ali», ou «está muito rotinada no seu trabalho».

Eu sei que na altura fiquei danadíssima. Achei que aquilo era a pior coisa que me estavam a fazer, não achei que fosse nada justo, mas... aceitei. E fui para o trabalho das mulheres. Mas fui com uma missão muito especial: que era ajudar, e não era só eu, a construir uma célula do partido no sector têxtil! Isto, no final dos anos 1970.

Começamos o trabalho a falar com uma aqui, com outra ali, um trabalho muito difícil, muito complicado. Falávamos à hora de almoço na fábrica, porque à saída era praticamente impossível porque iam a correr para casa. Ou até se chegava de manhã cedo... Ou íamos a casa de uma, depois a casa de outra, mas era preciso ter cuidados com o marido porque nem todos os maridos alinhavam nisto...

E tivemos muita dificuldade em conseguir encontrar um dia, um local e uma hora em que nos pudessemos juntar todas para formar a tal célula, que era fundamental para isso. Há um episódio muito giro... Tivemos muitas tentativas falhadas, até que houve um belo dia que conseguimos e, então, para as irmos buscar a todas e para as levarmos para casa de

uma, vamos de carro, num mini. Foi o único carro que arranjámos para fazer este trabalho. Estávamos com o mini cheio de mulheres, íamos para casa de uma, o mini avaria num descampado!... Chovia por todo o lado. Eu só sei que andei a empurrar aquele malfadado carro com água até ao joelho e só sei que nem realizámos a reunião porque o mini não pegou! A nossa frustração, no dia em finalmente tínhamos todas as mulheres juntas, estava tudo combinado, e o carro avaria nesse dia! Quando conseguimos desatolar o mini, eram horas de as mulheres irem para casa, as que estavam connosco! Portanto, a reunião ficou inviabilizada por causa do mini.

Havia muitas dificuldades em organizar as mulheres: dificuldades delas próprias e também devido à visão um bocado fechada que nós tínhamos da organização, porque, visto com outros olhos, poderíamos ter encontrado formas mais flexíveis, mais alijeiradas de organizar.

Estive muito pouco tempo neste trabalho porque, por contingências partidárias, passados uns meses tive que passar para a juventude. E na juventude, nós não tínhamos muito a ideia, não trabalhávamos muito as questões de género, nem das mulheres, não estava interiorizado.

A experiência de trabalho feminista na UMAR²¹

As minhas actividades feministas, se assim se pode chamar, iniciaram-se nos anos 1990. Eu só venho a entrar para a UMAR nessa altura. Não tenho nada a ver com as origens nem com a fundação. Tinha tido apenas algumas colaborações esporádicas.

Naquela altura, havia uma folha informativa às operárias têxteis, faziam-se muitos comunicados, havia muita actividade, ia-se a muitas fábricas. O que eu tenho mais presente não são os encontros, eram as distribuições às portas das fábricas têxteis. Uma delas é aquela que fechou agora há pouco tempo, a Confélis, muito falada. Praticamente, não passava semana nenhuma que não se fosse à porta das fábricas. Falava-se muito com as mulheres e eu era um bocado mais trabalho “braçal”.

A UMAR sempre foi muito ligada ao trabalho concreto e à resposta concreta. Sobretudo ao nível dos bairros, estive muito ligada às questões da alfabetização, à questão das creches,

²¹ União de Mulheres Alternativa e Resposta.

ao trabalho nos bairros, à organização de grupos de mulheres... Aquele movimento que também havia muito a seguir ao 25 de Abril, desde alcatroar as ruas, ir aos mercados, fazer abaixo-assinados... Houve muito essa ligação, essa vertente, por isso, quase que já estava um pouco na sua génese um certo tipo de trabalho muito ligado ao concreto, de ligação com as pessoas, neste caso, com as mulheres.

• O corte com a perspectiva das mulheres enquanto “companheiras dos trabalhadores”

Nesta primeira época, havia aquela ideia, que atravessava toda a esquerda e que eu acho que o PC ainda hoje tem, que é a das mulheres como “companheiras dos trabalhadores” e do movimento geral dos trabalhadores, onde estamos todos incluídos, e pronto, toca a andar. Esta perspectiva de organizar as mulheres era, às vezes, utilitarista, porque era importante ter uma organização das mulheres, mas não só utilitarista, também era depreciativa, ou seja, as mulheres não tinham nem condições nem capacidades para estar no partido.

Também havia para a juventude. Mas a ideia não era exactamente a mesma. Porque na juventude havia sempre maior investimento: “são os quadros de amanhã”, “é preciso puxar por eles”... As mulheres ali estavam, estiveram e estão do “nosso lado”. Em certa medida e levando até às últimas consequências, estão controladas, é mesmo assim, e dá jeito!

A partir de metade dos anos oitenta, começou-se a fazer o corte com esta perspectiva. Por isso, quando volto mais activa ao movimento feminista, já deparo, em termos ideológicos, com esse corte.

E isso significou, em termos da UMAR, várias fases: o nome corresponde um bocado às fases. O primeiro nome, a célebre “União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias” teve a ver com a época em que surgiu, no pós 25 de Abril: não se imaginava outra coisa que não fosse antifascista e que não fosse revolucionária! E corresponde também a essa fase de uma organização-braço de alguma coisa. Depois, as coisas vão evoluindo, não foi um processo brusco. Acho que a grande vantagem que nos permitiu fazer estes cortes foi manter sempre uma grande ligação às mulheres concretas, nos bairros, nas fábricas e também aos sectores de mulheres que de alguma forma eram feministas, que iam falando

sobre isto. Então, esses dois tipos de contactos iam trazendo a necessidade da reflexão, porque não podemos ser só nós, a luta das mulheres é muito mais larga. E, então, mudou-se o nome. Manteve-se a sigla e mudámos para “Movimento para Emancipação Social das Mulheres Portuguesas”! Com o tempo, também se foi vendo que não era nada disso. Este nome, se nós quisermos ir ao fundo: será que é tarefa de uma associação de mulheres promover a emancipação social das mulheres portuguesas? Ou será que isto não tem a ver com as emancipações e com a questão de quem emancipa quem?

Uma vez fui confrontada com esta questão, porque fui a um programa do Carlos Pinto Coelho, na Antena Um. Era um programa da rádio que tinha sempre vários assuntos. E apanhou-me completamente desprevenida. Isto já estava eu na UMAR que já não era, na prática, nenhum ‘movimento pela emancipação social das mulheres’. Quando ele me apresenta, diz:

— Temos connosco Margarida Pimenta, da UMAR — e faz mesmo assim um tom — *“Movimento pela Emancipação Social das Mulheres Portuguesas, mas isto parece-me 1917!”* — escusado será dizer que me tramou um bocado, mas não deixou de nos colocar uma questão: que nome era aquele?! Que é que tinha a ver?!

• **“Alternativa e Resposta”**: afirmar-se como ONG²²

E nós até já estávamos noutra... E isso fez uma discussão sobre o papel da associação. Fez-nos mudar novamente de nome. Não foi fácil porque queríamos manter a sigla que já era, de facto, muito conhecida. E então lá conseguimos, após um estudo exaustivo dos dicionários, à procura de palavras que comessem por aquelas letras, conseguimos a “União de Mulheres Alternativa e Resposta”. Pode não ser o melhor nome do mundo, mas parece-nos que é o que condiz melhor com a situação actual: é uma união de mulheres, isso não há dúvida, tem uma preocupação de apresentar uma alternativa, do ponto de vista político, à situação, e é uma resposta, porque dá respostas concretas às mulheres. É esta a grande diferença. E isto fez com que a UMAR se situasse de uma vez por todas no campo das ONG. Não é uma organização que se preocupa simplesmente com tomadas de posição política, que têm o seu cabimento, mas, para além disso, vai dando respostas no

²² Organização Não Governamental.

terreno com as mulheres. Isto desenvolveu-se com a formação profissional de mulheres, com os projectos de desenvolvimento local, com as questões da exclusão social e, depois, com a violência contra as mulheres, sobretudo. Foi-se abrindo a vários sectores e, hoje, está muito claro que a UMAR tem um programa mínimo, e quem estiver de acordo com ele está connosco, mas que é um programa alargado e que atinge vários sectores de mulheres. E podemos rever sempre o que a gente está a fazer.

Na transição para este tipo de trabalho, a UMAR tinha dois caminhos: ou ficaria como uma organização política, de cariz político restrito, tomava posição sobre os direitos das mulheres, sobre as situações, ou então iria também caminhando mais para a questão das respostas concretas aos problemas das pessoas.

Ao longo dos anos, as mulheres que têm passado pela UMAR, e já não são tão poucas como tudo isso, estamos diferentes. Há algumas que o dizem: por exemplo, uma cigana, que me disse: «nunca mais deixei de me arranjar!» Outras disseram que só se acharam com a UMAR. A esmagadora maioria delas foi com a UMAR que dormiu a primeira vez fora de casa, algumas com os filhos atrás, mas outras sem maridos e sem filhos, e estavam felizes! Só entraram em discotecas e só foram ao estrangeiro com a UMAR! Algumas só saíram da Madeira e dos Açores com a UMAR! Vieram ao continente pela primeira vez — e isto dizendo assim, dito a seco, não é nada, mas só vendo as caras delas: «eu nunca tinha vindo ao continente!» Vieram para participar numa reunião. E algumas fizeram formação profissional connosco. Nós também temos sempre a preocupação de juntar o lúdico, o conhecimento, a cultura, a participação, os direitos políticos, etc.

Uma das coisas que se nota, e nós também fizemos um estudo da evolução das formandas naquele projecto, é sobre a aproximação aos filhos: o facto de terem voltado “à escola”, entre aspas, aproximou-as dos filhos e os filhos delas, nos trabalhos, no estudo. Algumas disseram: «eu agora já percebo melhor...». Mas não é dado como adquirido. Muitas vezes, o trabalho que nós fazemos durante um mês, na formação, é estragado no fim-de-semana em casa, completamente! Mas vai-se notando a evolução destas mulheres, a vários níveis.

• **A dupla tarefa é um obstáculo à participação de algumas mulheres**

Voltando à questão das organizações das mulheres, eu penso que, hoje, e reportando-nos à nossa experiência e não às outras organizações, é mais fácil organizar as mulheres

porque a organização não é tão rígida. A UMAR também já teve o seu tempo em que era uma organização nacional com concelhos regionais e núcleos. Hoje, não tem nada disso: as pessoas juntam-se e trabalham, por objectivos, até alguns pontuais! Não se pode pensar que uma organização de mulheres é uma cópia das outras organizações e muito menos dos partidos. Nem podemos pensar que as pessoas estão numa militância a cem por cento em todas as frentes. Não, é consoante podem. Agora, é preciso sabermos articular isto, é muito mais difícil trabalhar... E não é controlável. Essa é uma questão fundamental! Se nós tivermos uma organização deste tipo, que queremos controlar, mais vale não ter. Devemos partir do princípio que não queremos controlar! Não queremos mesmo! Do meu ponto de vista, nem se justifica.

Agora, temos outras questões, por exemplo, as mulheres trabalhadoras. Temos uma ou outra, mas se queremos ser realistas, a base das mulheres militantes e das mulheres mais activas não são mulheres trabalhadoras das oito horas por dia, são professoras, etc. Acho que junto das mulheres trabalhadoras ainda é preciso fazer muito trabalho. O problema da dupla tarefa continua a ser determinante: quer dizer, de facto, a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi fundamental, não vamos estar contra isso, muito pelo contrário, mas trouxe uma dupla tarefa e isso veio prejudicar as mulheres: impediu-as, veio-lhes dar mais trabalho, objectivamente. A vida [delas] é muito dura. É possível trabalhar com elas, chamá-las a acções, a questões concretas, mas é muito difícil organizarem-se.

Os maridos também resistem muito a isto. Nós também tentamos sempre fazer acções com os maridos, mas eles resistem muito. Há um ou outro que vem, mas são poucos.

Aqui, os sindicatos poderiam ter um papel muito importante, que não têm. Acho que as questões das mulheres no movimento sindical é uma questão a pegar. As mulheres não “furam” dentro das estruturas da CGTP, não “furam” nos sindicatos. Há muita ideia reaccionária, mesmo entre militantes progressistas! Lá está um grande trabalho a fazer. Os partidos, e os partidos de esquerda, eu acho que não assumiram nem assimilaram as questões do patriarcado. Desculpabiliza-se muita coisa, porque não há um afrontamento, não fomos ainda ao fundo nessa matéria. Por exemplo, na minha corrente política, já fizemos o corte com a concepção, que eu acho que é dogmática, para dizermos esses termos, que o movimento de mulheres tem de estar no movimento mais geral dos trabalhadores, senão não tem valor nenhum! Acho que compreendemos que, para além de

todas as contradições na sociedade, há outra contradição que é entre homem e mulher, que existe, independentemente da nossa vontade, como existe entre o trabalho e o capital. Mas é necessário aprofundar mais, porque aí é que iremos ao patriarcado. A gente sabe que muitas das análises continuam a não ter sexo. ‘Trabalhadores’! Continua-se a ver no geral. É preciso a gente preocupar-se quais são os reflexos da ofensiva do neoliberalismo nas trabalhadoras! Serão alguns iguais, mas haverá outros particulares. Eu acho que ainda é preciso ir um bocadinho mais longe nesta questão.

Agora, em termos das organizações de mulheres em geral, não houve muitos avanços e em alguns aspectos até houve recuos. Isso notou-se, é visível.

• **Abrir os horizontes às mulheres numa perspectiva de luta**

A UMAR tem desenvolvido alguns projectos de trabalho concreto com mulheres. Isto começou com um primeiro projecto que, aliás, surgiu por um desafio no Conselho Consultivo da CIDM²³, porque já havia esses programas próprios para mulheres e havia financiamento. Correspondendo a uma necessidade, que era o facto de ter fechado uma fábrica no Seixal e de haver muitas mulheres desempregadas, promoveu-se um curso de formação profissional, de três anos. Dessa primeira experiência saiu a “Associação de Artes e Ofícios do Seixal”, um grupo de artesãs que ainda existe até hoje. Portanto, teve um efeito multiplicador.

A UMAR utilizou esses instrumentos [programas e financiamentos], não os aplicou exactamente só por si, mas serviram-lhe para aprofundar outras coisas. Com este tipo de trabalho, há sempre aquela coisa de abrir os horizontes às mulheres e também uma perspectiva de luta. Por exemplo, nesse curso, houve um problema com as instalações e correu-se o risco de haver uma ordem de despejo. Na altura, o Presidente da República era o Mário Soares que organizava as Presidências Abertas e teve uma Presidência Aberta no Seixal. E nós mobilizámos as mulheres e mobilizámos-nos a nós e desviámos a Presidência Aberta! Fomos lá, lá nos metemos... encontrões, encontrões, encontrões... mas vimo-nos frente-a-frente com o Mário Soares. Portanto, furámos o protocolo e ele foi lá, com a imprensa toda. Claro que temos fotografias e registos disso, e ele lá no meio das

²³ Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

mulheres com as batatas, com tudo, a dizer que era uma iniciativa boa e que, de facto, não podia haver uma ordem de despejo para aquilo!

A “Rede de Mulheres no Desenvolvimento Local”

Há vários projectos pelo meio que, qualitativamente, iam subindo, e isso ia fazendo com que a UMAR entrasse noutras áreas, por exemplo, com as associações de desenvolvimento local. Participámos desde a primeira *Manifesta*, que foi em Santarém. Lembro-me perfeitamente que éramos olhadas com desconfiança: «o que é que estas estão aqui a fazer?!» Inclusivamente, uma das pessoas que na altura visitou o nosso stand na *Manifesta*, foi Helena Roseta e aí, sim, quando chegou à UMAR, fez uma grande festa: — Ainda bem que aqui estão!

A UMAR passou a estar na organização das *Manifestas* e a ser praticamente também “incontornável” nessa área, que, por acaso, é um sector muito interessante. Essas associações trabalham sobretudo com mulheres! Porque é quem está disponível para o desenvolvimento local, ainda hoje, para fazer micro-empresas e iniciativas rurais: não há homens, só há mulheres! Então aí, começámos a aproximação com esse sector, que depois foi evoluindo e tem tido coisas interessantes.

Na altura, no âmbito de um projecto comunitário, fizemos a “Rede de Mulheres no Desenvolvimento Local”. Realizámos vários encontros nacionais de mulheres, de todo o país, e aquela publicaçõzinha que é a *TEIA*. Quer dizer, passámos a ter uma perspectiva nacional do trabalho; passámos a ter condições e meios para andar de norte a sul de Portugal, com este trabalho, que nos deu uma visão do que eram as mulheres em todo o lado: agente andou pelo país inteiro! Isto foi também uma grande formação e um grande conhecimento da situação das mulheres de norte a sul e nas ilhas, também. Isto deu-nos um grande conhecimento do concreto, de como é que era a situação, o que é que as mulheres pensavam... [Publicamos] o *Entre-Laços*, aquele livrinho das histórias das mulheres, que depois foi lançado e apresentado na *Manifesta* de Amarante.

Estes projectos permitiram ter uma série de meios, ter pessoas a trabalhar a tempo inteiro e fazer trabalho diferente. Não nos profissionalizámos no mau sentido da palavra, porque se fosse isso, passávamos a fazer ali o esquema das candidaturas. Mas o trabalho foi

evoluindo e, em algumas questões, as coisas já não se compadeciam com amadorismos, com não ter meios. Aproveitámos isso e mantivemos sempre a outra componente da UMAR, a componente mais política: nunca deixamos de assumir as posições, e podemos quase afirmar também que nunca fomos penalizadas por causa disso.

A resposta à violência contra as mulheres

A violência foi sempre uma preocupação, do ponto de vista teórico e político, mas da preocupação e da tomada de posição política de ser contra a violência até darmos o salto de encontrar respostas, [ou seja], passar a ter as mulheres à nossa frente, são para aí sete anos, e temos vindo a evoluir. Isto também transforma a forma organizativa e a forma de trabalhar das organizações. Dá-lhes mais responsabilidades. Claro que este trabalho tem que ser um trabalho profissional, não se compadece só com voluntariado, com algum amadorismo embora com boa-vontade.

No início, eu ainda não tinha aquela percepção do trabalho no terreno. Surgiu muito no projecto do Monte da Caparica, porque tínhamos um tipo de intervenção que consistia em informação e apoio jurídico à população. Quando nós previmos isso no Projecto, era no geral. É uma população carenciada, as pessoas às vezes não sabem os direitos que têm. Fizemos até um livrinho, *O Acesso à Justiça*, que era para a população em geral. E então, nesse atendimento e nesse apoio jurídico começaram a surgir questões: muitos pedidos sobre divórcio e alguns pedidos, uns mais directos, outros mais encapotados, sobre violência.

Optámos, no início, por não falar directamente na violência. Não se falava de violência como se fala agora, não era crime público. A mulher não assumia, não dizia que era vítima de violência, era uma coisa muito escondida, não percebia que isso era um crime, que era vítima, não percebia que podia falar a alguém, e ter lá: «se é vítima de violência doméstica...», ela pensaria: «não é para mim...», «não vou assumir isso!». Então, pusemos um cartaz a dizer: «se tem problemas *familiares*,...». Embora eu seja muito a favor de que se fale de violência, nós tentámos fazer uma coisa que acho que é muito importante fazer: adequar à situação. É dar sinais às pessoas de abertura para falarmos do tema, e as pessoas foram assumido...

• Do Banco de Crise de Risco à casa-abrigo

Os primeiros casos que temos de violência são da linha azul “Solidariedade Mulheres”, que era para atendimento a casos de gravidez indesejada. A partir daí, apercebemo-nos de que há muitos casos, de que as mulheres precisam de apoio *efectivo*: quando as pessoas falam de violência, a maioria é a pedir ajuda! Não é só para desabafar, não é só para constatar uma situação: é porque ou querem sair de casa, ou levam pancada, [ou seja,] têm um problema. Aí, apercebemo-nos de que temos que agir.

Depois, no Projecto do Monte da Caparica, aquilo foi devagarinho, mas os serviços foram aparecendo consoante as necessidades: começa-se com informação às mulheres, com apoio jurídico, com apoio psicológico, passados uns tempos estamos com um “Banco de Crise de Risco”, e a perceber que precisamos de mais. Passamos a fazer a distinção entre as mulheres que são vítimas de violência, vão lá, querem-se divorciar e querem planear a saída de casa e querem saber quais são os direitos que têm, e as outras mulheres que estão na rua! Estão na rua ou porque os maridos as puseram na rua, ou porque tinham tido uma situação tal que fugiram. Daí, a “Crise de Risco”, porque estão não só em *crise*, mas também em *risco*. Funciona, praticamente, nas vinte e quatro horas de todos os dias, pelo menos em disponibilidade, embora não esteja lá a pessoa sempre presente.

Isto começa a rodar, começamos a aprofundar, a ter conhecimento, a contactar com outras organizações, a contactar com as casas abrigo, a tentar pôr mulheres nas casas abrigo. Estivemos anos nisso até ter a nossa.

A partir daqui foi um nunca mais parar, começar a atender mulheres e começar a tentar encontrar soluções. Desde que começámos este trabalho na área da violência, nós tivemos a percepção de que faltavam aqui duas coisas: o reconhecimento público desse crime, para dar visibilidade, para ajudar a condenar, é preciso que a sociedade dê um sinal, porque isso é que vai espoletar aí os serviços; e precisamos de casas-abrigo, porque só aí é que resolvemos o problema, porque, para dar resposta às situações de crise de risco, não há alternativa!

Nós recorriamos, como ainda recorremos, às pensões, mas as situações são muito delicadas, e ter uma mulher quinze dias numa pensão, com as crianças, é uma loucura, e ela volta para casa, ninguém aguenta. Quando nos apercebemos disto, começa a haver um

período em que começamos a exercer muita pressão nessa questão: andamos anos a pressionar. E isso traduziu-se na palavra de ordem: «Queremos casas-abrigo, queremos casas-abrigo!» Começámos a negociar com o Ministério da Igualdade e com a Câmara de Lisboa para a casa-abrigo. Chegámos a ir ver sítios e tudo. Entretanto, o Ministério para a Igualdade cai e só com Maria do Céu Cunha Rego, na Secretaria de Estado para a Igualdade, e Leonor Coutinho, na Secretaria de Estado da Habitação, se retomou esta questão e se reiniciou o processo desta casa-abrigo e da rede pública.

Também lançámos a questão do crime público, sempre apoiadas pelas juristas [APMJ²⁴], mas quem lançou a questão do crime público fomos nós, aprovado no ano 2000. Para isso contribuiu, não só o nosso trabalho, que foi determinante, mas também os contactos com o estrangeiro, em que estas coisas estavam muito desenvolvidas, já se estava já noutra estádio, noutra patamar.

Depois veio a casa, que foi uma batalha grande, porque a casa é-nos atribuída e pouco tempo depois cai o governo. Temos sempre estes períodos... Estivemos praticamente *um ano* com a casa, sem abrir... Depois abrimos. Com a Casa, é outra experiência completamente diferente. Passar a estar ali dentro, ali sim, um trabalho de 24h por dia, veio levantar muitas questões.

As mulheres são muito diferentes, é muita problemática [diferente], exigem muita atenção. A casa é um grande salto em frente e é um desafio em duas vertentes: por um lado, estão ali as mulheres, podemos ajudá-las melhor, seguir o seu percurso e ver a evolução; por outro, como é a prestação de um serviço, quer queiramos quer não, isso vem colocar novas questões à UMAR. Eventualmente, não estávamos totalmente preparadas, e vamo-nos preparando, mas temos que nos ir questionando sobre isso, para além do balanço efectivo da casa, que é muito positivo, tendo a conta a média e tendo em conta a área, as dificuldades...

Quando nós pensamos sobre a violência doméstica em teoria, e mesmo na teoria em termos da metodologia, pensamos num grupo de mulheres com a característica principal, venham de onde vieram, de serem vítimas de violência, vítimas de crime. Quando se passa para a prática, as mulheres são muito mais do que isso, são muito diferentes. Por exemplo, ali temos mulheres “verdadeiras”, entre aspas, mulheres menos “verdadeiras”, tem-se

²⁴ Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.

oportunistas, pessoas que querem viver dos subsídios, tem-se pessoas com nível de consciência zero e não só. Quando pensamos teoricamente, atribuímos às mulheres um nível de consciência dos seus direitos e de consciência política no geral que elas não têm. Por isso, é que muitas vezes a nossa intervenção embarra. Porque pensamos: as mulheres que estão aqui são vítimas de violência, elas não querem ser maltratadas. Mas muitas, quando saem da relação, não saem por consciência disso! Saem por medo, simplesmente! Ou porque foram postas na rua! «Ele não me quis mais!» E então, ali, na casa-abrigo, junta-se tudo e a intervenção é muito complicada. Ou nós conseguimos pensar nesses problemas, ter sensibilidade, ir actuando conforme as situações, ou então ajudamos a que se potenciem conflitos entre elas. Ou então as mulheres saem no mesmo ponto em que entraram.

A resposta à questão do aborto: um tema difícil, embora seja um tema muito natural

A UMAR sempre tratou do aborto. A certa altura, lançámos a tal *linha azul* de atendimento de casos de gravidez não desejada, “Solidariedade Mulheres”. Não foi assim muito divulgada, até porque também não tínhamos meios, nós pagávamos uma parte, a linha foi sempre só da UMAR e era difícil.

Depois, em noventa e sete, quando foi a discussão do aborto na Assembleia, tivemos a linha “SOS Aborto”. E depois foi o referendo [em 1998]. De alguma maneira continuamos sempre a ter contacto com as mulheres.

Em termos da UMAR, a reivindicação do aborto foi sempre pacífica. Mas é um tema muito difícil, embora seja um tema muito natural. Por exemplo, fomos ao Fórum Europeu a Londres e levámos a faixa e escrevêmo-la em inglês, por acaso tivemos esse discernimento, que dizia, salvo erro: «As mulheres portuguesas lutam pelo aborto legal.» E as caras das mulheres [inglesas], as que se dirigiram a nós: «Isto é verdade?! Ainda estão a lutar pelo aborto legal?!» Mas eu acho que o percurso português e o papel da igreja e esta coisa da carga moral em volta deste debate, deu-nos a nós próprias e aos defensores da despenalização, alguns problemas que é uma coisa que não tem sentido nenhum. Depois é também nós termos tido aquela questão de em 1998 isto ter sido tão colocado no campo da “vida”, a questão dos fetos, das imagens, daquilo tudo, aquele fundamentalismo incomodou-nos e mexeu connosco. E então nós temos alguma dificuldade, às vezes, em

passarmos ao ataque, porque não somos iguais a eles [anti-escolha]. Devo confessar que, quando entrei, tive algumas dificuldades em entrar na argumentação. Por isso, eu percebo que há jovens e pessoal que diz que não se sente muito à vontade a debater a questão. Nós nunca escondemos que éramos a favor da despenalização do aborto e isso sai em todos os programas, em todos os relatórios que enviamos para todo o lado, está lá sempre o balanço das actividades da UMAR, sempre a parte da luta pela despenalização do aborto. Para já, era impossível esconder. A UMAR tem tido sempre um grande protagonismo nessa matéria. Mas nunca tivemos represálias. A UMAR tem ganhado com a clareza com quem tem assumido esta questão. Nunca tratámos deste problema de forma enviesada, nem com IVG²⁵, nem nada, sempre fomos muito claras: “Despenalização do aborto a pedido da mulher...”. Toda a gente sabe que isto é património da UMAR e as pessoas, aí fora, nem lhes passa pela cabeça que a UMAR defenda outra coisa. E depois temos o reconhecimento: não misturam as coisas.

A abertura ao trabalho internacional

Ao mesmo tempo, ia-se abrindo outra coisa, que era o trabalho internacional. Porque, como estes projectos implicavam parcerias trans-nacionais, nós, de um momento para o outro, vimo-nos na Europa! Quando começámos a ir para Bruxelas, França, Itália, Espanha, e começámos a encontrar umas exactamente como nós, outras nem tanto, mais institucionais, começámos a aperceber-nos de que havia mais alguma coisa. Em termos do percurso, juntando à acção da perspectiva nacional, de como é que as mulheres se organizavam e se motivavam, depois termos ido para a Europa, no fundo, isto deu-nos uma perspectiva que, na altura, nem soubemos valorizar! Agora à distância, a gente percebe o que é que ganhou.

Era muito enriquecedor, porque tínhamos os encontros, as reuniões formais, os relatórios, aprendemos muita coisa, mas tínhamos depois o convívio, o conhecimento, o falar, a troca de ideias, e deu para perceber...

Daí, talvez, a nossa adesão tão fácil à Marcha²⁶ e a outras coisas desse tipo. Por exemplo, quando fomos a Nova Iorque, vi pessoas, a marchar, com quem tínhamos estado nos

²⁵ Interrupção Voluntária da Gravidez.

²⁶ Marcha Mundial das Mulheres.

projectos e que depois encontrávamos ali. Isto, no fundo, foi batendo tudo certo. Estes últimos doze anos deram-nos uma capacidade, um *empowerment*, uma abertura para depois descortinar e ver onde se podia propor... Eu acho que esta questão da abertura internacional foi um factor determinante. Para nós próprias. E nota-se.

Outro exemplo: embora não seja até no mesmo registo, mas que eu acho que tem algum sinal disto, é a Rede Jovens para a Igualdade, que também ganhou com esta visão internacional. Aquela transposição foi também bem feita! Aliás, é a única que existe desse projecto: tanto quanto sei, nos outros países, acabou mais ou menos por cair.

Esta experiência deu outra consistência para a preparação para os tempos que são de hoje e que são de amanhã, em que a componente internacional é imprescindível e em que aquela lógica do trabalho no nosso cantinho, da nossa reivindicação, é muito curta. E depois reflecte-se nas propostas e nas políticas que se fazem.

A experiência do internacionalismo feminista

Fui convidada para ir em 1998 ao Québec, à primeira reunião da Marcha Mundial das Mulheres através de Marie Lise Semblant, uma mulher muito ligada às questões do desenvolvimento local, uma feminista também investigadora, tem uma tese sobre o feminismo.

No Canadá, nesta reunião da Marcha, uma coisa que nos espantou foi aquela organização, aquela tradição, aquilo tudo. Passados uns tempos, vieram cá a minha cunhada e o meu irmão, que é canadiana e é uma mulher religiosa, que anda lá metida na igreja, e que não tem nada de revolucionária, e depois contei-lhes, e ela respondeu-me:

— Então porquê? Eu *sou* feminista!

Porque, lá, se encontram uma mulher que *não é* feminista, com isso é que ficam espantadas! O normal é ser feminista.

Elas tinham aquilo tudo muito bem organizado e tinham uma preocupação engraçada que era: tentaram que as pessoas que foram de fora ficassem, porque distribuíram-nos por diversas casas, em casa de pessoas que falassem a nossa língua. Para não nos sentirmos tão estranhas... E então foi uma das experiências mais interessantes da minha vida porque eu fui para uma casa de freiras. Fui com uma delas, ela era do Canadá, do Quebec, só que tinha estado dezoito anos a trabalhar no Brasil e falava português. tinha trabalhado dezoito

anos nas favelas, portanto, tinha perdido todos os preconceitos, falava de aborto, falava de tudo... Tinha-se despedido de tudo perante a realidade. A casa era também uma coisa do outro mundo: uma casa muito gira, onde de facto havia assim um sossego, uma paz, que se vê que há ali qualquer coisa que não é a nossa agitação... Quer dizer, não era uma casa nada luxuosa, nada disso, mas confortável, normal, havia aquela paz, aquele sossego, aquela organização que se faz sem a gente perceber e está tudo feito, mas muito informal, umas mulheres muito interessantes.

Essa reunião é na altura em que a questão de Timor está muito efervescente e eu atrevi-me, na coordenação europeia, a colocar uma moção sobre Timor que foi aprovada lá.

• A Marcha é de outra dimensão, é um desafio muito grande

Aí, percebemos que aquilo é uma coisa de outra dimensão, um desafio muito grande. É engraçado porque a gente nem sempre quando está nas coisas percebe a dimensão, e percebe o que é que aquilo vai dar a seguir. Mas a sensação quando se vem de lá é: «isto é qualquer coisa de diferente e que vale a pena». É o que depois nós dizíamos no ano 2000: é para resgatar o feminismo, para se voltar a falar de feminismo, acabou isso de que a emancipação da mulher já está, a igualdade já está, isto é repor as coisas no seu lugar, é mostrar que continua a haver motivo, e, nesse sentido, foi um incentivo muito grande.

• A diversidade no movimento feminista da Marcha: como harmonizar sem baixar o nível das reivindicações

Por outro lado, aquilo é logo uma coisa muito forte do ponto de vista político, é outra mudança, porque estávamos muito habituadas, aqui, em Portugal, que as coisas das mulheres sejam sempre muito 'pacíficas'. Estamos sempre todas muito de acordo, porque andamos sempre pelos mínimos!

Outra coisa que a Marcha deu: se havia a tal descoberta de norte a sul, em Portugal, a Marcha deu-nos isso a nível mundial. Ver as africanas, as indígenas, as da América Latina, as do Canadá, as asiáticas, é uma coisa!... É uma grande diversidade. Perceber a diferença que há... Lembro-me que na altura falava muito nisto porque, de facto, impressionou-me: nós estamos a discutir e equacionar reivindicações e há um continente que diz «tudo bem, mas a gente luta pela água!» «A gente luta pela identidade! As

mulheres não têm bilhete de identidade!» «As mulheres não existem! A gente não pode comprar uma casa, um terreno, não temos direito à propriedade!» Quer dizer, ouvir assim... Mesmo a situação nos países árabes, também... São coisas que mexem e a gente percebe o que é que se passa, porque a Marcha também é muito popular, pode não ser assim em todos os países, de facto, há diferenças, como em tudo, mas a Marcha tem uma raiz muito popular, de grupos de base, muito pouco partidarizados.

Agora, é preciso que a Marcha assuma que tem várias correntes dentro dela, também, que defendem várias coisas e que vão prosseguindo... Isso notou-se na [reunião mundial na Índia em que a polémica em torno do feminismo foi muito grande. Mas esse também é um caminho que, do meu ponto de vista, é incontornável, hoje em dia, que é o dos movimentos plurais. Já não há movimentos monolíticos. Há ali um determinado momento na [reunião mundial da Índia], em que se tenta a conciliação de tudo e fazer um grande “chapéu”. Eu acho que esse caminho iria acabar com a Marcha. Portanto, vai ser o caminho de que a Marcha é um movimento plural, tem várias correntes lá dentro, que vão lutar, lutar no bom sentido, vão disputar o poder entre si, e vão defender os seus interesses.

E depois a sua capacidade de inovação. Porque ou tem capacidade de atrair as jovens gerações e de ter reivindicações para as mulheres de hoje, porque há aqui um certo espaço, em que ou se dá um salto ou se estagna.

CAPÍTULO II. O PERCURSO DE PESQUISA EM HISTÓRIAS DE VIDA

Introdução

Inscrevendo esta pesquisa como um contributo para uma pedagogia feminista crítica e transformadora e procurando articular as problemáticas escolares com as não-escolares, este capítulo pretende dar conta dos processos e opções epistemológicas e metodológicas. Estão presentes preocupações com uma "epistemologia do experiencial" e o equacionar de estratégias de intervenção capazes de se dirigirem a grupos sociais heterogéneos em termos de género, classe, etnia, região, idade e orientação sexual, quer no interior da escola quer fora. Preocupou-nos um enfoque na complexidade dos contextos sociais, mas cimentados na articulação com os quotidianos, tentando contribuir para a construção de um *saber relevante* para a vida das pessoas onde têm lugar de destaque os diálogos e as pontes entre diferentes *formas de saber*. Se é verdade que o saber só tem existência própria enquanto experiência individual (Lewis 1993), também a transformação social só existe enquanto dialéctica entre experiência individual e colectiva.

No cerne desta pesquisa está uma procura de ouvir as vozes das mulheres e é nesta medida que as perspectivas biográficas permitem a valorização das experiências, perspectivas e subjectividades das narradoras. Este capítulo pretende ser a apresentação do processo de investigação, apresentando as dificuldades, os dilemas, as opções efectuadas.

No início deste trabalho e quando se formulou o objecto de estudo, estavam a ser publicados os volumes da investigação organizada por Barreto (1996) e que atestavam, através de diversos indicadores, um conjunto de mudanças substantivas na sociedade portuguesa. Para nossa grande estranheza, os indicadores não estavam trabalhados em função do sexo e as questões de género eram subrepticamente tratadas, sob um "universal neutro" que já nos cansa, num único volume que outros já apelidaram de

“impressionista”²⁷ sobre a evolução dos costumes. No sentido de contrariar a obscuridade que tem caracterizado as vidas e experiências femininas, esta investigação tem o seu foco em histórias de vidas de mulheres, olhadas e ouvidas nas suas especificidades e singularidades, de diversas condições e grupos sociais, sensivelmente entre os quarenta e os sessenta anos. Aqui, o percurso da reflexão pretende estabelecer, tanto para quem escreve como para quem lê, o processo e as condições de construção das histórias de vida e das narrativas biográficas, isto é, as condições epistemológicas da sua produção, constituindo-se simultaneamente num momento de discussão epistemológica, teórica e prática sobre a realização das entrevistas, dos encontros e dos diálogos, a elaboração das histórias de vida e das narrativas biográficas e a construção da análise, passando também por alguns percursos pessoais de intervenção e de investigação²⁸.

1. Opções epistemológicas: as histórias de vida no centro de um percurso

Com a intenção de articular a educação numa visão holística sobre vidas femininas, realizaram-se algumas histórias de vida, assentes numa interacção prolongada e aprofundada com as narradoras e em diálogos em profundidade que foram posteriormente organizados num texto narrativo e, simultaneamente, submetidos a análise de conteúdo, complementada com alguma análise documental. Como afirma Idalina Conde, na investigação assente em trabalho biográfico, necessitamos de três tipos de teorias auxiliares de pesquisa: “teoria do instrumento, teoria das relações sociais de observação e teoria das experiências sociais da subjectividade” (1993: 39). É sobre as histórias de vida num percurso de pesquisa implicado na valorização e descoberta das subjectividades e experiências femininas, que trata esta secção.

²⁷ Estanque (1999: 173): “à parte certos entusiasmos excessivos, por vezes de simples pendor impressionista, acerca da evolução dos costumes em Portugal.”

²⁸ Para este processo de investigação, contribuiu a experiência pessoal, profissional e política, onde alguns projectos de investigação (quer ao nível das questões de género — ProCiMas, NORA, Padjas e Ciganas, Autonomia das Raparigas...— quer ao nível das questões curriculares — TEIAS, PROCUR), e outros de intervenção (quer nas organizações de mulheres, quer no campo da educação não-formal, alfabetização e educação comunitária, quer ainda na área da animação sócio-cultural) forneceram ferramentas que foram sendo muito úteis nesta longa caminhada.

1.1. A autonomia do método biográfico

O recurso às histórias de vida pode ser realizado, do ponto de vista epistemológico, de diversas perspectivas. Mathias Finger (1989) e Helena Araújo (2000: 279-80) fazem uma revisão dessas perspectivas, salientando a importância da abordagem deste recurso metodológico através do que Ferrarotti designa como “autonomia do método biográfico”. Nas diferentes abordagens, realça-se o papel que o *sujeito*²⁹ desempenha em cada perspectiva e a relação entre os materiais biográficos e a construção do conhecimento científico-social. Assim, na abordagem da história oral e da antropologia cultural, se o sujeito não é eliminado da pesquisa, o foco é sobre a cultura, obscurecendo as subjectividades individuais. Na abordagem que ficou conhecida por “Escola de Chicago”, as preocupações com a representatividade em termos da legitimação do fazer emergir de “problemas sociais” e da força das estruturas sociais, tem como consequência a eliminação do sujeito e das subjectividades. Finalmente, na abordagem em que a história de vida é tomada como metodologia fundamental, o enfoque coloca-se no papel do sujeito e nas subjectividades e experiências pessoais. Nesta perspectiva, destacam-se Ferrarotti (1983) e Helena C. Araújo (1993; 2000). Esta autora sublinha:

A sua perspectiva é relevante (...) Ferrarotti distancia-se de uma tradição dentro da qual as histórias de vida são usadas para fornecer informações pertinentes, não contidas em arquivos e ainda de uma perspectiva em que a pessoa biografada «representa» a «visão do mundo» de um grupo social ou profissional. O que pretende é, através delas, contribuir para uma renovação metodológica no campo da sociologia que, embora podendo recorrer a técnicas cada vez mais sofisticadas, «não obtém acréscimo de conhecimento sociológico real» (...) e permanece «refém das versões oficiais» (...) sem assumir uma postura crítica, face a uma ordem dominante. Neste sentido, Ferrarotti salienta as suas possibilidades heurísticas, apontando a «subjectividade explosiva». (Araújo 2000: 280).

A via que Ferrarotti (1983) encontrou, e nós seguimos, para, através de *uma* história de vida, darmos conta do social, é composta por três grandes e complexos processos. O primeiro diz respeito à conceptualização, que ele funda em Marx, sobre a “praxis totalizante”, na medida em que uma pessoa (o autor só fala de *homem*) é sempre um *universo singular* (idem: 59). O segundo diz respeito ao recurso à “razão dialéctica”,

apenas a razão dialéctica nos permite compreender cientificamente um acto, reconstruir os processos que de um comportamento fazem a síntese activa de um sistema social, de interpretar a

²⁹ Poder-se-á dizer *sujeita*? Como mais um dos casos de “derrogação semântica” (Abranches e Carvalho 1999), este conceito no feminino tem uma conotação negativa. Valerá a pena empurrar o conceito também para designar, no feminino, o mesmo que designa no masculino?

objectividade de um fragmento de história social partindo da subjectividade não iludível de uma história individual. Só a razão dialéctica nos permite reunir o universal e o geral (a sociedade) apoiando-se no individual e no singular (o homem [sic]). (idem: 56).

Propondo uma ruptura radical face à dicotomia entre intencionalidade nomotética e intencionalidade idiográfica, segundo este autor, o processo para chegar ao conhecimento do social através da singularidade de uma história de vida é, ainda, realizado pelo recurso a “uma *ciência das mediações* que traduza as estruturas sociais em comportamentos individuais ou microsociais” (idem: 80). Neste sentido, o recurso à história de vida como metodologia fundamental assenta numa perspectiva de historicidade em que “o «sujeito re-entra na história», numa concepção mais ampla de história como «vida histórica», tomando em consideração o ponto de vista daqueles que estão numa posição subordinada e que constitui uma fonte de conhecimento” (Araújo 2000: 281). Segundo Ferrarotti:

A história de vida como método autónomo implica necessariamente uma historicidade «não historicista». Noutros termos, implica uma ruptura com a concepção de história enquanto sucessão diacrónica em direcção à pretendida verdade de um sentido geral detido pelas elites que serão os depositários exclusivos do valor. (1983: 3-1)

Então, a “subjectividade explosiva” emerge nas ciências sociais dando voz ao sujeito que deixa, nesta postura epistemológica, de ser *objecto* de estudo. Sem negar as hierarquias de poder, esta abordagem exige alguma disponibilidade para largarmos alguns pontos da nossa agenda como investigadoras e abertura para redireccionarmos o percurso de pesquisa se quisermos fazer *jus* à especificidade de cada auto/biografada. É neste sentido que, por exemplo, Sue Middleton (1993) nos conta que uma entrevista com uma das mulheres a levou a aprofundar o seu conhecimento sobre Bourdieu, acrescentando que isto constituía, do seu ponto de vista, indicação do tipo de “processo de teorização colaborativa que uma abordagem de histórias de vida pode engendrar” (1993: 73). A preocupação central, aqui, consistiu na valorização das histórias de vida enquanto “metodologia fundamental” (Ferrarotti 1988 e Araújo 1990) evitando o lugar de ‘ilustração’ da teoria. Foi por esta razão que se decidiu a sua colocação no início deste trabalho, enquanto primeiro capítulo, reservando-lhes o espaço inicial enquanto base a partir da qual se elaboraram as análises e reflexões posteriores.

Existe, hoje, uma variedade importante de bibliografia em torno das histórias de vida, narrativas biográficas e metodologias afins, que dá conta de como esta corrente de

investigação tem já um longo caminho feito, assim como algumas obras realizadas com histórias de vida, biografias ou relatos biográficos. No contexto português, podemos destacar diversas obras realizadas nesta área, tendo por base ou reivindicando-se do método biográfico, como por exemplo, Chinita (1983), Joaquim (1985), Vicente (1985), Brettel (1978, 1991), Magalhães, Fonseca e Oliveira (1991), Fernandes (1990), Moita (1992), Fontoura (1992) Cavaco (1992), Nóvoa (1992), Gonçalves (1992), Araújo (1993 /2000, 1995), Cole (1994), Neves Cardoso (1996), Neto (1996), Barbosa (1999), Vieira (1999), Paiva Couceiro (2000), Pedrosa (2000), Ventura (2002), Varandas (2001) Sarmiento (2002), Cruz (2002), Gorjão (2002).

• **Dizer / escrever uma vida: a dimensão da textualidade**

Algumas questões se levantam numa perspectiva centrada em histórias de vida. Uma delas consiste no seu (habitual) carácter textual, isto é, o dilema se as narrativas biográficas são apenas textualidades ou se constituem alguma referencialidade sobre a realidade exterior ao texto. Sem rejeitar importantes contributos sobre a dimensão textual no dizer/escrever das vidas, consideramos, no entanto, a par de muitas investigadoras neste campo, que os relatos têm relação com a realidade. Stanley (1992; 1993) discute este dilema e a este respeito vai propondo outras designações ao produto deste trabalho. Como se trata de um processo interactivo entre investigadora e narradora, a autora acaba designando auto/biografia, tentando encontrar uma forma gráfica que dê conta dos dois processos em articulação: é uma forma de autobiografia na medida em que as narradoras contam na primeira pessoa, mas é também biografia porque a investigadora desempenha um papel de mediação, desde os temas que as mulheres elegem até à forma, passando pelo trabalho construtivo até ao produto que se apresenta. A/o investigador/a acaba também por se expor nessa mediação. Por vezes, a autora fala também de *autografia*, exactamente para destacar a construção textual neste processo, clarificando que a relação com a vida [bio] é críptica e não linear. Assim, a autora faz referência a Roland Barthes sobre “o self que escreve”, “o self que foi (ou era)” e “o self que é (ou está a ser)” (cit. por Stanley 1992: 61). As teóricas feministas que se têm debruçado sobre histórias de vida, mais concretamente sobre autobiografia, pesquisaram o seu significado na construção do sujeito e das subjectividades. Durante muito tempo, a autobiografia constituiu um ‘projecto ocidental’ de

formação do sujeito universal, o que foi criticado por investigadoras como Sidonie Smith (1993; 1998), para quem a dificuldade da autobiografia (tal como era praticada por Agostinho, Rousseau e Goethe, ou qualquer outro membro do canon que quisermos mencionar) consistia no facto de que a autobiografia pressupõe a composição de uma *master* narrativa, a arquitectura do 'sujeito universal', uma "dura noz de ... individualidade (masculina) normativa." (Smith 1993: 3). Portanto, o canon autobiográfico ocidental era construído a partir dos escritos de homens de elite (ou a que pretendiam pertencer).

Segundo algumas autoras, a crítica literária teve os seus efeitos, e agora, na viragem do séc. XX-XXI, o canon autobiográfico foi grandemente alargado, e a *teoria* autobiográfica que daqui derivou tem mais probabilidade de ser estabelecida pela escrita das mulheres. Pode também constatar-se também que, no campo das ciências sociais, "as Histórias de Vida conhecem um forte impulso no início do séc. XX, sobretudo como instrumento metodológico da "sociologia militante", utilizado quer na Polónia quer nos Estados Unidos" (Paiva Couceiro 2000).

As classes trabalhadoras também entraram neste campo, todavia de forma diferente. A entrada dos grupos desfavorecidos e das classes trabalhadoras foi, talvez possamos dizê-lo, pela 'porta do cavalo' em termos das teorias autobiográficas. Não tiveram direito a entrar pela via da literatura, como aconteceu com as autobiografias dos homens de elite (ou que à elite passaram a pertencer), antes pela via da descrição dos 'factos', da 'realidade'. Referindo o estudo de Pamela Fox, Steedman escreve que "é um pressuposto académico comum que as produções escritas das pessoas das classes trabalhadoras pertencem a algum reino de 'factos' ou 'realidade', e não à 'literatura', e serão então território dos/as historiadoras/es e não do/a crítico/a literário/a" (Fox, cit. por Steedman 2000: 26). Tentando contornar esta aparente dicotomia entre ficção e factos, e assentando numa perspectiva em que subjectividade e experiência se entrelaçam de formas variadas e complexas (Lewis 1993, Weedon 1989), de alguma forma se assume que o que as mulheres contam é 'realidade', se não 'realidade' de factos *objectivos* das suas vidas, pelo menos 'realidade das suas subjectividades'. A teoria feminista pós-estruturalista têm trazido para o debate o problemático que é assumirmos questões de 'verdade'. Segundo Carolyn Steedman (2000), se estamos interessadas nas autobiografias, então trabalhamos com dois pressupostos tácitos. O primeiro, é que, de alguma forma, a produção de formas escritas

tem algo a ver com a produção das subjectividades; e o segundo, de que este é um processo voluntário, que existe ali um ímpeto para contar o self, que vem de dentro, e que o impulso para o fazer, na linguagem falada ou escrita, é parte do próprio processo da construção do *self*” (idem: 25).

A questão da autobiografia tem saído da concentração exclusiva na palavra escrita, mudando para o terreno mais geral da narrativa, em que se inclui quer os relatos escritos, quer a narrativa oral. Temos assistido ao proliferar de termos próximos em diversas áreas — psicologia, sociologia, história, literatura: narrativa, narratividade, narrativizar, récitas de vida, testemunhos, etc. (Lulle 1998, Massolo 1998, Tierney 2000).

Também os estudos em torno da transição das sociedades tradicionais para a modernidade (Ariès 1978, Hall e Gieben 1992) de alguma forma estabelecem a passagem de uma indiferenciação da pessoa face ao grupo social a que pertencia para uma lenta e progressiva emergência de um individualismo, a construção de um sujeito individual despornado face às suas amarras comunitárias e familiares. Anthony Giddens descreve um desenvolvimento de 300 anos no Ocidente, pelo qual a personalidade e a auto-identidade acabou por ser compreendida como “o self ... reflexivamente compreendido pela pessoa em termos da sua biografia”. Ele compreende ‘autobiografia’ não tanto como uma forma de escrita, nem como um *genre*³⁰, mas como uma forma de pensar e de sentir, como um modo de cognição. De acordo com Giddens, o processo de realmente escrever uma autobiografia, publicá-la e conseguir que seja lida é uma variante menor de um “pensamento autobiográfico” muito mais generalizado.

1.2. Memória, ficção e personagem na construção de histórias de vida

Segundo Steedman (2000), o trabalho autobiográfico tem raízes históricas que vêm já detrás do próprio processo histórico das ciências sociais:

Ainda não saímos destas sugestões tentativas, de que a articulação literária moderna da identidade do self e da personagem teve as suas origens entre o grupo dos/as mais pobres, tanto no reino literário como no reino social, quando os seus relatos verbais foram registados por outros/as. Mas parte do processo social envolvido — o contar uma narrativa plebeia; a sua apropriação e o uso dos seus enredos e temas por outros/as mais distintos/as — é realizada e descrita nos textos do séc. XVIII, o que oferece evidência válida das formas pelas quais a narrativa dos pobres pode ser usada

³⁰ Estilo literário.

por pessoas que se encontram noutras categorias e ordens da sociedade para os seus propósitos de auto-articulação. (2000: 31)

Referido por Steedman, Charles Taylor fez um levantamento sobre a filosofia ocidental e os grandes impulsos da sua história cultural (humanismo renascentista, urbanização, reforma, protestantismo, capitalismo, individualismo) e afirma que *a coisa que aconteceu* desde o fim do séc. XV é o movimento do exterior para o interior, descrevendo a emergência de um “self *desengajado* particular, cuja identidade é constituída na memória”. Memória e narração entram no centro de qualquer reflexão sobre histórias de vida e narrativas biográficas, assim como a relação, mediada pela escrita, da identidade do *self* com a estrutura social e a mudança social. Se as formas de ser pessoa, e as ideias acerca do que é a pessoa são lidas, apropriadas e apreendidas diferentemente em diferentes épocas, então, elas são também *ensinadas* (Steedman 2000). Segundo Carolyn Steedman, a narrativa mais comum extraída das mulheres das classes trabalhadoras pobres, depois da que era enquadrada pelo trabalho, era a história de sedução e traição. A narrativa de uma vida, aquela que se faz quando a contamos, explica algo da pessoa, aqui, agora, contando uma fábula (e muito mais raramente escrevendo-a), foi articulada repetidamente, por homens e mulheres indistintamente, a partir do séc. XVII (idem: 30). E ao discutir a fixação do realismo ficcional na “personagem” Bruce Robbins observou que “‘personagem’ era a máscara que o povo colocava na face do poder” (Robbins, in Steedman 2000: 31).

Hoje, assistimos a uma outra versão da reconstituição dos relatos em termos sociais, nomeadamente através dos *mass media*, que Liz Stanley designa de “audit selves”, no sentido em que se encontra de certa maneira generalizada a reconstituição de relatos individuais elaborados em função da “audiência”, aqui em sentido lato, não apenas da audiência dos programas televisivos, dos *reality shows* e das reportagens sobre catástrofes ou outros problemas sociais, mas também, por exemplo, da “audiência” que vai ler o *curriculum vitae*. Estes “audit selves” articulam-se também com a ideologia do individualismo liberal, que pode ser expresso como “self-made man”, ou como Liz Stanley designa, a “self-made women”. Pelo contrário, no processo de construção das histórias de vida, é proporcionado a cada narradora o recontar de factos, experiências, opiniões, nos seus próprios termos e no interior das suas próprias prioridades pessoais, no sentido da sua constituição como sujeitos históricos, participantes activas na construção da “política da

vida”, e que esta autora designa com a expressão “women’s made selves” (Stanley 2000). Também esta pesquisa se situa no terreno epistemológico da articulação entre conhecimento académico e transformação social e foi por este motivo que se pretendeu articular investigação e intervenção, que alguns/mas autores/as também designam por pesquisa-participação (ver por exemplo, Stoer e Araújo (2000). Também outras investigadoras têm salientado esta perspectiva de aliar a investigação com a intervenção em ordem à transformação social, como por exemplo, Sheila Radford-Hill, na sua investigação sobre as mulheres negras, que salienta, a este respeito, uma crítica a um feminismo pós-moderno descomprometido:

“O valor do feminismo de segunda vaga foi a sua luta pela voz e pela consciência. Em contraste com esta orientação do activismo, os feminismos pós-modernos enfatizam os processos sociais específicos que definem a experiência de ser uma mulher. Esta análise explora as contradições internas colocadas pela sexualidade humana mas estão menos interessadas em criar sistemas sociais e políticos que ajudem as mulheres a sustentar identidades de género auto-determinadas. O pós-modernismo é ricamente descritivo mas largamente desconectado das comunidades que precisam de liderança e direcção. O uso de exhaustiva micro-análise é limitado sem um propósito claro e presente de transformação social” (Radford-Hill 2000: 15-6).

Preocupada com a contribuição do conhecimento académico para a mudança social efectiva, esta autora salienta a importância de prestar atenção aos processos de co-optação de algumas conquistas sociais:

Da mesma forma, embora a articulação da posição e da perspectiva seja fundamental à aceitação do feminismo negro como discurso académico, a epistemologia da perspectiva [*stand point*], ou uma teoria do conhecimento baseada numa relação individual com a sociedade mais alargada é, em última análise, um enquadramento conceptual insuficiente para a mudança social efectiva. Uma razão é que as epistemologias de perspectiva não reconhecem suficientemente a capacidade dos que estão no poder para criar e reforçar a perspectiva dominante. Uma outra razão é que as perspectivas dos que não estão no poder não são inerentemente legítimas nem igualmente correctas. Assim, qualquer sistema cultural subordinado que compete no interior de uma hegemonia cultural necessita periodicamente de recordar o seu foco fundamental para evitar a co-optação ou destruição pela cultura dominante. (Radford-Hill 2000: 16)

Partilhando destes sentimentos com Sheila Radford-Hill, este percurso foi estabelecido no sentido de construir “o diálogo como um método e experiência de aprendizagem e luta” (Torres 2000: 25); tomando palavras de Penny Summerfield:

Esta auto-representação é um convite a ir mais além na relação entre construções interiores do self, e construções exteriores, identidades publicamente impostas. Providencia pistas importantes para ver como a narradora as compreende como tendo interagido com o seu mundo social. É uma chave para a sua relação com as identidades que lhe foram conferidas pelas normas culturais, pelas formas discursivas e pelas instituições sociais com as quais elas se conformaram ou fizeram compromissos, ou contra as quais elas se rebelaram. (2000: 102)

E, nesta ordem de ideias, situa-se a importância de relacionar as bio/autografias com o seu contexto social, isto é, de “...religar a biografia individual às características estruturais globais da situação histórica datada e vivida” (Ferrarotti 1983: 41), para dar contas das suas lutas, dos seus pontos de vistas, das formas como foram construindo a sua agência.

1.3. Histórias de vida e pedagogia feminista

Neste trabalho, as histórias de vida entram também com o objectivo de contribuir para a pedagogia crítica e feminista. Entre outras autoras, Liz Stanley refere a importância deste tipo de pesquisa para o movimento feminista, sobretudo em termos do processo de conscientização no movimento, (Stanley 1993: 44, 46). Pode também relacionar-se com a pedagogia feminista (entre outras, ver Kathleen Weiler 1995, 1998). Também Ferrarotti articula esta metodologia com as questões do saber:

Estes relatos são aqui considerados de um ponto de vista pedagógico, elas contêm um saber, mesmo sem o conhecimento dos interessados: são uma forma de expressão da «experiência humana», do «vivido quotidiano». (Ferrarotti 1983: 12-3)

Como afirma Stanley, esta metodologia permite fornecer-nos leques mais alargados de exemplos de vidas de mulheres fora dos estereótipos e dos modelos dominantes:

No caso da abordagem feminista, o feminismo enquanto movimento social está preocupado com o re/fazer das vidas, e também com o inscrevê-las como genderizadas (e racializadas, e classeadas, com sexualidades) e também com inscrever um leque mais alargado de possibilidades para as vidas das mulheres providenciando exemplares contrastantes. (1993: 46)

Um outro aspecto que tem a ver com a importância desta metodologia para o movimento feminista consiste nas possibilidades que permite de “reflexividade nos processos de pesquisa feminista” (1993: 44-5). O feminismo aparece nas vidas destas mulheres pelo facto de tornar “as contradições nas suas vidas como *mulheres* visíveis e compreensíveis através do nomear e de oferecer ferramentas teóricas para as analisar” (Middleton 1993: 93). Neste sentido, este conhecimento produzido a partir de uma perspectiva feminista permitiu confrontar alguns desafios que se colocam à metodologia feminista.

2. Questões de método

Pretende-se nesta investigação interrogar o feminismo sobre como encara a mudança nos diversos contextos de vida de mulheres diferentemente posicionadas, questionando sobre como articula os direitos com a cultura e simultaneamente conhecer as mudanças que se estão a operar e o que se espera dessas mudanças, articulando também com diversas formas de intervenção social. Pretende-se, ainda, perceber a mudança social especificamente ao nível das mulheres, para propor mudanças na educação das raparigas e dos rapazes. Muito do cerne desta problemática se situa no mundo privado das relações sociais, no interior dos grupos 'privados': o casal, a família, e na forma como vivem a relação com o mundo público do trabalho pago, da política e da escolas. Assim, esta tese não é apenas sobre feministas. É sobre mulheres, algumas das quais feministas. É antes um olhar, uma perspectiva feminista sobre as experiências e subjectividades de mulheres. Pensar o sujeito 'mulheres' levantou algumas questões que têm a ver com: Quem devemos *ouvir*? Assim, a diversidade de perspectivas de mulheres, diversidade em termos da sua condição social, pareceu-nos uma meta importante nesta procura, sem no entanto perder de vista a singularidade de cada história de vida.

História de vida é uma metodologia que exige uma profunda relação com a narradora da história, relação essa que supõe o interconhecimento, num processo em que já se sabe de antemão que as pessoas só se dão a conhecer ao preço de nos conhecerem, também. Assim, esta diversidade teve que ser conseguida no interior também de um percurso nosso, numa disposição de nos darmos a conhecer e a interagir com mulheres de diversas condições sociais, diferentes valores e perspectivas políticas, ideológicas, culturais, religiosas, de orientação sexual, de condição física, de idade. Empreendimento que se sabia difícil mas que nos dispusemos a levar a cabo, antecipadamente preparadas para ficar num nível adequado embora não perfeito. Isto é, neste tipo de investigação jamais será possível num espaço de alguns anos conseguir com a profundidade requerida, elaborar muitas histórias de vida e de pessoas muito diferentes. O esforço emocional que cada uma delas exige não permite a dispersão por muitas pessoas ao mesmo tempo (ver Maynard e Purvis 1994).

A estratégia encontrada e considerada válida foi a articulação entre esta investigação e a intervenção que, em equipas de trabalho, tem sido desenvolvida no campo da escola para todas/os e no movimento feminista. Foi nestes territórios que se foram encontrando mulheres para as histórias de vida. A tradição de “conscientização” que em Portugal foi levada a cabo sobretudo pelos grupos radicais e pelos de formação freireana, GRAAL, alfabetização, educação e desenvolvimento local, é o que nos leva, nesta pesquisa a equacionar o nosso lugar e a nossa acção no seio da actividade dos grupos, portanto, na intervenção e que, de forma bastante interessante, parece ser uma das tradições de onde seguem, para o seio da pesquisa académica, a vertente do trabalho com perspectivas biográficas (ver entre outras Stanley 1992; 1993; 2000; Cosslett, Lury, Summerfield 2000; Maynard e Purvis 1994, 1996; Smith 1993, 1998; Steedman 2000).

Desde o início desta pesquisa, interrogámo-nos sobre quem deveria ser entrevistada. Preocupadas em compreender como os ideais feministas se articulam em diversos contextos sociais, fez-se um esforço por descentrar da cidade e fazer uma incursão também no mundo rural. Na altura, começava-se um projecto de intervenção nas escolas, TEIAS, ligado a zonas rurais ou semi-rurais, pelo que parecia relevante incluir mulheres destes contextos. As equipas deste projecto integravam docentes e outras/os profissionais (psicólogas/os, assistentes sociais, animadoras/es culturais) e colaboraram activamente na procura de entrevistadas.

Uma das actividades do projecto, num dos locais, foi elaborar um vídeo sobre as famílias das crianças da escola de uma das aldeias. ‘Famílias’, naquele lugar, significa ‘mães’, e o documentário acabou por ser sobre as mulheres daquela aldeia que, por acaso, têm filhos/as na escola. “Tecer uma Escola com e de Sentidos” documentou a força, energia e vontade colectiva daquelas mulheres para construir uma vida de qualidade para si e para as suas famílias, com os maridos fora durante a semana, alguns permanentemente fora, ou na imigração, ou não existindo de todo. A pobreza não as bloqueia e o orgulho e satisfação pela ‘sua’ terra, pelo ar saudável e ‘puro’, pela transparência da água do rio, superava a dureza de carregar o mato ou aguentar o frio em casas sem aquecimento. Mesmo muitas/os das/os filhos/as preferiam ir “acarretar” mato do que estar na escola (na EB 2,3, entenda-se, porque a do 1º ciclo amavam com carinho, assim como à professora) a ouvir

peças a falar de forma que não entendiam. Como registamos na conversa com uma mãe:

Ele [filho] queria deixar de estudar. Levei-o comigo a apanhar mato, para ele ver o que custa a vida. Andou lá uns dias. Mesmo assim, disse que preferia ir trabalhar do que ir à escola. Obrigá-lo a ir para ele faltar às aulas e apanhar vícios?! Pois que venha trabalhar, toda a ajuda eu preciso!

Nesta aventura de desbravar caminhos para conhecer mulheres de culturas e contextos sociais diferentes, fomos chegando ao ponto em que agora este trabalho se apresenta, que não é o fim do caminho mas uma pausa peregrina.

2.1. Porque escolher estas mulheres? Representatividade e quantidade *versus* profundidade

A escolha das entrevistadas/narradoras é algo que, compreensivelmente, não é fácil de fazer nem de explicar. Preocupada em conhecer mulheres de diferentes condições sociais, várias vezes reflecti sobre as questões de classe e as mulheres. Portanto, a questão da *classe social* constituía uma dimensão importante a ter em conta na escolha das entrevistadas³¹, mas a conceptualização da classe social para as mulheres não é assunto sociologicamente resolvido. No entanto, sem entrar aqui nesta questão teórica, esta era e continua a ser uma preocupação, mas não exclusiva. Neste sentido, entre as respostas epistemológicas de Ferrarotti (1983) e de Araújo (1993; 2000) e as nossas preocupações, partimos para um conjunto diversificado de categorias sociais, algumas que vêm de uma perspectiva marxista: operárias, camponesas, classe média (profissões), e outras categorias ligadas a preocupações pós-colonialistas, pós-estruturalistas e feministas, ciganas, negras, pessoas portadoras de deficiência, lésbicas, e activistas políticas feministas.

Assim, indagámos sobre mulheres que poderiam vir a expor-nos a sua história de vida. Não apresentámos nenhum tema em particular, apenas que nos interessava alguma diversidade social e que não queríamos apenas histórias dramáticas. Histórias vencedoras

³¹ Teremos que reflectir se as razões da substituição das questões de classe pela cultura não querem significar abandono de uma perspectiva crítica e transformadora (ver também Phillips 1992), até porque se assiste, em termos sociais a alguns processos de invisibilização da classe social. Por exemplo, uma aluna universitária, num trabalho da disciplina, colocou um operário de uma indústria química na classe média?!

e histórias tristes convivem com a nossa existência e pretendíamos dar conta dessa diversidade.

Por vezes, fomos assaltadas pela “angústia positivista”, ou seja, a angústia de querer realizar uma pesquisa “representativa”. Reiterar que é sempre assim, em qualquer investigação, não resolve o vazio que se abre no estômago e não nos sossega sobre até onde se admite a incompletude, em termos de evidência empírica? Assim, impulsionadas para ficar a saber algo mais do que já se sabia, optou-se por fazer histórias de vida de mulheres que abrangessem alguma diversidade; sem veleidades de representatividade, procurámos dialogar com: camponesa, operária, professora, cabeleireira, enfermeira, sindicalista, médica, empresária, cigana nómada, cigana sedentária, negra, comunista, conservadora, órfã, liberal, lésbica, cega, investigadora, feminista marxista, empregada doméstica, feminista radical, mulher rural, feminista católica, mulher católica, moradora e activista num bairro social, militante de base³². E a todas estas mulheres se fizeram entrevistas em profundidade e se tentou ir o mais longe possível até verificar se se conseguia ou não fazer histórias de vida.

O *número* constitui uma polémica epistemológica que não parece estar resolvida. Desde o argumento de que a unicidade de *uma* história de vida, pelo seu carácter sincrético, permite ler o social até outras investigações onde o número andam muito longe deste primeiro dígito alfanumérico. Por exemplo, Jennifer Johnson entrevistou sessenta e três mulheres da classe trabalhadora (2002) e considera que fez histórias de vida. No entanto, estávamos interessadas nas singularidades das vidas de algumas mulheres e, como afirma Ferrarotti, “os elementos quantificáveis de uma biografia são geralmente pouco numerosos e marginais: ela põe inteiramente em relevo a qualidade” (1983: 82), já que uma história de vida se constitui como “conhecimento organizado embora críptico que é preciso aprender a decifrar” (idem: 83). E, neste sentido, a quantidade só atrapalha, porque impede uma atenção em profundidade às singularidades e especificidades.

Portanto, a ideia não foi fazer uma investigação de tipo extensivo, antes partir do princípio de que mulheres negras, ciganas, lésbicas, operárias, têm experiências de vida diferentes e provavelmente percursos de vida marcados pelo racismo, pela homofobia, pela

³² A linguagem é de facto um espartilho. Por exemplo, aqui ao tentar descrever por quem se optou para construir as histórias de vida, é difícil decidir entre o plural e o singular: qualquer versão deixa sempre um travo de generalizações que gostaríamos de evitar. Enfim, entre um e outro, escolhemos o singular...

discriminação, para além do sexismo, mas que não se constituem nem como representativas nem como exemplo. Então, neste aspecto, tornou-se importante dar a voz a mulheres que pudessem, através das suas narrativas, contar-nos as suas experiências e percursos onde, talvez, as questões da opressão, racismo, discriminação, exploração e homofobia se tornassem visíveis. Ferrarotti alerta contra “a redução da biografia a uma simples «história de vida» social utilizável como *exemplo, caso particular, ilustração* numa interpretação que se situa a um nível mais elevado de abstracção” (idem: 83). É no sentido de evitar este reducionismo epistemológico numa pesquisa em histórias de vida que construímos os capítulos de análise mantendo as singularidades das suas vidas, evitando fazer agregações abusivas, a não ser quando eram de facto pertinentes. Algumas auto/biografias estão mais presentes em alguns capítulos do que noutros porque as narrativas evidenciaram mais uns aspectos do que outros. Decidimo-nos também pelo critério de não escolher as mulheres de maior protagonismo social: existem já diversas obras em português e sobre as mulheres portuguesas (embora ainda não suficientes) sobre mulheres públicas e protagonistas (veja-se, por exemplo, Pedrosa 2000; Bettencourt e Pereira 1995). Para além do mais, colocam outras questões que se relacionam com a maior dificuldade de anonimato e, portanto, maiores problemas em entrar em territórios mais íntimos ou interditos. Assim, embora algumas das nossas entrevistadas sejam mulheres com *algum* protagonismo social, a nossa escolha recaiu sobre as vidas “típicas” (Stanley 1992, Araújo 2000), isto é, mais próximas dos quotidianos de todas as mulheres. Foram realizadas, mais de uma centena e meia de encontros, incluindo diálogos e entrevistas (ver Quadro das Entrevistas). Alguns foram efectuados no percurso de selecção da pessoa a biografar, por um lado, porque o critério escolhido era a diversidade social, implicando um esforço de descentração dos conhecimentos pessoais, por outro, porque o próprio processo da construção das histórias de vida não resulta da exclusiva decisão do/a investigador/a. No decurso dos diferentes encontros com as mulheres, a interacção que se estabelece vai também contribuindo para definir quem está mais disponível para contar a sua história, quem vai mostrando mais interesse e entusiasmo e quem mostra mais confiança na pessoa que desempenha o papel de recolher e reconstruir a história. Este processo é uma relação a duas, interferindo também factores que têm a ver com a disponibilidade real da narradora e da investigadora. A decisão inicial tinha sido elaborar

dez histórias de vida e diversas narrativas complementares. Esta decisão revelou-se não exequível, na medida em que o tempo e disponibilidade emocional não permitiram chegar a um número tão elevado de auto/biografias. Com aquelas em que a biografia ou a narrativa biográfica não foi completada, mantém-se o compromisso de continuar até completar o processo, agora já posteriormente a esta investigação.

Enfrentaram-se diversas dificuldades na selecção de algumas das narradoras. Um dos casos mais difíceis foi a escolha de uma mulher cigana. Começamos o processo realizando entrevistas colectivas a um conjunto de mulheres ciganas que se encontravam no ensino recorrente por via do Rendimento Mínimo Garantido³³, numa pequena cidade da zona centro. Mais tarde, solicitámos a possibilidade de realizar encontros individuais explicando que era para “fazer a história da sua vida”, tendo ainda realizado alguns. O problema surgiu quando quisemos construir as narrativas. As transcrições evidenciaram-se como obstáculo que nos levou a não optar por seleccionar alguma destas mulheres para uma história de vida. Por um lado, revelaram-se pessoas de poucas palavras, resumindo as suas opiniões e experiências de forma bastante sintética, tornando difícil a construção de uma narrativa³⁴. Por outro, falavam uma língua diferente, que designavam como *galiciano*, o que tornou muito difícil a compreensão e transcrição de algumas expressões aquando da passagem a texto escrito. Apesar de termos sentido *compreender* todo o diálogo quando em presença destas mulheres, o certo é que, na transcrição, ficavam muitas lacunas para preencher. O grande desconhecimento sobre a linguagem desta comunidade impediu-nos de tentar substituir algumas lacunas por expressões que dissessem o que tínhamos entendido. Corríamos um grande risco de infidelidade ao seu discurso e, nesse sentido, optámos por abandonar a escolha de uma mulher cigana desta comunidade. Entretanto, estabelecemos contacto com uma mulher cigana, activista de uma associação de mulheres ciganas da zona sul que fala português e tem, além de tudo o mais, uma experiência muito interessante de activismo pelos direitos das mulheres ciganas. Foram marcados três encontros com esta mulher e em nenhum deles foi possível realizar nenhuma entrevista gravada. O primeiro foi marcado com demasiada antecedência (duas semanas) e, quando

³³ Esta parte da investigação foi também realizada no contexto de um projecto financiado pelo Alto Comissariado para as Minorias Étnicas, designado “Padjas e Ciganas: em busca de diálogo intercultural, cuja coordenadora foi Helena Costa Araújo (ver Relatório).

³⁴ Nestas entrevistas e com mulheres camponesas, vinha-nos diversas vezes à memória a obra de Teresa Joaquim, *Dar à Luz*, onde a autora refere esta parcimónia da palavra no mundo rural que ela estudou e que, em parte, pode relacionar-se com o mundo simbólico rural da ligação entre o real e a magia. A palavra ainda tem poderes...

chagámos ao encontro, ela precisou de ir resolver um problema que entretanto tinha surgido com a filha e a sobrinha. O segundo, marcado com maior proximidade temporal, revelou-se também inoperacional porque era domingo e ela estava com a família toda, com funções de “matriarca”, não podendo, portanto, retirar-se para um encontro com mais privacidade. Convidou para ficarmos a conviver com toda a gente, o que fizemos durante um tempo, e regressámos num comboio mais cedo. No último encontro, marcado na CIDM de Lisboa, para um momento anterior a uma audiência que ela tinha marcada com a Presidente, quando chegámos, ela tinha decidido antecipar-se à hora marcada para a audiência e tinha ficado na CIDM à espera de ser recebida porque não queria ser “ultrapassada” por outras pessoas com quem a Presidente também iria reunir. Como a audiência foi efectuada à hora marcada, isto é, três horas depois, e no final nenhuma de nós tinha disponibilidade para se encontrar, mais uma vez não foi possível realizar a entrevista. As dificuldades de deslocação e as incertezas de poder efectivamente registar alguns diálogos com esta mulher levaram-nos a equacionar entrevistar outras. Assim, tomámos conhecimento de uma comunidade cigana no norte, que também fala correntemente o português. Embora bastante diferente, quer das mulheres do grupo inicial, porque a comunidade já está sedentarizada há bastante tempo tendo até uma boa integração no local, quer da activista da associação de mulheres ciganas, já que nesta comunidade ainda não se coloca este tipo de activismo, este contacto permitiu-nos o estabelecimento de diálogos mais prolongados e gravados com uma mulher cigana de que resultou a história de vida de D. Graciela.

Não foi fácil, também, escolher a mulher lésbica para realizar uma história de vida. Procurar uma lésbica enfrenta o problema do “armário”, já que muito poucas “dão a cara”. Optou-se por contactar algumas das associações do movimento lgbt e foi, a partir desse contacto, que se entrevistaram duas activistas do Clube Safo, e elaborado uma história de vida.

Encontrar uma mulher negra foi também um percurso difícil, expresso pelo facto de ser um dos casos em que a história de vida ainda não está finalizada. Contactámos duas mulheres, mas só foi possível realizar entrevistas com uma, devido às ocupações profissionais da segunda. Aqui, revelou-se importante o facto de não termos grandes conhecimentos pessoais com mulheres negras na faixa etária entre os quarenta e os sessenta anos que se dispusessem a dialogar connosco e a contar factos e experiências

da sua vida. O mesmo se passou ao procurar uma mulher portadora de deficiência. Só estabelecemos diálogos com uma mulher cega, exactamente pela ausência de contactos anteriores com este grupo de mulheres.

Noutros casos, a dificuldade foi por razões opostas. Eram tantas as mulheres sobre quem se poderia realizar uma história de vida que as decisões não foram fáceis. Foram os casos das camponesas, das operárias, das sindicalistas, das professoras e das feministas. Não se tinha intenção inicial de construir histórias de vida de professoras, mas os contextos de intervenção em que esta investigação decorreu levaram ao conhecimento e contacto com muitas mulheres desta profissão. Realizaram-se diversas entrevistas e a história de vida foi seleccionada pela energia da narradora que estimulou e tomou iniciativa diversas vezes para elaborarmos a história de vida em tempo por ela considerado importante. Também para isso contribuiu o facto de morar numa zona mais acessível do que outras entrevistadas. Neste grupo, os afazeres profissionais e disponibilidades diversas obrigaram à distanciação face a algumas das entrevistadas. No grupo das camponesas, em que também se realizaram diversas entrevistas, acabámos por seleccionar a primeira, porque se encontrava numa faixa etária não tão avançada como a maioria das outras, embora já com diversos filhos também. Simultaneamente, a interacção estabelecida foi sendo muito forte, impulsionando-nos para a sua escolha. Tivemos diversos encontros com esta mulher, nem todos puderam concretizar-se em diálogo gravado devido aos constrangimentos da sua vida familiar, da violência do marido, e porque, mais tarde, passou a ser controlada também pelo filho mais velho. Finalmente foi difícil, devido à sua situação de vitimização, sair dos episódios de violência para outras fases e aspectos da sua vida porque ela estava muito centrada nessa questão (como, aliás, aprendemos que é uma das características do próprio processo de vitimização). No grupo das sindicalistas, colocou-se a mesma questão de quem escolher dada a grande diversidade. Escolhemos uma mulher com uma grande experiência sindical, que não era o caso de outras, operária de um dos sectores mais desfavorecidos na área do emprego, e que, face às grandes e conflituosas correntes do movimento sindical, se situava nos chamados “sindicatos independentes”, isto é, que não estavam filiados nem na CGTP nem na UGT. Finalmente, no grupo das feministas, a questão foi ainda mais difícil de resolver, muito devido à minha implicação no campo. Foram entrevistadas feministas de diversas organizações (APEM, Associação Portuguesa

a Mulher e o Desporto, APF, MDM, Clube Safo, GRAAL, UMAR, além de feministas que fizeram parte dos grupos radicais dos anos oitenta, hoje extintos). Eliminámos os grupos radicais dado que não têm actividade hoje, e o Clube Safo porque, coincidentemente, entrou pela via da história de vida da mulher lésbica. Em relação à APEM, tínhamos efectuado uma investigação sobre a associação, para o que entrevistámos quatorze mulheres que tinham pertencido à direcção e considerou-se que a publicação desse trabalho (na *ex aequo*) constituía uma visibilização do papel desta associação para esta reflexão sobre o feminismo. Também as entrevistadas são, em geral, mulheres de grande protagonismo académico. O mesmo se poderia dizer em relação à APMD que editou um número da revista *ex aequo*. Assim, entre o MDM e a UMAR, a opção foi facilitada pela maior dificuldade de entrevistar mulheres do MDM para contarem as suas vidas e não apenas as actividades políticas da associação, e pelo facto de não estar assumido no MDM que são uma associação feminista (designam-se como associação *feminina*), e uma maior proximidade com a UMAR. Foi uma decisão muito difícil, porque efectivamente teríamos gostado de fazer as biografias pelo menos de uma mulher de cada uma destas associações. É um trabalho que pode ser posteriormente continuado. Inicialmente, tínhamos intenção de integrar duas histórias de vida de feministas, que se revelou completamente não exequível no tempo de que dispúnhamos. Tentaremos concluir esse trabalho a seguir à etapa que corresponde a esta investigação.

2.2. A construção das histórias de vida e os procedimentos de análise de conteúdo

O processo da elaboração das histórias de vida

No que se refere à elaboração de cada história de vida, poder-se-ia dizer que os procedimentos relevam da opção metodológica de seguir o caminho epistemológico apontado por Araújo (1993) e Ferrarotti (1983):

São bem conhecidas as linhas gerais do método sartreano progressivo-regressivo para uma ciência social da biografia: leitura horizontal e vertical da biografia e do sistema social, movimento heurístico de vai e vem da biografia ao sistema social, do sistema social à biografia. A Soudure deste duplo movimento significa a reconstrução completa das «totalizações» recíprocas que exprimem a relação dialéctica entre a sociedade e o indivíduo específico. O conhecimento integral do homem torna-se o conhecimento integral do outro. Colectivo social e universal singular esclarecem-se reciprocamente.

Tentar compreender a unicidade da biografia na base da VIª Tese sobre Feuerbach é então um esforço de interpretação de um sistema social. (Ferrarotti 1983: 59)

A construção de uma narrativa auto/biográfica é também um momento em que simultaneamente se cruzam dois processos, que Penny Summerfield (2000) articula através do termo “compor”, isto é, por um lado, o processo de composição, fazendo o paralelo com a música, no sentido da reconstituição dos factos num texto que consiste num trabalho de produção autónomo face aos próprios factos relatados³⁵, e, por outro, o de compostura, onde emerge alguma coerência que a memória ajuda a elaborar:

O conceito de “composure³⁶” encobre utilmente o propósito de contar a história de vida tal como é correntemente compreendida na prática e na teoria da história oral. O termo foi desenvolvido pelas teóricas da memória popular nos anos 1980 e 90 em relação ao contar a história de vida quotidiana. (...) O seu principal expoente assenta no duplo significado do verbo “compor” para sugerir que, ao contar as histórias de vida, envolvemo-nos simultaneamente na actividade cultural de construir narrativas sobre nós próprias e na actividade psíquica de se empenhar por uma “orientação do self no interior das relações sociais do seu mundo” que nos permite um sentido do self com o qual podemos viver e que por isso nos capacita a conseguir “compostura/composição subjectiva” (...). (2000: 91)

Assim, as narrativas auto/biográficas que construímos são o que as mulheres nos contaram e o que nós ouvimos, produto da intersubjectividade estabelecida e da própria re/construção textual das narrativas, em que as histórias de vida se constituem como “relatos descontinuamente contados que expressam o nosso sentido do self: quem somos e como chegamos aqui” (idem: 92), onde a opção epistemológica se situou na “exploração das complexidades dos seus significados variados (...), significados pessoais e colectivos dos silêncios que dizem repeito a certos assuntos, da defensiva e negação de outros, e da repetida ênfase sobre alguns aspectos do passado à custa de outros” (idem: idem).

• A organização da narrativa final e a ‘limpeza do texto’

Aprendemos, nos finais dos anos 1980, a organizar o texto da narrativa final com Poirier *et al* (1993), e temos desenvolvido este procedimento também em colaboração com outras investigadoras (ver Araújo 1991, 1999, 2000; Magalhães, Oliveira e Fonseca 1991, entre

³⁵ Marie-Françoise Chanfrault-Duchet (2000) designa mesmo este processo como “textualização do self” e Nellie Mckay (1998) de “narrative self”, mas das diferentes designações, parece-nos mais relevante a de “compostura”, no que se refere ao processo que vivenciámos.

³⁶ Em português, o verbo “compor” compreende estes dois significados, o que já não acontece com os substantivos, “composição” e “compostura”, sendo que a designação destes dois processos não é possível através de um só termo, pelo que optámos por manter o termo em inglês.

outros) e com os contributos de Plummer (2001). O trabalho consiste, essencialmente, em agregar pedaços de relatos sobre assuntos, factos, experiências que, por vezes, surgem em diferentes diálogos e até em diferentes entrevistas, por critérios que permitam devolver à narrativa final a lógica interna da subjectividade da narradora. Articula-se assim, em cada caso, o critério de organização temática e / ou cronológica, permitindo a nós próprias, à narradora, e a eventuais leitoras/es, um acesso mais facilitado às suas experiências e subjectividades. Este processo é também, em maior ou menor grau, realizado com a narradora. Quando voltámos a encontrar-nos com ela, levamos o/s diálogo/s realizados para, a partir deste/s, se avançar no processo de contar. A reconstituição da narrativa, para nós, é mais fácil ser realizada quando se obteve já material considerável para permitir tomar algumas decisões. No entanto, este procedimento obedece também às características singulares de cada interacção estabelecida. Por exemplo, com uma das pessoas escolhidas para continuar até à elaboração da história de vida, quando chegámos com a transcrição do diálogo, ela ficou horrorizada pelo carácter anárquico com que as conversas orais se estabelecem. Quando nos apercebemos da sua reacção, mantivemos o encontro por pouco tempo e marcámos outro, onde se levou já uma narrativa mais ‘limpa’ e organizada que se tinha antecipadamente deixado num envelope ao seu cuidado no seu local de trabalho. Quando nos reencontrámos, a sua satisfação era visível face ao agrado que a narrativa, ainda muito incompleta, já lhe proporcionava. Com algumas das biografadas passámos a proceder assim: levávamos já uma versão provisória de como iria ficar a narrativa. Com outras, apresentamos esta versão esboçada depois diversos encontros, para completarmos alguns aspectos, sendo que nos diálogos iniciais se partiu da/s transcrição/ões anterior/es.

Outro aspecto na construção da história de vida e que vai “beber” a algumas/ns autores que têm trabalhado no campo, é a importância de fazer passar algum tempo entre as entrevistas. Esta mediação temporal permite diminuir alguns dos problemas que dizem respeito ao contexto social mais alargado em relação ao momento de cada encontro. Por exemplo, quando entrevistei algumas sindicalistas, numa das entrevistas, a questão que emerge com imensa força é o problema político que estava em agenda no momento: a proposta inicial de código de trabalho Bagão Félix que era extremamente penoso para as trabalhadoras, retirando-lhes direitos, mesmo no que se referia às questões da

maternidade (entre muitas outras), sendo que esta proposta estava a ser publicamente discutida por sindicatos, organizações não-governamentais de mulheres³⁷, mass media, etc. A entrevista ficou muito centrada neste tema, o que se modificou no encontro seguinte onde esta questão, se não resolvida, tinha, pelo menos, saído da agenda pública. A mediação temporal permite, assim, que alguns dos temas percam a excessiva ênfase e fiquem equilibrados com outros. No entanto, algumas narradoras não concordaram com esta distância, considerando que era mais importante começar e acabar com alguma regularidade e ritmo. Tomaram iniciativa na marcação dos encontros que, embora tenhamos explicado a importância daquele procedimento, se realizaram com intervalos de tempo mais curtos. Não foi, contudo, o caso da primeira história de vida, onde observámos esta distância temporal, efectuando o maior número de encontros com ela do que com qualquer outra. A sua situação de vitimização mantém o enfoque quase exclusivo, apesar dos nossos esforços, no problema da violência a que se encontra sujeita.

A construção da história passou, assim, por diversos dilemas, entre os quais a polémica questão da 'limpeza do texto'. Quando iniciámos trabalho de investigação com análise de entrevistas, aprendemos uma codificação para a transcrição no sentido de tentar repor, na escrita, os ritmos da oralidade. Acontece que essa transcrição é sempre artificial. Nenhuma codificação consegue repor o clima, a interacção, o estilo, os ritmos, as variações das falas entre entrevistador/a-entrevistada/o, na medida em que as pausas, as interrupções podem ter diversos significados e é necessário voltar a ouvir a entrevista para repor esses significados. Uma fala com diversas interrupções, recomeços, pausas, pode ter a ver com a dificuldade de falar sobre o tema, com a sensação de que não se está a ser ouvida naquele momento (por qualquer razão, a entrevistadora está menos 'presente' do que habitualmente), com alguma preocupação de momento (por ex., a D. Graciela, no dia em que o filho mais novo estava doente), o des/conforto do local da entrevista e, por vezes, a necessidade de readaptação ao espaço (ruído, interrupções várias), etc. Não há um *setting* ideal para as entrevistas, já que nem todas podem ser realizadas nas casas das mulheres, nem todas em nossas casas ou nos respectivos locais de trabalho (ver também Plummer 2001).

³⁷ Aliás, o próprio Conselho Consultivo da CIDM tomou posição e uma delegação de representantes de ONG foram com a Presidente da CIDM ao Parlamento apresentar as suas preocupações face a essa proposta de Código de Trabalho.

Assim, apesar de poder ter sido aliciante a escolha dos ritmos e as especificidades das falas das mulheres³⁸, decidiu-se limpar, ou seja, não *transcrever*, mas *traduzir* para a linguagem escrita, as vozes das mulheres.

• **Confidencialidade, privacidade e anonimato**

Enfrentamos o dilema da confidencialidade. Algumas entrevistadas explicitaram que gostariam que o seu nome ficasse explícito; a outras a questão não lhes importava; outras ainda solicitavam anonimato. Optámos pela confidencialidade, como já vem sendo hábito na nossa investigação em histórias de vida. A decisão assentou no facto de que seria muito difícil articular biografias perfeitamente identificáveis com outras onde se faz todo um esforço para garantir o anonimato. É claro que todas estas mulheres merecem que as suas biografias apareçam com visibilidade pública, mas esse objectivo teria necessariamente que estar desde o início e impediria a presença de algumas experiências e subjectividades que, se conhecidas mais publicamente, podem afectar directamente a narradora em causa. Sue Middleton, na sua investigação, enfrenta também esta questão e opta pela confidencialidade, apesar de algumas das suas entrevistadas terem abertamente exposto o seu envolvimento:

“Aconteceu encontrar algumas mulheres das minhas entrevistas em contextos sociais ou profissionais inesperados. Tive que fazer por esquecer algum conhecimento que obtive sobre as pessoas. A informação da minha pesquisa era um segredo inviolável como resultado do meu compromisso com a confidencialidade. Por exemplo, uma vez, quatro das mulheres estavam a falar comigo num encontro feminista e uma delas falou abertamente sobre o seu envolvimento no estudo. As outras escolheram manter-se em silêncio. Várias mulheres, desde aí, têm falado abertamente do seu envolvimento. Eu tomei muito cuidado para proteger as identidades de todas as mulheres” (Middleton 1993: 74).

Assim, eliminámos muitas das expressões e alguns relatos que de alguma forma pudessem dar origem à identificação das biografadas, e tentámos fazer este processo com elas, embora, infelizmente, não tenha sido possível fazê-lo integralmente com todas.

³⁸ No campo da história oral, existe algum percurso epistemológico efectuado no sentido de, na investigação, tentar devolver a especificidade das falas das pessoas, nomeadamente das que não pertencem aos sectores privilegiados; assim, algumas investigadoras defendem a manutenção das formas de oralidade, também no sentido de desafiar cânones linguísticos.

• As questões da linguagem

A linguagem é um problema que não pode ser passado de leve nesta investigação. Tendo sido, de há longa data, temática de reflexão e de intervenção feministas (Abranches e Carvalho 1999; Henriques, d'Armada e Magalhães 1997³⁹, da linguística, da filosofia, dos estudos literários e da sociologia crítica (Weedon 1989, entre outras), reconhecendo-se hoje a sua importância, não apenas como instrumento de comunicação, mas enquanto estrutura social, com *poder performativo* (Louro 2004, entre outras).

Embora não possamos desenvolver aqui como gostaríamos, porque necessitaria de mais espaço, também nas histórias de vida ela tem de ser equacionada (Gluck e Patai 1991; Anderson e Jack 1991), na medida em que a linguagem atravessa as histórias de vida em diversas dimensões: é o *medium* através do qual se estabelece o diálogo entre as participantes neste processo, se constrói o texto final, se estrutura a sua interpretação. Aqui, damos conta de algumas *estranhezas* que nos colocaram alguns dilemas e que foram provisoriamente resolvidos para podermos dar conta deste trabalho, mas que constituem áreas para aprofundamento no campo das histórias de vida.

Assim, por exemplo, alguns termos usados e alguma construção verbal e das frases suscitaram a nossa atenção. Alguns exemplos:

“vício de estudar”

“a minha mãe era assim uma mulher muito engraçada, disse assim: «Ó menino, caralho, tu que vais?»”

“...*tu que vais?* Vais na estrada velha ou na estrada nova?”

“E travou, ainda foi pior. Foi quando ela [a carrinha] *derrampou* logo.?”

“É *xachola*⁴⁰ na mão como os homens.”

“Donde vê-se aquele eucalipto assim?...”

“... chegava aqui cansinha, cansinha.”

“*segar* as castanhas”

a castanha a “*chiar*”

“Quando ele tivesse que falar com os filhos... quer dizer, o meu nome *andava na frente*.” [isto é, “chamava-me nomes feios”]

Outro problema enfrentado foi o do “falso neutro”. Por exemplo, na narrativa de Ermelinda Ribeiro, ela utiliza “eles”, quando fala genericamente da intervenção na fábrica e sobre as

³⁹ Este manual acompanha um vídeo sobre género e educação, *Valores e Raízes*, ambos realizados no âmbito do Projecto ProCiMas (Promover a Cidadania das Mulheres), projecto financiado pela CE e que envolvia equipas da Universidade de Cambridge (Reino Unido) do Porto (Portugal), de Tessalónica (Grécia) e Barcelona (Estado Espanhol).

⁴⁰ Sobre este regionalismo, não sei qual será a grafia.

questões da acitividade militante sindical, embora todos os exemplos concretos sejam com operárias. Nas primeiras entrevistas, não estávamos certas se tínhamos ouvido bem.

Alguns exemplos:

Quando chegamos lá, elegemos uma delegada sindical. (...) Telefonaram-me e perguntaram-me “Oh Ermelinda, o que é que a gente faz?” Eu disse “e vocês deixam que ela fique cá fora?!” “Eu não !” e para as outras: “deixaram?” “Deixamos”. “Mas então ide lá buscá-la”. *Eles* levantaram-se: “Oh Júlia, anda para dentro para o pé da gente!”

Elas deviam retomar o trabalho Segunda feira, roubaram-lhes as máquinas, elas vão para o local de trabalho delas! (...) Ai não paga? Meta-o no tribunal. Mas a casa é o local de trabalho para os *trabalhadores*.

O percurso -- mais político, mas a insistir na organização de que, face às situações eles também têm que poder. *Alguns* assimilam mais, *outros* assimilam menos, mas vão assimilando, eu já tenho dito muitas vezes tem sido isto que tem dado força a que a gente continue.

Para mim, o essencial é pôr os *trabalhadores* a participar, pôr os *trabalhadores* a decidir e depois ajudá-los a ser responsabilizados naquilo que *eles* decidiram:

— Decidiram. Foram vocês que decidiram não foram? — e tomar sempre como bom que aquilo que os *trabalhadores* decidirem colectivamente é bom para o sindicato. Pode ser mais recuado, mas é a decisão que *eles* tomaram.

Outra questão foi a introdução, pelas narradoras, de alguns termos “criativos”, que não existem na Língua Portuguesa, mas que constituem expressão da luta pela transformação social, como por exemplo, a expressão “estu-fufa”, em que Teresa Evert joga com o termo *fufa* que tem uma carga muito negativa mas, até pela sua sonoridade, agrega ao conceito de “estufa”, como local aconchegado e seguro de que as lésbicas necessitam num mundo tão homofóbico que nem as suas famílias são porto seguro.

Outro problema foi a questão da linguagem oral versus linguagem escrita. Por exemplo, nos diálogos com Maria Carolina Cardoso⁴¹, a linguagem é bastante fluída, organizada, correcta e coerente. As frases são bem construídas, a sequência é lógica e com sentido. Mas, como as interacções foram orais, evidentemente têm as características da linguagem oral. Por exemplo:

Depois, entretanto, também tive ali um interregno que me deu um bocado de descanso, criei uma relação íntima com hospitais. Isto parece uma tolice. Porque eu tive um acidente muito grave no dia 15 de Abril de 1958, fiquei no hospital durante muito tempo e aconteceu-me uma coisa que eu vou referir porque foi pública, que foi: Eu fui enviada para a morgue, fui para a morgue, mas quem me levou foi um polícia. E o polícia, que depois pus no álbum de família, salvou-me com uma coisa, coitado, na sua ignorância, ele era muito ignorante, tinha pouca cultura, ele disse: “Ó Sr. Doutor, vá lá ver que ela não está morta.” (Ent1, profa1, pág.7)

A explicação do que vai dizer a seguir: “que vou referir”, a importância de reintroduzir as frases e as ideias: “que foi:”; os comentários intercalares: “coitado, na sua ignorância”; a

⁴¹ Uma das biografadas e que, entre outras coisas, exerce a profissão docente.

utilização da frase anterior, mais ou menos idêntica, como um refrão para organizar a apresentação da ideia seguinte: “fui enviada para a morgue, fui para a morgue, mas”; etc. Palavras como “mas”, “porque”, muitas vezes não têm, na linguagem oral, o mesmo significado que na escrita. Neste relato, aquele “mas”, não é adversativo, é um marcador de uma outra ideia, distinta da anterior mas não necessariamente contrária. A utilização deste “mas” nesta entrevista não é resultado de pouco conhecimento e portanto possível de ser substituído pela palavra com real significado. É um “mas” da linguagem oral, um marcador da narrativa.

Confrontamo-nos ainda com outro problema, não apenas em termos de linguagem, mas igualmente de língua, propriamente dita. Numa das comunidades ciganas onde entrevistamos algumas mulheres, não falam português, falam uma língua que designam de *galiciano*. Por isso, algumas palavras e construções fráscas têm a ver com este biliguismo. Neste caso, optámos por não corrigir algumas das suas falas, no sentido de podermos vislumbrar, também neste aspecto, as dimensões da sua cultura. No entanto, por vezes, a interpretação foi mais difícil em alguns casos concretos. Por exemplo, uma das entrevistadas, ao relatar episódios em que se sentiu alvo de racismo pelas pessoas lusas, diz:

Acho que eles notam diferente, que eu sou «racista»... Eles não dizem nada, mas... (Ent6MulherCig: 42-43)

Mais à frente, ela explicita:

Acho que sim, que eles notam diferente, que eu sou «racista»... Eles não dizem nada, mas... [Hoje] ainda fazem, muitas fazem [tratam diferentemente]... Olhe, eu não faço, para mim preto, vermelho, amarelo, somos todos fruto da mesma árvore, eu respeito a todo mundo e assim gostaria que me respeitassem. O respeito é bom e eu gosto. (Ent6MulherCig: 42-43)

Podemos aperceber-nos de que ela está a descrever o processo pelo qual é «racializada» e não a considerar-se ‘racista’ nos termos em que habitualmente empregamos esta palavra.

• A relação de interacção nos encontros, diálogos e entrevistas

Sendo o resultado de uma interacção dialógica, o processo da construção de histórias de vida integra alguns riscos. Um deles diz respeito ao próprio processo de interacção estabelecida com as pessoas. Como afirma Ferrarotti, existe “«a dificuldade característica»

do método biográfico“ que reside no facto de que “exige um contrato imediato, de confiança recíproca, entre objecto da pesquisa e o pesquisador” (Ferrarotti 1983: 14), onde ganha importância a ideia de “sociologia como participação” (idem). Nesta medida, “o conhecimento torna-se então o que o método sociológico sempre quis evitar que seja: um risco” (idem).

Pode dizer-se também que, em alguns dos encontros, sentimos o apelo para ajudar. A construção da história de vida de D. Hercília⁴² foi um dos exemplos. Em muitos dos diálogos, pareceu-nos existir um apelo para que alguém fosse pôr fim àquele “inferno” (Hivi1, Ent.3). De alguma forma, também representamos as instituições, o estado, o saber, apesar de, efectivamente, em muitos momentos nos sentirmos completamente *powerless* ao lidar com muitos dos problemas que nos foram caindo no regaço. Ficar impávidas e serenas, na postura de gramofone-gravador de dados (como Ann Oakley 1992 chamava à postura da investigação tradicional vinculada pelos manuais) além de muito difícil, constitui uma mentira. Ou temos empatia pelas pessoas e os seus sofrimentos também nos entram pela alma — ou pela cabeça — ou não conseguimos empatizar com as pessoas e isso também fica claro para a nossa interlocutora. Tão claro que chega a ser possível perceber.

Nesta linha, optámos por não ter guião, exactamente na medida em que procurávamos as singularidades das experiências e das subjectividades de cada mulher. Esta linha de trabalho é também muito explicitada pela epistemologia feminista que trabalha neste campo, como sublinha Penny Summerfield:

O uso de entrevistas estruturadas, na qual a entrevistadora trabalha sistematicamente a partir de uma lista de questões, é rejeitado pelas historiadoras orais porque faz pouco para conseguir agarrar a experiência única do sujeito, a quem nunca é dada oportunidade para se tornar narradora da sua própria história de vida. (2000: 94)

Aliás, pretender conhecer as formas como enfrentaram as relações patriarcais, implica de alguma forma aceder ao “mundo privado” da vida, não fazendo sentido, numa postura epistemológica de respeito total pela integridade de cada uma, fazer perguntas directas. Os temas foram avançados pela narradora e apenas se e quando a interacção o permitia se tomou a iniciativa de questionar alguns detalhes da vida íntima.

⁴² Outra biografada, trabalhadora rural e vítima de violência.

Um dos riscos enfrentado diz respeito ao psicologismo, na medida em que a recolha dos testemunhos se faz numa interacção entre a investigadora e uma mulher.

Como já referimos, realizámos algumas entrevistas em grupo, no processo de selecção das biografadas. No entanto, para a história de vida, optou-se pelo diálogo individual, por três razões: por um lado, no caso das entrevistas colectivas com as ciganas e as camponesas, por exemplo, a entrevista individual permitiria ir um pouco mais longe do que a narração do culturalmente determinado no seio das suas comunidades; por outro, no caso das operárias, lésbicas, etc., a entrevista individual poderia assegurar maior confidencialidade, tornando possível a entrada em assuntos de maior intimidade; por outro lado ainda, dada a diversidade procurada, seria muito difícil e artificial, do ponto de vista prático, colocar algumas das mulheres em grupo umas com as outras. No entanto, esta opção enfrentou a necessidade de recusar o psicologismo que, nesta investigação, não decorre de uma atitude de sobrevalorização da sociologia e menosprezo pela interdisciplinaridade, antes do interesse em manter uma epistemologia crítica das instituições e da ordem social:

A psicologização de tipo espontaneísta dos «duros» factos sociais, no sentido de Durkheim, tem por efeito final a dissolução de toda a instância crítica séria das instituições existentes e a pragmatização do pensamento em nome das necessidades e das exigências tão imperiosas quanto efémeras. (Ferrarotti 1983: 70)

Nesta perspectiva sócio-crítica, consideramos importante a distanciação face a perspectivas pseudo-vitalistas e acríticas que coincidem com “a decadência actual do universo, da ordem e das ideias, sabiamente utilizada para proclamar a inutilidade de todo o projecto de transformação racional da sociedade” (Ferrarotti 1983: 70). Noutro local, argumentámos (em conjunto com outras colegas) sobre este risco de psicologismo (Magalhães, Fernandes e Oliveira 1991), sem esquecer que a memória é um terreno movediço, no sentido em que algumas recordações podem reviver e reavivar feridas anteriores fazendo renascer a dor (ver Lewis 1993) ou os vómitos (Summerfield 2000). Dessa data até aqui, a distanciação face ao psicologismo resvalante de uma investigação que consiste grandemente em diversos diálogos a duas, prolongados no tempo, tem também a função de explicitar a recusa de qualquer forma ou modelo clínico / terapêutico neste trabalho. Ferrarotti afirma:

... a possibilidade de «reviver» a experiência existencial e histórica em termos de «interconexão interior» não é garantia face ao subjectivismo psicologizante e ao idealismo voluntarista. (Ferrarotti 1983: 47)

No nosso caso, enfrentamos também o perigo de cair no “idealismo voluntarista”, no sentido de colocar as nossas vontades à frente e acima das palavras e dos próprios termos das biografadas. A decisão de colocar por inteiro as histórias de vida no início da tese tem também o objectivo de permitir observar o global de cada história e confrontar com a análise e articulação que se fez nos restantes capítulos. Pode, então, ser visível que tentámos restringir-nos aos materiais auto/biográficos que obtivemos, exercitando continuamente a “vigilância crítica” sobre nós próprias.

Ainda um outro risco, e relacionado com o anterior, foi o de *ventriloquismo* (Fine 1994): poder-se-á dizer que por vezes se escolhe esta metodologia para nos servirmos das pessoas para provar o nosso ponto de vista; para falarmos através delas, aquilo que a autora designa de *ventriloquismo*, isto é, colocar nas palavras das entrevistadas o que gostaríamos que elas dissessem (ver também Araújo e Magalhães 1999). Estivemos desde o início muito atentas a este perigo e a procura da diversidade de mulheres com percursos de vida e subjectividades diferentes da nossa foi um critério importante. Aliás, pode ser observado pela variedade de histórias e de perspectivas evidenciadas.

Procedimentos de Análise de Conteúdo

Alguns dos procedimentos de análise efectuados passaram por: leitura horizontal da biografia; leitura vertical da biografia; leitura horizontal do sistema social; leitura vertical do sistema social; vai e vem biografia – sistema social – biografia. Para a leitura vertical e horizontal do sistema social, recorreu-se aos estudos já feitos sobre a situação social das mulheres portuguesas, servimo-nos, por vezes, e como refere Ferrarotti, de outras fontes de conhecimento nomotético⁴³:

Difícil síntese de uma abordagem estrutural e de uma abordagem histórica, esta metodologia não recusa o contributo do conhecimento nomotético. Pelo contrário, exige-o, mas para o integrar num movimento heurístico a modelos hermenêuticos não lineares fazendo apelo à razão dialéctica e não à razão formal. (Ferrarotti 1983: 60)

⁴³ Este autor explicita: servir-nos-ão de fundo cénico, de instrumentos indispensáveis mas analíticos, por isso, marginais face a uma síntese central que se esforça de nos restituir a unidade sintética de um sistema social a partir da ligação recíproca e *activa* entre uma sociedade e uma praxis individual. (Ferrarotti 1983: 60)

Completou-se esta análise com alguma análise documental de artigos de jornais e de fragmentos televisivos, elementos importantes na estruturação das vidas sociais e das subjectividades, assim como de análise dos registos da actividade de participação em acções públicas com algumas das mulheres entrevistadas ou com equipas de trabalho (no campo dos projectos de pesquisa-intervenção sobre a escola ou sobre o feminismo) com ligação directa ou indirecta às entrevistadas.

Algumas/ns autoras/es consideram que as entrevistadas falam por si. É uma perspectiva e, efectivamente, as histórias de vida são uma visão bastante completa em que pode fazer parecer supérflua a análise do/a investigador/a. Por exemplo, Jo Campling, no contexto da sua investigação com mulheres portadoras de deficiência a quem ela solicitou depoimentos escritos⁴⁴, afirma: “os contributos falam por si; qualquer outra coisa seria supérfluo e uma intrusão” (1981: 2). Não é esta a nossa perspectiva, por duas razões. Em primeiro lugar, no nosso caso, as histórias de vida foram construídas num processo de diálogo entre a investigadora e as narradoras, sendo que o resultado em termos da *história* reflecte também o papel desempenhado por nós, não apenas na própria interacção dialógica, mas também na elaboração da narrativa final. Em segundo, pensamos que os ‘dados’ não falam por si e a teoria desempenha um papel importante na construção da mediação entre a narração e a sua interpretação em termos das ciências sociais.

Algumas autoras discutem também a importância de articular as autobiografias das mulheres e a da investigadora (ver por exemplo Middleton 1993; Stanley 1992, entre outras). Aliás, a relevância deste tipo de procedimento relaciona-se com o que já referimos, isto é, o facto de o produto obtido ter a ver com o tipo de interacção estabelecida. Liz Stanley vai entretecendo o seu texto com pedaços da sua autobiografia, assim como Middleton que conta, por exemplo, a sua ida a uma convenção feminista com mais de 3000 mulheres em 1979 (1993: 65).

Em termos metodológicos, Middleton fala de como algumas questões, sobretudo as relativas ao passado sexual de algumas entrevistadas, não puderam ser tratadas teoricamente porque foram omitidas para preservar o anonimato das mulheres, que foi também o nosso caso em algumas situações.

⁴⁴ No sentido de justificar porque solicitou depoimentos escritos, a autora escreve: “pedi às minhas amigas que escrevessem o que quisessem sobre a sua situação como mulheres com deficiências. Rejeitei a ideia de entrevistas porque mesmo a/o mais competente entrevistador/a não consegue evitar ser directiva/o” (Campling 1981: 2).

• **Categorização e codificação do material empírico**

A análise efectuou-se num contínuo vai-e-vem, dos significados e subjectividades das biografadas para as formulações teóricas e vice-versa. Mesmo tendo consciência de que partimos sempre das nossas 'lentes' e, nessa medida, a categorização tem a ver com os conceitos que já possuímos, fez-se um esforço de pré-categorizar o material auto/biográfico de forma indutiva, isto é, tentando partir do que elas nos contaram, fazendo assim uma análise interactiva (indutiva e dedutiva). Nesta pré-categorização, foram sendo escolhidas expressões o mais perto das suas palavras, eventualmente, "traduzindo" para a conceptualização. À medida que iam surgindo as pré-categorias, foram-se organizando em categorias mais abrangentes e em temas ainda mais latos. Cada entrevista foi pré-categorizada a partir do diálogo original e não do texto reconstituído na narrativa final. Diferentemente do que fizemos em 1991, desta vez, esta opção teve a ver com duas razões: uma, devido ao facto de ter diversos diálogos transcritos que não chegaram ainda à fase final da história de vida; segunda, porque a limpeza sucessiva na reconstrução textual retirou algumas coisas que emergiram como relevantes para análise. Para esta pré-categorização, que constitui, em si mesma, retalhar o texto, mantivemos enunciados semânticos que permitissem compreender a pertinência da pré-categoria, isto é, que fosse possível naquele pequeno enunciado (ou não tão pequeno assim) compreender a lógica do sentido que a narradora lhe estava a atribuir. Eliminámos todas as expressões que tinham, ao que nos pareceu, a ver com a característica do diálogo estabelecido connosco, nomeadamente de concordância ou frases iniciadas e interrompidas porque a narradora preferiu, naquele momento, retomar o seu relato.

Da pré-categorização de uma entrevista para outra, mantivemos as pré-categorias, no sentido de ver se surgiam alguns enunciados semânticos que ali fossem igualmente pertinentes. E íamos 'abrindo' outras pré-categorias, categorias e temas, à medida que iam surgindo na nova entrevista. Diferenciámos as grelhas de pré-categorização por pessoa. Efectuada toda a pré-categorização, regressámos ao início no sentido de verificar e eventualmente corrigir as pré-análises iniciais. Das diferentes grelhas de pré-categorias relativas a cada entrevistada, agrupamos todas em ficheiros pelos temas que foram surgindo e que vieram a relacionar-se com as questões da tese. Nestes ficheiros temáticos,

agruparam-se as partes das grelhas que aqui eram pertinentes quer das histórias de vida, quer das narrativas, quer das entrevistas temáticas.

Muitas das pré-categorias, das categorias e dos temas constituíram um processo heurístico porque não estavam sequer imaginadas no início da investigação. Um dos exemplos, foi a violência doméstica, e mais concretamente da violência contra as mulheres nas relações de intimidade, que nos empurrou para pesquisar esta temática mais profundamente. Noutros casos, ficámos pelas questões que as narradoras levantam. Não quer dizer que não exista teoria sobre o assunto, significa que não a conhecemos, sendo assim, mais uma vez, que a história de vida emerge como uma metodologia que por vezes desafia as concepções conceptuais existentes (ou conhecidas), não se deixando amordaçar. Como se pode ver nos capítulos de análise, seguiram-se os temas e categorias retirados desta análise.

Na medida em que realizámos diversos tipos de encontros com as mulheres, estes enunciados semânticos estão codificados em função do tipo de entrevista / diálogo: para designar história de vida, escolhemos a codificação “Hivi”; para designar os diálogos realizados para as narrativas, optámos por “Narautog”; para as entrevistas temáticas, “Ent.”; e para as entrevistas colectivas “Ent.Col.”. Em todos os enunciados colocamos o código do tipo de interacção efectuada, o número da entrevista e a página. A cada grande categoria e tema atribuímos uma cor, com a qual formatámos os “pedaços” das entrevistas que a integravam.

Nesta pré-categorização e posterior categorização, mantivemos os princípios de exaustividade, pertinência e exclusividade (isto é, a não utilização do mesmo enunciado semântico para categorias ou temas diferentes, a não ser em casos muito pontuais, a que fazemos referência no desenvolvimento da análise no respectivo capítulo) (Magalhães 1995; Correia 1994). Se, por um lado, isto pode ser considerado uma forma de retalhar as suas vidas, por outro, a solução de, em todos os temas, retomar a maioria das questões já tratadas em outros, tornaria insuportável a sua leitura. Evidentemente, temos consciência de que muito do que é analisado no capítulo dos quotidianos seria relevante para o da cidadania e participação política, assim como para o dos feminismos e movimentos sociais. E muitos outros casos. Mas também, parece-nos, é importante ter alguma noção de “arrumação” da análise, sob pena de andarmos sempre em círculos. O tempo dispendido

neste trabalho corresponde sensivelmente a uma hora / uma hora e 25 minutos por página de entrevista para a categorização e reorganização da narrativa.

• Organização da inter/textualidade

O formato final em que ficou o texto foi alvo de diversas decisões. Pretendia-se, desde o início, dar toda a centralidade às histórias de vida e que esta ficasse visível também na exposição textual a apresentar. Que as histórias de vida abrissem o caminho da tese, não havia dúvidas. No entanto, pretendíamos de igual forma que a articulação analítica se apresentasse da forma como foi realizada, isto é, a partir dos percursos heurísticos e inacabados a que as narrativas nos dirigiram. Assim, inicialmente, optou-se por não fazer capítulo teórico, organizando a reflexão e análise a partir dos grandes temas que sobressaem nos relatos. Este caminho revelou-se um pouco circular, já que em cada grande tema, transformado em capítulo na exposição escrita, ao começar com as palavras das biografadas e seguir para a articulação analítica e teórica se retomavam algumas das suas palavras, tornando o texto pesado e circular. Por outro lado, também se tem a consciência de que a leitura analítica das histórias de vida nunca é completamente indutiva, no sentido em que a/o investigador/a não olha as narrativas sem lentes *a priori*, tendo como pano de fundo a sua formação, as suas leituras e produções teóricas anteriores. Assim, redireccionou-se a organização textual e, tendo em conta que as histórias de vida abriam o texto geral, em cada capítulo, optou-se por organizar o texto numa construção inter-textual entre os conceitos teóricos e as vozes das biografadas. Finalmente, esta opção revelou como é difícil, através do texto, dar conta da unicidade de cada história de vida e da globalidade que as narrativas representam, dando uma visão de fragmentaridade que não podia ser resolvida através do retornar sistemático dos temas abordados nos outros capítulos. Desta forma se regressou a um modelo mais “clássico” de apresentação, num capítulo, dos grandes eixos teórico-analíticos, que se constituísse como organizador da leitura e do percurso de análise e de articulação entre as narrativas e o trabalho de mediação teórica, deixando mais para os capítulos temáticos a tecitura entre as vozes das narradoras e a da investigadora, tendo sempre por base estas histórias de vida em concreto.

3. Apresentando as biografadas

Foram-nos sugeridas muitas mulheres para fazermos histórias de vida, mas apesar de termos estabelecido contacto com a maioria, apenas algumas foram entrevistadas. Nesta selecção, contaram critérios de acessibilidade e da diversidade de situações. Quase todas, com excepção de uma professora sindicalista, afirmavam reiteradamente que a sua vida não tinha nada de interessante, que devíamos era ir entrevistar uma outra que elas conheciam e que, ‘essa sim’, tinha uma história digna de ser contada. Ao fim de duas ou três visitas, elas começavam a gostar de contar a sua história e, então, começávamos a gravar. Com todas elas combinámos mostrar as transcrições e discutir a organização da história, assim como a preservação da sua intimidade e privacidade, propondo-nos, com elas, a alterar os nomes, locais e outros indícios que pudesse levar às suas pessoas.

Todos os encontros com estas mulheres tiveram de ser conciliados com horários de trabalho delas e nossos, com horários familiares, delas e nossos. Da nossa parte havia ainda que contar com o tempo do trajecto e dos ‘engarrafamentos’ ao fim da tarde para entrar no Porto, ou dos horários dos comboios. Algumas vezes foi possível viver isto com menos ansiedade, contratando uma *babysitter*.

Como relatam as mulheres, as suas vidas

As palavras que escolhemos para dizer das nossas vidas, as metáforas que se elegem do conjunto do universo da linguagem que parcialmente partilhamos, diz-nos também quem somos e como aqui chegamos. Queremos aqui apresentar como vivemos esta descoberta.

• Um policial: um drama de violência, perseguição, fuga e... regresso

D. Hercília nasceu no campo, no interior Norte, e a sua vida na infância foi atravessada de grande escassez de recursos, na década de sessenta. Adorava a escola, queria continuar, mas as condições económicas da família não o permitiram. Trabalhou desde muito cedo na agricultura para ajudar o rendimento familiar e aquilo que sabe fazer é o trabalho do campo e o trabalho doméstico. A escola está lá tão longe, numa infância perdida no tempo, que não recorda com exactidão quantos anos lá andou. Fala muito pouco da sua infância. Casou muito cedo, aos dezoito anos, também com um lavrador, de outra aldeia próxima, a

15 km, com quem se encontrava nos bailes das aldeias e cuja distância ainda percorria a pé, com os filhos às costas, na altura dos primeiros encontros. Com o casamento, deixa a casa dos pais e vai viver para a casa do marido, trabalhar as terras da família dele. A sua narrativa concentra-se no casamento, no seu 'inferno', e na violência doméstica que se abateu sobre ela e sobre os seus filhos. Nota-se o carinho com que fala da sua família de origem, sobretudo da mãe. As regras a cumprir que o pai e a mãe lhes destinavam, a ela e aos irmãos, eram suficientemente flexíveis, para ela falar da sua família como um lugar de repouso em relação ao inferno que hoje caracteriza o seu quotidiano.

Esta entrevistada, devido aos maus tratos, um dia acaba por bater também no marido que vai para o hospital e ela foge para casa da cunhada e seguidamente da mãe. Entretanto regressa. Como ela própria conta, ele volta a fazer-lhe a *corte*, mas também confessa que a vida era muito difícil, em termos económicos. Ainda pediu o rendimento mínimo garantido mas os processos estavam encravados porque estava em discussão acabar com o rendimento mínimo, tendo entretanto mudado para o rendimento social de inserção. Não conseguiu apoio financeiro e, em casa dos pais, não vislumbrava ver como alimentar e criar os três filhos. Tem visto várias vezes na televisão entrevistas com mulheres vítimas de violência e algumas vezes falou desses programas.

D. Hercília de Nogueira foi uma das primeiras sugeridas por uma das equipas pela forma como tinha sido capaz de reagir contra a extrema violência do marido para com ela e com os filhos (sobretudo para com o mais velho) e como tinha reorganizado a sua vida familiar com este homem numa outra base, negociando um quotidiano de alguma segurança. Estávamos em 1999, a problemática da violência contra as mulheres tinha começado a surgir nos discursos públicos mas ainda era problema para a mulher vítima de violência resolver sozinha. Estava longe do consenso público e político do PSD ao Bloco de Esquerda que o ano 2002 parecia consolidar mas que em 2004 se esboroou⁴⁵.

Com D. Hercília, as precauções de confidencialidade foram sempre renovadas a cada encontro. O medo do marido e, mais tarde, o controle do filho mais velho, que não queria que ela contasse, exigia que se reiterasse repetidamente que todos os pormenores identificativos seriam alterados ou, na sua impossibilidade, retirados. E que ela teria a decisão final. Com ela, foi sempre difícil, e ainda é, explicar a diferença entre os nossos

⁴⁵ Em 2004, o governo PSD/PP cria a "Estrutura de Missão" e retira a violência doméstica da CIDM, integrando-a na Segurança Social.

diálogos e as entrevistas para os jornais ou para as televisões (ver também Liz Stanley 2000). Os encontros ultrapassaram em larga medida uma dezena, e ainda no último, já a mostrar-lhe a história composta, ela perguntou se ia passar na SIC ou noutra televisão. Apesar de reiteradamente lhe ter sido explicado que este trabalho era para a universidade, este é um universo que lhe é desconhecido, do qual não pode fazer uma imagem, e, nessa medida, disse que viria assistir à discussão para conhecer a Faculdade. Nos encontros com ela, esteve sempre alguém presente, mesmo quando se tentou outra intimidade. Na última, esteve a filha mais nova, de sete anos. Esta mulher era um espanto a contar: as entoações, mudanças de timbre, as ênfases, os *suspenses*, faziam cada pormenor tornar-se componente de uma obra policial, de perseguição, luta, confronto, acção. Magra, de cabelos castanho-claros e olhos cor de mel, falava quase sempre de pé, e era muito sensível à des/atenção da audiência. Mostrava bastante inteligência e força, capacidade de luta escondida e calada, muito preocupada e cuidadosa com os filhos, e parecia ter muita clareza sobre como gostaria que fosse o seu lar e o lar dos seus filhos e a compreensão que ele deveria ter para com os filhos.

• A moral do amor, uma telenovela?

Nas encruzilhadas da decisão sobre quem entrevistar, as propostas vieram muito sobre mulheres profissionais, que tinham resistido de forma heróica a situações difíceis, da sua infância, do seu casamento. É nesta linha que Lurdes Martins⁴⁶ é muitas vezes sugerida, pela forma como conseguiu ultrapassar a condição que lhe saiu no destino. Também pelas partidas que o destino lhe foi pregando mas que ela foi driblando. Excelente profissional numa área profundamente feminizada pelo Estado Novo, enfermagem (ver Escobar 2004), é um exemplo de como ser mulher determinava também as possibilidades de escolha profissional.

Os diálogos com Lurdes Martins foram sempre acompanhados de conversa sobre outras temáticas que não a sua autobiografia, estritamente. Mulher de excelente memória e de uma cultura geral rara, os nossos diálogos constituíram momentos de grande aprendizagem, mesmo no sentido mais clássico da palavra, de Platão aos Egípcios, de medicina e psiquiatria à antropologia, passando pela literatura, acompanhados de um

⁴⁶ A biografada enfermeira, da segunda história de vida.

sentido de humor muito apurado que ela tão bem sabe conjugar com a sua experiência de contacto humano, nomeadamente na área da psiquiatria.

A construção da História de vida com Lurdes Martins foi, em si mesma, uma estória. Conversávamos muito, antes de ligar o gravador. Almoçámos e tomámos muitos cafés juntas e ouvíamos embevecidas muitas *estórias* que ela tinha para contar e que, muitas delas, não foram registadas pelo aparelho. Muito discretamente, dá-nos um pouco a entender como era, na sua juventude, assediada pelo grupo social masculino. Uma gravidez fora dos seus planos e as dificuldades de abortar, assim como a recusa do progenitor a perfilhar a criança, levá-la-ão a unir o seu destino a alguém a quem designava de “falecido-vivo”. Entretanto, o ex-marido morreu, tendo passado de “falecido-vivo” a falecido de facto. A morte do ex-marido colocou-nos em difíceis “lençóis” no terreno desta história de vida. Como reagiria aos pedaços da sua auto-biografia sobre o ex-marido, agora falecido? Teria tendência para “limpar a sua memória”? De facto, a história manteve-se como ela tinha narrado. Mais interessada em narrar outros episódios da sua vida do que a verificar o conteúdo da narração como estava, os encontros com esta biografada são sempre enriquecedores.

O tema central é o itinerário afectivo, ela própria fala em telenovela. É uma mulher muito bonita, loira e de uns olhos verde-esmeralda que condizem muito bem com as jóias que habitualmente gosta de usar. E acaba a história com a relação de amor que mantém agora com sessenta anos. Muito centrada na *oposição* entre homens e mulheres. É sobre a sua infância e juventude que fala com mais prazer, mas é também muito divertida a contar pormenorizadamente algumas *gaffes* entre profissionais de saúde e entre estes e doentes.

• A narrativa de sucesso

Professora e com trabalho na área empresarial, Maria Carolina Cardoso conta uma história de sucesso. Com uma infância muito difícil, vivendo e trabalhando com os pais em Angola, num ‘boteco’, andava descalça para poupar os sapatos e teria ficado apenas com a 4ª classe se não tivesse investido energia e inteligência em algumas estratégias para ‘ir levando’ o pai.

O sucesso da sua vida atribui-o integralmente à educação, ao ensino, à instrução, e ao apoio do marido. Talvez, também, a um pouco de sorte do destino. Com uma vida dividida

entre Angola e Portugal, na época apelidado como *Continente*, será a sua determinação e o seu gosto pelos livros que vão arrancá-la do destino de “vítima”, como ela própria designa, que lhe parecia calhado. Tem uma forma de contar onde a entoação envolve a ouvinte e transforma o mais pequeno relato numa peripécia digna de uma obra-prima, com uma voz cristalina, surpreendentemente jovem e limpa para a idade e para os anos de docência que traz já consigo.

É uma pessoa cheia de humor, a quem o facto de ter subido na vida não subiu à cabeça. Na altura em que finalizámos a narrativa, o marido faleceu e ela ficou bastante abalada. Resolveu fazer uma mudança radical na sua vida e foi temporariamente para África como missionária. Apesar da sua actividade empresarial, mantém uma dedicação ao ensino e às alunas e alunos que lhe fazem brilhar os olhos quando conta os episódios nas aulas. Construiu o seu saber em educação entretecendo a sua procura pessoal e a formação pedagógica formal conseguindo uma satisfação pessoal e profissional raras.

• A narrativa de uma militante

Ermelinda Ribeiro, outra das biografadas que é sindicalista do sector têxtil, foi também indicada por muitas das pessoas que nos rodearam nesta investigação. Sindicalista e militante desde a adolescência, tem conseguido manter alguma independência face a estruturas partidárias, o que não é fácil no mundo do sindicalismo. Fuma imenso e o seu gabinete no sindicato estava sempre envolto numa névoa de fumo.

Numa época em que raras eram as raparigas que seguiam a escolaridade depois da primária, Ermelinda Ribeiro chega a frequentar o liceu, embora tenha interrompido por razões económicas familiares e morais. É uma líder desde a adolescência, e desempenha desde muito cedo funções de representação e de liderança. Formada na escola da militância, forja a sua personalidade e perspectiva com uma grande capacidade de *traduzir* para linguagem simples e popular conceitos marxistas que estruturam os alicerces da sua intervenção sindical.

Entregou toda a sua vida à luta pelos direitos *dos* trabalhadores e, embora não fale no feminino, a sua energia está canalizada para apoiar e *educar* as operárias do sector que o seu sindicato abrange. Mantém uma luta feroz pela independência, no sentido em que se constrói a sua luta numa *tensão colaborante* com a forte estrutura sindical que é a CGTP,

sem se desviar dos princípios e estratégias que considera fundamentais para a intervenção ao nível sindical.

Na sua narrativa, faz questão de vincar as diferenças de classe entre as mulheres que para ela constituem uma barreira intransponível.

- **Revelação, a narrativa da luz**

Um dia, numa sessão formação num Centro de Escolas, uma das formadoras diz: «como se pode ver, no acetato...». Ecoou um burburinho num dos cantos da sala e a formadora perguntou se era necessário alguma coisa. Alguém respondeu: «estou a ler o que diz o acetato porque esta colega é cega...». A partir de então, as duas formadoras passaram a ler integralmente e a explicar com mais pormenor o que se encontrava nos acetatos. Foi neste contexto que tomámos conhecimento com a narradora da quinta história de vida, com quem mantivemos contacto a partir daquele momento. Serve este episódio para mostrar que Alzira passava discreta e agilmente sem que nos apercebêssemos da sua especificidade. Alta e magra, com uma apresentação sempre esmerada, esta narradora foi por nós abordada para narrar a sua história de vida também pela caminhada que ela foi fazendo na sua intervenção e participação no associativismo.

Na sua narrativa, Alzira esforça-se por vincar a sua luta pela autonomia pessoal, em que a bengala, as técnicas de mobilidade e a educação foram, nas suas palavras, o “marco histórico” que lhe permitiram a conquista da liberdade: permitiram-lhe o acesso aos direitos de cidadania que até lhe estiveram negados. A visão interior e estes dispositivos vão permitir-lhe a revelação do mundo que até ali lhe estivera vedado. E é neste esforço e processo que consegue escapar à rotulagem e ao miserabilismo que encontrou na sua adolescência e juventude como invisual e que lhe vão servir para desenvolver uma perspectiva de ensino integrado e de intervenção na ACAPO.

- **A narrativa da guerreira, confrontando as ameaças, buscando a liberdade**

Da liberdade inicial, à solta pela aldeia da sua infância, descobre-se no princípio da adolescência numa pequena cidade cheia de constrangimentos, cercada de freios e de ameaças. Vive, nessa altura, o divórcio da mãe, com um pai agressor, envolvendo

ameaças de morte e destruição dos bens da família, nomeadamente o carro. Numa situação completamente oposta à da sua infância, com uma família fragmentada pela separação dos pais aquando do 25 de Abril, assume o papel de protectora da mãe, e investe a sua juventude nos seus conselhos: tirar um curso superior para ser autónoma. Pelo caminho, descobrindo a sua sexualidade, apercebe-se lésbica, o que vem acrescentar aos constrangimentos e sensação de prisão em que vivia. Foge com a amada, mas as estratégias de ambas as mães devolvem-nas a casa, desfazem-lhes a relação, e a narradora confronta-se com a solidão e com o facto de se sentir um ser estranho no meio das outras pessoas. A descoberta de uma revista feminista de uma organização lésbica será o caminho da resiliência⁴⁷ e da formação de um carácter que alia aventura e luta pela liberdade, em todos os sentidos, com a importância de dar espaço ao prazer e à individualidade de cada pessoa.

Começou a dar aulas sem vontade, apenas porque a docência é uma profissão de fácil acesso às mulheres licenciadas, e com o tempo desenvolveu uma grande satisfação pelo trabalho de ensinar, mostrando enorme dedicação aos e às alunas.

- **A narrativa de uma pária**

D. Graciela é cigana, de meia idade, casada, com seis filhos e dois netos. Embora ainda “jovem”, mas já avó, trabalha como empregada doméstica na casa de uma vizinha. É filha de um casal de ciganos, ele vendedor de móveis, ela feirante. Nasceu já no hospital, como o marido, mas não foi à escola. A sua vida retrata a vida cigana em mudança mas lutando pela preservação da sua identidade cultural.

Como outras entrevistadas, vive uma infância também em relação com a natureza, mas uma relação de permanente trabalho, ia ao rio lavar a roupa da família toda, “lavar bacias de roupa”. É uma mulher de estatura baixa e bastante magra, com longos e fortes cabelos castanhos, habitualmente apertados numa trança.

A pobreza caracterizou a sua infância, nomeadamente nas questões da habitação. Já não foi criada em acampamentos, mas as condições da habitação de seus pais eram muito más. Apesar de não ser regra geral na comunidade cigana, D. Graciela é católica, assim

⁴⁷ *Resiliência*, conceito inicialmente desenvolvido no campo da pediatria, foi, posteriormente, alargado para o campo das ciências sociais, para designar o conjunto de processos que permite às pessoas ultrapassar situações de grande crise e recuperar o equilíbrio (Hawley 1996).

como os pais e os sogros. Não sabe ler nem escrever, do que tem muita pena: ainda tentou frequentar o ensino recorrente, mas não era compatível com as suas responsabilidades familiares.

Com paixão pela música e pela *festa*, em que *viajar* parecia constituir o êxtase e o elemento agregador da sua comunidade e cultura, da qual ela mostrava um enorme orgulho, conta-nos das experiências face aos preconceitos com que diariamente se confronta nas relações com as pessoas da “vossa raça”. O racismo da escola e de alguns proprietários de casas que iam tentando alugar foram alguns dos processos que ela diversas vezes salientou⁴⁸. Vivendo numa comunidade bem integrada, relata-nos as dificuldades com a escola, as mudanças que atravessam a sua comunidade no que se refere à educação das raparigas ciganas e as diferenças entre ciganos e lusos no que se refere ao cuidar das crianças. A relação da sua comunidade com *todas* as crianças é um forte traço distintivo em relação à população lusa, em que o sentido de propriedade parental se sobrepõe ao afecto para com elas. Só ao fim de vários meses nos apercebemos, em entrevista a uma das técnicas da Comissão de Moradoras, que uma das crianças da sua família tinha sido adoptada, já que as suas palavras foram sempre as mesmas para todas as crianças. Da mesma forma, só com o tempo nos apercebemos que algumas das raparigas casadas com homens da sua família não eram, inicialmente, ciganas. É no processo da sua *educação* nos valores da comunidade que elas se vão *tornando* ciganas, não sendo, ao primeiros contactos, visíveis diferenças a este respeito.

As vidas das pessoas na comunidade é atravessada por uma grande pobreza e fortes constrangimentos sociais, na medida em que o racismo de que são alvo lhes nega o acesso à satisfação das necessidades mais básicas. Apesar disto, a doçura e a serenidade pareciam elementos permanentes nas relações entre pais e filhos e netos e entre marido e mulher. Várias vezes o marido passou em frente ao gabinete em que realizávamos a entrevista com o filho ou o neto ao colo, silenciosamente, deambulando à espera que ela saísse e fosse para casa para tratar do almoço. Sóbria em palavras, como já tínhamos aprendido com outras mulheres ciganas, D. Graciela deixou-nos uma forte impressão e um desejo de a conhecer melhor.

⁴⁸ Na entrevista com a técnica, esta contou-nos que, em alguns casos, o processo era iniciado pelas técnicas da Comissão e, mesmo já tendo pago o “sinal”, quando os proprietários sabiam que eram uma família cigana, apesar de todas as referências fornecidas, devolviam o dinheiro da “entrada” e não alugavam.

• A força da água que corre suavemente

A força da suavidade foi uma das características que nos surpreendeu em Margarida Pimenta. Feminista, militante também como Ermelinda Ribeiro, esta narradora evidencia-se pela forma como associa persistência e suavidade, aceitando algum protagonismo sempre num tom *piano, a sotto voce*, que obriga ao silêncio e à atenção.

Criada no meio das lutas da oposição ao fascismo, onde as irmãs escondiam material ‘subversivo’ nos brinquedos que traziam do estrangeiro, habituada a frequentar a comunidade revolucionária do antes e pós 25 de Abril, vai fazendo o seu percurso de vida no entretecer das relações familiares e afectivas com as opções políticas e feministas.

Percebe-se na sua narrativa que tem uma grande visão sobre as relações sociais e uma grande clareza entre o possível e o ideal, mantendo uma disponibilidade total para as pessoas que solicitam a sua ajuda, a qualquer momento. A actividade na área da luta contra a violência tem marcado o ritmo do seu trabalho nos anos mais recentes, mas a vasta experiência de trabalho com pessoas e organizações dá-lhe uma profundidade que lhe permite ver para além das acções concretas e pontuais.

Concluindo

Esta primeira parte tratou, assim, de apresentar as histórias de vida na primeira pessoa, isto é, nos próprios termos em que nos foram contadas e da exposição detalhada sobre o processo da sua recolha, elaboração e interpretação, assim como dos procedimentos complementares de pesquisa que ajudaram na construção desta tese.

Na segunda parte, que se segue, os capítulos debruçar-se-ão sobre as várias questões analisadas, em primeiro lugar, todo o corpo teórico que deu forma à investigação, seguindo com os contextos sócio-históricos e políticos subjacentes às histórias de vida, a análise dos quotidianos de trabalho, família e lazer, os silenciamentos e constrangimentos das vidas das mulheres biografadas e entrevistadas e, finalmente, os aspectos que dizem respeito à participação política, incluindo a feminista, à cidadania e à agência política.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO III – PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO E DAS SUBJECTIVIDADES E AGÊNCIA DAS MULHERES

Introdução

Neste capítulo, enunciamos as principais preocupações teóricas que nos orientaram no percurso desta investigação e que se constituíram como base da procura de ouvir as vozes de mulheres e articular os seus sentidos no campo educativo. Assim, reflectir sobre a educação e a ordem simbólica enquanto espaços de luta e de confronto entre as acções e a agência política das mulheres diversamente posicionadas em termos de classe social, etnia, orientação sexual, região, capacidade física, idade, — e como as suas diversas posições as revelam poderosas ou, inversamente, dominadas, nos contextos sociais em que se movem e nos espaços-tempos educativos — constitui um dos principais focos desta investigação em geral e deste capítulo em particular. Outro objectivo importante consiste em pensar formas de ensinar e de aprender que não reproduzam o *status quo* e é nesse sentido que aqui trazemos uma conceptualização da estrutura social onde a educação é uma parte integrante. Nesta ordem de ideias, tentaremos elucidar, da ‘floresta’ de conceitos que povoaram a relação da investigadora no trabalho de escuta e de interpretação, aqueles que, ao longo deste caminho que não foi feito individualmente, se foram revelando como marcos de orientação, como bússolas de apoio, na procura de conhecimento, tendo como pano de fundo e como meio de acesso histórias de vida de mulheres particulares.

O exacto processo da metodologia em histórias de vida é, em si mesmo, um problema teórico que emerge, neste capítulo, explícita e implicitamente, e que circunda a questão do conhecimento que se pretende produzir em educação. Levanta-se a questão de como, através do método *bio-auto-gráfico*, o campo educativo pode ser desafiado a construir uma cientificidade com menos hierarquias e fronteiras, realizando esforços reais de aproximação à complexidade do campo social. É, assim, um capítulo simultaneamente intrusivo e extrovertido: intrusivo porque se vai meter por searas que pertencem aos outros capítulos, extrovertido ao abrir a problemática da educação a essas mesmas temáticas.

1. Narrativas *bio-auto-gráficas* e a construção da cientificidade em ciências da educação

A entrada das histórias de vida nas ciências sociais inscreve-se num movimento que se caracteriza pela aceitação da complexidade da ‘coisa social’ e da vulnerabilidade da ciência em termos da sua capacidade de a explicar. Também nas ciências da educação vêm contribuir para o que Correia (1998) designa como “ênfase dada à vulnerabilidade que nos permite aprofundar a noção de multireferencialidade” no sentido de uma “ideia de integração disciplinar interpelante”, onde a construção do conhecimento científico se abre “para o exterior da cientificidade”, implicando vulnerabilidade também “dos saberes sábios relativamente aos saberes profanos”, inscrita “numa prática contingente de interpretação[ões] partilhada[s]” (idem: 102). Assim, as narrativas auto-bio-gráficas constituem-se num instrumento privilegiado de contributo e questionamento da construção da cientificidade em educação:

interpelando as diferentes «linguagens científicas» em educação, a distribuição que elas fazem dos objectos e dos problemas educativos, as relações que elas estabelecem entre si e com o campo educativo, contribuindo assim para que se reconhecesse a possibilidade de construção de uma cientificidade em educação mais indisciplinada porque menos disciplinar e mais crítica porque menos positiva. (1998: 107)

Vulnerabilidade, incompletude, amálgama e linguagem críptica caracterizam o caminho que liga a complexidade das histórias de vida a uma compreensão do que têm para dizer em termos da relação dialéctica entre o social e o individual. Nesta relação, as subjectividades e as experiências assumem uma importância crucial, articuladas pela linguagem à disposição dos sujeitos.

1.1. Subjectividades, linguagem e experiência

A subjectividade é uma das preocupações centrais nesta pesquisa, por diversas razões. Por um lado, subjectividade constituiu-se, a par da objectividade, um dos pólos de dicotomias que estruturaram, e ainda estruturam parcialmente, a modernidade. A primeira alinha com o espaço privado e as emoções, e a segunda com o espaço público, e, no seio de um paradigma dominante, com a construção da ciência. Por outro, as subjectividades constituem-se um dos lugares cruciais para tomar em consideração as relações de poder,

já que elas se constroem na relação dialéctica entre o individual e o social, sendo alvo dos processos de regulação e disciplinação que têm por meta a sujeição das pessoas, mas também o espaço da individualidade, da unicidade de que cada pessoa é portadora. Por outro lado ainda, as subjectividades de grupos sociais oprimidos e / ou discriminados, neste caso as mulheres, podem ser um meio privilegiado para imaginar a utopia, relações não hierárquicas e de maior simetria e equilíbrio entre as pessoas. Por último, a forma intrínseca e inseparável como as subjectividades jogam com as experiências e a/s linguagem/ns faz das experiências, subjectividades e linguagem, noções cruciais para pensar a agência das mulheres, servindo-nos como ferramentas conceptuais de grande utilidade para aceder ao conhecimento social das histórias de vida que reunimos.

A linguagem é, assim, um instrumento da construção da subjectividade, de codificação e descodificação da experiência, e também a ferramenta por excelência da prática política (Spivak 1987). Gayatri Spivak articula as questões entre linguagem, mundo e consciência, mostrando como a própria linguagem estrutura as lentes com que vemos o mundo e, nessa medida, trabalhamos a consciência sobre a realidade (*idem*). Neste sentido, a linguagem é uma forma de aceder ao significado da experiência.

E embora a experiência não fale por si, não tenha nenhum significado inerente (Weedon 1989), ela é imprescindível para a construção de críticas sociais e práticas alternativas sem desincorporação ou corporeidade renegada (Butler 2003). Experiência e subjectividade são duas dimensões da vida dos seres humanos intrinsecamente relacionadas e mediadas pela estrutura social em que a linguagem se inclui. E como afirma Magda Gere Lewis, “o que estabelece o feminismo à parte de outras formas de prática transformadora é o seu explícito *focus* em gerar sugestões para a prática baseadas na experiência” (Lewis 1993: 4-5).

Como já desenvolvemos noutra texto (Araújo e Magalhães 2001), de Lauretis (1984) define experiência como:

um processo pelo qual, para todos os seres sociais, se constrói a subjectividade. Através deste processo, cada um coloca-se ou é colocado na realidade social e dessa forma percebe e apreende como subjectivas (isto é, referentes a si próprio/a, ou mesmo tendo origem em si próprio/a) aquelas relações — materiais, económicas e interpessoais — que são de facto sociais e, em larga perspectiva, históricas. (1984:159)

Diversas autoras feministas realçam o significado científico, político e feminista do trabalho de conscientização (ou de auto-ajuda, como algumas designam) dos grupos de mulheres na segunda vaga do feminismo e que se sentavam regularmente para dialogarem entre si sobre as suas experiências de vida. Esse momento no movimento marcou decisivamente o que vai também constituir uma pedra de toque da epistemologia feminista. Assim, as experiências constituem o terreno privilegiado para pensar a transformação social:

Designar a experiência como o terreno para a transformação social é central a uma política feminista porque é aqui — na nossa experiência, não em alguma abstracção sobre ela — que nós encontramos, quer a nossa subordinação, quer a nossa força. Politizar o pessoal através da articulação da experiência, apoia este processo. (Lewis 1993: 5)

E simultaneamente, como diz Adrienne Rich (1986), para criar uma visão colectiva do mundo, “apenas a vontade de partilhar as nossas experiências privadas e por vezes penosas pode capacitar as mulheres a criar uma descrição colectiva do mundo que seja verdadeiramente nossa” (idem:16; ver também 2002).

Experiências e subjectividades, *ditas* ou *escritas*, constituem, nesta ordem de ideias, o próprio processo da construção da identidade *mulheres*, ou, pelo menos, de uma outra identidade alternativa à ordem de género que nos atribui determinado tipo de ‘ser mulher’, sendo que, ao mesmo tempo, contribui para a construção do sujeito político do feminismo. Este movimento da construção de um ‘nós’ de forma não arregimentada como em velhos movimentos sociais era hábito pensar, antes como o processo pessoal, intimista e mediado de cada uma com a outra e o mundo que a rodeia, vem a ter uma importância crucial na construção da crítica feminista à ciência androcêntrica, crítica essa que beneficia de uma conjuntura epistemológica de crise na construção do conhecimento científico e na produção mais generalizada da sua crítica que vê na escola de Frankfurt alguns dos seus mais ilustres representantes. E assim, epistemologia crítica e epistemologia feminista vão realizar, de forma diferente, a crítica às práticas científicas dominantes, denunciando, uns o carácter de interesse dominante de que se reveste (ver por exemplo Habermas 1988), outros, como as feministas, a estrutura androcêntrica do seu processo de produção (e.g. Harding 1993) e o seu papel na reprodução das dicotomias liberais:

É precisamente devido ao poder do pessoal que, tradicionalmente, a academia nos tem encorajado a acreditar que o conhecimento só é possível se nós colocarmos o nosso olhar fora do contexto das nossas realidades vividas. Contida pelas cegueiras da 'objectividade', a nossa visão periférica tem sido limitada pelos códigos restritivos que proíbem o discurso pessoal. (Lewis 1993: 5)

A crítica à construção da ciência, que é aliás muito mais vasta do que nos aspectos da subjectividade *versus* objectividade ou dos factos *versus* experiências (Harding 1993), contém em si uma crítica aos modos dominantes de compreender o saber e as formas pessoais de conhecer, sendo que "... a academia tem excluído da sua prática o reconhecimento de que o saber é uma função da experiência pessoal" (Lewis 1993: 5).

Esta autora sublinha:

...a subjectividade das mulheres é simultaneamente conscientemente articulada e inconscientemente expressada através de práticas simbólicas que medeiam, constróem e transformam as nossas experiências de vida, não apenas nas nossas famílias mas também para lá delas, nas formas como pensamos sobre as nossas possibilidades de vida. (idem: 74)

Assim, no que se refere à subjectividade, Barbara Marshall, como Ferrarotti (1983), recorre a Marx⁴⁹ para pensar a subjectividade individual numa perspectiva que, por um lado, não perca de vista a importância e o peso dos constrangimentos das condições materiais de vida e, por outro, não retire do horizonte a agência dos/as sujeitas/os. Para Marx, o individual e o social não estão divididos como o positivismo e o desenvolvimento das ciências modernas foram produzindo. Na mesma ordem de ideias, entre condições materiais e subjectividades, a distinção analítica tem de ser mais sofisticada, dado que também são, na realidade concreta, inseparáveis. Embora questionável, a solução de Gramsci atribui à materialidade da vida o conteúdo e à ideologia a forma — e na ideologia podemos incluir, de forma complexa, as subjectividades. Mesmo não sendo completamente satisfatória, esta metáfora pode ajudar a compreender como elas são analiticamente distinguíveis e simultaneamente inseparáveis.

A subjectividade permite também a expressão de muitos aspectos que estavam arredados — e ainda estão em alguma medida — da academia: o universo dos afectos, das emoções, das diversas formas de sentir, sendo que este *universo* não é homogéneo e expressa também diferentes formas de viver e de sentir que se relacionam com as condições concretas das vidas das pessoas, como seja, as condições económicas, a capacidade de visão, audição, mobilidade, a sua orientação sexual, a sua etnia, cultura, etc. Desta maneira, o que torna relevante conhecer as subjectividades é que nos proporciona um

⁴⁹ Barbara Marshall (1994) faz uma viagem por Marx (através de Bottomore 1963), Habermas, Horkheimer, Adorno, Luckács e Korsch, Freud, Fromm e outros/as, no sentido de conceptualizar uma saída epistemológica do paradigma da produção sem no entanto abandonar uma perspectiva sociológica assente no materialismo dialéctico. Nesse sentido, e tal como Fraser e outras, vai buscar Habermas que elabora, ele mesmo, uma deslocação da centralidade do trabalho produtivo na actividade humana para a comunicação.

conhecimento complexo, no sentido que podemos aceder às condições sociais onde se inscrevem as relações de poder, mas podemos ainda conhecer aquilo que é a forma única de cada pessoa viver essa experiência, o que Michèle Barrett designa a variação entre o conteúdo da experiência e o contexto em que a experiência se vive ou viveu:

(...) [subjectividade] permite-nos falar do sentido privado que os indivíduos fazem da sua experiência e de como varia de conteúdo em relação ao contexto (...). Pode também envolver o vasto território, de que habitualmente não se fala, da emoção e da afectividade. (Barrett 1991: 91; ver também Araújo e Magalhães 2001)

Como se afirma noutra texto:

Esta subjectividade situada é, evidentemente, uma “subjectividade genderizada”, como sublinha Marshall (1994), que é negociada dentro de relações de poder desiguais – de classe social, de género, de etnia, etc. -, ainda que haja lugar para uma intervenção e acção do próprio ser humano na construção e redefinição das situações que vai vivendo (Araújo e Magalhães 2001: 133-4).

Barbara Marshall (1994) enquadra uma noção de subjectividades genderizadas também no contexto da experiência vivida, sendo que esta contextualização lhe dá a tonalidade de uma agência humana concreta, viável, possível, e não remete para noções especializadas e abstractizadas de ser humano. Neste sentido, as estruturas actuam através das subjectividades individuais, pois que os sujeitos interiorizam o que é social e, ao mesmo tempo, são actores/as individuais e colectivas/os.

Os grupos subordinados vivem a subordinação e a marginalização através da subjectividade, ou seja, é a subjectividade que introduz a especificidade, onde os mesmos processos objectivos têm leituras e consequências diversas para diferentes grupos de mulheres e para cada uma em particular. A *parcialidade* tem, aqui, uma significação relevante, tanto em termos pedagógicos como científicos, e as ciências da educação precisam de construir trabalho pedagógico onde a dimensão das subjectividades tenha lugar. O saber só existe na medida em que e enquanto alguém ‘sabe’, iminentemente entrelaçado com o corpo, nas mentes, que são corpo, nas costas que seguram os textos, nos dedos que teclam as palavras. As subjectividades surgem tanto em termos da articulação do passado no presente como nas possibilidades que permitem de antever futuros possíveis (e eventualmente não possíveis) em que ensinar e aprender possam ser construídos fora do reforço das hierarquias e do poder. Podem constituir-se como “viajantes paradigmáticas”, isto é, enquanto mediadoras entre conhecimento e práticas, podem situar-

se nas transições susceptíveis de gerar, a partir de “formas alternativas de conhecimento”, “práticas sociais alternativas e vice-versa” (Santos 2000: 319).

1.2. Histórias de vida, cientificidade em educação e estudos sobre as mulheres

E é assim que, para conhecer as subjectividades e experiências de mulheres, através do *medium* da linguagem, nos socorremos da metodologia em histórias de vida. Como afirma Helena C. Araújo, “os significados, o dar sentido à experiência vivida, as emoções e os sentimentos são de facto áreas importantes numa pesquisa que [tenha] como objectivo articular a estrutura e a acção humana” (2000: 276). Falamos aqui de histórias de vida no sentido de que, nesta metodologia⁵⁰, se “vai para além do mero recontar” (...) e que as “histórias de vida podem revelar a forma como [as mulheres] lutaram no seu quotidiano” (2000: 277), ou seja, “as lutas escondidas” (idem: 278; e também 1992). As histórias de vida são assim um meio privilegiado para desafiar a invisibilidade das mulheres na construção científica, quer enquanto sujeitos produtoras de conhecimento quer enquanto objecto de investigação.

Portanto, no sentido de contribuir para “uma recientificização do campo educativo capaz de reabilitar as suas valências críticas da reflexão educativa” (Correia 1998: 125), é crucial trazer para o interior da academia aquelas vozes e silêncios de grupos sociais que, dadas as suas condições históricas de existência, se podem constituir como agentes de denúncia das injustiças e de anunciação (Freire 1978), de formas mais justas de redistribuição, reconhecimento e participação (Fraser 2002) na área educativa. No contexto da academia portuguesa e da do Porto em particular, esta tese reconhece-se e pretende ser reconhecida como parte integrante do “trabalho colectivo — muitas vezes realizado na concorrência e na luta — que foi [está a ser] necessário para fazer conhecer e reconhecer” (Correia *a la* Bourdieu, 1998: 209) como *legítimos* e *relevantes*⁵¹ os problemas de género e o da incompleta cidadania das raparigas e das mulheres no social em geral e na educação em particular.

⁵⁰ Que já desenvolvemos com maior detalhe no segundo capítulo acerca do percurso metodológico, tendo aqui a importância enquanto conceito e percurso conceptual.

⁵¹ No sentido em que Offe (1984) articula para os ‘novos’ movimentos sociais (ver também Magalhães 1998).

Neste sentido, esta pesquisa realiza-se num percurso inscrito num activismo que articula duas dimensões: por um lado, uma dimensão de trabalho na escola, através de projectos em parceria com equipas docentes, jovens e crianças concretas e reais nas contradições e limitações dos contextos institucionais e nos corpos e subjectividades genderizados que se cruzam num momento e num espaço; e, por outro, uma dimensão de actividade política feminista no contexto mais alargado do movimento feminista e dos movimentos — novos e menos novos — sociais neste país. É, desta forma, um conhecimento produzido no enraizamento, por vezes doloroso e limitado, de uma contextualização na educação escolar *neste* país e neste momento concreto e de uma territorialidade num conjunto de relações sociais e de lutas entre interesses económicos, sociais e políticos contraditórios. É, simultaneamente, um conhecimento produzido numa certa des-locação, no sentido em que se esforça por se posicionar no lugar, nos pontos de vista e nas vozes das mulheres entrevistadas, a maior parte das quais fora da educação como campo de trabalho, e partir dos seus pontos de vista, das suas vozes, nos seus próprios termos, para construir sentidos e significados para a educação numa relação de exterioridade / interioridade que permita pensar a renovação de uma pedagogia emancipatória e também feminista, anti-racista, anti-homofóbica e anti-eugenística.

Assim e na medida em que o conhecimento científico em educação se constitui “como um processo (dia)lógico e complexo onde factos e opiniões se confrontam com opiniões sobre os factos e com factos que se exprimem sob a forma de opiniões” (Correia 1998: 175), as histórias de vida surgem também com o objectivo de “repensar a estrutura do campo da cientificidade em educação já não como hierarquia estabelecida, ou em vias de se estabelecer, mas como malha ou rede onde os diferentes «discursos científicos» se interpelam e são interpelados pelos discursos profanos” (1998: 181).

Desafiando ocultações e ruídos da presença das mulheres na educação e na ciência, e na esteira de outras autoras que têm realçado a importância das «vozes» para a democracia, a seguir passamos em revista este conceito ligado aos silêncios e às metáforas enquanto formas de inteligibilidade que por vezes ajudam a nomear o inominável, a dizer o indizível, a safar a rigidez e a opacidade dos não-ditos.

1.3. Silêncios, vozes e metáforas

Ouvir as experiências e vozes de algumas mulheres foi central neste percurso de pesquisa, e o conceito de silêncio ocupou um lugar importante. A primeira paixão foi a obra de Magda Gere Lewis (1993), percorrendo as formas como deslinda o conceito, o desmembra e desdobra para dar conta dos seus múltiplos significados para a opressão e para a agência das mulheres. Aprendendo que “nem tudo o que aparece como silêncio das mulheres é ausência de discurso” (Lewis 1993: 3), é possível compreender como o silêncio pode ser forma de resistência e de revolta, cumplicidade com o poder, estratégia de sobrevivência, ou ainda articulação de sentido/s fora do discurso falocêntrico e hegemónico até encontrar os termos nos quais verbalizar.

Como afirmam Bev Gatenby e Maria Humphries, “as feministas estão conscientes que o silêncio contém o seu próprio poder e quebrar o silêncio é ao mesmo tempo tornar os sujeitos tanto *mais*, como *menos* poderosos” (Gatenby e Humphries 1999: 283). As autoras, no âmbito de um projecto com mulheres licenciadas em gestão, trabalham a pedagogia e o projecto feminista com mulheres (durante dez anos), equacionando os seus silêncios e o seu desapossamento e empoderamento através da academia:

Desde há longa data as feministas possuem uma consciência apurada do poder tanto da voz como do silêncio na construção discursiva dos nossos mundos. Muito do trabalho feminista, na teoria e na prática, tem sido permitir às mulheres falar sobre as suas experiências e escutar as suas vozes. (Gatenby e Humphries 1999: 282)

O silêncio é, assim, um artefacto social, cultural e histórico e, nessa medida, tem que ser entendido de diversas formas para e com diversos grupos de mulheres diferentemente posicionadas social e culturalmente. O *articular* dos termos com que dizemos das suas vidas tem pesos diferentes em relação aos silêncios sobre o que não falamos porque decidimos conter na privacidade, ou porque não existem formas, na língua portuguesa hegemónica, que possam expressar essas experiências e essa leitura do mundo. Como afirma Dale Spender, “a nossa tradição ensina-nos sobre interrupção e silêncio e, por isso, não podemos impor aos membros do nosso sexo, a negação de uma voz” (1992: 735). Neste sentido, a possibilidade de terem voz tem que ser central num projecto político e educacional que se pretenda democrático e emancipatório para grupos oprimidos e

marginalizados em termos de classe, gênero, «raça», etnia, orientação sexual, capacidade, região.

Tal como para as primeiras feministas da segunda vaga, para quem “as palavras permitiram a algumas mulheres começar a construir mudanças na suas vidas quase imediatamente” (Friedan 1963: 39), e para educadoras/es intelectuais transformadoras/es (Aronowitz e Giroux 1991, Freire 1978 e 1992), para quem a palavra é a ferramenta, não só para ler e dizer o mundo mas também para o transformar, precisamos de sair do palco emissor e dar lugar a outras/os actoras/es para se fazerem ouvir com as palavras que tiverem, com as metáforas que inventarem, com os silêncios que perdurarem. Nesta luta, algumas dessas vozes são entendidas como ruídos ou estridências. Por exemplo, Friedan está entre aquelas mulheres que arriscaram ser desagradáveis aos olhos tanto de homens como de mulheres, chamando a atenção para aqueles silêncios nos quais muitas mulheres acabaram por reconhecer o seu desencantamento com a promessa de realização pessoal que o liberalismo e a sociedade de consumo lhes promete/u. No entanto, e apesar da percepção externa ao movimento, algumas mulheres descobriram que a sua *articulação dos silêncios* era *empowering* para si próprias.

Os silêncios podem ser articulados pelas vozes ou mediados pelas metáforas ou ainda interpretados. E porque o silêncio pode ser tanto resistência como capitulação, é necessário aprender não apenas das falas das mulheres mas também dos seus silêncios, no sentido em que devemos estar atentas ao silêncio como uma marca da agência e desafiar concepções tradicionais que viam no silêncio das mulheres um gesto de submissão e também de cumplicidade. Não se trata de propor formas compulsivas (ou mesmo terapêuticas) de expressar os silêncios, mas de dar “voz àquele silêncio que tem sido considerado como uma forma de empoderar mulheres e, assim, encorajar a mudança social” (Gatenby e Humphries 1999: 283). Segundo estas autoras, “dar voz aos silêncios desconfortáveis e prejudiciais, encontrar as palavras para conceitos poderosos previamente sem nome, tem sido uma tarefa crucial no desenvolvimento da consciencialização feminista” (idem), sendo que “mais recentemente, na análise feminista pós-estruturalista, a ênfase mudou para examinar diferentes e múltiplas vozes e subjectividades e as complexidades da representação, das falas e do silêncio” (idem). Também Foucault enuncia esta complexidade no que se refere ao discurso e aos seus

parceiros — o silêncio e o segredo. Segundo ele, o silêncio age de diversas formas, por vezes simultâneas, em relação ao poder: transmite e produz, reforça, mas também mina e corrói, expondo-o, tornando-o frágil e permitindo subvertê-lo. Silêncio e segredo podem ser abrigo para o poder, ancorando as suas proibições, mas também podem fazer perder o seu apoio e providenciar zonas relativamente obscuras de tolerância (Foucault, 1980:101).

1.3.1. Ventriloquismo e os estudos pós-coloniais em educação

Michèle Fine (1994) usa o conceito de ventriloquismo para alertar para alguns perigos em torno da utilização das «vozes». Assentando na ideia de *god trick* de Haraway, discute diversas formas em que as vozes são instrumentalizadas, e os sujeitos transformados em ventríloquos. A primeira é a instrumentalização pelo conhecimento académico — “O autor diz a Verdade, não tem género, raça, classe, ou posição. A condição de dizer a verdade é o anonimato” (1994: 17). Esta epistemologia nega o carácter profundamente pessoal e corporal da construção do conhecimento, como afirma a autora, citando Sue Wilkinson, “nós mesmas somos nossas próprias fontes”, na medida em que “o conhecedor é parte da matriz do que é conhecido” (Fine 1994: 14-5). Assim, o ventriloquismo aparece pela via do sujeito investigador/a ao negar o carácter político e subjectivo do seu trabalho:

Todos os projectos de pesquisa são (e devem ser) políticos aqueles cientistas que se apresentam / representam como distantes / objectivos apenas fazem uma camuflagem dos seus interesses e privilégios mais profundos (idem: idem).

Uma epistemologia assente na escuta e no dar voz tem de retirar-se de uma relação «colonialista» entre academia e pessoas investigadas, isto é, numa relação em que a/o investigador/a define o problema, o tipo de interacção a estabelecer com as pessoas — a quem, muito coerentemente chamam «objecto de investigação» — a natureza das questões, etc.⁵². Num pólo radicalmente diferente, a/o investigador/a que procura dar voz a quem quer ouvir e nos próprios termos das pessoas tem que evitar o ventriloquismo e este «autismo académico» de pensar que, ao controlar os caminhos da pesquisa, esta será

⁵² Ver também capítulo sobre metodologia.

mais científica. Em histórias de vida, este controle não é possível⁵³ se queremos que as pessoas tenham um lugar o mais equitativo possível.

Uma outra forma de ventriloquismo é muitas vezes utilizada por alguns académicos/as, em que parecem deixar o/a “Outro/a” falar, e no entanto, mais não fazem do que esconderem-se, colocando nas bocas das pessoas aquilo que se quer defender, mesmo que as vozes sejam marginalizadas ou «libertadas». Shulamitz Reinhartz escreveu:

lidando com as vozes, estamos a afectar relações de poder. Ouvir as pessoas significa dar poder às pessoas (*empower*). Mas se nós queremos ouvi-las, temos que ir lá ouvi-las, no seu espaço, ou num espaço seguro. Antes de esperarmos ouvir algo que valha a pena ouvir, temos de examinar as *dinâmicas de poder do espaço e dos actores sociais*.

Segundo, tenho (temos) de ser a pessoa com quem alguém pode falar, e tenho de ser capaz de criar um contexto onde a pessoa possa falar e eu possa ouvir. Isto significa que temos de estudar *quem sou e quem sou em relação às pessoas que estou a estudar*.

Terceiro, tenho que querer ouvir o que a pessoa me está a dizer, mesmo quando desafia as minhas expectativas ou ameaça os meus interesses. Por outras palavras, *se quero que alguém me conte como é, tenho que ouvir como é*. (cit. por Fine 1994: 19-20)

As vozes oferecem, por isso, uma oportunidade qualitativa para as investigadoras académicas interessadas poderem gerar análises críticas contra-hegemónicas (Fine 1994: 20). Se pretendemos dar lugar e espaço às pessoas que ouvimos, temos que manter a abertura de não controlarmos totalmente o processo de construção do conhecimento, dando lugar à transgressão, a alguma imaginação e inovação, projectando a complexidade intrínseca à compreensão do real social.

1.3.2. Transgressão, imaginação e projecção

Transgressão termo habitualmente utilizado na esfera dos comportamentos, historicamente contextualizado face à excessiva regulação do Estado Novo que se prolongou durante algum tempo mesmo depois do 25 de Abril em diversas áreas da vida social (por ex., na família nuclear patriarcal e na academia), emerge com significação epistemológica sobretudo através do pós-modernismo e pós-estruturalismo. A confluência da nossa revolução de Abril com o movimento diversificado dos pós-modernismos trouxe diversas transgressões como produtivas e construtivas (ainda que muitas vezes tenham sido pensadas como desconstrutivas) e sobretudo como prazerosas. A transgressão de alguns

⁵³ A não ser que façamos como alguns autores que não só fazem sinais debaixo da mesa para as pessoas se calarem, como até o escrevem nas suas teses e o publicam para divulgação alargada (Vieira 1999).

movimentos sociais que souberam ensinar e aprender nas cooperativas e nas fábricas, que deram utilidade a prédios desocupados e hectares a secar foi, para quem escreve estas linhas, o primeiro exercício de transgressão metodológica que vem a ter a sua continuação no safar das fronteiras entre fora e dentro da academia. José Alberto Correia escolheu a qualificação, a educação de adultos, a relação escola trabalho e o método biográfico como exemplares destas transgressões. Aqui, pareceu mais relevante escolher outros, ainda que com o mesmo critério:

domínios sensíveis à transgressão das dicotomias entre factos e opiniões, sujeitos e objectos, teoria e prática, desenvolvimento e envolvimento, educativo e não-educativo que estruturaram a moderna cientificidade educativa (1998: 130).

Articular o desejo e a paixão é necessário para projectar a utopia. Como afirma Iris Marion Young, “cada realidade social apresenta as suas próprias possibilidades não-realizadas, experienciadas como falhas ou desejos”, sendo que “a imaginação é a capacidade de transformar a experiência do que é numa projecção do que podia ser, a capacidade que liberta o pensamento para formar ideais e normas” (Young 1990: 6).

E a utopia, a imaginação, como a *louca da casa* (Montero 2004), têm que ter espaço para voar e tempo para emergir, que as circunstâncias e as condições sociais nem sempre permitem. Neste sentido e no campo das Ciências da Educação, adquirem relevância crucial a construção social da cidadania para as mulheres e as formas como a política tem enformado as suas vidas.

2. Pensar os conceitos de participação e cidadania nas vidas das mulheres

As mulheres no lar exclusivamente ligadas à reprodução biológica e social no espaço doméstico integra o ‘ideal’ burguês e é hoje argumento de diversas/os autoras/es de que a dominação masculina e o enclausuramento das mulheres burguesas no espaço privado são aspectos intrínsecos e não acidentais ao capitalismo clássico (Fraser 1995; Pollock 1996; Beck 1992). Mas este enclausuramento no interior das paredes da ‘casa’ se, na prática, atingiu as mulheres burguesas, alargou-se como ideia a todas as *mulheres*, fazendo com que as operárias pagassem caro e continuem a pagar a sua transgressão dessa fronteira. Assim, se é verdade que as mulheres do mundo rural português e dos

sectores operários sempre trabalharam, essa imagem na representação colectiva é ainda muito recente.

O acesso das mulheres de classe média ao espaço público foi progressivamente conseguido através, não apenas das lutas dos movimentos de mulheres e do feminismo, mas também da *educação* e de possibilidades que o estado democrático por vezes criou.

A educação proporcionou credenciais de acesso às profissões burocráticas e liberais. Mas como está amplamente demonstrado, o acesso das mulheres foi sempre de segunda ordem e elas aprenderam desde a primeira hora que podiam usufruir da escola de massas desde que não competissem pelo protagonismo com os rapazes. Desde cedo, então, se aplicaram na escola e, embora apenas ultimamente seja mais visível, parece que o seu sucesso académico se evidencia desde os anos 1970 (v.g. Arnot 2002).

Hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho e nas profissões em geral tem já visibilidade, embora por vezes ainda contestada, mas a sua participação na esfera da política pública é ainda muito baixa. Pensar a agência das mulheres requer uma reflexão sobre os conceitos de política e de cidadania, em ordem a compreender de que formas foram e são construídas as diferentes esferas de actividade humana e de que formas as mulheres se resignaram, resistiram, desafiaram e transformaram essas construções sociais.

Se partirmos de um conceito de *política* em que esta se “preocupa com a forma de produzir, reproduzir, consumir e acumular recursos materiais e simbólicos” (Mark Ginsburg, citado por Torres, 2000: 24), é importante vincar que este conceito não se restringe à ideia mais generalizada de ‘política’ que a circunscreve à actuação das instituições da política pública (Torres 2000). Uma concepção mais ampla de política relaciona-a com tudo o que tem a ver com o poder que, em termos sociológicos, tem sido objecto de diversas e divergentes análises. Sem nos estendermos demasiado nesta temática, vale a pena notar que, de uma maneira bastante generalizada, se vai abandonando uma visão dicotómica do poder, em que este era conceptualizado num tipo de relações extremadas, de um lado quem tinha *todo* o poder e de outro quem não tinha nenhum. A teoria feminista foi pioneira no sentido de identificar formas de poder para além do que é exercido pelas instituições da política pública e pelo sistema económico. Vincaram o papel do patriarcado nas relações sociais e as formas como este se articula com o poder económico e o poder político,

alargando a sua conceptualização para diversos tipos de poder, incluindo o poder sexual, doméstico e simbólico. Também a teoria sociológica no campo educativo realçou estas dimensões do cultural e do simbólico e foi trabalhando as formas em que a educação se constituía como instrumento do poder ou, inversamente, como proporcionando possibilidades de resistência e de emancipação. Perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernistas realçaram o carácter pervasivo do poder e a complexidade das suas manifestações nas relações sociais, assim como o papel dos discursos na sua construção e perpetuação. No entanto, em alguns casos, ao acentuarem demasiado a sua dispersão, estas perspectivas esvaziaram a possibilidade de pensar a luta social e a emancipação, uma vez que uma concepção de que o poder está em toda a parte, tal como uma entidade divina, tem como corolário que não existe forma de o combater e, ainda menos, possibilidade de lhe contrapor alternativa. E é neste sentido que se entende o poder como uma complexa presença social numa intrincada rede de relações sobrepostas e contraditórias que algumas autoras/es vêm designando como *des-sincronia*⁵⁴ do poder e da opressão, inseridas numa teia estrutural que confere mais peso a determinados poderes do que a outros.

Assim, considerar o poder em termos de relações ajuda a identificar diferentes recursos de poder e, da mesma forma, a articular a relação entre poder e educação. Apple e Weiss articulam as noções de poder com a educação e estas com os processos eminentemente político-económicos, numa sociedade capitalista, que são a acumulação, a legitimação e a produção:

A acumulação, legitimação e produção representam uma pressão estrutural sobre as escolas, não conclusões antecipadas. Em parte, a possibilidade de que a educação possa não ser capaz de fazer o que é «exigido» por essas pressões é fortalecida pelo facto de que estas três funções são com frequência *contraditórias*. Elas podem por vezes trabalhar umas contra as outras. (Apple e Weis cit. por Torres 2000: 25)

Assim, a política tem a ver com as decisões em termos da *gestão* [ou governo] da vida das pessoas, onde se interligam as dimensões do estado, da economia, da educação, da cultura, da família, da ciência, da intimidade, etc. E nesta esfera política, um dos conceitos relevantes é o de cidadania. Conceito formulado pela Revolução Francesa e socialmente construído a par da modernidade, foi inicialmente restringido ao universos social masculino,

⁵⁴ A *des-sincronia* [ou não sincronia] do poder, como lhe chamou Cameron McCarthy (1988) é um conceito que preten iluminar “a possibilidade de lutas entre pessoas diferentemente oprimidas por diferentes grupos” (Weiler 1995; 2003).

branco, heterossexual, proprietário e cristão. Diversos movimentos têm lutado para estender a cidadania a outros grupos previamente excluídos e, desta forma, esta noção tem sido muito trabalhada nos últimos anos, não apenas em termos teóricos, feministas e não feministas, mas também em termos políticos e educacionais.

2.1. Ampliando o conceito de cidadania

A cidadania não é necessariamente inclusiva e, para as mulheres, a história dá conta do processo de avanços e recuos do estatuto das mulheres como cidadãs na civilização ocidental. Equacionando-a para o universo feminino, Susan James (1992) analisa a forma como o liberalismo foi construindo *cidadania* na base da ideia central de *independência*, como condição essencial para o seu exercício. Esta ideia desdobra-se em três dimensões que se vão constituindo historicamente como eixos importantes no desafio à concepção liberal restrita e discriminatória e armando os movimentos sociais para empurrar a sua conceptualização em ordem a novas formas de inclusão: a independência física, económica e emocional⁵⁵. Reconhecia-se, assim, que a ausência destas dimensões da independência eram obstáculos à participação na cidadania, cabendo ao estado, através da sua “mão visível”, o estatuto de principal garante dessas condições de participação, traduzidas num conjunto de políticas, medidas e instituições:

Dentro da tradição liberal, certos tipos de dependência têm sido reconhecidos como obstáculo à participação política. Para ‘terem voz própria’, primeiro, os cidadãos devem ser fisicamente independentes, livres de violação do corpo ou de ameaça corporal. Segundo, os cidadãos não estão numa posição de exprimir as suas visões políticas se, para fazerem isso, correm o risco de perder os meios de se manter e aos seus, o risco de destituição ou de escravatura. (1992: 50)

Segurança física e independência são, assim, condições fundamentais para uma política democrática, pensadas no âmbito do projecto político liberal, que comprovadamente previa apenas o cidadão masculino⁵⁶. Para uma noção liberal de cidadania, é central a capacidade de “falar com voz própria”, o que pressupõe a independência física, económica

⁵⁵ Independência física: livre de ameaças físicas, de tortura, ou mesmo de morte caso expressasse opinião diferente dos ponderosas; independência económica: sem ameaça de perder os meios de se sustentar, independência emocional: livre de dependências afectivas que lhe tirariam a objectividade e imparcialidade para tomar decisões políticas

⁵⁶ A restrição do conceito de cidadania foi também historicamente desafiada pelos movimentos de trabalhadores, na medida em que a independência económica lhes é muitas vezes vedada, pelos movimentos sociais pelos direitos civis, anti-colonialistas e anti-racistas, pela exclusão de que eram e são alvo de diversas formas de dependência, pelos movimentos feministas, pelos diversos processos que impedem as mulheres de acederem aos vários tipos de independência e, mais recentemente, pelos movimentos lgbt, pela sua continuada exclusão à cidadania.

e emocional, ou seja, uma liberdade efectiva para fazer valer os seus direitos. Todavia, se reflectirmos sobre a independência construída pelo liberalismo, pode afirmar-se, em traços gerais, que tem sido associada ao mundo público, sendo que, ao mundo privado das relações na esfera doméstica, se atribuía *dependência/s*. Assim, as feministas desafiaram e procuraram estender o valor da independência física ao interior do espaço doméstico e das relações de intimidade. Por exemplo, ao apontarem a violência e a violação, entre outros, as feministas explicitam e demonstram a “cegueira de género” (*gender blindness*), ao mesmo tempo que exigem que o valor da independência seja reinterpretado de modo “a dar às mulheres independência física nas esferas pública e privada” (James 1992: 56). Também Catharine MacKinnon realça que “a persistência da violência dos homens contra as mulheres é o resultado da divisão que mantém o privado por trás do público e despolitiza a sujeição das mulheres” (1993: 87).

Todavia, não é apenas a falta de independência que limita o acesso das mulheres a uma cidadania plena. Existe ainda uma outra ideia base na construção da cidadania liberal que consiste na noção de *liberdade*, consubstanciada através do *contrato social*. Seria através deste *contrato* que os cidadãos seriam *livres* para exercer a cidadania. Como afirma Pateman:

[...] Os homens que fazem (ou se diz terem feito) o contrato original são homens *brancos* e o seu pacto fraternal tem três orientações: o contrato social, o contrato sexual e o contrato de escravatura [...]. Através do espelho do contrato original, os cidadãos podem ver-se como membros de uma sociedade constituída por relações livres. A ficção política reflecte-nos os nossos «eus» políticos — mas quem somos «nós»? Só os homens — que podem criar vida política — podem tomar parte no pacto original e, no entanto, a ficção política fala também para as mulheres, através da linguagem do «indivíduo». Uma estranha mensagem é enviada às mulheres, que representam tudo aquilo que o indivíduo não é; no entanto, [...] as mulheres devem reconhecer a ficção política e reproduzir a sua linguagem, apesar de os termos do pacto original as excluírem das discussões fraternais. (2002: 32-3)

Este processo realiza-se, como nos mostra Carole Pateman, pela concepção ideológica da representação social dividida entre, de um lado, *liberdade natural*, do outro, *submissão natural*. Esta divisão é concretizada na separação entre público e privado sendo que tudo o que tem a ver com esta esfera foi considerado, durante muito tempo e ainda resiste, paradigmaticamente não-político. Seguindo o raciocínio de Pateman, “se as mulheres tivessem sido meramente excluídas como escravas ou esposas quando a protecção do marido imperava, o carácter do problema teria sido evidente. Mas as mulheres foram incorporadas numa ordem social na qual a sua liberdade é aparentemente garantida”

(2002: 33-4). Assim, o tal contrato social, desde a sua 'origem', pressupõe o contrato sexual, em que o casamento é o grande ritual. E é desta forma que o "patriarcado contratual moderno", simultaneamente, "nega e *pressupõe a liberdade da mulher*" (idem:41).

Assim, o estado liberal, através de processos de normalização, modificou anteriores diferenças de género e reconstruiu-as, fazendo emergir um mundo dividido, em que o grupo masculino acede a privilégios quer nos espaços públicos, quer nos privados, e o colectivo mulheres é posicionado nas relações sociais numa situação de subordinação transversal às diversas esferas da vida, na base de hierarquias de género, o que nos permite falar de um estado patriarcal (MacKinnon 1993; Walby 1986), com um "regime de género" (Arnot 1993, Walby 1996, Taylor1995). Equacionar o conceito de cidadania tendo em conta questões como direitos, participação política, responsabilidades, pertença e identidade, necessita de se articular com as perspectivas feministas que trabalham no sentido de uma noção de mulher cidadã de pleno direito.

Um problema que esteve sempre em cima da mesa no liberalismo clássico é a questão de como se *educam* «os» cidadãos para a nova sociedade fundada nessa concepção de liberdade e de contrato. Na altura da escola de massas, a educação formal integrou esta dimensão da *naturalização* da submissão das mulheres na cidadania e é também neste sentido que hoje se torna crucial pensar a educação de molde a integrar a dimensão de uma cidadania plena para as mulheres. Como afirmam Arnot e Dillabough, "como mulher tem sido difícil entrar no espaço público denominado «cidadania» nos países ocidentais industrializados, ainda que as mulheres estejam emancipadas a um nível retórico oficial" (2002: 22). As autoras, citando outros estudos, referem como "as raparigas que formalmente se afiliam no mundo público masculino, nas escolas e no ensino superior, são consideradas «invasoras»⁵⁷" (idem: idem).

Quando a esfera da sua principal actividade — a privada — tem sido excluída da esfera política da cidadania, na «cave ontológica», fica mais difícil pensar a cidadania e participação política das mulheres sem desfazer esta dicotomia, derrubar esta fronteira e estabelecer canais abertos entre as diferentes esferas da vida social. Assim, de forma a

⁵⁷ No nosso país, temos o recente caso das mulheres em medicina em que um Ministro da Saúde pôs publicamente em causa a profissionalidade das médicas, em sua opinião, porque as tarefas domésticas restringiam as suas capacidades profissionais, e falou de quotas para os rapazes nas faculdades desta disciplina. Ver também Subtil 2000, para o caso das jornalistas.

que a cidadania *não seja* o desapossamento das mulheres nem a perda da sua agência política, é necessário encontrar formas de acabar com a idealização do espaço privado, abrindo-o como espaço de cidadania e encontrando formas de articulação com outras dimensões da vida social.

Tendo por base estes dilemas, as feministas dividem-se no que se refere à relevância da cidadania para as mulheres. Ruth Lister (2002) considera que o conceito de cidadania é simultaneamente um desafio e uma oportunidade para as feministas em particular e para as mulheres em geral. É um desafio na medida em que, tal como foi formulado no séc. XVIII nas sociedades ocidentais, ainda não se aplica imediatamente e de igual forma a todas as pessoas, e daí que as mulheres, nomeadamente as de classe trabalhadora, negras, ciganas, lésbicas, portadoras de deficiência, imigrantes, sejam integradas na cidadania de forma paradoxal. Isto é, por vezes, são cidadãs, outras vezes nem por isso. No entanto, esta noção pode ser uma oportunidade, na medida em que permite lutar pela extensão do estatuto a todas e todos. Nesse sentido, a autora propõe que formulemos uma noção de cidadania que explicitamente articule o conceito de cidadão/ã de género plural e o de cidadão/ã de género diferenciado, numa cidadania amigável para com as mulheres. A autora vai buscar o conceito de “cidadania democrática radical” de Chantal Mouffe, que assenta na compreensão de sujeito “socialmente construído através de diferentes discursos e posições de sujeitos”, em oposição a uma concepção cuja identidade seja reduzida “apenas a uma posição – seja a de classe, raça ou género” (in Lister 2002: 176) e propõe a sua articulação com uma noção de “cidadania de grupo diferenciada” (*group differentiated citizenship*) proposta por Iris Young (1990). Embora, e seguindo Ruth Lister, Mouffe pretenda separar a sua posição da de Young, para uma cidadania feminista é crucial pensarmos as questões da inserção do sujeito em grupos sociais que correspondem a estruturas de diferença. O risco da cristalização das identidades tende a suprimir as diferenças no interior dos grupos e dificulta a realização de alianças mais alargadas. No entanto, pensar a cidadania através dos grupos diferenciados permite conceber um/a cidadão/ã enraizada/o nas práticas sociais, já que estas se fazem nas relações entre grupos sociais e instituições.

Ruth Lister traz também ao nosso conhecimento algumas perspectivas que equacionam abordagens de género plural e tentam evitar os riscos atrás enunciados. Ela refere a noção

de “políticas da diferença” de Yeatman, a “política transversal” de Yuval-Davis, a “solidariedade reflexiva” de Jodi Dean e a sua própria noção de “políticas de solidariedade na diferença” (Lister 2003). Sintetizando, Ruth Lister enuncia os contributos das abordagens de género plural, mas acrescenta que é necessário integrar nestas abordagens uma noção de cidadania que consiga equacionar toda a espécie humana como uma só, que sirva também de ideal, digamos, pelo qual os próprios grupos oprimidos e toda a gente possam lutar. Neste sentido e como falamos da cidadania das mulheres, um dos grandes obstáculos a vencer é o modelo masculinizado do cidadão universal. Nas suas palavras:

Fundamental para a outra metade da equação é a reconstrução da marca de uma cidadania que deixe de privilegiar o masculino através do seu falso universalismo, o que significa, em particular, a incorporação do cuidar como uma expressão de cidadania, na linha de um modelo de *género diferenciado*. No entanto, tal não pode ser feito à custa da fragilização dos avanços da igualdade de género e, deste modo, o modelo de *género neutro* não pode ser completamente esvaziado. É então necessária a síntese dos dois, no seio de um enquadramento de *género plural* que, nos termos de Pateman, capacite a “substância da igualdade [para] se diferenciar, de acordo com as circunstâncias e capacidades de cidadãos/ãs, homens ou mulheres. (in Lister 2002: 175-6).

Então, num conceito de cidadania amigável para as mulheres, segundo Ruth Lister, é essencial quebrar a dicotomia público e privado, “reconhecendo os caminhos pelos quais a interação entre as esferas pública e privada vai esculpindo os contornos da cidadania” (Lister 2002: 176). E é neste sentido que a análise das histórias de vida dará conta de como a participação política das mulheres, e mais especificamente das feministas, tem sido capaz de atenuar as fronteiras entre esses dois espaços, trazendo para a arena da política pública questões até muito recentemente confinadas a um mundo reservado pelos muros da privacidade patriarcal. Falamos concretamente das reivindicações relacionadas com a partilha das tarefas e das responsabilidades domésticas e do cuidar das crianças, das reivindicações em torno da democracia paritária, das reivindicações pelo direito ao aborto, à educação sexual e à contraceção, das políticas contra a violência doméstica e de combate a todas as formas de violência contra as mulheres, das reivindicações ao prazer e à sexualidade e maternidade lésbicas, das reivindicações pelas acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência.

2.2. Pensar a agência das mulheres para uma cidadania inclusiva

Se a cidadania tem sido pensada como fundamentalmente masculina e (parcialmente) excludente e a política como androcêntrica e muitas vezes patriarcal, uma das saídas seria recusar estes conceitos — incluindo o de empoderamento [*empowerment*] — como entidades discursivas com nenhum potencial emancipatório, com fazem algumas autoras pós-estruturalistas (por exemplo, Butler 2003), restando apenas a possibilidade da desconstrução ainda que numa perspectiva crítica. Mas nesta perspectiva desconstrutivista perde-se o horizonte das formas como as mulheres têm resistido às políticas de género, de classe e de «raça», deitando fora os seus contributos na história, no social, no cultural e no político. Apesar da sua invisibilidade parcial ou total, as mulheres são actoras sociais e as suas acções heterogéneas integram a formação política. As nossas vozes, silêncios e acções entram na formação política de forma diversificada e, portanto, com resultados políticos diversos.

Nesta ordem de ideias, o conceito de agência torna-se relevante para iluminar a articulação entre a acção e a cidadania. Noutros textos (Magalhães 2003; Magalhães 2004a), percorremos este conceito na sua articulação com o de acção e o de estrutura, distinguindo-o do de acção no que se refere à participação no estabelecer da agenda. Ao perspectivar a vida social construída na interacção entre acções individuais, agência humana e estruturas sociais, é possível uma visão da acção humana circunscrita às relações entre grupos (pequenos ou grandes), entre as instituições ou entre indivíduos. Estabelecer a *agenda* implica explicitação de interesses, confronto, negociação, tomada de decisão e acção.

No entanto, tal como a cidadania, também a agência tem sido pensada como exclusivamente masculina ou como exclusiva ao espaço público, da política (no sentido estrito) e do trabalho (pago fora do lar). Importa, então, construir uma noção de *agência* que incorpore e corporize confrontos de interesses, negociações, tomadas de decisão e acções no mundo privado e das relações de intimidade.

A distinção entre acção e agência é também relevante para evitar o individualismo que subjaz ao discurso e ideologia liberal. A actual sociedade de consumo enfatiza o *poder individual* para chegar a um mundo perfeito, mas apenas na esfera privada — corpo (a sua

capacidade de atracção/sedução), a *casa* e a *família* são os tópicos essenciais da publicidade: “o corpo é o veículo por excelência para o indivíduo moderno atingir um estilo de vida cheio de *glamour*” (Davis 1997: 2). Esta ideologia diz-nos que o indivíduo se tornou responsável pelo seu destino, o corpo é exactamente mais uma característica no “projecto identitário” de uma pessoa (Giddens 1991). A noção actual de ‘indivíduo’ acentua de forma exacerbada este poder individual de cada pessoa no seu mundo (particular)⁵⁸ e, paradoxalmente, parece generalizada a todos os seus contextos de vida: o trabalho, a habitação, a escola — remetendo, desta forma para uma ‘culpabilização’ individual para as situações falhadas ou apenas parcialmente conseguidas⁵⁹. Desta forma, ignoram-se os constrangimentos sociais diferenciados para pessoas de diferentes categorias sociais, os poderes diferentes que determinam as possibilidades individuais e as formas de disciplinação/domesticação a que todas/os somos sujeitos/ados/as no sentido de aceitar esta ordem como ‘natural’.

Desta forma, corporeidade e temporalidade cruzam-se na agência humana, na medida em que as possibilidades de confronto, negociação e decisão se articulam com a *condição* corporal num dado momento da complexa teia entre temporalidade pessoal e tempo histórico. Isto é, pessoas concretas — com subjectividades, experiências, identidades, interesses, corpos e histórias de vida específicas — têm diferentes *poderes* e ‘motivações’ para negociar, confrontar, estabelecer, resistir ou aceitar a agenda para determinado aspecto das suas vidas. Por exemplo, o poder diferencial entre homens e mulheres e no interior do grupo dos homens e do das mulheres tem sido trabalhado e discutido pelas feministas que foram capazes de trazer para o debate as instâncias de poder que não simplesmente o institucional, económico ou político (em sentido estrito), mas também o sexual, o das relações de afecto, o das des/identidades, etc., em muitas das esferas da vida que outros autores têm esquecido.

A dimensão do contexto histórico (temporalidade social) já há muito está incluída nas análises estruturalistas. Mas estas perspectivas têm ignorado, em termos de análise, embora algumas equacionem em termos teóricos, as dimensões concretas em que aquela

⁵⁸ Esta noção de *poder individual* pode ser observada, por exemplo, nas diversas formas discursivas em torno da saúde e da doença, assim como sobre a problemática da ‘construção’ do corpo, quer em termos estéticos, quer em termos sexuais, quer ainda em termos de ‘capacidades’.

⁵⁹ Curiosamente, esta generalização faz-se apenas parcialmente, isto é, não se enfatiza uma *perfeição* para as esferas públicas, apenas o lado do papel do indivíduo.

se enraíza e, neste cruzamento, as sínteses particulares que são elaboradas. Assim, as práticas sociais são sempre práticas situadas (Giddens 2000), mas é também necessário ter em conta que este *situar* implica não apenas as relações económicas e políticas públicas, mas também as relações económicas e políticas nos espaços privado e das relações de intimidade. Assim, a experiência e a subjectividade são construídas numa apertada e mútua relação com a temporalidade histórica, a corporeidade individual e o contexto ideológico, simbólico e representacional⁶⁰ em que a linguagem funciona como o cimento que liga estas inseparáveis dimensões.

Como cada vida individual é sempre um lugar-tempo misto onde cada um/a se posiciona no fulcro da intersecção entre poder, estruturas e individualidade, a noção de agência permite pensar os sujeitos como "agentes das suas vidas e não (...) bonecos [cujos] pensamentos e acções [estão] determinados" (Stanley 1992: 219; ver também Araújo e Magalhães 2001). Noutro contexto e noutra época, também Paulo Freire aponta as experiências dos oprimidos como fundamentais para uma educação emancipatória, porque "... somente os oprimidos têm condições de conceber um futuro totalmente distinto do seu presente, na medida em que cheguem a se consciencializar como classe dominada" (Freire 1972: 32; ver também Torres 2001: 267).

De forma simples e sintética, como o faz Becky Francis, podemos definir *agência* como sendo "a nossa capacidade para tomar decisões e agir no mundo em ordem a mudá-lo" (2001: 68). Então, este seria um termo reservado para a acção humana na sua versão reflectida e informada de intencionalidade ideológica e *política*, no sentido de «intervir» no mundo em ordem à sua transformação e para a extensão da democracia a grupos sociais total ou parcialmente privados de cidadania. Reflectir sobre a agência das mulheres é pensar a sua margem de poder, daí a importância de equacionar a sua dominação, opressão e/ou desigualdade para podermos estabelecer quais as suas margens de poder⁶¹. E se podemos pensar em diversos tipos de poder, na esfera pública, como o poder económico, político, social e cultural, numa concepção de cidadania inclusiva, precisamos

⁶⁰ Giddens designa esta dimensão como 'paradigma' (2000; ver também Santos 2000).

⁶¹ Patricia S. Mann refere, em nota de rodapé: "ver o debate entre as historiadoras feministas Joan W. Scott e Linda Gordon na secção das resenhas de *Signs: Journal of Women in Culture and Society* (University of Chicago Press, Chicago), 15, 4 (1990), pp 484-58, para uma importante discussão sobre como podemos compreender uma noção da agência das mulheres. Penso que precisamos simultaneamente de uma concepção de agência comprometida (*engaged*) e intencional, *a la* Gordon, e uma concepção discursiva, socialmente construída de agência, *a la* Scott. Uma análise micro-política tenta mostrar as interconexões dinâmicas destes sentidos de agência" (Mann 1997: 241).

de incluir o poder sexual, doméstico e simbólico. E desta forma, podemos equacionar diversos tipos de agência humana, no caso concreto desta investigação, de agência das mulheres. Pela sua relevância no contexto desta tese, passaremos em revista, com mais pormenor, a agência política feminina.

2.3. Reflectindo sobre a agência política das mulheres

A relação entre as mulheres e a política tem mostrado que, por diversas razões, elas se mantêm distanciadas das formas mais convencionais de participação política, por um lado, porque não são devidamente incluídas, por outro, porque, de alguma forma parecem não se 'entusiasmar' com esta dimensão da vida social. A tensão presente nesta relação pode ser conceptualizada como resistência, de ambas as partes, daí que seja importante conceptualizar a agência política das mulheres, tanto para manter um conceito de política radical como para potencializar uma teoria/prática política viável de transformação social em direcção a uma maior justiça social. O primeiro passo é sair de uma concepção de participação política que se restrinja à esfera pública da cidadania. Ou seja, se a própria cidadania plena das mulheres passa por safar as fronteiras entre o público e o privado, também a agência política tem de ser pensada de forma a transcender essa separação. O segundo consiste em pensar a participação política dentro *mas também* para além dos limites enquadrados pelas organizações colectivas, tal como existem — criando categorias discursivas que possam também contribuir para alterar esse mesmo carácter das organizações, ampliando a noção do político e resistindo à despolitização geral a que assistimos, quer por parte das políticas sociais e dos estados, quer pelos grupos dominantes e privilegiados, quer ainda pela ideologia conservadora. Ter em conta questões como a ética do cuidar, e outras preocupações feministas, pode ajudar a mudar algumas das organizações de intervenção e de participação política no sentido de incluir as mulheres e simultaneamente se constituírem, em si mesmas, como exercício da transformação.

Formulámos, noutro texto (Magalhães 1995), as diferentes formas de militância feminista, em que a “militância individual”⁶² — isto é, não organizada — se constitui como uma importante forma de política feminista⁶³. Argumentámos também, na altura, que muitas mulheres preferem organizações de dimensão «humanamente controlável», sem hierarquias, e a sua participação se caracteriza muitas vezes por uma certa fluidez — vêm e desaparecem, voltando a aparecer noutras ocasiões, estando ou não estando conforme sentem que têm utilidade, e onde a satisfação pessoal (das relações pessoais com as/os outros/as membros) joga um papel decisivo. Evidentemente, estas características da participação das mulheres na arena pública da cidadania fragiliza o impacto imediato da estratégia em causa mas deixa uma mensagem clara: não estão dispostas a ceder no espaço da participação política pública, discordando através do abandono, isto é, de uma certa forma de silêncio. Daí, a ênfase feminista em conhecer as razões dos silêncios e das ausências: podem significar dissentimento, mudança de prioridades no conjunto das diversas lealdades das mulheres, ou impossibilidade de facto.

Inversamente, no espaço privado, mostram-se dispostas a diversos graus de negociação: umas vezes até à exaustão, ao ponto de suportarem a vitimização, outras negociando mesmo, e outras, impondo condições em alternativa a possível ruptura. No fundo, o que sobressai é que as formas de negociação nesta esfera se assemelham ao que muitos homens utilizam na esfera pública.

Então como conceptualizar a acção das mulheres como agência política ultrapassando a dicotomia público/privado? Que acções na esfera privada ou nos interstícios entre a esfera privada e pública podem ser pensadas nestes termos?

Arnot e Dillabough (2000) exploram “a relação teórica entre os quadros discursivos das mulheres como «cidadãs» e as noções feministas de agência das mulheres” e esperam providenciar “argumentação para um modelo alternativo de agência e acção femininas, que não afaste a política, que não funcione como forma de dominação nem ignore as mulheres diferentemente posicionadas, mas que possa ainda manter um potencial radical para facilitar a democratização das relações de género/sociais e da educação, no âmbito mais

⁶² Por exemplo, como me contava Maria Teresa Horta, uma ida ao BCP a perguntar muito explicitamente porque não contratam mulheres, embora decisão individual se não tiver havido um grupo a decidir esta acção colectivamente, ou como explicate Fina d’Armada, através da decisão individual de incluir temas da história das mulheres no curricula da História dos 5^{os} e 6^{os} anos, num tempo em que isto não estava previsto e o curricula era muito mais prescritivo, etc.

⁶³ Pode observar-se que os partidos têm também em conta esta ‘participação individual’, não organizada, que está codificada como ‘os independentes’.

vasto do estado” (2002: 20). As autoras perguntam-se: “até que ponto as sociedades democrático-liberais permitem perspectivar as acções das mulheres como forma de agência política?”

A democracia liberal tem-se mostrado incapaz, salvo excepcionalmente, de perspectivar uma política capaz de articular público e privado, ao mesmo tempo que, actualmente, novos desafios são colocados à cidadania e à agência política das mulheres pela globalização. Por um lado, dado o seu carácter transnacional e, portanto, menos controlado nacional e localmente, traz a sensação de frustração da inutilidade da participação política na base, já que tudo parece ser decidido num patamar inacessível. Por outro, arrasta consigo uma ênfase em dois aspectos que coloca novas exigências à intervenção e participação políticas: a realidade virtual e a *expertise*. O discurso da *expertise*, isto é, um outro patamar da meritocracia, constitui um mecanismo importante, e que tem sido eficaz, na despolitização das decisões técnicas, fazendo crer que o mundo está tão complexificado que simples mortais não conseguem lidar com as questões que se enfrentam e muito menos decidir. Isto constitui novos adereços, novas roupagens para o elitismo, uma nova forma de reforçar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre concepção e execução que o capitalismo tão bem tem sabido explorar. Constitui ainda uma forma de alienação política na medida em que camufla a forma como as decisões técnicas são inerentemente políticas e que esta tecnicização mais não é do que a opção por decisões por um desenvolvimento destrutivo e pela priorização da acumulação do capital em detrimento de um desenvolvimento sustentável e de decisões em prol da redistribuição e justiça social. Constitui também uma forma de fugir ao controlo popular e a prestar contas. Também a actual concepção dominante da política pública, que habitualmente se designa como neoliberal, assenta em mecanismos de dissimulação das relações sociais de poder — por exemplo, a ênfase no indivíduo desvinculado e desincorporado e nas ideologias da escolha abstracta, da meritocracia, da competição, etc. Oculta também as formas como estas relações sociais de poder assentam na hierarquia de género e moldam as compreensões e entendimentos das mulheres sobre si próprias, sobre o mundo e sobre a sua agência e participação políticas. Ao difundirem uma imagem da política como masculinizada e da participação como assente num modelo de cidadão masculino — o carácter de urgência do que se faz na política, as actividades sem hora marcada, a

dedicação exclusiva, etc., tornando-a a aparentemente incompatível com a assunção de responsabilidades do cuidar — a sociedade liberal (ou neo-liberal) faz crer que é o sujeito individual, neste caso a mulher, que não quer, ou não gosta, da actividade política. Como afirmam Arnot e Dillabough, “alcançam este poder liberal ilusório através de marcadores universais abstractos, utilizados para promover a cidadania e identidade nacional” (2002: 21). São marcadores universais abstractos porque propagam uma noção de indivíduo autónomo, ocultando as condições sociais onde produz e é produzido/a. Mais ainda, e na medida em que não tem em conta as posições socialmente diferenciadas (em termos de recursos, de poder, etc.), oculta o carácter profundamente antidemocrático de alguns processos sociais e de alguns funcionamentos (por vezes todos os funcionamentos, frequentemente muitos) das instituições. Também o estado, como salienta Nancy Fraser (1999), continua a nutrir uma visão da política pública como uma comunidade unitária, obscurecendo o facto de que não se trata de *uma* comunidade, antes de várias, e estas mesmas são elas próprias fragmentadas, múltiplas, encontrando-se muitas vezes em conflito entre si e no seu interior.

Assim, e como argumenta Manisha Desai, urge conceber um conceito amplo de agência política, que inclua as subjectividades, “tornando político todo o terreno do social e do cultural”, e adequando a agência aos múltiplos *sites* da acção política (Desai 1997: 120). No sentido de pensar as mulheres como sujeitos e não apenas como *sujeitadas* (Marshall 1994), torna-se importante tentar ver o seu papel nas mudanças sociais, isto é, analisar as formas como agem para a transformação, para a resistência ou para a subordinação.

Desta forma, na próxima secção, passamos em revista algumas questões teóricas em torno dos feminismos e dos movimentos sociais em ordem a reflectir de que formas as condições sociais das vidas das mulheres têm sido equacionadas e como têm sido perspectivadas as lutas para a sua transformação.

3. Subordinação e emancipação: a endurance nas lutas feministas

No movimento de segunda vaga, uma das primeiras constatações dizia respeito à ausência de palavras para dizer as nossas vidas, de análises e de estudos sobre as mulheres. Algumas das respostas a esta lacuna passaram pela via da partilha colectiva das

experiências e das subjectividades, nos grupos feministas *radicais* de tomada de consciência, e pelo papel desempenhado pela CIDM e de algumas pioneiras do feminismo académico que deram vez e voz às mulheres, às suas experiências individuais, às suas subjectividades, em contraponto com a visão da ciência dominante na altura (anos 1960, a nível internacional).

Assim, na época em que os movimentos sociais e as ideologias contracorrente (por exemplo, marxista, anarquista ou alternativa) se esforçavam por desenvolver uma filosofia que contrapusesse à perspectiva individualista princípios de colectivismo, as feministas tentaram furar essa dicotomia entre individual e colectivo, lutando por uma visão de grupo onde a experiência individual e a subjectividade não fossem esmagadas. Apesar de pouco ouvidas na época, esta síntese entre o colectivo e o individual mantém-se um importante paradoxo para ser resolvido no seio das perspectivas emancipatórias. Simultaneamente, a esta percepção da necessidade de ultrapassar a dicotomia individual / colectivo, as feministas desafiaram as perspectivas do *ego autónomo* (Marshall 1994⁶⁴), destacando a importância da interdependência entre as pessoas, expressa pelo conceito de *cidadania do cuidar* (ver, entre outras Lister 2002). Como afirma Barbara Marshall:

O que é importante a todas estas críticas, é a ênfase na intersubjectividade, o reconhecimento da particularidade de outras/os, e a rejeição do privilégio da razão sobre a afectividade implicado nos modelos androcêntricos da subjectividade individualizada e autónoma. (1994: 103)

Esta tensão entre a importância de uma certa autonomia que não constanja as mulheres a servir o masculino e os/as outros/as das suas famílias ou comunidades, mas simultaneamente continue a reivindicar uma certa atenção às/aos outros/as como formas mais humanas de edificar instituições e relações sociais, tem levado algumas teóricas feministas a trabalhar uma noção *dialéctica* de individualidade (*selfhood*) política (Benhabib 1999; Arnot e Dillabough 2002). Assim, e citando Arnot e Dillabough:

qualquer entendimento alternativo da individualidade (*selfhood*) política feminina tem de ir para além de uma simples compreensão dos direitos das mulheres e da participação política assente na teoria democrático-liberal (por exemplo, a liberdade, o sujeito político racional ou a autonomia feminina) em direcção a «uma noção crítica da agência das mulheres como acção social reconhecida, a

⁶⁴ A este propósito foram cruciais os trabalhos de Carol Gilligan 1982, que tratou as questões do desenvolvimento moral, desafiando as perspectivas masculinistas que colocam as mulheres num estágio inferior por não abstrair das relações e situações concretas, assim como o de Benhabib (1987), que discute o trabalho de Habermas sobre o sujeito *desenvolvimental*. Apesar das críticas posteriores pelo resvalar para o essencialismo de que estas abordagens podem significar, os seus contributos são importantes no sentido de ultrapassar as visões carencialistas sobre as mulheres em relação a estes tópicos de investigação.

interdependência da reflexividade e intersubjectividade, e a responsabilidade ética e política para com os outros» (Benhabib 1999) (2002: 19).

As autoras falam de compromissos entre a «autonomia» e a «responsabilidade ética e política para com outras/os» como essenciais para pensar uma noção dialéctica de individualidade política “que não tenha que reduzir a cidadania feminina a um conjunto de descrições liberais arbitrárias, ilusórias ou essenciais, ou a um qualquer ideal democrático abstracto inacessível” (Arnot e Dillabough 2002: 19). Não um discurso ético que reivindica uma essência universal, mas um outro que é provisório e constantemente reexaminado à luz das condições e dos contextos históricos que herdamos e dentro dos quais nos movemos.

3.1. Em torno do conceito *mulheres* para pensar as questões da opressão

Nos últimos anos, assiste-se a uma outra tensão conceptual, desta feita, entre o termo ‘mulher’ enquanto construção teórica que implica o género como universalmente constitutivo do sujeito, as *subjectividades genderizadas*, e as realidades concretas das ‘mulheres’ que podem ou não partilhar uma ‘identidade de género’. Assim, o género como categoria transversal à humanidade não permite situar as mulheres num grupo social que partilhe uma condição de igualmente oprimidas ou subordinadas e os debates em torno da diferença *entre* as mulheres expuseram este obstáculo na construção social do sujeito político feminista. Uma das autoras incontornáveis neste debate é Judith Butler que afirma:

É minha sugestão que as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo são de facto minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. (...). (Butler 2003: 21)

A investigadora parte exactamente da fragmentação que, de uma forma ou de outra, caracterizou o movimento da segunda vaga e das críticas das feministas lésbicas e negras para enunciar a impossibilidade de um sujeito estável que se constituísse como a base deste movimento:

(...) a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo — por parte de «mulheres» que o feminismo afirma representar — sugerem os limites necessários da política de identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irónica de que os objectivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome

de propósitos meramente «estratégicos», não resolve nada, pois as estratégias têm sempre significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. (...) Por uma conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação. (Butler 2003: 22)

Na sequência da sua análise, propõe a formulação de uma crítica às categorias de identidade socialmente construídas, perspectiva que vem sendo designada como desconstrutiva (ou mesmo política negativa, como lhe chama Marshall 1994), na medida em que, se as categorias são construídas pelas estruturas sociais, por exemplo, jurídicas e políticas (ver também Foucault 1980), isto implica que a sua desnaturalização passe por uma desconstrução dessas categorias, expondo os processos sociais que levaram à sua constituição. A sua crítica vai mais longe, ao ponto de afirmar que o género se estrutura numa matriz heterossexual e, nessa medida, já não pode servir como base fundamental da política feminista:

E não seria essa reificação precisamente o contrário dos objectivos feministas? Em que medida a categoria das mulheres só alcança a estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual? Se a noção estável de género dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do género e da identidade — isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como objectivo político. (Butler 2003: 23)

Se estes contributos são fundamentais para não cairmos no congelamento da categoria 'mulheres', no entanto, a posição de Butler remete-nos, tal como no conceito de agência, que já referimos, para uma paralisia política, já que não tem em conta a transversalidade da desigualdade de género como constitutiva das relações sociais de opressão. Se tivermos em conta esta base no desequilíbrio das relações sociais, então, pode ser relevante equacionar uma política transformadora e não apenas desconstrutiva. Assim, dirimir argumentos nesta contenda é o que nos move na discussão do sujeito político feminista. E embora não partilhemos esta perspectiva de que a política feminista assente exclusivamente na desconstrução, consideramos que o sujeito é também constituído na acção, não pré-existindo aos movimentos sociais.

Mesmo em relação à classe operária, a formação do sujeito político não é algo automático. Por exemplo, sobre esta matéria, Gramsci⁶⁵ desenvolveu aquilo que pode ser designado

⁶⁵ Também Sartre teoriza em torno das questões de classe como posição social e da classe como sujeito político, no que se refere à reflexão sobre consciência de classe.

como a passagem de uma concepção de seres humanos trabalhadores/as como «objectos», mão-de-obra, atravessados pelos processos de alienação, para outra em que são «sujeitos» da ‘sua’ história, do seu destino, sendo que esta passagem nem sempre acontece, necessitando de algumas condições para se efectuar. Outro grande pensador e pedagogo que tratou esta *passagem* a “sujeito da história” foi Paulo Freire. Para estes pensadores, a constituição do sujeito obedecia a alguns princípios. Em primeiro lugar, a *educação* era uma ferramenta importante para que as pessoas pudessem realizar o processo simultâneo de reflectir sobre as suas experiências, analisá-las — pensar as suas subjectividades — partilhá-las com outras e, a partir daqui, entrar num nível mais elevado de compreensão da realidade que transcendia os seus interesses individuais. Gramsci designou esta transformação individual e colectiva de pensamento de “bom senso” ou “senso comum prático empírico” (Gramsci 1971), ou seja, “o senso comum destituído dos seus elementos contraditórios e transformado em uma visão sistemática e coerente” (Mayo 2004: 83). Nesta transformação, tem um lugar importante a interacção estabelecida entre o/a educador/a, nas palavras de Freire, ou o/a intelectual *orgânico*, nas de Gramsci, e a sua relação com os/as oprimidos/as⁶⁶.

Parece, então, fundamental, a constituição de espaços-tempos em que a troca de experiências e a passagem de uma visão individual para uma visão colectiva se alie a uma análise tanto da realidade circundante às experiências que vivemos, como em ordem a pensar formas de acção para transformar o estado de coisas. Por exemplo, Paulo Freire, por vezes, gravava os diálogos estabelecidos entre as pessoas nos círculos e, depois, transformava-os em textos de leitura, conseguindo, simultaneamente, estabelecer, no próprio processo de constituição do grupo como sujeito colectivo, a constituição das pessoas participantes como *autoras*⁶⁷ seu próprio conhecimento. Como fizeram os colectivos mulheres e saúde, que depois editaram a obra de Boston (Boston Women’s

⁶⁶ Para ambos, Gramsci e Freire, é crucial que a relação seja de reciprocidade em que ambos aprendem e não uma relação hierárquica; está fora de causa, por exemplo, que este tipo de *aprendizagem* se faça em contextos de educação formal, dada a intrínseca hierarquia de poder que esses espaços necessariamente contém. Gramsci estabelecia os conselhos de fábrica como um dos espaços dessa aprendizagem, e Freire, os círculos de cultura de alfabetização e pós-alfabetização de camponeses. No pós-25 de Abril, em Portugal, encontramos muitas experiências em que diversos contextos da comunidade ou do posto de trabalho se constituem como espaços e tempos de educação não-formal, como por exemplo, a alfabetização em bairros ou em fábricas (no Porto, destacou-se o trabalho na Fapobol), o trabalho educativo nas cooperativas agrícolas no Alentejo; também um grupo de mulheres pode por vezes constituir-se num espaço tempo de educação não-formal (ver Magalhães, Oliveira e Fonseca 1991).

⁶⁷ *Autoras* enquanto sujeitos produtores de conhecimento mas também enquanto *autoridade*, isto é, legitimação das suas vozes.

Health Book Colective 1984), os grupos de tomada de consciência feminista no início da segunda vaga, os grupos de alfabetização de mulheres (Köning 1986), as cooperativas de mulheres (Braga da Cruz 1991), as experiências de educação para a saúde com grupos de mulheres (Gomes 1992; e Joaquim 1985), o trabalho com grupos de mulheres para o desenvolvimento (UMAR, *Entre-laços* 1998). Nesse processo colectivo e em diálogo, as/os participantes são activas/os, agentes “criticamente conscientes” (Freire) na vida da comunidade.

No entanto, isto não pode ser nem uma acção isolada, nem acções em contextos formais de educação, nem acções que se fiquem pelos grupos de mulheres brancas, de classe média, heterossexuais e de grande formação académica. O potencial transformador está nos grupos sociais oprimidos cuja crítica ao sistema e à organização é mais acutilante, no sentido em que têm menos a perder e, nessa medida, também a sua implicação pode ser mais profunda e menos irregular. Será então importante partir da conceptualização da *condição* social das mulheres, tendo em conta que é uma identidade não estática, não fixa, não coerente e não unitária.

É na compreensão de que o colectivo social “mulheres” tem uma condição pela qual são subordinadas ao grupo social homens mas que, simultaneamente, no seu interior, são atravessadas de divisões sociais que tornam umas com poder sobre outras. Não basta, do nosso ponto de vista, que sejam mulheres organizadas a levar a cabo determinado tipo de acção. Importa também conhecer os seus objectivos e os seus efeitos sociais.

O conceito de opressão é trabalhado por Iris Marion Young na sua ligação às questões da justiça e da diferença. Tendo sido tomado pelos novos movimentos sociais dos anos 1960 e 70 e pela nova esquerda, o termo significa, nas palavras da autora (1990: 41), “a desvantagem e injustiça que algumas pessoas sofrem não devido a um poder coercivo e tirânico sobre elas, mas devido às práticas quotidianas de uma sociedade liberal bem-intencionada”. Assim sendo, este conceito inclui “os constrangimentos sistémicos sobre grupos que não são necessariamente o resultado das intenções de um tirano” (idem). É estrutural na medida em que “as suas causas estão enraizadas nas normas, hábitos e símbolos inquestionados”, assim como “nas regras institucionais e consequências colectivas que delas advém” (idem).

Aquele adjectivo *bem-intencionada* que, na definição de Iris Young aparece a caracterizar a sociedade liberal, tem o intuito de nos levar para as ambiguidades do discurso liberal que, por detrás de noções emocionalmente carregadas de positividade, produz e mantém uma sociedade desigual e opressora, por vezes, profundamente injusta; e esta circunstância mantém-se mesmo que as pessoas possam ser “bem-intencionadas” e, inconscientemente ou de forma não intencional, participar na opressão de outras/os. E esta é uma das questões que torna muito difícil a transformação social e a luta por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária (ver Ferreira 2003 e Santos 2000).

Este conceito de Young vai também beber a Foucault (1977, 1980), no sentido em que mostra que o poder penetra muito profundamente não apenas nas leis, mas também na economia, na política, na cultura, na família, no posto de trabalho, etc. No entanto, não estamos aqui a falar numa tal pervasividade do poder que fica reduzido às relações individuais. Assim, e nas palavras da própria Iris Young, “embora a opressão estrutural envolva a relação entre grupos, estas relações nem sempre encaixam no paradigma da opressão consciente e intencional de um grupo sobre outro” (idem).

Assim, nesta perspectiva, a opressão deve ser entendida como um fenómeno estrutural para o que contribuem diversas estruturas sociais, onde a educação não tem um lugar irrelevante. No entanto, como afirma Young, “as acções conscientes de muitos indivíduos contribuem diariamente para manter e reproduzir a opressão, mas estas pessoas estão habitualmente a fazer o seu trabalho ou a viver as suas vidas e não se compreendem a si próprias como agentes de opressão” (idem: 41-2). A autora diz também:

Não quero com isto significar que no interior de um sistema de opressão, pessoas individuais não magoem intencionalmente outras de grupos oprimidos. A mulher violada, o/a jovem negra/o espancado/a, a mulher batida em casa, o/a trabalhadora face ao *locked-out*, o homem gay assediado na rua, são vítimas de acções intencionais por agentes identificados. (idem: 42)

Esta definição de opressão permite visualizar uma parte da resposta a uma das nossas questões. As mulheres participam na sua subordinação na medida em que se encontram no interior do sistema, tal como os homens, contribuindo diariamente para a continuação das instituições, normas, valores, regras, hábitos, políticas, etc., que mantém as formas de opressão. Eventualmente, umas/uns mais do que outras/os. De facto, alguns/mas retirando muitos benefícios, privilégios, deste sistema de opressão. Outras/os retiram muito poucos benefícios ou quase nenhuns. Assim, e nos termos da autora citada:

O racismo, o sexismo, o *ageism*, a homofobia, reivindicavam alguns movimentos sociais, são formas distintas [das de classe] de opressão com as suas próprias dinâmicas à parte das dinâmicas de classe, mesmo que possam interagir com a opressão de classe. De algumas discussões frequentemente aquecidas entre activistas socialistas, feministas e anti-racistas nos últimos dez anos⁶⁸, está a emergir um consenso de que deve ser dito que muitos grupos diferentes são oprimidos na nossa sociedade e de que a nenhuma forma singular de opressão pode ser atribuída primazia causal ou moral (ver Gottlieb 1987). A mesma discussão levou também ao reconhecimento de que as diferenças de grupo cruzam as vidas individuais numa multiplicidade de formas que podem incluir privilégio e opressão para a mesma pessoa em diferentes aspectos. (idem)

A constatação de que as mulheres não são um grupo social e politicamente homogéneo, assim como as crescentes análises teóricas da pervasividade do poder e do papel performativo da linguagem e das instituições na construção das identidades e categorias sociais têm dado lugar a uma conceptualização da opressão como uma rede intrincada onde se entrelaçam diferentes eixos, formas e graus (Young fala de cinco faces da opressão), expressa no conceito de *des-sincronia*. No entanto, este caminho conceptual, e ainda mais se ligado a uma política restrita de desconstrução da categoria mulheres, pode conduzir ao desmantelamento da percepção política da transformação social, impedindo uma *linguagem da possibilidade*, conduzindo a uma visão atomista do poder, em última análise, remetido para os comportamento individuais. Assim, necessitamos de conceptualizar uma des-sincronia do poder que não abandone uma visão e análise do papel das estruturas nos constrangimentos e processos opressivos e discriminatórios. Também Iris Young não reduz esta questão a uma díade, uma relação individual entre duas pessoas, antes esclarece que a opressão é estrutural entre grupos.

Nas questões do poder e da construção do sujeito político, faz sentido levantar de novo a problemática da ideologia, das subjectividades e da consciência. Atravessamos uma época de um neoliberalismo exacerbado, onde se torna mais premente uma compreensão da sociedade que mostre o papel das diferentes estruturas sociais e eixos⁶⁹ de opressão e ilumine as falhas das explicações individualistas culpabilizadores/as dos/as oprimidas, subordinadas/os e/ou discriminadas/os, a que atrás fizemos referência.

A este estado de coisas opõem-se três grandes correntes. Por um lado, a continuação de uma concepção sobre ideologia que tem perpassado muitas das perspectivas marxistas, com base mais consistente em Althusser, em que a subjectividade era sobretudo pensada como uma ilusão (Marshall 1994; ver também Connell 1979). Ora “se a subjectividade é

⁶⁸ Está a escrever em 1990.

⁶⁹ Como designa Marshall (por exemplo 1994: 86) e Fraser (1997).

uma ilusão, quais são as possibilidades para libertar as marionetes?” (Marshall 1994: 68). Por outro, as perspectivas desconstrucionistas que “montaram uma ofensiva teórica contra a associação entre identidade e classe social e com as relações de produção” e simultaneamente “estoíram abertamente o ‘sujeito’ como entidade unitária” (idem: 73). Tal como na concepção simplificada da des-sincronia do poder, somos deixadas “com uma pluralidade de posições de sujeito discursivamente dispersas e ‘hegemonicamente articuladas’, sem conceito de realidade social para lhes colocar limites ou enformar a sua acção ou consciência” (idem: 73), sendo que “isto não tem base, aqui, para a transformação (o que seria aqui para transformar?), apenas a promessa de ataques fluídos, discursivos de estilo-guerrilha intelectual” (idem).

Partilhando desta última perspectiva, a questão que continua a colocar-se é como se passa das consciências e subjectividades individuais para um sujeito político, para o que precisamos de alguma forma de pensar as mulheres como grupo social.

Noutro texto, Iris Young (1997) desenvolve a noção de serialidade para conceptualizar o que são as mulheres entre si, que nos parece ter algum potencial heurístico. Assentando em Sartre, as pessoas podem não ter tudo em comum e, no entanto, partilharem a mesma situação de se encontrarem perante os mesmos elementos “prático-inertes”. Sartre trabalhou o conceito de serialidade para a classe social, que permite distinguir entre a serialidade de operárias /os e o grupo social da *classe* operária. No caso da classe social, esses elementos prático-inertes eram, para Sartre, a cadeia de produção, a posição de operárias /os face à linha de produção, aos instrumentos de produção e ao produto do seu trabalho. Nesta conceptualização da condição social das mulheres, Young faz sobressair o potencial papel reprodutor, a maternidade, como elo comum ao género feminino, enquanto elemento prático-inerte que as coloca numa *série* (ver também Ferreira 2003). Diferentemente, então, o *grupo* consiste num patamar diferente no interior da *série*, implicando alguma forma de identidade comum e pressupostos estratégicos mais ou menos partilhados. Parece-nos, no entanto, que não é apenas a biologia que dá conta dos processos sociais que colocam as mulheres numa *série*, mas também a posição objectiva que ocupam nas relações de produção e de reprodução e que, em nosso entender, não são consequência directa da biologia (cf. Ferreira 2003).

3.2. Feminismos: correntes, debates e movimentos contemporâneos

Os feminismos atravessam um momento em que se tornam visíveis novas formas de luta e de organização, quer em termos nacionais, quer internacionais, com novas articulações com o sistema social mais amplo e com outros movimentos sociais. A globalização, por um lado, e uma *onda* conservadora que parece atravessar o mundo ocidental, por outro, assim como a resposta das feministas, colocaram, de novo na ordem do dia, a importância da acção e da teoria feministas e da sua articulação com outros movimentos sociais, como é o caso da Marcha Mundial e outras redes feministas internacionais⁷⁰, e a sua articulação com o movimento dos fóruns sociais. A importância da participação feminista no movimento dos fóruns sociais mundiais tem levado algumas autoras a designá-la de “movimento de mulheres global”⁷¹ (Alvarez e colegas 2003) e a este propósito, também Silvia Chetjer e Claudia Laudano afirmam:

Desde as suas origens, o feminismo foi um movimento internacionalista, pacifista e tem criticado a relação profunda entre capitalismo e sexismo; sob o conceito de patriarcado [...] tentou mostrar como o sexismo não está ligado apenas ao capitalismo nem é só pré-capitalista, mas pode também ser distintivo de movimentos anticapitalistas e antineoliberais, progressistas ou conservadores. Definitivamente, o sexismo atravessa todoo espectro de movimentos possíveis na medida em que o patriarcado tem dominado a cena e, como uma das ideologias mais globalizadas, continua dominando-a. «Sem feminismo outro mundo não é possível», como afirmou Diane Matte [...], é uma consigna sintetizadora destas proposições. (Chejter e Laudano 2003: 577).

Como afirma Suely Costa:

⁷⁰ Manuela Tavares e colegas nomeiam algumas destas redes feministas de carácter mundial ou regional: “Articulação Feminista Marcosur (associações de mulheres da América do Sul); International Gender and Trade Network; Rede Latinoamericana de Mulheres transformando a Economia; Rede Dawn; Rede Latinoamericana de Caribenha de Mulheres Negras; Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos; Rede Mulher e Habitat; Rede de Educação Popular entre Mulheres; Articulação de Mulheres CLOC/Via Campesina; Diálogo Sur/Sur LGBT; Marcha Mundial de Mulheres, entre outras” (Tavares et al 2005: 2). Também Virgínia Ferreira (2000) refere diversas organizações e redes internacionais: Ela enuncia diversas organizações e redes: Lobby Mundial das Mulheres, Lobby Europeu de Mulheres, WIDE-Women in Development Europe, WWW-Women Working Worldwide, DAWN-Development Alternatives with for a New Era, WEDO-Women’s Environment and Development Organization, AWMR-Association of Women of Mediterranean Region, WLUML-Women Living Under Muslim Laws, TW-MAE-W-Third World Movement Against Exploitation of Women, EMPOWER-Education Means Protection of Women Engaged in Recreation (2000: 27-8)

⁷¹ As autoras finalizam: “... além d[o] espaço académico de produção de conhecimento, a experiência dos Encontros demonstra o quão imperativo é que as feministas do chamado movimento de mulheres global nutram, mantenham, reinventem e recriem essas formas de espaços produtivos transnacionais do movimento (tanto virtuais como ‘reais’), paralelamente a, mas sempre em interacção e tensão criativa com, canais inter-governamentais — tais como a ONU — que também têm sido cruciais para a construção de identidades, discursos e práticas feministas” (2003: 570).

Hoje, menos ruidosos e mais eficientes, os movimentos feministas, mesmo sob *backlash*, seu presumido refluxo, accionaram o potencial associativo das suas indignações. Para reactivar as utopias igualitárias, tão pouco perceptíveis outrora, nunca as teorias feministas precisaram tanto afiar seus instrumentos analíticos sobre a história das mulheres e as relações de género. (2002: 301)

Simultaneamente e como já fizemos referência, a crítica pós-estruturalista e desconstrucionista, assim como as críticas acutilantes de feministas lésbicas, negras, latinas e portadoras de deficiência(s), destruíram veleidades de essencialização quer da categoria *mulher* quer da construção de um qualquer sujeito político estático e unitário: aliás, esta crítica abrange não apenas o sujeito político do feminismo, *as mulheres*, como também a *classe* que sai esboroadada nestas perspectivas.

O debate foi sendo empurrando para outros terrenos, outras questões, ou retomando velhas questões à luz de novos enfoques. É o caso, por exemplo, da questão da *diferença*⁷². Sobre este importante conceito, que dividiu o movimento pelo menos na segunda vaga, Nancy Fraser (1997) faz uma periodização do feminismo algo diversa do que estamos habituadas, assentando nas questões mais importantes e que criaram tensões no movimento, quer do ponto de vista da articulação teórica, quer do ponto de vista do activismo⁷³.

Assim, ela toma em consideração três fases, nas quais a *diferença* é a pedra de toque: (i) a primeira fase caracteriza-se, na sua análise, por um foco na “diferença de género”, e que dividiu as feministas pela igualdade das feministas pela diferença; (ii) a segunda, concentrou-se nas diferenças *entre* as mulheres que opôs lésbicas e negras contra mulheres brancas e de classe média que continuavam a essencializar o movimento de mulheres; (iii) e uma terceira, em que a questão se coloca na intersecção entre múltiplas diferenças, num momento histórico em que já não é possível, numa perspectiva crítica e

⁷² Também Conceição Nogueira discute a questão da diferença e apresenta uma taxinomia a partir de Ann Snitow (2001: 166-9), exemplificando como o slogan “todos diferentes, todos iguais” “parece sugerir a possibilidade de ruptura com a duplicidade” (idem: 169). Sempre nos questionamos por que razão outras lutas pela igualdade, como por exemplo, entre negros e brancos, não trouxeram dilemas emancipatórios com as questões da *diferença* (algo desta discussão foi já iniciada por nós em 1995; 1998).

⁷³ Para os feminismos latino-americanos e caribenhos, Sonia Alvarez e colegas (2003:545-562) fazem uma outra periodização, assente na análise dos encontros feministas desta região do globo: “Negociando políticas, produzindo identidades femininas” (início dos anos 1980); “A autonomia revisitada: redimensionando as estratégias e identidades feministas” (anos 1990), “Atritos permanentes, debates renovados e possibilidades emergentes” (finais dos anos 1990), “Feminismos corporais e expressivos” (transição do século) e “Ultrapassando fronteiras de geração: a emergência de um movimento feminista jovem e a renegociação da identidade e do poder”. Caracteriza este momento actual como cruzando “discursos da diversidade” com “mulheres na diáspora latino-americana”, finalizando com a noção de que os feminismos apresentam hoje “uma consciência maior dos efeitos locais da globalização e do neoliberalismo” (idem: 568).

emancipatória, deixar de ver os diversos movimentos sociais e as reivindicações e críticas sociais que trazem consigo.

E esta autora diz mais: afirma que tal como não resolvemos a questão da diferença que dividiu as feministas pela igualdade das feministas pela diferença, hoje também não resolvemos ainda a questão da diferença que está no coração do debate no que se refere à forma como as múltiplas *diferenças* se intersectam umas com as outras e como podemos pensar as mulheres nessa intersecção e equacionar o sujeito político feminista para um movimento social transformador que não pode ser apenas centrado nas questões de género.

Vale a pena passar uma vista de olhos pela reflexão de Fraser sobre a forma como a *diferença* tem sido conceptualizada. Assim, no primeiro momento:

As feministas pela igualdade viam a diferença de género como um instrumento e artefacto da dominação masculina. Aquilo que passa por tal diferença [por diferença de género] numa sociedade sexista, clamavam elas, são ou mentiras misóginas contadas para racionalizar a subordinação das mulheres (por exemplo, dizem que somos irracionais e sentimentais, *por isso*, não servimos para o trabalho intelectual mas encaixamos bem na domesticidade) ou os resultados socialmente construídos da desigualdade (ficámos de facto *ansiosas* em matemática ou medrosas face ao sucesso *porque* fomos tratadas diferentemente). Em cada uma das situações, enfatizar a diferença de género é prejudicar as mulheres. (1997: 99)

Nesta perspectiva, a diferença seria para deitar fora, já que ela está inextrincavelmente ligada ao sexismo. Mas outras feministas clamaram por uma concepção diversa da diferença:

... *as feministas pela diferença* propuseram uma nova e positiva interpretação da diferença de género. As mulheres de facto diferem dos homens, clamavam elas, mas esta diferença não significa inferioridade. Algumas insistiram que, pelo contrário, que as mulheres *nurturant* e amantes da paz eram até moralmente superiores aos homens competitivos e militaristas. Outras preferiram deitar fora toda a conversa sobre inferioridade e superioridade e reconhecer duas «vozes» diferentes de valor equivalente, e exigir uma escuta respeitadora da voz das mulheres. Em qualquer dos casos, concordavam que a diferença de género era real e profunda, a diferença humana mais fundamental. Todas as mulheres partilhavam uma «identidade de género» comum *enquanto mulheres*. (idem: 100)

Aqui, então, o importante era reconhecer e valorizar a diferença. Neste caso, as feministas radicais e as feministas lésbicas lutaram pela construção de formas de estar *femininas* mas que saíssem dos estereótipos que tentavam construir «a mulher». O debate entre as feministas pela igualdade e as pela diferença aquece em diversos momentos e não se resolveu. Em parte, porque, como diz Fraser, cada um dos lados tinha criticismos convincentes contra as outras. Com o tempo, “o foco na «diferença de género» deu lugar a

um foco nas «diferenças entre as mulheres»”, sendo que esta alteração “foi largamente resultado do trabalho das lésbicas e feministas *de cor*” (idem: 101). Estas vozes, no seio do movimento de mulheres insistiam que a corrente predominante (*mainstream*⁷⁴) do feminismo:

... não era um feminismo para todas as mulheres. Privilegiava o ponto de vista das mulheres heterossexuais brancas de classe média que tinham até aí dominado o movimento. Falsamente extrapolavam das suas experiências e condições de vida de formas inapropriadas, mesmo prejudiciais, para outras mulheres. Então, o mesmo movimento que clamava libertar as mulheres, acabava por reproduzir nas suas próprias fileiras o racismo e o heterossexismo, as hierarquias de classe e o enviesamento étnico... (idem: 101)

E embora estas vozes se mantivessem por largo tempo nas margens do movimento, e que em Portugal ainda se ouvem apenas as vozes das lésbicas, não havendo ainda espaço para ouvir as vozes das negras, ciganas, e outras, o certo é que evidenciaram o que cada uma das facções anteriores tinha como lacuna: embora mais obviamente nas feministas pela *diferença*, também as que defendiam a *igualdade* viram expostas as suas lacunas ideológicas. Nas que defendiam a diferença,

os seus propósitos de estabelecer abordagens universais de identidade de género feminino e da uma voz diferente das mulheres podiam agora ser vistos pelo que de facto eram: idealizações estereotipadas e culturalmente específicas de feminilidade de classe média, heterossexual, branca e europeia, idealizações que tinham tanto a ver com as hierarquias de classe, «raça», etnicidade e sexualidade como com as hierarquias de género. (idem: 102)

Da mesma forma, as que defendiam a igualdade:

ao assumir que todas as mulheres eram subordinadas a todos os homens da mesma forma e no mesmo grau, falsamente universalizou a situação específica das mulheres brancas, heterossexuais e de classe média e escondeu a sua implicação nas hierarquias de classe, «raça», etnicidade e sexualidade. (idem: 102)

Assim, encontramos novamente o movimento dividido, agora entre uma facção vista como mais preponderante no *feminismo* que inclui, sem agrupar, as feministas pela diferença e as pela igualdade, e uma outra facção que também não estava reunida, mas que incluía feministas lésbicas, negras, *de cor* entre outras, que clamavam pelas “diferenças *entre* as mulheres”. Nas palavras da autora:

⁷⁴ É difícil traduzir este termo para português, até porque, em termos dos feminismos e das questões de género, tem vindo a ser ligado à estratégia *mainstreaming*, ou seja, à transversalidade. Neste contexto, pensamos que Nancy Fraser se refere ao feminismo mais visível e, do nosso ponto de vista, a utilização pela autora deste adjectivo prende-se com a necessidade conceptual de não associar completamente o feminismo (em qualquer das suas fases) às mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Diversas autoras vêm mostrando que as mulheres negras abolicionistas integraram o feminismo da primeira vaga (sobretudo nos Estados Unidos), assim como as lésbicas, muito presentes, por exemplo, na segunda vaga.

Mas a dificuldade foi ainda mais fundo. Ao reprimir as diferenças entre as mulheres o movimento *mainstream* também reprimiu eixos de subordinação para além do género: mais uma vez, classe, «raça», etnicidade, nacionalidade e sexualidade. (idem).

Este é também o momento em que diversos novos movimentos sociais povoam a cena política, “cada um politizando um diferença «diferente»” (idem: idem).

Assim, as feministas encontravam-se a partilhar um espaço político com todos estes movimentos. Mas não num sentido de uma coexistência paralela, lado-a-lado. Antes, todos estes vários movimentos se cruzam entre si. E cada um estava a seguir um processo análogo de descobrir as «outras» diferenças no seu interior. (Fraser 1997: 102-3)

Então o movimento estava num impasse: ou reconhecia estas diferenças reorientava-se neste novo mapa político, ou arriscava-se a ficar submerso:

Neste contexto, era clara a necessidade de uma reorientação. Só se as feministas estivessem dispostas a abandonar o foco exclusivo na diferença de género poderíamos deixar de interpretar as outras reivindicações de diferença como ameaças à unidade das mulheres. Só se estivessemos dispostas a agarrar os outros eixos de subordinação para além do género poderíamos teorizar a nossa relação com as outras lutas políticas à nossa volta. Só se abandonássemos a visão de nós próprias como movimento social auto-suficiente, finalmente, poderíamos agarrar completa e verdadeiramente a situação: que as lutas de género ocorrem no terreno mais lato da sociedade civil, onde os múltiplos eixos da diferença estão a ser contestados simultaneamente e onde múltiplos movimentos sociais estão em intersecção (idem: 103).

Assim, estes debates, articulados com o activismo, impulsionaram as feministas para mais uma etapa, agora simultaneamente viradas para o interior do grupo social *mulheres*, olhando as diferenças entre nós, mas também para fora, no sentido em que os outros grupos sociais também precisavam de ver as diferenças de género no seu interior. Existe neste momento, de alguma forma, um certo consenso de que as diversas *diferenças* não podem ser ignoradas. No entanto, existem várias e conflitantes formas de *não ignorar* essas diferenças. Nancy Fraser sublinha duas grandes abordagens que estão hoje a incendiar os debates entre as feministas: a abordagem “anti-essencialista” e a abordagem “multiculturalista”. Do ponto de vista da autora, nenhuma é satisfatória, quer na conceptualização, quer nas soluções e estratégias que apresenta ao movimento. Ambas são visões parciais da identidade e da diferença e, nesse sentido, precisam de confrontar entre si estratégias e análises no sentido de chegar a um patamar mais elevado para a construção de um sujeito político feminista que dê forma a um movimento social forte com impacto na sociedade e que seja capaz de ter em conta os diversos eixos de subordinação. A perspectiva anti-essencialista, segundo esta autora, “é céptica e negativa; vê todas as identidades como inerentemente repressivas e todas as diferenças como inerentemente

exclusionárias”; por outro lado, a perspectiva multiculturalista, “é celebratória e positiva; vê todas as identidades como merecendo reconhecimento e todas as diferenças merecendo afirmação” (1997: 103-4).

A principal fraqueza que a autora vê nestas duas abordagens opostas tem a ver com a necessidade de politizar a diferença; isto é, do seu ponto de vista, que partilhamos, nem todas as diferenças são para reconhecer ou reforçar; também do ponto de vista político, existem mesmo diferenças construídas que devem ser combatidas. Assim, segundo a autora, é crucial que as feministas tenham a coragem política de afirmar quais as diferenças que devem ser valorizadas e reforçadas e quais aquelas que devemos tentar aniquilar. Por exemplo, e o exemplo é nosso e não de Nancy Fraser, a diferença de classe, de condições materiais de existência, parece-nos que é para combater ou, pelo menos, para diminuir o mais possível; no entanto, não podemos ignorar que ela existe e divide as pessoas de formas muito profundas.

Também em relação às questões étnicas, nem todas as diferenças são para aceitar e celebrar. Evitando uma perspectiva etnocêntrica, e portanto, a acção deve ser colocada nas mãos das mulheres e homens das diferentes etnias (e não justificações imperialistas para guerras ou outro tipo de invasões colonizadoras), existem costumes e tradições quer na nossa etnia quer noutras que não permitem pensarmos celebrar as diferenças étnicas aparentando neutralidade política. Este é o que Nancy Fraser designa de “multiculturalismo pluralista” e Carlos Alberto Torres de “multiculturalismo benigno”. O multiculturalismo pluralista ou benigno não distingue politicamente quais as diferenças que reforçam a subordinação⁷⁵ nem quais as que desafiam a opressão e são um contributo para uma sociedade democrática com igualdade e justiça social. Assim, uma perspectiva política sobre a diferença significa enfrentar os necessários conflitos, quer no interior do feminismo quer no interior de outros movimentos sociais, no sentido de estabelecer quais as diferenças pelas quais vale a pena lutar para serem tomadas em consideração, e quais aquelas que é importante lutar para serem abolidas.

Deste ponto de vista, algumas diferenças valem a pena ser politicamente reconhecidas. E este reconhecimento tem que ser articulado com as lutas pela [re]distribuição que visam a abolição de outras diferenças (ver também Fraser 2002).

⁷⁵ Poderíamos aqui enunciar diversos exemplos, como é o caso da mutilação genital feminina para algumas culturas africanas, ou a acentuação do maternalismo para algumas culturas europeias.

A reflexão sobre isto é importante porque algumas feministas, as desconstrutivistas, defendem que não há como construir um sujeito político feminista. Tal como Fraser as descreve, segundo aquela perspectiva:

... não é o trabalho do feminismo, nesta perspectiva, construir uma identidade feminina ou um sujeito feminista colectivo; em vez disso a nossa tarefa é desconstruir toda a construção de «mulheres». Em vez de tomar como garantida a existência da diferença de género e por isso de «mulheres», deveríamos expor os processos pelos quais o binarismo de género e, por isso, «mulheres», são construídas. O objectivo político do feminismo, então, é desestabilizar a diferença de género e as identidades de género que a acompanham (1997: 103).

Desta forma, este discurso contra “o binarismo de género”, embora ontologicamente interessante, tem o efeito político de esvaziar as possibilidades de construir um sujeito político feminista. E se é importante ter em conta alguns avanços teóricos que as perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernistas trouxeram no que diz respeito à importância da linguagem, ao papel performativo dos discursos, mostrando assim que as diferenças não são pré-dadas mas construídas através dos discursos e das práticas sociais, é também crucial enraizarmos a nossa análise nas condições reais de existência das mulheres diferentemente posicionadas, para o que necessitamos de uma análise que tenha em conta a possibilidade de uma acção política viável e construtiva, isto é, que de facto, possa conduzir a alternativas sociais.

No final do artigo referenciado (1997), Nancy Fraser pergunta-se: “O que podemos aprender desta história? Como podemos usar as suas lições para desenvolver uma orientação política feminista viável?” (idem: 107). A resposta surge-nos em três teses, que podem ser sintetizadas na formulação da importância de interligarmos a problemática da diferença cultural com a da desigualdade social. Segundo esta autora, já não faz sentido regressar ao velho debate entre a igualdade e a diferença, já que a “mudança da «diferença de género» para a «diferença entre as mulheres» e daí para «múltiplas diferenças em intersecção» mantém-se um ganho incontornável” (idem: 107-8). Sem esquecer alguns ganhos teóricos e políticos do velho debate:

... já não dá voltar atrás às compreensões essencializadas de identidade e diferença. A visão anti-essencialista das identidades e das diferenças como relacionalmente construídas representa um ganho importante a não ignorar. Mas isto não significa que devemos seguir uma política exclusivamente desconstrutiva. Em vez disso, devemos desenvolver uma versão alternativa de anti-essencialismo, uma que nos permita ligar a política cultural da identidade e diferença com a política da justiça e da igualdade. (Fraser 1997: 108)

Recusando firmemente uma visão monocultural do ser humano e da agência política e feminista, importa, então, politizar as diferenças, assumir o confronto teórico de fazer “julgamentos normativos sobre o valor das diversas diferenças interrogando a sua relação com a desigualdade” (Fraser 1997: 108), desafiando a versão pluralista do multiculturalismo e simultaneamente ir para além da perspectiva desconstrutiva, para encontrar forma(s) de “combinar a luta por um multiculturalismo anti-essencialista com a luta pela igualdade social e pela democracia. Só então estaremos aptas a desenvolver uma política feminista que seja adequada ao nosso tempo” (Fraser 1997: 108).

3.2.1. Micro-movimentos, ONG’s e movimento feminista na pós-modernidade

Para reflectir sobre como se pode construir um sujeito político feminista, vale a pena passar em revista o conceito de movimento social já desenvolvido noutra lugar (ver Magalhães 1998). Assim, movimento social é uma noção que tem sido entendida de diversas formas em termos teóricos. A sua maioria tem em conta três dimensões, a saber: mudança social, enquanto produção e / ou intenção; as/os actores/as; e as reivindicações / questões.

Assim, na perspectiva da mobilização de massas, a mudança social é pensada como completa e global, isto é, um sistema que é globalmente substituído por outro, com *um* actor suficientemente grande e forte que, em unísono, a uma só voz e num só *corpo*, corporizasse aquela mudança estrutural como ruptura. A ideia da substituição global de um sistema por outro significa o adiamento das mudanças pequenas à espera da ruptura, do dia da mudança global, daquele momento em que as três condições anteriores (uma bandeira, um corpo, uma voz) estejam satisfeitas. Por outro lado, propõe *uma* concepção partilhada da *outra* sociedade e organização societal que iremos colocar no lugar desta, mas a heterogeneidade das pessoas não permite pensar que é viável encontrar *uma* sociedade e *uma* organização que obtenha consenso, mesmo que seja só das pessoas presentes no movimento.

Entretanto, a análise das grandes transformações sociais e históricas nos últimos séculos e nomeadamente no séc. XX, ensinaram-nos algumas coisas que modificaram aquela perspectiva dominante sobre a mudança social e movimento social. Em primeiro lugar, a constatação de que a análise da prioridade de uma reivindicação num determinado

contexto social, político e económico como sendo a principal pode não permanecer assim no tempo que medeia entre esta análise e as lutas pela resolução dessa contradição.

Simultaneamente, hoje, pensa-se opressão, a dominação e a exploração como terrenos não lineares, constatação que levou ao abandono de uma concepção de um movimento social assente *num* actor social colectivo e *numa* reivindicação central, com a consequente assunção da pluralidade de actores/as sociais e sujeitos políticos e da pluralidade de reivindicações⁷⁶.

Argumentando a necessidade de ampliar o conceito de política e de agência, Patrícia S. Mann faz uma distinção entre *macro*-política, aquela que podemos considerar o foco tradicional da teoria política sobre o comportamento do governo, do estado e dos partidos, e a *micro*-política, quando o “foco da actividade política se enraíza nas vidas individuais dos indivíduos” (1997: 235). Como a autora afirma:

Se assumirmos a conjuntura de múltiplas dimensões, tanto da opressão como da agência no interior de espaços institucionais concretos, devemos procurar construir uma micro-política fluída que abrace formas de luta e de agência interseccionais. (idem: 235)

Assim, esta distinção, não absoluta, pode dar conta da extensão das noções de política e de agência para reflectir sobre o movimento feminista.

Por seu turno, no que se refere aos movimentos sociais, Sheth (2003) utiliza a designação de *micromovimentos* alternadamente com outros termos que, em sua opinião, constituem outras formas para denominar a mesma realidade: “«movimentos de base», movimentos sociais, processos ou formações políticas não partidárias, organizações de base comunitária ou popular, grupos de intervenção social e grupos-movimento (*movement-groups*)”, movimentos de protesto, organizações-movimento, e que têm em comum objectivos de “democratização do desenvolvimento” e lutar pela “transformação da sociedade” (2003: 76)⁷⁷. Exclui deste conceito organizações não políticas como as filantrópicas, de solidariedade, e outras, na medida em que estas trabalham numa relação hierárquica com a pessoa individual enquanto as primeiras se relacionam entre si enquanto sujeitos colectivos, ou sejam, que partilham entre si aspectos importantes enquanto condição e posição social (2003: 76).

⁷⁶ Também a investigação realizada sobre alguns fracassos das tentativas de substituição global de um sistema por outro levaram à necessidade de equacionar as experiências e subjectividades individuais.

⁷⁷ O autor fala inclusivamente de que alguns profissionais abandonaram as suas carreiras para se juntarem a estes micromovimentos (idem: 78).

Um conceito de participação política como “ir a terreiro”, *speaking out*, *coming out*, e colaborar nos processos deliberativos é crucial para ultrapassar a visão tradicional que quase supõe ‘profissionalização’. Iris Marion Young define *político* como “todos aqueles aspectos da organização institucional que sejam potencialmente sujeitos a decisão colectiva” (1990: 8), em que “o conceito de justiça coexiste com o de político” (idem: 9). A autora percorre alguns conceitos de política⁷⁸ para lá da política tradicional restrita, para sintetizar:

A política neste sentido diz respeito a todos os aspectos da organização institucional, da acção pública, das práticas e hábitos sociais, e dos significados culturais na medida em que são potencialmente sujeitos à avaliação e tomada de decisão colectivas. Este é um entendimento mais alargado do significado de política do que o comum entre os filósofos e políticos [policymakers], que tendem a identificar política como as actividades do governo ou de organizações de grupos de interesse formais. (Young 1990: 9-10)

No entanto, assiste-se ao declínio da política em sentido lato e da política institucional que abrange a dimensão da política partidária. Por um lado, e segundo algumas/ns autoras/es, os partidos não têm sido capazes de conseguir a “transformação das reivindicações económicas dos pobres e carenciados em exigências políticas eficazes” (Sheth 2003: 77). Por outro, e como já referimos, a ênfase na macro-política como única forma de actividade política apenas coadjuvada pelo voto tem esvaziado possibilidades de conceptualizar como *políticas* os diferentes tipos de participação, envolvimento e acção.

Um dos aspectos relevantes a ter em conta nesta investigação tem a ver com o facto de vivermos um momento actual (que Sheth remete para o período pós guerra fria) em que emergem tentativas sistemáticas de ‘expurgação’ do carácter político de alguns documentos e de algumas problemáticas (legais, laborais), tentando apresentá-los como inócuos, esvaziando-os de conteúdos claramente políticos, sendo substituídos por conteúdos aparentemente apenas técnicos, o que tem vindo a dificultar a capacidade das pessoas de os descodificar e identificar o seu carácter ocultamente político.

E é neste contexto que assistimos ao fenómeno *advocacy* como algumas/ns autoras/es têm designado, isto é, a concentração dos esforços de acção e participação em torno de uma questão, por exemplo, a violência, a SIDA, etc. Esta actividade tem expressão social

⁷⁸ Apresenta os conceitos de Hannah Pitkin, para quem a política é «a actividade através da qual grupos relativamente largos e permanentes de pessoas determinam o que vão fazer, estabelecem como vão viver em conjunto, e decidem o seu futuro, até à medida em que isto estiver no seu poder [nas suas mãos]” (Pitkin, in Young 1990: 9) e o de Roberto Unger que define política como «a luta sobre os recursos e arranjos que estabelecem os termos básicos das nossas relações práticas e apaixonadas. São proeminentes nestes arranjos», observa ele, «a instituição formativa e o contexto imaginativo da vida social» (Unger in idem).

através do que vem sendo designado como ONG. No entanto, a actuação das ONG não é homogênea nem politicamente conducente aos mesmos objectivos, na medida em que diferem entre si nos interesses que defendem. Algumas autoras/es têm evidenciado, nomeadamente fora dos países centrais, a transformação de algumas ONG como “meras executantes das políticas governamentais ou das agendas internacionais” (Osório 2003: 350). Também Sheth coloca algumas às ONG’s, abordando, por um lado, a excessiva burocratização de algumas, por outro, a sua dependência em relação a fundos sobretudo internacionais que as torna subordinadas às agendas das agências internacionais e, por outro lado ainda, o etnocentrismo e acção política neocolonialista de outras⁷⁹:

Mesmo alguns grupos «internacionais» de direitos humanos parecem agora agir como grupos políticos de pressão por conta das forças hegemónicas globais, procurando impedir os países periféricos de fazer determinadas opções políticas em áreas como o uso da terra, legislação laboral, exportações, etc. Apesar de isto ser feito em nome da universalização dos direitos humanos, a selectividade dos temas e a selecção de certos países revelam frequentemente o seu carácter particularista e nacionalista (ocidental). A consequência é que, neste novo discurso hegemónico, pensar em direitos humanos foi dissociado de questões como eliminação da pobreza, a satisfação das necessidades humanas básicas e justiça social. A pobreza está cada vez mais a ser encarada como a incapacidade das próprias pessoas pobres em criar riqueza e não como um assunto que envolve os direitos dos pobres ou como questão moral. (2003: 86)

Assim, num conceito amplo de política que não reproduza as dicotomias liberais e um conceito de agência que tenha em conta o lema feminista que “o pessoal é político”, mas que não abandone uma visão global de que a transformação social não se fica pelas lutas isoladas em torno das questões de género, pensar o sujeito feminista necessita do equacionamento das suas vozes e silêncios, mas também de uma perspectiva política e emancipatória de outras dimensões da participação que têm estado ausentes nestas reflexões. Na secção seguinte, abordaremos a importância da dimensão da *aparência*, da forma como o *corpo* se apresenta na arena política.

3.2.2. As vozes e a aparência: pensar o corpo na participação política feminista

Como vimos, a relação entre as vozes e os silêncios não é linear. As vozes ora fragilizam, ora dão poder, os silêncios ora apoiam o poder, ora fragilizam-no. Nesta ordem de ideias, dar voz ou tomar a voz não é suficiente. É preciso algo mais para que a voz não fragilize, não exponha, antes seja fortalecedora, permita conexões com os silêncios e outras vozes,

⁷⁹ A este propósito, este autor refere, por exemplo, como algumas activistas “... voltavam da sua existência de ONGs para o seio dos movimentos” (2003: 81), como por exemplo a activista Anura Roy.

se ligue à acção e a sinergias que tenham consequência em mudanças na materialidade das relações sociais e das condições objectivas. Isto não significa dizer que a voz não é importante, mas que a mudança social não trata apenas do *falar*. É imprescindível também *fazer*. Daí a importância da construção do sujeito político, no sentido em que só assim algumas vozes encontrarão eco, farão sentido, produzirão movimento. E movimento significa andar, sair de casa, do local de trabalho, de frente da banca da louça ou do computador, arriscar o sol e a chuva e estar lá também física e corporalmente para juntar as vozes numa polifonia audível, e simultaneamente juntar as mãos e os olhos, num fazer colectivo. É ainda Iris Young que salienta como, “na nossa sociedade, as reacções aversivas ou ansiosas à presença corporal dos outros contribui para a opressão” (Young 1990: 11). O corpo, porque é o lugar *por excelência* para explorar as diferentes subjectividades ou as miríades de trabalho do poder disciplinário, tem também de ser conceptualizado numa perspectiva teórica sobre a agência feminista. Michel Foucault foi quem provavelmente mais conseguiu chamar a nossa atenção sobre o corpo, mostrando as formas como os nossos corpos são arbitraria e violentamente construídos (moldados, domesticados) para legitimar diferentes regimes de dominação (1977, entre outras obras). O corpo tornou-se o principal lugar para a operação das modernas formas de poder — poder que não é repressivo do topo para a base, mas em vez disso, subtil, ilusório e produtivo. O curioso desta abordagem é que ela permite-nos ver como os eixos de opressão estrutural passam também por distintas formas de domesticação do corpo de acordo com o lugar e a posição social que se espera que a pessoa vá ocupar.

A este respeito, Michelle Renée Matisons faz uma revisão das questões do corpo em autoras feministas como Haraway, Butler e Brennan e começa por argumentar que uma visão biológica do corpo desde há muito que serve para reforçar a opressão das mulheres:

Desde os diagnósticos de doenças mental dos estabelecimentos médicos e das desordens alimentares como desequilíbrios bioquímicos, à teoria clássica psicanalítica da descrição do desejo lésbico como juvenil, ao retrato sociobiológico da violação como uma ocorrência inevitável na maior parte das espécies, incluindo a humana, até ao TRACKING das mulheres para as ocupações mais *nurturant* dos papéis de mãe, enfermeira e professora, as explicações biológicas desde há muito têm sido usadas para naturalizar as causas históricas, sociais, políticas e económicas da opressão das mulheres (Matisons 1998: 9).

A pele negra ou morena, as rugas, o corpo não conforme à feminilidade, as diferentes in/capacidades, desempenham um papel importante na construção das identidades sociais,

constituindo-se muitas vezes como obstáculo à sua cidadania, como é o caso das pessoas portadores de alguma deficiência, das lésbicas e dos gays, das/os negros.

O corpo é, assim, uma arena de luta, tendo sido tema recorrente desde o início da segunda vaga do feminismo. É pelo corpo que as mulheres são olhadas como *outras* e construídas no género, e é pela sexualidade que elas têm sido *vergadas*. Pode constituir-se também como ferramenta, massa, veículo de opressão em estreita articulação com a sexualidade. Aliás, uma das formas como podemos ver esta *sexualização* das mulheres é na própria linguagem (ver Abranches e Carvalho 1999), onde sem muito esforço podemos verificar o que as autoras designam como *pornoglossia*, isto é, tudo o que diz respeito à mulher e ao feminino rapidamente se articula, em termos semânticos com a sexualidade — quer em termos de excesso, quer de defeito⁸⁰.

No entanto, se é verdade que o corpo e a sexualidade são meios através dos quais se exerce a dominação sobre as mulheres, simultaneamente, com a segunda vaga do feminismo, foram sendo construídos como reivindicações feministas para a libertação.

Como afirma Vikki Bell, “a diferença corporal é posicionada como uma obstrução à participação como iguais cidadãos/ãs no ‘reino’ público” (1999:75). Discutindo a argumentação de Hannah Arendt⁸¹, Vikki Bell considera que a atribuição de demasiada ênfase na voz como a principal forma de participação política e de cidadania é incompleta na medida precisamente em que esquece o corpo e a forma como este se tem constituído como obstáculo. Ela discute filosoficamente o conceito de *aparência*, distinguindo-o de visibilidade. Nesta ordem de ideias, visibilidade consistiria, então, numa primeira etapa de afirmação em que, para além da voz, uma cidadania de corpo inteiro para as mulheres começaria a ter lugar.

⁸⁰ Um dos exercícios que habitualmente fazemos na formação é solicitar que se passe para o feminino algo como: “Luís é um homem público; ganhou fama como aventureiro; é hoje governante...”. Rapidamente se observa que estes adjectivos aplicados a um nome feminino remetem «ainda» para promiscuidade sexual — mulher pública, aventureira — ou para mulher sem sexualidade, no caso de ‘governanta’ (ver também Sofia Marques da Silva).

⁸¹ Vikki Bell analisa neste capítulo as questões da «aparência» a partir da discussão de um texto de Hannah Arendt de 1959, “Reflections on Little rock”, *Dissent*, vol. 6. Este artigo de Arendt tem a ver com a decisão do Supremo Tribunal dos USA (Brown 1954) que tornou ilegal a segregação racial nas escolas. Little Rock, no Arkansas, foi uma das duas únicas regiões sulistas a concordar com esta lei, nesse ano. A direcção da escola propôs um plano gradual e faseado de integração. A decisão de integrar as escolas, contudo, levou à demonstração de um veemente medo e ódio [HATRED] segregacionista branco num estado em que até essa altura parecia, em contraste com muitos estados sulistas, racialmente bem integrado e harmonioso. A des-segregação foi retardada até 1957 e o número de crianças aceites na escola secundária foi mínimo — nove, pelo que ficaram conhecidas como «Little Rock Nine» (in 1999: 63). Há um filme sobre isto em que se vê a polícia a impedir as/os estudantes negros/as de entrar na escola secundária, quando deviam era protegê-los para os ajudar a entrar apesar dos insultos e manifestação dos e das brancos e brancas. Uma das jovens negras chama-se Elisabeth Eckford. Houve tensão entre o governo federal e o governo estatal e as/os estudantes só conseguiram entrar e matricular-se três semanas depois! O presidente era Eisenhower.

Por tudo o que temos vindo a argumentar e pelo que aprendemos com as histórias de vida, a política feminista tem algumas especificidades. De um lado, coloca-se a questão da sua autonomia face a outras políticas, partidárias e dos movimentos sociais, questão que desenvolvemos noutra trabalho (Magalhães 1998), mas que ainda atravessa hoje o movimento; de outro lado, situa-se a importância de aliar a intervenção em termos de tomadas de posição política, no sentido *macro*, a uma intervenção mais directa, dando respostas concretas a problemas concretos, um sentido *micro*.

Por vezes, uma questão que se situava no âmbito *micro*, passa a integrar a *macro*-política, quando o movimento e a conjuntura a colocam na agenda política, como tem acontecido recentemente com a questão do aborto e da violência. Nesta dimensão da análise, é importante equacionar as formas de luta e de agência, onde as práticas representacionais e simbólicas não sejam ignoradas. A este propósito, Karyn Sandlos ao teorizar as interconexões entre a *pro-choice signifier*⁸², política feminista, *documentary rhetoric* e as teorias da subjectividade política, chama a atenção para a necessidade de “começar a prestar atenção à forma como as agendas políticas partilhadas são forjadas através das nossas práticas representacionais” (2000: 80).

A importância de articular saber e intervenção no terreno, o local e o global, a pluralidade das subjectividades enquanto referente importante num movimento social, assim como a tomada em consideração da agência política enquanto corporizada e situada, exigem ainda a capacidade de assumir o confronto e o debate político estratégico mantendo uma “solidariedade reflexiva” (Dean 1997) que seja capaz de permitir a construção de uma sororidade que não abafe as divergências, antes as assuma para podermos crescer colectivamente.

Nesta ordem de ideias, pensar a cidadania e a agência das mulheres para o campo educativo numa perspectiva feminista crítica necessita uma conceptualização feminista do estado e da sua articulação com outras esferas da vida social, por mais ou menos directas, contraditórias, funcionais, divergentes ou paralelas que possam ser, assim como reflectir

⁸² A autora, através de *focus groups* sobre a fotografia da morte de Gerry Santoro devido a um aborto clandestino, analisa as formas como as imagens enquadram e organizam os discursos de lutas políticas particulares, e como esses discursos constituem as possibilidades para interpretar as imagens. A este propósito afirma: “É difícil localizar uma luta política em que as imagens tenham desempenhado um papel mais central do que o que têm nos debates sobre a escolha reprodutiva. As feministas têm realizado um importante trabalho de teorização sobre como as posições dicotómicas de mulheres versus fetos operam discursivamente através de imagens paradas e em movimento” (2000: 80)

sobre o seu papel em termos de reprodução simbólica e material. É em torno destas questões que desenvolvemos a secção seguinte.

4. Estado e «soft policyming» truncando sentidos da democracia para as mulheres

Como diversas autoras (Araújo 2000, Arnot e Dillabough 2002, Walby 1990, MacKinnon 1989, Dean 1997, Fraser 2002) têm sublinhado, o estado tem um papel crucial nas possibilidades ou constrangimentos que cria no que se refere às condições do exercício daa democracia e da cidadania. As autoras referidas desenvolvem teorias do estado capitalista liberal relevantes para pensar as vidas das mulheres e a sua relação para o campo educativo numa perspectiva crítica e feminista, embora as circunstâncias de um capitalismo globalizado e de uma transnacionalização da economia tragam questões relativas à progressiva desautorização económica dos estados nacionais e a necessidade de pensar o estado capitalista neoliberal num contexto de um capitalismo mundializado onde as relações entre estados revestem o carácter de um imperialismo e de um novo tipo de colonização económica⁸³.

Helena C. Araújo (2000: 27-37) desenvolve as diferentes teorias do estado capitalista liberal, mostrando como este não é uma entidade homogénea, articulando no seu interior diversos interesses, a vários níveis (por exemplo, entre o governo e os departamentos burocráticos que integra que não prosseguem exactamente as mesmas finalidades), e enfrentando diversos problemas que o tornam uma entidade contestada, contraditória e eventualmente aparentemente ineficaz. Estas teorias assentam no pressuposto de que o estado é sempre liberal, não equacionando a possibilidade de o não ser e que, nessa medida, enfrenta a necessidade de criar condições para a acumulação, para a expansão do processo de acumulação e para a legitimação, exigências que o colocam perante três tipos de problemas, que a autora, partindo de Roger Dale, descreve:

... o estado responde a diferentes (e frequentemente opostas) pressões ou problemas políticos, ideológicos e económicos. Estes problemas são referidos como: (a) apoiar o processo de acumulação (um problema económico); (b) garantir um contexto adequado para a sua expansão (um problema político); (c) a legitimação da actividade do estado e da continuação do processo de acumulação (um problema ideológico). (2000: 33)

⁸³ Que não temos espaço nem tempo para caracterizar.

Acrescendo a isto, o estado é também um elemento importante na forma como produz as diferenças, não apenas de classe, mas também de género, «raça», etnia, orientação sexual e cultura. Em termos de género, MacKinnon (1989; ver também Araújo 2000) e Walby (1990, e Araújo 2000) articulam aquela entidade no sistema capitalista liberal e a sua relação com o patriarcado. Catharine MacKinnon reserva ao estado um papel bastante misógino e traz à sua análise questões como a violência doméstica e a violação. Sylvia Walby, por seu turno, apresenta uma teoria do sistema dual em que o estado se coloca como árbitro não-neutro no seio de um sistema dual em que capitalismo e patriarcado se articulam de forma complexa, por vezes funcional, por vezes em contradição.

Para o campo educativo ganha especial relevância a construção social dos significados e dos discursos que se realiza nesta complexidade de articulações entre a dimensão material e a dimensão simbólica. Além destas duas dimensões, na re/construção dos sentidos, participam igualmente o sujeito que entende e se apropria dos significados, os reconstrói, desentende, os desafia e altera, ou ignora, assim como os espaços onde se processa essa reconstituição, embora de forma diversificada, e que se constituem como espaços-tempos educativos. Na secção seguinte, fazemos, brevemente, uma passagem pela abordagem sobre algumas das formas e espaços onde se realiza a produção e reprodução da ordem simbólica, em íntima articulação com a dimensão material, destacando, nesta questão, a leitura de Nancy Fraser (1995).

4.1. A leitura de Fraser da reprodução material e simbólica

Os diversos espaços sociais⁸⁴, embora em diferentes graus e de formas diversificadas, asseguram, aos novos membros da sociedade, a manutenção e a transmissão, assim

⁸⁴ Boaventura de Sousa Santos (2000: 253 e ss) desenvolveu “um mapa de estrutura-acção das sociedades capitalistas no sistema mundial”, onde destaca “em primeiro lugar, que as sociedades capitalistas são formações ou constelações *políticas*, constituídas por seis modos básicos de produção de poder que se articulam de maneiras específicas. Esses modos de produção geram seis formas básicas de poder que, embora inter-relacionadas, são estruturalmente autónomas. Em segundo lugar, as sociedades capitalistas são formações ou constelações *jurídicas* [...] Em terceiro lugar, as sociedades capitalistas são formações ou constelações *epistemológicas*, constituídas por seis modos básicos de produção de conhecimento que se articulam de maneiras específicas. Estes modos de produção geram seis formas básicas de conhecimento que, embora inter-relacionadas, são estruturalmente autónomas” (idem: 253). Nesta conceptualização, o autor salienta “que a centralidade do poder do estado, do direito estatal e da ciência moderna”. Os espaços estruturais identificados pelo autor são: espaço doméstico, da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e mundial.

como as respectivas alterações das “normas e padrões de interpretação linguisticamente elaborados, os quais são constitutivos das identidades sociais” (Fraser 1995: 255).

Nancy Fraser reelabora a teoria crítica de Habermas, partindo do enorme impulso providenciado por este autor para sair de uma conceptualização dicotómica, sem abandonar uma perspectiva capaz de integrar uma visão estrutural do funcionamento da sociedade do capitalismo actual, e, ao mesmo tempo alargando a sua conceptualização para integrar as questões de género. Aqui, os conceitos de reprodução simbólica e reprodução material, assim como os de contextos sistemicamente integrados e contextos socialmente integrados permitem-nos compreender melhor alguns dos silêncios e algumas das vozes de mulheres que tornamos presentes nestas páginas.

Seguindo Nancy Fraser, a distinção de Habermas entre *reprodução simbólica* e *reprodução material* pode ser explicitada da seguinte forma:

Por um lado, afirma Habermas, as sociedades têm que se reproduzir materialmente; têm que regular com sucesso a troca metabólica de grupos de indivíduos biológicos com um ambiente não humano, físico e com outros sistemas sociais. Por outro lado, as sociedades devem reproduzir-se simbolicamente (...). Habermas refere também que a reprodução material compreende o que ele chama de “trabalho social”; a reprodução simbólica, por outro lado, compreende a socialização do jovem, o cimentar da solidariedade do grupo e a transmissão e extensão das tradições culturais. (Fraser 1995: 255)

Esta distinção entre estes dois processos de reprodução poderia constituir um importante passo para conceptualizar o papel da maioria das mulheres nas actuais relações sociais. No entanto, estes conceitos podem ser inadequados, se a reprodução simbólica e a reprodução material forem considerados dois tipos de reprodução mutuamente exclusivos e em situação assimétrica. A este respeito, Nancy Fraser destaca as actividades de criação das crianças na esfera privada do lar, em que, para além da transmissão da linguagem, valores costumes, gestos, se assegura simultaneamente todo o trabalho necessário ao desenvolvimento das crianças e à sobrevivência da sociedade. E assim, a autora conclui que “a criação das crianças *per se* não é uma actividade de reprodução simbólica; é igualmente e ao mesmo tempo uma actividade de reprodução material. É uma actividade ‘dual-aspect’” (Fraser 1995: 255).

Da mesma forma, e de acordo com a autora, o mesmo é verdadeiro para as actividades institucionalizadas no trabalho pago do capitalismo moderno:

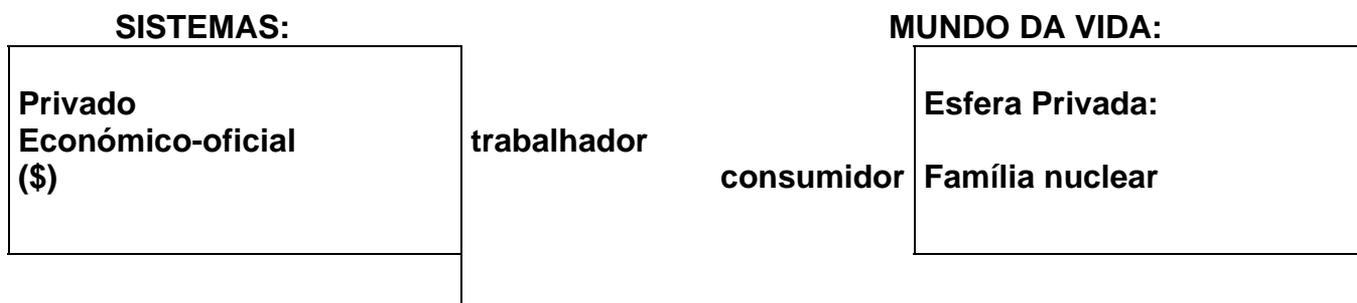
Efectivamente, a produção de comida e de objectos contribui para a sobrevivência biológica dos membros da sociedade. Mas também e simultaneamente reproduz as identidades sociais. Não são apenas produzidos a alimentação e o abrigo *simpliciter*, são também produzidas formas

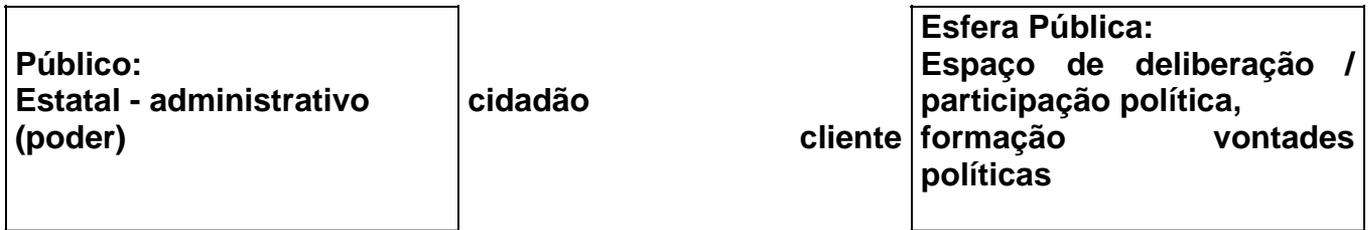
culturalmente elaboradas sobre a alimentação e o abrigo. Mais ainda, tal produção ocorre através de práticas sociais simbolicamente mediadas e governadas por normas. Estas servem para formar, manter e modificar as identidades sociais das pessoas directamente envolvidas e indirectamente afectadas. Precisamos apenas de pensar numa actividade, por exemplo, programação de computadores para uma jornada na indústria farmacêutica americana para apreciar o carácter simbólico que atravessa este “trabalho social”. Assim, um tal trabalho, como o trabalho não pago da criação das crianças, é também uma actividade de ‘dual-aspect’. (idem)

A discussão desta questão é importante, não apenas no sentido geral do pensamento feminista, mas inclusivamente para analisar o material empírico que fomos recolhendo nesta pesquisa. Uma discussão antiga nos argumentos feministas, e que foi já por diversas vezes comprovada empiricamente, diz respeito ao valor material do trabalho realizado pelas mulheres no espaço privado da família. A distinção entre reprodução simbólica e reprodução material, se não for devidamente relativizada, pode constituir mais uma forma de esconder o valor do trabalho real das mulheres no lar (a criação das crianças e a reposição diária da força de trabalho), assim como pode obscurecer o papel socializador — que valores, ideias e visões do mundo são transmitidas — das formas de organização da produção.

Habermas conceptualiza a vida social dividida em dois contextos — contextos socialmente integrados e contextos sistemicamente integrados —, por sua vez, subdivididos, cada um deles, em dois tipos: público e privado. A distinção que Habermas faz entre integração sistémica e integração social é concluída a partir da análise da presença ou ausência de três elementos nos dois tipos de contextos: consensualidade, normatividade e estratégia. Visualizando esta concepção num esquema poder-se-ia chegar a uma apresentação do seguinte esquema.

Esquema da concepção habermasiana de contextos socialmente integrados e sistemicamente integrados.





Assim, aos contextos sistemicamente integrados corresponderiam, por um lado, o sector privado, que tem a ver com o mundo económico capitalista oficial das empresas e do dinheiro, e, por outro, o sector público que diz respeito ao espaço social ocupado pelo Estado e aparelho administrativo. Aos contextos socialmente integrados, que Habermas metaforicamente designa *mundo da vida*, correspondem paralelamente uma esfera privada, a da família nuclear, e um espaço público, que Habermas caracteriza como o espaço de deliberação, participação e formação da vontades políticas.

A cada um destes quatro contextos sociais, o autor faz corresponder um papel social a ser desempenhado pelas pessoas. Nos contextos privados sistemicamente integrados — o mundo do mercado de trabalho — estaria sobretudo presente o papel de trabalhador; nos contextos públicos sistemicamente integrados seria o papel de cidadão, nos contextos privados socialmente integrados do mundo da vida teríamos o de consumidor e, finalmente, nos contextos públicos do mundo da vida — o espaço de formação da opinião —, já no capitalismo tardio de bem-estar, o de cliente. Como Nancy Fraser salienta, estes quatro papéis são profundamente genderizados, o que é reforçado pela separação analítica que sobre eles se perspectiva. Para pensar o lugar das mulheres nestes diferentes espaços sociais é necessário estabelecer as diferentes ligações, cruzamentos, sobreposições e transmutações que estabelecem entre si e o conseqüente esbatimento das fronteiras que dividem os contextos.

Assim, a relevância desta explanação sobre a conceptualização da vida social diz respeito às possibilidades e dificuldades que este esquema traz à análise das trajectórias, experiências e estratégias das mulheres trabalhadoras e mães nas vidas públicas e privadas. Na perspectiva de Nancy Fraser:

Habermas considera o sistema económico capitalista como o caso paradigmático de um contexto de acção sistemicamente integrado. Em contraste, toma a família nuclear como um contexto de acção socialmente integrado. [...] Se partirmos do princípio de que esta distinção assenta em diferenças absolutas, seríamos conduzidas a tirar a ilação de que, para Habermas, “os contextos de acção sistemicamente integrados não envolvem absolutamente nenhuma consensualidade ou referência a

normas morais e valores, enquanto os contextos socialmente integrados não envolveriam nenhum cálculo estratégico em termos de dinheiro e poder. (Fraser 1995: 256)

Sendo verdade o que Nancy Fraser afirma a propósito dos contextos sistemicamente integrados (o sistema capitalista e o Estado), isto é, que “em poucos contextos de acção humana são as acções coordenadas sem nenhuma consensualidade ou nenhuma normatividade” (idem), o que nos importa salientar aqui é a crítica à concepção de que, nos contextos socialmente integrados do mundo da vida — a família e o espaço da formação das opiniões políticas —, não existem cálculos estratégicos nem estariam permeados pelas questões do dinheiro e do poder.

4.1.1. A família nuclear como contexto de acção social normativamente assegurada

De acordo com Habermas, os contextos socialmente integrados podem subdividir-se em dois tipos de “formas de acção”: “normativamente asseguradas” e “comunicativamente asseguradas”. As primeiras “são acções coordenadas na base de um consenso convencional, pré-reflectido, tomado como garantido sobre valores e finalidades, consenso enraizado na internalização pré-crítica da tradição cultural” (in Fraser 1995: 258). As segundas “envolvem acções coordenadas por consensos explícitos, reflectidamente atingidos, consensos conseguidos pela discussão não constrangida sob condições de liberdade, igualdade e justiça” (idem). Segundo Nancy Fraser (1995), esta distinção é útil para analisar as famílias nucleares encabeçadas por um homem. Diferentemente do que a ideologia dominante sobre a família veicula, as famílias nucleares são, frequentemente, contextos de acção normativamente assegurados e não comunicativamente assegurados, na medida em que o consenso, quando existe, “é suspeito porque é pré-reflexivo ou porque é conseguido através de um diálogo viciado de injustiça, coerção e desigualdade” (Fraser 1995: 258), conforme diversos estudos têm salientado.

Tendo sido a *família* o primeiro lugar apontado pelas feministas como causa da sua opressão específica, o certo é que a reflexão, investigação e activismo subsequentes ao primeiro período da segunda vaga têm vindo a clarificar que o lugar subordinado e por vezes oprimido que as mulheres vivem no universo familiar/privado está intimamente ligado

à organização patriarcal de toda a sociedade, e à sua articulação com o capitalismo, incluindo aqui o mercado de trabalho (ver, entre outras, Walby 1986; 1990).

Se as perspectivas funcionalistas viram na família o lugar do «repouso do guerreiro» (Parsons 1968, cf. Michel, s/d) ou a esfera funcional ao capitalismo que surgiu como o espaço dos afectos em consequência da industrialização (Shorter 1977), as feministas conceptualizaram esta instituição como um lugar de dominação das mulheres e das raparigas, assim como um dos lados da dicotomia com que o estado liberal «naturalizou» a submissão feminina. E se algumas perspectivas marxistas desde cedo souberam ver a instituição familiar atravessado de relações de opressão (Engels 1980; Mitchel 1989), o certo é que muita da investigação neste paradigma se fica pelas questões da reprodução e reposição da força de trabalho. Em relação às perspectivas feministas, a base dos seus contributos situa-se na identificação da estrutura patriarcal no seio da instituição familiar.

As primeiras abordagens desenvolveram uma crítica e escrutínio das perspectivas funcionalistas e, mais recentemente, muitas autoras têm trazido também contributos teóricos para a abordagem das famílias, nomeadamente em termos de terapia familiar (ver por exemplo, Perelberg e Miller 1990), intervenção na área social, análise das políticas sociais, análise das relações entre a família e outras instâncias da vida social, como a educação, o trabalho remunerado, o lazer, a cidadania, a política, a tomada de decisão (entre outras). Algumas perspectivas feministas mais recentes articulam estas evidências com *insights* do pós-estruturalismo que iluminou o carácter de regulação e vigilância também nesta esfera social, como por exemplo o de *soft policing*⁸⁵ (Rodger 1996) que se constitui uma ferramenta conceptual importante para olhar, não apenas o que se passa no interior das organizações familiares, mas também o papel dos/as técnicos /as e das políticas sociais na construção desta esfera social (Magalhães 2004b). Não será então de estranhar que *família* se tenha tornado uma das questões polémicas e de debate político, não apenas no seguimento das lutas dos movimentos de mulheres e da conceptualização

⁸⁵ O conceito de *soft policing* diz respeito à acção de regulação e normalização por parte dos técnicos/as do estado que, em virtude do seu papel educacional, de aconselhamento e monitorização, interferem em esferas da privacidade das pessoas, contribuindo para a construção de imagens de competência e incompetência parental — maternal e paternal —, de noções de famílias “disfuncionais” ou “desestruturadas”, exercendo, com o poder que o estado lhes confere na decisão sobre os apoios sociais, pressão no sentido de que as vidas das pessoas se conformem aos ideais normalizados de família nuclear à imagem da família de classe média, branca heterossexual e, eventualmente, de determinada orientação religiosa (Rodger 1996).

dos estudos feministas, mas também do movimento lgbt e dos estudos *queer* (Magalhães 2003a e 2004c).

4.1.2. Trabalho e cidadania, como espaços de reprodução simbólica

Só entendendo a família como espaço integrante da produção e reprodução das relações de poder, assim como uma arena que pode constituir-se como um lugar de afirmação ou subordinação das diversas identidades, podemos pensar as outras esferas sociais atravessadas por relações de dominação e opressão, mas também lugares de contestação, revolta, resistência e transformação. Ambos os espaços são, nas palavras de Nancy Fraser, de reprodução simbólica e de reprodução material. Se a família é também um lugar de reprodução material — como já foi diversas vezes discutido pelas feministas marxistas (por exemplo, Gardiner 1977), também o posto de trabalho é um lugar de reprodução simbólica, daí que passível de ser conceptualizado como um espaço educativo.

Tem sido veiculado, tanto pelas estatísticas oficiais, como por algumas pesquisas e publicações na área dos estudos sobre as mulheres, que as portuguesas trabalham mais, tanto em termos de percentagem relativa face à força de trabalho, como em termos de trabalho a tempo inteiro e ao longo da vida, sendo menor a percentagem das que interrompem após o nascimento dos filhos.

Tal como nas questões da família, o que constitui *trabalho* tem sido sociologicamente contestado (Walby 1990, Fonseca 2001), na medida em que algumas perspectivas apenas incluem nas suas análises o trabalho formal pago e fora da esfera doméstica, portanto, apenas o trabalho numa perspectiva masculina (muito embora algumas mulheres também aí estejam incluídas). Desta forma, um dos principais debates protagonizados pelas investigadoras feministas e que alterou a visão sociológica (e até das organizações mundiais) sobre o *trabalho* foi a discussão do papel desempenhado pelo trabalho doméstico na produção e reprodução de valor social (mais valia ou valor de uso). Elas mostraram diversos aspectos importantes que vale a pena recordar: o trabalho doméstico é parte integrante do circuito de produção e reprodução de valor no sistema capitalista (sem ele a força de trabalho não se renovaria diária ou geracionalmente); as mulheres sempre trabalharam e desempenharam os trabalhos mais pesados, duros, *supportive*

nomeadamente para a classe média; a revolução industrial visibilizou o trabalho das mulheres (e da classe trabalhadora em geral) ao retirar os contingentes de trabalhadores dos espaços privados onde trabalhavam (casas senhoriais, etc.) para os espaços mais sujeitos à atenção pública (Bradley 1992; Johnson 2002). Mais ainda, teóricas como Mitchell (1971) trouxeram a importância da sexualidade e do inconsciente como ‘estruturas’ sociais⁸⁶ que têm determinado os processos sociais em que as mulheres saem em desvantagem. Mais recentemente, as críticas feministas pós-coloniais vêm mostrando que as *formas ocidentais* de dominação têm construído noções ahistóricas de ‘patriarcado’, obscurecendo os conflitos de interesse entre mulheres de diferentes continentes e culturas. Da mesma forma, alguns/mas teóricas /os têm desenvolvido um enfoque no modo de produção do processo de legitimação, abandonando uma noção essencialista também da estrutura (e não só das categorias atribuídas), e uma tentativa diferente para ultrapassar o dualismo entre sujeito e estrutura.

A situação de subalternidade das mulheres no mercado de trabalho tem sido largamente demonstrada, e a situação em Portugal segue de perto o que se passa no resto da União Europeia. Como afirma Virgínia Ferreira, “ocupam os postos de trabalho menos qualificados e permanecem neles durante mais tempo que os homens. Os seus salários são mais baixos e o seu período de emprego é mais curto, etc.” (1993: 234). Evidenciando que existem factores que contribuem para produzir “um efeito ilusório”, em termos das estatísticas, aparentemente deixando antever uma imagem de que a taxa de actividade feminina em Portugal é mais alta e de que faz parecer uma menor segregação no nosso país do que no resto da CEE, a autora salienta:

... a debilidade económica e o carácter fortemente intervencionista do Estado, a grande fragmentação e rigidez da estrutura social e a grande flexibilidade evidenciada pelos agregados familiares na alocação dos recursos dos seus membros se conjugam na sociedade portuguesa, de molde a atenuarem a divisão sexual do trabalho e os efeitos da segregação sexual na estrutura de emprego. (1993: 234)

Ainda que, em termos gerais, o trabalho a tempo parcial não tenha grande expressão no nosso país, são as mulheres que maioritariamente ocupam este tipo de trabalho que constitui, de forma geral, o menos seguro, menos protegido, e com menos direitos: com

⁸⁶ Juliet Mitchell (1971), em *Women's Estate*, propõe o conceito de *superdeterminação*, e uma análise social assente em quatro estruturas: produção, reprodução, sexualidade e socialização. Outras teóricas desenvolveram a questão do inconsciente, assim como da maternidade, enquanto *invenção cultural* (Chodorow 1978), salientando a importância da reprodução da masculinidade e da feminilidade ao nível da psique individual (Cixous 1985; Irigaray, 1985; Kristeva 1980).

menos de 26 horas semanais de trabalho encontramos cerca de 70% de mulheres e 30% de homens (Cruz 2003).

No entanto, continua a verificar-se a segregação horizontal, vertical e transversal no emprego, afectando mais as mulheres das classes trabalhadoras que, tendendo a concentrar-se em guetos de empregos menos remunerados e mais frágeis no mercado, detém também menor poder de negociação salarial, podendo conduzir a uma ainda maior segregação (Ferreira 2000).

4.2. Redistribuição e reconhecimento, condições básicas de cidadania

Nancy Fraser (2002) apresenta, de forma muito clara, a importância de equacionar as questões da redistribuição (e da economia política) ao mesmo tempo que as entrelaçamos com as do reconhecimento social⁸⁷ daquelas identidades que se constituem como eixos de opressão, no âmbito de uma teoria feminista crítica.

Assim, o desemprego, a ausência, em muitos casos, quase total de recursos económicos para a mínima sobrevivência não pode deixar de ser analisada a par da sua condição como mulheres. Dimensão simbólica e dimensão material são igualmente relevantes para pensar a cidadania e a democracia. Para ambas, o papel dos movimentos sociais tem permitido safar algumas fronteiras que separam e excluem.

E para os campos representacional e simbólico contribui sobremaneira a educação, pelas possibilidades que cria e antecipa de agência e de cidadania das novas gerações, temática que analisamos na secção seguinte.

5. Educação e mudança social nas vidas de mulheres

⁸⁷ A definição de “reconhecimento social”, distinto de “identidade” pode encontrar-se em Taylor (1995: 249): «A nossa identidade está parcialmente moldada pelo reconhecimento ou pela ausência deste, muitas pelo desconhecimento ou reconhecimento distorcido (*misrecognition*) dos outros, de uma forma que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer dano e deformação se as pessoas ou a sociedade em volta dela reflectirem à maneira de espelho uma imagem dela própria degradante, reduzida ou depreciativa. O desconhecimento ou reconhecimento distorcido pode produzir dano, pode tornar-se uma forma de opressão pelo facto de confinar alguém dentro de uma forma de ser falsa, deformada e reduzida» (in Ramírez 2003. 147).

No campo educativo, vale a pena reflectir como a educação escolar participa na produção e reprodução dos mitos ideológicos do liberalismo — um indivíduo abstracto com livre arbítrio, meritocracia, competição, liberdade, independência, o «expertise» —, nas construções idealizadas do estado liberal, como a família, no reforço de dicotomias que providenciam bases para a hierarquia de género, como a cisão entre ‘política’ e cuidar’, entre reprodução material e reprodução simbólica; ou pelo contrário, os confronta e participa na construção de modelos alternativos, e como as diferentes disciplinas científicas se articulam para consolidar ou desafiar estas noções.

A educação escolar, desde a formação dos sistemas educativos nacionais, esteve sempre directamente implicada no apoio aos ideais de ‘cidadania’ de cada época e contexto, onde a questão da identidade nacional tinha um lugar predominante. Os sistemas educativos nacionais públicos, em alguns dos primeiros países, tinham como um dos seus objectivos fundamentais o investimento do estado nesta nova — à época — área política. Assim, a construção da cidadania pela escola aparecia como processo de regulação social das populações. Neste século XXI, com o conhecimento educacional feminista que vamos acumulando, há duas questões que é necessário confrontar: por um lado, o ‘igualitarismo’, enquanto noção estereotipada de que alunos/as são «todos iguais» e, portanto, devem e são tratados da mesma maneira, e, por outro, a estratégia feminista liberal para a educação escolar, por algumas autoras designada como *desgenderização*.

Assim, algumas teóricas feministas têm criticado “o conceito de igualitarismo promovido pelo ensino público e respectiva regulação das identidades políticas das mulheres e raparigas (bem como dos homens e rapazes); ou seja, uma crítica feminista ao igualitarismo permite questionar os próprios preceitos da prática educativa democrática” (Arnot e Dillabough 2002: 24). Diversos estudos têm mostrado como, pedagogicamente, parte da acção educativa escolar diferencia as/os discentes. Alunas e alunos não são “tratados” da mesma forma, mantendo-se parcialmente uma reprodução da desigualdade de género pela educação escolar — a linguagem, os manuais, as formas de tratamento dos docentes, a des/valorização do sucesso, os conteúdos de um saber e de uma ciência androcêntricos, a hierarquia de género nas instituições, etc. Também não são tratados/as da mesma forma as/os discentes das diferentes classes sociais. Com uma regularidade onde apenas honrosas excepções se destacam positivamente, as crianças, adolescentes e

jovens das classes trabalhadoras são ‘abandonados pela escola’, piorando à medida que a criança ou jovem vem dos meios mais desfavorecidos. As percentagens de crianças dos meios rurais do interior que têm sucesso académico nos 2ºs e 3ºs ciclos é tão baixa, que aqueles/as que conseguem ir até ao 10º ano são autênticos /as sobreviventes. O mesmo se pode dizer das crianças ciganas onde, nos 2ºs e 3ºs ciclos, apenas se encontram vestígios da sua presença e, à medida que se sobe no sistema educativo, esses vestígios desaparecem, sendo que as raparigas saem mais cedo do que os rapazes⁸⁸.

No entanto, a escola é simultaneamente percebida, quer pelas biografadas, quer pelos estudos, como um processo importante, não suficiente mas necessário, à emancipação e, no que se refere às questões de género, há a reportar alguns avanços importantes em certos contextos escolares portugueses. Em relação às questões étnicas, também algumas escolas conseguem que tanto os rapazes como as raparigas ciganas se mantenham a estudar, sendo que se deve conhecer as formas pedagógicas que estas activistas educacionais (ou militantes de uma educação democrática) vão desenvolvendo. Da mesma forma, face a grupos sociais mais abandonados pelo sistema educativo, algumas/ns educadores/as têm investido no sentido de romper e inverter o ciclo de reprodução. Tivemos o privilégio de conhecer algumas nos projectos pedagógicos e de desenvolvimento do currículo de parceria entre escolas e a academia⁸⁹. Em algumas/ns destas/es docentes, reencontramos viva aquela paixão pelo ensinar e proporcionar as condições para o aprender, que vislumbramos nos/as educadoras/es do princípio do séc. XX.

No que concerne às estratégias de mudança no contexto escolar, as análises actuais apontam no sentido de que, de entre as diversas estratégias feministas desenvolvidas no campo educacional, as de desgenderização são as que menos impacto tiveram na transformação social, já que, como afirmam Madeleine Arnot e Jo-Anne Dillabopugh:

...continuaram a dissimular as persistentes desigualdades que emergiram da incorporação social das mulheres nas formas simbólicas de dominação masculina, por exemplo, na família, nas instituições sociais, nas novas económicas globais, na arena da «raça» e da sexualidade e mantêm-se discursivamente evidentes nas diversas formas culturais e políticas (2002: 18).

⁸⁸ No entanto, a situação de como as instituições sociais portuguesas tratam as crianças de uma forma geral não fica apenas nas formas como lida com as diferenças sociais. De facto, o *Diário de Notícias* de 9 de Dezembro 2004 traz uma notícia, apresentando o número de 150 000 crianças em risco na nossa sociedade. Se reflectir como uma sociedade cuida as suas crianças, especialmente as mais pobres, providencia *glimpses* do seu capital moral, então a Portugal é (também) uma das nações em bancarrota (Radford-Hill 2000: 26).

⁸⁹ Como esta investigação foca as experiências e subjectividades que prepassam as bio-auto-grafias não será aqui o lugar para desenvolver exaustivamente estas dimensões.

Muitas das iniciativas enquadradas neste tipo de estratégias “não conseguiram desafiar as desigualdades estruturais entre sexos, particularmente a prevalência constante de mercados de trabalho segregados e estratificados em relação a sexo, «raça» e classe social” (idem: idem) e que, nos tempos actuais enfrentam desafios muito significativos, como sejam, o papel socializador das agências internacionais e a mercadorização do conhecimento.

Para além disto, dimensões importantes da opressão e subordinação feminina entram pela escola dentro e o processo habitual é ignorá-las ou mesmo ocultá-las. Entre outras, é o caso da violência doméstica contra as mulheres que atravessa o espaço escolar e educativo, de diversas formas: formas discursivas⁹⁰, formas escondidas e veladas, práticas violentas no interior das escolas. Numa perspectiva intergeracional, é lógico esperar que as mulheres que experienciaram ou testemunharam abuso durante a infância tenham tendência a aceitar a violência como normativa nas suas relações adultas, até porque é razoável pensar que “as crianças tendem a aceitar os padrões familiares como normais, quaisquer que eles sejam, e muitas vezes vão pô-los em prática, independentemente da sua utilidade e adequação. Estas ‘competências’ tornam-se respostas interiorizadas e a sua expressão é quase reflexiva” (LaViolette e Barnett 2000: 26). Desta forma, os diversos membros da família, crianças incluídas, podem aprender formas não saudáveis de lidar com as situações difíceis (*coping*), tais como suprimir a angústia, a raiva e outras emoções através da agressão⁹¹.

Este tipo de violência existe sobretudo no seio das famílias e a insistência que a escola faz sobre a ‘família ideal’⁹² introduz paradoxos na mensagem que as crianças recebem, acabando, será lógico pensar, por completar a naturalização das relações de violência de

⁹⁰ Apesar de um tema muito relevante para pensar a educação nos tempos actuais, não serão as práticas discursivas em torno da violência aqui desenvolvidas (já existe algum trabalho feito neste campo), uma vez que as biografias e narrativas focam outros aspectos da violência que nos parecem também igualmente importantes e que, em termos de educação escolar, não têm tido a atenção anterior, como é o caso das consequências em termos escolares e educativos da violência contra as mulheres.

⁹¹ A este respeito, uma nova linha de pesquisa tem focado nos efeitos de repetidas vitimizações. Os resultados indicam que os indivíduos vitimizados mais cedo na sua vida, desenvolvem níveis mais elevados de medo do que os que foram vitimizados mais tarde. A investigação tem também crescentemente sugerido que os efeitos do trauma são cumulativos. Os estudos de revitimização têm mostrado que o abuso sexual na infância coloca qualquer mulher adulta sob maior risco de uma variedade de experiências de revitimização por parceiros ou outros homens (LaViolette e Barnett 2000: 77).

⁹² Desde os conteúdos mais directos às formas de currículo oculto (o dia do pai, o dia da mãe, a época do natal, etc.).

género. E isto é tanto mais grave, quanto em termos ideológicos, a maternidade e a família não saem dos discursos desta direita conservadora. Como afirma Sheila Radford-Hill:

O conservadorismo social explora as questões das crianças e família como parte da sua agenda. Em resposta à sua usurpação dos valores familiares, as mulheres negras que defendem uma abordagem às famílias mais humana e mais inclusiva desempenhará um papel significativo na criação de uma nova agenda política negra. (Radford-Hill 2000: 25)

Pensamos, então, que é importante não abandonar uma abordagem inclusiva à família mas que seja capaz de a desnaturalizar e de reconhecer a sua diversidade (colorido, como lhe chama Rodger 1996), abrindo-se a “uma compreensão mais séria e mais abrangente das ligações entre família, lar, e muitas áreas da vida social moderna” (Morgan 1996).

Existem ainda outras questões relacionadas com a violência e que algumas/ns autores designam de violência *sexual* (ver por exemplo Lees 2000), em que se destacam, por um lado, “a *heterossexualidade* ideal é um elemento crucial da estruturação das relações de género nas instituições sociais, em que a educação se inclui”; e, por outro, o *bullying* e a violência entre adolescentes, factos já amplamente reconhecidos na investigação educacional mas que raramente “são relacionados com os mecanismos pelos quais a ordem de género (e a heterossexualidade) é desenvolvida e mantida⁹³” (idem: 263 e 265).

Na mesma ordem de ideias, podemos equacionar as formas como, na escola, passam e se reproduzem noções estereotipadas acerca do trabalho *adequado* a mulheres e a homens e em torno de funções sociais, como a tomada de decisão, os lugares de protagonismo e de ‘topo’ como mais *apropriadas* aos homens.

Assim, nos processos de socialização e pedagógicos, precisamos hoje incluir outros mecanismos, outros dispositivos, e tratá-los com sistematicidade pela influência que exercem quanto aos valores e ideologias que transmitem no sentido da construção de uma pedagogia crítica feminista.

Revisitando...

Por estas vias, esta pesquisa em histórias de vida, elaboradas enquanto narrativas bio-auto-gráficas, e complementadas com entrevistadas e alguma análise documental,

⁹³ Por exemplo, a respeito do *Bullying* a autora mostra como este consiste numa “estratégia para manter como fortes as categorias de género e é apoiado pelo regime de género das escolas” (2000: 266).

pretende contribuir para a cientificidade em ciências da educação, onde as subjectividades e as experiências femininas se constituam como ferramentas centrais para uma pedagogia crítica feminista e para a construção social da cidadania e da agência das mulheres. Ampliando as noções de cidadania, de política e de agência, as vozes e os corpos de mulheres concretas socialmente situadas constituem-se como vias autênticas de renovação da democracia e da educação, desafiando as políticas e as instituições que trabalham para nos constranger. Pensar as mulheres como colectivo social em elaboração, não pré-dado, e perspectivando uma sororidade reflexiva que não anule os confrontos políticos, podemos dirigir-nos a um sujeito político feminista que seja capaz de articular a transformação das relações de género com a transformação de outros factores de dominação. E, enquanto profissionais da educação, isto passa por encontrar formas de desafiar a violência de género e sexual, e os diversos eixos que oprimem, discriminam e marginalizam as mulheres, assim como propor conteúdos relevantes trazidos dos movimentos sociais, trabalhando noções de cidadania, de política e de agência que incluam as mulheres e dê conta do seu contributo na sociedade.

CAPÍTULO IV – CONHECENDO OS CONTEXTOS SOCIAIS DAS NARRATIVAS

Introdução

Na medida em que o nosso interesse recai sobre as subjectividades das mulheres biografadas e as suas perspectivas e pontos de vista, neste capítulo, são caracterizados alguns contextos que permitam conhecer, parcialmente, as molduras das narrativas.

Seleccionámos uma breve passagem histórica, quase sinóptica, sobre algumas das mudanças históricas que podem ajudar a contextualizar as histórias de vida, assim como sobre as condições sócio-políticas do período em que decorreram os encontros para a produção das narrativas. Reflectimos, ainda, sobre algumas questões em torno da socialização e da educação informal que têm sofrido mudanças desde a época da juventude e início da vida profissional em que as biografadas se encontravam. No momento actual em que encaramos a este respeito uma nova complexidade em termos de valores, ideias e representações, que ultrapassam o local e fogem à nossa capacidade de equacionar as suas consequências na formação das novas gerações, como a mercadorização do conhecimento e a o facto de grande parte da socialização actual estar a cargo de empresas económicas multinacionais de produção e distribuição de produtos vários, desde programas de televisão, a brinquedos e jogos para as crianças e jovens, reunimos algumas notas, breves pinceladas, que nos parecem importantes.

1. Acerca da evolução histórica dos contextos sociais das narrativas

A situação das mulheres em termos de classe social e de mobilidade social é ainda um tema controverso.

A maioria das investigações sociológicas viradas para a problemática das classes sociais ignora as questões de género. Estanque (1999) faz uma análise crítica dos estudos em matéria de classe, revendo as tipologias e unidades de análise utilizadas. Em relação às

questões de ‘sexo’ (conceito utilizado na sua análise), fala mesmo de uma “obrigatoriedade teórica e metodológica de ter em conta o efeito da diferença sexual na estruturação de processos de mobilidade social” (1999: 191). Em seu entender, que partilhamos, “a invisibilidade analítica dos efeitos da diferença sexual” (idem: 190) tem muito a ver com a utilização da família como unidade de análise, que “esconde as trajectórias individuais, sobretudo as das mulheres” (idem: idem)⁹⁴.

Não temos, portanto, grandes bases para dar conta das transformações qualitativas na situação das mulheres em termos sócio-económicos, já que os indicadores e as análises dão conta sobretudo de paradoxos. Apesar disto, existe um grande consenso nas investigações e análises sobre as transformações radicais na sociedade portuguesa nas últimas três décadas e que também afectaram as mulheres:

“De acordo com diversos indicadores e resultados estatísticos compilados num período recente (Reis 1994; Barreto 1996), a sociedade portuguesa tem vindo a revelar nas últimas décadas um assinalável conjunto de transformações no domínio sócio-económico e cultural, que apontam no sentido da modernização do país e da ‘abertura’ das suas estruturas mais obsoletas, no quadro de um processo de institucionalização democrática hoje bastante solidificado.” (idem: 173)

Contudo, não temos indicações precisas se isto significa maior igualdade, sobretudo no que se refere a grupos particulares dentro do universo feminino, como por exemplo, das lésbicas, portadoras de deficiência, rurais, negras ou ciganas. Mas é um facto que as condições sociais mudaram desde as infâncias das narradoras até ao momento da narração. O critério do intervalo etário escolhido, entre os quarenta e os sessenta anos, dá conta de diferenças importantes em termos dos contextos sociais em que as biografadas viveram as suas vidas. Sem ter a pretensão de que esta periodização constitua um quadriculado para lá colocar cada biografada, esta breve passagem por essas mudanças pode ajudar a articular e compreender melhor algumas das suas narrativas.

Algumas das narradoras vivem as suas infâncias numa época de absoluta reprodução social, completa regulação da família pelo estado e de um moralismo patriarcal (anos 1950/60). Alguns autores chamaram “ditadura classista” esse tempo de ditadura que se fazia acompanhar de uma enorme pobreza e racismo, com ausência total de direitos

⁹⁴ Vale a pena notar que mesmo Maria das Dores Guerreiro (1996) sobre as famílias na actividade empresarial, e Ana Nunes de Almeida (1993) sobre famílias operárias do Barreiro, “boas monografias que nos restituem a complexidade das redes, trajectórias e processos de relacionamento dos dois sexos, mas ambas as autoras, quando analisam as trajectórias e procuram dar conta de maior ou menor mobilidade social dos indivíduos inquiridos, fazem-no de forma agregada, não reflectindo as diferenças consoante o sexo” (Estanque 1999: 191).

(décadas 1950/60). Neste período, situam-se Lurdes Martins (hivi2), Maria Carolina Cardoso (hivi3), Ermelinda Ribeiro (hivi4) e Alzira Cordoeiro (hivi5) que, neste contexto histórico, viveram as suas infâncias e adolescências.

Os indicadores da completa regulação estatal sobre a vida privada podem ser encontrados na proibição do casamento das enfermeiras e nas restrições ao casamento de professoras, cuja autorização tinha de constar em Diário da República⁹⁵.

É uma época marcada pela extrema pobreza em todo o país, e pela visibilidade do abismo social que separa as classes sociais. Podemos, por exemplo, conhecer o depoimento de uma entrevistada que, nessa época, foi trabalhar para os Açores:

Na época, [nos Açores] as pessoas eram de uma pobreza extrema, vivia-se muito mal, muito mal. Mas ao mesmo tempo fazia-me lembrar um pouco as aldeias transmontanas. Só que chocou-me mais porque nas aldeias transmontanas havia menos meios que havia nos Açores. Nos Açores havia a terra que era boa para cultivar, havia o peixe do mar, e havia as vaquinhas e boas pastagens, e não era entendível que as pessoas vivessem tão mal. Com banana, com a nanaç e com ananás. (EntNarrativAutog28: 3)

O que eu vi lá foi realmente a pobreza extrema e a grande riqueza. E isso: havia ali classes sociais bem demarcadas. (EntNarrativAutog28: 3)

É uma época de absoluta reprodução, em que as classes dominantes utilizam a universidade como mecanismo de legitimação:

[...] as referidas análises dirigidas por Sedas Nunes — centradas na situação do ensino universitário e na recomposição da população activa portuguesa — forneceram importantes diagnósticos críticos acerca do panorama de atraso da sociedade portuguesa da época [anos 1960]. A natureza elitista da universidade portuguesa ficou claramente demonstrada, apresentando-se a composição das origens de classe dos estudantes sob a forma de uma nítida inversão da pirâmide estratificacional (Nunes 1968a), situação que está em flagrante contraste com o ínfimo peso das camadas superiores e média da população activa, um cenário interpretado como reflexo evidente do fraco desenvolvimento económico do país e dos poderosos mecanismos do modelo autocrático e coercivo então vigente, destinado a garantir a segurança e a reprodução das “classes dominantes” (Nunes e Miranda 1969).” (Estanque 1999: 174)

As vidas das mulheres, sobretudo as das classes trabalhadoras, era marcada com gravidezes todos os anos, alta taxa de mortalidade infantil e materna, abortos e desmanchos. Assim, as histórias de vida, no que se refere à maternidade dão conta de alterações profundas desde um tempo em que as mulheres, sobretudo nas zonas rurais,

⁹⁵ Como exemplo, podemos citar o DR de 2 de Outubro 1954: “Autorizadas a contrair matrimónio, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto nº 27 279, as seguintes professoras: Por despachos de 30 de Setembro último: Maria Helena dos Santos Pinheiro, da escola de Castelo, concelho da Sertão — com Ismael dos Santos Cunha Chiote. Vitória do Carmo Vieira Palma Pereira, na situação de aposentada — com João António César. Por despacho de 1 do corrente: Maria Antonieta de Magalhães Teixeira Basto, do quadro de agregados do distrito escolar de Braga — com Manuel Joaquim de Castro Peixoto. (Não carecem de visto ou anotação do Tribunal de Contas). Direcção-Geral do Ensino Primário, 2 de Outubro de 1954 — Pelo Director-Geral, Manuel Caramona.”

eram escravas do seu útero, engravidavam sucessivamente, muitos dos filhos morriam depois de terem nascido (ver capítulo dos contextos das vidas das mulheres). Havia também um alto índice de aborto clandestino, a que as mulheres do povo chamavam *desmancho*. A taxa de mortalidade materna e infantil era altíssima: Portugal tinha as maiores taxas da Europa, a seguir à Turquia, mas algumas/ns profissionais consideravam que deveria mesmo estar acima deste país, já que a censura e o isolamento do país ao estrangeiro permitia alguma camuflagem em termos dos dados. Algumas entrevistadas dão conta do trabalho na área da saúde:

Foi uma experiência pioneira: baixou-se efectivamente a taxa de mortalidade infantil, fez-se formação às mulheres, fez-se formação aos homens, — aos homens! — porque as mulheres engravidavam todos os anos. Todos os anos! Tanto que os impressos que iam aqui de Lisboa tiveram que ser alterados, porque na constituição familiar, as linhas não chegavam! Nós perguntávamos a uma mulher: «quantos filhos tem?», e ela: «vivos, dez, morreram-me quatro, desmanchos, sete, abortos, dois ou três». (EntNarrativAutog28: 4)

Por outro lado, havia uma representação social sobre *a mulher*, onde se destaca a obrigação de estar sempre “ocupada” que entretanto foi dando lugar ao direito ao trabalho remunerado, o que teve mais impacto no pós 25 de Abril. Se, ainda hoje, as mulheres fazem dois terços do trabalho necessário à sociedade, embora recebam pouco mais de um décimo em termos de rendimento, antes do 25 de Abril, o regime enfatizava, a sociedade reforçava e o quotidiano exigia, as mulheres trabalhavam, mas nem viam o seu trabalho remunerado nem visibilizado.

Em 1971, Antónia de Sousa escreve que, de uma população de 3 778 281 mulheres potencialmente activas, 2 893 813 *tinham ocupação*⁹⁶. Menos de 20% das mulheres portuguesas exerciam, explicitamente, uma actividade remunerada, isto é, tinham, no discurso da época, “uma profissão”. Importa salientar que a maioria destas *ocupações* estava englobada ou articulada com a palavra *doméstica*, muito explicitamente no sentido de inviabilizar a real contribuição das mulheres em termos produtivos.

As mulheres recebiam salários muito mais baixos e o sistema não dispunha de equipamentos sociais para cuidar das crianças, idosos ou dependentes. Assim, quando nascia uma criança ou depois do segundo filho, a maioria das mulheres não possuía

⁹⁶ As ocupações registadas pelo Instituto Nacional de Estatística da época eram: donas de casa; domésticas; familiares; domésticas agrícolas; proprietárias; e ocupações não específicas (ver Sousa 1971).

condições que lhes permitissem optar por continuar num emprego remunerado, a não ser que pudesse contar com o apoio de outras familiares e/ou vizinhas (Sousa 1971).

Por vezes, a realidade teimava em tentar ultrapassar os espartilhos de todos os tipos que o regime impunha às vidas das mulheres, mas rapidamente a lei vinha repor “a ordem”, impedindo e proibido a acesso a cargos e a promoção na carreira⁹⁷:

É isto que permite dizer que, apesar das diferenças gritantes de classe, as mulheres partilhavam um destino comum: o da sua minoridade em termos de cidadania e do seu direito a ser pessoa (como nos inspirava Maria Lamas). É importante ver aqui um aspecto relevante no que se refere à situação das mulheres. O regime fascista, em 1970, marca um ciclo de uma pequena abertura em termos políticos e educacionais. Por um lado, esta década caracteriza-se pelo aumento das expectativas de mobilidade, em que a educação desempenha um papel crucial criando, na sociedade portuguesa, um grande dualismo entre o urbano e o rural. Por outro lado, para as mulheres, a situação de grave discriminação é constantemente reforçada, por diversos mecanismo repressivos, como podemos ver com o exemplo do decreto⁹⁸ citado por Antónia de Sousa. As vidas de algumas mulheres biografadas situam-se mais concretamente em tempos de mobilidade e dualismo na sociedade portuguesa (fins dos anos 1960 e década de 70). As expectativas de mobilidade centravam-se, sobretudo, no aumento do sector dos serviços e de alguma industrialização. O país fica assim dividido, mantendo em algumas zonas uma absoluta ruralidade, e, noutras, abrindo-se a um carácter urbano acompanhado de alguma indústria e serviços.

Para estas expectativas de mobilidade, muito contribui a escola (ver Grácio 1978). As mulheres têm aqui um lugar importante na medida em que investem na educação, começam logo nos anos 1970 a evidenciar melhor sucesso escolar face aos rapazes e vão ocupar os lugares disponíveis no sector estatal (um sector imenso dada a imensa burocracia de um Estado fascista) e no sector dos serviços.

⁹⁷ Podemos ler o exemplo citado pela autora: “Um facto recente veio de novo lembrar *oficialmente* a segregação de sexos no capítulo da promoção profissional. Trata-se do Decreto-Lei nº 564/70, de 19 de Novembro, que veio regular os tribunais colectivos dos géneros alimentícios, e no qual ficou determinado que para chefe de secretários de tais tribunais podem ser escolhidos “licenciados em Direito do sexo masculino” (Sousa, 1971: 31)

⁹⁸ A propósito, a autora refere: “Um facto recente veio de novo lembrar *oficialmente* a segregação de sexos no capítulo da promoção profissional. Trata-se do Decreto-Lei nº 564/70, de 19 de Novembro, que veio regular os tribunais colectivos dos géneros alimentícios, e no qual ficou determinado que para chefe de secretários de tais tribunais podem ser escolhidos “licenciados em Direito do sexo masculino” (Sousa, 1971: 31)

O 25 de Abril traz profundas alterações na sociedade portuguesa e às vidas das mulheres, em que se destaca a mudança do Código Civil em 1978. No entanto, a revolução dos cravos chega mais tarde ao mundo “privado” dos lares, sobretudo nas questões da distribuição do trabalho doméstico, do cuidar das crianças, da violência doméstica e do aborto. Em relação ao trabalho remunerado e ao acesso aos direitos de cidadania pública realizam-se enormes avanços, tendo em conta o estado de atraso em que se vivia.

No que se refere aos anos oitenta, alguns autores destacam o aumento da pequena burguesia e da nova classe média, e algumas autoras têm evidenciado os primeiros impactos do movimento feminista. Assim, os estudos sobre as décadas de 1970 e 80, nomeadamente as pesquisas de João Ferrão (1982, 1985 e 1990) mostram “um aumento significativo das fracções ligadas ao sector terciário (sobretudo a pequena burguesia nas suas duas fracções, e isto pelo aumento da complexidade e segmentação do processo de trabalho, pelo processo de urbanização e pelo reforço da intervenção do Estado) e sua forte feminização” (in Estanque 1999: 177-8)⁹⁹.

Nos anos noventa assiste-se a uma progressiva abertura em relação ao mundo “privado”, onde o movimento feminista e LGBT¹⁰⁰ têm forte influência, destacando-se as alterações legislativas em relação às uniões de facto.

No entanto, o ano 2002 é atravessado por fortes tentativas para um regresso das mulheres a uma domesticidade patriarcal¹⁰¹ e para um maior fechamento em relação às questões da orientação sexual. A Lei de Bases da Família e o Código de Trabalho entretanto aprovados dão conta destas tentativas de diminuir os direitos das mulheres e desresponsabilizar o Estado perante os graves abismos sociais que vão aumentando. O país é assolado por ondas de pobreza, sendo que os últimos estudos apontam entre 20 a 25% da população portuguesa a viver abaixo do limiar de pobreza e, nesta questão, as mulheres são as primeiras a “apanhar por tabela” (Capucha 2004). Estas mudanças ocorridas nos anos 2002 e 2003 são muito visíveis nas entrevistas, já que o tom optimista evidenciado nos

⁹⁹ Citando o autor: “... a redução do peso demográfico da burguesia ao longo deste período (8% em 1950, 6,2% em 1960 e 3% em 1970); a estabilização da classe trabalhadora na ordem dos 73% (mas com uma descida acentuada da fracção do proletariado rural, de 30% para 16,5% em 1970, e uma subida da classe operária, de 23,1% para 34,1% em 1970); uma ligeira subida da pequena burguesia (20,5% para 23%); e, finalmente, regista-se a nova classe média como valores irrisórios, embora tenha aumentado em termos relativos (0,6% em 1950 e 1960 para 1,3% em 1970) (Marques e Bairrada 1982: 1292).” (Estanque 1999: 176)

¹⁰⁰ Sigla de identificação lésbicas, gays, bissexuais e transgêneres.

¹⁰¹ As declarações do Ministro da Saúde face ao profissionalismo das mulheres médicas é disso um exemplo a destacar, ainda mais porque, apesar da pressão política em relação a esta questão que o movimento feminista mobilizou, o ministro continuou no exercício do cargo sem uma beliscadura.

primeiros encontros com as biografadas foi, nestes dois últimos anos, substituído por um progressivo pessimismo e, em alguns casos, por um certo desalento. Durante este período, algumas das entrevistadas ficaram desempregadas, perderam a sua casa, tiveram que emigrar para França (como nos anos 1960), perderam o seu lugar no sindicato por dificuldades financeiras, as filhas e noras ficaram desempregadas, passaram mal porque tiveram que recorrer ou viram colegas recorrer ao aborto clandestino, diminuíram as suas possibilidades de pagar uma creche ou um jardim de infância, ficaram progressivamente impedidas de levar o filho ao médico com a regularidade a que estavam habituadas.

2. O contexto actual da produção do texto

Em Portugal, a taxa de *actividade* feminina atinge 44.7% no ano 2000 (CITE 2000), com tendência para subir, sendo a taxa de emprego feminina é de 63.7%, em 2000, para 80.9% masculina. Simultaneamente, o desemprego atinge “quase duas vezes mais as mulheres do que os homens” (CITE 2000), sendo também as mulheres “as mais atingidas pela precaridade do vínculo contratual (*idem*), com 22.6% para as mulheres e 18.3% para os homens com contratos de trabalho não permanentes” (*idem*).

Mas este progressivo aumento da taxa de emprego feminina não é exclusivamente portuguesa. O relatório da OCDE (OECD 2001) dá conta do aumento de um ponto percentual por ano em vários dos países europeus, na última década.

As elevadas taxas de actividade e emprego femininas parecem indicar, para o nosso país, uma menor segregação do mercado de trabalho e do emprego. Segundo Virgínia Ferreira, isto deve-se a diversos factores como “a debilidade económica e o carácter fortemente intervencionista do Estado, a grande fragmentação e rigidez da estrutura social e a grande flexibilidade evidenciada pelos agregados familiares na alocação dos recursos dos seus membros” (1993: 234) que, em conjugação, parecem “atenuar a divisão sexual do trabalho e os efeitos da segregação sexual na estrutura de emprego” (*idem*). No entanto, a autora argumenta que, a este respeito, nos deparamos simultaneamente com “um efeito ilusório, meramente estatístico, de maior actividade e de menor segregação” (*idem*: 234). Para esta situação, conflui “uma configuração particular de características estruturais da sociedade portuguesa que a marcam tanto positiva como negativamente” (*idem*: 234-5), em que se

destacam: i. “a elevada proporção de mulheres a trabalhar na agricultura”, frequentemente articulada com as estratégias familiares de diversificação de fontes de rendimento, sendo a agricultura ainda “um sector de actividade pobre e tradicional, em grande parte submetido a uma lógica de produção para o auto-consumo do agregado familiar” (idem: 235-6); ii. a irrelevância do número de mulheres que trabalha a tempo parcial [...] e ainda a não concentração destas no grupo das assalariadas casadas.” (idem: 237); iii. as diferentes formas de segregação, horizontal, vertical e transversal na estrutura de emprego em Portugal (idem; Ferreira 2003).

No que se refere ao trabalho doméstico e à prestação de cuidados no seio da família, continuam a ser as mulheres a cuidar das crianças e dos adultos dependentes, apesar de que, em alguns campos do cuidar das crianças, se note uma participação masculina, quanto ao seu acompanhamento a actividades desportivas e de entretenimento. No espaço doméstico, continua uma forte divisão de género, onde os homens asseguram os “assuntos administrativos” e as mulheres as refeições, a limpeza e a roupa (CITE 2000).

Por sua vez, assistimos a profundas alterações nos modelos de organização familiar, em que sobressaem o aumento da taxa de divórcio acompanhada do aumento do número de famílias monoparentais, sobretudo encabeçadas por mulheres, o aumento de uniões de facto, a diminuição da taxa de natalidade e o retardamento da idade em termos da nupcialidade e de maternidade e paternidade, paralelamente a uma elevada percentagem de maternidade adolescente atravessada de condições de difícil exercício de cidadania por parte destas “meninas-mães”. Apesar de todas estas alterações, a família nuclear ainda continua a ser predominante o que, articulado com o emprego / desemprego de mulheres e homens traz algumas dificuldades na organização dos quotidianos, também na medida em que as representações sociais, mais evidentes no universo feminino, dão conta da importância atribuída à independência económica e à adopção de modelos de organização familiar de partilha (ou pelo menos de menor desequilíbrio) no que se refere às combinações entre ganhar o sustento para a família e assegurar as responsabilidades domésticas. Esta é outra das questões que não se restringe à realidade portuguesa, como refere Sigrid Leitner:

Combinar o emprego e o cuidar das crianças é difícil dadas as estruturas da família nuclear com ambos os pais no emprego (pelo menos em part-time) e as inflexíveis condições de trabalho. [...] De facto, o velho modelo do ganha-pão masculino que garantia a disponibilidade da cuidadora familiar

já não encaixa no padrão de emprego feminino das mulheres nem nas preferências das famílias por modelos duais de duplo ganha-pão. (2003: 355)

Em termos da prestação de cuidados às crianças e em comparação com outros países europeus, Portugal apresenta apenas uma percentagem de 12% de cuidados formais às crianças (Leitner 2003) e não fornece qualquer tipo de apoio financeiro à prestação destes cuidados no seio familiar¹⁰² (idem). Também no que se refere aos cuidados a idosos, Portugal coloca-se igualmente a par de quatro¹⁰³ dos países da UE que não providenciam qualquer subsídio a estes cuidados (idem).

Podemos desta forma observar, como Virgínia Ferreira, que “as mulheres portuguesas estão particularmente sobrecarregadas, porque, para além de trabalharem mais a tempo integral, têm a mais longa jornada de trabalho da CEE (42,9 horas contra uma média de 34,7 horas) num contexto em que os equipamentos sociais para cuidar de crianças, doentes e velhos são manifestamente insuficientes” (1993: 237), incluindo as assimetrias regionais que podemos constatar em termos da provisão deste tipo de serviços.

3. As políticas sociais nas vidas das narradoras

Algumas perspectivas feministas exploraram o papel do Estado e das políticas sociais na criação e manutenção da dependência das mulheres face aos homens no seio da família, enquanto outras realçaram a natureza da relação entre o trabalho não pago e o trabalho pago das mulheres, avaliando a importância do trabalho doméstico para a economia e questionando o papel dos sindicatos na defesa dos ‘salários familiares’ para os trabalhadores masculinos. Denunciaram também as formas encobertas pelas quais os homens ganharam em larga medida o controle sobre as vidas reprodutivas e sexuais das mulheres através da negação à contraceção e ao aborto, da medicalização do parto e da gravidez, da disciplina da sexualidade feminina apenas através da penetração masculina e da legitimação da reprodução apenas no interior do contrato sexual do casamento. Apesar da diversidade de tipologias em relação à articulação entre as políticas sociais e as famílias, salientamos aqui a dos *regimes genderizados* (Jane Lewis 1992;

¹⁰² Neste grupo, estão, além de Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha e Reino Unido (Leitner 2003: 360).

¹⁰³ Para além de Portugal, Grécia, Itália, Holanda e Espanha (Leitner 2003: 363).

1986) na medida em que evidencia os efeitos diferenciais das intervenções políticas segundo o género, “o que permite introduzir a questão da organização da vida privada e das relações ligadas com o trabalho de reprodução” (Martin 1999: 29), onde a autora distingue entre (i) regimes que reforçam o ganha-pão masculino; (ii) modelos centrados nas crianças, ou ‘pró-natalistas’, que não são necessariamente sempre patriarcais, mas onde os direitos das mulheres são subsidiários dos das crianças; e (iii) o de duplo ganha-pão que reconhece a participação de ambos os adultos quer no mercado de trabalho quer na prestação de cuidados às crianças (para uma discussão mais aprofundada ver também Marques e colegas 2002).

Num contexto de uma forte *retoma* da ideologia em torno da família, também as políticas sociais parecem dar conta de um *familialismo*, no sentido em que a família parece estar no centro das suas preocupações. Mas entre a retórica e os factos, há um abismo importante a conhecer e, nessa medida, Sigrid Leitner (2003) dá conta de quatro tipos ideais de *familialismo* para olhar as medidas das políticas sociais. Segundo esta autora:

“o *familialismo explícito* não apenas reforça a família na prestação de cuidados às crianças, deficientes e idosos através das políticas *familialísticas*. Também falha na provisão de qualquer alternativa ao cuidado familiar. Esta falha na provisão de cuidados públicos e/ou pelo mercado em conjunto com uma forte *familialização* reforça explicitamente a função familiar do cuidar. (2003: 358-9)

Por outro lado, um outro tipo de *familialismo*, este *opcional* seria aquele em que:

são providenciados serviços assim como políticas de apoio ao cuidar. Assim, a família cuidadora é reforçada mas também é dada a opção para ser (parcialmente) aliviada do fardo das responsabilidades do cuidar. Em ambos, no *familialismo explícito* e *opcional*, ‘o tempo certo para o cuidar’ [...] é valorizado pelas políticas *familialísticas* que promovem o cuidar pelas famílias. No entanto, apenas no *familialismo opcional* o direito da família a cuidar não equivale a obrigação da família a cuidar. (idem: 359)

Para além destes dois:

o *familialismo implícito* nem oferece *des-familialização* nem apoia activamente a função do cuidar da família através de qualquer tipo de política *familialística*. No entanto, a família será a principal prestadora de cuidados nestes regimes de bem-estar já que não há alternativas à mão. Este tipo, então, assenta implicitamente na família nas questões do cuidar. (idem)

Finalmente, para a autora, existiria um quarto tipo, o *des-familialismo* que:

seria caracterizado por uma forte *des-familialização* devida à provisão estatal ou pelo mercado de serviços do cuidar e pela fraca *familialização*. Assim, as/os prestadoras/es de cuidados da família são (parcialmente) aliviadas/os mas o direito da família ao cuidar não é valorizado. (idem)

No que se refere às questões de género, importa equacionar como nestes regimes de bem-estar, e articulando-os com a tipologia de Jane Lewis, se ligam com a hierarquia de género. Segundo Sigrid Leitner, o *familialismo implícito* “parece um modelo de *laissez-faire* de política familiar em que o estado procura não exercer influência sobre a família” (idem: 365). No entanto, com o seu fraco apoio à função familiar do cuidar e sem providenciar alternativas de provisão de serviços, “afecta as relações de género na medida em que simplesmente reproduz e por isso confirma o *status quo* genderizado da provisão de cuidados no seio da família” (2003: 365-6). Por seu turno, as políticas de *desfamiliarização*, na medida em que aliviam a família da provisão de cuidados, providenciam opções de prestação de cuidados familiares, “enfraquecem os modelos de um só ganha-pão em que uma pessoa está empregada e a outra disponível para o cuidado à família e representam um condição estrutural para a igualdade de género no mercado de trabalho” (idem: 366). A análise teórica combinada com o estudo dos diversos indicadores neste campo permite algumas autoras afirmar que as políticas familiarísticas regulam directamente as relações de género, onde:

parecem automaticamente reforçar os papéis de género tradicionais na medida em que pretendem manter e até reforçar a função familiar do cuidar. Como o cuidado familiar é na maioria dos casos trabalho das mulheres, estas políticas não apenas apoiarão a família como tal, na sua função do cuidar, mas também reforçarão o papel das mulheres como prestadoras de cuidados e, desta forma, reproduzem a divisão genderizada do cuidar familiar. (idem)

E embora não tenha que ser necessariamente assim¹⁰⁴, o certo é que, sobretudo nos países da periferia europeia, onde as questões financeiras e os gastos públicos estão cada vez mais no foco dos debates políticos, o familialismo, sobretudo na forma implícita, que não apoia os cuidados na família nem fornece alternativas, é aquele que se mostra mais prejudicial ao avanço na direcção da igualdade entre mulheres e homens.

Neste sentido, as políticas sociais¹⁰⁵ constituem, em cada momento histórico, um analisador importante das condições sociais, das relações entre estado, processo de produção e cidadania, e outras áreas da vida social. A educação tem de enfrentar uma

¹⁰⁴ A autora acrescenta que, eventualmente, isto não necessita de ser sempre assim, na medida em que é possível simultaneamente “validar o cuidar familiar e reforçar a independência das prestadoras familiares de cuidados” sem reforçar a genderização do cuidar familiar, na medida em que “as políticas familiarísticas podem também conter incentivos para assegurar que a provisão de cuidados é partilhada em termos iguais entre os membros da família, homens e mulheres. Por isso, o familialismo explícito e o opcional permitem ambas opções: uma variante genderizada ou uma variante desgenderizada” (2003: 366-7).

¹⁰⁵ Claus Offe define política social como aquela produção do estado que “não é mera *reação* do Estado aos «problemas» da classe operária mas [que] contribui, de forma indispensável, para a *constituição* dessa classe” 1984: 22)

tensão importante que se está vivendo e que tem a ver com a forma contraditória com que se olha a juventude. Por um lado, a juventude, enquanto conceito abstracto relacionado com uma noções idealizadas de corpo perfeito e de saúde está a ser ‘venerada’ e mercadorizada, num sentido duplo: i. como arma de arremesso nos locais de trabalho para justificar despedimentos (dispensar trabalhadoras/es) e contratar jovens de forma mais precária¹⁰⁶; ii. como alvo de consumo de produtos ligados ao corpo e à dita preservação da juventude (que vão desde produtos estéticos, ligados à alimentação e aos suplementos «vitalícios» e de emagrecimento, até às questões da ginástica, e do *fitness*), consumo que atinge sobretudo as mulheres mas que se vai alargando também aos homens. Simultaneamente e numa direcção contrária, a juventude está a ser *abandonada*, no sentido em que as políticas sociais e o estado de bem-estar vão largando a ideia e a prática da preparação do futuro: a ausência de perspectivas de futuro é um ataque grave à juventude concreta e real, já que, inexoravelmente, irão envelhecer, significando que felizmente se mantiveram vivas/os; mais ainda, o desinvestimento no sector público da educação constitui também uma forma de abandonar as crianças e as/os jovens, sobretudo as dos grupos sociais mais desfavorecidos. *Rankings* e outras hierarquizações do tipo, na área da educação, assim como o descalabro da privatização de sectores fundamentais para a concretização da cidadania (saúde, segurança social, etc.) constituem formas claras de ataque às crianças e aos jovens: está-se a travar-lhes o sonho, e a possibilidade de pensarem o futuro. Neste sentido, interessa denunciar como uma ética que defende em termos absolutos o direitos dos embriões e dos fetos se nega a defender as crianças, adolescentes e jovens.

As identidades genderizadas, assim como as de classe, de «raça» e etnia, de capacidade e orientação sexual são parcialmente quer produzidas pelos discursos políticos enquadadores quer pelas políticas sociais. O estado desempenha um papel crucial como regulador das identidades genderizadas “encorporadas no desenvolvimento e nas políticas associadas aos modernos estados de bem-estar” (Marshall1994), na medida em que não apenas «actua» sobre os sujeitos, como também “os constrói activamente em formas particulares de género”, de «raça» e etnia, de classe e de desejo.

¹⁰⁶ Por exemplo, no caso português, o exemplo dos bancos é muito grave e tem atingido mulheres e homens em termos da sua saúde psicológica e física de forma muito gravosa.

3.1. O caso da Lei de Bases da Família e do Código de Trabalho de 2002

A Lei de Bases da Família e o Código de Trabalho de 2002 constituem dois documentos de política social que, para além da sua incidência nas famílias, vêm trazer um grande retrocesso no que diz respeito ao papel do estado na produção das identidades genderizadas e uma nova tensão, na medida em que vem agravar a já problemática inserção das mulheres como cidadãs de corpo inteiro. Até 2002, a produção legislativa e discursiva estava caminhando na construção de novos sujeitos sociais e familiares (veja-se, entre outras, Marques e colegas 2002), sendo que, legislativamente, entre 1992 e 2001, as novas identidades de género e sexualidades, aos poucos, foram ficando mais visíveis. Constatávamos, em análise anterior, que “esta visibilidade é consequência do novo colorido que constituem as actuais estruturas familiares, aliado a questões económicas e políticas, e a pressões de movimentos sociais, principalmente feminista, gay e lésbico” (idem: 11). Apesar disto, a noção subjacente era ainda a da família nuclear heterossexual, dadas as restrições quanto ao casamento e à adopção. As próprias políticas para a família, ainda que tendo como implícito o modelo nuclear e heterossexual, foram-se descobrindo a outros modelos e a uma possibilidade de abertura à individualidade dentro do colectivo família, destacando-se a assunção das mulheres como participantes activas quer como ganha-pão, quer na esfera da cidadania (por exemplo, o início das políticas para a paternidade constituíram um indicador de que a sociedade assume que as crianças não são apenas responsabilidade feminina, antes a partilhar com o grupo masculino¹⁰⁷).

No entanto, esta direcção parece ter-se invertido em 2002, com o reforço considerável de discursos e produção legislativa de pendor neoliberal conservador, patriarcal e homofóbico. Dessa análise, destacávamos o facto de, em termos das relações laborais, termos ficado mais fragilizadas contra a discriminação com uma Lei de Bases da Família que, significando um recuo social de mais de três décadas, apela a direitos familiares por oposição a direitos individuais. Cruzada com o anteprojecto de Código de Trabalho, assistimos a uma penalização das mulheres, das minorias e das classes trabalhadoras, já que vai ser sobre estas e estes que pesará a retirada dos direitos e apoios até agora previstos na legislação portuguesa (alguns deles ainda de data muito recente).

¹⁰⁷ Apesar de, em termos práticos, o exercício da licença de maternidade confronte muitas resistências sociais, quer por parte de homens, quer de empregadores (veja-se a este propósito, Ferreira 2003).

A Lei de Bases da Família do CDS/PP, aprovada em 2002, constitui um recuo importante em termos de uma concepção social assente em direitos individuais e na diversidade de organização familiar, de onde se pode inferir que “o texto parece pretender consolidar uma óptica de certo modo corporativista de família — que será representada por associações de famílias cujos perfis não são definidos” (Braga da Cruz 2002: 5)¹⁰⁸. Ana Maria Braga da Cruz coloca em questão a própria existência de uma “lei de bases da família”:

É discutível que o Estado possa impor uma Lei de Bases à família pois, salvo no que respeita a matéria penal e do âmbito do Direito Civil, não deverá imiscuir-se na privacidade das pessoas nem nas relações familiares. A ingerência na privacidade (das famílias ou dos indivíduos) só será admissível quando estão em causa direitos fundamentais (v.g., casos de violência doméstica). (Braga da Cruz 2002: 3)

Tendo em conta a retórica presente das diversas *bases* (ver análise detalhada em Marques e colegas 2002), estamos perante um maternalismo ‘domesticizado’, com claras pressões para reenviar as mulheres para o regresso ao lar heterossexual, isto é, à família nuclear. Como se pode observar nos documentos citados, à família — e conseqüentemente, às mulheres — vão ser atribuídas diversas funções, entre elas, as ‘terapêuticas’, sendo que o apoio a idosos, deficientes, doentes crónicos, descendentes ou ascendentes parecem vir a ficar sob sua exclusiva responsabilidade, descartando-se o Estado e a sociedade da obrigação de encontrar soluções em conjunto de forma a prosseguir políticas de maior justiça social. O aumento da licença de maternidade e outros ‘benefícios’, sem o equilíbrio em relação à paternidade e sem a necessária articulação com os direitos laborais, volta a tentar recolocar o total das responsabilidades domésticas e do cuidar das crianças sobre as mulheres e a retirar dos ombros masculinos essa responsabilidade, deixando-os para a arena pública da cidadania e ao mítico papel de ganha-pão sustento da família.

Afirmávamos, nesse documento que:

... no que se refere à intimidade e reflectindo sobre a legitimação *versus* patologização da diferença, se até 2001 podemos falar de uma progressiva visibilidade e legitimação dessa diferença e das diferentes estruturas familiares, incluindo as famílias gays e lésbicas, 2002 parece constituir um claro retrocesso que terá conseqüências na felicidade das pessoas e na qualidade de vida dos seus quotidianos. (Marques e colegas 2002: 18)

¹⁰⁸ No parecer que a autora elaborou, ainda enquanto Presidente da CIDM, há a destacar: “Julga-se que deverão ser as associações - tal como os indivíduos - a ter o dever de respeitar os princípios assumidos na CRP (artº 37º e 67º e segs) , e não o inverso. Por exemplo, o direito à privacidade é fundamental, mas haverá que admitir limites. A violência contra mulheres, crianças e idosos que ocorre no interior das famílias assim o aconselham, em nome dos direitos, liberdades e garantias” (2002: 6) E mais à frente: “A protecção da criança antes do nascimento - quando surge a vida humana? , continua a ser a questão - coloca questões relativas à IVG cuja sede de discussão será de ponderar” (idem).

Num aparente paradoxo entre o máximo do individualismo, num código do trabalho que deixa a/o trabalhador/a só perante o seu patrão / empregador/a, e uma Lei de Bases da Família que nega os direitos individuais em nome do que querem fazer crer como “célula base da sociedade”, encontramos ainda uma tendência para a disciplinação da realidade familiar, sugerindo muita ‘formação para as famílias’ — descodificação: ‘para as mulheres’ — para quem não seja ‘adequado/a’ e pertença a famílias “desestruturadas” ou “disfuncionais”, adjectivos sempre presentes para *patologizar* o diferente.

Desta forma, esta nova produção discursiva e legislativa que abrange sectores muito diferenciados como o ‘rendimento social de inserção’ (que discutimos mais à frente), o II Plano Nacional para a Igualdade ou até mesmo o II Plano Nacional contra a Violência, tenta produzir uma naturalização de ‘família’, que remete para concepções de *natureza* e *destino*, desobrigando o Estado e a sociedade em geral de construir uma democracia com lugar igual para todas e todos, fazendo crer que as situações que não se enquadrem nesta ‘natureza’ precisam de ser ‘tratadas’ para serem mais ‘funcionais’. Se a noção de ‘família’ como base estrutural e fundamental da sociedade estava também presente no discurso e na legislação produzida até 2001, aquela que vem a partir de 2002 acrescenta-lhe tonalidades de maior abismo social entre ricos e pobres, entre trabalhadores/as e empregadores/as, entre mulheres e homens, entre heterossexuais e homossexuais, agravando disparidades sociais que irão significar, não o trilhar do caminho do desenvolvimento, mas a inversão do percurso, em direcção a um maior subdesenvolvimento do país.

3.2. Cidadania e direitos sociais: o caso do rmg versus rsi

A análise destes dois diplomas de política social (ver anexo) mostra diferentes orientações em termos dos conceitos de cidadania implícitos. Em primeiro lugar, logo as designações «rendimento mínimo *garantido*» e «rendimento *social* de *inserção*» remetem para concepções diferentes do que constituem estes apoios para a cidadania. Um rendimento mínimo é uma concepção de que existe um mínimo base, uma linha abaixo da qual a pessoa não tem as condições essenciais para ser cidadã, por isso, este mínimo precisa de lhe ser «garantido» pelas formas redistributivas. Já o «social» e o facto de ser de

«inserção», e se olharmos para o preâmbulo da lei, remete para noções de dependência, isto é, de algo que o estado dá mas que não é devido aos cidadãos, recebem-no como um favor e para se inserirem no sistema. Fica claro que não há lugar para pensar de forma diferente (ou pelo menos para parecer).

Um outro aspecto que torna evidente como no segundo diploma a pessoa é tratada como *carente* e cidadã de segunda, é o facto de que tem que aceitar obrigatoriamente, sob pena de lhe ser retirado o subsídio, qualquer trabalho considerado “socialmente relevante”. Não se trata de ter que aceitar qualquer tipo de emprego, mas antes qualquer tipo de trabalho. Neste “trabalho considerado socialmente relevante”, que é normalmente nas IPSSs, ou nas escolas, a pessoa não recebe salário nem estabelece com a entidade para quem trabalha qualquer tipo de contrato ou de acordo. Continua a receber o RSI, e vai fazer trabalho de carácter, na maioria das vezes, «social». Em primeiro lugar, há aqui uma desvalorização grave do que constitui «trabalho social» (que não pode ser aqui discutido), mas é grave pensar que qualquer pessoa pode fazer apoio domiciliário e qualquer pessoa pode assumir o trabalho de porteiro de uma escola ou de auxiliar de acção educativa em geral. No caso das escolas, isto até vai contra tudo o que na última década se tem trabalhado que é no sentido de formar as/os auxiliares de acção educativa, de consciencializar a comunidade educativa das responsabilidades e funções que desempenham estas/es profissionais¹⁰⁹. A segunda questão coloca-se na forma como estas políticas sociais passam a tratar e a ver a pessoa que recebe o subsídio. Apesar de a instituição precisar de uma pessoa para o exercício de determinada função (quer seja uma IPSS, quer seja uma escola) o dinheiro não passa directamente entre a entidade empregadora e a pessoa que desempenha a função, mediada pela relação de contrato salarial e que está regulado por normas entre empregadores e trabalhadores, possível inclusive de adesão e apoio sindical, etc. Não, a/o beneficiário continua a receber pelo rsi, mantendo a relação de dependência. No entanto, e paradoxalmente, exigem que a/o beneficiário todos os anos retome o pedido do subsídio, independentemente de a sua situação se manter ou não. Se não renovar ao fim do ano, é-lhe retirado. Ou seja, para retirar o subsídio, então a pessoa é autónoma; para ser trabalhador/a com dignidade, aí, já é *carente*.

¹⁰⁹ Conhecemos casos de beneficiários do rsi com problemas graves de alcoolismo a desempenhar estas funções.

Outro aspecto a realçar na concepção de menorização das populações com maior desvantagem social, são os vales sociais, isto é, a pessoa recebe um vale de mercearia e tem mesmo que gastar em mercearia, mesmo que eventualmente consiga arranjar comida de outra forma. Destaca-se aqui também o papel de *soft policyng*, já referido, na medida em que o estado quer garantir a regulação e a disciplinação. Tal como na Lei de Bases da Família se pretende vir a dar muita ‘formação’ às famílias, também aqui se pretende ‘ensinar’ o que elas têm que comprar.

Na Lei de Bases da Família e no Rendimento Social de Inserção, a questão da paternidade está omissa. Estava também omissa no Rendimento Mínimo Garantido, mas aqui, a omissão era equilibrada: nem maternidade nem paternidade têm aqui referência, o que não acontece com o diploma de 2002, onde a maternidade é enfatizada.

E desta forma podemos ver que os contextos políticos e económicos abrem diferentes possibilidades para a agência das mulheres e, mais especificamente, abrem diferentes possibilidades de agência para diferentes grupos de mulheres. E é nesse sentido que aqui se considera essencial equacionar as questões da redistribuição como condição básica de cidadania, isto é, que pode garantir que as mulheres, *todas*, possam aceder a uma cidadania plena.

4. As questões da igualdade nas políticas sociais

Para reflectir e enquadrar as questões de género que atravessam as narrativas, têm ainda especial relevância a existência ou ausência de políticas de igualdade. Pode dizer-se que, no nosso país e apesar da legislação ‘avançada’ em termos de igualdade entre mulheres e homens, em muitas áreas da vida social, as políticas para a igualdade têm-se caracterizado por uma fraca efectividade (Ferreira 2000), assumidas retoricamente em consequência sobretudo das pressões das instâncias internacionais e não implementadas, entre outras razões, na opinião desta autora, pela hostilidade das elites governamentais, pela resistência burocrática dos organismos estatais e pela insuficiente mobilização das mulheres para reivindicarem a sua concretização. Assim, e como a mesma autora já tinha desenvolvido noutro texto:

A ideia de que o quadro legal em Portugal é muito avançado é profundamente abalada quando em confronto com as tipologias que tentam classificar os vários países da UE no que toca às políticas de igualdade. [...] todas as tipologias [...] incluem Portugal no grupo dos países com menor desenvolvimento de políticas de igualdade. O problema está em que as boas leis não são aplicadas. (2000/1998: 2003)

Paralelamente, podemos ainda realçar o “mimetismo das elites” (idem) que tem como consequência a produção de uma sociedade dual, onde um sector ‘reservado’ da população vive num “mundo à parte muito distanciado das práticas sociais e das condições económicas quotidianas” (2000/1998: 203).

E como há também mulheres a viver nestes dois mundos, com condições económicas e sociais diversas, de que trata esta tese, o abismo entre o quadro legal e a realidade da vida quotidiana é enorme e pode ser observado nos capítulos seguintes. Serão desenvolvidos, a partir das palavras das narradoras, alguns dos temas que Virgínia Ferreira designa como constituindo a “teia do feminismo global: a violência contra as mulheres, a pobreza, a socialização das responsabilidades domésticas, o direito a uma maternidade desejada, o acesso à propriedade e o papel das mulheres no processo de decisão” (2000: 28). No contexto deste capítulo, sinalizamos a violência contra as mulheres que se salientou na abordagem empírica realizada.

4.1. Cidadania e intervenção técnica: o caso da violência contra as mulheres

A sociedade joga um papel crítico nas possibilidades que dá ou que impede no empoderamento das mulheres, nomeadamente das vítimas de violência (Radford-Hill 2000). De facto, pode não haver soluções individuais totalmente eficazes face à violência contra as mulheres, mas é responsabilidade da sociedade (e não das mulheres individualmente) mudar as práticas e as políticas que encorajam a violência.

Na base do fenómeno social da violência contra as mulheres está uma perspectiva do feminino como subordinado a um masculino hegemónico e uma estrutura social que impõe essa subordinação (Klein 1998), onde desempenha importante papel a estrutura familiar — a forma como está organizada e como se situa face ao conjunto da sociedade, assim como os discursos de um conceito de família idealizada.

Políticas sociais fortes contra a violência doméstica são condição imprescindível para garantir uma cidadania plena das mulheres, já não dizemos em termos emancipatórios — porque para isso é preciso equacionar o tipo de intervenção — mas pelo menos garantindo o essencial da democracia liberal (ver James 1992): a independência física, económica e emocional.

O direito do estado liberal patriarcal tem protegido o “caracter masculino da «intimidade»” (Beleza 2000). Na esfera pública, as pessoas são concebidas como agentes individuais, com estatuto de cidadãos, e com voz e a esfera doméstica é caracterizada por relações de dependência — mulher/homem, filhos/pais, idosos/adultos, doentes/saudáveis.

A “violência contra as mulheres” só emerge como problema social em consequência do diálogo, das experiências partilhadas e duma compreensão feminista, saída dos grupos de mulheres. A partir dos quotidianos, equacionou-se uma nova interpretação sobre a realidade pessoal e social, em que se tornou evidente para as participantes que afinal cada uma não era a única a quem certas ‘coisas’ aconteciam. Foi este um dos primeiros ganhos resultantes das organizações e do trabalho feminista.

Face a esta interpretação, e já que o estado não tinha, na altura, respostas para o problema, numa segunda fase do trabalho feminista, as organizações fizeram um esforço por criar as casas abrigo. Algumas autoras têm designado esta intervenção como o movimento das casas abrigo (*shelter movement*). Assinalam-se, aqui, dois factos importantes: por um lado, a *Década da Mulher* das Nações Unidas e, por outro, de entre diversas conferências internacionais feministas, a Conferência de Houston nos USA (1977) que deixou a mensagem sobre a importância de levar para as políticas nacionais o problema da violência contra as mulheres e o de exigir ao estado o encontrar de soluções, quer pela via legal quer pela construção e financiamento público de casas-abrigo.

É assim que nos anos 1980 e 1990 se assiste a um progressivo *mainstreaming*, ao compromisso do estado na política de protecção social das mulheres, e se poderá falar de uma tentativa de ‘responsabilização’ estatal. Nesta fase, destacam-se, paralelamente, algumas das medidas legais sobre a violência. Em Portugal, as soluções para as mulheres batidas estão ainda numa fase inicial, não tendo acompanhado o movimento das casas-abrigo. Estas são de muito recente implantação em Portugal e oferecem uma oportunidade de sair do ciclo da vitimização introduzindo alterações importantes nas divisões entre

público e privado, entre mundos feminino e masculino, entre responsabilidade social e individual.

No que se refere à intervenção, é importante realçar que, em Portugal, ela não tem sido pensada numa estratégia de emancipação das mulheres para acabar com a sua opressão, portanto, imbuída de consciência feminista, antes, tem sido articulada com concepções relativamente “caridosas”, aparentemente neutras em termos de género e de classe, de que a violência é «má». Isto tem levado a que o trabalho neste âmbito esqueça ou ignore as questões de poder entre homens e mulheres e não reflectia na importância de intervir junto das comunidades no seio das quais esta violência era, pelo menos há 25 anos atrás, considerada não só legítima como, por vezes, desejada. Algo mudou a este respeito, em Portugal. No entanto, a reflexão feminista não chega até sectores importantes da sociedade portuguesa e a intervenção neste campo vai continuar a ser deixada aos/às técnicas que farão o melhor que sabem, mas sem articular uma consciência da opressão das mulheres por serem mulheres, isto é, nas relações patriarcais que se cruzam com as relações capitalistas, todavia, umas e outras, dinâmicas.

Um exemplo de reflexão é um testemunho de um professor, escrito por sua própria iniciativa, face ao conhecimento de uma situação de espancamento regular e sistemático de uma mulher pelo marido e familiares do marido.

- **“Uma história recente que sensibilizou”**

(...)

Esta experiência passou-se na escola X. Ano de 199x, Setembro, Local Y, sou colocado nos ‘apoios educativos’ na escola X. Um dia frio deste mês, ao subir as escadas da escola, encontro uma criança de seis anos, com os sapatos debaixo dos braços e sem meias.

— Então, andas cheio de frio e com os sapatos debaixo dos braços?

— Sr. professor, não ‘tou habituado.

(...) Contactei, então, a irmã, no sentido de a mãe vir à escola para conversar um pouco comigo.

Passados uns dias, chega a mãe para falar. Ao fim de breves instantes, verifiquei que esta se encontrava em estado de embriaguez e com o rosto marcado pela violência de uma agressão. (...)

Num segundo e terceiro encontro, nas semanas seguintes, soube que as agressões físicas de que era alvo eram perpetradas, não só pelo marido, mas também pelos restantes membros da família.

Dizia ela:

— Eles são todos família e eu sou a única estranha.

O marido não trabalhava. Em casa, apenas um cunhado ‘dava umas horas’ ou ‘uns dias’ na construção civil, para arranjar algum dinheiro para comerem e beberem. A casa só tinha um quarto e, embora fosse barraca, não tinha condições para todos lá viverem. (Tive suspeitas de que algumas agressões eram originadas por pressões sexuais por parte de alguns membros daquela família.)

Perante este cenário e não contando todos os pormenores, pensei que, talvez libertando-a do estado de permanente embriaguez, ela pudesse dar novo rumo à sua vida. Assim, tentei convencê-

la a fazer um tratamento. Ao fim de alguma insistência, ela concordou que estava disposta a tudo nesse sentido. Depois contactei a assistente social da área e a responsável da Protecção de Menores que funciona no Tribunal do Local Y. Depois de algumas reuniões, estas conseguiram um lugar, gratuito, no Local Y, onde se faria o tratamento. As assistentes sociais, através de contactos com a senhora, comigo e com a escola, foram preparando toda a operação, sem descuidar os aspectos com as crianças, durante os 15 dias de ausência da mãe.

Em meados do mês de Maio, a senhora foi internada na clínica.

No mês de Junho, depois de sair da clínica, foi à escola. Não parecia a mesma. O rosto pálido em nada se parecia com as faces 'rosadas' que sempre mostrara. Mal se percebia o que dizia. Quando cruzava alguém na rua, evitava dizer 'bom dia', porque sabia que não a perceberíamos. Passe a expressão, 'parecia um zombi'. Andava lentamente, percorrendo linhas curvas.

Embora conversasse com ela, eu sabia que ela me evitava. Pensei que era fruto dos medicamentos que tomara. E seria certamente. Passados alguns dias, passaria.

Não passou. Eu fui de férias, ela regressou a casa, à mesma casa, à casa que conhecia. Para XX, não podia regressar, e naquela casa já tudo era conhecido: os maus tratos, a violência, o álcool. Creio que voltou a beber.

Quando voltei à escola, corria o mês de Setembro, estava frio e ela no leito. O filho já andava de 'sapatilhas', já comia com garfo, mas, no fim desse mês, ficou sem mãe.

O objectivo principal do processo falhou. Raio de vida!"

ZZZZZ, professor (DEPOIMENTO 21-2ª parte)

O depoimento do professor sobre a mulher alcoólica que se suicidou depois de eles e elas (técnicos: professores, assistentes sociais, psicólogas) terem insistido que ela fizesse uma desintoxicação do álcool. Era uma mulher espancada, mas acharam que era ela quem devia ser tratada! Segundo este depoimento, ela era espancada pelo marido e irmãos deste, maus tratos que, provavelmente envolveriam violação. Mas, implicitamente, o que fica claro é a insistência da escola sobre aquela mulher, considerada negligente com os filhos e como acharam que a negligência tinha a ver com o álcool, insistiram que ela se fosse tratar. Ela foi e veio. Pouco depois suicidou-se.

Carol Hagemann-White (1998) analisa o que mudou desde os anos 1970 até aos anos 1990 na Alemanha, no que se refere à forma de encarar a violência contra as mulheres:

Não é que a violência relacionada com o género ou a violência sexual não existisse para os serviços sociais, legais, de psicologia ou de sociologia. Em vez disso, o que se passava era que os actos violentos eram percebidos como parte de um problema com outro nome e misturados nessa amálgama. Assim, quando os homens batiam nas suas esposas, isso era apenas um exemplo do conflito conjugal, ou talvez um aspecto da destruição do núcleo familiar, em conjunto com o alcoolismo, a negligência das crianças e o divórcio; e, de facto, o termo, 'casal violento' podia suprimir por completo quem batia em quem. A violação tornava-se uma forma particularmente aberrante de sexualidade ou um caso especial de comportamento desviante ou criminal, convidando à comparação entre diferentes tipos criminais. O abuso sexual das crianças mantinha-se sob a superfície das discussões sobre o incesto, cujo interesse tradicional parece ter incidido sobre o que é que impedia os filhos adolescentes de possuírem as suas mães com uma tendência — não incidental — para ignorar tanto as questões da idade como as do consentimento. Como eram diferentes no contexto, o acto de violência mantinha-se difuso, porque não era, em si mesmo, conceptualizado como sendo o problema. Isto mudou profundamente, resultando, pelo menos na Alemanha, numa consciência genuinamente nova da violência genderizada como problemática..." (1998: 180)

Segundo a sua análise, o que ela diz para os anos 1970 na Alemanha é válido para interpretar o que o depoimento deste professor nos deixa conhecer da intervenção que, nesta matéria, era predominante ainda nos anos 1990, em Portugal. Importa dizer que, por cá, apesar de tudo, algo mudou: é um professor que toma a iniciativa de escrever este testemunho, sem ser solicitado, consciente de que é necessário reflectir sobre como devem os/as técnicos/as intervir no terreno em situações semelhantes. Há vinte anos atrás, isto nem sequer teria sido escrito.

É nesse sentido que Dobash e colegas (2000) fazem uma reflexão global sobre o estudo e a intervenção junto de homens violentos que espancam e maltratam mulheres. Segundo estes/as autores/as quando os homens falam de violência, geralmente verbalizam “uma condenação dos que maltratam as mulheres mas, muitas vezes, a esta condenação seguem-se afirmações desculpabilizantes relativamente a circunstâncias específicas em que a violência pode ser usada e considerada legítima” (2000: 34). Isto apresenta um dilema tanto para a/o investigador/a como para quem desenha ou faz intervenção, na medida em que “precisam de se mover das posições socialmente aceitáveis ou socialmente desejáveis de que a violência é errada para a realidade vívida em que é aceitável quando a mulher se envolve em algum comportamento julgado pelo homem como indesejável ou inaceitável para ele ou para outros no seu círculo de amigos. Padrões semelhantes de pensamento e de comportamento aparecem também entre os homens que violam mulheres ou abusam sexualmente de crianças” (idem 34-5). E mais uma vez, a questão do *mainstreaming* surge, então como importante no espaço que deixa para o campo feminista e para o equacionamento de uma sociedade justa para mulheres e homens:

O paradoxo do *mainstreaming* agarra a questão da violência e parece inerente aos movimentos feministas numa sociedade moderna. O feminismo ganha legitimidade social e política quando as questões ressoam num público mais alargado, embora cada ‘sucesso’ faça gerar ambivalência entre quem está mais perto das realidades do problema e a sua típica resposta em enfatizar a sociedade patriarcal pode acabar na confirmação daquilo que o movimento pretendia mudar. A dinâmica potencial de tais desenvolvimentos é muitas vezes completamente invisível às activistas nas situações locais concretas: a este respeito, a interacção entre a pesquisa e o trabalho prático pode provar-se valiosa para ambos os lados. (Hagemann-White, idem: 189)

Outras autoras estudaram as atitudes face à violência contra as mulheres em geral e face à violação em particular e as ideologias políticas (Lambert e Raiche, citadas por Susana Maria 2004). Assim, “as pessoas que defendem uma ideologia mais conservadora tendem a culpabilizar as vítimas”, para o que as autoras apresentam algumas hipóteses

explicativas: a hipótese do «mundo justo»; a da responsabilidade pessoal e a da legitimação. Assim, os sectores conservadores, por um lado, teriam tendência a “acreditar que o mundo é justo, estando aqui implícito que as pessoas obtêm aquilo que merecem e merecem aquilo que têm”; por outro, “responderiam de uma forma mais punitiva perante as pessoas que transgridem as regras tradicionais”; e por outro, ainda, estes sectores legitimariam “as relações hierárquicas entre homens e mulheres, o que levaria a uma tendência de, aquando de uma situação de violação, justificar o comportamento do homem violador perante a mulher violada” (2004: 17-18). Para estes sectores, exceptuando as «vítimas ideais»¹¹⁰, nenhuma outra seria mesmo vítima, contribuindo para o que, técnica e teoricamente vem sendo designado como «dupla vitimização» (*blaming the victim*).

5. Agências socializadoras em tempos de globalização

O campo educativo em tempos de globalização não mais pode ser pensado de forma «paroquial», ou seja, tendo apenas em conta os mecanismos, espaços e tempos produtivos localmente. Enfim, já se sabia que a rádio e a televisão constituíam poderosos meios de transmissão de valores, ideias, modos de estar, mas hoje a situação alarga-se e complexifica-se porque a própria produção televisiva ganhou novos contornos com os «reality shows» e com os programas de entretenimento, a maioria deles produzidos por grandes empresas que detém não apenas essas produções mas a publicação de revistas, linhas de mercado de produtos associados, etc.

Se a isto juntarmos o facto de que a própria educação escolar está a sofrer processos de mercadorização, quer de produtos do conhecimento quer da produção e transmissão do saber, esta questão fica muito mais complexa, agravada com a articulação muitas vezes em tensão, com a sociedade informacional e com os *mass media*¹¹¹.

¹¹⁰ O conceito de «vítimas ideais» surge como oposição ao de «vítimas culpadas», ou seja, a divisão que as instituições fazem entre as vítimas irrepugnáveis, cujo comportamento se enquadra nas regras tradicionais completamente [na imagem da virgem pura e inocente] e as outras cujo comportamento surge como desculpabilizante do agressor. Vejam-se os dois recentes acórdãos do Supremo Tribunal que diminuem a pena a dois uxoricidas, num dos casos porque ela se teria recusado a relações sexuais nos dois últimos meses, no outro porque não deixou o almoço em condições para sua excelência comer. Em ambos os casos, as esposas eram vítimas de maus tratos, e estas duas atitudes dos juizes do Supremo mostra como, apesar das funções que ocupam, têm conceitos fascistas de cidadania das mulheres.

¹¹¹ É curioso observar, por exemplo, como a função instrucional está a entrar para o ciberespaço e para o espaço mediático: ler por exemplo, “Língua portuguesa vai ter programas na rádio e tv”, artigo de Maria João, Público, 14 Janeiro 2005, e “RTP e António Barreto vão fazer o retrato social de Portugal”, também no Público, 14 Janeiro 2005.

Citamos aqui apenas alguns exemplos para pensarmos um campo educativo que seja capaz de desafiar os eixos de opressão, concretamente enraizados nas experiências das mulheres, enquanto inseridas em grupos sociais, não apenas de gênero, mas também de classe, de região, de capacidade, de orientação sexual, de etnia e «raça».

5.1. A socialização da globalização

Cada vez mais, grandes corporações financeiras, coincidentemente, a maioria de origem estadunidense, estão a utilizar conhecimentos pedagógicos no sentido de assegurar a produção e reprodução simbólica e material do capitalismo globalizado. Estas “novas máquinas pedagógicas”, como lhe chama Giroux, em conjunto com outros espaços e mecanismos dos *media*, estão a rescrever “os textos sobre poder e identidade, e como esses textos ressoam com discursos públicos mais amplos sobre raça, gênero, classe e identidade nacional [estadunidense]” (Giroux em Torres 2000: 123). Estas corporações trabalham, em consonância com a ideologia conservadora e neoliberal, no sentido de despolitizar campos importantes das vidas das pessoas, neste caso, a área do divertimento, do lazer, do corpo e da identidade. Esta nova indústria do entretenimento apresenta uma falsa separação entre divertimento e política, mascarando as formas pelas quais fazem política e propagam ideologias, na sua maior parte, etnocêntrica, racista, sexista, eugenística, homofóbica e demonizam a juventude, sobretudo a juventude masculina e de cor. Ao mesmo tempo, veiculam valores e ideias estadunidenses para serem exportados e digeridos globalmente. Nisto colaboram governos nacionais e empresas locais, nomeadamente os *media* audiovisual, onde a programação estadunidense e os programas de entretenimento com origem nessas corporações têm um peso brutal.

Para além destas empresas, «máquinas pedagógicas», há toda uma parafernália em termos do mercado dos brinquedos e dos jogos, que se combina produzindo uma cultura misógina, racista e violenta. A *barbie* é um claro exemplo e o seu império no mercado mostra-a um gigante da socialização sexista e classista difícil de derrubar. Como afirma Alice Marques:

A boneca mais vendida do mundo encarna década após década o ideal de feminilidade. E os lucros que as vendas representam ilustram eloquentemente o poder do capitalismo para incorporar valores de cada vaga feminista transformando-os em milhões de dólares. [...] Ainda que se possa admitir que os rapazes também brincam com bonecas, o que eles podem aprender com elas é que, qualquer que seja o trabalho que a mulher faça, a sua primeira preocupação deve ser com a aparência. (2004: 37-8)

Para além do sexismo, esta boneca é também um marcador de classe¹¹², não apenas em termos dos adereços e símbolos que carrega, mas também porque, pelo menos em Portugal, é muito cara, constituindo-se dessa forma em objecto de desejo e, portanto, também de identificação, por parte das meninas de classes sociais cujo orçamento suporta mal este custo.

Outro tipo de “novas máquinas pedagógicas” são importantes para reflectirmos sobre a socialização e a educação informal, como as revistas para mulheres e as revistas para raparigas¹¹³. Alice Marques estudou duas revistas femininas, a *Cosmopolitan* e a *Máxima*, enquanto dois exemplos do lugar e do papel que os *media* (neste caso, a chamada ‘imprensa feminina’) ocupam e desempenham na produção e reprodução da ordem simbólica, de género, de classe e de «raça». Como afirma a autora citada:

O carácter internacional da *Cosmopolitan* ilustra em todos os sentidos um processo de globalização económica e hegemónica de valores. Com efeito, a partilha dos conteúdos é um dos trunfos desta revista, que faz circular pelos cinco continentes os mesmos modelos de feminilidade, numa atitude de autêntico etnocentrismo. Em países racial, étnica e culturalmente distintos, como a Índia, a África do Sul ou a Turquia, para citar apenas três, onde as questões da beleza e da liberdade sexual não são certamente tão relevantes e prioritárias como no Ocidente, a revista faz circular imagens do corpo perfeito de mulher branca de classe média, emancipada, com uma carreira de sucesso. Têm razão algumas feministas ao considerá-la um *medium* «carregado de etnocentrismo, imperialismo e racismo. (Marques 2004: 45)

E isto é relevante para a construção das subjectividades e para as formas disponíveis às mulheres para dizerem a sua vida e a sua visão do mundo. Nos diversos encontros com as entrevistadas, e que foram muitos, muitas referiram programas de televisão, nomeadamente os chamados *reality shows*, evidenciando como estes dispositivos se cruzavam com as suas vivências, preocupações, visões e valores.

Observações finais

¹¹² Todos os modelos que conhecemos vendidos em Portugal (até 2002) incluem adereços e roupagens que remetem para um ideal de feminilidade de classe dominante.

¹¹³ Pode exemplificar-se com a Ragazza, Bravo, Witch, Pop, etc.

Estas breves notas acerca dos contextos políticos e sociais das narrativas ajudam a enquadrar temas, relatos e testemunhos que serão apresentados nos capítulos seguintes, nas vozes e nos termos das próprias narradoras. Muitos outros aspectos dos seus contextos sociais poderiam ser também caracterizados. Mas isso levar-nos-ia para outra tese e não desperdiçar a nossa análise das experiências e das perspectivas de quem entrevistámos e com quem dialogámos.

Como atrás se disse, os objectivos deste trabalho situam-se na procura de reflectir sobre os diferentes espaços de vida em que estas mulheres se movem e conhecer como é que elas *avaliam* estes últimos vinte e cinco, trinta anos, em termos da escolarização, do mundo do trabalho pago fora do lar, do mundo da vida privada doméstica e familiar, do mundo da política, das suas próprias energias, desejos e expectativas, dos efeitos do feminismo e dos movimentos de mulheres na vida social portuguesa e, finalmente, como relacionam estas dimensões entre si.

CAPÍTULO V – QUOTIDIANOS DE TRABALHO, FAMÍLIA E (NÃO) LAZER

Introdução

Este capítulo diz respeito à análise dos quotidianos — familiares, de trabalho e de (não) lazer — em que vivem as mulheres de quem nos fomos aproximando ao longo desta pesquisa. A ideia de juntar estas dimensões habitualmente separadas no pensamento e teoria sociológicas tem a ver, em primeiro lugar, com o foco nas questões educativas, encarando uma noção de educação que vai muito para além do sistema escolar formal e engloba as diversas formas de aprendizagem e de transmissão cultural que se processam nos vários espaços onde as pessoas circulam. Em segundo lugar, relaciona-se com o crescente esfumar das fronteiras quer entre campos quer entre objectos de estudo sociológicos, quer ainda entre lar e trabalho remunerado, separação esta considerada uma das principais características da sociedade industrial.

Os desenvolvimentos sociológicos mais recentes têm trazido uma riqueza de conhecimento em torno de temáticas como o corpo, o espaço, o tempo e o lazer, embora muitas vezes estas pesquisas raramente foquem ou relacionem estes campos com o universo familiar (Morgan 1996). No entanto, não há dúvidas sobre a importância da família nestas temáticas, considerando-se ainda crucial, nesta investigação, os processos e os mecanismos em que as relações no interior do grupo familiar se articulam, reforçam, desafiam ou seguem os desenvolvimentos das relações no mundo do trabalho.

Assim, serão apresentados os contributos das subjectividades e das experiências de mulheres no que se refere aos espaços familiar, de trabalho remunerado e de (ausência de) lazer, articulando temáticas relacionadas com o espaço, o tempo, o corpo, as relações entre as pessoas, a classe, a etnia, a orientação sexual e a região onde vivem ou viveram as suas vidas.

No contexto desta tese, *família* surge de diversas maneiras que se pretendem explorar: i) enquanto espaço social — uma esfera da vida —, a família emerge nas histórias de vida das mulheres como uma das dimensões que elas valorizam, por vezes sobremaneira, o

que se pode relacionar com o facto de que historicamente, na civilização ocidental, às mulheres tem sido atribuído o espaço doméstico; ii) enquanto ‘familiarismo’, ideologia e representações sociais sobre esta instituição social, pervasivas a toda a sociedade e que enformam as relações entre as instituições educativas e este grupo de pessoas a que historicamente se tem chamado família e enquanto objecto difuso ou mais clarificado de políticas sociais; iii) enquanto instituição educativa — agente educativo — entre outras, que tem trabalhado para a reprodução ou para a emancipação das relações de género e para a reprodução ou emancipação das relações de classe.

As noções de família são social e historicamente construídas (Ariès 1986, Badinter s/d), sendo que as actuais concepções ideológicas hegemónicas sobre família e maternidade foram produzidas ao longo, sobretudo, do séc. XIX, como construção social da classe média.

Conceptualizada pela investigação feminista como o ‘reino’ do patriarcado, uma primeira questão em torno da família tem a ver com a surpresa em termos da pesquisa bibliográfica. Enquanto nos anos 1980, era necessário ler investigação feminista para conhecer as suas análises, perspectivas e resultados empíricos, agora muitas obras compreensivas na área dos estudos sobre a família ou da sociologia da família apresentam, dentro das diversas perspectivas, a feminista, a par do funcionalismo, da teoria dos sistemas, do pós-estruturalismo, do marxismo, etc. (Morgan 1996, Rodger 1996, Abbott e Wallace 1990a, Muncie *et al.* 1997, Rodger 1996).

Em relação ao trabalho, tem sido veiculado, tanto pelas estatísticas oficiais como por algumas pesquisas e publicações na área dos estudos sobre as mulheres, que as portuguesas trabalham mais, tanto em termos de percentagem relativa face à força de trabalho, como em termos de trabalho a tempo inteiro e ao longo da vida, sendo menor a percentagem das que interrompem após o nascimento dos filhos. Esses números têm regojizado algumas/uns pelo que possam indicar da autonomia e independência das mulheres portuguesas, e têm sido motivo de algum investimento e políticas sociais de pressão para o reenvio desta força de trabalho para o espaço doméstico, onde o seu trabalho se tornará, novamente, invisível.

Tal como nas questões da família, o que constitui *trabalho* tem sido sociologicamente contestado (Walby 1990, Fonseca 1995), na medida em que algumas perspectivas apenas

incluem nas suas análises o trabalho formal pago e fora da esfera doméstica, portanto, apenas o trabalho numa perspectiva masculina (muito embora algumas mulheres também aí estejam incluídas).

Neste sentido, as próximas secção apresentam as subjectividades e experiências narradas pelas entrevistadas no que se refere aos seus quotidianos.

1. Sintonizando *famílias*, a partir das narrativas

Serão as vozes das mulheres que marcarão o tom e darão fundo, cor, ritmo e melodia à caracterização das esferas sociais aqui apresentadas. Serão as suas perspectivas que emergirão, entretecidas nas suas experiências, memórias e opiniões. Iniciar-se-á com a apresentação dos seus contextos familiares e sociais na infância e juventude, articulando percursos e opções em termos escolares, profissionais e juvenis que, nas formas pelas quais são recordados, em parte contribuíram para as suas identidades actuais. Apresentar-se-ão, seguidamente, as experiências da adolescência e juventude, da vivência do corpo e da sexualidade, do namoro, casamento, maternidade e do início da vida profissional ou de trabalho. Abordar-se-á o papel da ‘comunidade’ e de outras relações pessoais, nas diversas formas como tecem os seus quotidianos. Finalizaremos iniciando o caminho para conhecer a agência destas mulheres no seio dos contextos familiares, de trabalho remunerado ou não, e de lazer, quando o têm ou quando o valorizam.

1.1. Quotidianos familiares, (na infância e juventude), a partir das narrativas

As histórias de vida e narrativas biográficas abrangem um leque temporal alargado, sendo que as narradoras vivem as suas infâncias e famílias de origem em contextos históricos e políticos diferentes: as mais velhas experienciaram o moralismo absoluto do fascismo português que se caracterizou por um grande abismo social entre os poderosos e a imensa maioria da população; um outro grupo cresce e faz a sua socialização nos anos 1960 e 1970, uma época em que se vivia um momento de expectativas de mobilidade social;

finalmente, o terceiro grupo vive a sua infância no pós 25 de Abril. É com as suas palavras que poderemos conhecer as tonalidades das suas infâncias e adolescências.

• **Infância: liberdade da rua, da beira-mar, dos campos *versus* trabalho duro e muitas horas**

Mas as recordações, memórias e experiências destas mulheres sobre a infância são diferentes, já que se a umas foi dada alguma oportunidade de experienciar essa liberdade de ir até à beira-mar, de brincar nos campos, na rua, mesmo na cidade, portanto, aquela liberdade pitoresca do naturalismo romântico; a outras, os tempos livres depois da escola foram vividos a trabalhar a par com o ofício da família:

... eu digo que a infância foi feliz... mas nalguns aspectos, foi só exactamente porque depois tive esta compensação de algumas pessoas. (Hivi2, Ent1: 2)

O meu pai era moleiro. (...) Porque durante grande parte do ano não havia água e, portanto, não se moía. E aí passava-se muito mal. Eu tenho uma ideia muito concreta disso. (Hivi3, Ent1: 1-2)

... foi um tempo muito difícil, porque eu não tinha tempo para estudar, tinha que trabalhar, não podia estudar e, portanto, fazia-o de madrugada... (Hivi3, Ent1: 7)

Nasci numa aldeia, perto de Canedo, inicie ali a minha vida, no processo mais tradicional, no período do fascismo, em que o meu pai trabalhava e não tinha direito a caixa, nem sequer teve direito a caixa, quando acabou não quando chegou aos 70 anos e teve que amputar uma perna. (Hivi5, ent1: 1-2)

A narradora deste último excerto viu-se cega aos doze anos, numa sociedade extremamente desequilibrada, sem oportunidades para as mulheres a não ser o casamento e a vida doméstica. Viveu uma infância como “uma miúda, de liberdade total, criada numa aldeia, em que tinha o conhecimento de todos os bichos, de todas as ervas, de todas as plantas, de visualizar toda a natureza” (Hivi5, ent1: 2), passando para a situação de jovem deficiente, com as acrescidas restrições que esta condição lhe impunha.

Como outras entrevistadas, D. Graciela vive uma infância também em relação com a natureza, mas uma relação em que o trabalho se confunde com a brincadeira — ia ao rio lavar a roupa da família toda.

[Na infância] brincava. Ia para o rio, lavar bacias de roupa, vinha com as bacias de roupa. Com outras raparigas ciganas...

A pobreza caracterizou a sua infância, nomeadamente nas questões da habitação. Já não viveu em tendas nem foi criada em acampamentos, mas as condições da habitação de seus pais talvez não sejam melhores:

Vivia em barracos. Em barracos feitos de madeira. Chovia tudo. Deram-me [esta casa] e eu vim para aqui. Já vim casada. Já tinha o meu filho de três meses, o mais velho, que tem agora vinte e um anos. (Hivi7, Ent1: 1)

Também uma outra narradora, Teresa, vive a sua infância na época do 25 de Abril, tendo ido viver com a avó, na aldeia. Esta possibilidade, tal como outras narradoras testemunham, foi a aprendizagem da liberdade, do ‘andar à solta’, do tempo e espaço para si própria.

Várias narradoras contam passagens por infâncias difíceis, perpassando nos seus discursos que a situação, actualmente, se apresenta mudada para melhor.

1.2. Muita dureza e trabalho, nenhuns direitos

Aquelas narradoras que nasceram e cresceram ainda no regime fascista, de guerra colonial, de absoluto moralismo contra as mulheres, de pobreza extrema das classes trabalhadoras e camponesas, de total desrespeito pelo menor dos direitos humanos recordam a dureza e os espartilhos de todo o tipo com que se vivia naqueles tempos, de ‘ditadura classista’ (Martins 1998) pelo enorme abismo social entre um punhado de dominantes e burgueses e uma imensa maioria da população vivendo em condições de severidade extremas. Atravessaram estas décadas observando e vivenciando as profundas alterações que o país sofreu, quer em termos tecnológicos, de transportes, de estilos de vida, de formas de estar. Relatam-nos infâncias muito diferentes do que são as suas vidas urbanas actuais: umas, criadas no mundo rural interior do qual guardam ternas recordações das plantas, da liberdade de brincar na rua, dos cheiros, das paisagens; outras, à beira-mar quando o litoral ainda não era assediado pela frequência e afluência banhar às praias, trazendo para estes registos o cheiro e o som do oceano e da areia da costa.

• Começar a trabalhar aos 6 anos, com um caldito e um bocado de pão

Algumas das biografadas e entrevistadas conhecerem o significado de *ir servir*, ou directamente, ou através dos relatos das suas mães, colegas e amigas. As relações de trabalho nesta condição do *servir* tem características coloniais: não é apenas a força de trabalho que é vendida, mas todo o corpo e vida da pessoa está nas mãos dos *senhores*.

Mesmo os filhos lhes eram tirados, da mesma forma que às/aos escravas/os, como atesta a história narrada por Ermelinda Ribeiro sobre a vida de sua mãe e a forma como os senhores ‘se encantaram’ pela bebé que nasceu ainda quando ela *servia*. Em circunstâncias de vida terríveis para as classes populares, as crianças órfãs iam *servir* em casas mais abastadas:

A minha mãe foi empregada doméstica desde os 6 anos de idade. Ficou sem pai nem mãe quando tinha 6 anos de idade, os meus avós morreram com uma doença pneumónica a seguir à Grande Guerra, e eles eram 14 irmãos. Uma das mais novas era a minha mãe, ainda havia 2 irmãos abaixo dela e todos aqueles que tinham para cima de seis anos foi tudo servir. Na altura, os meus avós estavam em Estarreja, e a minha mãe veio depois para Santo André. Veio para uns lavradores, para vigiar que as galinhas não fossem para o campo para as sementeiras com uma tigela de sopa e porque tinha lá uma irmã já ao serviço que foi quem pediu para ela ficar lá. (Hivi4, Ent2: 5)

O trabalho era muito duro, ainda mais com a idade que a criança tinha. As tarefas eram pesadas e as condições terríficas, como se pode ver na sua narrativa (no primeiro capítulo). Uma noite de amor podia ter consequências desastrosas para uma rapariga em situação de servilismo:

A minha mãe estava lá servir, já tinha mudado de casa e conheceu o meu pai numa noite de uma desfolhada. Foi com ele até à porta, havia aqueles carros de bois e eles fizeram amor ali e a minha mãe engravidou da primeira vez. (Hivi4, Ent2: 6)

Sem alternativa, a solução era trabalhar gratuitamente e só ao fim de seis anos puderam negociar com os patrões a saída dela de casa para se casar. Esta irmã que nasceu sem os pais ainda se terem casado, ficará “filha de pai incógnito”. Este contar da mãe foi forjando, parcialmente, a consciência de classe desta futura militante.

• Trabalho doméstico e não só na infância: tinha que fazer tudo em casa, sozinha

Algumas das histórias de vida mostram a importância do trabalho doméstico, mais evidente nas mulheres de condição social menos privilegiada. No entanto, mesmo nas que socialmente têm uma posição mais vantajosa, ele ali aparece, muitas vezes pelas vias mais estranhas. Numa das narradoras, aparece no documento redigido pelo advogado do marido quando este quer o divórcio (Hivi2).

Em alguns testemunhos, as tarefas domésticas acercam-se da rapariga ainda bem cedo e não mais a largam. Várias entrevistadas, passaram uma infância de muito trabalho, entre

elas Graciela das Nieves e Carolina Cardoso. No caso de D. Graciela, tratava-se de assegurar todo o trabalho doméstico em casa para catorze pessoas, arrumar a casa, lavar a roupa no rio em conjunto com outras raparigas, tratar dos irmãos (ver Hvi7); Carolina assegurou, durante a infância, adolescência e juventude, a mão-de-obra de uma assalariada no negócio dos pais, em África (Hivi3); também Ermelinda Ribeiro cedo, com onze anos, foi para um *atelier* de costura para se preparar para uma vida de trabalho (Hivi4). As fracas condições de vida significavam, também, uma dieta alimentar muito pobre para as crianças que raramente podiam comer ‘pão de trigo’ para quem este significava dia de festa:

Uma criança às vezes precisava mais de um mimito, às vezes pedia à mulher do meu vizinho: Ó tia Maria vai lá levar uma *medida* de milho. Já levar uma *medida* de milho, que eu trabalhei sempre muito milho, que a gente tinha milho sempre muito, e eu então às vezes comprava um pão de trigo para dar às crianças. Mas as minhas filhas iam para a Escola e os outros a comer coitadinhas, elas às vezes quando levavam um pão de trigo, elas escondiam, metiam na saqueta e depois chegavam ali ao pé da fonte, e começavam a comer um bocadito para os outros ver que elas estavam a comer trigo, mas só assim um bocadinho!

Quando elas vissem assim um bocadinho de trigo... aquilo eram umas alegrias para elas. E era só para fazer ver aos outros. Mas era escondido do pai que comprava o trigo. O que me ajudava era Deus nosso senhor... (HiviAlvar2, ent1: 16)

• Trabalhava-se toda a vida sem segurança social: o trabalho das mães para a subsistência das famílias

As condições de trabalho das classes trabalhadoras eram de completa insegurança e ausência de protecção social. Assim, a doença e os acidentes de trabalho tornavam as pessoas e as respectivas famílias numa situação desamparada. São situações vividas por Carolina Cardoso (Hivi3), Alzira Cordoeiro (Hivi5), Lurdes Martins (Hivi2), Teresa Evert (Hivi6) e Margarida Pimenta (Hivi9), que, por circunstâncias diferentes, ficam sem o sustento esperado, que o regime enfatizava como masculino, quando ainda são crianças. Nestas alturas e apesar da ideologia dominante enfatizar a domesticidade absoluta para as mulheres, foram as suas mães, com a ajuda de madrinhas, tias, avós e sogras, que tiveram que assegurar a subsistência das famílias com todas as dificuldades que enfrentavam em termos de salários, de trabalho e de valorização social. Estas narrativas evidenciam como esta ideologia da domesticidade das mulheres é perigosa e prejudicial, não apenas para as mulheres, mas também para as suas famílias.

Também a guerra colonial e a emigração atravessavam muitas das famílias nesta época que, assim enfrentavam momentos de encruzilhada em termos de sobrevivência. África era um dos destinos prováveis, que possibilitava também o convívio com as pessoas de lá, como conhecemos na história de vida de Carolina. Na sua experiência, este convívio era realizado com quem trabalhava ao serviço da sua família e com as crianças da sua idade. Do seu ponto de vista, este companheirismo ensina a igualdade, se em igualdade forem as circunstâncias de vida:

Eu não sou racista e eu acho que o meu não racismo depende do facto de eu desde pequena, com oito anos, ir buscar o pão com um empregadito. Íamos os dois descalços, ele andava sempre descalço, mas eu ia descalça para poupar as sandálias que era para levar para a escola, e trazíamos irmamente, cada um cento e cinquanta pãezitos. (Hivi3, Ent1: 6)

Apesar da condição social das famílias emigradas para África, o colonialismo ainda lhes era permitia ter ao serviço mulheres e homens que se situavam numa condição ainda mais baixa — os negros.

Tal como na época anterior, o contributo das crianças para a sobrevivência familiar continua um dos traços salientes. As crianças estavam em casa mas a trabalhar no duro, contribuindo como um/a trabalhador/a. A pobreza era muita e havia que trabalhar toda a semana, sem descanso, incluindo as noites e os fins-de-semana, mesmo quando proibido. A polícia tinha conhecimento destas infracções à lei — o ‘contrabando’ era outra actividade proibida mas do conhecimento das autoridades que, muitas vezes, beneficiavam de diversas formas deste conhecimento e aparentavam tolerância.

• Moralismo absoluto: família patriarcal e dupla moralidade de género e de classe

Essa sociedade era tão contraditória, que exigia às mulheres (e raparigas) um instável equilíbrio numa corda esticada sem rede por baixo. Tudo e todos contribuía para inculcar os marcadores de género, a ideologia dicotómica sobre as mulheres: ou santas ou perversas. Um dos exemplos elucidativos é de Carolina que, mesmo quando visivelmente a trabalhar, e porque estava na rua era tratada como prostituta pelos polícias. Claro que era a ironia e o cinismo que perpassavam nos comentários dos *agentes da ordem*, mas dá para ver que o sentido dessa ‘brincadeira’ é obrigar a jovem a posicionar-se num dos

extremos dos pólos em que habitualmente as mulheres eram julgadas. Valeram-lhe os livros-papel-de-embrulho para poder “ouvir o riso trocista dos deuses”, quando estas peripécias lhe aconteciam.

Por outro lado, nas aldeias rurais, e segundo alguns dos relatos, sobretudo nas zonas rurais, vivia-se no limar da sobrevivência. Nestes casos, muitas vezes as pessoas não casavam, *juntavam-se*:

O que nós juntamos os dois... sem nadinha, nadinha, nem uma manta tínhamos, nem uma manta para nos cobrir. Nós para fazer o colchão... Para fazer o colchão, foi ele a Cinfães comprar o pano para o colchão e depois uma vizinha minha fê-lo ("Fêze-o") E depois outra vizinha deu-me a palha e nós enchemos. Como dizia o meu homem, «cama de bancos» que dantes era assim de madeira... E dali se começou, dali começámos a nossa vida. Criamos doze filhos em terras de patrões e graças a Deus juntamos para ficar um chiquito a cada filho, é pouquinho, mas também são muitos. (HiviAlvar2, Ent1: 35)

Isto expunha as mulheres a situações de grande discriminação, já que nessa época, quem estava nestas circunstâncias não tinha direitos nenhuns sobre os rendimentos, a morada de família, etc., — algumas destas questões ficaram melhor resolvidas com a Lei 7/2000 e a legislação sobre economia comum, embora ainda subsistam reminiscências dessa desigualdade e outras situações em que as pessoas não conhecem a legislação e não a usam a seu favor.

Outra situação diversas vezes relatada é a de “pai incógnito”, que constituía uma forma de marcar a mulher prevaricadora durante toda a vida dos seus descendentes. O estigma não era retirado, mesmo que a união fosse mais tarde legitimada pelo estado e pela igreja.

No caso da irmã mais velha de Ermelinda (Hivi4), mesmo depois de os pais terem casado, a primeira filha continuará com a marca de ‘filha de pai incógnito’ e, apesar de ter ficado em casa dos senhores, a afilhada foi a segunda filha e não a primeira, exactamente por causa dessa marca social. O apoio destes pais ‘adoptivos’ vai permitir a esta irmã prosseguir os estudos e tirar o curso do Magistério Primário, vindo a exercer a profissão docente. É educada com criadas, recebe as irmãs para brincar com ela, “para não se esquecer de quem é a sua família”. A narradora, sendo formalmente a afilhada, como vive com os pais, tem uma infância economicamente mais apertada e começa a trabalhar com tenra idade.

Uma geração mais tarde, uma situação semelhante é vivida por uma das narradoras, Lurdes Martins (Hivi2), cujo filho mais velho vai ter na cédula a marca de “pai incógnito” que o segue na escola e em todas as situações onde tem de mostrar a documentação de parentalidade.

É uma época de uma dupla moralidade muito marcada em termos de género e de total desprotecção das mulheres em caso de abandono dos maridos. A ideologia da domesticidade impera de forma absoluta e as mulheres, mesmo que trabalhem, fazem-no em casa, ao abrigo dessa mesma domesticidade, por vezes sós, outras em parceria com o marido. Esta família é patriarcal autoritária, com todos os direitos e privilégios do lado masculino e nenhuns do lado das mulheres. Infelizmente, é uma época que se prolonga durante demasiado tempo e alguns dos rastros ainda hoje são visíveis, embora muita coisa tenha mudado.

O autoritarismo patriarcal continua mesmo em circunstâncias em que o marido deserta do lar e não cumpre todas as outras funções que socialmente lhe são atribuídas, como acontece com uma das narradoras: o pai acaba por ter uma relação com uma “amiga” da mãe que esta acolheu em sua casa quando passava dificuldades. ‘Por vezes, a solidariedade entre mulheres sai muito cara’ constitui, assim, uma *lição* que esta mulher retira desta infância de domínio patriarcal. Apesar da relação que mantinha com esta mulher, que passou a habitar numa casa em frente, o pai continuou a morar lá em casa e a exercer toda a sua autoridade masculina, desapossando a mãe da orientação da educação familiar. Como as possibilidades económicas eram muito poucas, a mãe era uma vítima, sem qualquer poder sobre si própria e sobre a organização da sua casa, e sem qualquer possibilidade económica.

• Figuras significativas na infância: o ‘avô-escola’, a sogra, as professoras, o pai poeta

Não será então de admirar que algumas mulheres, entaladas entre uns pais desertores e umas mães desamparadas encontrassem figuras significativas fora dos seus círculos familiares restritos: o avô, alguns professores, a sogra, algumas professoras. Para umas, os homens representam poder, capacidade de controle do destino e da vida, criatividade, aventura. Para outras, algumas mulheres (professoras, enfermeiras) foram significativas no sentido de exemplo de autonomia, afecto e bom senso.

Na comunidade cigana retratada por uma das biografadas (Hivi7), interagem dois mundos separados, o dos homens e o das mulheres e entre estas estabelecem-se relações entre

sogra e nora, entre velhas e novas, permitindo-nos, de alguma forma, falar de *comunidade feminina*.

1.3. 'Comunidade': regulação da ordem patriarcal versus apoio

O conceito de comunidade está bastante carregado de sintonias afectivas, de forma diferente do de 'família', mas ainda assim bastante deslizante para concepções românticas. Nas histórias de vida, a comunidade aparece de formas muito diferentes das que encontramos por vezes nos tratados de sociologia. Segundo Morgan (1996: 4), 'família e comunidade' têm andado juntas como "irmãs siamesas", apesar do crítico escrutínio a que têm estado sujeitas nos anos 1980. Tendo em conta a nostalgia muitas vezes presente na noção de 'comunidade', "em termos institucionais isto inclui uma vontade de ver as continuidades entre trabalho e não-trabalho, lar e posto de trabalho, público e privado. (...) Num contexto mais urbanizado, (...) família e as relações de parentesco tornaram-se o principal, se não o único, veículo da ideia de comunidade ou de um sentido de localidade [locality]." (idem: 5)

Nesta investigação e particularmente na época que aqui se referencia como um tempo de extrema dureza de vida para uma imensa população e de uma ausência de direitos para as classes trabalhadoras, em particular para as mulheres, a 'comunidade' desempenhava um papel importante na regulação da ordem social patriarcal e de classe.

• O sancionamento da aldeia das acções das raparigas e das suas mães

Neste aspecto, a comunidade exercia grande pressão no sentido de conformar as raparigas aos modelos de domesticidade impostos pelo regime, como nos conta uma das entrevistadas que precisava de se deslocar ao Porto devido às responsabilidades que tinha na organização onde se empenhava:

E a minha mãe, chegou uma certa altura e disse: "Oh, filha, tu vais e vens de comboio, vai-se encarregar lá uma pessoa mais velha que te vá lá buscar e depois vamos esperar-te ao comboio, porque se te acontece alguma coisa, a aldeia não me perdoa." (Hivi4, Ent2: 8)

Mas não era só o comportamento de género que era sancionado. Também as classes sociais tinham como modelos de vida que deviam ser seguidos, "cada um no seu lugar".

Assim, por exemplo, na história de vida de Maria Carolina a comunidade na aldeia é um conjunto de pessoas bastante hostis à família que ali chega, inclusivamente, disciplinadora dos seus hábitos alimentares. A diferença, aqui, em termos de hábitos alimentares, é rotulada de estranheza e excluída das normas da aldeia. Esta mulher tinha duas crianças muito pequenas (cinco e dezoito meses) mas isso não demoveu nem as nem os habitantes daquela aldeia:

... tinha os filhos muito pequeninos. Um tinha cinco meses, outro tinha dezoito, e eu não tinha condições para lavar roupa nem nada, e eu para arranjar uma pessoa que me lavasse a roupa era um castigo, e levavam-me tanto quanto levavam para andar no arroz que era o trabalho agrícola mais caro, porque era um trabalho extremamente doentio, muito frio, sempre com os pés molhados até cá acima, (...) e, por exemplo, vendiam-me o leite muito caro, pr'ái o dobro do que lhes davam e tinha que o ir levar à cabeça ao posto receptor do leite — o dobro ou o triplo, porque achavam que era um abuso eu e o meu marido bebermos leite. Lá para os cachopos, como eles diziam, ainda era *comó outro*”, agora nós, bebermos leite, aquilo fazia-lhes uma certa confusão. (Hivi3, Ent2: 4)

Mais uma vez, tal como em outras histórias de vida, a divisão de classe parece sobrepor-se ao estabelecimento de laços entre as mulheres.

No entanto, não se esgota na regulação o papel desempenhado pela ‘comunidade’. Em alguns casos, elementos particulares dessa entidade aqui designada como ‘comunidade’ desempenharam um papel importante na ajuda a algumas das biografadas, de tal forma que, sem esta, a sua sobrevivência teria sido ainda mais difícil. Todavia, trata-se de elementos particulares, na medida em que, nas narrativas autobiográficas, o que acontece é que, no seio das comunidades que constituem parte dos seus contextos de vida, algumas pessoas individuais destacam-se em oposição ao papel de regulação e fazem um conjunto de coisas ‘surpreendentes’ que marcam a diferença nas suas vidas. Estas pessoas individuais são muitas vezes ‘integradas’ na família pela via do lugar de “padrinho” e “madrinha”, uma forma socialmente codificada de incluir na ‘família’ as pessoas que efectivamente constituem um apoio, emocional, material, afectivo, etc. Assim, nesta sociedade ainda tradicional, esta componente de ‘comunidade’ enquanto pessoas que ajudam, apoiam e em quem se pode confiar, estava codificada — comadres, compadres, madrinhas, padrinhos,... Era também uma forma de conseguir o alargamento da ‘família’ a pessoas sem relação de parentesco, no sentido de colmatar e resolver lacunas, tensões, conflitos e problemas no seio do universo familiar.

O apoio de pessoas da comunidade torna mais suportável a infância e a juventude e manifesta-se em pequenos gestos que fazem toda a diferença, desde as boleias para o

liceu (a narradora afirma mesmo que “pai, não é só o biológico”), às ajudas materiais concretas. Um dos exemplos magníficos é o do “casaco tapa-misérias”, em que uma modista, Arminda oferece um bom caso à nossa protagonista que faz com ele o bacharelato em Coimbra:

... era um casaco de uma lã muito fininha que eu podia andar com ele até Maio e não precisava de trazer mais nada! Enquanto andei na Faculdade, e quando ia para Coimbra — que eu vivia no Porto, vivia em Gaia — eu andava com aquele casaco, porque não tinha dinheiro para comprar roupa para andar por lá, e andava com aquele casaco, que era o ‘tapa-misérias’. Durou imenso!” (Hivi3, Ent2: 5)

• A escolha das madrinhas e dos padrinhos

A gratidão parece estar na base das escolhas das pessoas para as categorias de madrinha e padrinho, por exemplo o apoio dado por duas amigas e colegas, e o marido de uma delas, quando Lurdes Martins engravidou ainda solteira:

Mas ele, eu considero-o que ainda foi mais, porque nem me conhecia de lado nenhum e era só ele que andava a ganhar. Ele estava empregado na Câmara de Vila de Conde e fez um sacrifício grande, portanto. (...) Ele é que é o padrinho do meu mais velho. E a madrinha é uma colega minha, uma da Póvoa que trabalhava comigo, na altura, no bloco. Foi uma das duas primeiras pessoas a quem eu disse. (Hivi2, Ent3: 19)

Muitas vezes, as classes trabalhadoras recorriam à atribuição do estatuto de padrinho e/ou madrinha a pessoas das classes dominantes, talvez na esperança de garantir esse apoio que estas categorias sociais pressupõem. Como no caso da história de Ermelinda Ribeiro, apesar de os *senhores*, os patrões da mãe, não terem ficado formalmente como padrinhos da criança que *de facto* apadrinharam, este apoio permitiu à criança que o obteve uma formação muito diferente, e portanto, possibilidades diferentes em termos de classe social:

Porque nós morávamos perto, a nossa casa era perto e na altura a minha... pronto, quando a minha mãe casou a senhora perguntou: «Se queres levar a tua filha, ela é tua. Se a queres cá deixar ficar eu vou fazer como se ela fosse minha». E como eu nasci em 1940, antes do tempo da Grande Guerra, de uma fome desgraçada de uma pobreza muito grande, a minha mãe, a chorar, disse ao meu pai: «Está para nascer uma, não sabemos como é que a vida vai correr, àquela ao menos não lhe falta nada, vamos deixá-la lá estar, ao menos àquela sabemos que não falta nada». Portanto, e foi assim que aconteceu, deixaram-na lá estar. No percurso da vida, tiveram muitas dúvidas. (Hivi4, Ent2: 7) Chegavam sempre ao Natal e o meu pai dizia sempre que era o último Natal que passava com ela. Mas... e depois aquilo passava... (Hivi4, Ent2: 7-8)

• O apoio das pessoas que vivem sós é tomado como garantido

Algum deste apoio é tido quase como garantido, da parte de pessoas sós, que não constituíram família, como acontece com um cunhado padre ou com uma filha lésbica:

... o meu cunhado padre, evidentemente, que tinha sempre ali a casa à disposição e, coitado, vinha-me trazer muitas vezes ao Porto. Ia de fiat seiscentos. (Ent2, profa1, pág. 6)

Esta pode ser uma área de tensão, sobretudo se a pessoa de quem se espera esse apoio incondicional tem projectos próprios, como acontece com Teresa:

Eu não levava as minhas namoradas a casa da minha mãe. Eram relações relativamente curtas, de um ano ou dois, eram coisas que não a punham em risco e também não punham em risco a minha relação com ela. Porque há a considerar, e isto é um bocado perverso, e inconsciente às vezes, há a considerar que no imaginário da minha mãe, o facto de eu ser lésbica, possivelmente faria com que eu ficasse com ela o resto da vida. Não estou a dizer em termos de morar, estou a dizer em termos de apoio, em termos de suporte, em termos de estar próxima. Na cabeça dela, eu acabaria o curso, voltaria para CB, continuaria a ter as minhas namoradas, escondidas da sociedade e do resto do mundo, e então seria o apoio dela, a companhia dela, e com ela às compras, sairíamos juntas... (Hivi6, Ent12.3: 22)

1.4. Resistência, dualismo e mudança

Duas das narradoras e várias das entrevistadas vivem a sua infância e adolescência numa época caracterizada por expectativas de mobilidade e, simultaneamente, um grande dualismo na sociedade. Por um lado, as fracções mais elevadas das classes trabalhadoras investem na escola, permitindo-lhes visualizar um futuro melhor para as suas crianças (Grácio 1988), o litoral e os grandes centros urbanos vivem o início de alguma modernização do país, em termos da indústria e dos serviços e da cultura e educação; por outro, a pobreza extrema, o racismo, o colonialismo mantinham-se da época anterior. Assim, encontramos aqui dois grupos de mulheres, onde esta divisão vai ser crucial no seu entendimento e percurso pessoal como pessoas e cidadãs. Poder-se-ia pensar que a questão se colocaria em termos de classe, mas não é o caso. Ambas as narradoras podem ser colocadas na *classe trabalhadora*, todavia, uma nasce e vive em zonas rurais muito no interior e outra vive nas redondezas de uma grande metrópole.

- **"Tinha mesmo vício de estudar, mas os meus pais não podiam"**

Apesar das expectativas de mobilidade que se faziam sentir em alguns sectores das classes trabalhadoras, outros viviam no mesmo ciclo de reprodução das décadas anteriores. Uma das narradoras não conseguiu ir além da 'quarta classe', apesar do seu interesse e da interferência da professora:

[Os meus pais são] de Terreiro. Cinfães.

Andei na escola até... sei lá! Até aos dez anos. Já nem me lembro bem, mas... Fiz a quarta classe. Portanto, entrei para aí de sete. Sim. Oito, nove, dez, onze. [Até] aos onze. Aos onze...

Depois eu... pronto... depois, eu ainda queria ir estudar mais e não sei quê... Tinha mesmo vício de estudar, mas os meus pais não podiam. (EntHiviAlvar1: 1)

• Uma tradição familiar revolucionária

Uma outra narradora vive a sua infância e adolescência no seio de uma família revolucionária, imersa nas tradições da luta, da consciência política, das prisões, à mistura com coincidências engraçadas da sua biografia familiar. A avó materna tem uma origem social elevada, numa cidade de província, com uma educação 'esmerada', mas que se apaixona por um revolucionário da Primeira República e vem, também ela, a ser uma revolucionária, mesmo de arma na mão (pelo menos uma vez):

A minha avó tinha sido uma menina [bem], para a época. Quando era nova, era filha dum funcionário, mas tinha algum cargo, não me lembro exactamente qual, do Banco de Portugal em Bragança. Portanto, era uma família [de um estrato social] muito culto. Entretanto estudou, aprendeu piano, música, [etc.]. A minha avó nasceu em 1890 e a Aïda nasce cem anos depois, exactamente. A Aïda nasce em Março e a minha avó em Abril. Ela foi educada assim, com as outras irmãs, mas, no meio daquilo tudo, apaixona-se e casa com um revolucionário da época!... (Hivi9, Ent2: 2)

O avô, revolucionário e militar era, para além disso, músico e compositor:

Da Primeira República. O meu avô paterno, era militar, mas era músico. Fazia muitas músicas. Aliás, a minha mãe, por exemplo, tem um nome de uma personagem de uma Ópera. Compunha música e era mesmo um revolucionário típico da época, segundo a minha avó contava, claro. Morreu com trinta e oito anos. (Hivi9, Ent2: 2)

Acaba por morrer na prisão, como preso político, deixando a família a cargo da avó que não quis, por opção, recorrer à sua família de origem:

[Como] era militar, andava de um lado para o outro, a minha avó vai passou a andar com ele. E está na implantação da Primeira República e, depois, é dos que se revoltam contra o Sidónio Pais e, portanto, é preso. Então, ela começa a ter uma vida muito atribulada e abandona tudo. Eles andavam de um lado para o outro, e quando o meu avô é preso, vai para a Trafaria, salvo erro, depois para Évora, para o hospital prisão, onde morre. (Hivi9, Ent2: 2)

A minha avó teve sete filhos, morreram dois com a peste bubónica. Na altura, quando o pai morreu, o meu tio mais velho tinha catorze anos e a minha mãe tinha cinco anos. Portanto, a minha mãe também sempre teve recordações, assim, um tanto ou quanto vagas sobre isto. O meu tio mais velho não, até escreveu um livro, tinha as memórias muito vivas porque era o filho mais velho, tinha catorze anos, ele é que acompanhou o funeral do pai sozinho... (...) A minha avó contava que, nessa altura, não tinha dinheiro absolutamente nenhum, nem sequer para regressar para Bragança (...) E a minha avó volta para Bragança, portanto, para a cidade de onde era. Acontece que também era orgulhosa e não queria, de modo nenhum, humilhar-se à família. Tinha sido uma opção dela. Eu acho piada porque, sempre que a minha avó falava do meu avô, e nos contava, aos netos, as coisas do meu avô, era sempre sem uma mágoa. (Hivi9, Ent2: 3)

Vêm para Bragança, e o meu tio, esse mais velho, tinha catorze anos mas os outros irmãos eram todos muito pequeninos... Então ele vai trabalhar para as fábricas da farinha, em B. e aí é que ele começa a organizar o Socorro Vermelho Internacional para a Revolução de Outubro. Porque a minha mãe nasceu em Outubro de 1917! Ela até costumava dizer «a política há-de perseguir-me o resto da vida». (Hivi9, Ent2: 3)

Por seu turno, o pai era também um artista, canteiro, mas despegado dos valores materiais, pelo que, mais uma vez, é a mãe com a ajuda da avó e de uma tia solteira quem governa a casa.

• Vivendo numa família ‘matriarcal’: a mãe governa e decide com o apoio da avó e de uma tia

Neste contexto familiar revolucionário, as mulheres desempenham papéis cruciais, de liderança e chefia familiar que leva a narradora mesmo a falar de família ‘matriarcal’:

Vivi numa família, que eu hoje já consigo ver assim, [como que] ‘matriarcal’. Foram sempre as mulheres que mandaram. Era a minha avó que criou mesmo aquela figura matriarcal. Só conheci uma avó, a avó materna. (Hivi9, Ent2: 1)

A matriarca é a avó, mas a mãe vive na sua própria casa, com a ajuda de algumas das mulheres da família:

A minha avó mãe não trabalhava muito, era mais a pessoa que superintendia, que lidava com os netos, a minha mãe trabalhava muito mais, a minha mãe é que fazia tudo... (Hivi9, Ent2: 1)

[O meu pai] tinha sempre homens a trabalhar com ele, mas que nunca dava nada e era capaz de estragar o dinheiro todo no mesmo dia. Nunca foi o sustentáculo da casa. Nunca sustentou a casa, porque gastava o dinheiro todo, era um bocado incontrolado. E então, a minha mãe sempre governou a casa, sempre decidiu tudo. (Hivi9, Ent2: 5)

A minha mãe estava em casa, era com a ajuda da minha avó e com a ajuda de uma tia minha, que era irmã da minha mãe e que não tinha filhos e que, pronto, era um bocado da irmã, que tinha sete filhos. A minha tia trabalhava, era enfermeira. (Hivi9, Ent2: 5)

E a minha avó acabou por também ser uma grande apoio para a minha mãe, porque era muito difícil, com seis, pronto, porque eu já vim assim um bocadinho mais fora da época. (Hivi9, Ent2: 4)

Tal como a mãe, também a narradora tem vários irmãos e irmãs, embora com bastante diferença de idade:

Sou a sétima filha, com uma grande diferença de idades dos meus irmãos. Somos cinco mulheres e dois rapazes. (...) Do meu irmão mais velho são vinte e três anos e da minha irmã mais nova são doze anos. Isso deu origem a que eu ficasse muito desequilibrada em termos dos meus irmãos todos. Quando eu tinha doze anos, a minha irmã mais nova estava a ser mãe. Pronto, nunca vivi aquele convívio com os irmãos. Os meus irmãos funcionaram para mim sempre num determinado registo. (Hivi9, Ent2: 1)

• A morte da mãe é como uma árvore que se corta

Resistência, dualismo e mudança são visíveis na importância que as mulheres assumem como elementos de força, que dão segurança, encorajam as filhas a arriscar e seguir as suas vidas. Em algumas das narradoras essa mulher é a mãe, noutras a avó, como citamos atrás e noutras ainda é a sogra:

A minha mãe já morreu há uns anos. E foi muito difícil, porque aquilo é como uma árvore que se corta e apesar de eu, mais ou menos com vinte e tal anos, ter saído de casa, fui trabalhar para o Algarve e depois quis ir trabalhar para uma fábrica e depois quis ir para o Algarve, fui para o Algarve... E eu, quando fui estudar à noite éramos só duas a estudar à noite, o meu pai ia-me buscar numa pachancha, numa motorizada, ia-me buscar à noite, às onze horas da noite, porque na aldeia, a partir das 8 horas, a gente dormia, e ele lá me ia buscar. Quando não podia ia a minha mãe, com um xaile na cabeça, ao meu encontro, nunca tive obstáculos pela parte dos meus pais, em ter reuniões à noite, em prosseguir as minhas coisas..., Domingos à noite... (Hivi4, Ent2: 8-9)

“...a minha sogra era uma mulher excepcional. Mulher de aldeia, criada na aldeia, não sabia ler, embora, não se justificasse, porque o meu avô por afinidade, o avô do meu marido, era uma pessoa de posses. Portanto, podia ter feito com que a filha fosse à escola. Mas era uma mulher com um coração, com uma inteligência, com uma vivência extraordinárias. Uma pessoa que morreu com 89 anos, e eu nunca que... ela morria. Porque havia tanta coisa que a gente queria fazer! Tanta coisa que gostávamos de falar as duas e... foi um choque!” (Hivi3, Ent1: 18)

Atendendo até às condições de vida com os meus pais, que não eram pessoas afectuosas com os filhos, nunca foram, a minha sogra deu-me muito calor em termos afectivos. Foi com ela que eu encontrei [afecto] e não com a minha mãe. Quando estou muito zangada com a minha mãe, às vezes digo-lhe — e isto é um drama para as duas, e depois também me arrependo — mas já lhe disse isso pelo menos duas vezes: “Eu trocava duas mães por uma sogra. Trocava duas mães como aquela que tenho por uma sogra só, pela minha sogra.” (Hivi3, Ent1: 18-9)

• Família cigana, em mudança

Esta narradora já é avó e trabalha como empregada doméstica na casa de uma vizinha. É filha de um casal de ciganos, ele vendedor de móveis, ela feirante. Nasceu já no hospital, como o marido, mas não foi à escola. Retrata a vida cigana em mudança lutando pela preservação da sua identidade cultural.

Apesar de não ser regra geral na comunidade cigana, Graciela das Nieves é católica, assim como os pais e os sogros:

Sou católica. Muitos ciganos são e muitos não são. Os meus pais e os meus sogros são católicos. Já vamos à *ingreja*, fazemos os nossos baptizados em casa, damos de comer, fazemos ... dançamos... Somos nós que cantamos e dançamos. (Hivi7, ent1: 5)

Em algumas comunidades ciganas, em Portugal, e a nossa entrevistada vive numa delas, as crianças são comprometidas em casamento quando as mães estão grávidas. Combinam

umas com as outras e as crianças ficam ‘pedidas’. Este compromisso nem sempre é levado até ao fim. No caso da nossa narradora, a sua mãe tentou por diversas vezes desfazer o acordo de casamento com o rapaz que lhe estava prometido porque considerava que a filha não iria ter uma vida boa com aquele homem: o pai bebia, metia-se em zaragatas. Deu ‘cabaças’ à mãe do rapaz:

[...] é dizer “olha, apanha cabaças”, dizer ‘cabaças’ é dizer que não quer. O homem está sempre comprometido. Mulher, não. Pode casar com outro ou assim que não faz mal. Enquanto não casar [o que lhe está prometido está comprometido]. Por exemplo, faz de contas, eu estou pedida com o meu marido, enquanto eu não me casar com outro, o meu marido está comprometido comigo. Se eu casar com outro é que ele já fica descomprometido. Ele não pode casar com ninguém. (Hvi7, ent1: 11)

Mas Graciela não estava pelos ajustes. Gostava do rapaz e queria manter o ‘pedimento’:

[...] eu fugia muito para a casa dos meus sogros, a minha mãe deu ‘cabaças’ aos meus sogros, e eu não, dizia que queria o meu marido. O meu marido estava pedido para mim, mas a minha mãe deu cabaças aos meus sogros. E então eu chorava, e lá pediram outra vez. Mas a minha mãe deu cabaças outra vez. Houve zangas. A família deu cabaças e eu disse à minha mãe “se eu não casar com este, não caso com mais nenhum”. E não, não me casava. Prontos, houve aquela coisa... Um tio meu que é irmão dela, que estava preso na cadeia, fez o pedimento. Outra vez o pedido de casamento. Continuamos. Tinha que ser. (Hvi7, ent1: 10)

É a sua persistência em ir ter com o rapaz que fazem o pai e a mãe desistirem do intento de evitar que ela casasse com ele:

Quando vinha, passava por casa da minha sogra, que não era ainda a minha sogra, e a minha mãe não gostava. Andava atrás de mim com a vassoura à roda da mesa, atrás da mesa: “ó mãe, o que lhe fiz, mãe?” A minha mãe não gostava porque o meu sogro era muito bêbado. Bebia vinho. Metia-se sempre com o meu pai, queria bater ao meu pai. E aí começou... Tinha medo que eu me casasse e houvesse barulhos. E nunca houve. Nós casamos e ele acalmou. (Hvi7, ent1: 3)

Fazendo *jus* à sua tradição, esta narradora fala sempre muito respeitosamente do pai e da mãe, assim como da sogra. Mas a sua infância está repleta de rebeldia, uma rebeldia que a mãe sancionava com punição corporal:

O meu pai, hui!, era muito exigente, não deixava, não deixava-nos andar, não deixava falar com o meu marido. Ele é cigano. Não deixavam falar com nenhum *home*, a minha mãe começava-me..., batia-me. (Hvi7, ent1: 1)

As raparigas ciganas casam cedo, como enquadramento cultural (*normalização*) e com antecipação, do desejo e do desenvolvimento do corpo e da sexualidade (que desenvolvemos com um pouco mais de detalhe no capítulo seguinte). O casamento é uma cerimónia muito valorizada pelas mulheres que entrevistámos, de ambas as comunidades o que se tornou evidente pelo número de vezes que, espontaneamente, falavam no assunto. Mas em relação à tradição, as cores, os protagonistas, as acções são diferentes.

Em ambas as comunidades *casamento* não é o que habitualmente falamos na nossa cultura: não assenta num registo escrito, não é sancionado nem regulado pela burocracia estatal nem pela igreja. Em algumas comunidades já se fazem a cerimónia civil e/ou religiosa mas essa/s não têm o valor que as pessoas atribuem à cerimónia comunitária, onde as flores e as amêndoas dão colorido e sabor àqueles dias de festejo. É um acordo entre várias pessoas, e aqui encontramos diferenças muito notórias entre a primeira comunidade e a segunda estudada por nós. Na segunda, este acordo estabelece-se entre o pai da noiva e o do noivo, enquanto na primeira, é estabelecido entre mulheres, as mães, e muitas vezes enquanto ainda estão grávidas. Embora não esteja sujeito a leis escritas, a punição de quem não cumpre o acordado é enorme: é a atitude dos membros da comunidade-família, o que as pessoas desta cultura mais prezam. *Casamento* significa também literalmente a união sexual, que abordamos na secção relativa ao corpo e sexualidade, no capítulo seguinte.

Algumas destas tradições estão a mudar, percebendo-se que valorizam hoje os laços afectivos para além dos *arranjos* familiares, onde a questão da escolha começa a entrar nos valores comunitários.

Também a sedentarização trouxe grandes mudanças no que constitui a *família cigana*. No sedentarismo, as mulheres ciganas valorizam as melhores condições de higiene e de resguardo contra o frio, mas falam com tristeza dos espaços exíguos das ‘novas casas’, onde as suas crianças choram todos os dias porque não têm os primos para brincar e não podem sair daquelas paredes:

[As vidas] estão melhores. Agora a gente já vivemos em casas, já não vamos pedir. Através do Rendimento Mínimo. A gente, dantes, andava a pedir e morava em barracas, passava muito frio, muitas andavam descalças, eu não, eu nunca andei descalça, mas muitas andavam descalças. Agora não. Eu não gostava [da vida no acampamento] pelas crianças. Porque apanhavam muito frio, sujavam-se todos, eu vestia agora, daqui por um bocado estavam todos molhados e agora não. Não tinha casa de banho, muitas vezes tomava banho na bacia, mas não valia a pena. (MulherCigEntCol1: 29)

Eu gostava [do acampamento], de Verão. E a gente vivia todos juntos... estavam habituadas assim, as crianças. Quando a gente saiu de lá, as crianças choravam e tudo, queriam estar juntas, com família, agora estão habituados... Viviam todos juntos. Cada um com a sua barraca, mas... estávamos juntos. (MulherCigEntCol1: 29)

A alteração no tipo de habitação modificou a vivência dos momentos colectivos, por exemplo, das festas:

Antes, quando estávamos assim no terreno, juntávamos toda a família e fazíamos uma festa. Agora não, estamos em casa, a casa é pequena e não deu para fazer uma festa. [A família] é muita. Não cabia toda numa casa. (MulherCigEnt2: 14)

A sedentarização alterou também as relações entre as mulheres e a organização familiar

Às vezes ia lavar. Juntávamos três assim solteiras e íamos lavar aos tanques [públicos]. (MulherCigEntCol1: 32)

Já faz doze anos que estou casada e vivi sempre com a minha sogra. [Quem organizava tudo] era a minha sogra. Eu comia com ela, vivia com ela, tudo. Eu ajudava a lavar a louça, a lavar a roupa, essas coisas assim, eu ajudava. Ela era a dona da casa. Fazia comer e nós *fazia* as limpezas, lavava as panelas, porque a gente cozinhava no lume dantes e as panelas ficavam pretas e a gente punha brilhantes, com palha de aço e sabão.

Agora, os meus filhos ficam com a minha sogra. O meu marido traz-nos e vai direito a casa dela. Fica a tomar conta de sete. Não tem mais [netos dos filhos]. Tem netos das filhas mas estão com os sogros. Eu preferia ficar com a minha sogra. (MulherCigEntCol1: 36-7)

É neste sentido que podemos afirmar que esta sedentarização traz consigo alterações importantes no significado de *família* na cultura cigana (ver também Lacková 2000).

• A família como contexto de violência: viver no “inferno”

Alguns contextos familiares das narradoras são violentos e diversos relatos testemunham o carácter patriarcal dessa violência. Esta problemática será analisada com mais pormenor no capítulo dos silenciamentos, no entanto, nesta secção queremos enfatizar algumas das características deste ambiente em que algumas mulheres vivem e outras viveram.

Hercília de Nogueira sintetiza esta situação de violência associando ao seu lar a metáfora do “inferno” (HiviAlvar1, Ent1: 21) e Lurdes Martins afirma que a sua vida de casada foi “uma porcaria” (Hivi 2, Ent3 :24). Ambas foram sujeitas a longas décadas de abuso continuado, evidenciando a gravidade do problema.

No primeiro caso, fica claro que as questões do *serviço* (trabalho) que o marido espera que ela faça se encontra na origem da violência que espoletou quando ela engravidou do primeiro filho e agravou-se aquando da sua gravidez. Como veremos no capítulo seguinte, a violência física deste agressor — os empurrões, as pancadas, pontapés na cama — é acompanhada pela violência psicológica, através dos insultos e de constantes humilhações, mesmo à frente dos filhos e da sogra, e por acções em que a sua liberdade é coarctada — fecha-lhe as portas de casa, bloqueia-lhe o acesso ao quarto, impede-a de ver televisão, vai dormir para o sofá. As pancadas e pontapés começaram por ser na sua

barriga e o primeiro filho nasce com problemas, que se vão evidenciar na escola. Esta criança é sinalizada para acompanhamento psicológico, mas o marido proíbe-a de levar o filho à consulta psicológica. Mais ainda, a violência doméstica contra ela estende-se aos filhos, o que vem a ser notado pela professora que a chama a atenção e lhe diz que tem por obrigação denunciar os maus tratos de que aquelas crianças são vítimas. Para D. Hercília, isto é uma facada no coração porque se sente responsável pelos filhos e pelo que se passa na sua família. E vai ser a violência contra os filhos que a vai fazer reagir, também com violência, às agressões do marido.

Lurdes Martins casou, como já vimos, com o progenitor da criança cuja gravidez ela passou em completa clausura e que fica registado como filho de *pai incógnito*. Embora tenha havido alguns episódios de violência física, é sobretudo a violência psicológica e económica que está na base deste casamento. As humilhações, as perseguições mesmo em espaços públicos, o medo que ele lhe incute pelo poder que detém profissionalmente, os gastos com os vícios e “as amantes”, sem contribuir para as despesas da família, as tentativas de lhe extorquir o património que ela herdou da sua família de origem (eram casados com comunhão de bens), tornam o seu quotidiano difícil de suportar.

Se no primeiro caso, a família é de classe trabalhadora, com muitas dificuldades económicas, no segundo, embora formalmente a sua classe social seja bastante elevada, na prática, Lurdes Martins não consegue proporcionar aos seus filhos a educação e a formação que ela considera que poderia ter dado se o marido desempenhasse o seu papel paternal.

1.5. Fragmentos, separações e itinerâncias

Em meados dos anos 1970, acontece o 25 de Abril que trouxe consigo liberdade e democracia na esfera pública e profundas alterações em termos de costumes. No entanto, para muitas mulheres isso foi vivido como perda dos (poucos) benefícios que detinham. O divórcio é um deles que traz para algumas das nossas narradoras prejuízos em termos de situação económica e, para outras, a sensação de ser abandonada.

Uma das narradoras, Teresa, vê a sua família de origem fragmentada pela descolonização acompanhada por um processo de divórcio, o que teve como consequência o desenvolver

um forte sentido de necessidade de apoiar a mãe. Por outra razão, ainda: o pai era um agressor da mãe e mesmo depois do divórcio perseguiu-a algumas vezes:

No meio daquele processo de divórcio, com duas irmãs mais novas, com todo este reboiço, este turbilhão de acontecimentos que envolviam cenas de violência doméstica, cenas de perseguições e situações muito complicadas e muito desestabilizadoras, eu funcionei como pilar de apoio, de suporte. (EntActiv12.3: 3)

Apesar da profissão da mãe, professora, o divórcio traz a esta família condição económica difícil, com menores possibilidades financeiras do que na situação anterior:

A situação económica não era famosa, como será muito fácil de imaginar: uma mulher a ganhar para três crianças, completamente sozinha, e, ainda por cima, devido a problemas exactamente com o meu pai, e com os seus negócios, ela nem sequer podia pedir um empréstimo em nome dela, tudo que fosse casa, ou carro, ela tinha que tratar autonomamente, sem grande estrutura familiar de apoio. (EntActiv12.3: 3)

Alguns percursos de vida são marcados por uma certa *itinerância*, como no caso de Teresa, com a descolonização, ou de Carolina com a emigração para África e o regresso a Portugal. No caso de Teresa, a itinerância é vivida com a sensação de sucessivas separações: separação inicial do pai devido ao divórcio, separação face à pessoa de quem gostava quando a mãe muda de residência e de trabalho, separação face à mãe quando assume a sua relação afectiva.

No de Carolina, essa *itinerância* prolonga-se durante os anos em que faz o bacharelato em Coimbra, levando consigo os filhos uma semana por mês, já que frequentava a universidade em regime de ‘voluntariado’, como se diz na gíria coimbrã. Apesar de uma separação física numa semana em cada mês, a sua família mantém-se unida, (curiosamente, como já os seus pais tinham tentado fazer), obrigando mesmo a grandes alterações em termos de qualidade de vida, como aconteceu quando regressaram a Portugal, deixando em África uma situação de vida bastante privilegiada. Os anos em que anda a estudar entre Porto e Coimbra são vividos com muitas dificuldades. Neste caso, portanto, a itinerância é vivida sem sensação de separação.

Encontramos também casos onde existe separação sem *itinerância*, como no caso de Lurdes Martins, que, apesar de casamento ter sido, como ela própria o designa, “uma porcaria”, vive o divórcio com um sentimento de abandono:

mas esta coisa de a gente ser abandonada assim... Sobretudo por uma rapariga mais nova, porque se a mulher tinha quarenta, cinquenta, pronto já era uma mulher. Agora, uma rapariga... Ele escolheu mesmo isso, talvez, para me humilhar. (Hivi2: 44)

Itinerantes por tradição ou por necessidade, as duas comunidades ciganas estudadas situam-se objectivamente em posições diferentes face a esta questão, mas subjectivamente partilham a mesma valorização da *viagem*. A itinerância é, assim, uma dimensão importante na cultura cigana, mas os diferentes Estados, por onde passam nas suas viagens, não convivem pacificamente com este aspecto da sua cultura. Por isso, muitas das políticas de “integração” dos ciganos têm passado por um processo de os alojar em habitação social. A este propósito, Pierre Liégeois afirma que “demasiadas vezes se tem tendência a tomar por acto voluntário o que não passa de obrigação”, alertando para o facto de que os diferentes estados europeus têm mostrado “querer, a todo o custo, alojar o nómada que deixou a estrada, de acordo com normas que se crêem convenientes para todos e que se quer que o sejam” (1987¹¹⁴: 158). Assim, este autor salienta que se pensa estar a “ajudá-los e a integrá-los, tirando-os de um gueto que é deles próprios”, mas de facto, o que acontece é que são colocados “num outro gueto no qual se convertem em estranhos e duplamente marginalizados, enquanto marginalizados do bairro em conjunto com os seus vizinhos e como marginalizados dentro do bairro face aos seus vizinhos” (*idem*), em casas culturalmente inadaptadas¹¹⁵, acrescentando os seus problemas aos já existentes nesses bairros de habitação social. E embora a nossa narradora e a sua comunidade esteja sedentarizada já há algum tempo, ela fala com gosto, tal como as entrevistadas da outra comunidade, das *viagens* que fazem, durante vários dias, de dormir na carrinha, de passar por diferentes locais, quando vão encontrar-se com outras famílias e outros clãs, por motivo de festa (nascimentos e casamentos), ou por motivo de morte.

Na secção seguinte, apresentamos a socialização para o trabalho remunerado na família de origem, a relação vivida e sentida entre trabalho remunerado fora do lar e o trabalho no interior do espaço doméstico, algumas das experiências de trabalho em profissões, que se

¹¹⁴ A obra, como o autor explicita no início, representa uma “parte da resposta à Resolução 125 (1981) adoptada pela Conferência sobre os Poderes Locais e Regionais da Europa, que diz respeito «ao papel e à responsabilidade das colectividades locais e regionais face aos problemas culturais e sociais das populações de origem nómada».

¹¹⁵ Como também Jean-Pierre Liégeois nos confirma: “A «habitação social» que se propõe, são casas culturalmente inadaptadas. Situadas em andares, são demasiado exíguas para permitir o reagrupamento familiar, e demasiado inacessíveis com o seu labirinto de escadas e elevadores, para favorecer os encontros. As pessoas que são colocadas nesta situação sentem-se isoladas, abandonadas, e ficam quebrados os vínculos de solidariedade para famílias cuja vida em comunidade e para a comunidade é a principal razão de ser e o modo de existir. E isso tanto mais quando os vizinhos adoptam uma atitude de desprezo e têm má vontade de viver porta com porta com nómadas, sendo numerosos os pretextos para que surjam conflitos.” (1987: 158-9)

incluem, coincidência ou não, nas ditas profissões femininas, assim como algumas questões que rodeiam a problemática do trabalho pago para as mulheres.

2. Os trabalhos nas experiências e nas vozes

As biografadas são de origem sócio-económica diversa, desde a classe média com altos rendimentos à classe trabalhadora mais desfavorecida. Sendo que a discussão em torno da classe social das mulheres tem feito correr já alguma tinta, apresentaremos as vozes das mulheres sobre o que elas pensam em termos das suas condições de vida e de trabalho, articulando as suas visões com algumas perspectivas sobre esta problemática.

Os problemas da discriminação salarial face aos homens, nomeadamente no trabalho agrícola e fabril, as questões do trabalho doméstico, como é visto por umas como o seu *job*, evidenciando *brio* e responsabilidade nessa esfera e a perspectiva de outras mulheres que consideram que as coisas estão a mudar e elas *exigem* que mudem, as experiências e subjectividades em torno das ditas profissões ‘femininas’, docência e enfermagem, a articulação de questões como a maternidade, gravidez e aborto com as dinâmicas do mercado de trabalho e do universo familiar, a ideologia do amor romântico e a percepção de que algumas mulheres valorizam o devotar-se (completamente) ao marido e ao lar, as questões do patriarcado que transita da família para o trabalho e do trabalho para a família, assim como a relação subjectiva com o trabalho remunerado fora do (seu) lar¹¹⁶, são os pontos mais salientes das narrativas bio-auto-gráficas que aqui queremos sinalizar.

2.1. Tradição familiar de *mulheres de trabalho*: mães e avós trabalhadoras

Relevante para a nossa pesquisa e que constitui surpresa nesta procura foi o facto de que no caso de uma grande maioria das narradoras, as suas mães eram já elas mesmas trabalhadoras, e em alguns casos as próprias avós. Evidentemente, não se trata aqui de fazer generalizações ou relações matemáticas, já que além de não fazer sentido do ponto

¹¹⁶ Uma empregada doméstica exerce um trabalho remunerado no interior de um/vários lares, mas não é o seu.

de vista epistemológico, também não constitui o foco da nossa atenção¹¹⁷. Todavia, foi interessante verificar que existe, nas dez¹¹⁸ histórias de vida, oito têm mães trabalhadoras, no sentido de trabalho remunerado, para além das tarefas domésticas, fazendo antever uma socialização em que o trabalho das mulheres é visto como um traço importante nas suas vidas. Vale a pena dizer que, na maioria dos casos, trata-se de um trabalho remunerado que poderíamos chamar *pré-moderno*, mais de acordo com o *ethos* dos ofícios anterior à industrialização. Trata-se, portanto, do que Marx designou como *modo de produção doméstico*, já que o trabalho se realiza no espaço doméstico. Por vezes, homens e mulheres trabalham em conjunto, no respectivo ofício, com as exigências de qualquer trabalho remunerado, num contexto social de grandes dificuldades, como já sinalizámos. Por isso, o facto de o trabalho se realizar no espaço doméstico não significa, muito pelo contrário, que ele seja «harmoniosamente» articulado com a vida familiar (veja-se Bradley 1982; Johnson 2002; e também Ariès 1978/86). Aliás, o oposto é visível até pela circunstância da grande participação infantil nesse trabalho. Curiosamente, duas das famílias de origem das narradoras estão ligadas a trabalho nos moinhos: o pai de uma é moleiro e a esposa trabalha com ele, sendo também o trabalho da mãe de outra. Para além dos *ofícios*, muitas trabalhavam no campo.

E mesmo nas duas mulheres cujas mães, formalmente, não trabalham, uma delas está intrinsecamente entretida com as questões do trabalho remunerado. A sua avó, apesar da sua origem de condição social elevada, quando ficou viúva foi trabalhar como assalariada nos campos do Alentejo; curiosamente, o seu saber permite-lhe *trabalhar* de uma outra forma: lendo romances às mondadeiras:

Como a minha avó tinha aquela coisa de não recorrer à família, portanto, o meu tio foi trabalhar e ela também foi trabalhar. (Hivi9, Ent2: 3)

Mas a minha avó nunca tinha trabalhado, de facto. E então foi aí até uma história curiosa: ela foi para a monda. Só que, quando chegou à monda, teve que ver que não é fácil e as mãos, as mãos da minha avó não eram para apanhar aquilo tudo. Entretanto, as outras mulheres descobriram que a minha avó sabia ler. E então o que é que acontecia?! As companheiras dividiam... porque aquilo era por regos, cada uma fazia uns tantos, portanto, duas delas levavam a meias o rego da minha avó para ela ir atrás, a ler romances!... Como ela sabia ler, então lia os romances. Ela ia atrás a ler, elas mondavam mas iam a ouvir a história, a leitura. (Hivi9, Ent2: 3)

¹¹⁷ Se esta questão fosse o foco, ter-se-iam conduzido o trabalho empírico de outra forma, já que fizemos mais de centena e meia de diálogos e entrevistas registados e, portanto, não é a questão meramente quantitativa que está em causa.

¹¹⁸ O processo conducente à elaboração das histórias de vida, como se descreve no capítulo II, desenvolveu-se com dez narradoras, embora o capítulo I integre apenas oito.

Mas se a realidade crua dos quotidianos concretos das mulheres eram de *trabalho e trabalhos*, a ideologia ‘dizia’ outras coisas: podiam ter *trabalhos*, mas não *trabalho remunerado*.

- **Estar sempre “ocupada” não significava direito ao trabalho remunerado**

O largo período de tempo que abrangem as histórias de vida exige um vai-e-vem em termos da contextualização das questões que emergem da análise das suas narrativas. Em termos das questões do trabalho remunerado fora do contexto doméstico, a situação também tem uma *história própria*.

Assim, no tempo da ditadura fascista, a que temos vindo a chamar o período do patriarcado absoluto, classismo, racismo e colonialismo, a ideologia da feminilidade que as empurrou para um espaço doméstico em termos simbólicos, teve as suas especificidades no caso português. Não é exactamente a ideologia de fragilidade e passividade que se constata, na época, no centro da Europa e no mundo anglo-saxónico. Pelo contrário, a feminilidade enfatizada em Portugal nestas tristes décadas foi construída com pinceladas de *trabalho* para as mulheres de qualquer classe social. O regime enfatizava que as mulheres deveriam estar sempre *ocupadas*, não se deviam entregar a actividades de lazer e muito menos a um lazer que desenvolvesse prazeres e satisfações pessoais. E *tudo estaria bem se acabasse bem*, mas o problema era que, num contexto social onde todo o trabalho era sem direitos, esta ideologia vinha prejudicar, como já referimos, não apenas as mulheres que eram as principais vítimas, mas também todos os membros das suas famílias, sobretudo em tempos de situações mais graves de doença ou acidentes, como os anteriormente relatados.

- **"A trabalho igual, salário igual" ainda não é um direito praticado**

Uma das histórias de vida e duas narrativas biográficas dizem respeito a trabalhadoras rurais. Quer as suas infâncias quer as suas vidas actuais são pautadas pela dureza das condições de trabalho no campo, como assalariadas ou trabalhando as magras terras que lhes pertencem:

Aqui, o trabalho das mulheres é igual ao dos homens. Se eles pegam na *chaxola*, a gente também pega na *chaxola*; se eles vão para a roça, a gente também vai para a roça, se eles vão cortar feno, a gente também vai cortar feno, que eles arranham nas mãos, eles vão à erva, a gente vai pegar

num molhe, ou dois ou três ainda mais do que eles. Ou se é preciso empalhar as vacas, as mulheres é que vão.” (HiviAlvar2, ent1: 5)

Vão para a roça, cortar mato, é igual aos homens. Mas, claro que não ganham o mesmo. (HiviAlvar2, Ent1: 4)

Estas mulheres relatam o carácter penoso do trabalho no campo, onde, em sua opinião, as mulheres são discriminadas e estão sobrecarregadas, não apenas porque acumulam com o trabalho doméstico e a criação dos filhos, mas porque ainda sobra para elas o trabalho com os animais ou no quintal, caso sejam trabalhadores assalariados e possuam ainda algumas *leiras* e/ou gado. Esta sobrecarga é expressa num desabafo que as acompanha: “mesmo os domingos são dias muito cansativos” (HiviAlvar1).

Mas a discriminação salarial entre homens e mulheres não se limita às zonas rurais. Constitui um traço saliente das vidas das mulheres operárias nas zonas semi-urbanas:

Há mulheres que fazem os mesmos trabalhos que os homens, mesmo na parte forte... os homens estão a ocupar a parte da montagem, acabamento e tudo o mais, que é um trabalho pesado, fôrma e tudo. As mulheres também estão lá a fazer esses trabalhos na mesma, conforme os homens os fazem, mas em questões salariais as mulheres trazem menos que os homens... As mulheres têm uma categoria, os homens têm outra, mas as das mulheres são sempre mais baixas que as dos homens. E mesmo no armazém... uma colega nossa ela até meteu um caso no Tribunal porque estava a fazer o mesmo trabalho [que o dos homens], que a categoria dela era servente de armazém... a servente de armazém mexe nas *velas*, para ir para o Porto. A categoria dela estava mesmo exposta no talão do vencimento, “servente de armazém”, ela tinha que receber em igualdade, igual aos homens. E não recebeu, recebeu menos ... uma diferença de dez mil escudos. E esse caso ainda está em Tribunal, ainda está para sair. Só que nestes anos todos, a empresa já lhe chamou a atenção, chegaram a trocá-la para outros tipos de trabalho, mas no talão dela continua “servente de armazém” e eles são obrigados a pagar por igualdade. (Narrativaautog14, Ent1: 5-6)

Um dos subterfúgios consiste em utilizar denominações diferentes em termos de categorias profissionais. Mulheres e homens fazem o mesmo trabalho, mas a categoria profissional fica com outra designação e, assim, “coincidentalmente” as categorias das mulheres correspondem sempre a salários mais baixos. Vezes há, todavia, em que mesmo com a categoria igual, se paga menos às mulheres. Algumas, mais conscientes, fazem queixa à CITE e recorrem ao Tribunal do Trabalho. No entanto, quando isto acontece, durante o processo, as mulheres são muitas vezes alvo de pressões e de mau ambiente no local de trabalho.

Alías, algumas trabalhadoras estão usando a sua agência para lutar contra esta discriminação:

Uma trabalhadora da multinacional alemã de calçado Rohde, situada em Santa Maria da Feira, ganhou o recurso que interpôs contra a empresa por discriminação salarial. No início deste mês, o Tribunal da Relação do Porto deu razão à funcionária, depois de um processo que passou pelo

Tribunal da Feira. Segundo o Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra, a operária recebia um ordenado inferior em cerca de 50 euros aos dos seus colegas homens, que faziam exactamente o mesmo trabalho. A empresa foi condenada a pagar os retroactivos de 1994 a Fevereiro de 2002. O porta-voz da Rohde, Sidónio Lamoso, revela que a empresa está a analisar o processo para decidir se vai ou não recorrer para o Supremo Tribunal de Justiça. O responsável sublinha, todavia, que "não existe, nem nunca existiu discriminação na Rohde". E, no caso concreto, garante que a trabalhadora está na mesma secção que outros homens, mas "com funções diferentes". Uma visão que não é partilhada pelo sindicato do calçado: "Cerca de 60 por cento das mulheres do sector do calçado são discriminadas pelo simples facto de serem mulheres. A nível salarial, isso traduz-se num ordenado inferior entre dez a vinte por cento" (ver doc. nº 1011)¹¹⁹.

Numa sociedade com uma das mais altas taxas de emprego feminino da União Europeia e a mais alta entre as mulheres com pelo menos um filho em idade pré-escolar, esta discriminação significa que, em termos de género, se vive a duas velocidades, uma com maior autonomia, outra continuando as situações de subordinação da época anterior.

• ***Brio* no trabalho doméstico para umas, obrigação a ser partilhada para outras**

Em algumas das nossas entrevistas destacamos esta questão, na medida em que às mulheres continua a ser atribuída a dupla carga de trabalho — o trabalho pago fora de casa e o assegurar de todo o trabalho doméstico e da criação das crianças, com a agravante da completa desvalorização destas tarefas. Os excertos que a seguir se transcrevem são, em nosso entender, indicativos:

"Metia a louça dentro da banca por arrumar, que me custava imenso (...) deixava assim a louça" (1ªEnt Alvar: 4-5).

"eu vinha para fazer o comer a quase na hora que ele vinha também, vinha na frente um bocadinho só. Fazia o comer, acabávamos de comer e ele era assim, «vamos embora!». Eu era assim: «ai meu Deus, então, e agora quem é que arruma a cozinha, quem é que lava a louça?» Vai ele lavar? Mas quantas vezes foi isto assim!" (HiviAlvar1, Ent1: 5)

Uma das narradoras expressa o quando o trabalho doméstico é o seu *brio*, a actividade pela qual se sente responsável, e as dificuldades em conciliar a sua realização de forma satisfatória, segundo os seus padrões, com as exigências do marido de que ela acompanhe o seu ritmo no trabalho do campo, fora do lar. Esta subjectividade pode ir ao encontro do estudo de Cornwell, em Bethnal Green, em que a investigadora mostra como as mulheres das classes trabalhadoras "...claramente viam o trabalho doméstico e o cuidar

¹¹⁹ "Tribunal Condena Empresa por Discriminação Salarial a Uma Operária", por Sara Dias Oliveira, Público, Segunda-feira, 17 de Novembro de 2003: [Doc. 1011]

das crianças como seu *job* e (...) investiam estas actividades com toda a significação moral normalmente atribuída ao emprego pago” (Cornwell, in Morgan 1996: 17-8).

Fazem-se notar, todavia, as mudanças sociais em termos das atitudes de homens e mulheres no que se refere às obrigações e responsabilidades no lar:

“Aqui é muito pior. Eu sei umas senhoras casadas e eu acho agora os homens diferentes do que eram os nossos homens. Os homens agora são muito diferentes, que é o ambiente que é outro e ajudam muito. Que eu tenho as minhas filhas casadas e eu vejo o ambiente deles, do que o que fui criada, do que o que criei os meus filhos...” (HiviAlvar2, Ent2: 6)

“Eu agora até digo para as minhas filhas. Pois ainda assim, podeis viver com mimo, onde os homens fazem o que vocês querem. «Não mãe, eu também depois...» Mas digo, na verdade, eles são uns santinhos. Agora, para o que a gente foi, para o que a gente passou!...” (HiviAlvar2, Ent2: 33)

“Tenho um irmão que é uma maravilha para a mulher, eu até lhe disse: «Ó pá, que maravilha! Ele chega, faz o comer, igual a ela...» Faz o comer e depois é assim: ele faz uma coisa e ela faz outra. É porque a minha cunhada é assim, «olhe, não quero sair sem arrumar a cozinha». Ele às vezes ainda lhe diz assim: «Ouve lá, hoje, deixa lá a cozinha por arrumar, olha, pronto, arruma-se à noite, a gente depois à noite fazemos isso os dois.» «Ó anda lá, ajuda-me aqui um pouquinho para ser mais depressa.» Lá começa um a lavar, outro a limpar. Despacham aquilo rápido. Aquilo é uma maravilha.” (HiviAlvar1, Ent.1: 7)

A este respeito, outra narradoras conta até que a filha, antes de casar, fez um acordo escrito com o marido sobre a partilha total das tarefas e reponsabilidades no espaço doméstico (Hivi3).

2.2. As profissões ditas ‘femininas’, docência e enfermagem, nas vozes das mulheres

A docência e a enfermagem têm sido objecto de investigação nos estudos sobre as mulheres exactamente pelos processos que conduziram à sua feminização (Araújo 2000; Araújo 1995; Araújo 2004). Também algumas mulheres desta pesquisa são profissionais nestas áreas.

No que se refere à docência, uma das narradoras foi para professora seguindo o conselho da mãe: tirar um curso. Gostou e está hoje bastante implicada na sua profissão. Outra começou a ‘dar’ aulas sem habilitação própria, em África, por influência das freiras do colégio que tinha frequentado e que a chamaram para ‘dar explicações’ a umas alunas ‘de famílias ricas’ muito desinteressadas das actividades escolares. Esta experiência bem sucedida leva-a a propôr-se leccionar no liceu da sua cidade, onde a falta de professores permitia a contratação de pessoas sem habilitação. Consciente desta sua falha, vem para Portugal, já com os dois filhos, tirar o curso porque não queria ser ‘professora de aviário’.

A profissão docente é avaliada por estas duas entrevistadas como uma carreira com muitas compensações, sobretudo ao nível da relação com os/as alunos/as. Uma delas guarda no seu *curriculum vitae* os 'louvores' que algumas alunas lhe fizeram. Consideram uma actividade que permite autonomia, inovação e onde, em algumas turmas, podem ser elas próprias, sem terem de apresentar uma 'fachada':

[Noutra altura], tive uma turma, que fiquei com muita pena de não me ter reformado com ela. Acabou em 1997/98, o ano lectivo. Tive-a dois anos. Tinha só um rapaz, que nem era meu aluno, tinha escolhido outra opção. (...) Mas era uma turma excepcional. Boas alunas, umas raparigas dedicadas, educadas, era aquela turma onde um professor pode ser sempre ele, não tem que se defender de nada. E criamos uma relação extraordinária. Essa turma pediu-me para lhes orientar a Área-escola. Foi das coisas mais divertidas que eu já fiz. Porque elas eram muito criativas. Eu só dizia: que pena eu não me reformar este ano! (Hivi3, Ent1: 26)

Contando muitos outros episódios gratificantes na relação pedagógica com os alunos, isto é, no *trabalho de ensinar*, Carolina afirma que “voltaria a fazer todos os sacrifícios para eu me poder sentir como membro de uma das mais importantes profissões do mundo”. É a aprendizagem dos/as alunas/os que justifica esta sua afirmação:

Acho que é uma daquelas actividades que uma pessoa faz, que tem qualquer coisa de divino. E então quando nós temos um aluno muito mau, por exemplo, e a gente consegue abrir uma porta para entrar um bocadinho de luz, um raio de luz, é fantástico, é comovente. (Hivi3, Ent1: 24)

No entanto, o carácter genderizado da profissão é sentido, por algumas inquiridas, como uma carência e motivo de desejo de que fosse diferente:

É outro caso que está errado e ao contrário, as escolas deviam ter mais homens! Porquê? Porque os homens são melhores? Não! Não na direcção, mas para terem mais equilíbrio na formação dos alunos, como modelos de formação. Devia ser mais equilibrado, nem sequer há a desculpa de que estejam assim [tão mal], que seja assim tão mau ser professor/a, em termos financeiros, hoje em dia. Nos primeiros anos, sim senhora, são mal pagos, deviam dar mais um incentivo, para fixar até os melhores, mas depois, a partir de uma determinada altura, as pessoas já ganham como se ganha em muitas profissões. E eu julgo que tem havido agora um certo assalto dos homens ao ensino pela razão pior, que é porque não encontram emprego noutro lado, e não por gostarem de ser professores! (Ent4, profa2, pág. 4)

Apesar de constituir uma actividade com uma esmagadora presença feminina, as mulheres estão aí também em desvantagem.

O mundo das escolas é também genderizado no que se refere ao pessoal auxiliar. Carolina Cardoso, com grande experiência de gestão nas escolas explicita como esta questão é difícil, no que se refere às auxiliares de acção educativa, onde a falta de formação e o facto de ganharem muito pouco acresce às questões de género que também atravessam a docência. No caso dos/as auxiliares (ou funcionárias/os, como por vezes são chamadas/os)

ela sublinha como a divisão de género e os preconceitos estão muito presentes, emergindo mesmo face à autoridade representada pelos Conselhos Directivos-Executivos.

Enfermagem situa-se noutra ponta do espectro das actividades profissionais das mulheres no que se refere à autonomia e satisfação profissional. Uma das suas características históricas é a sua (total) dependência face à profissão médica, sujeitando-se aos humores dos médicos todo-poderosos com quem trabalhavam.

Tendo ido para enfermagem por dificuldades económicas que não lhe permitiram frequentar histórico-filosóficas em Coimbra, foi fazer o curso para obter um ganha-pão:

Uma professora da mocidade portuguesa tinha-me ensinado enfermagem e nunca me passava pela cabeça realmente vir para isto, tanto que eu tinha aversão ao sangue, aos cheiros, era assim um bocado de nariz sensível, mas não tive outra alternativa até em função do alojamento, porque na altura, os cursos, para aliciar, também forneciam alojamento e davam-nos a possibilidade de pagar a maior parte no fim do curso, e, para não sobrecarregar a minha mãe, vim para aqui. (Hivi2, Ent1 : 3)

Esta actividade profissional, dita ‘feminina’ foi também objecto de produção legislativa, durante o Estado Novo, no sentido de a conformar ao estereótipo de uma feminilidade domesticada. Se as professoras podiam casar, embora com autorização do ministério, às enfermeiras foi vedado esse direito, tendo mesmo uma delas sido presa por ter desafiado os constrangimentos fascistas. A conformação a este espartilho do estereótipo começava logo na formação, realizada em internato, só para raparigas, apesar de haver homens na profissão mas que ali acediam através da vida militar (da guerra colonial). A reputação das enfermeiras era muito próxima da prostituição, segundo elas, exactamente porque muitas viviam em estado marital (ilegal, naqueles tempos) por não lhes ser permitido casarem-se. Outras explicações envolvem as relações amorosas com os médicos, dada a relação de dependência e sujeição absoluta em que se encontravam profissionalmente. Esta reputação das enfermeiras seguiu também esta entrevistada que se sentiu alvo dos olhares reprovadores da comunidade, na sua aldeia.

As recordações dos primeiros anos de actividade trazem à memória as penosas jornadas de trabalho que tinham que cumprir: as condições de trabalho levam mesmo a narradora a falar de ‘escravatura’ (ver Hivi2, Ent3: 10). As próprias regras do hospital deixavam claro quem tinha todo o poder: “Só o médico é que atestava que não havia serviço e que estávamos dentro da lei [para poder sair]. Veja como era esta coisa” (Ent3, enf1, pág.10).

Apesar de tudo, as recordações são positivas, onde o trabalho em equipa e a capacidade de se divertirem suplantava as condições de trabalho:

E também aproveitávamos depois os momentos em que não havia trabalho, também para nos divertirmos, para cantar: fechava-se a porta, cantávamos... enquanto arranjávamos as faixas outra vez, preparávamos tudo para o dia seguinte e, às vezes, até dançávamos umas com as outras. (Hivi2, Ent3 : 1)

No Hospital, era um verdadeiro trabalho em equipe no bloco operatório. (Hivi2, Ent3 : 1)

O poder da classe médica a que se encontravam sujeitas obrigava-as a ‘aturar’ os humores destes profissionais:

Tinha o seu génio. De modo que quando qualquer coisa não estava bem, ele atirava tudo pelo ar. Materiais e tudo. Lá iam as pinças, tudo pelo ar quando ele... De maneira que pediu essa coisa, não tínhamos, era lá um produto para fazer uma lavagem vá lá, depois de ter feito lá determinada sutura e eu não tinha e ele quase que me batia. Quase que me batia! (Hivi2, Ent3: 9)

... mas ele quase que me bateu, ficou possesso, tinha razão, tinha razão. (Hivi2, Ent3, enf1: 9)

Eu fiquei com uma vergonha tão grande na frente do outro senhor que não queira saber! (Hivi2, Ent3: 9)

Algumas, as mais bonitas, eram ‘as escolhidas’: convidadas pelos médicos, iam a algumas das suas festas ou jantar com eles:

Também havia convívio entre [médicos e enfermeiras] já na altura. Ou se chegava a ir uma vez ou outra já jantar. Não toda a gente, algumas. (Hivi2, Ent3: 2)

A profissão de enfermagem é, assim, uma actividade constringida, moldada pela masculinidade hegemónica sob controle dos profissionais médicos, caracterizando-se, no seu interior, por grandes divisões que nem mesmo o 25 de Abril dissolveu completamente:

Por causa do convívio com os médicos, acontecia que o outro pessoal chamava-nos até “de meninas de chapéu”. Achavam que éramos um tanto a elite, não é? (...) As do bloco eram as meninas de chapéu. (Hivi2, Ent3: 2)

E até, tem graça, nem usávamos barrete. Chapéus, usavam-nos elas. Elas é que usavam um chapelinho da farda! (Hivi2, Ent3: 2)

Actividade muito hierarquizada, as condições de trabalho são determinadas pelas personalidades de quem exerce posições hierarquicamente, não apenas médicos, mas também as próprias chefias de enfermagem. Uma chefe dinâmica, aberta à inovação, podia fazer toda a diferença:

E depois, tínhamos uma chefe já, que era a enfermeira P., que naquela época já era uma pessoa (...) bastante culta, até... Era uma menina bem, em termos sociais e era uma rapariga muito dinâmica. (Hivi2, Ent3: 2-3)

Ela estava atenta à nossa maneira de estar, até. (Hivi2, Ent3: 3)

(...) perguntava o que é que se passava e podíamos lhe dizer, que ela fazia tudo para nos ajudar. E ajudava. Era fantástica. (Hivi2, Ent3: 3)

E lutava muito com os superiores administrativos e com a classe médica para nos defender. (Hivi2, Ent3: 3)

Essa Palmares facilitava a saída do hospital, ia ela fazer o meu trabalho, ou de outra qualquer para nós podermos ganhar mais uns tostões cá fora. (Hivi2, Ent3: 4)

Graça Carapinheiro (1993; ver também Hespanha e Carapinheiro 2002) dá também conta destas divisões no interior do corpo de enfermagem, assim como da subordinação face à profissão médica, ainda nos princípios dos anos 1980, na sua investigação nos hospitais de Coimbra.

2.3. Experiências em cargos de gestão e direcção têm a marca histórica de género

A gestão das escolas significa significa, nas palavras das narradoras, uma sobrecarga para as mulheres e uma extensão das suas tarefas habituais, sem as compensações que vêm acompanhadas com a assumpção de cargos de direcção noutras profissões:

As mulheres têm acedido a muitos cargos mas são os cargos que tradicionalmente já lhes eram atribuídos e ainda como uma sobrecarga negativa... Por exemplo, as direcções das escolas estão na mão das mulheres! (Hivi3, Ent4: 4)

As mulheres continuam a estar nos Conselhos Executivos, nas Direcções das escolas que têm directores, nessas coisas todas, porque era uma coisa que elas já faziam, porque é uma profissão feminina. (Hivi3, Ent4: 4)

O seu carácter genderizado constitui motivo de minorização social, considerada por muitos como 'não-trabalho', um 'extra' e, daí, uma boa actividade para uma nora:

Em Portugal, segundo uma sondagem, a "nora ideal" é professora porque tem muitas férias — eu gostava de saber onde é que elas estão, porque não sei!... essas muitas férias! (Hivi3, Ent4: 4)

É uma profissão que obteve, negativamente, muita atenção por parte do fascismo que a produziu para se coadunar ao ideal de feminilidade com que pretendia moldar as mulheres portuguesas, e ainda carrega alguma dessa carga histórica. Regulando casamentos, colocações, vigiando de perto, isolando, o fascismo pretendia produzir agentes de inculcação ideológica, separando as docentes das comunidades:

Havia umas leis interessantíssimas. Uma lei que havia: nós não podíamos efectivar, na primeira vez, a menos de trinta quilómetros de casa. Imagine-se! (Hivi3, Ent2: 10)

Também no que se refere ao casamento, só podiam casar com autorização ministerial e com alguém que tivesse rendimentos superiores aos seus.

O exercício de cargos de direcção é também relatado por outra entrevistada, neste caso na enfermagem:

Nos Açores, nós íamos ganhando melhor, tínhamos três enfermeiras que eram as chefias do Programa, a subdelegada, a Chefe e a adjunta da chefe que era eu. Portanto, eu, acabadinha de me formar, fui para a chefia!... Sempre ocupei lugares de poder! ... Sempre gostei do poder. É verdade, afirmei-o em 1986, numa entrevista ao Diário de Notícias, à Maria Antónia de Sousa, quando estive na Câmara, e dizia, na altura, que não tinha receio de dizer que gostava; não era do poder pelo poder; gostava do poder, e o que podia estar errado era o exercício do poder. Gostar do poder não faz mal. O exercício do poder é que é perigoso se não for através de projectos e de objectivos muito concretos (EntNarrativAutog28: 4).

2.3. Etnicidade e trabalho: a entrada das ciganas na relação salarial?

Em relação às nossas entrevistadas ciganas e a D. Graciela das Nieves, encontrámo-las num momento de transição nas suas comunidades no que se refere à relação com o *trabalho*. Tradicionalmente, as comunidades ciganas encontram as suas formas de sustento através de actividades económicas à margem da industrialização, sendo tipicamente associados às feiras, a algumas actividades artesanais, como a cestaria ou a lataria, as primeiras partilhadas por homens e mulheres, e as segundas mais masculinas. Nas comunidades que conhecemos, estas actividades são ainda visíveis mas encontram-se a par de algumas situações, cujo significado social ainda não nos é completamente claro. As mulheres com quem conversámos falam de alguma experiência e/ou desejo de um emprego *dependente*, o que inclui a relação salarial.

Acerca deste aspecto em relação aos ciganos é, por vezes, afirmado que não têm amor pelos valores materiais. Milena Hübschmannová escreve, por exemplo, a distância entre uma cultura *gadjé* onde os objectos são valorizados e a cultura romani:

Os Roms não dispunham de um ambiente material propício ao enraizamento e ao sustento, a ilusão da perenidade dos valores materiais — esta convicção de que estragar o soalho, sujar o papel de parede, riscar as casas de banho e deixar a roupa desarrumada são crimes maiores do que esquecer de dizer uma palavra gentil às crianças, esquecer de lhes sorrir espontaneamente, de alegria, muito simplesmente porque elas estão ali. (in Lacková 2000: 2)

É nesta ordem de ideias que outros autores, como Liégeois e Ramírez, afirmam que os ciganos são uma “comunidade que não possui outro território que o do seu sangue nem outra autonomia que a da sua vontade e da sua cultura” (Ramírez, in Liégeois 1987: 11). Poder-se-ia pensar que estariam, então, próximos de uma ideologia socialista, mas não é esse o caso como bem demonstram as experiências das comunidades ciganas nos ex-países socialistas (ver Lacková 2000). Milena Hübschmannová descreve alguns dos

processos de discriminação e tentativa de liquidação enquanto cultura que era vista como ‘um modo de vida atrasado’ com ‘vestígios do capitalismo’. O papel que os/as técnicos/as (docentes, assistentes sociais...) e instituições, como as escolas, desempenharam no que ficou conhecido como ‘programa de dispersão’¹²⁰, mas que se tratava mais exactamente de assimilação forçada¹²¹.

Portanto, quando falamos de uma reconhecida ausência daquilo que Hübschmannová designa de *ilusão da perenidade dos valores materiais*, trata-se talvez de algo mais pré-moderno do que socialista. Sobre a experiência nas Repúblicas Eslováquia e Checa, a autora descreve brevemente a entrada dos romani no ‘mundo do trabalho’ com algumas semelhanças entre o mundo capitalista e socialista¹²², onde a ausência de qualificações obrigava estas populações a aceitar os tipos de trabalho mais desqualificados.

Embora noutro contexto histórico e com outras características do ponto de vista político, é este quadro de transição da vida económica destas comunidades que encontramos nos contextos estudados. Em termos do primeiro grupo, torna-se relevante assinalar este eixo importante de mudança que se relaciona com as expectativas que algumas mulheres jovens ciganas têm de vir a realizar um trabalho pago fora do lar, ou seja, de entrar na relação salarial¹²³. Referem vagamente algumas possibilidades como “fazer tapetes”, “na cozinha”, ou mesmo “ir para a fábrica” (MulCigEnt4: 10-11)¹²⁴.

¹²⁰ Neste caso, pelo que nos foi dado a conhecer, talvez não possamos falar exactamente de *softpolicing*, mas já de *hardpolicing*.

¹²¹ A autora descreve este processo: “Quarenta anos de uma política de assimilação e de manipulação brutal passaram como um raid bárbaro nos ‘três mundo’ romani. Oferecia-se aos ‘cidadãos de origem cigana’ uma ‘oportunidade histórica’, muito reforçada por palavras de ordem e por algumas disposições sociais: atingir a terra prometida, a prestigiada sociedade branca dominante. Claro que só se deixava os Roms lá chegar com a condição de deporem, na fronteira, a sua língua — essa ‘charabia tsigane’ —, a sua etnia — essa ‘cultura atrasada que é um freio à civilização’ — a sua concepção de família, a solidariedade comunitária, tudo aquilo que tão-só fazia lembrar o ‘modo de vida cigano’. Era proibido que as crianças falassem romani na escola. Vi com os meus próprios olhos professores dotados de iniciativa que colocavam ‘orelhas de burro’ por cada palavra ‘tsigane’. Vi num orfanato crianças que não raparam o cabelo porque falaram em ‘tsigane’. O ‘atraso mental’ aparente destas crianças ciganas desorientadas fortificava o desprezo tradicional que inspiravam aos colegas brancos, que as viam encher as escolas especiais.” (Lacková 2000: 3)

¹²² Nas palavras da autora: “No processo de transição entre ‘um modo de vida antigo e atrasado’ e a ‘nova sociedade socialista’, os Roms tiveram que renunciar aos seus honestos ofícios tradicionais. Esta medida tocou toda a gente, mas acabrunhava duplamente os Roms porque não tinham qualificações necessárias para exercer outras profissões e tinham que se contentar com os trabalhos completamente não qualificados. (...) Cesteiros e ferreiros tinham que abandonar o seu artesanato se não queriam ser considerados ‘empresários privados, vestígios do capitalismo’. (...) O que é absurdo é que o actual regime democrático tirou da prisão os Roms que não tinham sabido ou não tinham querido aproveitar o seu direito ao trabalho, para aí os voltar a trancar, logo que eles retomaram o mau hábito de roubar, a seguir a um despedimento, agora que é quase impossível para um ‘tsigane’ — doravante um Rom — encontrar trabalho.” (Lacková 2000: 4)

¹²³ As entrevistas com este grupo de mulheres ciganas foram feitas no contexto do ensino recorrente, onde se encontravam por via do rendimento mínimo garantido (ver capítulo da metodologia).

¹²⁴ Ver também Araújo e colegas (2002).

Pela história de vida de D. Graciela apercebemo-nos que, para esta entrada (ou desejo de entrar) na relação salarial, desempenhou um papel importante aquilo que na altura era o ‘rendimento mínimo garantido’. Assim, esta narradora já se reconhece na ocupação de empregada doméstica, embora faça uma distinção entre ‘trabalhar’, que atribui ao que a sua vizinha faz, isto é, fora de casa, e o que ela faz em casa dela, a *limpeza*:

Sou empregada doméstica. Gosto de ser feiranta mas também gosto de ser empregada doméstica. A minha vizinha pediu-me se eu ia lá duas vezes por semana e eu não disse que não, não custa nada. Ela trabalha e eu faço a limpeza. (Hvi7, ent1: 6)

Explica como foi para empregada doméstica, já que como feirante não lhe concediam o subsídio, onde podemos reconhecer o *softpolicing*:

Foi uma coisa que surgiu, senão não tinha o rendimento mínimo. Como feirantes, não podemos ter. Não sei porquê, mas disseram que não. Tenho que ir lá sempre fazer a limpeza, e vou. E mandaram-me se eu queria outro emprego. Isso era o que eu queria, para me ajudar a criar os meus filhos. Levo este para trabalhar comigo e tudo. Vou para as feiras com os meus filhos. Os meus filhos não estão habituados a carregar sacos... (Hvi7, ent1: 6)

Esta entrada ou desejo de entrar é extensiva à filha, embora ela continue a ‘gostar’ de ser *feiranta*:

Mesmo a minha filha disse-me: “se eu for pedir um emprego, não dão sem a escola”. Que ela queria um emprego. A minha filha está no rendimento mínimo. Vamos a ver se arranja trabalho. Ela agora não está a trabalhar, pediu ajuda ao rendimento mínimo. Vamos lá a ver, se elas disser que sim, ela vai, que ela quer um emprego. (...) Ela gostava de ser *feiranta*, mas, se disserem “vai para um emprego”, ela vai, porque ela também gosta de emprego. (Hvi7, ent1: 4)

Embora nos discursos dos/as técnicas das políticas sociais, a questão do emprego venha associada à da escolaridade, nas práticas, existem hiatos intransponíveis e as tensões nas relações entre escolarização e emprego tornam-se incompreensíveis no seio desta cultura. Por exemplo, num dos diálogos acerca da escola e do emprego, uma das senhoras ciganas conclui que não vale a pena a filha continuar no ensino recorrente:

Então a Salomé já não valia a pena estar na escola, se ela não quisesse, arranjava um emprego e ia trabalhar porque ela já tem a 4ª classe. (MulherCigEntCol2: 12)

Sendo que as suas actividades tradicionais estão a sofrer com as transformações do mundo económico, nas palavras de Graciela das Nieves, “a feira ora dá, ora não dá”, e que, simultaneamente, a escolarização das crianças ciganas enfrenta o racismo cultural, a violência simbólica e o arbitrário cultural, também vivido pelas crianças das classes trabalhadoras mas nestes casos ainda mais exacerbados, estas comunidades ciganas estão a viver com extrema dureza este momento de transição.

2.4. Relação subjectiva com o trabalho

Algumas das biografadas e das entrevistadas, especificamente as que são professoras e enfermeiras, têm uma enorme implicação com o seu trabalho e sentem-se recompensadas no sentido em que sabem que contribuem para a construção de algo. Nenhuma delas, até agora, viu a sua dedicação reconhecida, a não ser pelas pessoas para quem a sua profissão existe: discentes ou doentes.

O 25 de Abril foi há vinte e seis anos e eu há dezanove anos que estou ligada aos Conselhos Directivos. Este ano é o primeiro ano em que sou só assessora, mas tenho estado sempre na gestão. Lá saio um ano ou dois, mas depois, lá caio outra vez. E gosto muito de estar com alunos. Gosto muito de trabalhar com adultos, gosto muito de trabalhar com alunos de dia. Gosto essencialmente de dar aulas. (Hivi3, Ent1: 24)

O grau de satisfação profissional de Maria Carolina é muito grande no que se refere ao trabalho pedagógico com alunas e alunos:

E os alunos são uma maravilha. São uma maravilha. (...) E eu acho um privilégio ser professor, sabe? Acho mesmo. Ficamos jovens muito mais tempo. Se quisermos aprender com os alunos, eles têm tantas coisas para nos ensinar! Que nem imagina. Porque antigamente, havia um professor que dizia: “Eu só dou vinte quando houver algum aluno que me ensine alguma coisa a mim.” Isso era dantes. Porque, se fosse agora, coitado do homem! Passava a vida a dar vintes! Mesmo na altura não estaria com atenção... (Hivi3, Ent2: 18)

Tenho um poema — como é que se chamam aqueles poemas em que cada verso começa com as iniciais do nome? — um poema feito pelos alunos com as minhas iniciais, m a r i a d o c a r m o. Eu tenho isso no meu currículo. No meu currículo, pus isso nos louvores. (Hivi3, Ent2: 11)

Não parecem ser as recompensas materiais que movem algumas das mulheres em termos de satisfação profissional:

Entretanto, comecei a ter uma actividade paralela, da qual me atrevo a falar, porque tive sempre um certo cuidado, julgo eu — que a gente às vezes julga e não é assim. Julgo que tive sempre um certo cuidado para que essas coisas que eu fazia, e que ainda faço, não interfiram com a minha actividade de docente. Porque o que eu sou é professora. Porque se eu quisesse ser outra coisa, era. Tive vários convites, e muito bem pagos, aliciantes, para ir fazer outras coisas, para deixar de ser professora. (Hivi3, Ent1: 24)

O saber que contribuiram para construir algo para a sociedade na área em que trabalham também constitui um importante factor de satisfação profissional:

Fomos nós que montamos o bloco operatório, na minha época... (Hivi2, Ent3: 2)

Também Teresa Evert classifica a profissão de professora como “uma profissão excelente, porque permite renovação”, circunstância também propiciada pelo próprio Ministério que,

segundo a narradora, “até nos dá novidade demais! Nas mudanças de programas e de currículos, e de disciplinas e de tudo e mais alguma coisa...”. A sua relação subjectiva com a profissão corresponde um pouco ao que as professoras e os professores representaram para si mesma. Fazendo questão de dizer que é sindicalizada e já foi delegada sindical, conta:

Para mim os meus professores e as minhas professoras foram muito importantes, não só em termos científicos, mas em termos humanos, da formação da minha própria personalidade, e daquilo que eu sou hoje. Também sei que não serei uma referência para todos, mas para alguns eu sou. (Hivi 6: 40)

Considerando alunas/os, tal como Carolina, a parte mais gratificante da profissão, ela dedica-lhes a sua energia e atenção:

Eu preocupo-me muito com os alunos. Mais até do que estabelecer boas relações com os colegas, ou com a instituição, procuro que os meus alunos tenham uma boa imagem de mim. Se calhar o facto de ser lésbica e de ser visível enquanto lésbica, e estou certa que isto me coloca nalguma posição de fragilidade, também me entusiasma a depois garantir e manter boas relações com os alunos, porque se eu tiver boas relações com eles, eles passam para os pais e eu estou muito mais segura. Só um pequeno exemplo: eu tive o meu filho há uns meses, as minhas primeiras visitas, depois da minha companheira e da minha mãe, no hospital, foram os meus alunos. (Hivi 6: 40)

No entanto, o seu contributo, quer no ensino, quer nas escolas, quer ainda no campo da saúde, raramente é socialmente reconhecido.

Alguns grupos de mulheres mantêm rituais de afiliação nas relações de trabalho. Embora não seja uma prática muito relatada pelas entrevistadas, uma delas participa num desses grupos:

Eu tinha o meu segundo grupo de alunos daqui desta escola, que eram alunas lá do curso de auxiliares. Todos os anos elas se reúnem no primeiro Sábado de Abril para um Almoço, as que querem ir, claro, não vão todas. (Hivi2, Ent3: 49)

Na próxima secção, trataremos dimensões que cruzam trabalho e família nos percursos e subjectividades de mulheres entre si com diferenças de origem, condição social, região cultura, etnia e «raça», orientação sexual e capacidade.

3. Entrelaços e desenlaces nos quotidianos de trabalho e família

O conceito de patriarcado, apesar de controverso, continua relevante para destacar *alguns* mecanismos que são específicos das relações de poder entre homens e mulheres. Deixando de o conceptualizar como uma realidade ahistórica e imutável, este conceito, a

par de outros, como o de *ordem de género* e mesmo *regime de género*, permitem dar conta dos diferentes tipos de *relações* que se estabelecem entre os grupos sociais de homens e de mulheres em diferentes contextos e momentos históricos. Assim, podemos ver nas histórias relatadas um momento em que o patriarcado era muito vincado — o das suas infâncias — caracterizado pelo extremo poder masculino, a quem tudo era permitido, e pelo extremo desapossamento das mulheres, a quem tudo era negado, excepto «parir, fiar e chorar», como *dizia* o ditado (ver também Joaquim 1983).

3.1. Na família patriarcal, não há lugar para o afecto: a regulação da sexualidade e do corpo

A família surge na maioria das histórias de vida e narrativas autobiográficas como uma instituição patriarcal, extremamente reguladora da sexualidade e do corpo no sentido de uma ordem de género masculino e heterossexual. Quase todas as experiências de vida relatam episódios de impedimento de namoros, casamentos, relações afectivas quando a relação em causa não entrava nos planos familiares.

- **No fascismo, as classes trabalhadoras não tinham direito a namorar**

As mulheres que “serviam” não tinham direito a namorar, porque poderia levar ao casamento e isso significava sair da casa e deixar de servir os senhores:

A partir mais ou menos dos 6 anos, a minha irmã já era ‘polícia’ da minha mãe. Quando eles saíam, das duas uma: ou levavam a menina para a minha mãe não perder tempo com a filha, levavam-na com eles para passear, entretidos com a criança, ou então ela ficava em casa e ela dizia “Ficas aqui mas vais ver o que é que a tua mãe faz, se a tua mãe vai falar com o teu pai, se o teu pai vai falar com a tua mãe”, porque naquela altura eles não deixavam sequer o meu pai, o meu pai, que era pai da minha irmã, aproximar-se da minha mãe. (Hivi4, Ent2: 7)

Eles tinham uma forma de se encontrarem e de falarem para o outro: a minha mãe ia lavar para um tanque muito longe e começava a cantar, que a minha mãe cantava muito bem. O meu pai ouvia e mandava um bilhetezinho pela boca do cão a trazer uma comunicação para a minha mãe. E a minha mãe lia o bilhetezinho, escrevia também o seu bilhetezinho e mandava pelo cão para o meu pai. (Hivi4, Ent2: 7)

Quando decidiram casar, tiveram que ir *pedir aos senhores*. Por seis anos de trabalho sem ter recebido salário nenhum, recebe um velho moinho que lhe permite continuar a trabalhar, agora como moleira:

Pronto, e depois quando ela tinha 6 anos, o meu pai decidiu casar com a minha mãe, tiveram que ir pedir para casar, eles arranjaram-lhe uma casa com uns moinhos, o meu pai era padeiro e a minha mãe foi para o moinho e passou a ser moleira, e depois nasci eu. (Hivi4, Ent2: 7)

Nem *casamento*, nem *família* tinham a ver com afecto, como indicam as estratégias familiares de impedimento de alguns laços.

São diversas as experiências de vida de namoros que se desfizeram por intervenção estratégica das famílias e as “intrigas” são um meio muito eficaz, dado o regime patriarcal existente à época, usadas de diversas formas e com objectivos diferentes:

Mas era uma irmã dele [desse meu primeiro namorado] e um irmão dele mais novo que andaram para lá assim com uns mexericos porque queriam que ele casasse com uma rapariga de outra aldeia que estava também em África e cujo pai era militar...eles eram pobres mas a outra como era filha de um senhor influente e que estava lá em África e que era visita assídua do bispado de Nova Lisboa, portanto onde estava o bispo, ia lá comer, havia essa troca, a família, uma irmã, um cunhado e o irmão mais novo, preferiam. (Hivi2, Ent1: 7)

Entretanto esse bispo veio cá procurou saber de mim e a família dele, a irmã mentiu, disse que eu estava em Lisboa e o senhor foi operado às amígdalas na Ordem do Carmo e ----- da Carvalhosa e eu até podia ir depois lá visitá-lo. Entretanto, ele tinha-me escrito a dizer que fosse, que o senhor bispo queria falar comigo e para eu falar para ele até nos dar uma ajuda no início da vida e mais não sei quê. E como eu não fui, não me encontrei com ele, escreve-me todo aborrecido, o senhor bispo que me procurou, que eu que não apareci, não sei quê, não sei que mais. Portanto, tinha sido uma intriga da família. (Hivi2, Ent1: 21)

Era a mentalidade da época e isso prejudicou-me bastante. (Hivi2, Ent1: 8)

Esta família patriarcal não inclui, como referimos, nos seus traços fundamentais, o afecto. Recorda-nos a família pré-moderna, tal como retratada por Ariès (1986) e Badinter (s/d) sobre a época do *ancien régime*, anterior à Revolução Francesa. As preocupações situam-se em torno do assegurar da sobrevivência, sendo, por isso, uma importante unidade económica de produção:

... uma pessoa que atendendo até às condições de vida com os meus pais, que não eram pessoas afectuosas, relativamente aos filhos, nunca foram, não foram, não eram assim! (Ent1, profa1, pág.18)

Tal como é caracterizado pelos autores atrás mencionados, também por vezes era possível encontrar alguma relação de afecto entre algumas pessoas no seio de uma família, mas isso não era generalizadamente valorizado nem incentivado (Hivi3).

As raparigas e as mulheres tinham o destino completamente traçado e o casamento era, evidentemente, um traço obrigatório e, quanto mais cedo, mais depressa a rapariga ficava ‘arrumada’:

E, portanto, o que acontecia era que enquanto as rapariguinhas que tinham andado comigo na escola, começaram a namorar, porque era costume, com 15 e 16 anos, 14, casavam-se aos 16 anos. (Ent1, profa1, pág.4)

• **A ideologia do amor romântico: devotar-se ao marido e ao lar e abandonar o trabalho pago**

No entanto, apesar das circunstâncias reais de vida não favorecerem o afecto nem este parecer existir nas vidas e percursos concretos de biografadas e entrevistadas, a ideologia romântica tinha já feito a sua entrada: mais uma vez, sente-se a simultaneidade da sociedade portuguesa, dividida entre situações de pré-modernidade e outras que acompanha a modernidade da época. Apesar das circunstâncias desafectadas que constituem a maioria das vidas relatadas, nos seus discursos, o afecto é algo muito importante e motivo de alguma nostalgia quando não perseguido.

Assim, para algumas mulheres, o casamento representa uma via de liberdade face aos constrangimentos da família de origem. No caso de uma das narradoras, Maria Carolina, representou exactamente o acesso ao direito à sua privacidade:

Entretanto, alugamos uma casa e compramos os essenciais. E muito sinceramente, nesta fase, era uma experiência tão extraordinária, eu ter uma casa onde fechava as portas e não entrava lá ninguém, se não quem eu quisesse ou tivesse convidado. Uma casa onde eu só fazia aquelas coisas, e nem tudo, porque parecia mal uma pessoa não ter empregada, eu tinha cozinheiro, meu Deus! Um cozinheiro e uma lavadeira e éramos só duas pessoas. Era o M. o cozinheiro e tinha uma lavadeira... Que, sinceramente, disse para mim: nunca mais quero ser senão uma dona de casa e mãe de família. (Hivi3, Ent1: 13-4)

Esta experiência vai de encontro à ideologia do amor romântico, onde a esposa devota todas as suas energias ao marido e ao lar. Esta ideologia é um dos pilares essenciais da feminilidade enfatizada e da heterossexualidade compulsiva. Esta narradora está, neste momento da sua vida, a equacionar dedicar-se a uma vida doméstica que lhe parece muito mais agradável do que a vida de trabalho e de privações com a sua família de origem e a acompanhar o marido mesmo “no mato porque ele era agrónomo e andava no mato a trabalhar no algodão”, quando lhe surge uma proposta de trabalho fora de casa feita por uma freira de um colégio que frequentara: ‘dar explicações’ a umas adolescentes de um colégio interno de ‘meninas bem’. Quando falou com o marido:

Contei-lhe, e diz ele:

— Então Terça-feira vai lá falar com ela. — Fiquei assim um bocado desconsolada por ele dizer “vai, vai”.

E eu fui, e elas pediram-me para eu dar explicações a umas meninas internas que lá estavam, meninas muito ‘bem’, já crescidas, quase todas da minha idade, pouco mais novas eram do que eu, e que estavam muito aborrecidas, descontentes...

Eu disse que ia falar com o meu marido.

Quando o meu marido veio, no fim-de-semana, contei-lhe a proposta da madre à espera que ele dissesse: «Não senhora, não vais!» Mas ele disse-me:

— Olha, eu acho uma boa ideia, em vez de andares lá pelo mato comigo, a gente sabe lá o que é que pode acontecer, podias ir. — Voltei a ficar um bocadinho desconsolada, para ser franca, mas lá fui. (Hivi3, Ent1: 14)

É o sentido de dedicação ao marido com que as mulheres eram socializadas que leva Maria Carolina a aceitar a resposta do marido, apesar de ela vir em contradição com a sua ‘formação como esposa’:

Esperava que o meu marido chegasse «Não vais nada!» O que seria uma coisa muito mais seguida. Mas ele disse:

— Não, eu acho muito bem! — Eu franzi a testa, mas como eu ainda estava naquela fase de... isto foi para aí em Agosto, eu já estava grávida do meu primeiro filho, e ele, e, por outro lado, naquela altura, eu tinha um sentido do casamento assim muito de dedicação ao marido! Ele dizia que achava bem e eu achava também. Um bocado desconfiada, mas nunca manifestei essa desconfiança. E lá fui... (Hivi3, Ent1: 15)

E assim se inibe uma “carreira” de “doméstica-neurótica” (ou de “chata”, nas expressões da narradora) e se constrói a de uma mulher que devotou a sua vida às/aos discentes, às escolas, ao ensino e ao conhecimento. Este percurso, em sua opinião, não teria sido possível, não apenas no início mas também ao longo de toda a sua carreira profissional, sem o apoio do marido:

Por outro lado, também tenho que dizer uma coisa. Eu nunca conseguiria fazer isto sem o marido que tenho.

Primeira vantagem: é uma pessoa absolutamente diferente de mim. É o oposto. O que é muito bom. Não andamos a competir por nada. Eu faço a prata da casa. Faço os discursos, faço... e ele é uma pessoa que me oferece assim uma rectaguarda, uma garantia de estabilidade, de honestidade, de rectidão de carácter e depois foi uma pessoa que esteve disposta a fazer aqueles sacrifícios enquanto eu andei a estudar... que me deu sempre muita força. Foi sempre muito... ajudou-me muito a preservar nas coisas. Isto é uma vantagem muito grande. Eu hoje não consigo imaginar como é que seria eu ser dona de casa. Devia ser uma chata! Ao fim de um certo tempo... (Hivi3, Ent2: 15)

Mas nem todas as mulheres *escolhem* para companheiros aqueles que valorizam a sua realização profissional. Outros há que tudo fazem para obstaculizar o percurso profissional das mulheres. É uma história completamente diferente a que nos conta uma outra narradora, apesar de profissionalmente e em termos de classe social, quer de origem, quer de carreira, se aproximarem uma da outra. Com possibilidades de investir na carreira a relação com o futuro marido vai obstaculizando essa progressão. Lurdes Martins designa-o, ao longo das entrevistas, como *falecido-vivo* e vai referindo as diversas formas como esta companhia masculina serviu como constrangimento à sua realização profissional,

constrangimento que começou antes do casamento. Por indicações dos seus superiores que com ela trabalhavam, por exemplo, foi frequentar o Instituto Britânico mas acaba por desistir ao fim de dois anos devido à essa relação (Hivi2, Ent3: 22).

Ou seja, as condições objectivas sociais destas duas mulheres são semelhantes, o que vai determinar a diferença das suas experiências e da sua qualidade de vida no momento em que me contam as suas autobiografias é o tipo de casamento que lhes calhou em sorte.

Apesar de deste tipo de constrangimentos por parte de maridos, namorados e companheiros ser muito comum nas experiências de vida relatadas, nenhuma delas se ficou apenas por doméstica. A única que fica longos períodos sem ir para um trabalho remunerado, no seu caso, na agricultura, é D. Hercília mas as razões que a impedem de trabalhar têm a ver com a sua saúde (ver Hivi1).

• **Casamento patriarcal e dominação económica: “Eu não era senhora de bulir num tostão”**

Aquelas famílias onde podemos identificar relações patriarcais são também atravessadas de uma grande exploração em termos do trabalho e do dinheiro. Experiências relatadas mostram que algumas das mulheres são completamente despojadas de todo o dinheiro, mesmo daquele que ganham. E isto era e ainda é válido para as zonas rurais, no norte, onde elas trabalham as terras dos senhores, lado-a-lado com os maridos que regulam, controlam e gastam o dinheiro de ambos:

Porque a minha vida... eu criei doze filhos, é como eu digo, a minha vida foi triste, sempre triste, uma vida que eu não era senhora de bulir num tostão. Nem sei como salvei a minha vida. Eu não era senhora de bulir um tostão! Porque, se às vezes queria comprar umas sardinhas, vendia milho às escondidas para pagar tudo e para dar de comer aos filhos. Eu se via que estava a criar uma criança... (Narrativaautog12: 2)

Vê-se muito bem por alguns relatos que entre marido e mulher não existe a tal comunicação habermasiana nestes contextos em que a relação patriarcal dita regras e normas sistémica e não socialmente determinadas (Fraser 1995). Não são donas do ganho do seu trabalho, não podem decidir quando levam o filho ao médico, não determinam quando é que os filhos comem pão de trigo ou boroa.

Alguns deles, para se assegurarem que ela faz o *trabalho* que ele acha que ela tem que fazer, até marcam o terreno (como no caso do “risquinho na leira”, da história de vida de

Hercília de Nogueira). Evidencia-se, em alguns dos relatos, uma relação de patrão e empregada (mas sem relação contratual) e não o que a ideologia do amor romântico quer fazer crer que é a norma entre marido e esposa, como nos relata outra entrevistada:

Ele, a mim, o meu, a mim nunca me embrulhou, porque eu passava-lhe sempre [no trabalho do campo]. E ele era assim: Eu não sei o que é que esta mulher faz, só com uma cavadela... Eu cavo duas... Depois, nós vemos e o milho sai igual e a erva na mesma. Nunca ele me passou à frente. Agora estou mais gorda do que era... Eu era assim, um carapau. Negrito. Andava na roça, ía para o mato e [ele, o marido] também não me embrulhava a roçar mato, que eu passava à frente. Há pessoas que sabem a minha vida, que eles a mim não me embrulhavam, nem em trabalho nenhum. Nunca ninguém me embrulhou. (Narrativaautog12: 3)

Tal como já dissemos quando descrevemos os quotidianos familiares, também esta questão que tem a ver com a violência doméstica, que será tratada no capítulo seguinte.

Esta exploração não atravessa apenas as relações maritais no espaço rural, como também no espaço semi-rural e urbano, em contexto de trabalho fabril. Ermelinda Ribeiro com a sua experiência como dirigente sindical, relata como algumas operárias receiam não conseguir ter acesso ao dinheiro que recebem. Essa situação fica ainda mais difícil quando se trata do “fundo de garantia salarial”, que é o reembolso que as/os trabalhadores/as têm direito, de acordo com o tempo que trabalharam na empresa, quando os patrões declaram falência. A aflição destas mulheres é que, no desemprego, muitas delas já com quarenta, cinquenta e tal anos, se o marido lhes tira essa indemnização, elas ficam com as mãos completamente vazias: nem emprego, nem dinheiro. Em alguns casos, o sindicato serve também para ajudar estas mulheres a encontrar estratégias de alguma autonomia económica (enfim, nas circunstâncias).

Assim, para outras, parecem restar algumas estratégias que envolvem as amigas e a família para se defenderem dos abusos do marido¹²⁵.

Uma delas, para o marido não saber disse que tinha uma cunhada que estava em França e que lhe mandava tanto dinheiro por mês, para uma conta com o cunhado, para o homem não apanhar aquele dinheiro. Deu-me o número da conta da cunhada e depois disse que não recebeu. Mas aquele número não coincidia com o número da conta. Mas foram para aí umas quatro ou cinco trabalhadoras com questões assim! (Hivi4, Ent1: 14)

Elas têm vergonha do que se passa no interior dos seus lares e por vezes, esta vergonha faz com que não consigam encontrar estratégias eficazes de defesa ao controle masculino:

«E vocês porque não deixaram a nós?» Tinham vergonha. «Sabe, se vai para a minha conta e para a do meu homem, ele come tudo!» (Hivi4, Ent1, sind1: 14-15)

¹²⁵ São *abusos*, porque isto constitui violência económica incluída na violência doméstica, embora, infelizmente, muito poucas vezes reconhecida como tal.

Algumas conclusões em torno dos quotidianos familiares, de trabalho (e de não lazer?)

As esferas da família e do trabalho remunerado detêm centralidade nas narrativas destas mulheres, o que constitui uma constatação que, embora, talvez não muito surpreendente, mostra simultaneamente a continuidade da *família* como esfera importante nas vidas das mulheres e a mudança do papel do trabalho remunerado nas suas vidas.

A maioria das narrativas enfatiza as dificuldades da sua vida em termos económicos. Relativamente à sua família de origem, a pobreza dos quotidianos, a dureza das condições de vida, as dificuldades vividas, incluindo algumas situações de fome, prevalecem nas narrativas, atravessando os diferentes períodos e contextos em que se movimentam.

O trabalho doméstico apresenta-se também, para muitas delas, como um referente importante nas suas vidas, adquirindo, no entanto, contornos diversos de acordo com a posição de classe e de etnia das mulheres entrevistadas. Assim, para as mulheres de classe trabalhadora e para as mulheres ciganas, o trabalho doméstico constitui uma questão de *brio*, assumido como a sua tarefa pela qual têm de dar conta, algumas afirmando implicitamente que gostariam de dispor de mais tempo para o seu exercício *‘como deve ser’*. Por seu lado, as mulheres que têm habilitações literárias de nível superior explicitam que não consideram, não aceitam, este tipo de trabalho como sua única responsabilidade. Revolta-se, uma, pelo facto de o advogado do ex-marido trazer esta questão ao de cima como motivo para o divórcio. Curiosamente, esta dimensão do trabalho e da vida familiar das mulheres não é referida nem pelas mulheres sós nem pelas lésbicas. O lazer, ou actividades individuais que de alguma forma pudessem representar algum tipo de tempo usado *inutilmente* para fins de prazer ou auto-desenvolvimento, está completamente ausente nos seus discursos.

• A família: refúgio ou inferno?

São poucos os casos de casamento heterossexual e na narrativa de uma das lésbicas, em que a relação com o/a cônjuge é retratada com cores afectivas de amor, carinho e apoio mútuos. Apenas num dos casos, a ascensão profissional é quase completamente atribuída ao apoio, carinho e incentivo do marido e noutra assim a satisfação do activismo político integra a parceria em igualdade com o marido e companheiro. Da mesma forma, a mulher

cigana conta atitudes carinhosas e de cuidado por parte do marido, inclusivamente no momento da desfloração na altura do casamento.

Inversamente, as outras mulheres que nos falam das suas vidas conjugais, retratam violência, perseguição, conflitos duradouros. No entanto, para a maioria das mulheres casadas, a situação de *casadas* constitui um bem em si, evidenciando um paradoxo entre a imagem ideal de casamento, com os investimentos afectivos inerentes, e a realidade vivida. Algumas explicitam com muita ênfase que *paternidade* e *maternidade* são consequência das acções concretas das pessoas e não de um qualquer resultado das funções biológicas. Neste sentido, para algumas das mulheres, a contribuição do esforço e solidariedade de outras pessoas fora das suas famílias ‘legítimas’ foi a condição necessária para sobreviverem e chegarem à situação em que hoje se encontram. Apesar disto, algumas enveredam por percursos de casamento e de vida familiar determinada pelos laços biológicos, aceitando unir a sua vida a pessoas que de todo em todo demonstraram desde o início não serem capazes de ligar as suas acções sociais ao processo biológico que originaram. O medo da ilegitimidade dos filhos, a pressão social nomeadamente no tempo do fascismo e a sensação de que se encontravam num beco sem saída, foram alguns dos factores que levaram algumas das mulheres a enveredar por um caminho que já previam vir trazer-lhes muitos escolhos. Invariavelmente, o factor *dinheiro* atravessa todos os conflitos e violência por que passam estas mulheres. Recorrentemente, a avaliação que algumas destas mulheres fazem de *família* e de *casamento* é que, do seu ponto de vista, no caso *das outras* mulheres, a situação é “muito melhor”. Torna-se-lhes assim incompreensível as razões por que o *inferno* lhes calhou a elas.

A família constitui, assim, um refúgio em termos ideais, mas um *inferno* na prática ou uma realidade que necessita esforço e trabalho para corresponder ao que se deseja.

As mulheres sós, praticamente, não falam das suas opções de vida afectiva. A excepção é a mulher invisual que nos relata com muita acuidade que a cegueira impediu a sua realização afectiva.

• Trabalho remunerado: emancipação ou alienação?

Todas as mulheres entrevistadas têm um trabalho remunerado fora de casa, não tendo sido esta questão critério na sua escolha. Mais ainda, tendo constituído surpresa nos

resultados da análise, de todas as narrativas utilizadas para a elaboração das histórias de vida, excepto duas inquiridas falam de que a sua mãe não tinha um trabalho remunerado. Formal ou não, incluído no trabalho do marido ou independente deste, quase todas as suas mães foram, também elas, trabalhadoras.

O racismo e o colonialismo atravessam as vidas de algumas das mulheres, nem todas elas negras ou de etnia diferente da 'lusa'. Mesmo algumas mulheres 'lusas' e não negras, sobretudo através das suas mães, têm experiência de relações de trabalho coloniais. Mais acutilantemente, são as negras e as ciganas que nos relatam situações de colonialismo e de racismo muito presentes nos seus percursos de vida.

• Procurando a agência das mulheres no trabalho remunerado e na família?

Por estranho que pareça, sendo a família o universo atribuído às mulheres — ainda o é em termos dos valores e das ideias que passam em termos de socialização — nestes relatos parece ser esse o contexto que mais torna as mulheres desapossadas. Tirando uma ou duas narrativas, todas as outras nos mostram como os contextos familiares, nomeadamente através do casamento, são constrangedores para estas mulheres, apesar de todo o investimento que elas ali fazem.

Nos seus discursos passam ideias de que as coisas já mudaram muito, mas pouco referem em concreto a este respeito.

No capítulo que se segue discutiremos como alguns destes constrangimentos continuam a silenciar as mulheres mas como, por outro lado e às vezes, são estes mesmos espartilhos que enformam a sua agência.

CAPÍTULO VI – SILENCIAMENTOS, SUBJECTIVIDADES E VITIMIZAÇÃO: PROCURANDO A AGÊNCIA DAS MULHERES

Introdução

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos processos de silenciamento das mulheres, alguns deles de vitimização, outros de opressão e de marginalização, e os percursos individuais em que cada uma delas singularmente ouvida lhes responderam: como se sentiram, se submeteram, aguentaram, desafiaram, confrontaram, ultrapassaram e se reergueram face a esses constrangimentos. Assim, silenciamentos e constrangimentos podem constituir-se, por vezes, como eixos de agência onde emergem as vozes e as acções desafiadoras de mulheres.

O principal foco desta análise é deixarmo-nos entrar nos seus universos particulares e, nesse sentido, também as suas experiências de vitimização e de opressão são apresentadas com a singularidade de cada uma e nos seus próprios termos, ressaltando aqui os aspectos que possuem em comum a opressão enraizada em certos valores, hábitos, instituições e normas culturais, e as formas como a confrontaram. Contribuem para este capítulo mais especificamente algumas das histórias de vida e entrevistas. Assim, percorreremos mais detalhadamente as histórias de vida de Graciela das Nieves, Teresa Evert, Hercília de Nogueira, Lurdes Martins e Ermelinda Ribeiro, articuladas com alguma informação recolhida junto de outras mulheres ciganas, lésbicas, vítimas de violência, assim como de técnicas/os que trabalham em algumas destas áreas específicas. Não pretendemos, aqui, esgotar todas as formas que a sociedade patriarcal e a ordem de género dispõe para silenciar as mulheres, nem todas as formas de resistência, antes aquelas que são relatadas pelas narradoras das nossas histórias de vida e que, no contexto desta investigação, nos alertaram para mecanismos e processos que contribuem para a subordinação das mulheres e aqueles que propiciam a sua agência, a sua acção, a sua resistência.

Examinando as articulações entre subjectividades, poder e discursos e práticas, e perspectivando uma abordagem pós-estruturalista feminista e crítica, tem-se em conta que

a análise social das vidas das mulheres não se coloca numa dicotomia dominação *ou* empoderamento, estrutura *ou* agência, antes numa complexa rede de fenómenos onde estas duas dimensões da equação se cruzam, se sobrepõem, se adicionam ou se antagonizam. Como afirma Christina Hughes (2002: 20), torna-se difícil agarrar a natureza dual da condição *sujeito*, na medida em que é simultaneamente sujeição face às forças externas e sujeito na acção (*agentic subject*) (ver também Marshall 1994).

Do ponto de vista analítico, esta complexidade é difícil de agarrar, já que, por vezes, as mesmas palavras significam processos contraditórios, até no interior dos mesmos discursos. Por exemplo, é consensual e lugar comum afirmar que *família* ou *justiça* significam coisas contraditórias nos discursos emancipatório e conservador. Mas o que aqui queremos enfatizar é que no mesmo discurso, alguns termos são contraditórios, significando simultaneamente dominação e empoderamento, estrutura e agência. E é nesta complexa rede de contradições que nas histórias de vida emergem alguns processos que se constituem simultaneamente eixos de sujeição e de agência. Seleccionamos cinco pela saliência que evidenciaram nas narrativas e tentamos, aqui, dar conta dos duplos e triplos significados de discursos e práticas que lhes estão associados: maternidade, sexualidade, diferença cultural, capacidade e intimidade.

1. Modos de sujeição pela maternidade

Como muitas autoras já têm argumentado e evidenciado, a maternidade é uma *instituição* (ver, por exemplo, entre outras, Rich 1976, no clássico *Of Woman Born*). E, em conjunto com a família nuclear, no contexto da sociedade patriarcal, tem servido muitas vezes para domesticar as mulheres no sentido do controle da sua função biológica reprodutiva. Os estudos que evidenciam a construção sócio-histórica desta instituição têm iluminado as formas como os discursos teológicos, pedagógicos, políticos e científicos (médicos e psicológicos, sobretudo) têm enformado as vidas das mulheres apresentando possibilidades diversas para as experiências femininas (ver Bandinter s/d, Johnson 2002, Muncie e colegas 1997, Phoenix e Woollett 1994, entre outras). Com a industrialização e ao longo dos sécs. XIX e XX, assiste-se à construção da separação entre a esfera pública e privada, onde a expansão da ideologia do materialismo se constitui como mecanismo

importante de naturalização do papel doméstico da mulher que, progressivamente, com os contributos dos discursos científicos, vai adquirindo tonalidades de educador (ver, entre outras, Araújo 2000). O movimento de mulheres e o feminismo têm aqui um papel relevante. Se os estudos e análises teóricas sobre o feminismo da primeira vaga divergem na avaliação, todos enfatizam que na viragem do séc. XIX-XX e a maternidade e a educação eram a agenda feminista da época, tendo de alguma forma contribuído para o reforço daquela ligação.

Na primeira metade do séc. XX, em muitos contextos, as duas guerras mundiais criam novos enquadramentos para as vivências da maternidade, proporcionando entradas e retracção das mulheres na força de trabalho. No final da II Grande Guerra, assiste-se a uma investida dos discursos científicos (médicos, psicológicos, sociológicos) para empurrar as mulheres de volta ao papel doméstico, acompanhados pela emergência e expansão do estado de bem-estar que desempenha, nesta questão, um papel crucial na medida em que permite suavizar o recuo das mulheres para o interior das paredes do lar. Entretanto, noutros contextos, os regimes autoritários reforçam a divisão público – privado, construindo o que algumas autoras têm denominado *maternidade enfatizada*. É o que acontece em Portugal com todo o trabalho de inculcação ideológica (desde a escola primária) à Obra das Mães, passando por todo o conjunto de medidas legislativas e repressivas.

Já o movimento feminista de segunda vaga divide-se na forma como encara a maternidade, o que ficou conhecido como o dilema entre a igualdade e a diferença. Entre outras questões, o debate, que acompanha as transformações no mundo da economia e da ciência, centra-se na relação das mulheres com o estado de bem-estar, isto é, em torno da importância positiva ou negativa da legislação designada como *protectora*. Paralelamente, assiste-se, na época, a um conjunto de discursos científicos (entre outros, o malthusianismo) que enfatizam a sobrepopulação do planeta e a necessidade do controle da natalidade¹²⁶.

Chegadas à passagem para o séc. XXI e no contexto português, a maternidade regressa como pomo de discórdia entre discursos emancipatórios e conservadores e entre feministas. Hoje, a maternidade é, por alguns discursos, “romantizada e idealizada como a

¹²⁶ Assistimos à emergência do *planeamento familiar*, da contraceção, e à expansão de noções como ‘controle da reprodução’, ‘escolha reprodutiva’, etc. No então designado *Terceiro Mundo*, algumas campanhas de contraceção e de esterilização chegam mesmo a ser massivas, o que desencadeia as críticas feministas, não pela contraceção, mas pelo facto de, em muitos casos as mulheres e as populações não serem consultadas.

suprema realização física e emocional nas vidas das mulheres” (Ussher 1990:7), apesar de que, “quando as mulheres se tornam mães (e isso acontece com muitas) descobrem que as tarefas quotidianas da maternidade são socialmente desvalorizadas e relegadas para os lares individuais” (Phoenix e Woollett 1994: 13). Em Portugal, depois de uma ténue e muito breve tentativa de agregar à criação das crianças a paternidade e de reconhecimento do colorido das formas familiares em torno da criação das crianças, nos últimos três anos, voltamos a assistir ao recrudescimento dos discursos científicos sobre *ser boa mãe* (isto é, ficar em casa a tempo inteiro¹²⁷), acompanhado de nova tentativa discursiva e legislativa de domesticizar as mulheres, também no caso português (ver Marques e colegas 2002). Inversamente ao que se passou nas décadas anteriores, assiste-se à demonização das baixas taxas de natalidade, à ênfase no envelhecimento da população, em paralelo com a emergência de uma parafrenália de discursos sobre o corpo e os cuidados em torno da maternidade onde a mercadorização e a publicidade ganham lugares centrais. Se bem que esta mercadorização traz novas possibilidades de viver a maternidade sem necessidade de a esconder ou de sentir vergonha¹²⁸, tem algumas consequências para o conjunto das mulheres no que se refere ao agravamento das diferenças de classe.

Embora sem pretensão de elaborar um tratado sobre *maternidade*, as histórias de vida mostram que vivemos, no nosso país, *diversas* maternidades. As experiências e subjectividades aqui encontradas sublinham os diversos constrangimentos que esta instituição acarreta para as mulheres, com as excepções da feminista e da lésbica, tornando também visíveis as alterações históricas vividas nas últimas décadas, assim como culturais (de classe, etnia e orientação sexual). Podemos ver, assim, que as operárias que ouvimos ocupam com muitas dificuldades o papel de mães e de trabalhadoras (Fraser 1995, Johnson 2002, Tizard 1994, Lewis 1994), que nos contextos rurais e camponeses ainda se vivem algumas condições pré-modernas em termos de gravidez, parto e cuidados durante o puerpério, que a maternidade só foi constituída um estigma para as mulheres há algumas décadas atrás, mas ainda continua a sê-lo,

¹²⁷ Têm saído, nos últimos anos, diversos artigos com entrevistas a figuras proeminentes em Portugal, algumas desempenhando cargos com grande responsabilidade nesta matéria (como por exemplo, o de presidente do Tribunal de Família e de Menores no Porto) que veiculam este tipo de discursos, apesar do que a investigação já tem contestado sobre este assunto.

¹²⁸ Estar grávida, hoje, não acarreta necessariamente uma noção de corpo disforme, como era comum nas décadas anteriores, e em alguns sectores, algumas mulheres têm conseguido manter os seus lugares profissionais na televisão, na publicidade, o que antes era impensável. Virgínia Ferreira (2002) refere mesmo as alterações em termos do vestuário para as grávidas, onde se nota a ultrapassagem dos estilos que tinham a intenção de esconder a proeminência do ventre.

acompanhado da vergonha e medo associados às dificuldades de controle das suas funções reprodutivas, que as comunidades ciganas estudadas vivem uma mudança no que se refere a estas questões e que as lésbicas reivindicam o estatuto de mães.

Embora seja largamente aceite, em termos de investigação, que as noções de ‘bons cuidados maternos’ (*‘good mothering’*) por ‘boas mães’, são construções sociais que têm implicações e consequências políticas, as políticas sociais e algumas agendas da política pública, têm usado estas noções como *soft policyming*, penalizando as mulheres dos grupos sociais em maior desvantagem. Assim, algumas dessas consequências são muito negativas sobretudo para as mulheres de grupos sociais em maior desvantagem na sociedade, contribuindo para “manter as construções sociais negativas de grupos como as mães negras e de classe trabalhadora” (Phoenix e Woollett 1994: 25).

1.1. Operárias e mães: duas posições de sujeito irreconciliáveis?

Apesar dos discursos de domesticidade para as mulheres, muitas sempre trabalharam e enfrentaram as tensões que a ocupação do papel de trabalhadoras lhes trazia. Assim, ainda não há quarenta anos atrás, e que está bem vivo na memória de algumas narradoras, as condições de maternidade eram muito pesadas, especialmente para as mulheres operárias e de fracos recursos económicos:

As mulheres só tinham um mês de parto, e a maior parte delas ao fim de quinze dias já ia trabalhar, que eles chamavam-nas. Depois, as mães delas ou as tias ou as amas iam levar as crianças à fábrica para elas lhes darem a mama na fábrica, não havia outra hipótese. Num bocadinho, elas iam ali, mas quando a criança estava a agarrar o peito, já elas iam para dentro. (Hivi4, Ent1, sind1: 4)

Em Portugal, a maternidade sofreu alterações profundas desde um tempo em que as mulheres, sobretudo nas zonas do interior e das ilhas, eram escravas do seu útero, engravidavam sucessivamente, muitos dos filhos morriam depois de terem nascido (ver também capítulo dos quotidianos), existindo também um alto índice de aborto clandestino, a que as mulheres do povo chamavam *desmancho*. Algumas das narradoras participaram activamente na transformação destas condições sociais, como nos relata uma delas:

Foi uma experiência pioneira: baixou-se efectivamente a taxa de mortalidade infantil, fez-se formação às mulheres, fez-se formação aos homens, — aos homens! — porque as mulheres engravidavam todos os anos. Todos os anos! Tanto que os impressos que iam aqui de Lisboa tiveram que ser alterados, porque na constituição familiar, as linhas não chegavam! Nós

perguntávamos a uma mulher: «quantos filhos tem?», e ela: «vivos, dez, morreram-me quatro, desmanchos, sete, abortos, dois ou três». (EntNarrativAutog28: 4)

Poderíamos pensar que as condições mudaram radicalmente. Já passou o 25 de Abril há trinta anos, a legislação até parece muito progressista para as mulheres e elas até têm uma grande presença no mercado de trabalho formal. No entanto, a realidade é muito diferente, pelo menos nas experiências relatadas e em termos do que constatamos face ao que surge nos *mass media* e àquilo com que algumas mulheres se confrontam e que diariamente pedem ajuda para resolver casos de discriminação no emprego, quando grávidas ou em situação de licença de maternidade, quando estão a receber subsídio de desemprego, quando procuram novo emprego, etc.

A situação das mulheres operárias é a este respeito bastante desesperada. Obrigadas, por vezes, a assinar um documento em como não vão engravidar, quando são contratadas em algumas empresas, enfrentam diversas discriminações quando engravidam e quando são mães, apesar da legislação protectora existente. Empregadas no segmento horizontal e secundário do mercado de trabalho, a maioria das empresas não cumpre a legislação nem teme as punições estatais, e com a legislação mais ‘flexível’ do último Código de Trabalho, as mães trabalhadoras vêem a sua situação no emprego ainda mais penalizada, na medida em que as alterações recentes vão no sentido de reforçar o poder discricionário dos empregadores, indo ao extremo de poder despedir por aborto ilegal.

Podemos constatar esta situação através de alguns relatos, como por exemplo este referente aos últimos anos da década de 1990:

Depois tive o meu filho. Fiquei grávida e tudo o mais. Não é que me impressionasse muito, mas [a encarregada] continuava-me a chamar ao escritório. E eles disseram que a gravidez não era doença, e mais e mais aquilo. Mas tiraram-me o prémio [de produtividade]. [Na altura] não chegava a 10 contos de prémio no trabalho que eu estava. E tiraram-me. (Narrativautog 14: 2-3)

Quando eu estava grávida, eles continuaram na mesma na mesma pressão de uma pessoa estar sempre à tabela [na produtividade]. E quando uma pessoa não pudesse, chamavam ao escritório “Não podes, vai para casa”. E claro que uma pessoa não tinha dinheiro suficiente para a casa e ainda para mais eu sozinha com um filho, não tinha ajudas, tinha que me amansar... (Narrativautog 14: 3)

Com esta mulher, por diversas circunstâncias, nem todos os encontros foram gravados. Mas fomos registando no “diário de bordo” algumas das informações recolhidas nas conversas com ela, nomeadamente as relativas às alterações que a sua vida sofreu a partir de 2002:

Quando A. ficou desempregada, a situação tornou-se quase insuportável. Fez diversas depressões.

Foi ameaçada pelas professoras da criança que faziam queixa à Comissão de Protecção de Menores porque a criança chegava cheia de fome à escola e era uma criança com “mau comportamento”, deveria ir, segundo a professora, “para uma escola especial”; e foi admoestada pela assistente social porque não dava suficientemente atenção ao filho. (Diário de Bordo, Novembro 2003)

Podemos constatar que, nas fábricas, é tudo tão lutado que algumas desistem de exigir os direitos que a lei já lhes concede, ou desistem de trabalhar fora de casa, como também podemos ver na história de vida de Ermelinda Ribeiro sobre as operárias que o seu sindicato representa e por tudo o que nos foi contado em diversas entrevistas feitas a operárias na zona norte. Assim, em contextos operários, encontramos uma maternidade ‘clandestina’, isto é, as mulheres têm vergonha de ser mães, são constrangidas a dizer que não vão engravidar, têm que *pedir* para poder usar os direitos que lhes estão consignados na lei, as creches e os jardins de infância nas suas zonas são a preços exorbitantes comparados com os seus salários de miséria, as amas são um mundo obscuro que não conhecem muito bem, as escolas primárias e os jardins-de-infância da rede pública têm horários incompatíveis com os seus horários de trabalho e de viagem para o emprego, um conjunto significativo de pessoas em seu redor (professoras, assistentes sociais, por vezes psicólogas, familiares próximas/os afastadas/os, ...) culpam-nas porque não estão muito tempo com as suas crianças, enfim, é quase como se lhes fosse socialmente dito que não deviam ser mães.

1.2. Condições pré-modernas de maternidade em contextos rurais

Já em contextos rurais do norte do país, encontramos uma maternidade que poderíamos designar como ‘pré-moderna’, isto é, em alguns aspectos parece estarmos ainda a reviver os tempos do *ancien régime* retratados por Ariès (1978) e Badinter (s/d). Para as mulheres que vivem da *lavoura* são condições que mantêm características semelhantes a algumas referenciadas pelas/os autores aos sécs. XIV, XV e XVI:

Cheguei a levar o meu filho mais velho uma vez e deitava-o no chão e tinha um cão e deitava o cão ao pé dele assim de lado por causa de não vir bichos, das cobras e assim... e lá andava a trabalhar! Quando ele chorava, ía-lhe dar a mama... (Narrativautog12, Ent2: 7)

Também Hercília de Nogueira relata como a sogra tocava um búzio, lá do cimo do monte, e ela ia, a pé, de três em três horas, dar de mamar às crianças. Afirma, a dada altura da sua

narrativa: “Também só dei o peito sete meses”! Para quem viu o percurso que ela tinha que fazer ao sol ou à chuva, ao frio ou ao calor, é surpreendente que tenha conseguido fazê-lo durante tanto tempo.

Desta forma, as trabalhadoras rurais vêm-se confrontadas com condições de vida que lhes dificulta o acumular das exigências da maternidade, tanto mais que os respectivos maridos continuam a exigir-lhes a mesma produtividade:

Eu tive os filhos, ao cabo de dois dias ía trabalhar. (...) O parto... tinha porcos, tinha gado, ía pegar nos baldes ou, se precisava de moer para cozer o pão, ía levar o milho ao moinho, trazia, à cabeça, pronto. É que não sei como tenho pele. Nem sei como eu tenho pele, para criar doze filhos... Eu criei os meus filhos todos ao peito. Criei-os todos ao peito. Só já no fim, essa mais novita é que eu então ainda fui e ainda criei com aleitação para ela. Ía para o campo sachar e levava uma manta velha para pôr a criança. (Narrativa autog12, Ent1: 13)

Poder-se-ia pensar que estes relatos pertencem a um passado distante, mas não é o caso. Uma das narradoras estava no final da casa dos trinta e a filha mais nova tinha quatro anos, em 1999, quando lhe fiz a entrevista.

Estas circunstâncias que enformam as suas vidas são muitas vezes acompanhadas de violência doméstica (desenvolvemos mais à frente).

1.3. Mães sós e aborto clandestino: estigma, vergonha e medo

A maternidade *não* é uma função feminina, *não* está associada às mulheres, mas sim à reprodução no contexto da família nuclear. A instituição conjuga inevitavelmente estes dois termos, como pode ser evidenciado, entre outros aspectos¹²⁹, pelo estigma social que viveram e ainda vivem as mães sós¹³⁰. Apesar de podermos detectar algumas mudanças, a maternidade é ainda socialmente aceite quase exclusivamente no contexto da regulação masculina através do casamento¹³¹. Para além do estigma, ou melhor, como a outra face deste mesmo estigma, ser mãe só significa, nas narrativas recolhidas, condições brutais em termos das responsabilidades e da carga de trabalho que a mulher enfrenta. Uma das

¹²⁹ Podemos desenvolver este argumento também noutros aspectos, como é o caso da reprodução medicamente assistida, às questões do aborto, da gravidez adolescente, das mulheres portadoras de deficiência, lésbicas e por aí diante.

¹³⁰ Habitualmente, as mães sós eram, e ainda são um pouco, designadas como mães *solteiras*, evidenciando, em termos da linguagem, a sua situação de *não* casadas.

¹³¹ Muitas vezes, este estigma, conjugado com a pobreza, tem originado grandes situações de discriminação de mães sós, através da actuação de instâncias como os tribunais, a segurança social, as comissões de protecção de menores. Temos muitos registos elaborados sobre esta matéria que, eventualmente, perseguiremos em pesquisa futura.

principais questões no caso das mães só tinha e tem a ver com a representação social da incompletude da mulher — em toda a parte, também na família e na criação das crianças, as mulheres são vistas como incompletas, e nessa medida precisam sempre do phalo, na prática ou apenas simbolicamente (ou virtualmente) para poderem sentir-se e serem vistas como ‘completas’. No outro lado desta mesma questão confrontamo-nos muitas vezes com a ênfase dos discursos hegemónicos na ideologia da ‘complementaridade’, que apenas é referida para as mulheres.

Para as mães só, algumas experiências mostram situações dramáticas num passado recente, onde a clausura se constituía como solução de sobrevivência. Lurdes Martins, tendo engravidado antes de casar (nos anos 1960), é obrigada a abandonar o emprego, a não ser que aceitasse fazer um aborto:

Não tive também o juízo necessário e, a dada altura, engravidei dele, naquela época, que não era um facto... (Hivi2, Ent3: 4)

Trabalhei com eles até me vir embora, que foi por eu ter engravidado. (Hivi2, Ent3: 13)

A P. [chefe de enfermagem] ajudou-me bastante. Na altura uma gravidez assim, leva a ... não era bem a uma expulsão, mas quase a um convite a sair da instituição. (Hivi2, Ent3: 4)

Na altura, alguns colegas e superiores (médicos) colegas tentam convencê-la a fazer um aborto para não ter que abandonar o emprego:

Ele e o Dr. C. estiveram os dois comigo lá num local onde guardávamos os materiais e acessórios lá das mesas operatórias. Tiveram uma conversa, de duas horas... para me demover a fazer um... para me convencer a fazer um aborto. (Hivi2, Ent3: 13)

Estiveram esse tempo todo, porque viram a minha situação. (Hivi2, Ent3: 13)

Elaboraram mesmo um plano para tal, mas ela quis prosseguir com a gravidez até ao fim:

Então, lá me disseram em que é que constava o plano. Eu diria que tinha ido para Lisboa, que depois tinha tido uma queda e tinha acontecido isso. Então, que me tiravam sangue de novo e me injectavam subcutâneo, aqui pressão a mais no abdómen para dar a ideia das equimoses, ... de que realmente tinha acontecido um acidente. (Hivi 2, Ent3: 14)

Não sabemos o que pesou mais, se o desejo de ter a criança, se as restrições legais em relação ao aborto, que ainda hoje continuam em Portugal, mas na época eram muito mais graves:

E tinha que ser uma coisa muito em segredo porque na altura dava cadeia. (Hivi2, Ent3: 13)

Em contraste com o papel destes colegas e superiores, algumas amigas reforçaram o estigma social, lembrando-lhe que “ficava mal” ela continuar a trabalhar. Nesta ordem de ideias, passou todo o tempo de gravidez em clausura, fechada em casa de uma amiga,

sem sair, sem falar com mais ninguém a não ser esta amiga, o marido, e uma outra colega. Só depois da criança ter nascido saiu e pôde enfrentar as normas sociais. Com a ajuda de colegas e de médicos, consegue de novo empregar-se, o que é visto por ela e pelas amigas como “uma boa nova”:

Entretanto, tinha a P., aqui, que se movimentava para me arranjar um emprego, para ser instrumentista. (Hivi2, Ent3: 20)

A B., muito satisfeita, para me dar uma nova — a boa nova de que no dia seguinte tinha que estar na Clínica às x horas para trabalhar. (Hivi2, Ent3: 20-1)

No entanto, a condição de mãe solteira vai acompanhá-la para toda a parte, sentindo-a como um estigma social:

No dia seguinte, lá cheguei à Clínica (...) o Professor J. ainda lá estava e levou-me assim para uma divisão da ordem do Carmo e estive a falar comigo. Outra vergonha, porque eu julgava que o homem não sabia de nada... ...e já lhe tinham dito tudo! (Hivi2, Ent3: 21)

Claro que o progenitor da criança deu rapidamente ‘às vilas diogo’:

E então vim à judicária para registar o miúdo. Ele soube da gravidez, porque a cunhada mandou-lhe logo um telegrama e ele não quis saber. E lá vim, por causa de perfilhar o miúdo, mas ele não perfilhou a criança: é o que está no livro, na cédula... Eles escreveram mesmo por extenso: *Pai incógnito*. Quando às vezes só punham um traço... Mas ali escreveram mesmo assim. (Hivi2, Ent3: 20)

Acho que não dar logo o nome foi um truque que ele usou: “assim, aquela, quando eu quiser...” (Hivi2, Ent3: 22)

Mais tarde acaba por casar com ela, também por pressão de um irmão dele padre, e ela aceita casar com ele devido ao estigma do filho de *pai incógnito*¹³².

Esta narradora mostra-nos como a ajuda de amigas, maridos das amigas, professores, chefes de enfermagem, a ajudaram a lidar com aquela situação e a chefe lhe consegue um emprego após o nascimento da criança para ela poder retomar a sua vida profissional, que não seria habitual em casos semelhantes. Algumas destas pessoas alertam-na contra o pai da criança que desde logo não se revela «boa peça», incentivando-a a investir na sua carreira profissional. No entanto, o peso da moralidade que ela tinha interiorizado não lhe permitiu usar estas ajudas e ultrapassar a situação; pelo contrário, acaba por casar com o progenitor da criança e seguir um percurso de violência familiar do qual só se livra quando os filhos já são adultos.

¹³² O estigma de *pai incógnito* atravessar também a história de vida de Ermelinda Ribeiro, mas no seu caso não como experiência directa, mas através da experiência da mãe e da irmã (ver capítulo dos quotidianos).

1.4. Maternidade como obstáculo à criação artística e ao conhecimento

Habitualmente, a maternidade é considerada, e muitas vezes vivida (por mim também o é, por vezes) como obstáculo à criação artística e à produção e /ou acesso ao conhecimento (ver por exemplo, Rubin 2002; e também Jeremiah 2002; e mesmo Virginia Woolf). Também Armanda Passos refere esta situação numa entrevista recente a um jornal português.

Encontra-se nesta linha a experiência de Carolina Cardoso que nos conta a saga de ser mãe e procurar promover-se profissionalmente, tirando o curso de germânicas na Universidade de Coimbra. Já com dois filhos e com o apoio do marido, que aceita largar um bom emprego que tinha em África e vir à aventura para Portugal para que ela fosse estudar para ter ‘habilitação própria’ na docência, mudam-se para cá e enfrentam diversos constrangimentos económicos para prosseguir no seu objectivo (ver Hivi 3). Para além destas dificuldades, a narradora relata-nos alguns episódios que são indicativos dos obstáculos que se colocam a uma mulher com duas crianças *atrás*, porque as levava consigo, frequentando, como ‘voluntária’, a Universidade de Coimbra. Nestes episódios, a sua condição de mãe é-lhe lançada ‘à cara’ por professores e colegas que não viam com bons olhos uma mulher na sua situação tentar tirar um curso na *universidade de coimbra* e nada fizeram para lhe facilitar a vida, muito pelo contrário. De entre vários, seleccionamos o seguinte:

— Sr. Professor, são pontos de vista, (...) eu até tenho sentido de humor, mas quando estou a fazer exame, perco-o um bocado.

O homem dá dois gritos e em vernáculo português, diz assim:

— Então, a senhora tem medo de mim?! A senhora não é uma que já *pariu* duas vezes?!

E eu disse para mim: «Maria Carolina, estás feita ao bife, portanto morre de pé.» E disse-lhe assim:

— Sr. Professor, isso é verdade, eu já pari duas vezes, mas olhe, quando eu pari a primeira se me tivesse custado tanto como fazer exame com o sr. professor, juro-lhe que já não tinha parido a segunda. (Hivi3, Ent2: 8)

No entanto, esta autora relata igualmente muitos episódios de grande solidariedade por parte de pessoas, sobretudo de fora da universidade, da comunidade, ajudas que soube aceitar.

Também Lurdes Martins nos relata algumas dificuldades em articular os cuidados familiares e maternais e as responsabilidades profissionais numa instituição de ensino superior que ela por diversas vezes designa como ‘quartel’.

1.5. Maternidade lésbica: mais um desafio ao patriarcado?

Em relação às mulheres lésbicas, encontramos um 'para-maternidade', ou seja, uma negação social, legal e política do seu estatuto como lésbicas mães e um movimento social em luta por esse estatuto.

As lésbicas com filhos eram uma realidade duplamente invisível, se assim podemos dizer: por um lado, invisíveis já que as mulheres não são consideradas seres sexuados, por outro, a maternidade das lésbicas *significava* que tinham tido relações sexuais heterossexuais (pelo menos uma), não sendo portanto lésbicas, à luz das representações sociais. A visibilidade da sexualidade das mulheres trazida e entre mulheres pelas lutas do movimento feminista alterou o primeiro pressuposto e hoje assistimos ao desafio da heterossexualidade como única via para a maternidade.

Em termos da homoparentalidade feminina, o facto de cada vez mais lésbicas se assumirem como mães não significa necessariamente que aumente o número de crianças filhas de lésbicas. É importante relacionar dois fenómenos sociais: por um lado, as mulheres lésbicas que, até aqui, se sentiam esmagadas nos constrangimentos dos estereótipos da feminilidade viam-se, de alguma forma, empurradas para o casamento e, daí, para uma maternidade inevitável, agora podem ser livres de escolher um futuro sem maternidade; por outro, as mulheres que já se assumem lésbicas e que de uma forma ou outra pretendem ser mães exigem o direito ao acesso às tecnologias de reprodução disponíveis para as mulheres heterossexuais ou o direito a adoptar. Assim, em termos numéricos, a proporção de crianças criadas e educadas por lésbicas pode, eventualmente, continuar sensivelmente à volta dos mesmos números (ver também Richardson 1999).

O que aqui há de novo não são crianças filhas de lésbicas — e o mesmo se poderá dizer de gays — antes, um novo enquadramento familiar sobre o qual se poderá afirmar que assenta na autenticidade e na assunção do prazer e do bem-estar para todas/os — o mesmo, aliás, que no caso nas crianças nascidas em famílias heterossexuais que as desejam e onde a qualidade das relações tem prioridade sobre a resignação aos valores e estatutos sociais.

As lésbicas, quer no movimento feminista, quer no movimento lgbt, têm lutado por conseguir que a sua maternidade possa estar relacionada com a sua forma de estar na vida. A visibilidade lésbica tem significado, para algumas mães, a perda da guarda dos seus filhos com base na sua orientação sexual, mas algumas organizações de ambos os movimentos têm lutado por ganhar esta realidade nos próprios termos da cidadania liberal.

1.6. Maternidade em mudança em comunidades ciganas: mães e filhas, destinos diferentes?

A maternidade, segundo autoras/es estudiosas/os da cultura cigana, constituía aparentemente o único destino da mulher. Ser mãe parecia identificar-se com ser mulher. Na medida em que contactámos duas comunidades ciganas diferentes, também nos deparámos com realidades um pouco diferentes a este respeito, o que pode permitir vislumbrar a mudança de que nos apercebemos na cultura cigana e que pode indiciar que, daqui a alguns anos, já não possamos dizer estas mesmas coisas.

Numa das comunidades, ser mãe de rapazes ou de raparigas é diferente. Uma das nossas entrevistadas expressou essa ideia: ter filhas, para quê? Depois casam, vão para casa da sogra, e o destino delas já passa a depender dessa nova família com quem foi viver. Se tiver autorização para visitar a mãe, visita, se não tiver, pode passar muito tempo sem uma mãe saber o que é feito da filha, se é bem tratada ou não.

Neste grupo que contactámos, as pessoas, homens e mulheres que frequentam o ensino recorrente, são da mesma família. Assim, no que se refere às mulheres, no grupo das entrevistadas estão uma mãe e sogra, a filha e a nora. Pudemos constatar que, neste caso, mãe e filha, debatem-se entre as leis ciganas e a vontade de autonomia da jovem. Esta jovem tem expectativas diferentes para si própria: já tem carta de condução, quer ter um emprego, quer continuar a estudar, não quer casar no sentido tradicional. No diálogo entre mãe e filha, podemos antever como os seus caminhos, pelo menos em termos simbólicos, seguem sentidos diferentes:

Salomé – Coisas que não gosto, pronto, não gosto mesmo.

Celeste – Ela é diferente de todas.

(...)

P – Ainda se lembra da vida ambulante ou não?

Salomé – Bom, eu vivi sempre numa barraca. Nunca tive os desejos que eu desejava, depois que eu cresci, comecei a fazer o que eu queria, sabes? (risos) e eles não aceitavam nada, mas mesmo assim eu ...(risos)

Celeste – Não gosto como ela faz.

Salomé – Ela não gosta do que eu faço, sabe, mas eu gosto, eu quero fazer o que me der vontade, não em tudo. A vida não é um mar de rosas.

Celeste – A gente diz “não faça isso, isso está mal” e ela não acha, acha que é bom. (EntCol1MulherCig: x)

Soubemos, mais tarde, que estas suas expectativas não foram seguidas. Apaixonou-se, casou, vive com o marido e já tem filhos. Continua, no entanto, com um grande sentido de autonomia e não põe de parte voltar à escola à noite para concretizar os seus sonhos. Vive agora numa grande cidade e talvez as condições e a sua vontade lhe permitam essa concretização. Por agora, a maternidade significou o regresso à tradição e à condição de *mulher cigana*.

Na outra comunidade, onde pertence Graciela das Nieves, a situação é um pouco diferente, já sedentarizados há bastante tempo, a narradora explicitou que para ela é tão bom ter rapazes como raparigas: «é diferente», no sentido em que a cultura constrói mundos diferentes, mas isso não significa, para ela, melhor ou pior. Em termos de maternidade, e diferentemente do que acontecia na outra comunidade, assiste-se já ao que algumas autoras denominaram *medicalização da gravidez e do parto*. Conhecidas como eram pela sua coragem, força e capacidade de dar à luz, as ciganas nas comunidades mais integradas parecem acompanhar o processo por que passam as mulheres da cultura lusa:

[Quando estamos grávidas] vamos ao médico, é o normal, tenho a médica de família, médica paga mesmo, particular. Eu andei sempre de gravidez normal. O que me custou mais foi este. Que era maior. Do mais velho ainda não havia nada, nem ecografia, nem nada. Só dos outros sim. Também nasci no hospital. (Hvi7, ent2: 5)

Tive os meus filhos todos no hospital. Aos dezasseis anos, tive o meu filho mais velho.

Tenho cinco filhos. O primeiro não custou nada. Parto normal, não levei pontos, nem nada. Custou-me mais o parto do último. Custou-me muito. Era muito grande e muito gordo. Nasceu com 4 kg.

[Eu] era magrinha, estreitinha de corpo, olha! Custou a sair, estava a ver que ainda ia desmaiar lá dentro. (Hvi7, ent1: 3)

No entanto, ainda mantém uma auréola quase mítica em torno da sua capacidade física em dar à luz: muitas delas não respeitam o tempo de cuidado após o parto, nas palavras da nossa narradora: “as ciganas têm sangue bom”:

Mas mesmo com este [o mais novo], fui à médica, vim-me embora, fui eu que assinei [o termo de responsabilidade], e vim-me embora. Não gosto de estar fechada. Saí do hospital, fui logo lavar a louça dentro de casa. Ninguém nos faz as coisas atrasadas. Não tenho a minha filha [está casada], foi viver com a sogra. E eu não tinha ninguém e tinha uma carrada de louça para lavar. Olha,

arregaça as mangas, comecei a lavar a louça, comecei a arrumar aquilo, o meu marido “ai que tu morres!”, “não morro nada, as ciganas têm sangue bom!” Mas é de todos os meus filhos. Eu saio, começo a trabalhar, a lavar roupa, para o tanque, não tenho máquina de lavar, que remédio tenho eu de me pôr no tanque a lavar! Frio e tudo. De noite e tudo. Com a luz cá fora e estava lavando. (Hvi7, ent1: 6)

Ela continua: “nem nos partos as ciganas se dão ao descanso”, e explica:

Por exemplo, nos partos, vamos hoje, amanhã saímos de manhãzinha. Não gostamos de estar no hospital. Não gostamos de estar na cama, nem em casa, não gostamos de estar deitadas. (Hvi7, ent2: 5)

Os nascimentos, assim como muitos dos acontecimentos individuais, são vividos colectivamente, não apenas pela família mas por toda a comunidade. Os homens vivem com muita emoção o nascimento das crianças, facto que é várias vezes assinalado pelas entrevistadas e pudemos constatar na literatura sobre estas comunidades. A nossa autora relata:

Demorei a ficar grávida. A minha sogra e o meu sogro queriam que andasse grávida, porque eu fiquei em casa um ano sem engravidar. Não ficava. Não alcançava mesmo. Quando fiquei grávida, o meu marido e os meus sogros, era uma toleira! Quando nasceu, fui para o hospital, ele nasceu-me lá, eram três menos dez, era a hora da visita, e a minha mãe e o meu marido foram lá à visita, e ele sorria todo com ele ao colo, ia para trás e para a frente, hui! A mim não perguntou nada! Mas o filho! Andava para trás e para frente, com ele! (Hvi7, ent1: 3)

As crianças são de tal forma importantes na comunidade que a adopção é vista com naturalidade, sendo que este tema surge apenas nas entrevistas com mulheres ciganas¹³³.

Nomeadamente, Graciela das Nives diz:

Quando não se pode ter filhos, adoptam crianças. Não faz mal. Gostam na mesma das crianças. Nós gostamos muito de crianças, ciganas e não ciganas. Ciganos gostam muito dos filhos. Muitos filhos. Tanto faz, cigano ou assim da vossa raça. Tudo na lei. Não vamos a roubá-los nem nada. (Hvi7, ent1: 7)

O que parece é que o clã e a família, assim como ser mulher e ser homem ciganos não têm sentido se não houver crianças por perto. E o *mothering* é colectivamente assumido, aliás como também é relatado em comunidades negras e que algumas autoras designam de *other mother*. Não sabemos se o que encontramos é válido para muitas ou poucas comunidades ciganas.

¹³³ Em relação à comunidade lusa, e na questão da adopção, entrevistámos também uma técnica que trabalha numa instituição que lida com crianças abandonadas e / ou retiradas às famílias, por serem vítimas de maus tratos, e com as questões da adopção. Vale a pena dizer que a entrevistada não estava à vontade para expressar as suas opiniões sobre o tema e o seu trabalho, não nos tendo sido possível indagar as razões. A entrevista foi realizada no momento em que foram introduzidas alterações na legislação da adopção pela ministra Celeste Cardona e talvez esta situação de transição fosse uma das eventuais razões de reserva de expressão sobre o tema. Mas não aprofundámos a questão.

É interessante também, constatar o facto de que, no caso de uma família que conheci no decurso de vários contactos, soube que uma das crianças era adoptada no nosso quarto encontro (cujo diálogo, por sinal, não foi gravado). Embora não tenhamos aprofundado este tema, apercebemo-nos que esta questão é vivida e falada com alguma naturalidade e aceite por toda a comunidade e família directa como se fosse filho biológico. Aliás, a expressão usada é elucidativa: “o criar é que é o amor”.

1.7. O retomar da domesticidade pelos discursos públicos e pelas políticas sociais

E para finalizar esta secção sobre a maternidade enquanto forma de silenciar as mulheres, mas também como oportunidade para usar da sua agência, gostaríamos de expressar a nossa apreensão em relação ao retomar de um discurso de domesticidade para as mulheres, sobretudo para as mães. Quer em termos de políticas sociais quer em termos dos discursos *científicos*, quer em termos dos discursos públicos, regressa um discurso regulador e domesticador dos corpos das mulheres pela via da maternidade (a que já fizemos referência). Por exemplo, surge muito recentemente um estudo comparativo na União Europeia sob o título “Família e papéis de género”, apresentado pelo ICS, que tem a visibilidade de uma caixa na primeira página e duas páginas no interior de um jornal¹³⁴. Sugestivamente, o título do artigo principal diz o seguinte: “Portugueses acham que crianças pequenas sofrem quando as mães trabalham”. Paradoxalmente, os resultados deste inquérito mostram também que, o nosso país, comparativamente com os países da União Europeia, além de ter uma das mais altas taxas de trabalho feminino a tempo inteiro, tem igualmente um dos índices mais elevado de respostas que consideram que não deve haver ganha-pão masculino em casa. Isto significa ou uma grande culpabilização das mulheres trabalhadoras, ou uma grande vontade de não ter filhos — o que parece ser contraditado por outros resultados deste mesmo inquérito. Seja como for, o que se nota, tal como analisamos no capítulo da cidadania e da participação política, é o reforço da ideologia para enviar as mulheres para a domesticidade como aconteceu, internacionalmente, nos anos 1950.

¹³⁴ Público de 14 de Janeiro de 2005, com vários artigos. O artigo principal é da autoria de Andreia Sanches (ver “DossiersImprensaP_Analisar” e a referência a este artigo nas pág.s 28 e 29 do jornal citado).

Intimamente relacionada com a maternidade estão as questões do corpo. O corpo constitui, sociologicamente falando, diversas coisas: um campo, uma arena, um território, uma ferramenta, um meio. Na próxima secção abordaremos o corpo como meio importante para constranger e silenciar as mulheres; muitas vezes também para as vitimizar; mas por outro lado, tem sido muito através das reivindicações em torno do corpo que o movimento feminista tem lutado pela emancipação e é através de *o corpo* que algumas mulheres exercem a sua agência. Será o que tentaremos discutir na próxima secção.

2. Corpos diferentes e sexualidades reguladas

Corpo e sexualidade constituíram-se, no movimento feminista da segunda vaga, como reivindicações centrais¹³⁵. Investigadoras e activistas mostraram como o corpo feminino tem sido construído como *diferente*. Encostado ao pólo da natureza, empurra as mulheres para fora da racionalidade, cidadania, participação política e independência económica. Enquadrado por noções morais e 'científicas', o corpo das mulheres tem sido domesticado, chicoteado, dobrado aos desígnios da ideologia e práticas patriarcais: todos menos a própria mulher tem direitos sobre o seu corpo. Paradoxalmente, ou talvez não, a filosofia iluminista mostrou uma tendência para privilegiar a experiência da elite desincorporada, masculina e ocidental¹³⁶ (Haraway 1994, Davis 1997) permitindo que o corpo fosse o lugar *por excelência* para explorar as diferentes subjectividades e as miríades de trabalho do poder disciplinário, na sua pervasividade, subtileza e produtividade. Não admira, por tudo isto, que o corpo tenha sido um dos principais tópicos da pesquisa, crítica social e acção política feministas. Inicialmente, através das questões ligadas à saúde das mulheres¹³⁷, estendeu-se posteriormente às questões da sexualidade, do marketing e da publicidade, e mais recentemente à conceptualização do sujeito e da agência.

E se é verdade que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que passam a representar, importa também colocar na agenda pública a assumpção destas categorias

¹³⁵ Algumas autoras analisam as influências do movimento na alteração da visão sociológica sobre o *corpo*.

¹³⁶ De acordo com Kathy Davis (1997), também Evelyn Fox Keller e Moira Gatens analisaram a negligência científica do corpo como produto dos dualismos do pensamento cartesiano e a centralidade da racionalidade na ciência modernista.

¹³⁷ Ver por exemplo, a obra do Colectivo de Mulheres e Saúde de Boston (1984), uma obra pioneira e revolucionária quer no campo da pesquisa e crítica feminista, quer no campo da saúde e da medicina.

como juridicamente aceites e socialmente construídas, mas também contestadas e confrontadas.

Data dos finais dos anos 1980 algumas das obras que marcaram a reflexão sobre esta matéria: As feministas salientaram o carácter sistemático, perverso e repressivo das culturas corporais modernas e a respectiva «cultura da mistificação»¹³⁸ (Susan Bordo 1987, Kathy Davis 1997), a construção de figuras corporais grotescas e do corpo *grotesco* (Mary Russo 1986, 1995) sobre os corpos femininos não condizentes com o ideal da feminilidade jovem e charmosa, a forma como o sexismo se articula com a economia, a violência e a homofobia¹³⁹ (Suzanne Pharr 1988, Mary Wilson Carpenter 1996), a heterossexualidade compulsiva (Adrienne Rich 1986), entre outras.

Hoje, diferentemente dos finais dos anos 1960 e décadas de 1970 e 1980, as questões do corpo colocam-se de forma diferente para as feministas. Como já desenvolvemos, os discursos hegemónicos enfatizam o papel do indivíduo como único responsável pelo seu destino, sendo que *corpo* passou a constituir-se como componente identitária (Giddens 1991) e essencial nos sonhos entranhados e veiculados pelos media da fama e do sucesso (Davis 1997). Desta maneira, neste momento, apanhadas na contradição entre uma sociedade que instrumentaliza o corpo como objecto de poder disciplinário e simultaneamente faz parecer que cada indivíduo detém o controle sobre o seu próprio corpo¹⁴⁰, os corpos disformes, grotescos e desregulados constituem-se como alvo de discriminação e mecanismo de opressão, onde podemos destacar, as lésbicas, as negras, as portadoras de deficiência, as gordas, as velhas. O corpo é assim um dos principais terrenos onde se produz a diferença de género. Embora, como afirma Alice Marques, “contra a norma e o mito os corpos envelhecem” (Marques 2004: 9), nas últimas décadas,

¹³⁸ Kathy Davis, por exemplo, afirma: “apanhadas entre as tensões da cultura de consumo, a ambivalência cultural face aos apetites femininos e o recuo ideológico contra o poder das mulheres, as mulheres na cultura ocidental acreditam que controlando e constringindo os seus corpos e os seus apetites, podem escapar ao ciclo pernicioso da insuficiência, de nunca serem suficientemente boas. Podem tomar o poder masculino — o poder-como-auto-domínio — e, paradoxalmente, sentem-se empoderadas ou libertadas exactamente por aquelas práticas e normas que as constringem e escravizam” (Davis 1997: 11).

¹³⁹ Como salienta Mary Wilson Carpenter, “Quando uma mulher é assediada e não responde da forma que o perseguidor pretende, uma forma de subir a escalada do ataque é mudar o assédio anti-mulher para os insultos anti-lésbicas. Por esta razão, pesquisadoras/es tendem a considerar o lesbianismo como uma extensão do género e o assédio anti-lésbicas como uma extensão e intensificação da violência anti-mulher (von Schultess 1992: 71-3). Como Pharr argumentou “sem a existência do sexismo, não haveria homofobia”. Aliás, na nossa própria experiência, o principal insulto dirigido às feministas portuguesas nos anos 1970 era exactamente *lésbicas*.

¹⁴⁰ Exercício, dieta, cirurgias plásticas, pacemakers, são alguns dos termos que rodeiam esta dimensão das práticas sociais.

“as representações sobre o corpo e a beleza idealizados” constituem uma “obsessão que corrói as mentes das mulheres e lhes suga uma boa parte dos salários” (idem: 11).

Sem querer esgotar todas as questões em torno desta problemática, trazemos para esta secção as experiências e subjectividades de mulheres biografadas cujas subjectividades salientaram a forma como viveram o facto de os seus corpos serem socialmente percebidos como não-conformes: mulheres lésbicas, portadoras de deficiência são algumas que ouvimos e cujas palavras podemos ler à luz destas reflexões.

2.1. Clausura e invisibilidade como *protecção* à atenção discriminatória

Portadoras de deficiência (a mulher por nós biografada é invisual) e lésbicas experimentam a invisibilidade social e a etiquetagem preconceituosa como formas de discriminação. As pessoas invisuais eram, e ainda são, etiquetadas como ‘coitadas’ e, como muitas outras, também Alzira Cordoeiro enfrentou a dureza de ficar confinada a uma cegueira total, tendo sido obrigada a ir para um *asilo*, longe dos olhares indiscretos das pessoas ‘comuns’.

Na época em que esta narradora fez a sua adolescência e juventude, eram vistas como mendigas e as soluções passavam pela mendicidade ou pela clausura:

Não havia muita convivência, era tal a situação, que as pessoas [cegas] também não se viam muito. As pessoas [visuais] estavam habituadas a ver o cego como mendigo, aquela pessoa sem autonomia, sem independência. (Hivi5, Ent1: 10)

Assim, podemos colher algumas impressões da dureza de enfrentar a vida convivendo com uma deficiência:

Foi duro por muitas razões. Por esses aspectos geralmente materiais que no fundo... e porque passo de um estado de uma criança ou de uma adolescente com a liberdade toda e passo a ficar confinada a uma deficiência que não é ‘pêra doce’, pois ainda por cima cegueira total que eu não tenho extensão luminosa. E depois, por outro lado, na fase da adolescência que é toda aquela idade do armário. (Hivi5, ent1: 5)

Para além de enfrentar esta situação, Alzira Cordoeiro só tem uma via para sair da escuridão total: ir para um asilo de raparigas cegas, onde pode aprender algumas coisas mas tem que aguentar a vida numa instituição total:

Só uma pequena passagem.
Quando o médico de Barcelona disse ao meu pai que não havia nada a fazer, só meter a menina num colégio, o meu pai ficou muito admirado:
— No colégio? Mas há escolas?
E o Doutor Barreguer disse:

— Há, contacte Lisboa. — porque nesse aspecto, já Espanha estava muito mais avançada do que nós, já tinha a ONCE e essas coisas todas.

E então, foi o oftalmologista de Lisboa que descobriu a escola para onde eu devia ir. E o meu pai diz-me:

— Há um colégio, tu queres ir? — E o meu pai faria aquilo que eu dissesse, sim ou não. E por acaso, eu disse:

— Ai não, eu quero ir.

E foi assim uma força que me deu para me lançar num mundo completamente desconhecido, em todos os aspectos. (Hivi5, Ent1: 6)

Tive de enfrentar o síndrome do asilo. Porque também havia muitas miúdas que estavam perfeitamente com o síndrome de asilo. Havia miúdas lá que tinham entrado em crianças e nunca mais saíram de lá. Nem sequer as famílias as iam buscar: eram de todo o país, porque o colégio não era uma coisa a nível regional ou Lisboa. Porque não havia mais nenhuma escola. (Hivi5, ent1: 5)

As jovens têm mesmo um termo para falar daquele ambiente no asilo:

E depois também havia, pronto, havia toda aquela cultura, a cultura da própria instituição que realmente vinha dos séculos passados, era dos nossos *avelencos*. (Hivi5, ent1: 5-6)

Ainda hoje, Alzira Cordoeiro faz questão de lembrar alguns pequenos pormenores do quotidiano que podem fazer a diferença entre sentir-se pessoa olhada com dignidade, ou sentir-se alvo de uma compaixão que mais não faz do que inferiorizar. O exemplo que dá é o da ‘nódoa’:

O que é mais difícil para nós, nesse aspecto das cores é: e se tivermos o azar de ter uma nódoa?! Às vezes, quando tenho amigos ou amigas, ou mesmo outra pessoa qualquer, considero que é uma generosidade se me disserem assim: “Olha, tens aí uma nódoa!” As colegas, às vezes, no trabalho dizem e eu respondo: “Acho que já sei o que é, ainda bem que me avisaste”. (Hivi5, ent2: 5-6)

Então posso mandar limpar, posso lavar, qualquer coisa! Não só porque é muito inestético, é muito desagradável, mas depois é outra coisa: carimba a pessoa: «coitada é cega, anda aí cheia de nódoas». Qualquer pessoa pode ter uma nódoa, mas já olham para uma pessoa colocando um carimbo. Em qualquer pano cai uma nódoa, mas nós somos muito mais alvo da atenção dos outros. (Hivi5, ent2: 6)

Estas vivências são expressas pela narradora da seguinte forma: “isto [o corpo exterior] é só um invólucro, nós somos outra coisa que está cá dentro”. Esta expressão mostra bem como a construção social impede uma posição de sujeito em que a pessoa no seu todo se possa situar. A solução parece passar pela negação esta dimensão pessoal.

Também no caso das lésbicas, a invisibilidade consiste numa das formas de fugir a ameaças, insultos e discriminação. Neste caso, a invisibilidade para que as lésbicas sejam vistas como não discriminadas na medida em que a convivência entre mulheres sendo considerada ‘natural’, parece permitir uma vida escondida, uma sexualidade fora dos

holofotes públicos. No entanto, a combinação entre misoginia e o heterossexismo produzem uma forma de opressão que nada tem de suave. A opressão gerada pela invisibilidade, por esse controle social que não permite ser, apenas permite uma não-existência, não é menos grave do que a opressão efectiva contra algo do qual se admite a existência. Admitindo-se que algo existe, permite que uns assumam, outros defendam, contestem, confrontem. A não existência remete-nos para um limbo onde nem a luta reactiva pode ter lugar. É a impossibilidade de uma posição de sujeito e, nessa medida, a exacta impossibilidade da subjectividade (ver por exemplo o caso de Jennifer Saunder in Smith 1997: 180 e seguintes). A análise de casos como este mostra que a hegemonia, apesar de operar de forma habitualmente não bruta, porque a hegemonia conta com o consentimento dos sujeitos e das subjectividades, o facto é que fora das posições de sujeito permitidas pelos discursos e instituições hegemónicas, não há lugar nem para cumprir as regras do sistema. E, nesta ordem de ideias, a exclusão das categorias é uma forma de limitação e de controle ainda mais apertado.

2.2. Impedimentos nas dimensões afectiva e familiar

Sem querer misturar os problemas que portadoras de deficiência e lésbicas enfrentam, nas bio-auto-grafias por nós recolhidas, as dimensões afectiva e familiar são, por motivos diferentes, de difícil ou mesmo impossível acesso para estas mulheres. Embora a noção de *amor* seja hoje um eixo estruturante das representações das vidas das pessoas (ver Badinter s/d), nomeadamente na construção das feminilidades, o certo é que também este *amor* é disciplinado e socialmente regulado, apesar da ideia generalizada de que as pessoas são livres para amar. Mas nem todas. Na época do moralismo absoluto, fascismo, talvez nenhuma mulher pudesse amar, no sentido de escolher, mas as das classes trabalhadoras eram mesmo impedidas, como vimos, no capítulo anterior, no relato de uma das narradoras sobre a experiência da sua mãe. Mas se a situação mudou para muitas mulheres, a outras continua ainda vedado esse direito. Nas nossas narrativas, são Alzira Cordoeiro, invisual, e Teresa Evert, lésbica.

2.2.1. A deficiência é um obstáculo para a realização afectiva das mulheres

As mulheres com deficiência são alvo, em todo o mundo, de alta incidência de abuso físico, emocional e sexual. Constituem as pobres entre os pobres e em todas as esferas da vida enfrentam uma dupla discriminação: por serem mulheres e por serem portadoras de deficiências. Embora não haja estudos sobre a situação das mulheres e raparigas cegas em Portugal, aliás, algo que a nossa entrevistada refere e é desenvolvido no capítulo VI, o facto é que os jovens portadores de deficiência são ainda muito discriminados no nosso país, mas as raparigas e as mulheres são-no com certeza ainda muito mais. A narradora da narrativa bio-auto-gráfica que aqui apresentamos teve sempre um emprego até se aposentar, na área da educação, no entanto, o problema do emprego das mulheres portadoras de deficiência é muito grave e, segundo dados das organizações internacionais, nos países em desenvolvimento o desemprego é virtualmente 100%¹⁴¹.

De acordo com Jo Campling (1981), um estudo aprofundado sobre mulheres e deficiência, ou mesmo sobre mulheres cegas e amblíopes deveria ter em conta temas como: “as relações interpessoais, a sexualidade, a maternidade, educação e emprego, assim como as questões práticas como os benefícios, o vestuário, etc. Contudo, na sua maioria, os/as investigadoras/es falam-nos das atitudes face às mulheres portadoras de deficiência, sobre a sua posição na sociedade e, por reflexo, sobre o nosso dilema como mulheres *able-bodied*” (Capling 1981: 2).

Alzira Cordoeiro vê a possibilidade de concretização da sua paixão da juventude coarctada pela família do noivo, em virtude de ser uma jovem cega:

Tive um namorado com quem tínhamos planeado casar. Aqui, há trinta e seis anos, era assim que as pessoas se comportavam, pelo menos as mulheres, namoro era projecto de casamento. Era namorar para casar, manter assim um *status quo*. Não era vivenciar uma coisa, e aceitar que se der, deu, se não der, não deu. Era aquela mentalidade ainda de jogos eróticos mas de manter a virgindade.

Conhecemo-nos em Lisboa. Depois eu vim para o Porto, ele ainda veio cá visitar-me. Vinha cá, depois foi para a tropa, escrevia-me cartas em Braille, que ele aprendeu Braille e escrevia-me cartas muito lindas.

Mas não foi suficientemente forte para lutar pela relação, embora ele me tivesse procurado aqui. A mãe, os pais não queriam que o filho casasse com uma mulher cega e foi assim. (Hivi5, Ent1: 11)

Esta experiência põe definitivamente fim às suas expectativas de vir a concretizar uma relação afectiva mais estável e constituir família:

¹⁴¹ In http://members.tripod.com/~Barbara_Robertson/Women.html.

Apaixonei-me depois diversas vezes e tomei com muita força, mas nunca mais me quis casar. (Hivi5, Ent1: 11)

2.2.2. Heterossexualidade compulsiva: a impossibilidade de amar outra mulher

Teresa Evert descobre-se adolescente apaixonada por outra mulher e a sua compreensão do que se passa consigo própria está de acordo com a socialização para uma heterossexualidade compulsiva:

Foi uma surpresa, enorme, inacreditável, não sabia muito bem o que me estava a acontecer, e nem sequer sabia que existiam lésbicas, não conhecia a palavra, nem conhecia a sua existência. Não sabia que era possível uma mulher apaixonar-se por outra mulher, uma mulher gostar de outra mulher. Isto hoje parece um bocado inconcebível, mas eu não sabia! A primeira coisa que eu pensei foi: “tu gostas dela, e se ela é uma mulher, tu és um homem.” Porque a única maneira de poder gostar de uma mulher, no meu imaginário infantil, era sendo um homem. Não havia outra hipótese. Desconhecia completamente a existência de outras possibilidades de amar, de gostar, de querer. (Hivi6, Ent12.3: 2)

É nos livros que vai procurar ajuda. Aí encontra a explicação de que o que está a viver é “uma fase da adolescência”:

E curiosamente, apesar de eu desconhecer a existência, percebi logo que aquilo não era um assunto que devesse ser ‘muito falado’. Portanto, não falei a ninguém, não contei a ninguém, e nessa altura já tinha descoberto os livros.

E foi nos livros que encontrei muita coisa. Das enciclopédias para os manuais de psicologia, e daí para os dicionários da sexualidade, e todos os livros eram mais ou menos unânimes em afirmar que ‘era normal, na fase da adolescência, uma certa confusão, que não corresponderia, exactamente, a uma definição da orientação sexual da pessoa’. (Hivi6, Ent12.3: 3)

A tranquilidade que esta versão ‘científica’ lhe trouxe não durou muito. Mais tarde, volta a apaixonar-se e a ser correspondida, mas o meio social não lhes permite viver o seu amor à luz do dia:

Aos quinze anos, volto a apaixonar-me, desta vez por uma colega de turma que era ligeiramente mais velha do que eu. A apaixonar-me terrivelmente. E percebi que não iria passar. E foi, de facto, o período da descoberta. Eu disse-lhe que estava apaixonada por ela. Aliás, nós tivemos um daqueles namoros platónicos, deliciosos, de adolescentes, em que passávamos tardes inteiras a discutir filosofia, em que íamos dar longos passeios de mão dada para o Castelo, em que faltávamos a aulas para contemplar uma ave lindíssima. Um dia, olhei para mim própria e disse: “tu estás completamente apaixonada por ela”. Por tudo aquilo que as minhas amigas de turma descreviam em relação aos namoros, era exactamente isso que eu sentia. Por essa altura, tornou-se evidente, a partir do momento em que à admiração, ao carinho, à dedicação, à quase exclusividade, se começam a juntar o ciúme e a excitação sexual. Então, declarei-me, no pátio de vôlei do liceu, o que foi um momento muito corajoso da minha existência e a minha amiga disse-me: “preciso de pensar, dá-me dois dias para te responder”. Vivi esses dois dias de sofrimento atroz, e depois ela disse-me que sim, senhora, também estava apaixonada por mim. (Hivi6, Ent12.1: 4)

Como a sexualidade das mulheres é algo que o patriarcado foi muito bem sucedido em apagar, obscurecer, isso permite a algumas lésbicas a vivência de relações ‘clandestinas’

sem a curiosidade e o constrangimento da vigilância e controlo social. No entanto, é necessário que se conformem a esta existência clandestina:

Na altura, vou para o 12º ano e volto ao liceu. Já não aguento aquilo, aquela pressão, já não aguento a mentira. Quando estava longe, eu podia vir ter com ela ao fim-de-semana, o resto estava bem. Agora, estar com ela, na mesma turma, todos os dias, fingir, não lhe poder dar a mão, não a poder beijar, não a poder agarrar, sentia que isso era uma limitação à minha liberdade... Nós saíamos nos intervalos e estava toda a gente aos 'meles' encostados às paredes, e nós íamos a correr para a casa de banho! Se aquelas casas de banho falassem, contariam histórias de arrepiar qualquer pessoa, só que, a mim, começou-me a ser completamente insuficiente. Não tínhamos grande consciência... Acho que não aceitávamos palavras como 'lésbica'... Mas *eu* queria assumir a relação, queria estar com ela mais tempo, queria que toda a gente soubesse, e ela dizia-me que não era possível, que íamos ser completamente cilindradas, toda a gente ia chamar 'nomes', que a família dela se ia opor, que a minha família se ia opor. (Hivi6, Ent12.3: 10)

Decidem, as duas, fugir de casa durante algum tempo, regressando algum tempo depois. É nesta altura que entram em cena, tal como em casos anteriores relatados noutras histórias de vida, noutra época, as estratégias das famílias, nestes casos das mães, no sentido de assegurar a manutenção da ordem social e, necessariamente, também sexual. Assim, quando estas duas apaixonadas regressam a casa, cada uma das mães desenvolve uma estratégia que consegue acabar com o namoro entre elas.

2.3. Sexualidade e culturas

2.3.1. A dificuldade de *falar disso*

De todas as entrevistadas, a sexualidade surge bastante explicitamente nos diálogos com Graciela das Nieves e com Teresa Evert. As outras entrevistadas e biografadas abordam o assunto por metáforas ou apenas indirectamente.

D. Hercília, por exemplo, a certa altura diz que, depois de ficar grávida, “já não era *assim*” para o marido, mas conta isto a par da sua constatação de que já não conseguia fazer a mesma quantidade de trabalho. Depois, no relato do episódio da “guerra do sofá”, apercebemo-nos da omissão, em termos de linguagem, de gestos e actos ligados à relação afectiva e sexual (também vale a pena lembrar que esta relação conjugal é atravessada de violência e, talvez, a sua dificuldade de verbalização não seja devida a um problema *cultural*, mas à ambiguidade em que está colocada em termos de relação afectiva e de intimidade, o que trataremos com mais detalhe à frente neste capítulo).

Também Lurdes Martins sobre a vida com o marido afirma que “foi uma porcaria”, e podemos subentender que inclui a vida afectiva e sexual. Mais tarde, refere-se-lhe indirectamente, ao contar como começou o processo até conhecer o novo companheiro. Realça aqui a importância da ‘companhia’ em vez da relação sexual, para ambos. Também estavam em momentos específicos das suas vidas, ela recentemente divorciada num processo litigioso, ele recentemente viúvo. No entanto, para além desta referência não aborda mais o assunto:

- Olhai, ó meninas e, a propósito, sabeis que eu estou livre, se souberem de um partido muito bom... — mas tudo na brincadeira. — avisem-me, que eu estou livre.
- Diz assim uma que é solteira:
- Por acaso, eu sei.
- Ai sabe? Então, diga-me lá. Arranje lá isso. — digo-lhe eu.
- Sei. É um homem viúvo há dois anos. [...]
- Ó, então é que é bom. Então arranje lá isso. — digo eu sempre na brincadeira.
- Ah, ele, para já, não precisa para a cama.
- Eu também não. Não quero perder esse partido nem por nada.
- Só companhia.
- Ótimo, eu também é só companhia. Então esse é que tem que me servir. Ande lá que tem que me apresentar. (Hivi2, Ent3: 49)

Foi a pergunta que ele mais tarde me fez:

- Como é que ela sabia se eu queria ir para a cama ou não queria? (Hivi2, Ent3: 50)

Podemos, assim, constatar, que no seio de algumas culturas, é muito difícil de *falar disso*¹⁴².

2.3.2. *Aquela noite: o marido só me tocou passados dias*

Em contraste, as mulheres ciganas falam do assunto com naturalidade, sobretudo no que aconteceu na noite de núpcias, embora não com os mesmos termos habitualmente usados na liguagem lusa, e enquadrando-o nas tradições culturais da sua comunidade cigana.

D. Graciela várias vezes nos diz que o marido “é muito meiguinho” e relata com algum detalhe como foi a sua primeira relação sexual:

- O marido só me tocou passados dias. Não foi naquela noite, não. Foi só passando 3 ou 4 dias, que o meu casamento demorou muito. A festa foi na casa da tia dele. Eu estava no casamento ainda. Eram para aí seis horas da manhã, um galo começa a cantar, o meu marido me abraça... se não ainda não era naquele dia. Que era um bocado envergonhado o meu marido. E eu também. Era um bocado tímido. Agora é que não. Assim foi mais devagar. Aquela do frango a cantar, foi naquela

¹⁴² Veja-se como esta expressão é também o curioso título da obra sobre Educação Sexual de Duarte Vilar, 2003.

hora. Estávamos com uma vela que o barraco não tinha luz. Há vinte e três anos e lembro-me como se fosse hoje. (Hvi7, Ent1: 12)

Ela conta que as raparigas ciganas casam cedo, ‘quando o corpo puxa’, e esta narradora casou ainda não tinha quinze anos. Os seus pais, apesar de contrariados, porque não queriam que ela cassasse com ele, e como as ‘brincadeiras’ entre eles já iam avançadas, antes que a história desse para o ‘torto’, casam-na:

Lembro-me do meu pai que vinha, lá no camião, que ele andava com as coisas com um camião, e o meu marido [futuro], estava com um balde de água para me molhar, a brincar: andávamos na brincadeira, e eu estava com um pau para lhe bater e ele com o balde para me molhar. Mas era brincadeira dele. Então, ele ia-me molhar e vinha o meu pai no camião, e eu fiquei toda vermelha! O meu pai viu que eu estava a brincar. O meu pai viu, mas fez-se desentendido e fez que não viu nada. Mas a minha cara estava vermelha, parecia um tomate. Tinha quatorze anos. Foi rápido, daí a casar. Ainda não tinha os quinze quando me casei. (Hvi7, ent1: 12)

Lá se sujeitou ao ritual da verificação da virgindade por uma cigana mais velha, mas, como estava virgem, a boda foi uma festa:

Mas é bonito, o casamento cigano. Nós vestimos de noiva, à meia-noite. Durante o dia, é comer, beber e dançar. À noite, vestimos tudo de noiva, uma cigana mais velha fica a ver se nós estamos *virges*, se não estamos. Então, elas se nós estamos *virges*, atira-nos com nós ao ar, e atiram muitas amêndoas por cima de nós e anis. Atiram-nos por cima, é bonito. Mas custa muito a ver aquela cigana velha a ver-nos. Custa. Mas elas sabem ver se estamos *virges* ou não estamos. Se não formos *virges* somos dadas àquele que nos fez o mal. (Hvi7, ent1: 2)

E o importante é passar esta prova para depois se poder entregar à festa:

Foi um bocadinho duro. Nem todas as mulheres sangram, mas elas têm que mostrar [o lençol]. Mostramos, e depois é uma festa. São três dias. Mais não. Noutros sítios é uma semana. Aqui são três dias. Mais não. Ficavamos cansados. (Hvi7, ent1: 3)

Também uma outra entrevistada nos relata como foi a sua primeira *noite*:

Aquela noite que me deitei com o meu marido foi na tenda da minha sogra, mas depois não. Ela ficou numa cama e eu fiquei noutra, separados, porque eu era solteira, estava virgem. Depois, para ele dormir comigo, fomos para muito longe para um Pinhal. Foi só à noite, [ao ar livre] sem tenda.. A minha sogra fez a cama. Os casamentos são todos no verão. Depois eu fui para a cama a tremer (*ri-se*), tinha vergonha, tive medo. Depois ele se vinha junto de mim eu fugia (*ri-se*). Ainda tinha muito medo. Foi à força, eu não queria. Até a minha sogra, ficava longe a cama, até a minha sogra ouviu, ouviu os gritos meus. Ele fez devagarinho, mas custava, igual. Ele tinha pena, mas ele dizia “*tem que ser, senão, nunca mais*”. É só essa noite, tem que ser, senão... Tinha uma coisa por baixo branca e ficou... [com sangue]. A primeira noite foi ela [sogra] a fazer a cama, mas depois fui eu. Ela foi para ver se... (Ent5MulherCig: 17-8)

E tal como com D. Graciela, o mais importante foi a festa.

2.4. Envelhecimento

O envelhecimento é também abordado de diversos ângulos pelas várias narradoras. Assim, no caso de Alzira Cordoeiro, o que é sinalizado é a degradação do corpo, nomeadamente no que se refere à perda da visão:

Depois é outra coisa curiosa, que eu já tenho observado: é que têm pânico da cegueira, que há lá [na “Universidade da Terceira Idade” muitas que com meningites, com glaucomas, com diabetes, e uma delas, um dia destes, virou-se para mim e disse: «Ah, já estou mais aliviada! Afinal parece que não é tão custoso. Eu estou, sei lá, a senti-la tão à vontade...». «Vai ver que não custa nada», disse-lhe eu «Não vai acontecer nada, nem pense nisso, não esteja aí sempre a pensar no pior.» (Hivi5, Ent2: 6)

Para outras mulheres, envelhecer significa deixar de ter, no horizonte, a possibilidade de refazer uma relação afectiva. É, por exemplo, o receio de Lurdes Martins, que não se verificou quando encontrou este novo companheiro:

Digo-lhe eu: «Olhe e eu não sou velha para ele?» Tinha cinquenta e seis anos, na altura. «Sou velha para ele?» Diz ela assim: «Não deve ser.» Digo assim: «Então está bem.» (Hivi2, Ent3: 49)

De forma algo diferente, nas duas comunidades ciganas às quais nos aproximamos, é o respeito pelos mais velhos e pelas mais velhas que as entrevistadas sinalizam como um dos traços comuns no dois locais:

Nós respeitamos mais os mais velhos. O que diz a nossa sogra “tens que fazer aquilo”, nós temos que fazer. Respeitamos muito. Se não, todos ficam zangados, começam a não andar bem com nós. Com toda a razão. Temos muito respeito às pessoas mais velhas. (Hvi7, ent2: 5-6)

3. *Etnicização e racialização das vidas e subjectividades de ciganas*

O racismo constitui um eixo de dominação que estrutura a vida social, tanto para aquelas a quem oprime como para quem, por via da posição dominante, está do lado de quem discrimina. Neste sentido e sem querer encontrar regularidades, reunimos aqui algumas questões acerca de mulheres ciganas e negras. Muitas destas experiências mostram que o feminismo não passou por aqui. E como discutimos no capítulo sobre o feminismo, se noutros contextos o feminismo negro e das mulheres de cor constituiu um momento de crise mas também de avanço quer na teorização quer na acção política feministas, no nosso país, muito deste caminho está por fazer.

Assim, nesta secção trata-se de, também como nas questões da violência, da maternidade, da sexualidade e da capacidade, levantar eixos de opressão e subjugação das mulheres pela sua condição ‘racializada’ e ‘eticizada’, e também identificar algumas formas como, enquanto mulheres, propõem visões alternativas do mundo, nos mostram a capacidade das comunidades de mulheres que nos permitirão pensar melhor uma educação emancipatória e uma acção pedagógica e social transformadora¹⁴³, com base nas experiências femininas.

Foi um percurso ainda muito curto para podermos falar de conhecimento acerca de comunidades e mulheres ciganas. No entanto, conseguimos realizar algumas aproximações, efectuadas através de entrevistas em profundidade¹⁴⁴, no contexto do ensino recorrente e de uma narrativa bio-auto-gráfica com uma senhora cigana, Graciela das Nieves, integrada num bairro com uma interessante dinâmica social¹⁴⁵. Como já dissemos, estas mulheres ciganas pertencem a duas comunidades que se encontram em momentos diferentes face a algumas das suas tradições.

3.1. Racismo e perseguição: constrangimentos para encontrar um lugar para habitar

O primeiro grupo que conhecemos está agora a atravessar o processo de mudança do nomadismo para a sedentarização. Mesmo antes de passarem para apartamentos, já esta família passou muitos dissabores: Fernanda contou-nos que há uns anos atrás tinham comprado um terreno, mas depois tiveram que o vender, e agora compraram outro e era neste terreno que estavam acampados. No entanto, de alguma forma, a autarquia conseguiu que fossem viver ‘higienicamente’ num apartamento.

O nomadismo parece ser forçado pela atitude das forças policiais:

¹⁴³ Como afirma Radford-Hill: “... as críticas feministas esquecem por vezes que, apesar destes insuficiências, a segunda vaga privilegiou o género e valorizou a comunidade das mulheres. A visão curta dos erros lógicos não nos deve deter na análise histórica de creditar a segunda vaga por ter conectado o activismo político das mulheres aos valores humanistas e pelo seu professado desejo de criar formas de comunidade que valorizem as experiências das mulheres” (2000: 13).

¹⁴⁴ Realizadas também no contexto de um projecto de investigação do CIIE, financiado pela FCT e coordenado por Helena Costa Araújo, “Padjas e Ciganas: em Busca de um Diálogo Intercultural”, ver também capítulo sobre a metodologia.

¹⁴⁵ Com uma Associação de Moradores com bastante trabalho e inserção na zona (entrevistámos igualmente uma das técnicas que trabalha nesta Associação, ver também capítulo sobre a metodologia).

A gente ia a um acampamento, montava a tenda, ficava lá e podia estar um dia, dois dias, depois a guarda vinha e tinha de sair dali, a gente saía e ia para outro lado, a gente corria tudo, corria Portugal todo. (Ent5MulherCig: 15)

Uma das entrevistadas explica que já possuíram um terreno onde a família estava acampada em 'barracas', depois tiveram que ceder o terreno à Câmara e comprar outro: se o nomadismo é muitas vezes consequência da repressão policial e do racismo, a sedentarização não parece ser uma alternativa cidadã:

Mas depois já ficou a vida melhor, o meu sogro comprou um terreno, depois a Câmara queria ficar com o terreno e nós vendemos o terreno pra Câmara. Não sei p'ra quê, eles disse que precisavam. Depois a gente saiu outra vez aí pelo mundo, para trás e para a frente. Depois compramos outro terreno aqui em baixo... e depois a «assistência» alugou as casas. Agora estamos em casas. O terreno é nosso. (Ent5MulherCig: 15-16)

A questão do terreno é novamente abordada pela entrevistada, um pouco mais adiante, acrescentando alguns pormenores da vida quotidiana:

Para Espanha, nunca fomos. Foi para o Porto, pra lá do Porto, para Aveiro, Coimbra... Eu nunca tive carroça, o meu marido sempre teve carro. Mas com o pai não, usava carroça. Mas antigamente, quando eu era pequenina, era de carroça, eram éguas, o meu pai punha uma no carro e muitas atrás e as crianças em cima. Era bonito.

Às vezes ia lavar a roupa. Juntávamos três assim solteiras e ia lavar aos tanques. (Ent5MulherCig: 16)

Também Graciela nos conta o grave problema que é a habitação, onde se realça o racismo dos proprietários. Como nos corroborou um das técnicas entrevistadas, os proprietários, mesmo já tendo recebido o 'sinal' e perdendo esse dinheiro, quando sabem que são ciganos, voltam atrás e já não alugam. Assim, um dos graves problemas com que Graciela se defronta é o da habitação: num t2 vivem oito pessoas, com as dificuldades de habitação inerentes, o que podemos reconhecer como comum às classes trabalhadoras e não específico das comunidades ciganas. No entanto, há um 'pormenor' que faz toda a diferença: mesmo quando têm dinheiro, não conseguem alugar, e quando compram, a propriedade não lhes é reconhecida. A nossa entrevistada também o afirma:

Vai fazer dois anos que o meu filho está lá em casa com a minha nora. É que ninguém nos aluga. São muito racistas. É tudo racistas. Não alugam. Está tudo bem, alugam por telefone, vão lá, e já não alugam. E é da vossa raça. Não alugam. Mesmo com dinheiro. Não nos alugam. (Hvi7, ent2: 2)

E face a estes constrangimentos, resta-lhes esperar os apoios sociais:

Estamos à espera da Câmara se nos dá uma casinha, se dá uma casinha a eles, à minha filha... (Hvi7, ent2: 2)

Esta atitude das autoridades parece pouco consentânea com o respeito pela propriedade, tão caro à modernidade no sistema capitalista. Parece-se muito mais com o ‘programa de dispersão’ descrito por Milena Hübschmannová:

(...) Havia sempre duas ou três famílias que tentavam, a todo o custo, sair da miséria aterradora das aldeias ciganas. Os homens ganhavam dinheiro, trabalhando na construção civil com o objectivo de conseguir construir ou comprar uma casita.

Algumas conseguiram. Mas quantas foram impedidas, mesmo quando o desejavam e tinham os meios para isso? As élites ideológicas da sociedade dominante etiquetavam os *Roms* de ‘cidadãos de origem cigana’, um ‘grupo social proveniente de uma etnia em vias de desaparecimento e de uma cultura reaccionária’, uma gente da qual era preciso evitar as ‘indesejáveis concentrações de povoamento cigano e dispersar por entre os outros cidadãos’ para melhor reeducá-los. O decreto nº 502, por exemplo, proibia os *Roms* de construir nas aldeias ciganas porque se previam que elas estariam liquidadas por altura de 1980. (Há hoje mais de 300 aldeias ciganas na Eslováquia — algumas são de criação recente — situadas geralmente a 2 ou 3 km das aldeias). Para além disto, este decreto estipulava que uma comuna não podia ser povoada por mais de 5% de ‘cidadãos de origem cigana’. Os *roms* só podiam instalar-se na Boémia ou na Morávia no quadro do programa de dispersão. Famílias escolhidas em locais escolhidos. (Lacková 2000: 2-3)

Também Liégeois desenvolve esta questão:

quando é voluntário e economicamente possível, o alojamento numa casa não é uma ruptura com a caravana, antes (...) com um estado que se considera momentâneo, ou melhor, um compromisso face às condições externas e às necessidades sociais. Mas, quando comprovamos um rápido aumento do número de sedentarizados, ter-nos-emos perguntado sobre as causas dessa sedentarização? Frequentemente, são causas negativas (dificuldades económicas, familiares, de saúde, proibições e perseguições múltiplas, etc.). (Liégeois 1987: 159).

As experiências e os relatos das narradoras e das entrevistadas parecem indicar nestes casos a combinação do *hardpolicing* com o *softpolicing* na regulação e controle destas populações, que, articulados com o racismo, servem para encurralar as vidas destas comunidades. Podemos equacionar aqui que as narradoras nos deram a conhecer alguns tipos de racismo que impedem algumas das dimensões da cidadania, entre outras, o «direito ao lugar»¹⁴⁶, a uma «definição de pertença».

3.1.1. A socialização para o racismo pelo medo do diferente

O racismo que atravessa as relações entre as comunidades lusas e ciganas está enraizado na cultura hegemónica e é transmitido por diversos processos de socialização. A este

¹⁴⁶ “(...) Para o caso de Portugal, Arriscado Nunes e Serra mostram como, durante a crise revolucionária por que passou o país após o derrube do regime autoritário, o SAAL redefiniu a ideia de direitos e condições à habitação, criando o assim chamado «direito ao lugar». (...) Clemência Ramirez mostra como esse movimento [o movimento dos *cocaleros*] implicou associar a cidadania a uma definição de pertença.” (Santos 2003: 49)

respeito, D. Graciela explicita como se apercebe de que as pessoas falam como se ela ali não estivesse: “não reparam que estou ali”, é a sua constatação. À sua volta, encontra muitas situações e expressões de racismo. Conta uma por exemplo, como lhe tendo acontecido diversas vezes:

Na feira dizem na minha frente, “mando-te com o cigano”, e depois viram-se e: “ai, desculpe, desculpe”, e eu digo, “quer que os ciganos levem o seu filho, eu levo, quer que eu leve o seu filho, eu levo!” À minha frente.

Há muitos que dizem, nós vamos pelo caminho, “olha, vais com os ciganos”, e eu digo, “olhe que eu vou roubar-lho!”. (Hvi7, ent1: 7)

Ela toma a palavra, para se fazer ouvir e se tornar visível. A resposta que recebe é um “ai, desculpe, desculpe”, mas as atitudes continuam:

Não reparam [que estou ali]. “Ai não é cigana?”, “Sou”, “ai, desculpe, desculpe.” E eu digo, “não faz mal”. As crianças têm medo, quando nos vêem não param, seguem sempre, cheias de medo. As crianças têm medo dos ciganos, têm medo. Porque é as mães que metem medo. Nós vamos por todo o lado, quando nos vêem, eles fogem, têm medo. Acho graça como elas dizem à nossa beira, “vem aí o cigano que leva-te!”, “eu sou cigana!”... (Hvi7, ent1: 8)

Sheila Radford-Hill cita um autor que descreve bem este racismo que se traduz numa cegueira social que tem como consequência o facto de as pessoas se sentirem invisíveis:

Sou um homem invisível. Não, não sou um *spook* como aqueles que Edgar Allan Poe perseguia; nem sou um dos ectoplasmas do vossos filmes de Hollywood. Sou um homem de substância, de carne e osso, fibra e líquidos e até já se pode dizer que tenho mente [alma, *mind*]. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a ver-me... Quando se aproximam de mim, vêem apenas o que está à minha volta, elas próprias ou fragmentos da sua imaginação — de facto, tudo e qualquer coisa, excepto a mim. Ralph Ellison, *Invisible Man* (2000: 25)

Também no contexto do ensino recorrente, as nossas entrevistadas sinalizam alguns comportamentos racistas por parte de alguns colegas e certos professores.

Não gostei [daquela turma] e ainda não gosto. Não vou bem com a cara deles. eles se acham diferente. Não gosto nada. A única que gostei, é a senhora Alice. Eles são diferentes, não sei, não ligam. Não gosto bem deles, uma é ciumenta. Com o namorado que arranjou aqui na escola, ela é divorciada, já tem duas filhas... Se acha meio... anda só com o risinho “Aaaahh”, não gosto nada dela. São diferentes [de mim] e dos outros amigos que eu tenho. Não sei como dizer, como falar,...mas eles são diferentes. Eles não falam como os outros falam comigo. Eu acho que ao falar há uma diferença, isso eu noto, que os outros não me tratam assim. Não, eles não falam, riem comigo, mas eu sinto, eu sei. Não me sinto à vontade com eles. Eles não falam mal de mim, eles riem comigo, eles brincam, mas... eu sinto que não é igual como os outros. (Ent6MulherCig: 42-43)
Acho que sim, que eles notam diferente, que eu sou «racista»... Eles não dizem nada, mas... [Hoje] ainda fazem, muitas fazem [tratam diferentemente]... Olhe, eu não faço, para mim preto, vermelho, amarelo, somos todos fruto da mesma árvore, eu respeito a todo mundo e assim gostaria que me respeitassem. O respeito é bom e eu gosto. (Ent6MulherCig: 42-43)

A entrevistada relata um episódio com uma professora:

Até hoje, desde que estou nascida, todo mundo me respeita, que eu respeito. Ninguém me trataram mal, só... várias pessoas assim que eu noto uma diferença e outras não. Com alguns eu me dou muito mais bem que outros. Eu vejo nos olhos de algumas pessoas.

Na Igreja não e na escola de condução, ninguém, é só aqui nesta escola que eu sinto que eles são diferentes. E as professoras também eu sinto que são diferentes. Não é falar mal delas, todas as professoras que eu tive, para mim foram como se fossem mães, ainda sinto saudades de uma professora, D. Olga, mas esta aqui sabe, por exemplo, saindo à rua e vendo uma aluna na frente, ao menos dá um sorriso, não? E eu vi essa professora Sandra no outro dia e ela virou-me a cara,... fiquei tão mal, sabes? Porque nunca me tinha acontecido isso... Eu não estou aqui para falar mal de ninguém.

Eu acho que é [por eu ser cigana], que ela tinha vergonha porque lá estava muita gente e eu passei,...passei mesmo assim à beirinha e ela reconheceu-me, ela viu mesmo e ela fez como não me ver, virou a sua cara para o outro lado e eu vi que ela olhou para mim e eu também vi nos olhos dela e estava à espera que ela desse um sorriso para eu também dar um sorriso, mas ela virou-me a cara... Fiquei muito emocionada. (Ent6MulherCig: 42-43)

Alguns autores/as designam esta atitude de *racismo de indiferença* (Araújo e colegas 2002), no entanto, a invisibilidade não torna a discriminação mais suave como podemos também constatar pelas investigações a propósito de casos de mulheres negras e lésbicas. Em relação às questões de género, algumas investigadoras avançaram e trabalharam o conceito de *cegueira de género*, e nesta ordem de ideias, podemos falar aqui de um *racismo de cegueira*, ou *racismo de invisibilidade*.

Podemos, assim, equacionar diferentes formas de racismo que envolvem e constroem as vidas das mulheres com quem estabelecemos alguns diálogos: de propriedade; de invisibilidade / de cegueira; de indiferença; de emprego; de não serem ouvidas.

3.2. Mulheres e homens: mundos diferentes marcados pela tradição

Apesar da concepção exterior acerca das ciganas, o certo é que diversos relatos as mostram como empoderadas no interior da sua cultura. Assim, paradoxalmente e mais uma vez, encontramos que os elementos da cultura cigana, quer em termos das tradições, quer das normas e hábitos culturais e sociais, parecem constituir grandes constrangimentos para as mulheres e raparigas, e, simultaneamente, quando nos aproximamos mais, esta visão fica mais complexa e vemos que alguns destes elementos são também, eles mesmos, formas de agência das mulheres ciganas.

O casamento, a morte e o nascimento parecem ser as dimensões onde as tradições têm maior peso, muito embora a dinâmica cultural imponha mudanças que as nossas entrevistadas sinalizaram.

3.2.1. Os primeiros passos no direito de escolha

Relatámos no capítulo dos quotidianos, através das palavras das narradoras, como as suas vidas familiares resultam de acordos e arranjos combinados entre os mais velhos. Detalharemos aqui os elementos das tradições em presença e os eixos de mudança que as mulheres com quem dialogamos contaram.

Voltando ao acordo, ou à forma como ‘ficam prometidas’, e avançando no que já foi relatado da experiência de Graciela das Nieves, na outra comunidade, uma entrevistada conta que, quando casou, não conhecia o que ia ser seu marido, tendo ficado comprometida através de um acordo entre o pai e o sogro:

Quando casei com o meu marido, eu não conhecia o meu marido. Foi um casamento pedido pelo meu pai e o meu sogro. E depois o meu sogro disse “*dá-me a tua filha para o meu filho*” e o meu pai disse “*é tua*”. Ficamos comprometidos e depois, assim ao fim de dois, três meses, o meu sogro pediu casamento e o meu pai não queria casar-me assim tão nova... Casei com 15 anos. (Ent5MulherCig: 14-15)

Apesar de já comprometidos, o pai e sogro estabeleceram um esquema para que eles se conhecessem:

Depois tive um tempo assim... depois eu casei, conhecia os meus sogros mas eu não conhecia o meu marido. Depois, quando fui prometida, o meu pai, para eu o conhecer e dar-me bem com ele, fui estar uns dias com o meu sogro. E depois eu gostei dele, comecei a gostar... (Ent5MulherCig: 14-15)

Portanto, digamos que o que parece irremediavelmente estabelecido pelos pais, mais velhos e elementos masculinos desta comunidade, surge agora bastante mais matizado com este testemunho. Não sabemos o que teria acontecido se eles não tivessem gostado um do outro.

O que é também de assinalar, aqui, é que o constrangimento, pelo menos nas palavras desta mulher cigana, era semelhante para homens e para mulheres.

Na comunidade de D. Graciela, o acordo é estabelecido pela mãe e pela sogra. São as mulheres que estabelecem o ‘pedimento’ e é a mãe da rapariga que tem o poder de desfazer, através da expressão ‘dar cabaças’. Assim, na experiência desta narradora, “os homens ficam presos desde que andamos de barriga”:

É assim: nós andamos grávidas, se for menina, se eu tiver uma menina, peço com uma da nossa raça, e estamos na barriga e estamos pedidas. Já ficam comprometidos, já na barriga estão comprometidos. (Hvi7, ent2: 1)

No antigo, não sabíamos se era menino ou menina, era só quando nascia. Eu andava de bebé e a minha cunhada também andava de bebé. O moço já tem 15 anos. E ela faz assim, “se for menina, eu peço-te, se for menino, tu pedes, se for duas meninas ou dois meninos, que não”, “está bem”. Assim foi, a mim nasceu-me um filho, a ela nasceu uma menina. Mesmo a calhar. Ela disse logo assim para mim: “olha, já estão pedidos” e eu fiquei assim um bocado de receio, que agora já não se usa estarem assim. Mas prontos, está, está. Mas eu fiz o contrato “se o meu filho, quando for grande, se ele não quiser, vocês dão cabaças”. ‘Cabaças’ é dizer que não quer. Prontos, a minha cunhada disse que sim. Tudo bem. Só que agora, o meu filho está a embirrar que não quer. O meu filho é assim: “ó mãe, já viste se eu não gostar, se eu não gostar e ela não me der cabaças?” Quer dizer, se ela gostar e teimar, e não darem cabaças, já não é o contrato que eu fiz. Numa brincadeira, o meu filho a falar com ela disse, “não que a tua mãe tem que me dar cabaças, já foi o contrato”, “Não, não, a minha mãe não dá cabaças”. ‘Cabaças’ é dizer que já não queria. Agora, vamos ver. Temos que ver se ele quer se não quer. Mas antigamente era assim. Tínhamos que nos comprometer e tínhamos que casar mesmo. (Hvi7, ent2: 1-2)

Independentemente de quem faz o acordo, se pai e sogro ou mãe e sogra, a cerimónia em si tem muitas semelhanças nas duas comunidades: é marcada por um ritual de flores e amêndoas e anis numa festa que dura de dois ou três dias a uma semana:

A festa foi bonita, veio muita gente. De todos os acampamentos. Dois dias, todos a dançar e a cantar, muito comer... foi assim. E depois a gente à noite, p'raí à meia-noite, chega vestida de branco, eles são levantados [levantam a noiva] no ar, deitam flores e amêndoas e anis. Logo que deitam as flores e amêndoas, já estamos casados... E já tenho que ir para casa da minha sogra nessa noite. (Ent5MulherCig: 17)

Esta tradição do casamento determinado pelos pais ou pelas mães parece constranger as vidas de muitas pessoas. A nossa narradora que considera ter podido casar com quem desejava, afirma que o direito de escolha, também no casamento, é um aspecto importante na vida das pessoas:

Tínhamos que nos casar. Há muitos casos. A minha irmã também casou assim. Eu não. Casei com quem quis. Tenho o marido que eu quis. Mas tenho uma irmã minha que dão-se mal e tudo. Por conta destas coisas assim. Não escolher, sabe, é muito triste. (Hvi7, ent2: 2)

Também outra entrevistada parece partilhar deste sentimento:

Há muitas que casam sem gostar. Eu tenho um irmão que casou e não gosta dela. Não gosta dela e eles estão casados. (Ent5MulherCig: 17)

Actualmente, no que se refere ao casamento, as mudanças são percebidas por parte destas mulheres como positivas, sobretudo, em alguns casos, face ao um passado recente onde os seus destinos parecem ter sido mais ‘determinados’. Neste sentido, o que parecia ser para toda a vida, quer para homens quer para mulheres, hoje é vivido de forma diversa. A própria Fernanda diz que hoje já não casam quando não se gostam:

... até no casamento, as coisas nos casamentos, agora, é melhor. Agora, se a gente disser não gosto daquele, a gente não casamos à força e dantes era assim. (Ent5MulherCig: 12)

Embora não completamente aceite pela comunidade, parece que algumas mulheres ciganas já se separam, caso 'não gostem' dos maridos, indicando que a qualidade da relação começa a ter importância mesmo face à tradição:

Mas agora há muitas que se separam, é outra vida, não é como dantes. Se eles não gostarem, tem de se separar. Também estar juntos e não se dar bem... (Ent5MulherCig: 12)

Uma outra entrevistada, Salomé, conta-nos como se viu nesta encruzilhada de estar 'prometida' a uma pessoa com quem não se queria casar, porque considera o *amor* fundamental para o estabelecimento desse laço, e como a recusa lhe trouxe alguns dissabores com a família do 'noivo' e com as amigas. Para ela, estas mudanças são bem-vindas:

Eu também não gosto nada de antigamente, do que eles faziam, eu acho muito injusto: elas casar com um rapaz que não gostasse, à força, e tinha que viver com ele, isso não. Eu fui comprometida. Quando eles me apresentaram, eu não gostei dele, disse «Eu não caso, eu não caso com ele». Eu era pequena. Vi-o numa festa e a minha mãe disse «É aquele o teu noivo.», eu virei assim para ela e disse «Ô mãe! Não, eu não caso com ele, (ri-se) e se me casarem, eu o deixo!», mas elas disseram «Tens de casar, nem que for através de paus».

E depois eu cresci, fui assim 'amigada' com ele. Ele foi preso e ele pediu-me em casamento, lá dentro [da cadeia]. Eu tinha 18 anos. Fui para lá, [morar] com a mãe dele, porque ficava mais perto para eu ir visitá-lo. Ele não estava lá, estava preso. Mas eu vinha aos meus pais que moravam lá perto.

Ele pediu-me em casamento e depois eu não tinha coragem de dizer não. Eu gostava dele mas não era nada... Era uma atracçãozinha, um afecto. E eu disse «Sim, tá bem, eu aceito». Mas eu acho que ia aceitar dentro de uma cadeia casar. Eu não tive coragem de dizer não. Eu sei que ele ficava muito triste.

Eu ia visitá-lo, sempre. Eu não gostava dele e ele sabia disso, eu era sincera. Mas quando ele foi preso, eu tive muita pena. Tive muita pena porque ele gostava de mim, mas eu não. Mas por pena eu não casaria com ele. Eu fazia mal a mim e a ele; eu não poderia ser feliz, nem ele.

Por isso, quando ele me pediu em casamento, eu disse que sim, mas quando eu cheguei a casa, pensei bem, e disse «não, casar será um erro, eu não o amo. Casar seria um erro, mas eu não tenho coragem ir lá [à cadeia] dizer não.

Então eu tive uma discussão com a mãe dele, discuti com ela... Mas a mãe dele para mim era uma bruxa, porque ela sabia que eu não gostava dele e eu dizer que sim, aceitar. Ela não gostava de mim, porque ela sabia que eu não gostava dele, por isso era contra.

Fiquei lá [a morar com a mãe do noivo] dois anos. Não esperei [que ele saísse da cadeia].

E então eu saí de lá, pronto. Saí de lá, nunca mais o vi, mas ele já saiu da cadeia, casou, outra vez a deixou, fugiu com outra, outra vez a deixou e a agora continua lá, com a sua mãe, ainda é solteiro. Sofri muito, porque eu não o amava e... estava lá com ele, porque... (Ent6MulherCig: 28-30)

Esta entrevistada expressa então como o direito de escolha significa sentir-se livre:

Eu não me arrependi do que fiz, eu não poderia casar com ele. A minha vida seria um inferno.

Eles [pais] me queriam levar à força, mas eu disse «não, não, não». Já era maior de idade... E agora sou livre, agora eu escolho quem eu ...

Mas eu sofri tanto, para mim, os homens é distância. (Ent6MulherCig: 30)

Mas esta liberdade tem um preço que nem todas estão dispostas a pagar:

Eu moro só, não tenho amigas nenhuma ciganas, mas eu gostava pelo menos uma. Uma amiga, mas uma amiga fiel, mas essa amiga que eu falei, é uma grande amiga minha, sabe? Eu contava todos os segredos e ela o mesmo fazia comigo. Mas, um dia, no momento que eu mais precisava, ela virou-me as costas!... Naquele momento, eu tive muita raiva, mas depois passou, e ainda continuei amiga dela. Perdoei... Eu a vi duas vezes às escondidas, os meus pais e os pais dela não queriam. Não queriam porque ele era irmã... desse meu namorado. (Ent6MulherCig: 34)

3.2.2. Lidar com a morte: “o luto já não é para toda a vida”

Uma dos aspectos da vida das pessoas que todas as entrevistadas das duas comunidades ciganas falaram foi o luto, as tradições da comunidade relacionadas com a perda de entes queridos. Não surgiram com a mesma regularidade nas outras entrevistas. Nas duas comunidades ciganas estudadas, o luto continua uma importante dimensão da vida, e as tradições a ele ligadas continuam a verificar-se, embora também dinâmicas:

Quando morre alguém, só choramos, nem televisão vimos, andamos todos de luto, toda a família, não se pode comer carne, só comemos peixe, tem sete meses, oito meses, não podemos. Os outros podem comer, só a quem nos dói, é que não comemos. Que nos dói comer carne. Luto muito fechado. Não vimos televisão. Não ouvimos música. Se ouvirmos música, já começamos a chorar. É muito forte. Não andamos de mangas *caviadas*, não. Só mangas compridas, casacos em cima de casacos. E só preto. De Verão custa muito. O tempo de luto depende. Há lutos de oito anos. Se for por um pai, são dois aninhos que se leva. Se for por um filho, já é mais, até pode levar a vida toda. É como do marido, é toda a vida, não podemos voltar a casar. Andámos só de preto, e não podemos casar. (Hvi7, ent1: 4)

A tradição parece ter mudado para os homens e, nestes, mais para os mais novos:

Ficamos sozinhas. Ficamos com os nossos filhos, depois casam, vão-se embora, ficamos sozinhas. Nesta tradição, não podemos. Os homens podem. Agora, já, primeiro, não. Se forem mais novos podem casar. Agora se forem assim velhos, já não podem. Uma rapariga nova ficar aí com tantos filhos, mais vale *num* casar. A tradição é assim. (Hvi7, ent1: 4)

Também nas entrevistas com a segunda comunidade, compreendemos que mesmo que um dos cônjuges morra, mulheres ou homens que antigamente faziam “luto para toda a vida”, agora alguns voltam a casar, embora não façam a *festa* que é tradicional no primeiro casamento:

Era luto para toda a vida. Os homens também. Agora casam, antigamente não. (EntCol1MulherCig: 4) Hoje em dia até as viúvas com filhos, elas casam. Antigamente não casavam, agora casam. Com solteiros, divorciados, elas casam. Agora é tudo diferente. (*sorri*) E cada ano que passa é mais. (Ent6MulherCig: 30)

3.3. Aceitar a exploração para sair da miséria?

Outras mudanças atravessam estas comunidades, como já desenvolvemos no capítulo dos quotidianos e que não vamos pormenorizar nesta secção. Apenas enfatizar que as alterações: do nomadismo para a sedentarização, da tenda ou barraca para os bairros sociais, simultaneamente e em conjugação com as políticas sociais, com a entrada ou desejo de entrar na relação salarial, pode significar uma aceitação do *modo de vida* exigido pelo capitalismo, assente na exploração como mecanismo para fugir à miséria.

Assim, no que se refere às alterações nestas comunidades ciganas portuguesas, as referências nas entrevistas dizem sobretudo respeito às regras relativas ao casamento, à viuvez, à mudança para o sedentarismo e a novas expectativas sobre emprego, em que a escolarização parece jogar um papel relevante.

Sintetizando esta secção, encontramos na nossa investigação três grandes mecanismos que contribuem para constranger as vidas de mulheres ciganas: o racismo, a tradição e a expectativa de entrada num modo de vida assente na exploração com base na relação salarial. No entanto, alguns destes aspectos constituem-se igualmente possibilidades de agência para algumas mulheres.

4. Relações de intimidade atravessadas de violência

Tratar, nesta pesquisa em histórias de vida, as questões da violência doméstica e contra as mulheres vem por três tipos de pertinência. Por um lado, a pertinência empírica que fez sobressair, de forma inesperada para a investigadora, estes problemas nas vidas de algumas das entrevistadas e narradoras: quer como vítimas, quer como intervenientes activas na luta contra este *status quo*. Não estava incluído nos pressupostos, quando se iniciaram as entrevistas e os diálogos conducentes às histórias de vida, mas este problema saltou de imediato em diversos relatos. Por outro lado, a pertinência teórica numa investigação no campo das ciências da educação, na medida em que este problema social constitui um eixo de educação / socialização na sociedade portuguesa que, no caso da violência no seio das relações íntimas, atravessa todas as instituições sociais, com incidência directa no espaço das relações de intimidade, mas também indirecta na escola, no posto de trabalho, no estado, na saúde, na economia. Por outro ainda, a sua

actualidade política e histórica: as organizações feministas e o movimento de mulheres, quer a nível nacional, quer internacional, têm conseguido trazer para a agenda da política pública este grave problema social mostrando como se tem constituído como um dos grandes eixos de dominação das mulheres e têm trabalhado no sentido de alterar este estado de coisas, quer criando alternativas ao nível da intervenção, quer empurrando o estado para a elaboração de políticas sociais para este problema no sentido da criação de dispositivos políticos e técnicos de apoio às vítimas e de punição dos infractores¹⁴⁷.

Assim, trazer esta discussão sobre a “violência contra as mulheres” tem o sentido de aqui discutir uma componente importante da problemática das relações de género em Portugal e os eixos em que podemos identificar as mudanças que se têm ou não efectuado. Como afirma Ulrich Beck, as relações de género não envolvem apenas “tópicos como sexualidade, afecto, casamento, parentesco e por aí diante”, mas incluem “trabalho, profissão, desigualdade, política e economia” (1992: 103). E se a família e o casamento são questões importantes nesta problemática, como o autor afirma “quem quer que discuta sobre a família tem também de discutir trabalho e dinheiro”, assim como “quem quer que discuta sobre casamento tem também de discutir formação, profissões e mobilidade e especificamente sobre distribuição desigual apesar dos requisitos actuais de igualdade” (*idem: idem*). E é nesta teia complexa de articulações, tensões e sobreposições que entendemos o problema da violência contra as mulheres nas relações de intimidade que se constituem como um eixo fundamental de silenciamento e constrangimento nas vidas das mulheres. Dado que assenta numa epistemologia da escuta, isto é, o que se fez foi ouvir mulheres, algumas das quais vítimas de violência, esta secção pretende dar conta de condições de vitimação e de estratégias de resistência, pretendendo-se um contributo para educadoras/es em particular e para técnicos/as em geral.

4.1. Reflectindo sobre os conceitos

Os conceitos são variados, exprimem coisas diferentes e entroncam em perspectivas e pontos de vista diversos. É esse *apanhado* que vamos muito resumidamente apresentar

¹⁴⁷ A intervenção feminista, a violência na agenda da política pública e as políticas sociais serão alvo de desenvolvimento nos capítulos sobre os feminismos e sobre política e cidadania das mulheres

nesta secção, em torno das noções de violência doméstica, familiar ou conjugal e violência contra as mulheres, assim como os de vítima, sobrevivente e síndrome da mulher batida. O conceito de “violência contra as mulheres” surge na sequência da chamada ‘segunda vaga’ dos movimentos feministas, também designados ‘novos movimentos de mulheres’, com maior proeminência nos EUA, Alemanha e Grã-Bretanha. Emergiu, nos anos 1970, em oposição a outros mais *técnicos* e falsamente neutros como “violência no casal” ou “violência familiar”, evidenciando o carácter patriarcal da sociedade industrial e capitalista. Como afirma Carol Hagemann-White, “consistia numa posição de que a violação e o espancamento não são causados pela personalidade individual ou por padrões individuais de comportamento, mas estão enraizados na sociedade patriarcal” (1998: 178). A regularidade e extensão deste fenómeno permite afirmar que “a violência contra as mulheres não emerge no lado negro de uma sociedade largamente civilizada, mas exactamente no seu centro” (*idem: idem*), na medida em que subjaz, de forma explícita ou implícita, às relações entre homens e mulheres, caracterizando muitos dos contextos familiares, propiciando uma socialização que promove a sua reprodução e, desta forma, construindo parte da matriz das relações de intimidade heterossexuais. Assim, e como a autora sublinha, a violência contra as mulheres “não contradiz a norma, de tal forma a estende até às suas consequências lógicas” (*idem: idem*). O que acontece, e diferentemente do que se passa com outros tipos de violência, é que esta violência se realiza nos espaços e relações de intimidade, que trazem consigo o conhecimento dos medos secretos de cada pessoa, e neste sentido, vai ao fundo de cada uma, negando “a individualidade da vítima, reduzindo-a ao facto de ser mulher e, por isso, violável, violentável: é isto que magoa/fere todas as mulheres quando se ataca uma” (Hagemann-White 1998: 178).

Violência doméstica¹⁴⁸ e violência na família são outros conceitos que enfatizam as agressões e abusos no seio familiar, no lar, tornando-se importantes por constituírem, em si

¹⁴⁸ Noção de violência doméstica no I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2000): «qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, bem como a ascendentes ou descendentes». (2000: 31) Podemos também encontrar definições de violência doméstica em diversos documentos das organizações internacionais, por exemplo, a da UNICEF (2000) apresentada no documento “Domestic Violence Against Women and Girls”: «domestic violence (...) includes violence perpetrated by intimate partners and other family members and manifested through: physical abuse (...), sexual abuse (...), psychological abuse (...), economic abuse (...). Acts of omission are also included as a form of violence». (Lourenço e Carvalho 2000: 30)

mesmos, desafios à ideologia da família ideal, ao mostrar como essa é também uma realidade opressora, hierárquica. Assim, aquele espaço, que deveria constituir um lugar de tranquilidade, é muitas vezes um lugar de medo e, por vezes, de terror. Este conceito engloba diversos tipos de abusos, para além dos que se verificam contra as mulheres: contra as crianças, os idosos e, eventualmente, embora numa proporção muito menor, contra os homens. Neste sentido, o termo é importante por desafiar essa instituição que muitos teimam em manter numa privacidade obscura onde os direitos de cidadania parecem não ter entrado.

No entanto, tal como o de violência conjugal, pode levar a esconder o carácter genderizado da maior parte da violência na nossa sociedade, isto é, ocultar quem é agressor e quem são as vítimas. Assim, o conceito de violência contra as mulheres parece mais claro e explicativo para conceptualizar o fenómeno e equacionar formas para a sua transformação. Também é, do ponto de vista sociológico, mais explicativo: por um lado, porque em termos da sua expressão numérica, a violência perpetrada contra as mulheres no espaço doméstico e das relações de intimidade ultrapassa os 90% em comparação com os casos de violência contra os homens; por outro, e que nos parece fundamental, as consequências e o tipo de agressões são diversos.

A violência contra as mulheres no seio familiar, doméstico ou das relações de intimidade, articula-se com a situação mais geral de subordinação das mulheres nas outras esferas da vida social (económica, política, simbólica, ideológica, etc.), realiza-se num contexto ideológico e simbólico em que os homens *mandam e têm poder* sobre as mulheres, traz consigo uma *história* e uma tradição, com influência directa em alguns contextos e indirecta noutros, onde os homens tiveram poder de vida e de morte sobre as esposas e as filhas, legitimado pelos estados e pelas leis, ou mais recentemente, se o poder não era de vida e morte em sentido literal, a agressão e o assassinio *eram* tolerados. Mais ainda, a ordem simbólica patriarcal desvaloriza o sofrimento e as dores das mulheres (Restuccia 2000), o que nesta questão significa, de alguma forma, aceitação pelo menos parcial da violência masculina. Não desvalorizando a violência exercida sobre os homens, importa destacar que as mulheres vítimas de violência no espaço doméstico sofrem com consequências diferentes e muito graves para a sua individualidade, algumas das quais dificilmente reversíveis.

Este conceito de violência contra as mulheres¹⁴⁹ vai para além da violência perpetrada no espaço doméstico (ver também AAVV 1995; Amâncio 1995, entre outras), incluindo e articulando-se com todas as agressões de que as mulheres são alvo, quer no espaço doméstico, quer nos espaços públicos das instituições e do posto de trabalho, como o assédio, o tráfico sexual, a discriminação, etc.. Desta forma, ficam mais claras as razões da violência, já que é possível observar padrões de comportamento dentro e fora das instituições. Permite ainda, por um lado, verificar que as mulheres são, de longe, muito mais agredidas pelos seus íntimos e no espaço do seu lar; e, por outro lado, levantar a questão da violação, que não tem sido muito tratada no nosso país.

A violação é uma violência contra as mulheres que existe para lá das portas do lar, mas também no seu interior. Como afirma Susana Maria, “a violação é uma crise pessoal e um fenómeno político” (2004: 19) e muito da sua existência se deve ao que alguns autores designam de «cultura de violação», enquanto “complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão sexual dos homens e apoia ou suporta a violência contra as mulheres (...) em que a violência é vista como «sexy» e a sexualidade como violenta” (Buchwald, Fletcher e Roth, citadas por Maria 2004: 102).

A denúncia da violência contra as mulheres e da violação (dentro ou fora do casamento) é outra das reivindicações do feminismo de segunda vaga, onde as obras de Kate Millet (1963) e de Susan Brownmiller (1975) foram marcos fundamentais. Esta temática tem também estado no cerne das polémicas sobre vitimização e agência no seio do movimento feminista e das perspectivas teóricas feministas (e que desenvolvemos mais detalhadamente no capítulo 5). Neste sentido, importa questionar: mas as mulheres são vítimas¹⁵⁰ ou não? Será que considerá-las vítimas não significa reforçar o seu lugar secundário na sociedade? Como sair deste aparente paradoxo?

¹⁴⁹ Em Beijing, 1995, a Violência Contra as Mulheres ficou assim definida: “qualquer acto de violência baseado no género de que resulte ou possa resultar sofrimento ou lesão física, sexual ou psicológica para as mulheres, incluindo a ameaça da prática de tais actos, a coacção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorram na esfera pública quer na privada” (Agenda Global, Plataforma de Acção de Pequim, 1995: 87).

¹⁵⁰ Algumas/ns autoras/es fazem uma distinção entre o conceito de vitimação e de vitimização para ajudar a compreender a complexidade deste fenómeno. Assim, segundo Azevedo e Guerra (1989), a vitimação constitui o processo de ‘alto risco’ para o que contribuem diversos factores, inclusive a conjugação da violência estrutural (económica, racista, homofóbica, de idade, de género, etc.) com uma situação particular em que indivíduos específicos utilizam as suas prerrogativas para vitimizar outras pessoas, isto é, em que a situação particular se conjuga com a situação mais estrutural para assegurar que os privilégios dos grupos sociais dominantes sejam assegurados e que os direitos da maioria da população sejam destruídos. Portanto, vitimação reserva-se para as situações que se podem constituir como condições de vitimização. A vitimização seria um conceito mais reservado para os processos concretos onde este extremo de relação de força e de poder se estabelece entre pessoas concretas.

Lenore Walker (1997, 1979) foi a primeira investigadora a extrapolar as descobertas iniciais sobre o desânimo aprendido (*helplessness*) às mulheres espancadas, que denominou de Síndrome da Mulher Batida (BWS, também designado síndrome de Walker, em homenagem à sua autora), o qual, apesar das controvérsias científicas, se tem mostrado útil na conceptualização do fenómeno e, sobretudo, na intervenção no terreno¹⁵¹. Este síndrome pode ser conceptualizado como um conjunto de características / traços provocados pelo abuso que tornam a vítima com mais propensão a manter-se na relação e menos capaz de lhe escapar. A crença da mulher espancada de que a fuga é impossível e a depressão que acompanha esta crença levam ao seu armadilhamento na relação. Os três componentes do síndrome são os seguintes: (a) comportamentos provocados pela vitimização; (b) comportamento de abandono aprendido; e (c) comportamentos de *coping* auto-destrutivos. Assim, as vítimas exibem extrema baixa auto-estima, dificuldades cognitivas, como por exemplo, dificuldades de concentração, memória e de raciocínio, sintomas de mal-estar físicos como cansaço, insónias, dores de cabeça, depressão, ansiedade, etc. Como acontece com o stresse pós-traumático, uma das características deste tipo de sintomas é a reexperimentação cognitiva constante do evento, cuja recorrência contribui para manter altos níveis de ansiedade. Assim, uma pessoa precisa de dispendir muita energia para contrabalançar essa ansiedade e poder de alguma forma monitorar as suas acções¹⁵².

Vale a pena enunciar alguns dos processos e mecanismos desta vitimização: a focalização no agressor, o medo e o pânico permanentes, a modificação dos padrões de violência, o carácter randómico deste tipo de abuso com oportunidade para recuperar, a crença de que a qualidade das relações afectivas são da responsabilidade da mulher, a auto-culpabilização e a família violenta como *instituição total*¹⁵³.

¹⁵¹ Para além do SMB [BWS], Lenore Walker foi também quem caracterizou o ciclo da violência doméstica, constituído por três fases: a fase da tensão crescente; o incidente de violência aguda ou a explosão; a calma, *loving respite*, que outros autores designam de «fase da lua de mel» (Walker 1979: 55).

¹⁵² Alyce LaViolette e Ola Barnett explicitam: “Existe ampla evidência de que o comportamento impulsivo e imprevisível dos abusadores produz stresse e sentimentos de desânimo aprendido nas pessoas mais afectadas (...) As mulheres em relações física ou emocionalmente destrutivas podem tornar-se hipersensíveis a mudanças às situações específicas nos olhos, discurso, tom de voz, e expressões faciais dos parceiros que podem sinalizar uma próxima agressão. Parece que uma mulher espancada que consegue antever uma agressão está tão entricheirada neste padrão que a sua maior exposição e familiaridade tornou-as simultaneamente mais amedrontadas e talvez mais capazes na previsão de que ocorrerá abuso. (...) No entanto, independentemente da ‘prática’ que tiverem, nunca conseguem prever com exactidão quando nem como vai ocorrer uma agressão. (...) Saber o que nos espera parece providenciar uma ilusão de controle. (LaViolette e Barnett 2000: 119)

¹⁵³ Tomamos este conceito com base no trabalho de Goffman.

Assim, um dos aspectos evidenciados pelas/os investigadoras/es sobre a violência contra as mulheres no lar é o facto de as mulheres espancadas estarem muito focadas nas agressões e no agressor. Foi algo muito evidenciado pelas mulheres da nossa pesquisa que ainda se encontram a viver com o agressor: apesar das nossas tentativas, os seus discursos centravam-se nas agressões e nos agressores, falando muito breve e sinteticamente de outros aspectos das suas vidas presentes ou passadas (ver Hivi1). O tema predominante da vida familiar é o abuso, em torno do qual tudo gira.

Um outro aspecto importante é o medo e o pânico que envolve toda a sua vida e as tentativas de evitamento da violência que vão, desde a desvalorização, baixando o padrão de avaliação, até ao facto de tentarem responder pronta e completamente a todos os desejos do agressor. O medo, o pânico, o susto em que vivem permanentemente estas mulheres, tal como as vítimas de guerra, é o elemento central das suas existências, já que “experienciar violência transforma as pessoas em vítimas e muda as suas vidas para sempre; uma vez vitimizada, uma pessoa não mais se sentirá suficientemente em segurança” (Koss, cit. in LaViolette e Barnett 2000: 111). Assim, “uma vez que o medo se torne parte da relação, a relação muda” sendo este “o elemento emocional mais crítico na definição da violência marital”¹⁵⁴ (O’Leary, in LaViolette e Barnett 2000: 111).

Assim, para as mulheres que vivem armadilhadas num ciclo de abuso, pode haver momentos não violentos, mas não necessariamente momentos em que se sintam seguras. Concentrando-se nas acções do agressor, algumas aprendem a antecipar a agressão. Simultaneamente, à medida que uma relação de espancamento continua, mais exagerada é a crença por parte da vítima de que o seu agressor é omnipresente . Desta forma, “ela torna-se menos capaz de ver a conexão entre o seu comportamento e a natureza ou a racionalidade por detrás da agressão do espancador e, embora a violência possa ocorrer randomicamente, a probabilidade é de 600 para 1 em como será ela o alvo do seu abuso (Kandel-Englander, in LaViolette e Barnett 2000: 89). Mas é preciso notar que o nível de susto gerado durante o episódio violência “não é paralelo ao grau de violência usado ou à

¹⁵⁴ A autora citada afirma também : “diversos tipos de actos agressivos (físicos, sexuais e emocionais) podem interagir com variados níveis de apreensão, opressão e controle para designar diferentes extremos num *continuum* de abuso” (O’Leary, 1999: 19, in LaViolette e Barnett 2000: 111).

seriedade da injúria inflingida”, sendo que “mesmo uma forma não física de abuso pode criar um alto nível de medo” (Jacobson et al., in *idem*: 101)¹⁵⁵.

Também o facto de as agressões não serem permanentes, sendo caracterizadas por diversas fases, o ‘ciclo da violência’ a que já fizemos referência, torna mais difícil a ruptura porque permite a esperança de que o marido ou companheiro vai mudar e providencia oportunidade para a alteração dos padrões para julgar essa mesma violência. Neste tipo de relação de intimidade, tende-se a pensar que a agressão e o abuso não é o estado ‘normal’, não é a ‘verdadeira relação’, é uma aberração, um momento de crise. Neste processo, “crescente, gradual e intermitente castigo permite aos parceiros (e às crianças), numa família violenta, a oportunidade para recuperar”, o que, com progressivos e subtis ajustamentos, pode levar à mudança dos seus próprios padrões para julgar a violência. Assim, “o que inicialmente pensavam que era um castigo severo, pode agora parecer suave; o castigo que tinha sido considerado severo pode tornar-se a nova linha de base” (2000: 105).

É necessário, ainda, incluir aqui a forma como a sociedade culpa as mulheres e o fenómeno em espelho de elas se culparem a si mesmas e às outras. Algumas/uns autoras/es propõem que as mulheres espancadas podem culpar-se ou por causarem o abuso ou por tolerá-lo. Em qualquer caso, é sempre auto-culpabilização, o que conduz à produção de culpa¹⁵⁶. Como Erica Jong tão inteligentemente fraseou: “mostrem-me uma mulher que não se sinta culpada e eu mostro-vos um homem”¹⁵⁷ (in LaViollette e Barnett, 2000: 84). Esta culpabilização articula-se com o facto de a socialização genderizada atribuir às mulheres a responsabilidade pelo mundo dos afectos e pelo espaço privado, o que tem como consequência elas assumirem a violência como seu falhanço na incapacidade de construir a família ideal, isto é, nos termos dos contos infantis, em transformar o “monstro” em “príncipe encantado”.

¹⁵⁵ As autoras desenvolvem a importância de equacionar os diferentes tipos de abuso para além das agressões físicas. Citando Jacobson et al (1996) e outras/os autoras/es, afirmam: “Pesquisa recente começa a mostrar que o abuso psicológico gera medo ainda mais definitivamente do que o abuso físico (Arias e Pape 1999). (...) A sociedade tende a denegrir a sua importância em comparação com o abuso físico” [...] Emergem actualmente definições de abuso psicológico no reconhecimento do seu significado na criação de um ambiente caracterizado pelo medo: “actos de criticismo recorrente e ou agressão verbal de um/a parceiro/a e / ou actos de isolamento e dominação de um/a parceira/o” (O’Leary 1999: 19). (...) Uma revisão da evidência empírica avaliou que o abuso psicológico aumentava a depressão, baixava a auto-estima e quase sempre precedia a agressão física (ver O’Leary 1999).” (2000: 101)

¹⁵⁶ É interessante que em inglês existem duas palavras: *to blame* e *guilt*. Em português não sei se há esta distinção semântica, ou então *to blame* traduz-se por acusar.

¹⁵⁷ Mas não tem data nem referências sobre esta Erica Jong.

Um outro aspecto dos processos associados à vitimização pela violência nas relações de intimidade é o facto de que o lar, a família se constituir como uma instituição total. Os estudos realizados permitem aplicar o conceito de *institucionalização* às circunstâncias de uma família assente numa relação de abuso: (a) numa instituição, os técnicos fazem todas as regras e punem a sua não obediência; num lar, o espancador faz todas as regras e pune a não obediência; (b) numa instituição, os internos sofrem pela constante exposição aos técnicos; num lar violento, a mulher espancada sofre de uma constante exposição à vigilância do marido; e (c) numa instituição, ocorre a mortificação do *self* por procedimentos como rapar o cabelo, fazer revistas ao corpo, controlar todos os elementos pessoais, incluindo vestuário; num lar violento, a mortificação ocorre como resultado da suspeição e controle do marido e dos ataques de humilhação. Muitas vezes, as mulheres espancadas referem sentir-se como prisioneiras¹⁵⁸ ou a viver “num inferno” (ver também Pinto e colegas, 2004).

Desta forma, as mulheres que vivem numa relação abusiva, ao centrarem todos os seus esforços no estabelecimento de estratégias de comportamentos de satisfação do agressor no sentido de evitar o abuso, toda a sua energia é canalizada para conseguir que o agressor fique contente para não espoletar situações ‘provocadoras’ de violência. No entanto, os estudos mostram que, façam o que fizerem, poucos efeitos obtêm sobre as agressões e o agressor¹⁵⁹. Como afirmam Alyce LaViolette e Ola Barnett “quando uma mulher vive com violência, o agressor torna-se o *linchpin* da sua existência” (2000: 70). As mulheres vítimas de violência concentram os seus esforços e energias a tentar fazer parar a violência ou a mudar o agressor¹⁶⁰, o seu comportamento, a sua personalidade, a sua forma de ser. Na sua subjectividade, analisam e agem de forma a tentar responder prontamente às percepções e às necessidades e desejos dos agressores para terem paz e sobreviverem. Neste processo, “com o tempo, estas reacções entram em metamorfose

¹⁵⁸ como afirmam as autoras, e como temos constatado e a imprensa tem noticed, “de facto, um número de mulheres relataram ter sido fechadas à chave nas suas casas” (2000: 89-90), ou presas de formas subhumanas.

¹⁵⁹ As autoras citam alguns estudos que nos fornecem alguns exemplos concretos nos permitem retirar algumas ilações: “... o comportamento das mulheres espancadas tem poucos efeitos de longa duração no que acontece na relação. Se ela deixa de falar com os amigos ao telefone porque isso o aborrece, mais tarde ou mais cedo outra coisa qualquer vai fazer disparar o comportamento controlador ou o episódio violento. Mesmo a sua resolução efectiva de problemas pode apenas adiar o abuso; não o parará. Apoio para a falta de controle que as mulheres espancadas têm sobre o comportamento do agressor vem de um estudo de discussões entre casais abusivos. *Nenhum* dos comportamentos da vítima conseguiu fazer suspender a violência do marido uma vez iniciada.” (Jacobson et al., in LaViolette e Barnett 2000: 132)

¹⁶⁰ As técnicas que entrevistámos e que trabalham em gabinetes de informação, núcleos de atendimento ou centros de atendimento às mulheres vítimas de violência afirmam que um dos pedidos recorrentes de algumas mulheres é que as ajudem a mudar o marido ou companheiro.

num padrão de resposta emocionalmente baseado e não cognitivamente baseado” (LaViollette e Barnett 2000: 70), sendo este aspecto uma das razões que lhes dificulta a saída da relação, porque “estas mulheres espancadas estão demasiado ocupadas a reagir reflexivamente para poderem entrar no mundo do pensamento objectivo e claro”, o que as impede “de focar directamente na sua própria fuga” (*idem: idem*).

É esta complexidade do processo de vitimização que dá conta das principais razões por que as mulheres se mantêm nas relações abusivas¹⁶¹.

Algumas autoras/es (Hoff 1990, 1994; Monteiro 2000; Maria 2004) trazem o conceito de *sobrevivente* para indicar que as mulheres não são vítimas passivas dos abusos no seio familiar. Consideram o conceito de *vítima* pouco adequado para reflectir a situação das mulheres que sofrem violência de género — violência doméstica, violação. Reconhece-se que as pessoas têm potencial de crescimento e de desenvolvimento, para além da situação de vítimas. Segundo Fátima Monteiro, “sobrevivente refere-se aos processos individuais e sociais de fortalecimento e recuperação da integridade mental, física e social devido a violência doméstica” (2000: 101). Constituiu aliás, em 1999, o lema da campanha da Comissão dos Direitos das Mulheres do Parlamento Europeu, sob a direcção de Marianne Eriksson¹⁶². Para estas autoras, o conceito de sobrevivente seria mais adequado. No entanto, Susana Maria utiliza os dois na medida em que, em sua opinião, o uso jurídico do termo *vítima* provoca a necessidade de manter o conceito. Em nossa opinião, a questão não se coloca aqui. Vítima e sobrevivente constituem dois conceitos diferentes que designam realidades diversas e que, por vezes, podem coincidir na mesma pessoa, em momentos diferentes ou mesmo simultaneamente.

A pessoa é *vítima*, de facto, quando se encontra numa situação em que é atacada, não tem como se defender nem forma de pensar por onde fugir. Esta situação pode deixar marcas prolongadas e então a vitimização tem consequências importantes. Algumas pessoas vítimas conseguem sobreviver a estas circunstâncias e é crucial conhecermos as formas, os processos de sobrevivência, sendo este conceito de *sobrevivente* importante para olharmos os recursos das mulheres, as suas capacidades para recuperar. Infelizmente,

¹⁶¹ LaViolette e Barnett fazem um paralelismo com experiências laboratoriais e argumentam: “algumas pessoas pensam que abandonar uma relação é fácil, e que as mulheres abusadas devem gostar de serem magoadas porque senão elas não ficariam. Não há indicação de que as mulheres abusadas gostem de uma boa pancada. Nada nas experiências laboratoriais indicou que os animais gostavam de ser punidos para obter comida. Apenas gostavam de comer!” (2000: 103)

¹⁶² Resolução A4-0250 / 97; ver também Resolução B4-0047/94 (ver também Monteiro 2000: 37).

nem todas conseguem. Mais ainda, em nossa opinião, os custos sociais, emocionais, pessoais, educacionais e económicos (ver Lisboa et al. 2003) que acompanham a violência pode indicar que o combate à violência no seio das relações de intimidade não passe pela sobrevalorização dos processos de sobrevivência no interior de relações abusivas. Nesta ordem de ideias, a noção de vítima é também crucial, primeiro porque nem todas têm os mesmos recursos (emocionais ou outros) e não podem ser culpadas por isso, segundo porque é necessário que a sociedade no seu todo assuma e combata este problema social também com a distribuição de recursos às próprias vítimas. Do nosso ponto de vista, as vítimas com mais ou menos recursos devem ter toda a ajuda de que necessitarem para ultrapassarem a vitimização de que foram alvo e poderem retomar a sua vida equilibradamente, o melhor possível.

Sendo o conceito de sobrevivente uma ferramenta conceptual importante no trabalho com mulheres batidas, no entanto, deve ser tomado cautelosamente para não desviar a atenção da gravidade da situação em que as pessoas abusadas se encontram e levar-nos de novo à re-vitimização, isto é, ao processo que ainda sujeita mais a mulher: afinal, a culpa era sua, o que foi já suficientemente criticado e analisado pela pesquisa feministas. Por isso, para não correremos riscos de dupla vitimização das mulheres, pensamos que vale a pena equacionar os dois conceitos, de vítima e de sobrevivente, e perceber quais os processos explicados por cada um nas vidas das mulheres e que as vítimas não têm possibilidades de romper com a sua condição sem (pelo menos alguma) ajuda exterior. A sociedade joga um papel crítico nas possibilidades que dá ou que impede no empoderamento às mulheres vítimas de violência (ver também Radford-Hill 2000). De facto, pode não haver soluções individuais totalmente eficazes à violência contra as mulheres, mas é responsabilidade da sociedade (e não das mulheres individualmente) mudar as práticas e as políticas que encorajam a violência. Na base do fenómeno social da violência contra as mulheres está uma perspectiva do feminino como subordinado a um masculino hegemónico e uma estrutura social que impõe essa subordinação (Klein 1998), onde desempenha importante papel a estrutura familiar — a forma como está organizada, como se situa face ao conjunto da sociedade e como o social, incluindo as políticas sociais, a representam e a enquadram.

4.2. Terrorismo patriarcal e uxoricídio: “se não és minha, não és de ninguém”

A hierarquia nos espaços privados, onde os dominadores se pensam ao abrigo da interferência externa, manifesta-se de diversas maneiras, sendo que os abusos podem apresentar diversos graus de severidade. Assim, o abuso físico surge mais vezes na forma não severa e ocorre menos frequentemente do que o abuso psicológico e verbal. Habitualmente, os episódios de violência física marital incluem bater, atirar coisas, dar bofetadas, empurrar e as injúrias são cortes e nódoas negras que raramente requerem hospitalização. Nesta ordem de ideias, a violência contra as mulheres no seio das relações conjugais e de intimidade não é uma realidade uniforme. Para além dos tipos de abuso e de agressões a que estão sujeitas, o grau de violência deve também ser conceptualizado. Sem desvalorizar a violência não severa, que tem igualmente de ser combatida, há um outro tipo de violência onde a mulher está em perigo de vida, quer permaneça no lar, quer saia da relação. A este tipo extremo designam algumas autoras/es de *terrorismo patriarcal*. A violência doméstica constitui, então, um fenómeno que vai deste a agressão reiterada não severa a um outro extremo, onde o controle da vítima é total, ao ponto de estar em perigo de vida. E é este conjunto de situações que nos chama a atenção para o papel do patriarcado na violência marital. Alyce LaViolette e Ola Barnett utilizam a expressão “poluição patriarcal” para caracterizar a forma como a estrutura social dominada pelo masculino cria as disposições necessárias para a existência deste fenómeno, proporcionando condições em que este tipo de violência é permitida, encorajada ou normalizada. Nas suas palavras, patriarcado é o “*smog* que respiramos, os pesticidas que ingerimos e as toxinas que encontram um lar nos nossos corpos”, e esta pervasividade faz com que “nem sempre necessariamente consigamos senti-lo ou saboreá-lo” (2000: 109)

Os estudos e os números de uxoricídio e de assassinio de namoradas, ex-namoradas ou ex-companheiras¹⁶³ aí estão para não nos deixarmos relaxar tolerando comportamentos de violência. Como afirma Mary Wilson, vale a pena perguntarmo-nos por que razão eles matam as esposas e companheiras quando tudo indica que o que eles desejam é controlá-

¹⁶³ Em 2004, a UMAR constituiu um “Observatório das Mulheres Assassinadas que tem acompanhado esta importante vertente do problema da violência doméstica. No levantamento inicial que efectuou de notícias relativas a assassinatos de mulheres por este tipo de violência identificou 47 vítimas mortais no nosso país. Se compararmos com o país vizinho em que o número foi de 63, verificamos que, em relação à população, no nosso país este tipo de homicídio surge numa proporção três vezes superior.

las, “por paradoxal que possa parecer, há evidência que mostra que o uxoricídio [assassinio da esposa] é uma manifestação do sentimento de propriedade” (Wilson 2003: 262).

Os estudos de assassinos de maridos condenados, por exemplo no Canadá e Estados Unidos, mostram a predominância esmagadora da ciúmeira sexual masculina e do sentimento masculino de propriedade sobre as esposas, namoradas e companheiras como motivos do respectivo homicídio. Quando inquiridos, todos professam que *estavam* (entretanto, mataram-nas) profundamente apaixonados pelas suas vítimas. Na maior parte dos casos, uma enorme percentagem de esposas ou companheiras assassinadas tinham previamente deixado o ofensor, algumas mais do que uma vez. Desta forma, estes estudos indicam que a separação é um dos factores espoletadores dos assassinios ou das tentativas. Por exemplo, a New York Commission 1998 identificou que 75% deste tipo de homicídio ocorreu com mulheres que já estavam separadas dos seus maridos ou companheiros ou tentavam terminar a relação na altura em que ocorreu o seu assassinio. Também a análise do assassinio de mulheres por este tipo de crime, na Carolina do Norte, entre 1988 e 1992, determinou que o ímpeto para 41% destes assassinios foi a separação da vítima do seu perpetrador (Wilson 2003). Numa elevada percentagem nos dois estudos, havia documentação de violência doméstica anterior, que infelizmente para as assassinadas não foi tida em devida conta. Para alguns agressores, “até que a morte nos separe” é tomado literalmente. As famílias, amigos/as e conhecidos/as quase uniformemente aconselham as mulheres simplesmente a deixar a relação, como se *deixar* a relação garantisse a segurança delas. Contudo, este conselho bem intencionado pode ser fatal. Muitas vezes, eles ameaçam matá-las se elas se separarem. E matam mesmo: “os homens não deixam facilmente as suas mulheres irem embora” (Wilson 2003: 263), procuram-nas persistentemente para as agredir e ameaçar e algumas vezes para as matar¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Sem desenvolver aqui esta problemática que o espaço e o tempo não permitem, vale a pena sinalizar que eles matam não apenas as suas ex-esposas ou ex-companheiras, mas também quem está com elas e as ajuda. No caso do levantamento da UMAR de 2004, faleceu uma cunhada de um agressor e uma irmã de outro que tinham recebido em sua casa as vítimas. O marido de uma delas foi igualmente ferido. Por vezes, as crianças são também alvo destes homicidas em conjunto com a mãe, tendo sido assassinadas algumas. Outras vezes, assistem ao assassinio da mãe pelo pai, em casa, à saída do infantário, à saída da escola. Os estudos mostram também que a separação não oferece protecção contra a violação: anda nos 55% o número de esposas violadas já não estavam a viver com os seus maridos (Wilson 2003).

4.3. Significados e práticas que assume a violência nas experiências relatadas

As histórias de vida constituem-se como narrativas integradas das experiências e subjectividades tornando difícil separar as diversas dimensões. Nos casos da violência contra as mulheres nas relações de intimidade no espaço doméstico e na família, esta dificuldade evidencia-se pelo facto de algumas questões terem sido tratadas no capítulo dos quotidianos, na medida em que não faria sentido falar das famílias das narradoras sem referir este aspecto que atravessa as vidas de algumas. No entanto, esta problemática merece um desenvolvimento mais específico para reflectirmos sobre os mecanismos que têm servido para o silenciamento das mulheres no sentido de procurar as formas de agência feminina. Assim, nesta secção, abordaremos estas questões, tendo o cuidado de não repetir o que foi tratado naquele capítulo para não cansar a leitura.

Algumas das entrevistadas relatam episódios de violência num contexto de relações abusivas de duração superior a década e meia. Sem pretensões a esgotar a análise desta problemática, enunciaremos aqui aqueles processos sinalizados pelas narradoras e pelas entrevistadas. Passaremos em revista os propósitos da violência, onde a exploração do trabalho das mulheres tem um lugar importante, o aparecimento das gravidezes e dos filhos como momentos espoletadores da violência posterior, os vícios masculinos que em alguns casos são vistos pelas vítimas como causa da violência, a desafecção dos homens em relação à família, a socialização na violência da família de origem que dá conta da vitimização de algumas mulheres e as formas como as biografadas e entrevistadas reagiram.

4.3.1. Propósitos masculinos da violência doméstica

Várias/os autoras/es têm mostrado que a violência masculina contra as suas esposas e companheiras não é gratuita: têm propósitos e parece, aos olhos do agressor, funcional¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Como afirma Dobash e colegas: “Embora muitos homens clamem falta de conhecimento e controle no que diz respeito ao seu uso de violência — “é um mistério”; “aconteceu, simplesmente” — outros, de facto, articulam o que pretendem obter através do seu uso e reflectem sobre se foram bem sucedidos ou não em atingir aquele fim. Neste sentido, a violência é funcional, mesmo quando alguns dos que perpetraram violência possam não estar conscientes sobre o que pretendem conseguir com isso. Contudo, apesar de ser muitas vezes eficaz para conseguir objectivos de curto prazo, a violência pode também ter muitos custos de formas menos prováveis de admitir antecipadamente. Assim, a violência pode funcionar para conseguir propósitos específicos, imediatos, todavia, pode também falhar na medida em que parceiros e crianças podem distanciar-se [*become alienated*] do agressor e eventualmente abandoná-lo.” (Dobash, Dobash, Cavanagh e Lewis: 2000: 35)

No que se refere aos testemunhos que recolhemos, os propósitos são a exploração do trabalho das mulheres e o controle das suas vidas que eles mostram desprezar mas simultaneamente considerar como ‘propriedade’ sua.

• **A exploração do trabalho das mulheres: maridos-patrões são como “cães raivosos”**

Vários depoimentos relatam que na origem e na causa da violência dos seu marido para com elas está uma questão de *trabalho*: “Andava muito contente, porque tinha tudo feito!”

Ele andava muito contente, porque tinha tudo feito. Ele podia ir dar um dia ou fazer isto ou aquilo, porque chegava e tinha tudo feito. Já tinha tudo empalhado, tudo arrumadinho. [...] Uma vez, estávamos num campo bastante longe daqui e ele: «então, tu não fazes nada.» e não sei quê, não sei que mais. E eu disse: «olha, eu não faço porque eu não posso, porque eu não posso. A gente vai até onde a gente pode.» Mas ele: «É, mas tens que fazer, tens que fazer!» Começou a marcar o campo. Começou a marcar o trabalho comigo. Começou a fazer um risquinho lá no meio da leira, «metade para ti, metade para mim; tu fazes aquela parte e eu faço esta». E eu lá andava, pimba, pimba, pimba. Mas claro, muito mais cá para trás. Ele já lá andava a chegar ao cabo e eu ainda ia a meio: não podia! [...] Apanhou-me assim de ponta, porque ele achava que eu não trabalhava por não querer trabalhar. «Malandra, caloira...» Chamava-me para aí quantos nomes havia. Depois começou o problema em casa. (Hivi1, Ent3: 12)

Como sintetiza uma das entrevistadas:

Aqui, os homens são maus para as mulheres por causa do trabalho! Querem que elas trabalhem, querem que elas andem... quer dizer, a gente não pode e dali é que vem a guerra. (Narrativaautog12: 3)

Também Isabel Dias nos apresenta um depoimento de uma mulher de 42 anos, doméstica, vítima de violência marital, que avalia as razões da violência devido a questões de trabalho, quando o marido não está satisfeito com o trabalho dela:

Esta situação de violência conjugal não foi a única, mas foi singular pela sua severidade: «Como essa nunca levei mais nenhuma, agora uma bofetada, um murro já levei muitas vezes». As agressões ocorriam, na maior parte das vezes, por razões profissionais e na praia: «Era sempre trabalho, as coisas não corriam como ele queria ou chegava à beira e eu não tinha as coisas feitas como ele queria». O marido agredia-a sempre com as mãos: «Nunca bateu com um pau nem nada disso». Nestas situações, ela nunca reagia: «Eu calava-me e fazia-me assim para ele não me aleijar, para não me pisar os olhos que me pisou muitas vezes». Embora ficasse ferida, nunca foi ao hospital tratar-se, apenas «punha Hirudoid». (2004: 158)

• **O controle masculino das acções e do corpo das mulheres**

As experiências a que tivemos acesso mostram que um dos propósitos da violência marital consiste no controle total da pessoa. “A guerra da televisão”, “a guerra do sofá”, a porta de

casa fechada, impedir de ir ao quarto, impedir de ver a caixa do correio, são alguns dos exemplos relatados.

Depois começou o problema em casa. Como não trabalhava, já não podia ver televisão! Não via televisão! [dizia]: «Ai tu não trabalhas e queres ver televisão?»

Eu passei um trabalho, Nossa Senhora, para comprar a televisão!... Eu pedia, eu pedia: «Vamos comprar uma televisão que é bom, para os miúdos e tudo. Aprendem muito...» E assim. Mas ele: «Não, não vais comprar televisão nenhuma, isto é muito caro».

Um dia, lá o apanhei quando ele andava assim melhor, bem disposto, e eu disse [*susurra*]: «Vamos comprar uma televisão?» E ele: «Olha, eu não vou lá comprá-la, mas se tu quiseres, vai lá.» Então eu fui com o meu sogro, comprei uma televisão, mas a preto a branco. Depois, começou a guerra: porque tinha a televisão, porque já não trabalhava, não via televisão, nem deixava ver os miúdos! Às vezes, os miúdos queriam ver a novelita, à noite, e ele ia lá e zás. E depois começou a guerra, porque eu comecei-me a enervar também. Achava que aquilo não era direito nem nada. Quer dizer, ele desligava e eu ligava. Só tinha televisão na sala. Era assim, ele estava a ver televisão, eu estava a fazer o comer e, da cozinha, via. E ele se visse que eu que reparava para a televisão, ia lá logo, zás. E eu, depois, via que ele desligava a televisão, tinha pena dos miúdos, que é que eu fazia? Não olhava para a televisão. Podia estar a dar uma coisa que eu gostasse muito, mas dizia [pensava] assim: «eu não vou olhar para a televisão, ele vai lá desligar a televisão». E eu sempre de 'costinhas' para a televisão, sempre. Quando ele percebesse que eu que olhava, zás. Eu, um tempo deixei andar. Mas, às tantas, digo assim: «Mas isto não pode ser assim. A televisão é tanto minha como tua, porque que é que tu tens que desligar agora a televisão? Por ventura?» Ele desligava e eu ligava; ele desligava e eu ligava. Só que ele podia-me ter dado uns tabefes, só que não. Aí um tempito, não. Depois, às tantas, nem ele conseguia estar sentado, nem eu. Porque ele ia lá desligar e eu ia lá ligar.

Ele gosta de ver televisão. Era para se vingar de mim. Tanta vez que ele foi lá desligar a televisão e eu ligar, que ele, vai, arreentou com a ficha. Arreentou aquilo tudo. Eu deixei estar, não fiz caso e ficamos uns dias sem televisão. O que é que acontece? Ou ia ver a casa do Tio Zé da Tapada. Ia lá à noite, ver a novela. Fazia o comer, arrumava tudo, arrumava a cozinha, a casa era ali pertinho e eu ia lá ver a novela. E o que é que me aconteceu? Cheguei a casa para entrar: portas fechadas! (Hivi1; Ent 4: 2)

Como podemos observar neste relato, quando ele a impede de ver televisão, no início, ela “deixa andar”, mas mais tarde, “não se fica”, reage porque acha que “aquilo não era direito nem nada”. E ele “resolve” o problema estragando o cabo da televisão. Quando decide ir ver televisão a casa do vizinho, no regresso encontra a porta fechada. Também aqui ela não se abandona à posição de vítima passiva e actua:

Eu não tinha outra hipótese para entrar, parto um vidro... É que eu fiquei tão nervosa quando vi as portas todas fechadas, que eu cheguei lá, com a mão, sujeita até a cortar um dedo ou assim... Mas não cortei, não fiz sangue, nada! Cheguei lá e fiz assim: pum! Sujeita a levar uma lambada e tudo. Mas é que não lhe tinha medo nenhum... Com os nervos que estava, não tinha medo!... [...] Ele alevantou-se da cama, quando ouviu aquilo dos vidros e: «Eu faço! Aconteço! Eu mato-te! Eu mato-te!» E eu disse: «Olha, vai direitinho para a cama e não me toques! Porque tu não tinhas nada que me embarrar (ou embargar) a porta! Não tinhas nada que me fechar a porta! Porque eu só fui ver, eu só fui ver a televisão para casa dos vizinhos por tu seres maluco, porque eu podia ver aqui na nossa casa!» «Eu faço! Aconteço!» Mas, pronto, passou. Berrou, berrou para lá um bocado mas, nessa altura, não me bateu. Entrou para o quarto, fechou-me a porta do quarto! Ora, eu tinha um miúdo ainda pequeno que ainda usava fralda, claro, no meu quarto tinha lá tudo, tinha as fraldas, tinha lá tudo... Vou assim: “E agora como é que eu faço? Ai, meu Deus...” Digo eu assim: «Abre-me a porta, porque eu tenho aí as fraldas, quero mudar o miúdo. Daqui a pouco ele acorda, quero mudá-lo.» E ele não abriu a porta! Não abriu! E depois eu disse: «Abre-me a porta. Se não quiseres

que eu durma aí, pões-me as fraldas cá fora, que eu vou dormir noutra sítio». E ele: «Não, que tu aqui mais não entras, que tu aqui mais não entras... Vai para onde estiveste até agora!...» E eu disse: «Não, entrar, eu hei-de entrar, porque eu tenho aí as fraldas, tenho a roupa dos miúdos para os mudar e tenho que aí entrar!» «Tu aqui não entras! E não entras aqui que eu mato-te!» «Pois eu quero mesmo que tu me mates! Abre-me a porta!» E ele não abria, não abria e eu pego na vassoira e dou com a vassoira e consoante eu dou com a vassoira, assim ficou logo um buraquinho. Um buraquinho assim... [...] Ele não abriu a porta! Depois, tive que sair, fui pedir as fraldas à Isabel do Fernando. Que não tinha fraldas para pôr, que não ia deixar estar a criança molhada para de manhã! Não abriu. Depois, de manhã, foi engraçado! Lá abriu a porta, lá saiu, lá abalou, nem almoçou, nem nada. Abalou. Pronto. (Hivi1, Ent3: 4)

Este episódio prolonga-se para o dia seguinte, em que a “guerra da televisão” dá origem à “guerra do sofá”:

À noite, fiz a comida, arrumei a cozinha num instante e tal e ele estava a fazer não sei o quê e eu *fizt!* Entrei para o quarto. [...] O que é que ele faz? Foi arrumar a cama no sofá. Ele, para não dormir comigo, foi para a sala. Eu disse assim: «Olha que tu és mesmo maluco! Não tens mesmo jeito. És maluquinho mesmo! Anda para aqui, anda para a cama». (Hivi1, Ent3: 5)

Também Lurdes Martins relata uma “guerra de sofá”:

Um dia qualquer, ele chegou às 4h da manhã, veio ao quarto levou a almofada e foi para um sofá para a sala. E eu tudo bem. A partir dali, foi no dia três de Março de 96, ele fez isso, às 4 e 20 da manhã pegou na almofada, foi para a sala. E eu nunca mais! Nem quis saber se ele tinha almofada limpa, se tinha lençóis, se ele dormia aqui, se dormia acolá. (Hivi2, Ent3: 26)

O bloqueio masculino do acesso a algumas componentes do universo familiar é também relatado por esta narradora com o exemplo do correio¹⁶⁶:

“da caixa do correio só ele é que tinha as chaves. E nós não tínhamos, nem eu nem elas. (Hivi2, Ent3: 22)

4.3.2. Tempos da violência, as crianças e os vícios masculinos

Hercília de Nogueira relaciona a violência do marido com o aparecimento das crianças no casamento. Os filhos constituem-se como obstáculos à produtividade e aos serviços que a esposa presta ao marido, tanto domésticos como sexuais “eu já era diferente para ele”:

Como é que ele começou? Ele era meu amigo e tudo, prontos, quando nos casamos, ele aí não podia ser melhor para mim! Aquilo começou por causa dos filhos, o problema foi os filhos... Ele era meu amigo e depois nasceu o miudito, o António... E depois eu para ele... e depois eu para ele já era diferente, e depois é por isso que ele não gostava. (Hivi1, ent1: 34)

“Casei-me [com dezoito anos] e, aí, dois anos correu tudo muito bem. Portanto, veio o primeiro filho, correu tudo maravilhosamente. Pronto, eu fazia tudo. Vim para aqui e fazia tudo. Quer dizer, se fosse preciso prender as vacas, ir buscar um carro de mato ou um carro de erva, tudo, eu fazia isso sozinha. Sozinha. E ele habituou-se a isso. Habituou-se a isso. Depois, veio o segundo o filho, claro,

¹⁶⁶ É interessante notar que o *correio*, isto é, a correspondência, é um dos elementos centrais no excelente filme “Cor Púrpura”, onde a violência doméstica patriarcal é uma das temáticas abordadas pelo realizador.

eu já não podia fazer tanto isso, não é? Porque a minha vida já era outra. Portanto, eu, depois, já não podia fazer isso tudo o que fazia. (Hivi1, Ent3: 11)

Depois, um dia, ele começou a ficar chateado porque eu fiquei grávida do segundo filho e já não podia trabalhar como devia ser. Eu não me alimentava direito. Prontos, bem... Porque enjoei muito e prontos... [...] Ainda levou muito tempo ele a bater-me e assim ainda levou um bocado de tempo. (Hivi1, Ent3: 12)

Depreende-se pelo seu relato que ela só considera violência as agressões físicas que não surgem de imediato, nas suas palavras “ainda levou muito tempo a bater-me e assim...”. Na sua subjectividade, os episódios anteriores são considerados como antecâmara da violência e não actos violentos em si.

No caso da história de vida de Lurdes Martins, a violência estava associada a um estilo de vida do marido que implicava, vícios, gastos e “amantes”:

Ele estoirava tudo, quer dizer, eu é que lhe andei assim a... Mas, e agora chega... isso aí às vezes desgosta-me. (Hivi 2, Ent3: 36)

Mas, pelos vistos, ele gosta é das novitas mesmo e eu acho que ele tem... que ele deve ser pedófilo, porque segundo me disseram ele andava com essa rapariga desde os dezassete anos... (Hivi2, Ent3: 25)

Também bebia bastante, tinha esse problema. Acompanhava-se sempre de outros homens também com aquela identificação de grupo do alcoólico. (Hivi2, Ent3: 26)

O conhecimento não é suficiente para que as mulheres saiam do ciclo de violência, como reflecte esta narradora a propósito do alcoolismo:

Eu bem lia as coisas, bem sabia, mas... O problema é como resolver: nem quem está de fora resolve depressa, quanto mais quem está dentro. (Ent3, enf1: 26)

Das narrativas e histórias de vida, salta também a questão do tempo com diversas facetas. Por um lado, é o tempo dos agressores, as crises, a calma, a fase da tensão progressiva (Walker 1997), a que já fizemos referência e é reflectido por Lurdes Martins :

O que tornava tudo mais difícil era a instabilidade dele. Hoje estava um encanto, amanhã já... Depois vinha outra vez bem, depois vinha não sei quantos. Só que, se ele fosse sempre mau... era fácil de me desligar. Assim, não. Punha a hipótese de haver melhoras, andava naquela [esperança]. É assim um bocado complicado. Não vinha muitas vezes comer, nem sequer avisava que não vinha. Depois saía às 3, às 4, às 5h [de madrugada], eu não dormia. Ficava magoada, dizia assim: «Então, sabe que eu que vou trabalhar...» E estava fora de mim. Não era eu mesma. Eu ficava totalmente diferente. Ficava possessa também. Depois ele, chegava e lá era ali uma zaragata, quase sempre. A dada altura, nem sequer ligava. (Hivi2, Ent3: 24)

Como vimos nos depoimentos de Hercília de Nogueira e se pode observar com mais pormenor na sua narrativa, por vezes, a extrema violência surge após um longo período de “incubação”. Depois da primeira explosão de agressão física (esta mulher chegou a ficar inanimada no campo, tendo sido recolhida pelo sogro, foi diversas vezes para o hospital,

fracturou diversas partes do corpo), os episódios de calamria vão diminuindo progressivamente e as explosões de violência vão sendo cada vez mais frequentes.

Por outro, é o tempo das vítimas. O tempo em que têm esperança em conseguir mudá-lo e em que vão aceitando algumas agressões e mudando os seus padrões sobre a violência. A dependência económica, a sobrecarga que as mulheres acumulam entre o trabalho pago e as responsabilidades domésticas, o medo, assim como os seus valores, têm aqui uma influência crucial nas subjectividades com que elas avaliam a sua situação e nas decisões que tomam:

Ele ficava possesso. Eu chegava lá, mas não sabia como é que havia de lidar com a situação, porque ele era da judiciária. Eu não tinha dinheiro na altura para pôr um detective particular atrás dele. Não tinha. Tinha os filhos pequenos para cuidar e houve muito tempo que tinha os filhos todos pequenos. Isto aqui era um quartel general, noutros tempos, e chegava a casa e tinha a vida de casa e os miúdos e essa coisa toda, não dava tempo muito de... Que eu, quando estava sozinha no quarto, sabe Deus! (Hivi2, Ent3: 24)

A perseguição do marido e as manobras intimidatórias com que a amedrontava, usando colegas e “capangas” a seu mando têm influência decisiva no seu estado de espírito e na forma como equaciona as suas possibilidades.

4.4. Violência contra as mulheres na família a par da violência contra as crianças

Muitos estudos mostram que as crianças são habitualmente vítimas de violência quando as suas mães são vitimizadas pelos maridos ou companheiros e, mesmo que não sejam vítimas directas, as consequências em termos de vitimização é semelhante pelo facto de assistirem ao que acontece com a mãe.

Também nas narrativas das mulheres que entrevistámos, a violência contra as mulheres no seio familiar anda acompanhada da violência contra as crianças. Entre muitos exemplos da violência que o marido exercia sobre os filhos, D. Hercília conta o caso da castanha assada que o marido colocou na mão do filho “até fazer um buraco” (ver Hivi 1) e que deu origem a uma queixa por parte da professora (queixa que ela foi lá tentar retirar).

Alguns autores falam na importante questão da reprodução da violência ao longo de gerações. Nem todas têm experiência de violência na família de origem (por exemplo, nada do que ouvimos na primeira história de vida indica que tenha havido violência, pelo contrário, parece haver laços afectivos positivos entre os diversos membros da sua família

de origem e ter havido um ambiente carinhoso na sua infância). Nestes casos, autores/as têm realçado o facto de que estas mulheres, socializadas no mito do príncipe encantado e do amor romântico, não se encontram preparadas para avaliar a situação de violência em que se vêem envolvidas. Noutros casos, algumas das vítimas de violência doméstica marital, foram também, quando crianças, vítimas de maus tratos ou de abuso sexual, inclusive de incesto, o que tem importância crucial na formação dos padrões de comportamento e de entendimento das relações no casamento e na família (ver também Pereira 2004, Lopez e colegas 2004). Assim, na segunda história de vida, podemos ver a mortificação a que a sua mãe foi sujeita com o pai a viver lá em casa e a manter uma relação permanente com uma mulher mais jovem que tinha sido acolhida pela mãe. Também outras entrevistadas, mais tarde vítimas de violência marital nos contam as suas infâncias atravessadas de violência, dor, mágoa, insegurança¹⁶⁷. No caso de algumas mulheres, este “inferno” foi o berço na sua infância:

Foi esse mesmo meu padrasto que abusou de mim. Que fez o que fez. O meu filho é filho do meu próprio padrasto. Depois levava-me para aqui e para acolá, com coisas... (Narrativa_{autog30}, Ent 1: 2)

Muitas vezes, estas agressões e eventualmente o assassinio de mulheres grávidas (ver levantamento da UMAR 2004) têm também o objectivo de esconder o facto de que teve relações sexuais com esta mulher, ou porque já é casado, ou porque é uma relação incestuosa, como no caso de uma das nossas entrevistadas (Narrativa_{autog30}):

ele quando soube que eu estava grávida, tentou matar a criança, tentou matar a criança, uma vez levava-me para Castro Daire, outra vez levava-me para aqui, levava-me para acolá. Eu dizia sempre que não queria matar a criança. Pronto, consegui sobreviver até ter a criança. O miúdo nasceu no dia 12 de Junho e eu fazia quatorze anos em Agosto. (Narrativa_{autog30}, Ent 1: 3)

Muitas vezes os abusos sexuais a menores são acompanhados com violência física no sentido de garantir o silêncio através do medo:

Quando eu estava a trabalhar em Lisboa, ele queria que eu estivesse junto dele sempre. Levou-me para a terra dele, forçada. Eu nem sequer me apercebia quais eram os intuitos dele. Aí por essa altura, ele começou-me a espancar porque queria abusar de mim e eu não queria, não queria, não queria... (Narrativa_{autog30}, Ent 1: 2)

¹⁶⁷ Isabel Dias, citando Perrone e Nannini, afirma: “Estas crianças ficam assim privadas da sua infância, na medida em que, não só são obrigadas a uma maturidade precoce, como também lhes é negado um contexto familiar adequado, devido ao não desempenho dos papéis familiares e à inexistência de uma hierarquia supostamente normal no interior da família. Esta deixa de ser, então, um lugar de protecção para se tornar num grupo fechado, rígido, mantido no e pelo segredo. Dá-se, nestas famílias, «uma diluição do quadro de referência que baralha a fronteira intergeracional, a significação do tempo e do lugar de cada um no sistema familiar» (*ibidem*, p. 83)” (2004: 105). Segundo a mesma autora: “as raparigas têm maior probabilidade de ser vítimas e, mais ainda, há maior probabilidade de que estes abusos sejam de tipo intra-familiar. Com efeito, o risco de vir a sofrer de abuso extra-familiar para as raparigas é aproximadamente o dobro do que para os rapazes e o risco de sofrer abuso intrafamiliar é triplo” (2004: 32).

No caso desta entrevistada, é a chefe de repartição administrativa da empresa onde trabalha que a ajuda a fazer queixa:

A chefe lá da repartição lá da seca do bacalhau começou-se a aperceber e então eu fiz-lhe queixa. Que ele me andava sempre a perseguir e entretanto foi quando eu divulguei... Fui apertada pela moça, tive que dizer a verdade, tive que dizer que o meu padrasto queria abusar de mim e que eu era capaz de ter problemas assim graves e assim... E então fui a um exame médico. (Narrativaautog30, Ent 1: 2-3)

Podemos também ver, neste caso (como outros que conhecemos), que as instituições actuam muito lentamente, sendo que este tempo joga contra estas crianças. Assim, esta entrevistada, depois de fazer queixa, sai do emprego e, enquanto aguarda a decisão do tribunal, vai para... a casa da mãe que, por sinal, parece ser cúmplice¹⁶⁸ do agressor e abusador, ou pelo menos não providencia defesa e segurança para a filha:

O exame médico acusou que eu estava grávida. Pronto, estava grávida, e vim para junto da minha mãe... (Narrativaautog30, Ent 1: 3)
Mas a minha mãe não aceitou bem, quer dizer, estava sempre ao lado do meu padrasto, contra mim. (Narrativaautog30, Ent 1: 3)

5. Formas de resistência e de agência

Face aos mecanismos de opressão e dominação recolhidos das histórias de vida e entrevistas, interessa-nos agora analisar algumas das formas de resistência e agência feminina que os desafiaram ou ultrapassaram. Detalharemos, nesta secção, algumas dessas formas que dizem respeito a experiências e subjectividades que se confinam aos mundos privados e pessoais destas mulheres e que não se constituíram como componentes de outras acções colectivas conducentes à transformação política e social,

¹⁶⁸ Esta questão da cumplicidade das mães é alvo de interpretação divergente por parte de investigadoras/es. Assim, e segundo Isabel Dias: a propósito das mães que compactuam com a situação incestuosa adianta que, em alguns casos, se dá uma troca de papéis entre mães e filhas. Estas assumem, muitas vezes, as responsabilidades maternas, nomeadamente, cuidam dos irmãos mais novos e da casa, dão apoio emocional ao pai e, eventualmente, têm relações sexuais com ele. Neste caso, há uma espécie de convivência de toda a família face à relação incestuosa, pois a própria organização familiar beneficia desta reversibilidade dos papéis entre mãe e filha. Embora não seja a principal razão por que ocorre incesto, nem se observe em todas as situações incestuosas, esta tese da reversibilidade continua a ter alguma pertinência explicativa. Já a análise feminista não tomou como adquirido o mito das «colluding mother» até porque referem que muitas situações incestuosas são denunciadas às autoridades pelas mães. Por outro lado, acrescentam um conjunto de factores contextuais na análise do incesto (por exemplo, o incesto ocorre em famílias cujas mães se encontram doentes, ausentes ou são ameaçadas violentamente pelos maridos; a socialização das mulheres que, na nossa sociedade, não são preparadas para agir decisivamente nestas situações, etc.) (2004: 103). Sobre as perspectivas feministas a este respeito, ver também James e MacKinnon 1990.

que tratamos noutro capítulo a propósito da construção do sujeito político feminista. Tal como Carol Wolkowitz argumenta a propósito de narrativas de mulheres brancas, de classe média e esposas dos cientistas que inventaram e construíram a bomba nuclear, por vezes, “as reminiscências das mulheres servem para documentar a camaradagem entre mulheres assim como outros valores positivos, mas elas raramente tentam olhar os acontecimentos a partir de uma perspectiva fora das suas ligações pessoais” (Wolkowitz 2000: 235).

Não serve isto para introduzir uma escala nestes dois tipos de agência, antes como distinção analítica. Tal como Drucilla Cornell (1997), consideramos de importância crucial a valorização do ‘trabalho sujo’ das mulheres na esfera privada para permitir uma democracia participativa, não apenas no sentido de ‘feminizar’ a política e introduzir a dimensão do cuidar, mas também para desafiar esta divisão integrando as virtudes femininas na própria definição de amizade cívica [*civic friendship*]. Isto é, para desafiar noções masculinas sobre grandiosidade da acção humana, sobre o que se considera proeza e façanha ou sublime e a vulgaridade, sobre a importância dos feitos imperecíveis e daqueles que são ou se tornam efémeros e menos tangíveis, não apenas pelo facto de que não se estabelecem como ‘produtos’ mas também porque socialmente não são valorizados, por isso, não são sinalizados nem registados. Tal como a organização da *polis* é uma espécie de *lembrança* [*remembrance*] organizada (Cornell 1997: 211), também uma reinterpretação feminista exige um reequacionar destes valores sociais e cruciais para pensar a transformação social e uma política e uma pedagogia feministas.

Neste sentido, reunimos nesta secção estratégias, acções, valores, conexões, que as biografadas referiram para enfrentar os constrangimentos da deficiência, da heterossexualidade compulsiva, do racismo e etnocentrismo da sociedade majoritária, da maternidade constrangida, da vitimização. Abordaremos o humor e a festa, a autonomia e a solidariedade, a irreverência, a capacidade de comunicar e a aprendizagem, a negociação e a tradição, a fuga e o regresso, as amigas e a comunidade como caminhos pessoais de resignificação e re/encontro do lugar e da posição nos contextos das suas vidas e dos sentidos que lhes atribuem.

Algumas destas formas são comuns a várias mulheres, outras são específicas num ou noutro relato. Tentaremos, aqui, dar conta dessas regularidades e dessas especificidades.

5.1. A solidariedade, a amizade e a educação para a independência e autonomia

A independência e autonomia são dois aspectos que diversas mulheres sinalizam como cruciais nas suas vidas. Surgem como associadas às possibilidades de gestão da vida diária, de progressão profissional, de possibilidade de tomar decisões sobre si próprias e sobre as suas vidas, em todos os aspectos, incluindo na vida afectiva, familiar e profissional. Destacamos as narrativas de Maria Carolina Cardoso, Alzira Cordoeiro, Lurdes Martins.

Maria Carolina Cardoso fala da solidariedade de alguns elementos da comunidade e da família próxima e alargada como cruciais para conseguir fazer o curso universitário que lhe permitiu habilitação própria para a docência. Fornece-nos vários exemplos de como uma modista lhe costura um casaco excelente, o “casaco tapa-misérias”, que lhe permite passar mais despercebida no meio académico coimbrão, do empréstimo de livros caros pelo dono da Almedina que lhe permitiu responder com sucesso às exigências académicas, o apoio do cunhado padre que a recebe em sua casa e por vezes a conduz e aos filhos, e fundamentalmente, o apoio do marido que a incentivou e lhe proporcionou as condições para estudar. Em todas estas situações e outras que não relatou mas referiu, esta narradora expressa a forma como aceitou as ajudas que lhe apareceram e as aproveitou, no bom sentido. Referiu até como, mais tarde, foi agradecer pessoalmente a estas pessoas.

Também Lurdes Martins nos mostra como algumas amigas, o marido de uma amiga, alguns professores, alguns colegas médicos e uma chefe de enfermagem, a ajudaram a lidar com uma gravidez indesejada e como a chefe lhe consegue um emprego após o nascimento da criança para ela poder retomar a sua vida profissional, que lhe permite prosseguir a sua carreira, apesar do prolongado interregno a que esteve obrigada.

Como vimos, em ambas as narrativas, o papel da comunidade ou das amigas não é sempre no sentido da sua autonomia e independência. Também no caso da segunda narrativa podemos observar que nem todas as ajudas foram aceites. Mas estas ajudas foram âncoras fundamentais, em alguns casos apoios concretos, noutros ficou a noção de que tinham intenção de ajudar apesar da ajuda não ter sido aceite.

A educação desempenha igualmente um papel muito importante já que é por esse caminho que ambas acedem à independência. No caso de Lurdes Martins, é o facto de ter um curso de enfermagem que lhe permite, com o tempo, ultrapassar os constrangimentos que aquela gravidez lhe colocou.

De forma algo distinta, na narrativa de Alzira Cordoeiro, a independência e a autonomia constituem-se como processos essenciais para aceder à condição de *pessoa*. E neste relato, ganham particular relevo a educação e a aprendizagem. A biografada especifica como, adolescente e jovem, precisou de aprender algumas competências e técnicas importantes, e a maioria das pessoas têm como garantidas, e que constituíram, para ela, a principal via para aceder a uma cidadania enquanto mulher portadora de deficiência, neste caso, invisual.

Assim, a mobilidade e as ‘actividades da vida diária’, que lhe permitem poder andar na rua autonomamente, apanhar os transportes públicos, dirigir-se ao local de trabalho, ou à universidade, ou tratar dos seus assuntos pessoais, constituem algumas das principais conquistas de uma pessoa cega:

Nos centros de reabilitação, eles tinham uma área que se chamava, e que ainda se chama, na reabilitação, ‘actividades da vida diária’. Nessas actividades da vida diária, que era, geralmente, dada por um técnico e por uma enfermeira. (Hivi5, ent2: 4-5)

E uma delas, a grande técnica de reabilitação, a grande revolução, foi a técnica de mobilidade, um conjunto de técnicas de mobilidade. (Hivi5, ent2: 5)

[Outra técnica], a bengala foi muito estudada pelos americanos, que desenvolveram as técnicas da bengala, porque são mesmo técnicas, são muito específicas. (Hivi5, ent2: 5)

A narradora até fala de ‘marco histórico’ na sua vida pessoal quando teve a sua primeira bengala (Hivi5, Ent1: 7). Através da sua experiência, podemos ver como o percurso para conquistar a autonomia passa pela *reabilitação*, em que as técnicas de mobilidade e a bengala desempenham um papel crucial, que foi, nas suas palavras, “uma experiência de escola, de aprendizagem, que realmente me deu possibilidades de eu começar a vir para a vida activa” (Hivi5, Ent1: 7).

E nessas actividades da vida diária, havia, por exemplo, os ensinamentos de como comer ou como se servir, como fazer a comida, como se barbear... sei lá, como compor o cabelo, arranjar o cabelo, como vestir ou como arranjar meios de descobrir as roupas e as texturas e as cores, etc., para se vestir. Isso fazia-se até com marcas na roupa. (Hivi5, ent2: 5)¹⁶⁹

¹⁶⁹ Alguns destes aspectos são igualmente sinalizados por outras autoras invisuais (ver Camplog 1981).

Alzira Cordoeiro associa assim estas aprendizagens com a possibilidade de acesso à dignidade e a uma privacidade possível¹⁷⁰, que lhe permitem ter uma vida activa (emprego, participação política e militância associativa).

Também nesta experiência, a educação escolar¹⁷¹ e a ajuda de colegas, rapazes, desempenham importante papel.

Faço o sétimo ano do liceu ainda debaixo dessas dificuldades mesmo em termos dos materiais [pedagógicos] e muitas vezes são alguns colegas, rapazes, do Passos Manuel a lerem-me a matéria... (Hivi5, Ent1: 6)

Posteriormente, faz mesmo um curso superior que lhe permite ter uma carreira e construir uma vida autónoma.

5.2. Fugas e regressos: resistindo às teias dos constrangimentos

Fugir é uma das estratégias relatada por diversas entrevistadas que encontraram esta forma para se livrarem dos constrangimentos que limitavam as suas vidas. Teresa Evert, e Lurdes Martins fogem por diversas razões, mas têm em comum o sentimento de não terem outra alternativa por não conseguirem suportar as circunstâncias que a vida lhes colocou pela frente. Existe outro tipo de fugas e regressos que desenvolveremos nas estratégias contra a violência doméstica, pelas características específicas de que se reveste.

Teresa, apaixonada por outra mulher, entendendo inicialmente o que se passa consigo própria de acordo com uma socialização e uma cientificidade que assentam numa heterossexualidade compulsiva, vai crescendo apercebendo-se *diferente*. O facto de a sexualidade das mulheres ser socialmente ainda considerada como ausente do seu corpo, isso tem permitido a algumas lésbicas a vivência de relações ‘clandestinas’ sem a curiosidade e o constrangimento da vigilância e controlo social. No entanto, é necessário que se conformem a esta existência clandestina. Mas se algumas aceitam esta condição de viver sempre a fingir para o exterior, outras não aguentam e desafiam a ordem heterossexual, como aconteceu com Teresa. Sem recursos para enfrentar as condições

¹⁷⁰ A falta de privacidade, e a questão da dignidade, emergem também noutros relatos: “O meu problema veio a ser a falta de privacidade. Agora sei que imediatamente outras pessoas dirão que os homens com deficiência estão sujeitos à mesma falta de privacidade, mas será o mesmo para um homem?” (Campling 1981: 58)

¹⁷¹ A narradora relata-nos como houve tempos em que às raparigas cegas estava reservado um currículo especial, que era aprender música e a tocar piano, com o mito de que a pessoa cega é necessariamente mais ‘dotada’ para a música.

que a rodeia, foge de casa com a amada, o que lhe permite conhecer outras mulheres lésbicas e vivenciar, ainda que por pouco tempo, uma fase de autonomia que lhe permite viver a sua sexualidade.

Também Lurdes Martins fugiu e se escondeu, durante o período da gravidez indesejada, em casa de um casal amigo, por não conseguir suportar os constrangimentos sociais de uma gravidez solteira.

Ambas regressam em circunstâncias diferentes. Teresa, quando regressa a casa da mãe, supõe inicialmente que é apenas uma visita, mas, como vimos, as mães das duas raparigas são bem sucedidas para desfazer o namoro. Esta narradora decide, então, ‘tirar’ um curso para encontrar a sua independência económica e ter recursos para enfrentar os constrangimentos sociais e poder decidir o rumo a dar à sua vida. Lurdes regressa para retomar o seu trabalho de enfermeira, mas não resiste à sedução do progenitor do filho, muito também porque a classificação de “filho de pai incógnito” a incomoda e acaba por casar com ele por causa “do futuro do filho”, enredando-se durante décadas em novas teias de constrangimentos. Assim, apenas Teresa, que também é mais nova, consegue através da educação, ultrapassar os constrangimentos dos quais inicialmente fugiu.

5.3. Humor, irreverência e capacidade de comunicação: estratégias de resiliência

O humor e a irreverência têm sido identificados, em diversos estudos sobre resiliência, como formas de aguentar crises e dificuldades que a vida nos coloca (ver entre outras, Hawley, Dale R. e DeHaan, Laura 1996; Walsh, Froma 1996). Também Alzira Cordoeiro, do seu ponto de vista, conseguiu superar a dureza da sua situação, primeiro porque era uma “miúda irreverente e persistente”, esforçando-se por lutar contra a ordem de género que confinava as raparigas a uma vida de clausura, eventualmente acompanhada de música, e segundo, pelo humor

O que é que me ajudou neste campo? Neste campo foi o facto de eu ter sido sempre uma miúda irreverente: eu era, fui sempre uma miúda muito irreverente. Nunca gostei muito de ficar muito quieta. Era muito teimosa, teimosa no sentido de pensar «não, eu sou capaz, eu sou capaz». (Hivi5, Ent1: 5)

Posteriormente, quando já encarava a coisa com muita naturalidade, dizia, às vezes até na brincadeira: — Ah, eu acho que vou arranjar umas bengalinas a propósito: por exemplo, se me visto de veludo, forrada a veludo; ou se levo cartola na cabeça, forrada de...; se estiver vestida de seda, uma bengala de seda. (Hivi5, Ent1: 7)

Como considerava o emprego um aspecto importante para a sua autonomia, ao receber um convite para trabalhar no Porto tem de tratar de arranjar um lugar para viver. Ainda em Lisboa consegue a promessa de alugar um quarto mas, quando ao telefone a senhora se apercebe que ela é caga, quase recua na ideia inicial de lhe alugar o quarto. Alzira resolve lutar por conseguir ser aceite pela senhora que alugava quartos, e para isso utiliza algumas estratégias: uma delas foi utilizar um gravador para registar as indicações sem necessitar de incomodar a “senhora” mais do que uma vez; outra passou por ser comunicativa com as colegas e mostrar que conseguia tratar das suas coisas, do seu quarto, portanto, que não iria ser um peso para ninguém:

Então, ela começou-se a aperceber que afinal eu não precisava que... Eu julgo que o problema dela era que eu não fosse capaz de fazer muitas coisas, que fosse muito dependente. Quando ela constatou que bastava eu conhecer os sítios das coisas e saber onde estavam as coisas, e que eu própria organizava as minhas coisas, o meu quarto, a partir daí deixou de estar aflita e fiquei lá. Ainda fiquei lá bastante tempo, ainda lá fiquei 7 anos. (Hivi5, Ent2: 1)

Mais tarde, ela e as amigas vão mesmo alugar um apartamento, onde vai poder estabelecer as regras de vida que quer seguir em termos de espaço privado, o que é considerado por esta entrevistada como muito importante para se construir como pessoa:

Depois, chegou a altura de nós procurarmos a nossa autonomia. Havia lá no quarto duas amigas, uma que estava em Medicina e outra em Engenharia, que eram estudantes, dentro do estatuto que ela realmente queria, e nós constatámos que cada vez mais as coisas se abriam para nós alugarmos um apartamento e deixarmos aquilo. Exactamente, fomos para um apartamento com uma renda bastante cara, que hoje é uma bagatela! E foi assim que se fez a caminhada para esse apartamento, há 30 anos e que ainda hoje existe. Duas vivem ainda comigo e a outra casou, que é a médica. (Hivi5, Ent2: 1)

A saída do quarto alugado constitui mais uma ruptura na busca pela autonomia cidadã:

Foi um pranto quando comunicámos à senhora que tínhamos esse intento, essa iniciativa; a senhora chorou e disse que não era possível, que éramos umas ingratas, mas nós não quisemos saber. Acho que era importante, a autonomia e era importante termos a nossa vida própria e não estarmos sujeitas às regras da senhora. Ela ficou muito chocada e depois até cortou connosco, nós ainda fizemos uma tentativa de a visitar e ela não aceitou, coitada, já morreu. (Hivi5, Ent2: 1-2)

5.4. Resistir às identidades atribuídas

5.4.1. *Transcender* o corpo exterior: “isto é só o invólucro”

A sociedade maioritária ao produzir “identidades estigmatizadas” (Radford-Hill 2000: 27) através do processo de degradação da identidade do/a *outro/a*, socializa para definições de

categorias sociais hierarquizadas, assentes em preconceitos, em que predominam mensagens de inferiorização, vergonha e estigmatização que têm consequências graves em termos dos constrangimentos que as pessoas enfrentam. E aqui as questões do corpo *diferente* e da subjectividade emergem com força: a deficiência e a ‘raça’ ou ‘etnia’, são alguns dos exemplos que emergem nas histórias de vida. No entanto, por muito que o corpo seja construído como objecto de poder, existe ainda a possibilidade de a/o sujeita/o encontrar outros significados, outros sentidos para viver a sua relação consigo própria/o, onde a identidade que outros/as nos atribuem não precisa, necessariamente, de ser aceite como tal: pode ser empurrada, desafiada e até substituída pela nossa própria visão de quem somos:

Porque a gente tem que se revestir de muita força, e eu acredito um bocado na mente, acredito muito na nossa capacidade de nos virarmos completamente do avesso e dizer assim: «não, não, isto é um invólucro, o que está por dentro é diferente. Nós somos outra coisa que está cá dentro. O que está cá fora é outra coisa...” (Hivi5, Ent1: 7)

Sheila Radford-Hill (2000) usa o conceito de *transcendência* para caracterizar os processos culturais que permitem *mover* o self subjugado para lá da degradação¹⁷². Esta forma de resistência foi importante para Alzira Cordoeiro, que encontrou assim uma auto-definição positiva, que lhe permitiu construir “alternativas à vida estigmatizada e envergonhada” (idem: 28), que a biografada expressa em termos de resistir ao “miserabilismo”, conseguindo assim “anular os efeitos da degradação” produzida pelos preconceitos¹⁷³ racista (Radford-Hill 2000: 28)

5.4.2. Ultrapassar o isolamento: comunidades femininas?

Em termos da construção social do género, a definição social da identidade feminina passa pela sua separação face ao conjunto das relações sociais fora do lar, isolando cada mulher

¹⁷² Segundo a autora, “este termo foi usado por Simone de Beauvoir, entre outros/as, para descrever a natureza fundamental da existência humana. Embora em *O Segundo Sexo* de Beauvoir não defina especificamente em que consiste *transcendência*, ela afirma: «cada ser humano preocupado em justificar... a sua existência sente que essa [justificação] envolve uma necessidade não definida de se transcender a si próprio, para se envolver em projectos livremente escolhidos» ([1953] 1974: 77). O racismo faz com que toda a pessoa negra “se preocupe com justificar a sua existência”, já que toda a pessoa negra que tenha alguma esperança de sobreviver deve transcender, não apenas no sentido implicado em *de Beauvoir*, empurrando o self para lá dos limites da mortalidade humana, mas também na forma em que uso aqui o termo, empurrando o self para lá das limitações sociais, culturais, espirituais e psicológicas impostas pela cultura dominante” (Radford-Hill 2000: 30).

¹⁷³ A autora explicita apenas a importância de “anular os efeitos da degradação racista”, mas que nós consideramos extensível aos diversos preconceitos discriminatórios.

sozinha no seu canto, socializando numa rivalidade contra as outras mulheres¹⁷⁴. Encontramos, em algumas narradoras, como as relações com outras mulheres mais velhas, entre as quais a mãe, a sogra, mas também outras da comunidade ou das relações de parentesco, permitem sair deste isolamento e encontrar formas alternativas de ser *mulheres*, onde uma transmissão cultural assenta noutros valores e noutras práticas que passam para a nova geração.

• Mulheres, mães, sogras e noras

Destacamos, aqui, as histórias de Ermelinda Ribeiro, de Maria Carolina Cardoso, Margarida Pimenta e Graciela das Nieves.

Ermelinda Ribeiro e Margarida Pimenta partilham uma igual devoção à mãe e, no caso da segunda, à avó. A primeira aprendeu com a mãe o significado da opressão e exploração e a dedicação à militância que ela mais tarde vem a desenvolver no sindicalismo. Ela própria expressa a importância que a sua mãe teve na sua vida ao dizer que “a morte da mãe é como uma árvore que se corta”, uma âncora que foi embora, um porto de abrigo que desapareceu, um apoio que se perdeu. Também Margarida nos relata como a avó e a mãe, com o apoio de uma tia solteira, foram fundamentais na sua socialização para relações de género baseadas na igualdade, a ponto de classificar como “matriarcal” a sua família de origem. Estas mulheres, em conjunto com as irmãs e irmãos (muito mais velhas/os do que ela) são determinantes nas escolhas futuras que faz militância política e feminista.

Maria Carolina Cardoso e Graciela das Nieves partilham esta mesma devoção mas para com as suas sogras. Em relação a Maria Carolina, isto é bastante curioso, dada a cultura de rivalidade entre sogras e noras nos processos dominantes de socialização. Mas esta narradora, além de referir que a sua sogra era “uma mulher excepcional”, vai ao ponto de confidenciar connosco:

Atendendo até às condições de vida com os meus pais, que não eram pessoas afectuosas com os filhos, nunca foram, a minha sogra deu-me muito calor em termos afectivos. Foi com ela que eu encontrei [afecto] e não com a minha mãe. Quando estou muito zangada com a minha mãe, às vezes digo-lhe — e isto é um drama para as duas, e depois também me arrependo — mas já lhe

¹⁷⁴ Os provérbios populares, as mensagens orais transmitidas de geração em geração (“não deixes a tua amiga entrar dentro de tua casa”, etc.) incentivam essa rivalidade que tem como consequência um grande isolamento das mulheres. situação que, hoje, está já um pouco modificada. No entanto, regressam mensagens deste tipo através dos *reality shows* ou das telenovelas (“Tu és diferente de todas”).

disse isso pelo menos duas vezes: “Eu trocava duas mães por uma sogra. Trocava duas mães como aquela que tenho por uma sogra só, por a minha sogra.” (Ent1, profa1, pág.18-9)

Esta relação com a sogra vamos também encontrar nas entrevistadas ciganas que conhecemos. Já sabíamos de outras leituras que as mulheres casadas iam para casa das sogras. Era uma curiosidade nossa compreender como viviam as mulheres esta situação. A resposta não se fez esperar e trouxe todo o sentido:

[Prefiro viver] com a minha sogra. Porque ao dar-me “bem” com o meu marido, tinha vergonha à frente da minha mãe e com a minha sogra já não. [...] Ah! Muitas vezes a minha sogra diz: “dá-te bem com o teu marido...” Agora não, mas quando casei... “faz isto, faz aquilo, lava bem a roupa...” Ensinava, porque a gente casamos novas e muitas coisas não sabemos, elas têm que aprender. Mas eu aprendi a lavar as calças e assim... (EntCol1MulherCig: 19)

Aliás, também numa outra entrevista, surge esta ideia de um maior à-vontade com a sogra do que com a mãe:

Os nossos segredos, nós não os contamos às mães, contamos à sogra. Às nossas mães, não dá. Temos vergonha de falar com elas... Certos assuntos não dá para falar com a mãe. (EntCol2MulherCig: 2)

No caso de Graciela, o que é válido para a sogra parece ser também para o sogro:

Os meus sogros são muito bons para mim. São toleirinhos para mim. São mais que a minha mãe e que o meu pai. Gostam dos meus filhos... quando há um problema, eles vêm lá. (Hvi7, ent1: 3)

Em relação à sogra, esta narradora reforça, noutro momento da entrevista:

Mas a minha sogra, para mim, sempre foi sogra e foi mãe. Quando estive grávida, se eu estivesse doente, era só a ela que dizia. Que me ajuda, me ajuda muito, se é preciso qualquer coisa, se ela dizia “faz assim”, eu fazia o que ela mandava. Nunca houve zangas comigo e com ela. (Hvi7, ent1: 4)

Aliás, de forma bastante interessante, esta narradora conta como são as relações entre as mulheres na sua comunidade:

Umas e outras é que temos que nos dar bem. Umas e outras é que temos que nos dar bem. Vamos a um domingo, passear um bocadinho por aí a fora, se houver um circo, vamos todas... Agora ao cinema, não, não vamos. A um domingo, temos todas nos juntar, com os filhos, vamos com os nossos filhos, com os pequeninos, vamos para o macdonalds, se houver circo, vamos aos circo, se não vamos para casa, reunimos todas em casa, tomamos café, queijo, se quisermos comer, come-se, e ficamos ali a falar das nossas vidas. Dançamos... É muito lindo, dançamos umas com as outras. Se há reunião na escola, tanto vão os homens como as mulheres. O meu marido vai às reuniões como eu. (Hvi7, ent2: 5-6)

• *Othermothering*

Esta relação positiva com as mulheres mais velhas vai permitir a algumas mulheres encontrar formas alternativas de vivenciar a maternidade, em que a partilha do cuidar das crianças com outras mulheres ganha um relevo extraordinário. Assim e curiosamente, são estas mulheres que mais positivamente falam da experiência de maternagem. Algumas autoras designam como *othermothering* (Radford-Hill 2000, Phoenix, Woollett e Lloyd 1994, entre várias) este aspecto que, em algumas culturas, significa que a socialização e o cuidado das crianças não assenta exclusivamente na mãe biológica.

É a assumpção da criação das crianças pela comunidade que encontramos na experiência e subjectividade de Graciela e a partilha destas tarefas e responsabilidades pelos diversos membros da família que podemos ler na história de vida de Margarida. Aliás, esta última define-se como “mãe descomprometida” e considera que essa partilha foi enriquecedora na educação da filha:

Assumo que tenho uma situação privilegiada. Sempre tive muita a gente a quem pedir. Aliás, eles até gostam, agora até chateam para ela ir para lá. E acho que ela ganhou com cada componente da família que cada um fez o seu bocadinho. Eu espero é que ela, no futuro, tire proveito disso; tire proveito de ter tido uma educação tão alargada e tão diferente. Acho que isso foi enriquecedor. Cada tia trata-a à sua maneira, cada tia vai ao seu sítio. Ainda hoje. Os primos agora já são todos adultos... Também tive essa vantagem. (Hivi9, Ent4: 14)

Tal como com Graciela, esta extensão das funções, responsabilidades e tarefas no cuidar das crianças não se restringe às mulheres. Embora com significativas diferenças entre a participação dos homens na comunidade cigana e a experiência relatada por Margarida, a participação masculina está presente nos dois casos. Assim, podemos ler no relato desta última:

Como sempre pensei assim, quando vim viver para aqui, a minha filha tinha cinco anos, eu assumi logo e o meu companheiro se não assumiu logo, assumiu nos tempos seguintes, que a minha vida ia ser sobretudo em Lisboa, portanto, havia uma série de coisas que eu não iria fazer! E que eu não iria estar. Por acaso, tenho um companheiro, marido, que assumiu isso na sua plenitude. Sobretudo nos primeiros tempos em que nós só tínhamos um carro, portanto eu tinha que ir e vir de comboio, de manhã, nós sempre assumimos isto. Tínhamos que sair de casa às sete e meia da manhã, tínhamos que sair os três, como eu sou mais lenta para me levantar, quem tratava da Aïda era o Gonçalves. Portanto, ele levantava-se, vestia-a, que ela era pequenina, saíamos os três e quando eu voltava, já a Aïda tinha tomado banho, já estava jantada e pronta para deitar. Ele é que tratava dela, ele assumiu isso bem, e ela assumiu muito bem, porque se deu logo bem com ele e eu assumi isso também muito bem. Nunca me fez confusão isso, nem nunca me senti diminuída por causa disso, nem ciumenta, na relação com a minha filha. Até costumava dizer isso ao Gonçalves, que acho que é motivo de orgulho para ele, que a Aïda, que não é filha dele biológica, a meio da noite, sempre chamou pelo Gonçalves, nunca chamou pela mãe. Pronto, a relação assim o permitiu; eu

não tenho ciúmes disso, nunca tive ciúmes, e acho que para ele é um motivo de orgulho e de realização e de ter conseguido essa relação com ela. (Hivi9, Ent4: 13)

Também Sheila Radford-Hill destaca, para as comunidades negras, que um dos valores importantes historicamente enfatizado era a ajuda mútua, uma tradição que se constituía como a principal estratégia para lidar com o racismo, tradição que se espalhava praticamente por todas as fases do ciclo de vida da comunidade negra e que podemos constatar nas duas comunidades ciganas que conhecemos. Estas práticas sociais constituem, nestas comunidades, uma estratégia fundamental contra o racismo, já que as crianças são criadas para “adquirir as formas pró-sociais dos/as mais velhos/as” (Radford-Hill 2000: 27), aprendendo o hábito de ajudar os seus pais e as suas mães e a trabalhar no interior de um sistema de reciprocidade de/com as outras pessoas¹⁷⁵.

• A festa e a música, na tradição e na comunidade, celebrando a vida

Curiosamente, face aos constrangimentos provocados pelo racismo, e como me parece que fica patente nos excertos apresentados e na história de vida elaborada, a tradição e orgulho na sua cultura (tal como também refere Radford-Hill para as raparigas negras) emergem como dimensões da agência das mulheres ciganas: pode ver-se, entre outras coisas, que, nas ‘leis ciganas’, as mulheres mais velhas têm algum poder para determinar e controlar as sua vidas e as das suas filhas. A tradição e a comunidade são aqui simultaneamente factor de constrangimento e factor de resistência.

Na cultura e tradição cigana a festa, em conjunto com a música e a dança, são elementos que reforçam o sentido de comunidade e de identidade. As festas constituem, ainda, momentos de ajuda concreta aos festejados (noivos, em casamentos, crianças, nos baptizados):

¹⁷⁵ A autora pormenoriza: “nas gerações passadas, estas competências eram dadas às crianças, primeiro, por quem lhes estava mais próximo — as mães, os pais, e a família extensa — e depois por outros que genuinamente os/as valorizavam. No interior dos sistemas culturais negros, o papel das *other-mothers*, de homens negros como modelos positivos e mesmo das pessoas vulgares era o de ensinar valores sociais e reforçar a vontade” (Radford-Hill 2000: 29). Mais ainda: “era responsabilidade da comunidade como um todo ensiná-las e protegê-las. Para criar comunidade, cuidar das crianças e fortalecer a vontade de resistir, as/os negras/os contavam estórias com temas que apontavam a contradição racial. Também criavam posições de responsabilidade no interior das instituições negras, apoiavam famílias extensas, construíam instituições económicas e envolviam-se em protestos organizados para alargar os benefícios da auto-definição positiva à acção colectiva” (Radford-Hill 2000: 29-30).

Os ciganos vêm de todo o lado. Vêm de Espanha, pode vir de Lisboa, de tudo o que quiser, como nós vamos também aos deles. Nós vamos aos deles, eles vêm aos nossos. (Hvi7, ent2: 3)
 Vamos a muitas festas das famílias, vamos a noivados, a festas de anos, aniversários, vamos a todo o lado, aos baptizados das crianças. Fazemos os baptizados nas igrejas, e depois fazemos a festinha deles, não é uma festiva, é uma festona. (Hvi7, ent2: 3)
 Dão dinheiro. Com nós é como se fosse uma feira. Um está a chamar pelas pessoas para ver quem dá dinheiro, e eles dão. Damos todos. Um dá 10, outros cinco. Uns vinte e cinco euros, outros cinquenta euros. Já ajuda. Já dá para trabalhar para eles. Para começar. (Hvi7, ent2: 3)
 Tem sempre música. Aqui é um sobrinho meu que toca, toca piano, tenho um irmão meu que toca guitarra e fazemos a festa, o meu filho que tem dez anos vai pelo mesmo... sabe tocar piano. (Hvi7, ent1: 5)

Tivemos alguma curiosidade de saber como se convidam e reconhecemos um sistema de comunicação muito eficiente:

Vimo-nos nas feiras e falamos. Vamos encontrando e vamos falando. Chegamos a um “olha que temos a festa...” seja quando for, e vamos convidando nas feiras, “em tal dia, é casamento...” ou festa... E eles vêm todos lá. Ao fim do dia vão ter com a família e dar dinheiro. (Hvi7, ent2: 3)

Nestes momentos de encontro e de viagem, reacendem-se as memórias da vida nómada, trazendo a saudade dessa vida no tempo do verão, integrando o conhecimento cultural mesmo para quem não a tenha vivido pessoalmente:

Vamos muitas vezes, por todo o lado, não temos problemas. Levamos a carrinha, dormimos na carrinha. Custa, mas é bonito, é muito lindo. Levamos os carrinhos todos... (Hvi7, ent2: 3)

5.5. Estratégias para lidar com a violência na intimidade

Emergiram, nestas narrativas e histórias de vida, alguns pontos que, nos contextos das suas experiências e subjectividades se constituem como estratégias para lidar com a violência masculina no contexto das relações de intimidade. Identificámos cinco: silêncio, ruptura/saída, fuga, confronto (violência contra violência) e negociação.

5.5.1. Silêncio e silêncios

Os relatos e testemunhos que recolhemos de vitimização masculina nas relações de intimidade dizem respeito a longos períodos nas vidas das mulheres em que elas se encontram sujeitas a essa forma de dominação. Então, podemos dizer que o silêncio desempenha um papel importante na forma como elas lidam com a situação. Não significa que aceitam a violência, antes que avaliam os custos de sair ou ficar e que essa avaliação

lhes aponta a decisão de ficarem. É verdade, também, que a maioria tem filhos, a maior parte das vezes mais do que dois, e que, habitualmente, os seus maridos e companheiros além de violentos são incompetentes, desafectados ou mesmo violentos com as crianças. Como afirma Lurdes Martins, ao equacionar se poderia ou não ter saído mais cedo daquele casamento:

Mas também não podia ir. Não ia deixar dois filhos com ele, ou um, ou três e onde é que eu ia com os quatro, quando saísse? (Hivi2, Ent3: 24)

“Não deixar os filhos com *ele*”, é também a grande preocupação de Hercília e que, para ela, constitui a razão de ter vivido tanto tempo naquele “inferno”.

5.5.2. Ruptura com eventual saída de casa, habitualmente acompanhada de divórcio

Mas os filhos crescem e a mulher pode fazer outra avaliação e tomar outras decisões. Lurdes Martins tem o seu ponto de ruptura quando a violência atinge um grau que ela considera insuportável:

... aí é que ele me fez mesmo uma vida horrível durante um ano. (Hivi2, Ent3: 26)
Quando andava maluco com ela. Fez mesmo. Até que, a dada altura eu comecei, realmente a cansar-me e pu-lo mesmo de lado, afectivamente a coisa foi assim. (Hivi2, Ent3: 26)
E depois, dali a pouco tempo lá foi então a tal crise grande [“guerra do sofá” e eu nunca mais liguei, também. Não o fui lá buscar para ele vir para a minha beira, bolas! (Hivi2, Ent3: 27)

Nesta altura, decide sair de casa e ir para o seu apartamento de férias:

Fui para a Pontinha, para o meu apartamento, para não ter que ficar em casa. Estive lá três meses. Nesses três meses é que ele andou bem! (Hivi2, Ent3: 26-7)
Julguei que as filhas o prendessem um bocado, mas não. Ele abandonou-as totalmente e não queria jantar, nem aparecia, às vezes. (Hivi2, Ent3:27)

Regressa pouco tempo depois por causa dos filhos, apesar de já serem adultos. Mas o processo de ruptura é irreversível. O marido quer ir viver maritalmente com outra pessoa, uma jovem e o facto de se sentir substituída por uma rapariga jovem, no culminar de uma longa vivência de vitimização, faz com que não tenha sentido o divórcio como libertação, sentindo-se mesmo “abandonada”:

... ele não era grande especialidade, mas esta coisa de a gente ser abandonada assim... Sobretudo por uma rapariga mais nova, porque se a mulher tinha quarenta, cinquenta, pronto já era uma mulher. Agora, uma rapariga... Ele escolheu mesmo isso, talvez, para me humilhar. (Hivi2, Ent3: 33)

Aliás, processo de divórcio é conduzido pelo advogado do marido na mesma linha de violência que até aí este tinha perpetrado sobre ela: ele pretende extorquir-lhe o máximo de

dinheiro, inclusivamente parte da herança que ela recebeu da sua família de origem (estavam casados com comunhão de bens). Para além disto, utiliza todo um tipo de acusações sobre as suas competências domésticas (e o divórcio decorre nos finais dos anos 1990) que mais faz lembrar uma época bem recuada.

5.5.3. Reagindo à violência com violência

Outras mulheres reagem de forma diferente. Aguentam até uma certa altura e, como não vêem alternativa, um dia explodem, utilizando a violência que por vezes pode ser fatal¹⁷⁶. Felizmente para ela e para os seus filhos, a reacção violenta de Hercília de Nogueira não chega a ser fatal. Como noutros casos que conhecemos, é a questão dos filhos que a faz romper violentamente com a situação. Mostrando um extremoso cuidado com a educação e a criação dos seus filhos (no que lhe é possível), visível pelas referências às idas ao médico, ao psicólogo, ao dentista, à aprendizagem escolar, etc., vão ser eles o motivo da sua ruptura e saída de casa, mas também do seu regresso, já que não encontrou alternativas para poder criá-los e educá-los. Assim, no seu testemunho surgem dois factos que ela associa: os insultos na frente dos filhos e a violência contra estes (nomeadamente o grave episódio da castanha assada, com o alerta e queixa da professora). Ela mostra ressentir-se muito dos insultos de “malandra” e “caloira”, “lá vai ela para a sombra!”, que o marido lhe dirige, mas sobretudo quando ele lhe chama “p---“ na frente dos filhos, como ela diz “o meu nome andava na frente” (Hivi1).

Ela conta como, depois de ele ter esmagado a castanha em braza nas costas da mão da criança, ela desce e dirige-se-lhe nestes termos:

«Tu és um estúpido, desculpa-me, mas tu és um estúpido, então isto faz-se a um filho?! Nem um animal se vê a fazer uma coisa destas!... quanto mais a um filho! Já viste?»

Com uma narração que apresenta as características relatadas por Walker (1979), por vezes, os episódios sobrepõem-se outras não parecem ser no mesmo momento. Seja como fôr, o que nos apercebemos é que, num determinado momento, ela decide pôr fim às agressões do marido sobre os filhos e às más palavras que ele lhe dirige na frente das crianças:

¹⁷⁶ Estão algumas mulheres em Tires devido a homicídio do marido depois de uma longa história de maus tratos.

E eu viro-me para ele e disse assim: «Ora repete mais isso, essa frase». [...] Ele veio mesmo pôr a cabecinha ao pé para eu lhe dar com a pedra. Então ele era assim: «Dá, anda dá.» — assim com... E eu disse: «Olha que eu dou. Olha que eu dou-te com a pedra!» E ele: «Putá, putá» mesmo a chegar à minha beira, assim ao pé da minha cabeça, e com os filhos. E ele com a sachola: «Putá, putá. E olha que eu mato-te.» ele assim... Arrebitou... arrebinou-se assim para mim com a xachola e diz assim para mim: «Olha que eu mato-te redonda, eu mato-te». E eu disse assim: «Antes que me mates a mim... levas tu.» E ele disse assim: «O quê? Eu mato-te putá, putá» e não sei quê. E eu caço a mão à pedra num instante [...] Ele pôs assim a cabeça e eu... Aleijei assim... aleijei a mão e tal... Ele caiu redondo no chão. Digo assim: «Ai que eu o matei». O que eu sofri...

Aqui, ela sai a correr de casa, vai a uma cabine pública, telefona para a cunhada que a leva para casa dela, onde ela fica alguns dias e depois, em seguida, em casa da mãe. Na sua avaliação:

E o que me fez... mas, pronto, dar com a pedra nele, foi aquele... era um ambiente que a minha casa, que aquilo era horrível. Eu entrar na minha casa era como se estivesse entrar, sei lá... no inferno, pá. Eu antes queria, sei lá, andar sem comer, eu antes queria andar sem comer do que entrar para casa! O ambiente lá para casa era a coisa pior que podia haver.” (HiviAlvar1, Ent1: 21)

Uma outra entrevistada relata-nos também como reagiu à violência do marido:

Mas depois de uma certa altura, a gente, muito boa, muito boa, mas chega uma certa altura e fica saturada. Uma das vezes, pronto, perdi o respeito e virei-me a ele também! Ele estava-me a bater e eu bati também! Pronto, dei um mau exemplo aos miúdos, porque os miúdos viram, não é? E depois separaram-nos. Mas, olhe, eu acho que a gente, nós mulheres, também chega-se a uma certa altura e a saturação: “ai, é uma falta de respeito, é um escândalo, é assim e assado”. Mas só quem está dentro é que sabe, não é? Pronto, agora comecei-lhe a bater o pé e ele nunca mais me bateu. (Narrativautog30, Ent 1: 3)

Tal como Hercília, também esta entrevistada se culpabiliza, considera que deu um mau exemplo, que foi um escândalo para os vizinhos. Apesar de tudo isto, ele deixou de lhe bater, embora os insultos continuem. E é também neste sentido que é muito importante equacionar a auto-culpabilização das mulheres em consequência dos padrões de género que lhes atribuem a responsabilidade pelo bem-estar das suas famílias e pela ‘felicidade conjugal’ que conseguem estabelecer nos seus lares. Culpabilizam-se pelo abuso, por não reagirem ao abuso e, aquelas que reagem, por reagirem.

5.5.4. Fugir da violência em sua casa

Como vimos, a fuga de Hercília vem na sequência da longa história de vitimização pelo marido e no dia do episódio de violência contra o filho mais velho a que ela reage também violentamente dando uma pancada ao marido que dá entrada no hospital inanimado. Regressa depois de uma *longa* ‘corte’ que o marido lhe faz e reentra no universo familiar que, segundo ela já não é de violência (porque se restringe à violência física). Nas palavras

de uma vizinha, o seu regresso deve-se ao facto de que viviam muito mal, a família dos pais passa muitas dificuldades e ela não conseguiu nenhum apoio da segurança social em tempo útil (entre dois a três meses) para não se culpabilizar pelas condições em que as suas crianças estavam a viver. Ela passar fome, preferia, do que suportar aquele “inferno”, mas no caso das crianças, já era diferente.

5.5.5. Negociação

Entre fugas, saídas e entradas, e confrontos violentos, algumas mulheres decidem ficar, como no caso da entrevistada já citada e de Hercília. Este ficar é acompanhado de *negociação*:

Negociei mesmo. Tenho de levar as coisas da melhor maneira. [Por exemplo, eu disse assim: «Não saio mais no carro sem tu ires comigo». (Hivi1, Ent1: 33)

Através dos testemunhos que recolhemos, estas mulheres não encontraram, até à data em que finalizámos as entrevistas, alternativa a esta situação de violência cujos custos elas considerassem poder ser compensadores.

Em jeito de reflexão final

Neste capítulo, percorremos diversas experiências onde se destacam formas de opressão das mulheres, na sua especificidade relativa aos grupos sociais a que pertencem para cá e lá das questões de género.

Assim, olhamos como a maternidade tem sido historicamente construída como uma instituição e usada para regular e constringer as vidas das mulheres. Mesmo actualmente, quando a legislação parece bastante protectora, o facto é que as mulheres vêm alteradas as suas expectativas, carreira, desejos, sonhos, devido à forma como a maternidade é socialmente institucionalizada. A acompanhar esta questão passamos também ligeiramente pelas questões do aborto, que ainda é clandestino, e que não permite a mulheres com dificuldades económicas, optar pelo que gostariam para si e para as suas famílias. Se mulheres lésbicas lutam pelo estatuto de mães, já para as mulheres portadoras de

deficiência, o acesso à maternidade esbarra com a dificuldade de encontrar parceiro e em termos sociais não é discutida, é a invisibilidade e a obscuridade. Simultaneamente, temos, em termos discursivos, uma maternidade talvez ‘enfaticada’, talvez ‘enfeitada’, talvez ‘romantizada’, ou ‘idealizada’, ou ‘cientificizada’, isto é, um conjunto de belas ideias e prescrições sobre a maternidade, as mulheres, a amamentação e as crianças pequenas, concepções embrulhadas com papel ilustrado da *sagrada* família e com laçarotes de conservadorismo, consumismo e toda a parafrenália do capitalismo. A maternidade é, para muitas mulheres e em muitas situações, um *problema*. A solução, para algumas de entre estas, é não *ter* filhos. Claro que esta opção confronta-se com a legislação sobre as questões reprodutivas e, neste sentido, as que têm uma sexualidade heterossexual activa com o companheiro arriscam-se a enfrentar momentos dilemáticos difíceis. Não esgotámos aqui todas as questões relativas à maternidade. Por exemplo, há também uma outra área que valia a pena estender um pouco que é a maternidade e a criação artística, literária e o trabalho científico (ver Jeremiah 2002, Rubin 2002), assim como uma outra questão importante que é a do abandono de recém-nascidos nos hospitais ou em lugares mais inusitados, como cafés, casas-de-banho públicas, etc (ver também Rich 1979, entre outras).

Olhámos também como o corpo e a sexualidade têm sido usados para dobrar as mulheres. O corpo das mulheres tem sido construído como *diferente* e dentro do grupo das mulheres, ainda há corpos, digamos, *mais diferentes do que o corpo diferente*: são “As Outras” do “Outro”. O corpo marcado pela «raça», pela deficiência, por um desejo diferente. Vimos, assim, que para algumas o corpo é apenas “um invólucro”, conseguindo, se quisermos, aquilo que Radford-Hill (2000) designa como *transcendência*: o ser capaz de ir para além de si própria. Outras reivindicam o regresso ao corpo, ao *seu* corpo, não à abstracção do corpo *mulher* que tem servido para domar cada uma de nós em particular e todas em geral, embora de formas diversas. A sexualidade, decorrente da construção social sobre os corpos femininos e masculinos, emerge com sentidos diferentes e é usada também de formas diferentes. Em alguns casos, é utilizada, em conjunto com a maternidade e o corpo, para controlar as mulheres, noutros como arma de afirmação de identidades e como veículo para desafiar os contrangimentos. Visitámos também algumas antecâmaras da vivência com uma deficiência, no nosso caso a cegueira, e pudemos constatar como a

sociedade pode encontrar formas para que todas as pessoas, com diferentes capacidades, se sintam autónomas, independentes, cidadãos de corpo inteiro. No caso da história de vida que nos foi relatada, essa via necessita de alguns dispositivos: a educação e, dentro desta, o *braille*, a bengala e uma aprendizagem intencional das “actividades da vida diária”. Conhecemos também como, por vezes, a dificuldade de viver a sexualidade fora da heterossexualidade traz a frustração do fingimento, da clandestinidade, ou da auto-negação pela aceitação da norma social. Articulado com as análises feitas sobre as mães sós, alvo de estigma até muito recentemente e ainda hoje legislativa e politicamente consideradas ‘carenciadas’ apenas por estarem sós, a emergência da nova categoria lésbicas mães é considerada como um enorme desafio ao patriarcado.

Aproximamo-nos ligeiramente da cultura cigana, que percebemos em grandes mudanças, onde a passagem do nomadismo para a sedentarização parece trazer enormes alterações nas noções de família e do cuidar e socialização das crianças, e as alterações económicas trazidas pela globalização parecem empurrar este povo para a aceitação da relação salarial com a consequente exploração. Outras mudanças se percebem: maiores expectativas das jovens, menores contrangimentos em termos da tradição. Nos contextos de comunidades ciganas que conhecemos, maternidade e paternidade andam a par, com divisão sexual de funções e atribuições muito claras, mas com uma coisa em comum: um grande investimento social, concreto e prático de todas/os sobre e para com as crianças. É uma relação que não se confunde com os laços biológicos, onde a adopção parece ser vivida com ‘naturalidade’ (“no criar é que está o amor”). O que parece é que o clã e a família, assim como ser mulher e ser homem ciganos não têm sentido se não houver crianças por perto. E o *mothering* é colectivamente assumido, aliás como também é relatado em comunidades negras e que algumas autoras designam de *other mother*. Não sabemos se o que encontramos é válido para muitas ou poucas comunidades ciganas.

Apercebemo-nos igualmente que este país continua de um racismo implacável contra este povo que está connosco, mora ao lado, se cruza connosco nas ruas há mais de setecentos anos. Vemos como se continua a ensinar um racismo de medo às crianças que, no seu inconsciente vão equacionar «papão» com ciganos. Mas as questões do racismo contra os ciganos são ainda multiplicadas pela sua habitual extrema pobreza, levando ao tratamento absolutamente exclusionário por parte das instituições.

Finalmente, apresentamos uns detalhes sobre a panorâmica que já conseguimos elaborar acerca da violência doméstica, mostrando alguns dramas de algumas entrevistadas, mas também as estratégias que elas têm usado ou para sobreviver ou para sair da vitimização. Pensar a violência contra as mulheres no espaço privado, a problemática do racismo contra as mulheres ciganas e negras, o eugenismo implícito na discriminação a mulheres portadoras de deficiência, a homofobia contra mulheres que desejam outras mulheres e a perseguição às mulheres que não se deixam programar com uma maternidade imposta do exterior, são algumas das questões cruciais para pensar a cidadania das mulheres e a sua agência política e participação, o que vamos tratar no próximo capítulo. Como já dissemos, este estudo não tem a pretensão de ser exaustivo nem de providenciar possibilidades de generalização, tão só, dar vez e voz às mulheres que se expuseram e nos contaram aspectos importantes das suas vidas, opiniões, lutas, sentimentos, estados de espírito, condições de vida.

Assim, a reflexão sobre a agência das mulheres tem de ser equacionada no contexto das estruturas de dominação, discriminação, opressão e subjugação em que vivem, onde por vezes, uma “cascata de identidades negativas” (Haraway 2002) parece dificultar o encontrar de caminhos de mudança. Assim, não podemos perder de vista que os constrangimentos estruturais, para algumas mulheres, são muito pesados, como vimos, e, em alguns casos, é mesmo necessário termos consciência da sua situação de vitimização para não perdermos de vista que, embora não consideremos as mulheres como vítimas passivas, em algumas circunstâncias, se há opressão, racismo, discriminação, subjugação, há vítimas, há baixas, algumas delas mortais, mesmo.

Neste sentido, neste capítulo equacionámos eixos de vitimização das mulheres, como a violência, o racismo, o eugenismo, a homofobia, assim como as questões da heterossexualidade compulsiva, da maternidade obrigatória, e da criminalização por aborto; ao mesmo tempo que mostramos como as mulheres presentes neste estudo resistiram, desafiaram, sobreviveram ou até construíram alternativas, ou não, a esses espartilhos com que a nossa sociedade nos prende. No capítulo seguinte, tratar-se-á de evidenciar as formas de agência política das mulheres, equacionando a sua cidadania e participação política.

CAPÍTULO VII. FEMINISMOS, CIDADANIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DENTRO E FORA DA ACADEMIA

Introdução

Este capítulo trata dimensões de vidas e percursos que dizem respeito à participação política e às questões de cidadania, assim como das ressonâncias quer de emancipação, isto é, do feminismo, enquanto movimento teórico, de ideias e de acção, quer de subordinação, quer ainda de resistência.

Os grandes avanços tecnológicos e científicos levam algumas autoras/es a falar de uma terceira revolução (Fraser 2002; Haraway 2002, 1994; Santos 2003), e simultaneamente vivemos em momentos socialmente bastante regressivos, onde o caos da selvajaria social, a ausência de políticas e representações sobre o bem estar colectivo, assim como novas vulnerabilidades, quer em termos da guerra global, quer das fragilidades no controle da saúde e das doenças, colocam hoje novos desafios para pensar a política e a igualdade. Especificamente, no que se refere às relações de género, vivemos num grande paradoxo, no sentido em que parece existir uma maior consciência social, mais forte nas mulheres, sobre a subordinação feminina, tendo por base uma legislação que, em muitos aspectos, cria condições de igualdade e, no entanto, em termos concretos, tudo indica que as vidas das mulheres regrediram, nomeadamente no que se refere às classes trabalhadoras e a outros grupos sociais que cruzam esta desigualdade com outras, como a subordinação de «raça» e etnia, a discriminação em termos da orientação sexual ou de capacidade física ou intelectual. Como afirmava Ulrich Beck nos finais dos anos 1980, “ainda há muito para dizer sobre a *prognosis de um longo conflito*; a oposição entre os sexos determinará os anos que virão” (1992: 103).

A procura das *lições de vida* que estas mulheres podem trazer para outras e para a educação é também outro vector importante neste capítulo. Assim, o que podemos aprender com as narrativas, as *estórias*, os testemunhos que elas nos deram, queremos trazê-lo, articulando os seus próprios termos com a mediação teórica em torno da política, da cidadania e dos feminismos, equacionando também a produção do conhecimento, quer

na vertente interna à academia quer na vertente do terreno social, dos quotidianos das mulheres e de algumas organizações que são por elas nomeadas.

Não se pretende fazer um desenvolvimento exaustivo nem a história da participação política das mulheres, nem do feminismo: este espaço e tempo seriam muito reduzidos. O que determina as questões aqui tratadas são as histórias de vida, e a forma como as suas subjectividades podem ser interpretadas.

Embora analiticamente separado do anterior, sobre silenciamentos e constrangimentos, este capítulo só faz sentido na sequência das formas de resistência e de agência atrás apresentadas.

1. Ultrapassando a dicotomia público / privado

As mulheres têm sido conceptualizadas na esfera privada, ligadas sobretudo ao simbolismo da reprodução biológica e social e a política tem sido vista como exclusivamente da esfera pública. A dicotomia privado / público, exactamente na medida em que serve a reprodução dos papéis de género e a manutenção da separação, em termos simbólicos e ideológicos entre os mundos feminino e masculino, tem tornado difícil vislumbrar a agência política das mulheres fora do modelo androcêntrico de participação política. Pensar a agência política feminina e feminista exige ultrapassar esta divisão e equacionar as formas como a agência privada das mulheres é por vezes também política e a política pública necessita de incorporar as questões do privado e do cuidar no sentido da concretização da democracia.

1.1. Uma moral restrita e o gaze masculino marcaram a agência das mulheres

Em relação a esta confinção ao espaço privado, no que se liga mais directamente com este capítulo, as narrativas dão conta de um tempo em que a moral era tão apertada para as mulheres, que a muitas não lhes era permitido tomar nenhum tipo de iniciativa mesmo nesta esfera social onde simbolicamente eram “rainhas” ou “patroas”. Não podiam tomar iniciativa no que se refere às relações de intimidade nem a comunicar-se com rapazes.

Entre muitos exemplos, de cartas que não são recebidas e outras que não podem sair, Lurdes Martins que namorou com um rapaz que foi para África, quando esteve perto de três sem receber a habitual carta semanal não se permitiu indagar a causa. É ele que, posteriormente, lhe comunica que tinha tido um acidente de mota e lhe faz notar que ela não tinha tido o cuidado de saber se ele estava vivo ou morto.

Mais ainda, as mulheres prestavam todo o tipo de serviços domésticos aos homens e isso era independente de eles serem ou não da sua família. Isto constituía, simultaneamente, uma forma de estabelecer *relação*, proporcionando aproximações que o sistema reprimia. Nesta história de vida, na casa onde estava hospedada, ela e as suas colegas que ali se encontravam ofereceram-se para bordar o monograma na roupa interior do padre que lá também almoçava e jantava. Estes serviços levavam também uma certa ‘familiaridade’, que elas empurravam até aos limites, deixando-o muitas vezes “em brasa”.

Uma outra estratégia de desapossamento da agência das mulheres passava, e ainda passa, por fazê-las sentirem-se ‘as eleitas’ do sexo masculino. Ser ‘diferente das outras’ aos olhos masculinos é um processo que tem contribuído para as isolar e impedir de aprender com as experiências umas das outras. É um processo que continua a verificar-se e que hoje se encontra muito visível em algumas telenovelas, revistas ‘da especialidade’, e sobre o qual muitas das histórias são demonstrativas, como é possível verificar na narrativa de Lurdes Martins, onde o facto de ser a ‘eleita’ dos médicos lhe dá uma distância face mesmo às colegas de profissão, ou mesmo na de Hercília de Nogueira, onde o elogio masculino é por ela explicitado como importante:

— Ah, mulher de coragem, ah, mulher de coragem! — Ai...e um homem a dizer isto... (Hivi1)

1.2. Da vivência de *dores caladas*, à interiorização dos direitos

Como já referimos em capítulos anteriores, as narradoras situam as suas experiências em momentos históricos muito diferentes e dão conta de uma grande ruptura em termos da noção social do ser *mulher*. Um dos processos de agência das mulheres consiste no confrontar o destino da feminilidade que marcou as vidas de muitas mulheres. Uma das narradoras relata-nos como o isolamento das raparigas e o seu comprometimento muito

precoce em termos de namoro e de casamento eram o destino feminino e como ela, através de uma luta persistente e *calada* resistiu a este destino, onde a educação formal desempenhou um papel crucial:

Fechavam-nas muito... aquele clima e portanto era melhor “arrumá-las” e eu não senhora, não quer dizer que não tivesse as minhas paixonetas, mas namorar, compromisso... nada disso, porque o meu compromisso era comigo própria, relativamente ao meu futuro. (Hivi3, Ent1: 5)

Fui fazer o exame de admissão. (...) E durante aquele período, fui fazer exame, mas não disse nada! Enfim, fiquei com dez, onze, doze anos e calei-me muito bem caladinha, não disse nada a ninguém, porque eu sabia, de alguma forma sentia... (...) Ó pai, mas a professora disse que eu era muito inteligente e que eu tinha que estudar. — E andei dois anos a convencê-lo. Quando regresssei, nessa altura, já o ano lectivo era igual a este...Portanto, estive três anos lectivos fora da escola, dois anos e meio, em termos cronológicos. (Hivi 3, Ent1 :5)

A submissão total para a grande maioria das mulheres traduziu-se, para algumas (como vimos), em situações indescritíveis desde a violência, discriminação e clausura, a situações de extrema vitimização. Através das histórias de vida e das narrativas e entrevistas podemos constatar uma mais generalizada noção de direitos que nos faz, hoje, reagir mais às situações:

E depois começou a guerra, porque eu comecei-me a enervar também. Achava que aquilo não era direito nem nada. Quer dizer, ele desligava e eu ligava. Só tinha televisão na sala. (Hivi1: 4)

Há aqui uma ideia de que a situação não pode continuar assim, “aquilo não era direito em nada”, mas o seu mais alto valor é a família e os filhos, então, como vimos, vai-se deixando ficar até ao episódio da pancada que podia ter sido fatal para o marido, mas que seria uma desgraça para ela e para os filhos.

1.3. O 25 de Abril: a conquista do direito à participação política activa no espaço público da rua

Em termos da participação política das mulheres neste país, o 25 de Abril é referido por diversas entrevistadas, com sentidos diversos, mas que coincidem na consideração de que foi um marco fundamental para o exercício da agência política das mulheres no espaço público *da rua*:

Nos meses após o vinte e cinco de Abril, foi muito visível o elevar da consciência das mulheres trabalhadoras, em que o direito à palavra, o direito a participar, nas pequenas e nas grandes assembleias, nos sindicatos, nas mais diversas reuniões, foi um traço histórico muito significativo na vida de mulheres que tinham tido, durante muitos e muitos anos, como principal missão o tratar da casa e dos filhos. Isso é logo muito significativo naqueles meses pós vinte e cinco de Abril toda essa a participação. (EntNarrativ23: 1)

Este foi um passo importante na viragem sobre os papéis de género em relação à cidadania, para o que também contribuiu a independência económica, conquistada pelo direito ao trabalho pago (independentemente da autorização do marido), e pelo acesso a salários mais equitativos:

Penso que o facto de elas terem conquistado alguma independência económica, se verem sair lá das quatro paredes de casa, se verem confrontadas com outras situações, as leva a aspirarem a outra qualidade de vida. E isso é um factor extremamente positivo. (EntNarrativ23: 2-3)

A cidadania democrática implicou, logo em primeira mão, que a política salazarista para as mulheres também começasse a ser posta em causa. No entanto, essa participação não se consolidou nem deu lugar a outros tipos de participação política de forma generalizada para as mulheres. Hoje, a participação política das mulheres, enquanto agência política no espaço público da cidadania, tem sofrido avanços e recuos, embora como afirma esta entrevistada, isto não seja exclusivo do grupo social mulheres:

No entanto, este processo, não sendo linear, tem tido alguns retrocessos em toda essa participação, o que aliás é bem visível não só a nível da participação das mulheres como de outros sectores sociais. (EntNarrativ23: 1)

Para além disto, o processo de entrada das mulheres na cidadania plena não é generalizado:

No entanto, e vamos outra vez aos estratos sociais e percebemos que nem em todas as camadas sociais é possível alcançar essa qualidade de vida. (EntNarrativ23: 3)

Em relação às mulheres dos estratos económicos menos favorecidos é preciso perceber que os salários que temos, em Portugal, são muito baixos. Não só as que trabalham nas fábricas, mas também a nível da função pública, dos serviços de apoio, da limpeza, muitas ganham o salário mínimo nacional. O salário mínimo nacional, pagando depois os transportes, um *passse*, pagando a alguém que fique com a criança, ou a uma creche ou a uma ama, aquilo que sobra é muito pouco, para o desgaste que as pessoas têm. (EntNarrativ23: 4)

Isto é realmente um grande problema que está colocado, porque os níveis salariais são extremamente baixos e não permitem essa autonomia. (EntNarrativ23: 5)

• Trabalhadoras e de classe média carregam sozinhas as responsabilidades domésticas

As tarefas e responsabilidades na esfera do privado tem constituído um argumento habitualmente enunciado para justificar a ausência das mulheres na participação na arena da política pública, constituindo-se efectivamente como um dos entraves objectivos à sua

presença. Como enuncia uma das entrevistadas, esta é uma questão comum às mulheres de classe média e trabalhadora:

A principal responsabilidade, a principal preocupação, a organização das coisas continua a ser do lado das mulheres. E eu diria isto nas classes trabalhadoras e o mesmo nas mulheres da classe média, porque este problema da partilha verifica-se em ambos os casos. Até porque já têm uma pessoa em casa que lhes facilita as tarefas, então, o homem acaba por se encostar um bocado e é um facto, é aquilo que nós sentimos no dia a dia. (EntNarrativ23: 3)

No entanto, as mulheres de classe trabalhadora, além das responsabilidades, aguentam ainda o peso do trabalho propriamente dito:

... as mulheres dos sectores menos qualificados, de sectores com maiores problemas económicos, depois de um dia de trabalho têm de fazer todas as tarefas de casa porque, apesar a evolução de mentalidades, a partilha das tarefas em casa ainda não é uma realidade. De certo modo, houve alguma evolução porque a mulher e o homem trabalham fora de casa, alguma coisa ele vai ter que fazer. É uma situação objectiva que empurra para aí. No entanto, isto ainda é apenas uma ajuda, não é uma partilha plena. (EntNarrativ23: 3)

Claramente, a questão coloca-se quer do lado dos homens, acomodados a um privilégio que lhes era tradicionalmente atribuído, quer do lado das mulheres, que, por vezes, com estilos diferentes, podem não deixar espaço ao outro para participar ao seu ritmo:

Podemos dizer que nós mulheres também somos responsáveis porque interiorizamos isso e porque acabamos por não deixar tempo e espaço para eles fazerem; no entanto, há um acomodamento da parte masculina que nos leva muitas vezes a ter que avançar, porque as coisas têm que ser feitas, nós fazemos mais rápido e, portanto, desembaraçamo-nos. Porque nos faz confusão que as coisas estejam muito tempo por fazer. São coisas assim deste tipo, das quais é muitas vezes difícil nós libertarmo-nos. (Ent1NarrativAutog23: 4)

Mas a questão das responsabilidades e do trabalho que a esfera privada ainda exige das mulheres não é o único impedimento. Também o carácter masculino da política, o estilo, contribui para isso, assim como os aspectos positivos e recompensadores que a agência privada das mulheres nos retribui.

Mais ainda, outra questão importante é a relação com o estado e as políticas sociais, isto é, as formas como o estado regula e participa activamente na produção das identidades de género, de classe, de «raça», de sexo. Aqui torna-se relevante equacionar o lugar das políticas sociais na eliminação, produção, criação de obstáculos ou de possibilidades para a agência política das mulheres, que será mais desenvolvido na secção terceira deste capítulo. Até porque, como veremos adiante, estes factores são fundamentais quando equacionamos a intervenção feminista das mulheres das classes trabalhadoras e dos sectores sociais com maior desvantagem.

• Formas de negociação no pessoal e no privado

Algumas das narradoras falam mesmo em *negociação* no interior do espaço privado (como vimos no capítulo anterior). Uma das narradoras, depois de ter saído de casa devido aos maus tratos do marido, regressa com a noção clara de que tinha que conseguir organizar as coisas de modo a conciliar as suas condições de vida familiar, de casamento e de trabalho com o marido:

Pensei: «tenho que levar as coisas da melhor maneira para não viver no inferno».

Negociei mesmo. Eu disse assim:

— Não saio mais no carro sem tu ires comigo.” — E é que eu tinha, prontos, tinha um carrito velho.

O que é que acontece? Parece que era a---. (...) E eu aqui para baixo com ele já era preciso empurrá-lo. Depois empurrava-o, chegava lá em baixo, ou brigava ou por isto, ou por aquilo, ou já não tinha marcha atrás, ou não tinha isto e depois não dava porque tinha que o compor, não é? Eu não podia viver assim. (...) Às vezes até ía com o meu cunhado. Uma vez fui com ele, avariou-me lá o carro. Digo assim: «Ai meu Deus, como é que eu vou agora chegar a casa? Quando é que eu vou chegar a casa? (...) Já sei que vou ouvir.» Eu era assim para ele: «Já vou ouvir.»” (Hivi1, Ent3: 33)

Este é um exemplo em como a sociedade não permite às mulheres, e de forma mais gravosa às dos grupos sociais mais desfavorecidos, uma cidadania plena e as empurra para formas de agência política, aqui no privado, que significam uma grande capitulação em relação aos seus sonhos do que gostaria que fosse uma vida familiar para si e para os seus filhos.

Ainda no âmbito do privado, uma outra entrevistada conta como a filha negociou o trabalho doméstico e as responsabilidades do cuidar das crianças quando tivessem filhos: fizeram um contrato por escrito na altura do casamento (ver Hivi 3).

• A política ainda é um mundo muito masculinizado

São diversas as constatações de que a política é ainda um meio com regras e valores masculinos, o que tem parcialmente impedido a participação das mulheres. Em muitos sectores, como os sindicatos, os partidos, as questões de género não são tidas em conta, e sobrepõe-se o ‘falso neutro’, parecendo que se trata de uma questão de mérito, o que esconde as razões objectivas que estão na base da masculinização da política. Apesar de tudo, as feministas têm conseguido introduzir na agenda da política pública algumas questões, umas com mais êxito do que outras, como veremos nas secções finais deste capítulo.

2. A tomada de consciência: aprender a ver e a agir para além de si própria/o

Ver para além de si próprio/a, ou dito de outra forma, a tomada de consciência, é das principais questões abordadas pelas narradoras que têm algum tipo de participação política, quer na esfera estritamente da política pública, quer numa esfera intermédia entre o público e o privado. Para este *click* podem contribuir diversas experiências, sendo algumas das enunciadas: a participação em eventos que transcendam a experiência pessoal até aí, como por exemplo, um encontro nacional de jovens para uma adolescente que nunca tinha saído da sua aldeia, ou um evento de carácter mundial para outras:

Estive nestas lides através da ACAPO. Como representei Portugal várias vezes na União Mundial de Cegos, tive chance de ir ao Canadá e gostei: foi uma experiência muito interessante, porque antes da assembleia propriamente dita, fez-se um forum das mulheres dois dias antes. Aliás, como também já se fez na Austrália, mas dessa vez, à Austrália, não fui. Já não estava na Associação e foi outra miúda lá de baixo de Lisboa. Mas no Canadá fez-se umas jornadas sobre várias temáticas e eu até fiquei numa mesa redonda com umas raparigas da África, do Congo, e da América Latina, também estavam também lá do Canadá e umas japonesas. (Hivi5, Ent2: 13)

A metáfora utilizada por esta narradora é “uma abanão” para nos despertar:

Mas estavam ali todos os países representativos de todos os continentes. Foram quase oito dias, que a Assembleia durou para aí três ou quatro, mas depois nós ainda ficámos e fizemos, assim, pequenas reuniões com outras associações, outra gente da Venezuela e de outros países da América Latina. Da América Latina havia muitos, muitos representantes, muito bom trabalho que eles estão a fazer, lá, muita luta. E vieram umas mulheres muito interessantes. Lembro-me de uma do Paquistão, com quem...

Aquilo foi como que um abanão, um abanão para me despertar: «Mas o que é que tu andas aqui a fazer?!»

Considerava que o meu trabalho era importante, aquilo que estava a fazer com os miúdos da educação, mas achava que se calhar podia fazer mais qualquer coisa, entrar na Associação. E foi por isso que me integrei. (Hivi5, Ent2: 12)

A participação em eventos políticos desde muito jovem, assim como as responsabilidades de direcção, organização e representação, contribuem para criar, desenvolver e cimentar a consciência política:

A seguir estava-se a preparar o Natal, depois não sei não sei que mais, e depois havia um Encontro aqui no Porto, que dessa altura nunca mais me esquece, era preciso vir alguém que representasse a JOC... tinha 15 anos, ainda não devia ter 16. A seguir houve um Encontro de Jovens Adolescentes, no Porto, e elas disseram para eu ir. (Hivi4, ent2: 9)

Se essa participação se conjuga com experiências positivas de satisfação pessoal... temos militante para toda a vida:

Fui e vim de comboio no mesmo dia. Aqui, fiquei muito contente, ganhei muitos prémios, o da poesia, o da corrida de sacos, e tal. Cheguei lá toda contente com os prémios que tinha, e com 16 anos já era responsável pelas novinhas, pelas adolescentes. Com 16 anos, era com as adolescentes, com 18 anos já estava a nível da Distrital, já vinha às reuniões ao Porto e já fui para a equipa nacional e depois nunca mais parei. (Hivi4, ent2: 9)

Alguns destes aspectos relacionam-se com o facto de que a militância é também uma *escola* no sentido em que se aprendem, não apenas valores, mas também factos, conhecimentos vários, novas visões do mundo. Assim, estas formas colectivas de organização, sejam associações, movimentos ou sindicatos constituem-se lugares importantes de aprendizagem e de tomada de consciência¹⁷⁷. No entanto, como desenvolveremos mais adiante, não é linear que a tomada de consciência política signifique automaticamente a adopção de um ponto de vista feminista.

2.1. Articular as posições objectivas com as subjectivas: “o convencimento das pessoas de que têm força, é muito importante”

Para além da tomada de consciência, um aspecto importante na agência política diz respeito à acção. Esta acção depende, de entre outros factores, do desapossamento ou empoderamento das pessoas, que inclui, não apenas a sua posição objectiva nas relações sociais, mas também a sua posição subjectiva, ou seja, as formas como interpretam essa posição objectiva e as possibilidades reais de que dispõem para agir. No campo de intervenção de uma das narradoras, que é o trabalho sindical, isto é tanto mais importante quanto o sector de trabalho é um dos mais frágeis e que está na cauda das condições de trabalho, de salários, de cidadania, que são as operárias têxteis. A narradora, profundamente implicada nos processos que podem possibilitar o empoderamento das operárias, dá diversos exemplos, como o seguinte:

Quando chegamos lá, elegemos uma delegada sindical. (Hivi4, Ent1: 9)

¹⁷⁷ Como desenvolvemos no capítulo teórico, a tomada de consciência necessita de alguns dispositivos em que seja possível uma aprendizagem alternativa à que é fornecida pelas instituições formais e pela socialização generalizada. Peter Mayo (2004) salienta a perspectiva de Gramsci, que considerava difícil que os sindicatos desempenhassem essa importante função. Assim, e citando o autor: “essas instituições reformistas não poderiam promover a imagem de seres humanos como *sujeitos*. Segundo o autor, a classe operária precisava de um veículo que capacitasse os trabalhadores a transcender os seus interesses como assalariados, uma vez que esses interesses são determinados pela relação salarial capitalista. Este veículo seria um movimento social direccionado para engendrar o controle operário. Era o movimento de conselhos de fábrica que forneceria os meios pelos quais o proletariado se poderia «educar a si mesmo, reunir experiência e adquirir uma consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que detêm o poder de estado». Portanto, esse movimento pretendia transformar o local de trabalho, um lugar importante de prática social, em um lugar de aprendizagem de adultos.” (idem: 84)

Telefonaram-me e perguntaram-me "Oh Maria Ermelinda, o que é que a gente faz?" Eu disse "e vocês deixam que ela fique cá fora?!" "Eu não !" e para as outras: "deixaram?" "Deixamos" "mas então ide lá buscá-la". Eles levantaram-se: "Oh Júlia, anda para dentro para o pé da gente!" (Hivi4, Ent1: 9)

E as melhores coisas que elas conquistaram foi quando sentiram que tinham algum poder. Isso é que eu acho que é essencial: é as pessoas sentirem que têm algum poder e sentirem a sua dignidade. (Hivi4, Ent1: 9)

E assim, a força e o poder serão vividos pelas mulheres dos grupos sociais em desvantagem quando e onde forem capazes de construir espaços e tempos de solidariedade entre si, mas também de liberdade pessoal:

...um dia, numa noite de conversa [no acampamento], extasiada de estar ali, diz: isto é uma *zona livre*. Ela sentiu que, pela primeira vez, na sua vida, estava fora da Madeira, fora do ambiente familiar complicado que ela tinha, podia ser de facto livre; estava numa zona onde ela se sentia plenamente livre, completamente livre, podia ser o que ela quisesse ser, sentir, sem estar a viver em opressão, ou pressão ou crítica, e ela disse, "isto é uma zona livre". Nós tínhamos levado um livrinho em branco, para o acampamento, um livro de capa rija, que forramos com papel e pedimos às mulheres para irem escrevendo coisas, desenhando, pintando, fazendo comentários e depois escreveu-se, na capa desse livro, "zona livre", retirado do comentário dela. (EntActiv12: 6)

2.2. A construção do colectivo: a formação de um 'corpo'

Um outro aspecto importante realçado por todas as narradoras com participação política — de diversos tipos — é a importância da formação de um colectivo autoconsciente, de um 'corpo': «todas por um e uma por todas». Este colectivo pode dizer-se, constitui a concretização da transformação da solidariedade mecânica, entre indivíduos, pontual, eventual, para uma solidariedade orgânica, de nível organizativamente superior (coloca-se aqui o problema da militância partidária que neste aspecto é de carácter muito diferente — os interesses individuais são satisfeitos de forma muito abstracta).

Nesta dimensão da participação política, as mulheres enunciaram três momentos ou 'passos': o primeiro lutar contra o individualismo, o segundo pela construção do tal 'corpo'; e o terceiro pela criação de diálogo.

Para se criarem condições de empoderamento dos sectores da população em maior desvantagem como são as operárias têxteis, o primeiro passo é lutar contra o individualismo em que esta sociedade tanto domestica as pessoas:

Por exemplo, uma pessoa vem ao sindicato, «eu venho cá e tal fazer isto tal, tal, tal». «Mas isto é só consigo, só lhe acontece a si?» «Não eu tenho mais colegas, também há mais outra.» Quando elas vêm: «E são só vocês, sozinhas? Não há mais gente com o mesmo problema, não há mais gente

para vir cá tratar desse assunto?» «Somos capaz de conseguir. Vêm mais duas.» «Só duas, mais ninguém?» E elas põem-se a pensar: «Só se fosse a Rosa, só se fosse a Irene. Então quem é que fala para fora? falas tu?» «E depois vocês até vinham cá a um sábado de manhã, depois se calhar combinávamos e falávamos, já falávamos com quatro.» «Está bem.» E quando vinham quatro por aí fora: «não há mais?» (Hivi 4, Ent1: 10)

O segundo passo é a consciência de ‘corpo’ como diz esta narradora, ou dito por outras palavras a formação objectiva e subjectiva de um sujeito colectivo:

Para elas perceberem e combaterem o individualismo, que é uma coisa que ao longo do tempo, e então agora ainda mais se tem de combater. a gente utilizava muito a frase assim: “olha uma coisa se a gente vos calcar um dedo, ou calcar um dedo, quem é que grita? É o dedo? Ai! Pois é, é o nosso corpo todo! Então, as nossas colegas todas, são um corpo, quando algum trilha no pezinho dela ou numa mão, é o corpo todo e o corpo todo tem de gritar. Senão não há um corpo! (Hivi4, Ent1: 10).

Outro aspecto importante, enunciado por esta narradora é a capacidade de criar diálogo, de estar com as pessoas, de falar com elas:

Ter tempo para pensar é uma coisa muito importante, e aqueles bocadinhos que lá estão e nós a querer falar com elas, não estamos a resolver nada, mas está-se a criar um ambiente de corpo e assim, o que é fundamental. (Hivi4, Ent1 : 12)

• Lidar com diferentes filosofias de intervenção e de luta

Embora não seja explicitamente focada por todas as narradoras, esta é uma questão implícita em muitas das suas falas sobre a participação política. Mas Alzira Cordoeiro é uma das que aborda este problema de forma explícita:

Eu não era apologista de associações, era aquele espírito, aquela mania que a gente tem às vezes “ah, associações de cegos são *guetos*” e, de tal maneira, de tal maneira estávamos vacinadas também pelos extremismo daquelas concepções, “ah, tudo só para cegos, não”, etc. E como eu estava com essa filosofia, não senhor, as pessoas têm que estar nos sítios certos com a gente, “não tem nada as associações para cegos, tem que haver associações das pessoas que vão aos bares, que vão às comissões de moradores”. Era assim que eu estava a defender! Quer dizer, uma pessoa cega tem que ir ao bairro e à colectividade do bairro, era mesmo assim. Uma pessoa cega não tem nada que vir para aqui, juntarem-se os cegos sozinhos!... E então, como eu estava com essa filosofia...

Depois, com a experiência e o resolver as coisas, comecei a perceber que eu não podia avaliar as outras pessoas por mim, quer dizer, pela capacidade que eu tinha de ter amigos. Eu também tinha que compreender que havia realidades de pessoas que não era assim para toda a gente e situações que não eram assim tão facilitadoras, até porque crassa bastante analfabetismo e falta de cultura nesta população de deficientes visuais. Por isso, as pessoas estavam muito mais remetidas ao seu isolamento, mesmo a nível do interior e doutras zonas. (Hivi5, Ent2: 11)

A sua experiência reporta-se às filosofias de intervenção junto das populações cegas e amblíopes, no entanto, pode aplicar-se intervenção em qualquer área da participação política.

2.3. Estratégias de força e poder

Outra dimensão em causa na participação política é a aquisição objectiva e subjectiva de força e de poder. E esta dimensão tem, em si mesma, uma tripla face: por um lado, a elaboração de estratégias para a aquisição de real força e poder; por outro, a articulação entre a força e poder objectivos e as noções subjectivas de empoderamento ou de desapossamento; e, por último, a meta da aquisição de força e de poder que, para estas narradoras, tem a ver com a conquista de espaços e tempos de liberdade.

A greve, “parar”, é, tradicionalmente, uma arma, uma das mais importantes formas de luta forjadas pelo movimento operário e constitui uma demonstração de força por parte dos grupos sociais que, situados no lado mais frágil da cadeia de produção, enfrentam o lado poderoso:

E as pessoas vão percebendo, e muitas das greves que fizemos, até nem eram por coisas, era por exemplo, “o patrão veio dizer ao pessoal do escritório para pôr na rua! E nós que é que fazemos? Não deixámos. Parámos.” “Pois, fizeram muito bem!” (Hivi4, Ent1: 10)

Usada sobretudo nos contextos de enfrentamento de “o trabalho contra o capital”, a *greve* foi também utilizada por outros movimentos sociais, mostrando que “baixar os braços” colectiva e simultaneamente (coordenadamente), pode ter bastante impacto: os dois casos mais conhecidos foram a greve sexual das prostitutas em França nos anos 1970 e a greve ao trabalho doméstico pelas feministas, também em França. Ambas mostraram a força e o valor das mulheres e as consequências sociais se elas resolverem, organizada, coordenada e simultaneamente — ou seja de forma revolucionária — deixar de desempenhar as funções que lhes estão atribuídas [pelo sistema]. Em Portugal, esta estratégia nunca foi utilizada senão pelo movimento sindical e pontualmente por sectores operários sem intervenção dos sindicatos.

- **Alargar: envolver a vizinhança, outros colectivos ganhar a solidariedade de outras pessoas**

Trazer outras/os para a luta que se está a desenvolver é uma estratégia e uma meta essencial para ganhar força e poder:

Aquilo foi engraçado porque a gente procura em todos os conflitos, que isto é muito importante, agora já se diz, eu tenho andado anos e anos a repetir isto, que as pessoas para entrar, disse, a gente quando pára uma empresa tem que envolver a vizinhança. É absolutamente necessário saber

desenhar envolver a vizinhança. “Então, oh Maria Emília, mas a gente não precisa.” “Não mas a gente vai que é para elas estarem com vocês!” [...] Passado pouco tempo, já vinha, já havia lá caixotes de tomates, caixotes de maçãs, caixotes de batatas, e elas disseram “oh Maria Emília mas a gente não precisava”, “não precisas, vais àquela mocinha”, que é uma ucraniana que está lá e ela precisa. (Hivi4, Ent1: 11)

Acho que isto é muito importante para envolver aquela gente toda, a vizinhança toda e tentar ganhar corpo! E ganhar que a vizinhança para que esteja com elas! E que se sinta que está solidária! E o patrão, que para a vizinhança no início era ‘o patrão’, depois todos diziam assim: “ai, se fosse a vocês levava tudo embora!” (Hivi4, Ent1: 11-2)

Esta estratégia é fundamental para o não isolamento das lutas sociais e para a agência política. No entanto, fica-se ainda por uma perspectiva da vida social assente nas divisões de classe, sem equacionar a hierarquia de género. A solidariedade aqui solicitada de *outras mulheres* é construída na base dos papéis de género que as coloca mais próximas das questões do quotidiano, alimentação, reposição da vida diária, necessárias em situações de paralisação e de greve. Como veremos adiante, é uma estratégia crucial nas lutas das mulheres e no movimento feminista, nem sempre suficientemente valorizada pelos colectivos feministas.

• **Ter voz: fazer-se ouvir e ser ouvida, ser reconhecida**

Fazer-se ouvir, no sentido de que aquilo que dizemos tem impacto em quem ouve, e produz alterações (confrontar com Magda Gere Lewis e as questões do silêncio das mulheres) é uma das questões fundamentais para o sujeito político e para a transformação social. Um das narradoras articula esta questão com o ganhar força, aliando diversas associações, aquilo que designa de ‘representatividade’.

Nessa altura existiam três associações, uma era aqui no Porto, que era no Bonfim, que se chamava Associação de Cegos do Norte de Portugal e que ainda hoje permanece, e duas em Lisboa, que era a Associação dos Cegos Luís *Braille* e a Liga de Cegos João de Deus.

E depois eu tive a consciência disto: que nenhuma era representativa de coisa nenhuma, porque nas Uniões Europeias e nas reuniões mundiais era o Estado que estava a representar Portugal, um técnico do Ministério, não era ninguém de nenhuma associação! Porque não havia, propriamente, capacidade de representação. Quem poderia ser porta-voz? Seria o Porto, Lisboa? Então fomos, enveredámos para trabalhos de reuniões e assembleias constituintes e criou-se, claro, com algumas pessoas que não quiseram, mas a maioria venceu, fez-se assembleias nas três associações e as pessoas votaram a unificação e partimos para a unificação. (Hivi5, Ent2: 12)

Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, que é unificada, a ACAPO, que agora já tem uma delegação em Coimbra e tem outras delegações locais e está descentralizada. E foi a partir daí que se criou a nossa representatividade na União Europeia de Cegos e na União Mundial de Cegos.

Há um espaço para os países da União Europeia se juntarem, delegações de todos os países da União Europeia, dos quinze países. Depois, há projectos e programas, desde o Horizon, o Petra, e o Leonardo de Vinci, que também tinham geralmente coisas para a ACAPO fazer. A ACAPO

candidatava-se e outros países candidatavam-se em parcerias. Por exemplo, criou-se a escola de formação também foi com parcerias com outros países, a formação profissional, e por aí fora. (Hivi5, Ent2: 13)

• Agência política e diferença social

Nas histórias de vida e nas narrativas emerge, com alguma evidência, por um lado que as condições sociais e culturais das mulheres condicionam as suas possibilidades de agência política e, por outro, que as suas perspectivas acerca da acção e da política também introduzem diferenças nas formas como se pensa o colectivo mulheres. Assim, algumas mulheres vêem a sua agência restringida e mitigada e outras investem a sua atenção num dos aspectos da subordinação das mulheres, pensado por elas como sendo o mais relevante. Assim, a deficiência visual, a orientação sexual e a classe social são vistas por algumas das entrevistadas como situações específicas de discriminação e opressão que, em alguns casos, lhes torna difícil estabelecer alianças com outros sectores de mulheres.

Ermelinda Ribeiro tem sido sempre uma militante e estrutura subjectivamente a sua vida em torno dessa militância:

Isto tem sido a minha vida, não tem partes, tem sido uma sequência, uma como já lhe disse uma tomada de consciência da exploração das mulheres e, através da JOC, com 14 anos 15. (Hivi4, Ent1: 1)

Começou a sua intervenção nos anos 1960, no período da ditadura, onde foi construindo a sua maneira de estar no mundo e a sua perspectiva sobre as coisas e as vidas:

Mas procurávamos intervir. Em sessenta e nove, ainda concorremos com uma lista ao sindicato, com gente que era na altura organizada no PCP e malta da JOC, em Santo André. (Hivi4, Ent1 :6)

O enorme abismo entre as classes sociais e a extrema pobreza e exploração que caracterizou a época formou uma firme consciência de que existem mundos diferentes que dividem profundamente homens e mulheres de outros homens e de outras mulheres:

Foi uma luta difícil. Nesse tempo, as esposas dos industriais tinham as suas actividades: no Verão, faziam as colónias de férias para os meninos filhos dos operários e levavam-nos para as Caxinas ou assim. Geralmente, como as famílias eram grandes, levavam [só] um ou dois filhos de cada casal. As pessoas, na altura, nem pensavam ir para a Póvoa, nem para a praia nem nada, aquilo era uma coisa que ficava longe do horizonte. (Hivi4, Ent1: 2)

Já reconhecidas na zona, foram contactadas pelas organizadoras das colónias de férias:

Disseram-nos: «Olhem, a gente vai fazer estas colónias de férias, é muito bom para os meninos.» Eram noelistas, assim um grupo das meninas da *finesse* que iam para lá tomar conta dos meninos.

Os meninos iam lá e as pessoas diziam: «ai que boas, ai que boas que elas são». Bem, nós reflectíamos isto em equipa. E um dia fomos convidadas para ir à colónia de férias, e lá fomos. Estivemos, observamos e elas diziam assim: «Têm alguma coisa que dizer? Não está tudo limpinho? Olhem, nós dormimos aqui, os meninos aqui. Vêm? Aprenderam a comer de faca e garfo...» — era o mais essencial, para elas! — « aprenderam a tomar leitinho, pão com manteiga... Nunca tinham comido manteiga, alguns até vomitam...» — claro, não estavam habituados! — «ficam habituadinhos a tomar banhinho todos os dias...» — o que era um suplício para quem estava habituado que tomar banho era lavar os pés, porque naquela altura ninguém tinha casas de banho. (Hivi4, Ent1: 4)

Havia lá um livro onde as pessoas tinham que escrever o que é que acharam da colónia e a gente começou logo a ver: «pois é, eles vão restituir um bocadinho daquilo que roubaram todo o ano. E ainda pssam por muito bons! E os pais ainda passam por desgraçadinhos porque os seus meninos, para irem um bocadinho à praia, tiveram de ir com a D. Madalena e mais a D. não sei o quê. (Hivi4, Ent1: 4)

E elas, pronto, foram-nos mostrando aquilo tudo, e os meninos a comer, etc., e quiseram que a gente escrevesse. Então a gente escreveu uma coisa tão simples como isto: «Visita da JOC à colónia de férias de tantos de tal, na Póvoa de Varzim, é preciso que os pobres existam para que os ricos se realizem.» (Hivi4, Ent1: 4-5)

Pelo testemunho de Ermelinda Ribeiro, podemos constatar que a questão da consciência não está apenas do lado das trabalhadoras:

E elas até choraram porque estavam convencidas [de que estavam a fazer bem]. Uma delas até era muito minha amiga e eu disse-lhe: «Lininha, tenha paciência, mas nós vivemos em dois mundos diferentes. Isto não é para a afrontar a si, é para afrontar as situações, não é para a afrontar a si, porque você é que deixou o seu quartinho muito arranjadinho para vir dormir num corredor, num divã. Não é para a afrontar a si, é para as pessoas perceberem, para os pais não terem vergonha, que os pais não tenham vergonha, e não venham depois muito agradecidos por isto [a colónia de férias] ter acontecido. (Hivi4, Ent1: 4)

Ainda hoje considera a actividade sindical como estruturadora das vidas das pessoas e um exercício de cidadania:

Ainda hoje nós dizemos: “oh Inês, o trabalhador tem direitos e tem deveres”. Quando os delegados sindicais vêm [ao sindicato tratar de alguma coisa] falamos com elas: “Quanto ganhas? Tu quanto ganhas?” E as pessoas começam a perceber. Tem que ser assim, aos pouquinhos para as pessoas perceberem. “Tu, olha, quando o patrão vier ter contigo dizes-lhe isto assim: “Eu estou aqui para defender os direitos dos trabalhadores. Para defender as coisas do Sr estão aqui as encarregadas todas.” (Hivi4, Ent1: 9)

Uma componente importante deste trabalho é, podemos dizê-lo, pedagógico, aspecto que desenvolvemos com mais pormenor no capítulo da educação:

Hoje ninguém faz isso! [conversar com as pessoas] (Hivi4, Ent1: 9)
 Porque é a forma de se ir transformando. Eu olho para um comício e digo “isto não deu em nada”. Ainda desta vez estive aqui, numa reunião de delegados sindicais, o Carvalho da Silva, mas o discurso aqui foi igual ao que fez no Conselho Nacional! (Hivi4, Ent1: 12)

Das nossas narradoras, encontramos alguns exemplos de participação em acções e organizações do movimento operário, em organizações sindicais, e outras que algumas/ns

autores vêm designado de *advocacy*, aquelas que, de alguma forma, se ‘especializam’ num problema, neste caso, das mulheres ciganas, das lésbicas, ou de invisuais.

Para umas, a participação de todas/os na tomada de decisões é o aspecto fundamental da organização, parece até a sua principal razão de existência: a organização, neste caso sindical, é o que os seus membros decidirem e o que decidirem está bem decidido:

Para mim, o essencial é pôr os trabalhadores a participar, o que os trabalhadores decidirem colectivamente é bom para o sindicato; pôr os trabalhadores a decidir e depois ajudá-los a ser responsabilizados naquilo que eles decidiram. (Hivi4, Ent1: 16)

Esta entrevistada dá também muita importância ao facto de o trabalho político sindical ser independente do trabalho político partidário e faz questão de realçar a sua independência:

Fui tomando depois consciência ao longo do tempo. Fui convidada para ser Deputada pelo PCP, para a Assembleia e podia ter, já hoje, a minha reforma mais que ganha. Mas sempre defendi que os sindicatos eram autónomos dos partidos, e quis sempre provar que assim era porque era assim que eu fazia. (...) Eles podiam ter as opções que quisessem, mas nos sindicatos não fazíamos propaganda partidária. Até os delegados nunca vieram com o autocolante ao peito. A gente dizia: “dentro dos sindicatos, não há autocolantes nem há nada”. E a propaganda política não dá entrada, pode-se receber mas nem dá entrada no correio. Ninguém de nenhum partido. (Hivi4, Ent1: 13)

Isto é aliás realçado também por outras entrevistadas noutro tipo de organizações, feministas, lésbicas ou outras. Uma das entrevistadas realça o carácter autónomo da organização a que pertence, o que não é, do seu ponto de vista, de forma nenhuma impeditivo da sua filiação partidária, já que as outras pessoas, membros da organização e suas pares, sabem dessa filiação e algumas também têm outras filiações e lidam com essas diferenças com a capacidade de discutir e aceitar pontos de vista diferentes e, simultaneamente, estarem dispostas a colaborar em acções acordadas.

No caso das pessoas portadoras de deficiência, no caso da nossa entrevistada, trata-se de cegos e amblíopes, é muito importante para ela a capacidade da organização lutar contra o que ela chama a ideologia do “miserabilismo”, no fundo por uma cidadania plena, também para cidadãos/as portadoras/es de alguma deficiência (diferente de das mais habituais):

Hoje, há a integração a nível das telecomunicações, informática... pronto, resolveu-se alguma coisa. O grande problema é que... falta-nos um bocado de dinheiro! As coisas são muito caras, os materiais são caros, são todos muito caros. Felizmente agora acabou-se com aquele miserabilismo, daquele sorteio, que era uma coisa horrível, que não adiantava muito, um carro, uma coisa que não interessa. Dava dinheiro, mas passava uma imagem muito denegrada. (Hivi5, Ent2: 13)

Podemos encontrar aqui uma ponte com a organização lésbica a que pertence uma das entrevistadas: a organização tem assim o objectivo de criar condições para que as

mulheres (ou homens no caso dos cegos, também) se sintam melhor na sua pele, com aquilo que são, resistindo e desafiando as identidades atribuídas e o desconhecimento ou mal reconhecimento de que são alvo:

E processo em si foi giro. Surgiu o entusiasmo e a vontade de avançar, não sabíamos muito bem como, nem para onde, mas sabíamos essencialmente que queríamos conhecer outras lésbicas e queríamos juntar as mulheres e queríamos que as pessoas se sentissem melhor na sua pele, que não se sentissem tão sozinhas... (EntActiv12: 2)

Muito poucas mulheres explicitam gostar do poder ou de cargos de direcção e de responsabilidade. No entanto, algumas das mulheres entrevistadas que mais têm sido citadas neste capítulo, assumem-no com a consciência de que a questão não está no poder ou no cargo, mas na forma como o assumimos, ou eventualmente como ficamos com apego de tal maneira que nos deixamos levar para qualquer tipo de compromisso só para o manter. Uma delas diz mesmo:

Sempre gostei do poder. É verdade, afirmei-o em 1986, numa entrevista ao Diário de Notícias, à Maria Antónia de Sousa, quando estive na Câmara, e dizia na altura, que não tinha receio de dizer que gostava; não era do poder pelo poder; gostava do poder, e o que podia estar errado era o exercício do poder. Gostar do poder não faz mal. O exercício do poder é que é perigoso se não fôr através de projectos e de objectivos muito concretos. (EntNarrativAutog28: 4)

Mas a agência política das mulheres nem sempre é exercida no sentido de pensar e transformar a situação social em termos de género, nem com base na condição *feminina* de algumas militantes. Assim, conceptualizamos uma distinção analítica entre agência política das mulheres e agência feminista, em que esta última parte da análise do colectivo social das mulheres e equaciona estratégias e acções no sentido da resolução da contradição de género. E é sobre esta agência política de cariz feminista que desenvolveremos nas secções seguintes.

3. A construção do sujeito político feminista

Pensar a diversidade entre mulheres como uma riqueza permite ao feminismo equacionar alternativas mais autênticas em termos de transformação social. Como afirma Sheila Radford-Hill (2000), necessitamos de uma compreensão da diversidade, quer através dos estudos empíricos, quer através do activismo, para conhecermos de que maneira as diferenças entre as mulheres são relacionalmente constituídas, e podermos desenredar os

nós que têm impedido a construção de teias mais alargadas de alianças feministas. A autora acrescenta a importância de um “enquadramento estratégico” que permita às/aos teóricas/os e investigadoras/es compreender como emergem as diferenças entre as mulheres e como funcionam umas em relação com as outras, onde possamos identificar os aspectos individuais e comunitários das experiências que “devem ser compreendidas como parte de um todo” (2000: 16-7). Nesta procura, identificamos algumas questões que passaremos a enunciar.

3.1. Ultrapassando obstáculos

- **Consciência de classe e consciência feminista**

A consciência de classe, na medida em que estabelece uma linha divisória bastante definida, entre as mulheres pode constituir-se, umas vezes um entrave, outras uma demora na percepção de que a discriminação e a opressão a que as mulheres estão sujeitas por vezes se articula com a exploração mas por vezes se distingue:

Acho que há pessoas que gostariam de fazer outras coisas e que não têm essas possibilidades. Eu por acaso tive sorte; também tenho uma vontade e um certo orgulho de fazer as coisas bem, e tive principalmente sorte. Porque embora a vida não tenha sido sempre rosas, fui uma pessoa que tive mais sorte para umas coisas do que para outras! (...) E há outras pessoas que não têm essa possibilidade, portanto era de facto uma visão do mundo... Mas, claro, uma pessoa está numa cidade, portanto, entranha pelos ouvidos também relativamente às questões das mulheres. Portanto, sempre fui contra o tratamento das mulheres como um grupo que era preciso ter em atenção. Dizia sempre: «as mulheres não são nenhuma deficientes». (Ent1NarrativAutog24: 1)

Mesmo a constatação da discriminação ou de subalternidade não conduz necessariamente a uma consciência de que tem a ver com a divisão social entre homens e mulheres, isto é, com a hierarquia de género na sociedade patriarcal:

Sempre achei também que, relativamente mesmo à minha prática desportiva como jogadora, como treinadora, como dirigente, era profundamente discriminada. Mas não era muito consciente. Por exemplo, tive que andar à porrada com os gajos do hóquei, porque o nosso tempo de treino começava às 10, e aquilo era sagrado para mim e os gajos tinham que sair! E eles vieram-se para nós com os stiks do hóquei... Sentia que havia ali qualquer coisa mas não era uma coisa consciente, nem formalizada, nem pensada como deve ser. (Ent1NarrativAutog24: 1-2)

- **O corte com a concepção das mulheres “companheiras dos trabalhadores”**

Nesta ordem de ideias, há uma ruptura importante a fazer, se quisermos pensar uma agência política feminista e que tem a ver com a especificidade das lutas das mulheres, não obstante a importância de articular com as outras formas de exploração, discriminação

e opresão. Exactamente na medida em que esta especificidade não é tida em conta, podemos dizer que a concepção de um movimento de mulheres ao serviço de “outra coisa mais abrangente” tem ensombrado o movimento de mulheres em Portugal¹⁷⁸, e marcou algumas organizações portuguesas. Algumas romperam com essa concepção, como nos relata uma das narradoras:

Numa primeira época, havia toda aquela ideia, que eu acho que o PC ainda hoje tem, que é a das mulheres “companheiras dos trabalhadores”: há o movimento geral dos trabalhadores, onde estamos todos incluídos, e pronto, toca a andar. (Hivi9, Ent1: 5)

Havia uma perspectiva de organizar as mulheres que era uma perspectiva, às vezes, utilitarista, mas não só, também era depreciativa, ou seja, as mulheres não tinham nem condições nem capacidades para estar no *partido*. Não era o partido que tinha que se adaptar para que as mulheres lá estivessem dentro, o partido tinha aquela atitude formal: é assim que é para as mulheres! (Hivi9, Ent1: 6)

Também havia para a juventude, mas a ideia não era exactamente a mesma. Porque na juventude havia sempre maior investimento: “são os quadros de amanhã”, “é preciso puxar por eles”, e tal... As mulheres ali estavam, estiveram e estão do “nosso lado”. Em certa medida e levando até às últimas consequências, estão controladas, é mesmo assim, e dá jeito! Quando volto mais activa ao movimento feminista, já deparo, em termos ideológicos, com um corte com esta questão. Não vivo esse corte, mas quando eu chego já está feito esse corte. (Hivi9, Ent1: 6)

Para a dificuldade de enfrentar esta concepção contribuiu o facto de as questões de género não estarem assumidas nos outros sectores da sociedade. Esta entrevistada exemplifica o caso dos sindicatos, as organizações de juventude e os partidos:

Aqui, os sindicatos poderiam ter um papel muito importante, que não têm. Acho que as questões das mulheres no movimento sindical é uma questão a pegar. As mulheres não foram dentro das estruturas da CGTP, não foram nos sindicatos. Há muito a ideia reaccionária, mesmo, entre militantes progressistas! Lá está um grande trabalho a fazer. Os partidos, e os partidos de esquerda, eu acho que não assumiram nem assimilaram as questões do patriarcado. Desculpabiliza-se muita coisa, porque não há um afrontamento, não fomos ainda ao fundo nessa matéria. (Hivi9, Ent1: 11)

Na juventude, nós não tínhamos muito a ideia, não trabalhávamos muito as questões de género, nem das mulheres, não estava interiorizado. (Hivi9, Ent1: 5)

• As dificuldades de organização das mulheres trabalhadoras

A construção de uma política feminista passa, assim, por encontrar formas organizadas, mais ou menos colectivas, de intervenção. Aqui, destacam-se algumas dificuldades, primeiro, em relação às possibilidades de alguns sectores de mulheres, segundo, em relação às concepções sobre o que é organização, e terceiro, no que diz respeito às diferentes formas de participação de que as mulheres dão conta.

¹⁷⁸ Mais recentemente, a justificação da saída da violência da CIDM para a Secretaria de Estado da Segurança Social, da Família e da Criança surge exactamente na justificação de que as questões da violência, se retiradas de uma perspectiva de género, serão equacionadas de forma “mais abrangente” (ver artigo no *Público*, “Até parece...”, Março 2005.

Neste sentido, as diferenças *entre* as mulheres notam-se também nas possibilidades de se organizarem. A dupla tarefa, a que já fizemos referência, assim como as duras condições de vida são factores importantes que têm impedido a participação das trabalhadoras no movimento:

Agora, temos outras questões, por exemplo, as mulheres trabalhadoras. Temos uma ou outra, mas se queremos ser realistas, a base das mulheres militantes e das mulheres mais activas não são mulheres trabalhadoras das oito horas por dia. São professoras, etc. Acho que junto das mulheres trabalhadoras ainda é preciso fazer muito trabalho. O problema da dupla tarefa continua a ser determinante: quer dizer, de facto, a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi fundamental, não vamos estar contra isso, muito pelo contrário, mas trouxe uma dupla tarefa e isso veio dar-lhes mais trabalho, objectivamente. A vida é muito dura. É muito difícil chegar a essas mulheres. É possível trabalhar com elas, é possível chamá-las a acções, a questões concretas, mas é muito difícil organizarem-se. (Hivi9, Ent1: 11)

Margarida Pimenta relata algumas das estratégias para chegar às mulheres trabalhadoras, as dificuldades, os episódios:

Começámos o trabalho de falar com uma aqui, outra ali, um trabalho muito difícil, muito complicado, falávamos à hora de almoço na fábrica, ou até se chegava mais cedo, antes de abrir, porque à saída era praticamente impossível porque iam a correr para casa. (Hivi9, Ent1: 4)

Tinha que ser assim: íamos a casa de uma, depois íamos a casa de outra, depois era preciso ter cuidados com o marido porque nem todos os maridos alinhavam nisto... E tivemos muita dificuldade em conseguir encontrar um dia, um local e uma hora em que nos pudessemos juntar todas. Tivemos muitas tentativas falhadas (Hivi9, Ent1: 4)

... até que houve um belo dia que conseguimos e, então, para as irmos buscar a todas e para as levarmos para a casa de uma, vamos num mini. Estamos com o carro cheio de mulheres, e... avaria num descampado!... Chovia por todo o lado. Só sei que andei a empurrar aquele malfadado carro com água até ao joelho e nem realizámos a reunião porque o mini não pegou! A nossa frustração, no dia em finalmente tínhamos todas as mulheres juntas, estava tudo combinado, e o carro avaria nesse dia! Quando conseguimos desatolar o mini, eram horas de as mulheres irem para casa, as que estavam connosco! Portanto, a reunião ficou inviabilizada. (Hivi9, Ent1: 5)

As dificuldades constituem-se também na própria concepção de *organização*, no estilo de trabalho e de reuniões:

Havia muitas dificuldades em organizar as mulheres: dificuldades delas próprias e também devido à visão um bocado fechada que se tinha da organização, porque, visto com outros olhos, poderíamos ter encontrado formas mais flexíveis, mais alijeiradas de organizar. Na prática, o que acontecia era, se havia plenário na fábrica, ia-se preparar nem que fosse à hora do almoço, com o cafêzinho, e acabava-se por fazer formas de organização e de actuação mais alijeiradas, mas depois não era valorizado em termos organizativos. Eu acho que esse trabalho foi muito importante e conseguiram-se algumas coisas... Era muitas vezes um trabalho quase feito de pessoa a pessoa, às vezes de dentro para fora da fábrica, embora a gente estivesse em todas as fábricas. Mas as condições também não era fáceis, naquela altura, com o PCP com uma grande influência, os sindicatos com coisas organizadas, mas fez-se. (Hivi9, Ent1: 5)

Nesta ordem de ideias, a agência colectiva feminista passa por trabalhar organizadamente, mas de forma flexível, onde o *corpo presente* não é a única forma de participar, colocando-se a necessidade de fazer a articulação:

Voltando à questão das organizações das mulheres, eu penso que, hoje, e agora reportando-nos à nossa experiência e não às outras organizações, é mais fácil organizar as mulheres porque a organização não é tão rígida. A UMAR também já teve o seu tempo em que era uma organização nacional com concelhos regionais e núcleos. Hoje, não tem nada disso: as pessoas juntam-se e trabalham, por objectivos, até alguns pontuais! Porque não se pode pensar que uma organização de mulheres é uma cópia das outras organizações e muito menos dos partidos. Nem podemos pensar que as pessoas estão numa militância a cem por cento em todas as frentes, e nisto e naquilo. Não: é consoante podem. Agora, é preciso sabermos articular isto, é muito mais difícil trabalhar... E não é controlável. Essa é uma questão fundamental! Se nós tivermos uma organização deste tipo, que queremos controlar, mais vale não ter. Devemos partir do princípio que não queremos controlar! Não queremos mesmo! Do meu ponto de vista, nem se justifica. (Hivi9, Ent1: 10)

Mais ainda, algumas mulheres não se sentem bem a participar em *colectivos*, como sinalizámos noutra investigação (Magalhães 1998), nem em acções que envolvam muita gente. Uma das entrevistadas sinaliza este aspecto:

Manifestações não é comigo, não consigo meter-me numa multidão.
E a seguir ao 25 de Abril, havia muita coisa. E eu manifestações, não é comigo. Não é, porque as multidões... Eu não consigo meter-me numa multidão. Não consigo! Numa multidão, fico isolada, e até me dá vontade de chorar. As multidões comovem-me, assim como os espaços muito abertos. (Hivi3, Ent2: 10)

E assim, com base nas subjectividades de algumas das entrevistadas, a agência política feminista inclui alguma forma de intervenção política em termos de participações diferenciadas e flexíveis que, de alguma maneira, se articulam no sentido de produzir mudança no sentido da igualdade de género, ultrapassando a “hermenêutica da presença”, como é habitual em alguns tipos de participação política, por exemplo partidária e sindical, que dificulta e muitas vezes impede mesmo a inclusão das mulheres.

• Para além da voz: o corpo e a participação das mulheres num movimento social feminista

A complexidade das subjectividades e da acção e agência individual e colectiva articula-se com conceitos como silêncio e voz, invisibilidade e aparência. Se a voz, isto é, se ter uma voz, foi e tem sido uma das linhas da argumentação feminista (e da política em geral) para melhorar o estatuto social das pessoas, neste caso, mais especificamente das mulheres, ela constitui também um dos processos que pode contribuir para a diminuição da sua

agência; por seu turno, silêncio, conceptualizado durante muito tempo como sujeição, passividade e aceitação, pode constituir-se como forma de agência, minando as vozes poderosas, tornando frágil e fátuo um consentimento tácito. Da mesma forma, a invisibilidade tem sido pensada como forma de opressão, tendo-se salientado o seu oposto como alternativa emancipatória; no entanto, se em alguns casos a invisibilização se constitui como estratégia de agência e de empoderamento, noutros a visibilidade constitui-se como processo de desapossamento na medida em que aparecer implica exposição do corpo e da pessoa que fica sujeita aos processos sociais da sua negação.

A pele negra ou morena, as rugas, o corpo não conforme à feminilidade, as diferentes in/capacidades, desempenham um papel importante na construção das identidades sociais, constituindo-se muitas vezes como obstáculo, como é o caso das pessoas portadores de alguma deficiência, das lésbicas e dos gays, das/os negras/os. Por exemplo, Alzira Cordoeiro articula o momento em que obteve uma *bengala* e aprendeu a mobilidade como “marco histórico”:

E quando eu que realmente tive a primeira vez com a bengala isto também foi um marco histórico para mim. Quando me põem a bengala na mão, eu rejeito-a: não me queria visualizar com uma bengala na mão. É das coisas piores que acontecem, por exemplo, alguns cegos com quem falo às vezes. É como se nos estivessem a pôr uma máscara daquilo que não somos: visualizar-se com uma bengala na mão. (Hivi5, Ent1: 7)

Uma pessoa muito bem arranjada, a visualizar-se assim bem arranjada e depois com uma bengala!... (Hivi5, Ent1: 7)

Ou até mesmo tentar esconder os olhos que estão semi cerrados, que não estão ‘naturais’, são dramas para as pessoas. (Hivi5, Ent1: 7)

Como esta narradora, muitas feministas articularam, num ou noutro momento, o grito “eu não sou isto, sou outra coisa cá dentro” (ver Hivi 5). Também num debate sobre lesbianismo, uma oradora expressava: “eu não sou mulher”, isto é, “não sou *esta* mulher que a sociedade me obriga a ser”¹⁷⁹.

Nesta ordem de ideias, visibilidade consistiria, então, numa primeira etapa de afirmação em que, para além da voz, uma cidadania de corpo inteiro para as mulheres começaria a ter lugar. Uma das entrevistadas fala também das questões da visibilidade articulando como esta pode ser também uma forma de poder:

Mas a questão da visibilidade também é um pau de dois gumes. A visibilidade, ao mesmo tempo que nos expõe publicamente e que nos torna muito mais vulneráveis a qualquer tipo de reacção das outras pessoas, seja ela positiva ou negativa, a visibilidade pode também ser uma excelente

¹⁷⁹ In *Público* Nov. 2001, a intervenção foi de Fabíola Cardoso, na altura presidente do Clube Safo, e o debate realizou-se na Faculdade de Arquitectura do Porto.

carapaça, uma excelente forma de poder, uma excelente forma de protecção. Uma coisa é chamar 'fufa' a uma fulana qualquer da rua, uma coisa é encostar, meia dúzia de gajos encostarem uma fulana que sabem que é 'fufa', na rua, e dar-lhe uma surra, ou violá-la. Outra coisa é fazer isso a uma fulana que vai à televisão ou que vai ao telejornal. E que essa fulana, a seguir pode denunciar, tem esse poder de... (EntActiv12.3: 17)

No entanto, *aparecer* seria lutar por um lugar diferente do que nos é atribuído pela visibilidade social, afirmando a positividade do que até aqui tem estado carregado de negatividade.

Apesar da lei geral portuguesa promover esta igualdade, a recente história das mulheres portuguesas mostra que a mudança da lei não tem sido suficiente, em Portugal, para mudar a opressão das mulheres. Manuela Silva (1999; 2000), Ana Maria Braga da Cruz (2000), Virgínia Ferreira (2000) e outras autoras têm desenvolvido este aspecto, sendo que alguns aspectos das vidas das mulheres são ainda uma lacuna em termos de uma igualdade efectiva. É neste contexto político para as mulheres, neste momento da "internalização da igualdade de género nas políticas públicas", que se discutem, neste trabalho, duas reivindicações actuais no movimento feminista português e que consistem no aborto e na "violência contra as mulheres", salientadas pelas narradoras.

3.2. Construindo uma política feminista

- **Encontrar-se e reconhecer-se como *mulher*, aprendendo com as outras mulheres**

E tal como vimos em relação à tomada de consciência no que se refere à condição de exploração e discriminação pela classe, pela orientação sexual ou pela capacidade, idade, etnia e «raça», também a percepção de que vive circunstâncias da sua vida que se devem ao facto de ser *mulher*, constitui um aspecto importante para agência feminista. E esta percepção articula-se com a noção diariamente confrontada de direitos que não são concretizados, o que, na expressão de uma narradora a fez "abrir os olhos":

"Mas eu por... por passar essas é que eu abri os olhos e disse assim: Mas isso não pode ser assim, caramba, tenho que me pôr dura, tenho que... mas o que é isto?" (Hivi1, ent5: 28)

Para isto muito contribui o conhecimento de outras situações que, semelhantes à sua vivência, são resolvidas pela mulher através de algum tipo de posição de força:

Então a mulherzinha trabalhava para ele, trabalhava para os filhos, ainda trabalhava para ele e ele ainda estava mal contente? Ele ainda chegava e ainda lhe aquecia o pêlo?! E ela, então, *bumba* em cima dele também. «gostaste? Eu também não gosto!» (Hivi1, Ent. 5: 32)

Também uma outra entrevistada, vizinha desta narradora, expressa este mesmo processo de “abrir os olhos”:

A gente dantes era assim, naquele ambientezinho, mas a gente tem que abrir os olhos...” (32)

Esta vizinha, ao falar de Hercília de Nogueira que “deu uma pedrada” no marido que a espancava, designa-a como *mulher activa*, e chama a si o seu exemplo para a sua situação pessoal:

... e gosto dela porque ela é uma mulher activa, uma mulher *activa*, que eu também podia ser na mesma” ((EntNarrativAutog24: 28)

Assim, as mulheres que fomos conhecendo mostram, de uma ou outra forma, que na sociedade portuguesa ainda existe muita discriminação de género e algumas explicitam-no, ao mesmo tempo que algumas referem que esta consciência não se transforma numa consciência activa:

Eu acho que houve evolução: as mulheres sentem a discriminação, tirando algumas excepções que têm a mania que já são emancipadas, têm consciência que são exploradas. O que eu sinto com as mulheres com quem falo, e agora estamos a falar das mulheres em geral, que não são militantes, que não têm uma tradição de estar em organizações, quando se trabalha com elas, elas dizem: «ah! Mas isso é o que eu sinto!» Ou então dizem-nos por outras palavras. *Sentem-se* discriminadas, só que não têm uma consciência muito activa neste aspecto. Acho que isso tem contribuído para que o movimento feminista seja praticamente marginal: convenhamos que é praticamente marginal. Agora, há trabalho que a gente não pode dizer que não foi feito, até nas escolas, as sessões com alunos/as, mas não há uma rede suficiente para capitalizar isto. (Hivi9, Ent1: 14)

Para esta falta de “consciência activa”, isto é, para além do sentimento de discriminação a passagem a uma acção transformadora, também explicitada pela narradora da Hivi4, contribui a ideologia do individualismo, “leitura umbigal da vida e das coisas”, como lhe chama uma das entrevistadas, como ideologia propagandeada e perversiva na sociedade liberal e capitalista dá conta de parte de alguns dos processos que contribuem para obstaculizar a construção do sujeito político feminista:

Em 94 eu, devo-te dizer que nessa altura era completamente contra esta história do mulherio, não tinha pachorra, achava que o discurso que vinha cá para fora sobre a questão das mulheres era de tal maneira do tipo “pobrezinhas, coitadinhas” que aquilo me irritava muito. E eu estive num campo que era o desporto, que é um campo muito masculino, e para vencer nesse campo tive que adoptar todas as posturas masculinas normais, e... consegui. Portanto, a minha onda era assim: «se eu estou aqui, também podem estar uma

porrada delas»... Portanto, é uma leitura completamente estúpida e umbigal da vida e das coisas. (EntNarrativAutog24: 1)

As experiências das mulheres foram inicialmente o ponto de partida para produzir um sujeito mulheres, através dos grupos de tomada de consciência que, em Portugal, foram poucos, pequenos e identificados sobretudo com o feminismo radical. Um dos principais objectivos desta política era desafiar a identidade atribuída ‘mulher’, e que em Portugal tinha além disso sido atribuída por um regime patriarcal conservador autoritário e ditatorial, tentando outras identidades e abrindo outras possibilidades ao ‘ser mulher’, construindo uma forma de ligação entre as mulheres designada de *sisterhood*, por vezes traduzida em português por ‘sororidade’¹⁸⁰.

• A partilha colectiva das experiências e das subjectividades *femininas*

Algumas entrevistadas ecoam experiências deste tipo, o chamado método freireano “ver, julgar e agir”, a alfabetização e a educação não-formal. Assim, uma das entrevistadas conta-nos:

Reuníamo-nos entre as seis e meia e as sete e meia da manhã, para depois irmos para a fábrica. Um dia por semana e aos domingos de tarde. Dentro do método que a gente aprendeu na JOC, que era “ver, julgar e agir”. E cada uma ficava com as responsabilidades da [parte da] acção a fazer e depois prestávamos contas [umas às outras], que é aquilo que hoje não se faz e que se devia fazer, no meu entender. E, portanto, aquilo era um ciclo de responsabilização. (Hivi4, Ent1: 2)

Esta narradora descreve mais pormenorizadamente um dos aspectos desta forma de trabalho, muito utilizada também na alfabetização metodologicamente seguidora de Freire, e que constituiu, na sua opinião, um dos processos para a construção de uma consciência activa e, em nosso entender, importante também na construção da agência política feminista:

Havia uma coisa que era muito importante: nunca ninguém podia dizer «eu penso como fulano, penso como sicrano». E então, uma dizia uma coisa e a outra, nem que fosse por outras palavras, mas não podia dizer a mesma coisa. Obrigavam toda a gente a dizer pelas suas palavras: «pode repetir o mesmo, mas pensa, nós somos seres pensantes, que pensam». Obrigavam à opinião. ‘Estalavam castanholas’ quando chegava a nossa vez de falar. Tínhamos que falar, toda a gente tinha que falar, saía logo a pergunta: «E porquê, e porquê?». Portanto, obrigavam a pensar e a reflectir porque é que a gente estava de acordo. Pronto, isto foi uma escola muito importante. (Hivi4, ent2: 10)

E foi também por outras razões: habituou-nos a questionar, habituou-nos a raciocinar, que para nós foi muito importante porque éramos novitas. (Hivi4, ent2: 12)

¹⁸⁰ Embora esta tradução esteja longe de obter o acordo das autoras/es feministas portuguesas.

Questionar a realidade, racionar sobre as questões e os conceitos, abrir-se ao conhecimento, são processos importantes na construção da agência política, permitindo um *aprender* a ser militante. Também a experiência de algumas organizações e de grupos de mulheres é heurística a este respeito:

Num dos projectos em que tínhamos uma série de formandas que moram todas em Alcácer, algumas nasceram lá, no concelho, uma das primeiras coisas que organizamos foi uma visita ao concelho. Para elas, foi um deslumbramento! Porque não sabiam o que estava lá e tinham lá nascido, algumas delas! E isto tem algum significado! Pronto, é um trabalho muito difícil. Não é dado como adquirido. Muitas vezes, o trabalho que nós fazemos durante um mês, é estragado no fim-de-semana em casa, completamente! Mas vai-se notando a evolução destas mulheres, a vários níveis. Uma das coisas que se nota, e nós também fizemos um estudo naquele projecto, é sobre a aproximação aos filhos: o facto de terem voltado “à escola”, entre aspas, aproximou-as dos filhos e os filhos delas, nos trabalhos, no estudo, que elas não tinham. Algumas disseram: «eu agora já percebo melhor...». (Hivi9, Ent1: 10)

Para quem escreve esta tese, o processo da recolha e da elaboração das histórias de vida constituíram um bom momento de aprendizagem pessoal mas a ausência desse espaço partilhado para trocar as ideias que nascem do falar foi vivida como um certo vazio. É claro que dialogamos com a teoria, no entanto, as pessoas que ouvimos, embora tenham tido a oportunidade de conhecer como ficou a história, ou o que sobre ela se analisou, o certo é que não conhecem nem dialogaram entre si, embora algumas tenham feito e façam parte de movimentos e projectos onde existem equipas colectivas de reflexão e acção.

• **A construção da sororidade: o papel das amigas na construção do grupo**

Então, na construção do sujeito político feminista, tem de ser equacionada a passagem da *série* para *grupo* social, pensando formas de ligação que podem produzir esta noção de identidade *grupala*. E aqui podemos encontrar diversos níveis e processos, alguns assentes em formas de participação organizada, outros de participação mais individual. A um primeiro nível, as entrevistadas destacam as amigades que se constituem, assim, uma forma de ligação que nos permite pensarmo-nos como grupo. No entanto, esta noção de grupo pode ser no sentido do reforço do *status quo*, em termos das relações de género ou no sentido da alteração deste estado de coisas.

Nesta ordem de ideias, por um lado, a amizade das mulheres é muito investida no sucesso afectivo numa relação heterossexual que conduza ao casamento. Ainda hoje, muito do papel das telenovelas e dos filmes acentuam ou a rivalidade entre as mulheres ou então

uma ‘solidariedade’ que existe apenas para as ajudar a serem mais desejadas pelos homens, como relata uma das narradoras:

Era uma série delas, de volta de mim, nem acabaram de comer. Uma a pentear-me, que eu tinha os cabelos compridos. Uma a pentear-me, outra deu-me mais um colar. Eu tinha um vestido, por acaso, muito interessante na altura, ainda me lembrei outro dia dele, e lá vesti o vestido e lá fui ter com ele. (Hivi2, Ent3: 14-15)

Nesta narrativa, este investimento afectivo na relação com o progenitor da criança revelou-se desastroso (ver capítulo sobre os silenciamentos e constrangimentos), sendo que, no momento em que acontece este episódio, já tudo assim o indicava: Lurdes Martins tinha engravidado em solteira, o que a fez abandonar o emprego e passar a gravidez em completa clausura, o progenitor da criança abandona-a imediatamente e nem sequer perfilha a criança, quando nasce. Entretanto, para as suas opções de fugir ao enfrentamento da moral da época, muito contribuíram estas mesmas amigas e colegas:

Entretanto, as colegas com quem eu vivia, entre elas a D. Lucinda e outras, disseram que era melhor eu sair dali, porque não sei quantos e que ficava mal... (Hivi2, Ent3: 14)

Por outro lado, por vezes, são estas relações de amizade que proporcionam formas de resistência e até um primeiro patamar para nos constituirmos como grupo social, incluindo a formação de organizações feministas.

O Clube Safo foi fundado em Janeiro de 1996, quando quatro pessoas, quatro amigas, entre as quais, eu e a Antónia, se juntaram à mesa de um café e começaram a queixar-se que não havia nada nesse país — e estou a falar em relação ao lesbianismo — não havia nada. O pouco que havia era em Lisboa, não havia organizações, não havia movimento, não havia actividades, não havia locais, não havia livros, não havia materiais. (EntActiv12.1: 1)

Simultaneamente, as próprias organizações se constituem em espaços para a amizade em mulheres:

Foi por intermédio da Lilás que chegámos a conhecermo-nos às quatro. Porque eu já conhecia a Lilás e a revista que existia antes da Lilás, a Organa. Tinha relações pessoais com as mulheres que estavam nessa organização. [Entretanto], a Antónia e a companheira dela tomaram contacto com a Lilás, pediram para conhecer as pessoas e as pessoas da revista falaram-lhe de mim, porque estávamos na mesma cidade. Então, entrámos em contacto [umas com as outras]. (EntActiv12.1: 1-2)

Alguns destes grupos continuam informais, como acontecia nos anos oitenta com os grupos de mulheres da corrente que muitas vezes se designa como *radical*, outros formalizaram-se como associação ou organização não-governamental:

Agora, isto [a legalização] foi assumido por nós, porque se formos ver outros movimentos lésbicos em Portugal, nomeadamente a Lilás, que foi e continua a ser uma referência, nunca teve a vontade,

a disponibilidade, ou a coragem de dar este passo, e continua por legalizar, continua a ser só uma revista.

A passagem de um grupo de amigas para *organização* estabelece-se pela tomada de consciência da necessidade de intervir colectivamente na transformação do *status quo*:

Sentimos que, em vez de nos estarmos a lamuriar de que não havia nada, era melhor passar à intervenção directa, digamos assim, passar ao trabalho e formar alguma coisa, pensar constituir um grupo. (EntActiv12.1: 2)

Aliás, porque isto passa pelo assumir que é necessário fazer outras coisas a nível publico, e isso nós próprias quase que nos impusemos, e quando essa necessidade surgiu, começaram a também surgir pessoas que estavam dispostas a dar a cara, a ir a um programa de televisão, a uma conferência de imprensa, a uma reunião, e isso foi um salto qualitativo muito importante... (EntActiv12.1: 12)

Estes grupos, informais ou mais formalizados, permitem ter uma voz, tomar posições políticas, expressar outros valores sociais, denunciar formas de opressão e de discriminação, mas, em nossa opinião, por si só, são insuficientes para a construção do sujeito político feminista.

Tomar consciência colectiva da nossa força, assim como pensar nos objectivos para além dos interesses do pequeno grupo que nos rodeia, poderá contribuir para tonar mais visíveis as potencialidades e debilidades dos movimentos sociais.

• Articular o pessoal com o político: partir do pessoal para o político, fazer o político à medida do pessoal

Dimensão mais do que estabelecida pelo movimento feminista, ela é explicitada por diversas narradoras, independentemente de se identificarem com o feminismo ou não.

Um dos aspectos salientados é a importância de construir laços nos colectivos de luta:

O importante não era eles chegarem lá e verem, terem o papel e irem embora. Que o que elas ganharam... Mas fez-se uma lista com os telefones de toda a gente, e ficaram com os telefones umas das outras. Pronto, eu acho que isto é muito importante para envolver aquela gente toda, a vizinhança toda e tentar ganhar corpo! E ganhar que a vizinhança que esteja com elas! (Hivi4, Ent1: 11)

Estes colectivos têm que lidar com os sentimentos e portanto, outro aspecto fundamental é o ser capaz de lutar com alegria, imprimir bons sentimentos nos momentos difíceis:

(...) Não, vocês não vão comer a casa. Com o fogão que está aqui, liga-se, está aqui uma bilha de gás, e vão fazer aqui a comida." Olhe, fizeram, comeram, grelharam, fizeram arroz de frango, arroz de cabidela, porque era para as pessoas ganharem gosto, e eu acho que isso é que é importante. (Hivi4, Ent1: 11)

Uma das narradoras utiliza uma expressão, que poderá a vir a ser um neologismo, que joga com os objectivos de luta, com as metas, as estratégias, o imaginário, a linguagem: *estu-fufa*:

Sempre quisemos partir do pessoal para o político. Vamos fazer o político à medida do pessoal. Não fazer um político que fosse por definição político, mas onde as questões pessoais e os problemas que se sentissem a nível pessoal se tornassem políticas. (EntActiv12: 11)

Assim, e tal como outras narradoras salientam, a articulação entre o bem-estar, a vida pessoal e a participação política é fundamental no activismo das mulheres:

Este trabalho sempre foi uma característica nossa, que é não obrigar as pessoas a fazer o que não querem e, por outro lado, puxar as pessoas quando elas próprias sentem que já têm capacidades para avançar. Mas não misturar as duas coisas. Por exemplo, os encontros sempre foram divulgados de maneira 'oficiosa'. Mas nem sequer defendemos com a legalização [da associação] que os encontros passassem a ser actividades públicas, porque isso iria destruir o tal clima de intimidade que é necessário. Digamos que é quase uma "estu-fufa", uma estufa onde as pessoas, as mulheres lésbicas podem encontrar um ambiente acolhedor, que as nutra de alguma maneira, que promova o seu desenvolvimento pessoal, e elas depois, *eventualmente*, darão outros passos se e quando acharem que o devem fazer. (EntActiv12: 12)

Agora, isto foi assumido por nós, porque se formos ver outros movimentos lésbicos em Portugal, nomeadamente a Lilás, que foi e continua a ser uma referência, a Lilás nunca teve a vontade, a disponibilidade, ou a coragem de dar este passo, e continua por legalizar, continua a ser só uma revista.

Aliás, porque isto passa pelo assumir que é necessário fazer outras coisas a nível publico, e isso nós próprias quase que nos impusemos, e quando essa necessidade surgiu, começaram a também surgir pessoas que estavam dispostas a dar a cara, a ir a um programa de televisão, a uma conferência de imprensa, a uma reunião, e isso foi um salto qualitativo muito importante... (EntActiv12: 12)

Por algumas, isto é considerado como que uma etapa — um degrau — para em seguida passarem para a 'verdadeira' participação política, essa de cariz completamente público, onde a *imagerie* do/a militante — aquela/e que milita, que integra uma milícia — domina as formas de acção; para outras isto é um eixo fundamental que deve atravessar toda a acção e participação política, constituindo um dos eixos em que a intervenção política das mulheres pode contribuir para mudar o carácter da política, até agora fundamentalmente de cariz masculino.

3.3. Especificidades da política feminista: aborto e violência contra as mulheres no cerne da actual política feminista

Não pretendemos passar em revista as questões que hoje se colocam à política feminista no nosso país, para o que seria necessária outra pesquisa. Aqui, queremos dar conta das experiências e subjectividades de mulheres que ouvimos e cujas histórias de vida são o foco central de análise. O movimento feminista encerra três grandes dimensões, a teoria e produção de conhecimento, a tomada de posição política e de pressão e as respostas que vai construindo. Estas respostas vêm sendo dadas em diversas áreas, como a defesa concreta de direitos, como é o caso do trabalho no terreno dos APMJ, no campo jurídico, do trabalho na área dos direitos sexuais e reprodutivos, da APF, dos direitos das lésbicas, do Clube Safo e do GIRL-ILGA, do trabalho na área da violência, como é o caso da UMAR (neste problema até se coloca a exigência de um tipo de intervenção mais ‘profissional’), o trabalho na área do desenvolvimento local (GRAAL e UMAR), na área da formação profissional e do combate ao desemprego das mulheres (UMAR e GRAAL), dos direitos das jovens (Rede de Jovens para a Igualdade entre Mulheres e Homens) ou mesmo da alfabetização (GRAAL e UMAR); de outro lado, ainda, coloca-se a importância da produção de políticas que articulem o pessoal com o político, passando pela articulação com o lúdico (UMAR e Clube Safo) ou a necessidade de uma política mais intimista (Clube Safo); por outro lado, simultaneamente, situa-se a importância de articular a política com a produção de conhecimento, onde os estudos, seminários, publicações assumem um papel crucial (APEM, APF, APMJ, UMAR, Clube Safo, GRAAL, etc.); finalmente, a relevância do internacionalismo feminista na articulação das lutas em termos de uma solidariedade mais alargada, safando fronteiras nacionais (UMAR, APEM).

Deste grande conjunto, sinalizámos as questões da violência e do aborto que emergiram da análise das bio-auto-grafias.

- **A resposta feminista à violência contra as mulheres: a experiência da UMAR**

Em Portugal, o combate à violência contra as mulheres, e mais especificamente à violência no seio das relações familiares e de intimidade, é um fenómeno recente, marcado pelo

salto político proporcionado pela passagem de uma política de *tomada de posição* para uma política de dar resposta efectiva a este problema social:

A violência foi sempre uma preocupação, do ponto de vista teórico e político, mas entre darmos o salto entre a preocupação e a tomada de posição política de ser contra a violência e o dar respostas, passar a ter as mulheres à nossa frente, vão alguns anos, e temos vindo a evoluir. Isto também transforma a forma organizativa e a forma de trabalhar das organizações. Dá-lhes mais responsabilidades. Claro que este trabalho tem que ser um trabalho profissional, não se compadece só com voluntariado, com algum amadorismo embora com boa-vontade. (Hivi9, Ent1: 9)

Esta narradora, que dá conta de um trabalho político de resposta que tem atravessado a organização de há longa data, relata-nos a sua experiência de intervenção nesta problemática:

No início, ainda não tinha aquela percepção do trabalho no terreno. Surgiu muito no projecto do Monte da Caparica, porque tínhamos um tipo de intervenção a que, já não me lembro como é que se chamava, mas era mais ou menos “informação e apoio jurídico à população”. Portanto, quando nós previmos isso no Projecto, era no geral. É uma população carenciada, as pessoas às vezes não sabem os direitos que têm e fizemos até um livrinho, *O Acesso à Justiça*, que era para a população em geral conhecer os seus direitos, como é que se acede à justiça (que agora já está desactualizado). E então, nesse atendimento e nesse apoio jurídico, começaram a surgir questões: muitos pedidos sobre divórcio e alguns pedidos, uns mais directos, outros mais encapitados, sobre violência. (Hivi9, Ent3: 18)

Este tipo de intervenção foi, nas suas palavras, percorrendo um caminho que considera ainda “não esgotado”:

Optámos, no início, por não falar directamente na violência. Não se falava de violência como se fala agora, não era crime público. Então, pusemos um cartaz a dizer: «se tem problemas *familiares*,...», que era assim uma maneira muito subtil de dizer a coisa. Embora eu seja muito a favor de que se fale de violência, tentámos fazer uma coisa que acho que é muito importante: adequar à situação. É dar sinais às pessoas de abertura para falarmos do tema, mas sem falar dele, porque, sobretudo naquela época, agora nem tanto, falar era uma forma de agressão da própria mulher. A mulher não assumia, não dizia que era vítima de violência, era uma coisa muito escondida, não percebia que isso era um crime, que era vítima, não percebia que podia falar a alguém, e ter lá: «se é vítima de violência doméstica...», ela pensaria: «não é para mim...», «não vou assumir isso!»; e quando há uma situação na sociedade em que isso ainda é reprimido, em que a pessoa não tem à vontade até afastava! (Hivi9, Ent3: 18)

Na sua experiência, a resposta à violência surge no contexto da actividade de intervenção noutras áreas: apoio às mulheres em bairros com grandes problemas sociais, trabalho de intervenção na questão do aborto, na área do emprego e do desenvolvimento local:

Os primeiros casos que temos de violência são da linha *azul* “Solidariedade Mulheres, que era para atendimento a casos de gravidez indesejada. A partir daí, começamos a entrar e isto começa a ser um não parar mais. Apercebemo-nos de que há muitos casos, de que as mulheres precisam de apoio *efectivo*: precisam de desabafar, mas não chega. Quando as pessoas falam de violência, a maioria é a pedir ajuda! Não é para só desabafar, não é só para constatar uma situação: é porque ou querem sair de casa, ou levam pancada: têm um problema. Aí, apercebemo-nos de que temos que agir. (Hivi9, Ent3: 19)

Margarida Pimenta explicita que este trabalho rapidamente ganhou grandes dimensões porque as mulheres surgiam, muitas vezes, em situações de grande risco de vida:

No Monte da Caparica, no projecto IAIÔ, aquilo vai devagarinho, mas os serviços vão aparecendo consoante as necessidades: começa-se com informação às mulheres, com apoio jurídico, com apoio psicológico, passados uns tempos estamos com um “Banco de Crise de Risco”, e a perceber que precisamos de mais. (Hivi9, Ent3: 19)

Passamos a fazer a distinção entre as mulheres que são vítimas de violência, vão lá, querem-se divorciar e querem planejar a saída de casa e querem saber quais são os direitos que têm, e as outras mulheres que estão na rua! Ou estão na rua porque os maridos as puseram na rua, ou porque tinham tido uma situação tal que saíram e que fugiram e daí é que a gente chamou “Crise de Risco”, porque estão não só em *crise*, mas também em *risco*, que funciona, praticamente nas vinte e quatro horas de todos os dias, pelo menos em disponibilidade, embora não esteja lá a pessoa presente. (Hivi9, Ent3: 19)

• Casas-abrigo e crime público: o desafio ao terrorismo patriarcal

A narradora salienta dois eixos de luta cruciais para dar o salto no nosso país no que se refere à resposta ao problema da violência contra as mulheres na esfera das relações de intimidade: a necessidade de casas-abrigo para situações de risco e a assumpção social deste tipo de violência como ‘crime público’, enquanto sinal claro da sociedade de rejeição da violência e no sentido da produção de políticas sociais efectivas para o seu combate, envolvendo toda a sociedade:

Desde que começámos este trabalho na área da violência, tivemos duas percepções: faltam aqui duas coisas, o reconhecimento público desse crime, para dar visibilidade, para ajudar a condenar, é preciso que a sociedade dê um sinal, e por isso é que tem de ser público porque isso é que vai espoletar os serviços; e precisamos de casas-abrigo, porque só aí é que resolvemos esse problema. (Hivi9, Ent3: 20)

Esta é uma área em que a igualdade não foi dada de ‘mão beijada’, como por vezes é constatado em algumas análises feministas que dão conta do facto de, em Portugal, a igualdade na lei ter precedido as lutas e reivindicações do movimento. Aqui, foi preciso “batalhar”, como diz Margarida Pimenta, pressionar politicamente, visibilizar o problema e exigir apoios sociais para dar resposta efectiva às mulheres:

Isto começa a rodar, começamos a aprofundar isto, a ter conhecimento, a contactar com outras organizações, a contactar com as casas abrigo, a tentar pôr mulheres nas casas abrigo: estivemos anos nisso até ter a nossa. (Hivi9, Ent3: 19)

A partir daqui foi um nunca mais parar: começar a atender mulheres e começar a tentar encontrar soluções, umas vezes com mais sucesso, outras vezes com menos sucesso. Também nos começámos a aperceber da necessidade premente da existência das casas-abrigo, podíamos não ser nós a ter, mas da existência das casas-abrigo, porque, para dar resposta a situações de crise de risco, não há alternativa! Nós recorriamos, como ainda recorremos, às pensões, mas as situações são muito delicadas, e ter uma mulher e filhos quinze dias numa pensão é uma loucura, e ela volta

para casa, ninguém aguenta. Quando nós nos apercebemos disto, começa a haver um período em que começamos a exercer muita pressão nessa questão: andamos anos a pressionar em tudo. Tanto que até há célebres fotografias de nós irmos no cordão humano, no 8 de Março, no ano 2000, que é o ano da Marcha e virmos com os cartazes “queremos casas-abrigo!”, e até fomos para o Ministério da Igualdade. E tanto que começamos que isso traduz-se nessas palavras de ordem: «Queremos casas-abrigo, queremos casas-abrigo!» Começamos a batalhar pelas casas-abrigo. De facto, ainda começámos a negociar com o Ministério da Igualdade para a casa-abrigo e com a Câmara de Lisboa. Chegámos a ir ver sítios e tudo. (Hivi9, Ent3: 19-20)

Entretanto, o Ministério para a Igualdade cai, e depois as duas secretarias de estado, a Maria do Céu Cunha Rego na Secretaria de Estado para a Igualdade e Leonor Coutinho da Secretaria de Estado da Habitação retomam esta questão e iniciam o processo desta casa-abrigo e da rede pública, que esta foi a primeira (era para seguirem-se outras, e seguiram-se, mas depois). (Hivi9, Ent3: 20)

Entretanto veio a casa, que foi uma batalha grande, porque a casa é-nos atribuída e pouco tempo depois cai o governo. Temos sempre estes períodos... Estivemos praticamente *um ano* com a casa, sem abrir... Que depois abrimos. A Casa é outra experiência completamente diferente: passar a estar ali dentro. (Hivi9, Ent3: 20)

Podemos considerar, aqui, o que Sheila Thobias (1997) designa de ‘agência executiva’, por parte de mulheres que desempenharam cargos que lhes permitiram tomar decisões sobre programas e medidas de apoio às mulheres vítimas de violência, como Maria de Belém Roseira, Maria do Céu Cunha Rego, Ana Maria Braga da Cruz. Isto foi crucial no combate à violência doméstica contra as mulheres, na medida em que as casas-abrigo constituem uma resposta qualitativamente superior:

As mulheres são muito diferentes [umas das outras], é muita problemática, exigem muita atenção. A casa é um grande salto em frente e é um desafio em duas vertentes: por um lado, é um “laboratório”, digamos assim, estão ali as mulheres, podemos ajudá-las melhor e seguir o seu percurso, e vê-se a evolução; por outro lado, como é a prestação de um serviço, quer queiramos quer não, isso vem colocar novas questões à UMAR. Eventualmente, também não estávamos totalmente preparadas, e vamo-nos preparando, mas temos que nos ir questionando sobre isso. (Hivi9, Ent3: 20) Este aspecto eu acho muito positivo: fomos confrontadas com este tipo de trabalho que, no fundo, é a questão da prestação do serviço público, do posicionamento das técnicas, com o facto de a proximidade ser muito grande com as mulheres, ali sim, um trabalho de 24h por dia. (Hivi9, Ent3: 21) O balanço efectivo da casa é muito positivo, se virmos o número de mulheres que foram atendidas e o número de casos positivos é bastante significativo, tendo a conta a média e tendo em conta a área, as dificuldades... (Hivi9, Ent3: 21)

Esta resposta permite conhecer melhor as mulheres que vivem este problema e adequar melhor a intervenção no sentido de romper com o ciclo de reprodução da violência:

Quando nós pensamos sobre a violência doméstica em teoria, e mesmo na teoria em termos da metodologia, pensamos num grupo de mulheres e a característica principal, venham de onde vieram, é que são vítimas de violência, são vítimas de crime. Quando se passa para a prática, as mulheres são muito mais do que isso, são muito diferentes e com muitas coisas. Quando pensamos teoricamente, atribuímos às mulheres um nível de consciência dos seus direitos e de consciência política no geral, que elas não têm. Por isso, é que muitas vezes a nossa intervenção embarra. Porque pensamos: as mulheres que estão aqui são vítimas de violência, elas não querem ser maltratadas. Mas muitas, quando saem da relação, não saem por consciência disso! Saem por medo, simplesmente! Ou porque foram postas na rua! «Ele não me quis mais!» E então, ali, na casa-abrigo, junta-se tudo e a intervenção é muito complicada. E ou nós conseguimos pensar esses

problemas, ter sensibilidade, ir actuando conforme as situações, ou então ajudamos a que se potenciem conflitos entre elas. Ou então as mulheres saem no mesmo ponto em que entraram porque a gente esteve a “bater a bola” ao lado. (Hivi9, Ent3: 21)

Pela sua narrativa pode ver-se que, para o avanço da intervenção nesta área, contribuíram diferentes pessoas, entidades e organizações¹⁸¹, em que o Ministério para a Igualdade e a Secretaria de Estado para a Igualdade desempenharam um papel crucial. Também outras associações de mulheres, além da UMAR, por exemplo, a APMJ, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, como é salientado pela própria narradora:

E lançámos a questão do crime público, sempre apoiadas pelas juristas [APMJ], mas quem lançou a questão do crime público fomos nós, que depois também vem no ano 2000. (Hivi9, Ent3: 20)

É determinante, na intervenção realizada por esta organização, o saber e experiência acumulados no movimento feminista internacional:

Para isso contribuiu, não só o nosso trabalho, que foi determinante, mas também os contactos com o estrangeiro, as ligações com o estrangeiro em que estas coisas eram muito desenvolvidas, em que se estava já noutra estadia, noutra patamar. (Hivi9, Ent3: 20)

A violência contra as mulheres no espaço doméstico e das relações de intimidade, assim como a especificidade do espaço de uma ONG feminista confrontam o Estado na sua relação com a situação das mulheres, já que questão da violência doméstica contra as mulheres:

É afinal uma questão simples de civilização: poder estar em casa sem medo dos que nos são próximos. Poder confiar no abrigo do afecto familiar. Um privilégio de humanidade que ainda está longe do alcance de muitas cidadãs e de alguns cidadãos (Teresa Pizarro Beleza, 2000: 12)

Além da violência contra as mulheres, também o aborto se tem evidenciado como reivindicação saliente nos últimos anos, pela nova situação criada em Portugal de julgamentos de mulheres por aborto.

• O aborto é um tema difícil, embora seja um tema muito “natural”

Constituindo-se uma reivindicação actual das feministas portuguesas, o aborto providenciou às feministas nos anos 1970 e 80 o período de maior visibilidade do movimento (Magalhães 1998, Tavares 2000), mas persiste como questão não resolvida em Portugal. Está na ordem do dia, sobretudo com o movimento de solidariedade em torno dos

¹⁸¹ Não é aqui possível fazer um estudo exaustivo de todos estes contributos, sendo matéria para prosseguir no futuro.

juízos, e tem-se constituído como importante ferramenta de luta contra o pendor conservador e neoliberal mais geral que assolou o país nos últimos anos. Para quem escreve estas linhas foi emocionante estar em Aveiro em Janeiro de 2004: ver metalúrgicos, comunistas, socialistas e bloquistas lado a lado com as feministas. Os metalúrgicos, sobretudo, encheram-nos o coração. Muitas vezes marchámos lado a lado no 1º de Maio, com sindicatos e partidos e, pela primeira vez, se sentiu a sua presença activa e solidária contra o julgamento e a condenação das mulheres por aborto. Ali não estavam em causa nem contratos colectivos, nem salários, nem organização da classe operária; simplesmente mulheres (e homem), que ninguém conhecia, que estavam a pagar pela injustiça de uma lei no contexto de um neoliberalismo a querer ser ultraconservador. Aveiro mostrou que as pessoas podem ser solidárias para além dos seus interesses de classe. Também aqui, para além das tomadas de posição políticas, se vai fazendo trabalho directo com as mulheres:

A certa altura, (...) lançámos uma *linha azul* de atendimento de casos de gravidez não desejada. Lançámos num 8 de Março, era uma *linha azul*, “Solidariedade Mulheres”, que era uma linha para casos de gravidez indesejada, até quem foi lançar essa iniciativa a então Presidente da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida. (Hivi9, Ent3: 18-9)

Essa linha tinha essas duas vertentes. Não foi assim muito, muito divulgada, até porque a gente também não tinha meios, a linha foi sempre da UMAR, nós pagávamos uma parte, e era difícil. (Hivi9, Ent3: 19)

Depois, em noventa e sete, quando foi a discussão do aborto na Assembleia, tivemos a linha “SOS Aborto”, que é a do livro¹⁸². E depois foi o referendo. De alguma maneira continuamos a ter contacto com as mulheres. (Hivi9, Ent4: 10)

Também outra narradora expressa a actividade política da sua organização no que se refere às questões do aborto:

A prática do Clube [Safo] tem sido contactar e participar, ficar e estar próximo dos outros movimentos sociais, nomeadamente das questões do aborto, se formos pegar nas Zonas Livres, saíram textos antes do referendo de 98, saíram textos no julgamento da Maia. Houve mulheres que estiveram na Maia, outras que estiveram em Lisboa, e uma das propostas do plano das actividades foi exactamente integrar a Plataforma Pelo Direito de Optar. Foi uma questão que pensamos que levantasse alguma polémica, levantou alguma, decidiu-se fazer uma votação específica para esse ponto do plano de actividades e foi aprovado por unanimidade. (EntActiv12.1: 19-20)

Apesar de tudo, é uma reivindicação que não tem sido bandeira de luta de todas as organizações feministas portuguesas, e uma das razões para este facto tem a ver com o percurso histórico do movimento e o peso da igreja católica no nosso país:

Acho que o percurso português e o papel da igreja e esta coisa da carga moral em volta deste debate, deu-nos a nós próprias e aos defensores da despenalização, alguns problemas que é uma

¹⁸² A entrevistada refere-se à publicação *Aborto*, edições Lisboa: UMAR.

coisa que não tem sentido nenhum. Depois é também termos tido aquela questão de em 98 isto ter sido tão colocado no campo da “vida”, a questão dos fetos, das imagens, daquilo tudo: aquele fundamentalismo incomodou-nos e mexeu connosco. E então nós temos alguma dificuldade, às vezes, em passarmos ao ataque, porque não somos iguais a eles. (Hivi9, Ent4: 10)

No entanto, a assunção da reivindicação do aborto, por exemplo, pela UMAR, parece, nas palavras de uma das narradoras não ter trazido consequências negativas à sua actividade noutras áreas de intervenção:

A UMAR sempre tratou do aborto. (Hivi9, Ent4: 10) Nós nunca escondemos que éramos a favor da despenalização do aborto e isso sai em todos os programas, em todos os relatórios que enviamos para todo o lado, está lá sempre no balanço das actividades, a parte da luta pela despenalização do aborto. Sempre. Em todos os relatórios. Para já, era impossível esconder. A UMAR tem tido sempre um grande protagonismo nessa matéria. (Hivi9, Ent4: 11-2)

Mas nunca tivemos represálias. A UMAR tem ganhado com a clareza com quem tem assumido esta questão. Nunca tratámos deste problema de forma enviesada, nem com IVG's nem nada, sempre fomos muito claras: “Despenalização do aborto a pedido da mulher...”. Toda a gente sabe que isto é património da UMAR e as pessoas aí fora nem lhes passa pela cabeça que a UMAR defenda outra coisa. E depois temos o reconhecimento: não misturam as coisas. Não quer dizer que não haja um ou outro anormal que não faça isso. (Hivi9, Ent4: 12)

Para além do aborto e da violência, outras lutas e reivindicações pautaram a política feminista no nosso país, como por exemplo, a paridade, a luta contra o código de trabalho Bagão Félix, a produção de conhecimento, etc. Como já se explicitou, não se pretende tratar aqui exaustivamente o movimento feminista em Portugal, ficando-nos pelas experiências e subjectividades presentes nas histórias de vida.

Assim, esta agência política feminista tem-se apresentado de diversas formas de intervenção, desde as tomadas de posição públicas à intervenção directa com as mulheres e à produção de conhecimento, articulando diversas formas de participação, articulando o trabalho colectivo mais ou menos organizado com as participações individuais.

• **Lesbianismo e o desafio ao binarismo sexual: a experiência do Clube Safo**

Um outro exemplo muito interessante é como a educação permite ajudar a ultrapassar o binário de género, embora de forma muito sinuosa, já que a educação livresca tem muitas vezes respostas «científicas» que são apenas «verdades» à espera do teorema popperiano — serem derrotadas como tal e substituídas por outras. Por exemplo, a narradora da hivi6 procura nos livros a explicação para o que se passa consigo. Encontra explicações que provisoriamente a tranquilizam mas que a experiência lhe vem a ensinar não serem

verdadeiras. Mas ela encontra outra forma de aprender sobre si mesma: a revista *Organa* produzida por um colectivo lésbico e que expõe com a simplicidade e a autenticidade dos saberes vividos, o que pode ser viver para além das fronteiras da estrita divisão entre a feminilidade e masculinidade sob o chapéu da heterossexualidade compulsiva.

Outras mulheres não encontraram esses veículos onde pudessem ter descoberto discursos diferentes e oposicionais que conseguissem expôr as contradições dos discursos opressores de género — por exemplo, sobre a maternidade, o aborto, a violência, a exploração na fábrica. E nesse sentido vão sobrevivendo o conjunto de condições com que quotidianamente se confrontam.

• Evitar e contornar a *institucionalização*: assumir as divergências e a renovação

Uma outra questão tem a ver com a “institucionalização das organizações”, que é levantada pelas narradoras e entrevistadas e já tem sido evidenciada por algumas autoras (Ferreira 1997; ver também Tavares 2000). “Institucionalização” no sentido em que se constituem como meras executantes das linhas governamentais ou mesmo das orientações das agências internacionais, portanto, sem agenda própria, a dependência total a fundos, no caso português, comunitários, mas também outro tipo de fundos internacionais e a excessiva burocratização (ver Sheth 2003, Osório 2003). Isto não significa dizer que uma organização que recebe fundos para um determinado projecto fica automaticamente institucionalizada. A questão coloca-se na política que a organização desenvolve, isto é, se as suas prioridades, princípios, objectivos são moldados ou para caberem nos formatos que os governos e as agências internacionais propõem com a única finalidade de manter a obtenção de fundos.

Em Portugal, tem-se vivido também esta tensão, que tem sido resolvida de três maneiras: umas organizações optam por se colocar de fora, mantêm a sua actividade sem recorrer a pedidos de financiamento, outras recorrem quando isso lhes permite melhorar a sua actividade e sem recuar na sua política, outras ainda “institucionalizaram-se”, passando a reduzir a sua actividade às prioridades estabelecidas pelos programas de financiamento.

A agência política feminista no nosso país tem enfrentado, de forma generalizada, a falta de meios e de reconhecimento público, como salientaram diversas entrevistadas (por exemplo, EntNarrativAutg39: 3). Algumas destas dificuldades têm sido resolvidas pelo acesso ao que se vem designado por ‘fundos comunitários’, como explicita uma das narradoras:

Nestes últimos vinte e tal anos, tirando aquela fase mesmo do pós 25 de Abril, há muitas diferenças e algumas são significativas. Não quer dizer que se tenham traduzido em avanços assim tão importantes para as mulheres. Sobretudo a nível das suas organizações: quer dizer, eu acho que há muitas organizações de mulheres em Portugal, mas que têm muito pouco significado e isso tem a ver com uma grande institucionalização das organizações. Houve ali uma série de organizações que se institucionalizaram, passaram a estar no Conselho Consultivo, passaram a viver de subsídios, disto e daquilo. Apenas *algumas* organizações de mulheres em Portugal que souberam tirar partido dos fundos comunitários,... (Hivi9, Ent1: 8-9)

Estes meios permitem às organizações ter recursos para dar respostas com maior qualidade, em alguns casos, respostas com profissionalismo, sendo que umas mantêm a sua agenda política, outras tornam-se dependentes desses ciclos de financiamento. Como afirma Margarida Pimenta, é possível incluir trabalho profissional numa organização, sem que a organização se ‘profissionalize’ (Hivi9).

A articulação entre as organizações de mulheres e as instituições e o estado tem sido feita através de uma estrutura com assento na CIDM, o Conselho Consultivo. Teresa Evert (Hivi6) e outras entrevistadas consideram que fazer parte do Conselho Consultivo da CIDM constitui um patamar mais elevado de participação:

Outra decisão foi a de pedirmos também a adesão ao Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, porque achamos que é importantíssimo, quer dizer, essa questão da invisibilidade das lésbicas também se joga porque de facto as lésbicas também não se têm tornado visíveis. Vamos começar a tornar-nos visíveis e a pretender estar representadas nalguns dos fóruns de discussão dos movimentos das mulheres em Portugal. (EntActiv13.1: 21)

Apesar dos meios que pode, por vezes, proporcionar (nas palavras de uma entrevistada, até nem são muitos, se virmos o que se passa a nível europeu, ver também EntNarrativAutg39: 3), o Conselho Consultivo tem-se consubstanciado numa certa paralisação política, não cumprindo os objectivos para o qual foi criado. Nos termos de uma das narradoras, a procura de consensos a todo o custo, no Conselho Consultivo da CIDM, tem retirado combatividade política:

Em termos do Conselho Consultivo, acho que há ali alguns problemas de fundo: criaram-se ali algumas ideias, melhor dizendo acho que o termo é ‘tradição’, porque sempre que se quer mudar alguma coisa, oiço sempre uma frase vinda de vários lados:

— Ó filha, mas isto sempre foi assim! — Só o facto de me dizerem «ó filha», para já, é porque são bastante mais velhas, e «se sempre foi assim, porque é que agora há-de ser diferente?!» Criou-se ali uma ideia, que é a do consenso a todo o custo, mas que retira a combatividade. Aquele Conselho sempre enfermou dum grande mal: não discute política. Este Conselho é *sui generis* na Europa, quase *sui generis* no mundo, consegue consensos fabulosos, vamos salvá-lo custe o que custar! E isto retira combatividade. A plataforma é sempre mínima: por exemplo, do aborto nem sequer se fala! (Hivi9, Ent1: 12-3)

Sempre que se quer fazer alguma coisa, sai-se fora do Conselho Consultivo. Ou seja, aborto: Plataforma pelo Direito de Optar é fora do Conselho Consultivo; Marcha Mundial das Mulheres: plataforma é fora do Conselho Consultivo; e se houver mais outra coisa qualquer, é outra coisa que é sempre fora. É muito desgastante. Aquilo, para mim, não tem futuro nenhum. (Hivi9, Ent1: 13)

Existe uma grande quantidade de organizações e associações de mulheres presentes no Conselho Consultivo, de uma grande diversidade, quer em termos de tipo de organização, quer em termos do que representam face à sociedade mais alargada: algumas são ‘braços’ dos diversos partidos, sindicatos, e outras são organizações não governamentais. Esta meia centena de organizações não se tem consubstanciado em avanços políticos, sendo que, no momento em que finalizámos a recolha das entrevistas e das narrativas, o próprio Conselho estava numa etapa bastante paralisada da sua actuação:

Temos lá cinquenta ONG, mas que não são ONG nem são associações de mulheres, que algumas delas são minúsculas, viradas para dentro, para os seus interesses mais mesquinhos, pessoas que se conhecem há muitos anos, que não têm ligação a nada, portanto, não representam ali nada, isso fez com que aquilo se tornasse numa luta de pessoas, de protagonismos, e mais nada! Passou-se a discutir, todo o tempo, coisas completamente ridículas! E talvez se tenha que renascer de novo e renascer fora dali. E há alguns sinais nesse sentido. (Hivi9, Ent3: 14)

Eu acho que apanhei a pior fase do Conselho Consultivo, a fase em que ele morreu. Eu acho que ele está perfeitamente morto e esta CIDM acabou com ele... As ONG acabaram com elas próprias, é preciso também termos essa noção: não tivemos capacidade de resposta! A comissão de gestão acaba, nada a substitui, quer dizer, deixa de haver ali disponibilidade de algumas pessoas, e passa a haver algum desinvestimento, nós próprias começámos a desinvestir, e vamos lá ao Conselho Consultivo, mas não vale a pena. (Hivi9, Ent3: 14)

Esta fase mais evidente de uma certa paralisação política consiste no culminar de um processo anterior onde as tomadas de posição eram muito difíceis. Uma das narradoras exemplifica:

Não foi possível tomar uma posição, no Conselho Consultivo, sobre o Ministério para a Igualdade, por exemplo! Fez-se uma conferência de imprensa na sede da UMAR, em que foram algumas organizações, mas foi na sede da UMAR (...). Já era um sinal que aquilo não tinha capacidade, não era possível discutir ali. Não houve essa capacidade! E isso é no governo do Guterres, nem sequer é no governo do Durão Barroso, nem nada disso, e já não havia essa capacidade de resposta. (Hivi9, Ent3: 14-15)

A necessidade de estabelecimento de um organismo consultor, em termos políticos, como é o CES (Conselho Económico e Social), ou outros Conselhos (da Educação, por exemplo),

são um caminho necessário para articular as políticas de género e, nas palavras desta entrevistada, também no sentido de dar alguma dignidade a uma estrutura deste tipo:

Em princípio, um conselho devia servir para ser um organismo consultor. Mas nunca foi! Nunca nos consultaram para nada. Portanto, a questão era formar um Conselho, provavelmente acho que se chamaria Conselho Nacional para a Igualdade: já agora, dar dignidade a isto! Há Conselho Nacional da Educação, Conselho Nacional do Ambiente... Por exemplo, se se fizesse um Dec-Lei sobre maternidade e paternidade, vem ao Conselho e o Conselho dá parecer como é com os outros Conselhos todos! E para isso servia o conselho muito bem, estavam lá as representações todas. Agora as ONG querem organizar-se, querem lutar, então organizem-se! (Hivi9, Ent1: 13)

Assim, em sua opinião, este espaço deveria instituir-se como organismo consultor:

Aliás, eu até não analisei em profundidade, mas havia uma proposta de Dec-Lei da Maria do Céu Cunha Rego para alterar o Conselho Consultivo e eu acho que vinha no sentido correcto, quer dizer, as organizações não governamentais têm de deixar de estar debaixo da tutela do Estado. É uma tutela! A presidente daquele Conselho Consultivo é a presidente da CIDM, pode ser a pessoa mais porreira do mundo, mas, quer dizer, é a Presidente da Comissão. (Hivi9, Ent1: 13)

4. Produção de conhecimento dentro e fora da academia

O conhecimento constitui uma dimensão essencial no movimento feminista e constitui uma das dimensões de trabalho das activistas e das organizações¹⁸³.

Através das narrativas, observamos que esta questão atravessa as vidas das mulheres, em maior ou menor grau e, apesar de se ter revelado insuficiente no caso da vitimização pela violência marital no caso de Lurdes Martins, é considerado crucial para resistir e permitir a algumas mulheres *escapar* ao destino feminino que as esperava. Em termos de agência política, podemos destacar dois pontos de vista sobre esta questão: por um lado, uma produção de conhecimento que a sociedade sanciona como legítima, ou seja, académica, para a qual se reivindica simultaneamente o carácter de intervenção, e o conhecimento produzido a partir da intervenção directa no terreno que não tem obtido, por parte do movimento feminista no nosso país o mesmo estatuto de legitimidade de *conhecimento*. Digamos que as organizações e associações que se dedicam quase exclusivamente à investigação se consideram como abrangendo os dois lados do movimento — investigação e intervenção — enquanto as que se dedicam com maior ênfase à intervenção directa não obtém ainda o estatuto de produtoras de conhecimento.

¹⁸³ Como marcos importantes deste percurso, podemos sinalizar O Seminário da APEM, sobre Feminismo e Sexismo, em 1995, os I e II Encontros sobre o Movimento Feminista, organizados pela UMAR, respectivamente em 1997 e 2002, e o Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, levado a cabo por uma comissão organizadora que integrava diversas associações, organizações e departamentos académicos, realizado em 2004.

Assim, nas histórias de vida e narrativas que recolhemos, encontramos o conhecimento como via individual de acesso a outros destinos e, simultaneamente, como uma forma de empoderar o movimento, providenciando análises e alternativas para a actividade política.

• **Ler a *Eneida* em papel de embrulho**

Os lugares e os momentos que nas histórias de vida se constituem como espaços e tempos de educação são bastante criativos, sendo que a experiência de ter lido os clássicos da literatura no papel de embrulho ao mesmo tempo que assegurava o trabalho de uma assalariada, na mercearia dos pais, pode ser um exemplo magnífico de como, por vezes, as condições mais difíceis podem ser transformadas pelas pessoas nas vias para encontrar a sua libertação. Esta narradora tinha muito claro que era a educação que lhe daria «asas para voar». Mas as histórias de vida estão repletas de exemplos em como a educação se pode constituir como via de libertação, de emancipação, de resiliência.

E essa educação não tem necessariamente de ser feita sempre através de produtos educacionais identificados como tal. A educação materna que Ermelinda Ribeiro recebeu constituiu, com certeza, um manual de experiência que nenhum clássico marxista conseguiria melhorar. A forma como a mãe lhes transmite as dificuldades e a opressão e exploração de que foi alvo quando era criança e jovem foi o melhor manual de formação crítica e radical. E se a militância foi também uma escola para esta sindicalista, esta escola vem dar horizontes às primeiras linhas de conscientização que a mãe forneceu.

• **O lugar dos estudos sobre as mulheres no movimento**

A teoria e a prática feminista tem assentado na importância de, a par da acção política, desenvolver produção de conhecimento que permita, também a este nível, contribuir para a mudança social. Esta vertente revela algum atraso no caso português, que se tem vindo a recuperar mas que pode ser demonstrado pelo facto de, nos anos setenta existir um quase total desconhecimento sobre as mulheres no nosso país, lacuna que foi sendo colmatada com o trabalho da CIDM e, ainda nos anos oitenta, se encontrar muita resistência aos estudos sobre as mulheres:

[Houve resistência aos estudos sobre as mulheres] porque era uma área que não estava trabalhada e que as pessoas... Vem com as justificações [de que] estão lá e então investigar na área das

Ciências e Tecnologias, que disparate, «nem tem sexo». [Dizem] «não vale a pena, vêm lá as americanas, não tem jeito nenhum!» (EntNarrativAutg2.33: 1-2).

Nos anos 80, uma mulher era «tolinha» se se dedicava aos estudos sobre as mulheres. (EntNarrativAutg2.33: 3).

No entanto, a situação hoje encontrada é muito diferente:

Cada vez mais aparecem, quem faz os mestrados, nós já fizemos levantamento disso... Agora já está outra vez desactualizado, mas fizemos, também com a outra associação de estudos das mulheres, a APHIM, quer sobre as publicações especializadas. A própria frequência do Centro de Documentação da Comissão também tem aumentado, sabendo nós que há outros centros de documentação também que já estão a funcionar. (EntNarrativAutg2.33: 2-3).

Assim, podemos falar, hoje, de um espaço científico-social de *estudos sobre as mulheres*, onde a APEM tem desempenhado um papel crucial.

• **A construção de um espaço científico-social: a experiência da APEM**

A produção de conhecimento tem sido pensada pelas feministas como uma importante estratégia de acção para a transformação social. Algumas entrevistadas dão conta de um “condicionalismo sobre a liberdade de pensamento” (Entnarratog 38) que se vivia nos anos oitenta e que teve que ser confrontado pelas investigadoras no campo dos estudos sobre as mulheres, referindo também o atraso português em relação ao desenvolvimento das ciências sociais em geral (ver também Magalhães 2001), sendo que o avanço das ciências sociais se faz simultaneamente à entrada das mulheres na academia portuguesa.

A especificidade dos feminismos em Portugal relaciona-se também com o facto deste atraso ser vivido numa fase em que o desenvolvimento das organizações de mulheres, onde uma associação de estudos sobre as mulheres se pode incluir, passava por processos históricos relacionados com o pós-25 de Abril, como salienta Virgínia:

... pode-se (...) afirmar que um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento das organizações autónomas de mulheres em Portugal foi a proeminência das organizações de mulheres ligadas aos partidos políticos. (2000: 207)

Tal como referimos na secção anterior, confrontava-se, no nosso país, a misoginia e um grande conservadorismo devido ao “tradicionalismo do imaginário sócio-cultural destes sectores sociais, compartilhado aliás por outras franjas da população...” com “a centralidade do aparelho de Estado espelha-se também nas relações com as organizações não governamentais de mulheres” (Ferreira 2000: 207-8), onde, ao mesmo tempo, as

“organizações partidárias de mulheres acabam por ocupar praticamente todo o espaço público” (idem).

Assim, a década de noventa herda uma situação onde se evidenciava “timidez” no que se refere à construção de um conhecimento a partir de perspectivas feministas, acompanhada de “empobrecimento do debate teórico”, este também devido às afiliações disciplinares que se constituíram como obstáculo, no início, à construção de um campo teórico que pudesse constituir-se como ferramenta para a acção política. Também neste campo da produção de conhecimento, o processo português dá conta do intervencionismo estatal através do importante papel desempenhado pela CIDM, mas que, apesar de tudo, é um aparelho estatal. Apesar de intervencionista, o seu papel foi fundamental no sentido de contrapor ao conservadorismo da academia portuguesa e ao que algumas entrevistadas designam como “falta de dinamismo da sociedade civil em Portugal” no que se refere às questões de género. Assim, a este respeito, uma das entrevistadas considera que este espaço existe, evidenciado pela qualidade da investigação e pela possibilidade de partilha de experiências e de dificuldades:

Acho que a APEM cumpriu muitos dos seus objectivos, e a profundidade da investigação e a qualidade da investigação na área do estudo das mulheres, sem dúvida que foi dinamizada, pela APEM, pelas sócias individualmente. A gente pode sempre dizer [que] era muito bom se tivesse podido fazer mais, é evidente. Podemos pensar que essas sócias, se estivessem nos seus departamentos, também o teriam feito. Não sei se teriam feito, mas a partilha de experiências e a partilha de dificuldades com certeza que dá outra dinâmica. (EntNarrativAutg2.33: 1-2)

A importância da produção de conhecimento é articulada por uma das narradoras com a necessidade de passar do conhecimento para a acção no terreno:

De qualquer das formas, não tenho uma visão pessimista. E acho que há muito mais mulheres a assumirem, não como feministas, mas a não rejeitarem o feminismo, a não lhes parecer estranho dizer esta palavra feminismo. Que havia estranheza, e ainda há. Mas há mais jovens que despertam para estas questões e fala-se de maneira diferente. Nesse aspecto, as universidades contribuíram muito, é mais ao nível da malta que tem acesso aos cursos... A malta desperta para estas questões no [ensino] superior, não desperta antes. Nós temos cada vez mais, há muitos pedidos, montes de telefonemas, imaginas, de malta que quer fazer trabalho sobre as mulheres, sobre o aborto: aparecem sempre estudantes, sempre, sempre sobre o aborto. Começa-se também a falar sobre a prostituição, sobre a violência. Não quer dizer que haja uma tradução imediata: «isto dá uma maior consciência feminista, mais militância, mais movimento, etc.». (Hivi9, Ent1: 15)

5. A importância do internacionalismo nas políticas feministas

A importância dos contactos com o estrangeiro, já referenciada a propósito da luta contra a violência, constitui também um dos aspectos referidos por diversas entrevistadas e narradoras, que no que se refere ao trabalho político directo, quer na construção do conhecimento mais académico. Por exemplo, em Portugal, para o desenvolvimento da área dos estudos sobre as mulheres, a influência externa, nomeadamente da União Europeia teve um papel determinantes, sendo os contactos internacionais, com organizações ou com investigadoras na área, considerados uma 'frente' importante¹⁸⁴.

• O trabalho internacionalista para uma visão mais abrangente: a experiência da Marcha Mundial das Mulheres

Também no que se refere ao trabalho político directo, uma das narradoras exemplifica como a Marcha Mundial das mulheres se constitui como espaço importante de aprendizagem e de acção política:

Outra coisa que a Marcha deu: se havia a tal descoberta de norte a sul, em Portugal, e ver o que as mulheres todas faziam, a Marcha deu-nos isso a nível mundial. Porque ver as africanas, as indígenas, as da América Latina, as do Canadá, as asiáticas, é uma coisa,... fabulosa! É uma grande diversidade. Perceber a diferença que há... Lembro-me que na altura falava muito nisso porque, de facto, impressionou-me: nós estamos a discutir e equacionar reivindicações e há um continente que diz «tudo bem, mas a gente luta pela água!» «A gente luta pela identidade! As mulheres não têm bilhete de identidade!» «As mulheres não existem! A gente não pode comprar uma casa, um terreno, não temos direito à propriedade!» Quer dizer, ouvir assim... Mesmo a situação nos países árabes, também... São coisas que mexem e a gente percebe o que é que se passa. porque a Marcha também é muito popular, pode não ser assim em todos os países, de facto, há diferenças, como em tudo, mas a Marcha tem uma raiz muito popular, de grupos de base, muito pouco partidarizados, é a ideia que dá, alguns mais, os partidos também de alguma maneira estão presentes na Marcha, alguns, mas muito aquilo que elas chamam o trabalho de educação popular. Isso nota-se muito na América Latina... No fundo, e isso é uma das batalhas que está colocada, agora do ponto de vista político, à Marcha, um desafio político colocado à Marcha é o equilíbrio entre esta grande diversidade, são três mil e tal grupos ou mais, agora já são cinco mil, portanto, de manter o nível das reivindicações, porque também há a tendência de baixar o nível das reivindicações, para incluir toda a gente. Esse é o grande desafio da Marcha: é como é que harmoniza as várias regiões do mundo, sem baixar o nível das reivindicações. (Hivi9, Ent3: 9)

Assim, o trabalho internacional é importante não apenas na construção da acção política mas também na formação de um conhecimento mais alargado. Aliás, é também algo que outra narradora realça, neste caso a propósito do conhecimento e participação em

¹⁸⁴ Vale a pena referir, aqui, que estes contactos internacionais, em termos académicos, são uma exigência profissional.

organizações de cegos (Hivi5, ver capítulo anterior). Este conhecimento, que dá conta da enorme diversidade de condições sociais vividas pelas mulheres no mundo, reforça uma das vertentes essenciais no movimento feminista que é a sua capacidade de convivência e de acção política com uma pluralidade de reivindicações, correntes, divergências e estratégias, que também ajudam a enfrentar a diversidade no nosso seio:

As mulheres europeias não vão reivindicar o direito à identidade, são proprietárias, temos que reivindicar outras coisas. A participação política para alguns grupos é uma coisa que até nem tem interesse nenhum... Agora, é preciso que a Marcha assuma isso e que assuma que tem várias correntes dentro dela, também. Isso notou-se na Índia em que a polémica em torno do feminismo foi muito grande e em que a Marcha tem que perceber que tem várias correntes lá dentro e que defendem várias coisas e que vão prosseguindo... Mas esse também é um caminho que, do meu ponto de vista, é incontornável, hoje em dia, que é dos movimentos plurais. Já não há movimentos monolíticos. (Hivi9, Ent3: 9)

Nesta história de vida, a participação na Marcha Mundial das Mulheres constitui um “desafio muito grande”, pelos custos que acarreta, mas decididamente um caminho de acção feminista, importante também para a experiência portuguesa:

E percebemos que aquilo é uma coisa de outra dimensão, que é um desafio muito grande. É engraçado porque a gente nem sempre quando está nas coisas percebe a dimensão, e percebe o que é que aquilo vai dar a seguir. Mas a sensação quando se vem de lá é: «isto é qualquer coisa de diferente e que vale a pena». É o que depois nós dizíamos no ano 2000: é para resgatar o feminismo, para se voltar a falar de feminismo, acabou isso de que a emancipação da mulher já está, a igualdade já está, isto é repor as coisas no seu lugar, é mostrar que isto continua a ter motivo, e, nesse sentido, é um incentivo muito grande. Nós percebemos isso desde a primeira hora, podíamos não ter concretizado, nem teorizado, mas percebemos isso... Porque a partir dessa hora, nunca mais abandonámos a Marcha, nunca deixámos de convidar, fazemos a revista, nunca deixámos de alimentar, porque percebemos que está ali um caminho, e está ali um movimento que é para além das nossas fronteiras! (Hivi9, Ent3: 7)

Deu outra consistência para a preparação para os tempos que são de hoje e que são de amanhã, em que a componente internacional é imprescindível e em que aquela lógica do trabalho no nosso cantinho, da nossa reivindicação, é muito curta, fica ali, e acabou. E depois reflecte-se nas propostas e nas políticas que se fazem. (Hivi9, Ent3: 6)

• O confronto político como condição para o avanço dos feminismos

Esta convivência significa assumir a divergência, o confronto político, sem falsos consensos e sem medos de que este confronto signifique o deteriorar de relações de “amizade”. Significa evitar um caminho em relação a uma noção de “comunidade”, enquanto partilha identitária, que, em última análise pode ser, como afirma Young:

O ideal de comunidade presume sujeitos que possam compreender-se como se compreendem a si próprios. Isto nega a diferença entre sujeitos. O desejo de comunidade assenta no mesmo desejo de uma totalidade e identificação social que subjaz ao racismo e ao chauvinismo étnico, por um lado, e ao sectarismo político, por outro. (1990: 302)

Este desejo de completa identificação, que sublinhamos na secção sobre a construção do sujeito político feminista, atravessa por vezes as políticas feministas, expresso pela procura de consensos a todo o custo como já sublinhámos a propósito do Conselho Consultivo ou ainda em processos de cisão e separação políticos acompanhados de algumas amarguras pessoais. Embora, como atrás dissemos, seja necessário encontrar algumas formas de ‘solidariedade’ e de conjugação do trabalho, que muitas vezes se atravessam de relações de amizade, essa conjugação não necessita de uma identificação total em termos de perspectivas nem de nenhuma “metafísica da presença” (Young idem, citando Adorno).

Uma das narradoras expressa estas questões presentes na Marcha Mundial das Mulheres:

Por outro lado, aquilo é logo uma coisa muito forte do ponto de vista político, que é outra mudança, porque estávamos muito habituadas, aqui, em Portugal, em que as coisas das mulheres são sempre muito ‘pacíficas’. Estamos sempre todas muito de acordo, porque andamos sempre pelos mínimos! Ali, não: por exemplo, nota-se: no plenário, choques; luta política é mais frontal. Foi complicado com a questão do aborto, por exemplo, foi muito complicado com as questões das lésbicas. Nessa altura, até ficaram as reivindicações à parte, na Marcha. (Hivi9, Ent3: 8)

Esta capacidade de assumir o confronto político continua a ser um desafio colocado às políticas feministas (como salienta outra entrevistada EntNarrativAutg39: 2), assim como a esta rede mundial de organizações feministas: como harmonizar a diversidade sem baixar o nível das reivindicações:

Há ali um determinado momento na Marcha, em que não se assume o confronto e que se tenta a conciliação de tudo e fazer um grande “chapéu”. Eu acho que esse caminho iria acabar com a Marcha. Portanto, vai ser o caminho de que a Marcha é um movimento plural, tem várias correntes lá dentro, que vão lutar, lutar no bom sentido, vão disputar o poder entre si, e vão defender os seus interesses, mas à luz do que o neoliberalismo impôs hoje também aos movimentos, é a única maneira de continuar. (Hivi9, Ent3: 9-10)

Hoje, colocam-se novas questões aos feminismos entre as quais a capacidade de inovação e de encontrar reivindicações para os tempos actuais, noemadamente no que se refere às jovens:

E depois a sua capacidade de inovação. Porque ou tem capacidade de atrair as jovens gerações e de ter reivindicações para as mulheres de hoje, porque há aqui um certo espaço, em que ou se dá um salto ou se estagna. (Hivi9, Ent3: 10)

Por outro lado, o conservadorismo, a que já se fez referência noutras partes deste trabalho, tem que ser enfrentando, tarefa não muito fácil, até porque, muitas vezes, vem embrulhado por uma áurea de romantismo:

É preciso contrariar esta onda do conservadorismo que em muitos casos vai ser muito sedutora pela via do romantismo, da igreja e companhia limitada. O papa vir dizer que os advogados devem fazer objecção de consciência nos processos de divórcio?!... E há mais, o caso daquela apresentadora, da SIC, e que apresentava aquele programa *Sexappeal*: perdeu a custódia dos filhos, porque apresentava o *Sexappeal*! O juiz achou que aquilo era um programa pornográfico, ela aparecia, de facto, numa atitude mais sedutora, é verdade, sensual, como lhe queiram chamar, mas não é motivo para uma mulher perder a custódia dos filhos! É a moral! Isto é um juízo de valor moral! Aquela mulher não pode ter os filhos! (Hivi9, Ent1: 16)

E assim, na opinião desta narradora o futuro parece reservar-nos um aumento da contradição de género

Embora a gente saiba que a violência continua, que há jovens que aceitam que os namorados lhes batam, a contradição vai aumentar, mas nós vamos ter que ter uma resposta. E por outro lado, há outra questão que para mim é fundamental nisto: é que, nota-se uma contra-ofensiva do conservadorismo. E quem vai levar com a primeira pancada do conservadorismo, já se sabe, são as mulheres... (Hivi9, Ent1: 16)

Mas estas questões não podem ser muito programadas: há factores externos que não dependem de nós que vão ou não estimular que isso aconteça. Agora, ou nós aproveitamos e estamos preparadas para esses momentos ou não estamos. Ou deixamos. A tendência é para aumentar a contradição entre o homem e a mulher na sociedade. (Hivi9, Ent1: 15-16)

Também outra entrevistada, apesar de considerar que as mulheres não têm lutado muito pela igualdade, em seu entender, a formação académica e escolar pode ser positiva neste sentido:

Julgo que, de facto, as mulheres não se têm predisposto a avançar. Mas também estou confiante que isso em breve vá acontecer por causa da quantidade de mulheres que estão nas faculdades e até porque os seus resultados também são francamente positivos ou pelo menos francamente melhores mesmo, do que os dos rapazes... (Hivi 3, Ent4: 4)

Em jeito de conclusão: conhecer a agência política e a agência feminista das mulheres

Tentámos, neste capítulo, enunciar os conceitos de cidadania, criticando o enquadramento liberal e ampliando o conceito no sentido de incluir as diversas formas de participação das mulheres, para o que se torna imprescindível abolir as fronteiras que dividem o público e o privado na medida em que estas fronteiras também estruturam outras dicotomias, como objectividade versus subjectividade, masculinidade versus feminilidade.

Neste sentido, enunciámos alguns exemplos de participação política das nossas entrevistadas e formas de agência política perspectivadas de uma forma não reprodutora

da divisão masculino / feminino, capazes de dar conta das resistências e dos contributos das mulheres na construção da *polis*, da formação política.

Olhando como as mulheres resistem ao modelo masculino de política e perspectivando uma forma de agência política que conserve uma noção radical de política transformadora estaremos mais perto de um projecto político radical e emancipatório.

A construção de agência política tem de equacionar a intencionalidade, a noção do equilíbrio de forças em jogo e o delinear de estratégias.

A agência política pode ser participação política na esfera pública da cidadania, mas tem de incluir também as decisões, estratégias e compromissos que mulheres e homens fazem também no espaço privado, que é parte integrante da formação política, assim como em espaços construídos politicamente como semipúblicos e semiprivados, como é o caso de algumas organizações que efectiva e conscientemente se constroem nesse espaço de mediação, numa política que designam de intimista e cujo principal objectivo é dar força aos seus membros para aguentarem as formas de opressão que não lhes permitem ser.

Jogam-se aqui as questões do reconhecimento.

Por outro lado, é também evidente que nem todas as diferenças são do mesmo tipo, sendo desejável que algumas sejam abolidas, como por exemplo a diferença de recursos e de poder; ou práticas culturais como a mutilação genital feminina, no entanto, outras são para afirmar ou pelo menos para não negar.

Assim, podemos pensar numa agência política de género que articule outras agências políticas, mas sem cair num multiculturalismo inócuo (ou 'pluralista' ou 'benigno') que celebra as diferenças apenas nas suas versões exóticas e olha todos os seus aspectos como positivos, propondo uma convivência amorfa, embora colorida. Necessita-se aqui da clareza política da definição de quais diferenças e respectivas agências políticas contribuem para construir uma sociedade mais justa, portanto, para abolir as outras diferenças que estão na base de injustiças, desigualdade e discriminação.

Essencial nesta ordem de ideias é pensar as vozes destes colectivos, especialmente as vozes das mulheres, e as formas como se intersectam, e como se articulam com os silêncios e com os diferentes significados que podem assumir.

Para conceptualizar a agência política das mulheres é incontornável reflectir sobre o papel do estado e das políticas sociais não apenas na forma como «agem» sobre os sujeitos,

mas também para conhecer e desafiar as formas como constroem as identidades genderizadas, racializadas e heterossexuais. Vimos como os recentes diplomas da política social, com excepção da legislação relativa à violência doméstica vem no sentido de regressar a antigos estereótipos mais rígidos de masculinidade e de feminilidade, incluindo algumas versões que se pensavam definitivamente abolidas no contexto da sociedade portuguesa que, apesar de tudo, se vê a si própria como europeia e democrática. O caso da Lei de Bases da Família, do Código de Trabalho e do Rendimento Social de Inserção, a par de declarações públicas que põem em causa o profissionalismo das mulheres porque supostamente têm que fazer as tarefas domésticas e não podem concentrar em profissões exigentes, constituem mecanismos claros de retirar direitos de cidadania às mulheres e contém tonalidades que lembram os debates sobre as professoras e sobre as enfermeiras nos anos 1940 / 50, com outro tipo de estado.

Através das entrevistas e das narrativas apercebemo-nos de que as dificuldades económicas aumentaram grandemente nos dois últimos anos e que, nesse sentido, as mulheres das classes trabalhadoras e dos grupos sociais marginalizados se encontram mais fragilizadas, tendo por isso que fazer mais compromissos em relação aos seus desejos e aos seus sonhos.

Paralelamente, apercebemo-nos também que uma consciência enquanto mulheres e nessa medida mais marginalizadas e com maiores dificuldades está bastante difundida, sendo que a necessidade da intervenção política especificamente em direcção à consciencialização de uma política genderizada, por vezes mesmo até feminista, no interior de outros grupos sociais e de outros sectores, como é o caso da população cega e amblíope ou das operárias, perpassa diversas narrativas.

As entrevistadas pertencem a uma faixa etária que enfrentou um conjunto de mudanças na sociedade portuguesa e viveram uma série de experiências como mulheres o que lhes mostra a importância de equacionarem a sua autonomia e força enquanto mulheres e de continuarem a lutar pela igualdade entre mulheres e homens.

Percorremos, também, experiências e subjectividades de mulheres que fomos conhecendo, dando conta da tomada de consciência feminista, da construção da agência política das mulheres no campo da acção feminista, da produção de conhecimento, e da importância da articulação internacional nestas lutas. Sinalizámos algumas das organizações nomeadas

pelas entrevistadas, assim como a CIDM, o Conselho Consultivo e a Marcha Mundial das Mulheres. Por razões das limitações inerentes a esta investigação, muitas questões e organizações não foram evidenciadas, o que poderá ser matéria para estudo posterior.

Abordaram-se algumas concepções sociais que têm obstaculizado a agência política feminista, assim como algumas das reivindicações actuais do movimento. Aqui, abordámos a importância da voz e da aparência nas políticas feministas, assim como das formas como a diversidade no interior do movimento tem sido tratada, enfatizando a importância do assumir da pluralidade no seu interior e do conseqüente confronto político.

Ecoámos ressonâncias dos feminismos nas histórias de vida, assim como do sentimento generalizado, no contexto das pessoas que abordámos, de uma desigualdade estrutural que atravessa a sociedade portuguesa em termos das questões de género, mas simultaneamente de uma consciência social mais alargada desta discriminação e da necessidade de lhe resistir e de a confrontar. De formas mais caladas a acções mais públicas, da acção individual ao trabalho político organizado, os feminismos em Portugal parecem, de acordo com as informações que neste trabalho fomos reunindo, ganhar um novo ímpeto e passarem a uma fase qualitativamente diferente dos anos oitenta. Aqui, a violência contra as mulheres e a participação das organizações feministas neste combate, assim como a luta política em torno do aborto, parecem evidenciar esta nova fase. Por outro lado, a afirmação e valorização pública de um conhecimento feminista, quer académico quer produzido noutros contextos, parece também contribuir para esta nova situação em termos destes movimentos sociais.

Todavia, continuam a ser sinalizadas algumas fragilidades na acção política feminista, pela ausência de redes que articulem alguns dos ganhos que se vão obtendo e para melhorar a eficácia das respostas. Estas fragilidades parecem não ser exclusivamente dos feminismos em Portugal, mas constituírem uma característica comum aos diversos movimentos sociais. Assim, neste capítulo, pensamos contribuir para perspectivar as formas de agência política das mulheres, discutindo se podemos falar de agência política feminina no contexto de uma sociedade liberal (neo, conservadora), e como são insuficientes as possibilidades que a ordem de género oferece de participação política apenas na esfera pública e de forma androcêntrica para equacionar a transformação social e também como as acções na esfera

privada e nos interstícios entre as esfera pública e privada necessitam ser constituídas como formas de agência política para uma cidadania plena das mulheres.

A participação política das pessoas em geral e a agência política de mulheres e homens relacionam-se com as identidades genderizadas, de classe, de «raça» e etnia, de capacidade, e estas são parcialmente produzidas pela própria política, pelos discursos políticos enquadradores e pelas políticas sociais. Também Young (1997) levanta a necessidade de articular as diferentes teorias feministas sobre o estado para pensarmos as mulheres como colectivo social, como actoras sociais.

CONCLUSÕES FINAIS

Nesta tese, procurou-se trazer para o conhecimento científico das ciências da educação e dos estudos sobre as mulheres vozes femininas de diversos grupos e condições sociais cujas experiências e subjectividades nos guiaram na procura da agência das mulheres. Pretendeu-se focar nas formas como algumas mulheres experienciam as suas vidas como significativas, contribuindo, assim, para a des-construção das tradicionais e algumas ainda presentes visões acerca delas que têm servido para reproduzir um binário de género onde subjaz a ocultação das estruturas de dominação que produzem diferentes efeitos no colectivo social mulheres. Quisemos ouvir uma diversidade de experiências e subjectividades também no sentido de garantir que não continuávamos a deixar-nos levar por uma voz e não confundirmos essa voz com a voz das mulheres. Deixámo-nos orientar pela implicação e relação dialógica que significam cada história de vida e foram os seus percursos que nos guiaram na procura dos enunciados das principais preocupações teóricas, ao mesmo tempo que estas se foram desafiando ou reforçando neste processo. E embora não seja o campo educativo o enfoque único na interrogação sistemática que esteve presente nos diálogos estabelecidos, considera-se a educação como espaço vital para a vivificação da agência política das mulheres e de outros grupos sociais em desvantagem, e a escola em particular como espaço crucial para a construção democrática da cidadania das mulheres.

Subjectividades, sujeito e agência: ressonâncias de feminismo nas vidas de mulheres

A preocupação por conhecer quando, como e porquê as mulheres colaboram na sua subordinação e também como, quando e porquê participam na luta pela sua emancipação perseguiu esta procura, constituindo-se como uma sombra permanente, por vezes, tão ténue, que aparentava ter abandonado o corpo que pesquisava, por vezes, parecia

escurecer tudo à sua volta. As subjectividades foram aqui articuladas a partir da linguagem e da comunicação estabelecida na recolha das histórias de vida e na sua elaboração.

Através das histórias de vida, apercebemo-nos que as mulheres participam na emancipação quando subjectivamente e cognitivamente antevêm benefícios nessa transição ou, pelo menos, não mais prejuízos do que já têm, ao ponderarem as possibilidades de que dispõem. Isto é válido em relação a diversas formas de lidar quer com a subordinação quer com a luta pela emancipação. Tomam o silêncio para si próprias como forma de enfraquecer quem detém o poder na situação concreta em que se situam; tomam a palavra como forma de poder mas também com a consciência, por vezes, de que essa voz vai fragilizar — mesmo que em alguns casos seja apenas temporariamente e possa vir a empoderar no futuro.

A vivência de resoluções positivas de situações de mudança são fundamentais para «aguentar» este tempo em que a articulação da voz não providencia automático poder a quem a emite, porque também expõe, mas pode permitir encontrar outras vozes ou silêncios activos que, se não existisse aquela exposição, nunca emergiriam. Ora a construção de contextos educacionais feministas — seja em termos não formais ou formais — constitui uma antecâmara de ensaio das conexões entre vozes que fragilizam e silêncios activos, no sentido do empoderamento das vozes femininas.

Estas vozes surgem muitas vezes através de canais diversos, simultâneos ou não, com diferentes frequências e diferentes cumprimentos de onda. Muitas estão associadas a ruídos contínuos que nos dificultam ouvir com clareza; outros são demasiados fortes e impõem-se-nos aos ouvidos de tal forma que temos dificuldade em equalizar o som para podermos ouvir os outros. E assim, exercitamos a capacidade de ouvir em estereofonia, tentando, ainda que por momentos, diálogos, alguns solos diversos, algumas polifonias.

Apercebemo-nos de que se a voz é um aspecto crucial na agência das mulheres, não é o único e também não suficiente para a construção do sujeito feminista.

Além da voz e do silêncio, equacionamos também a *aparência*, no sentido das formas e dos conteúdos como o corpo e a pessoa *aparecem* no espaço da cidadania. *Aparecimento* quer do ponto de vista da visibilidade, ou seja, que passa (ou passam) a ser mais visíveis, quer no sentido da profundidade em que aparecem, isto é, como o conteúdo do seu aparecimento vem desafiar ordens estabelecidas, como a *diferença* dos seus corpos vem

desestabilizar hierarquias sociais do que conta como ser humano, do que é melhor e pior em termos de *pessoa*. A cegueira, a cor da pele, os adereços da cultura, o género que não tem lugar nos pólos do binarismo, aparecem aos olhos da maioria como *abjectos*, repulsivos, estranhos. Por exemplo, ficou claro para nós como a etnia cigana *aparece* nos lugares públicos das instituições, a escola incluída. Parte do racismo para com este povo passa por questões corporais, como cabelos enfiados, adereços de vestuário, a língua. Em termos de cor da pele são praticamente indistinguíveis. Então, as formas de *aparência* ganham importância crucial para pensar a cidadania destes grupos sociais. E as estratégias de relação com esta cultura e etnia podem ser diversas. A cegueira racista impõe implícita ou explicitamente o assimilacionismo na sua *aparência*: tratar-se-ia de ‘resolverem’ alguns pormenores dessa *aparência*: roupa, apresentação corporal, e por aí diante. A este respeito, também a mulher invisual articula estas questões, com a metáfora da “nódoa na roupa”. De forma peculiar e curiosa, a autora desta história de vida mostra como as questões da aparência são cruciais nos grupos sociais marcados pela deficiência. É o salto do abismo entre a dignidade e o miserabilismo, que foi a sua grande luta durante a vida e a sua grande conquista: a autonomia pela dignidade. É interessante articular estas questões com a aparência do corpo feminino, por exemplo, no espaço público da cidadania. Várias vezes reflectimos, dissemos e escrevemos que a *aparência* joga um aspecto crucial na *realização* do sujeito feminino no espaço público da cidadania. Exceptuando uma ínfima maioria, que são normalmente muito jovens, magras e ‘produzidas’ consoante o gosto de cada época, a maioria das mulheres protagonistas no espaço público são vistas com aparências consideradas desagradáveis e desadequadas. Para nós, articular a questão da aparência com a voz e o silêncio foi essencial para pensar a construção do sujeito feminista.

Nesta procura, encontramos diversas formas de agência das mulheres: agência política, agência familiar, agência educacional, agência feminista, agência laboral, agência comunitária, agência grupal, agência sexual, agência centrada em si mesmas. Por vezes, vislumbramos, mas ainda sem conseguir agarrar, a articulação destas diferentes agências. Desta forma, a agência articula diferentes formas de acção, de maneiras de estar, de articulação de discursos, de estratégias de relação com as instituições, sejam elas mais do foro público ou do privado.

A agência centrada em si mesmas aparece com alguma relevância: muitas delas falam dos acontecimentos como se estes tivessem origem e fossem causados por si mesmas, como se elas se sentissem no controlo das situações e, daí, também com a culpa, quando as coisas não funcionam. Nem todas estas mulheres são das que têm mais habilitações. No entanto, é importante equacionar que muito disto pode ter a ver com a metodologia escolhida: a narração da história individual — “eu...”.

• **Cidadania, autonomia, igualdade de oportunidades e participação**

Nas narrativas recolhidas, as mulheres enfatizam muito a noção de autonomia, num dos casos de uma forma sentida, de tal forma que essa ‘autonomia’ constitui, na sua narrativa, o eixo vertebral do seu percurso de vida. Já «igualdade de oportunidades» não surge com a mesma frequência. Ao percorrer as histórias de vida, constatámos que existem ainda diversos processos e mecanismos que impedem uma cidadania plena das mulheres: a maternidade, por estranho que ainda pode parecer, constitui-se, sobretudo no grupo das mulheres lusas de classes sociais desfavorecidas, um dos principais processos de obstaculização da cidadania para as mulheres, onde sobressaem a aparente irreconciliabilidade entre a posição de operária e a de mãe e as condições pré-modernas para as mulheres rurais; o corpo constitui-se também um veículo de formas de opressão, nos casos das mulheres com capacidades menos padronizáveis e nos casos atravessados pela etnicidade ou pela «*racialização*», assim como a sexualidade, quer pela exigência de ‘clandestinidade’ para algumas mulheres, quer pela forma como o «sair do armário» pode constituir pretexto para a sua marginalização. Atravessa diversas histórias de vida, o que constitui surpresa para nós, a violência contra as mulheres no espaço familiar, constituindo-se como importante processo e eixo de opressão, assim como de obstáculo à sua cidadania. Na análise das entrevistas, é visível que está presente, nos discursos destas mulheres, uma grande consciência de que, na base dos conflitos conjugais e da violência dos maridos sobre elas, residem questões de dinheiro e de exploração do seu trabalho e questões de poder e dominação.

Também uma noção de *direitos* relativa à possibilidade de exercer a sua autonomia — casar com quem se gosta, escolher uma profissão que satisfaça, encontrar o seu refúgio

afectivo à medida dos seus desejos, poder ter acesso a bens de consumo fundamentais (casa, telefone, consultas no médico, saber, cultura) — emerge como aspecto comum a todas as entrevistadas. As que não *possuem* (e é o verbo *ter* que é articulado) essa autonomia, clamam por ela, não apenas para si como para os seus filhos. Esta questão que elas articulam com a utilização do termo *direito* ou *direitos* (“não há direito de...”) traz de novo a importância de equacionar a emancipação articulada com as questões da redistribuição, e a nossa aproximação empírica sofreu, no bom e no mau sentido, esta realidade nua e crua de que as vidas das mulheres pioraram grandemente, pelo menos no Norte, a partir de 2002. Foi por um lado o desemprego brutal que atingiu o sector fabril dos sectores mais feminizados da indústria — têxtil e calçado — que atirou milhares de mulheres, e em alguns casos toda a família, para o desemprego, para enfrentar o risco de não ter com que dar de comer aos filhos ou pagar a hipoteca; foi por outro, todo um clima criado com um discurso ideológico generalizado que parece estar apontado para disparar contra as mulheres, quer em termos do código de trabalho, quer da Lei de Bases da Família, quer da retirada de importantes apoios às famílias (isto é, nas questões do cuidar, às mulheres); foi ainda uma sensação presente no ar de perseguição, com os julgamentos dos casos de aborto que, felizmente, o movimento feminista conseguiu colocar na ribalta da comunicação social — mas se esta ribalta permitiu o avanço ideológico em relação ao problema, acompanhado com as outras questões, trouxe um ar de tristeza às mulheres de diversas condições sociais que entrevistámos e que contrastava com o clima e o ar que encontrámos nos anos entre 1996 a 2001 (dado que a recolha das histórias de vida começa logo em 1996). Foi como se uma onda de pessimismo nos invadissem.

• **Família e trabalho: alienação, inferno, refúgio, emancipação**

Nas histórias de vida, exceptuando o caso das mulheres ciganas, foi notória uma certa ausência de marcadores de género, o que para nós constitui uma certa surpresa, já que os esperávamos, tendo até feito uma pré-categoria com essa designação que ficou praticamente vazia.

Em termos de identidades auto-atribuídas, encontramos uma certa regularidade na identificação como trabalhadoras fora de casa, mesmo no caso das mulheres ciganas,

sendo que a independência económica aparece como eixo fundamental estruturador das suas vidas.

O trabalho doméstico já não é tão consensual entre elas: as mulheres com menos habilitações e com empregos mais desprivilegiados, assim como as ciganas, têm brio no trabalho doméstico; isto não é válido para aquelas mulheres que, embora partilhem a mesma condição social, tenham actividade militante política (sindical, associativa, partidária, ou feminista).

Apesar da grande presença de uma *agência centrada em si mesmas*, com algumas excepções, entre as quais a narradora cigana, aparece uma única autora focada na metáfora do *sucesso* que atribui este sucesso à sua vontade, esforço e trabalho, mas também ao apoio do marido e ao factor *sorte*.

Relativamente aos seus quotidianos, identificamos algumas formas de ‘comunidade’, sendo que a maioria delas têm forma codificada: comadre, compadre, madrinha, padrinho; é também uma certa ‘família extensa’ e alargamento a pessoas sem relação de parentesco mas com proximidade afectiva.

Por outro lado, de forma realizada ou não, as pessoas sós são percebidas como garantidamente podendo dar apoio — padres, tias solteiras, lésbicas. Algumas narradoras sentem que se esperava isso delas e que o facto de não estarem dispostas a esse papel *missionário*, foi uma surpresa e motivo de reacção por parte da sua família directa, já que os seus familiares esperam total ‘abdição’ das mulheres sós, não casadas — mulheres solteiras (as ‘tias’), lésbicas, etc. — exigindo que lutem face às suas famílias de origem por um projecto de vida que seja seu.

A família aparece muitas vezes como ‘inferno’, a maioria das vezes como ideal e muito poucas vezes como refúgio.

Estratégias de resistência: a agência na esfera privada e da intimidade

Face aos processos de subordinação, dominação e opressão, algumas das formas de resistência dizem respeito a experiências e subjectividades nos mundos privados e pessoais, onde os acontecimentos são olhados a partir de uma perspectiva no interior das suas ligações pessoais e que não se constituem como componentes de outras acções

colectivas conducentes à transformação política e social. Os constrangimentos da deficiência e do eugenismo, da heterossexualidade compulsiva, do racismo e etnocentrismo da sociedade maioritária, do sexismo e da discriminação e opressão patriarcal enfrentados, são diversamente resistidos e confrontados, na especificidade de cada pessoa e na percepção que se tem das condições e possibilidades existentes.

Salientar estas resistências e lutas é parte essencial do caminho para conceptualizar a agência feminina, valorizando as suas visões, sonhos, acções e prioridades, onde o mundo privado e a esfera dos afectos têm um lugar importante. Constituem-se como contributos para conhecer a grandiosidade da acção das mulheres fora de um ponto de vista androcêntrico, em que, em termos de um reinterpretação feminista, se reequacionam valores sociais e o papel da agência individual nestas dimensões da vida como parte integrante de uma perspectiva emancipatória.

Do conjunto de estratégias, lutas e resistências, são realçadas a solidariedade e a amizade como processos que permitem o acesso à independência e autonomia, que diversas mulheres sinalizaram como cruciais para si próprias, em alguns casos, para aceder ao estatuto de *pessoa*, associadas às possibilidades de gestão da vida diária, de progressão profissional, de possibilidade de tomar decisões sobre si próprias e sobre as suas vidas, em todos os aspectos, incluindo na vida afectiva, familiar, associativa e profissional. Nestes processos, emergiu como relevante a capacidade de *receber*, isto é, de aceitar o que as outras têm para *dar*, aproveitando oportunidades de confrontar situações confrangedoras e difíceis, largando preconceitos e falsos mitos de individualismo e competitividade que a socialização tanto nos impinge.

A educação sobressai como crucial para essa autonomia e independência, providenciando luz e recursos para ultrapassar constrangimentos e silenciamentos: por um lado, em termos do acesso a uma independência económica que lhes permite tomar decisões próprias, por outro lado, enquanto conhecimento pela possibilidade que dá para nos compreendermos e conhecermos a nós mesmas e encontrarmos o nosso lugar no mundo. Embora o conhecimento na escola e nos livros seja importante, as histórias de vida mostram que há outros espaços e tempos formativos que abrem caminhos e possibilidades pessoais de cidadania.

Fugir é uma outra estratégia que se revela como importante para manter o sentido de nós próprias, quando não há lugar para o que somos, a nossa *diferença* nos é arremessada como invadindo todas as dimensões da vida. Constitui, nestas circunstâncias, a única forma de manter um sentido de integridade pessoal, onde não existe outra *saída*, até porque, na medida em que falamos de contextos privados e de intimidade, o fechamento é uma das características que mais bloqueia as possibilidades de encontrar outras vias.

Humor, irreverência e capacidade de comunicação constituem-se como importantes formas para ultrapassar aqueles confinamentos e *clausuras* a que muitas vezes nos vemos sujeitas e onde não há nem saída nem fuga possível ou pelo menos perceptível. Por vezes, o humor e a irreverência são formas de assumir o confronto e a ruptura que permitem conquistar espaço para si próprias naqueles contextos.

Em relação ao estigma, à vergonha, à inferiorização, ao miserabilismo, que a sociedade agrega a algumas identidades, atribuindo-lhes uma estereotipia que envolve a degradação da identidade da/o *outra/o*, de corpo, desejo, cultura, recursos e perspectivas *diferentes*, emergem nas histórias de vida formas pelas quais as mulheres descobriram caminhos que as abriram à possibilidade de ser sujeito, de encontrar outros significados, outros sentidos para viver a sua relação consigo própria. Para umas, a *transcendência* pode ser uma via para descobrir uma auto-definição positiva, onde a identidade que outros/as nos atribuem não precisa, necessariamente, de ser aceite como tal. Para outras, a *comunidade feminina*, isto é, a aprendizagem e inter-apoio de e com mulheres mais velhas (sogra, mães, madrinhas, vizinhas), permite sair do isolamento e da rivalidade a que a construção social do género, pela atribuição social da identidade e papel femininos, nos empurra. Torna-se, assim, possível encontrar formas alternativas de ser *mulheres*, onde a transmissão cultural assenta noutros valores e noutras práticas que podem passar para a nova geração.

A festa e a música, em algumas tradições e comunidades, emergem como dimensões importantes da agência das mulheres, não apenas ciganas e rurais, mas de sectores significativos do universo feminino, onde aqueles momentos têm um papel importante na ligação ao lugar e às redes de vizinhança.

Paralelamente, a *viagem* permite transcender o lugar, recomeçar de novo e reencontrar o princípio das meadas tecidas nos quotidianos, tornando mais vivo o presente.

Face a situações de violência no espaço das relações de intimidade, reconhecemos cinco: silêncio, ruptura/saída, fuga, confronto (violência contra violência) e negociação que emergiram nestas narrativas e histórias de vida.

Agência política e agência feminista – equacionando a cidadania das mulheres

O atraso do feminismo em Portugal significou que não vivemos as tensões do debate entre o feminismo pela igualdade e o feminismo pela diferença, que nos fez saltar para uma versão do feminismo onde esta tensão já tinha saído do centro do debate para as margens, ao mesmo tempo que, no sentido inverso, outras questões vieram da margem para o centro (como diz hooks, *from margin to center*) e o que ficou no centro foram as diferenças entre as mulheres — sendo que, na época sobressaíram as de classe. Uma das consequências directas foi o impedimento ao surgimento de um feminismo forte.

Esgrimimos uma definição de política que desafie o androcentrismo das definições actuais, permitindo às mulheres espaços e tempos para exercitar a sua capacidade de tomar decisões – ser, em conjunto com outros/as *mastery* do seu próprio destino e participar na tomada de decisões sobre destinos colectivos, de outros/as, portanto, *mastery* da História.

Trabalhamos a des-sincronia da opressão, mas simultaneamente, a necessidade de uma certa *sintonia* entre agendas e agências das mulheres para encontrar a coragem necessária para definir quais as diferenças que devemos valorizar e quais as outras diferenças que são para abolir, como por exemplo, a diferença de classe.

Olhamos e ouvimos histórias de racismo, onde a sociedade majoritária não consegue aprender com as outras culturas. Conhecemos a cultura da comunidade como quadro de referência de vida, o ritmo quotidiano, a firmeza dos papéis culturalmente definidos, a clareza das tarefas atribuídas a cada pessoa em função do seu papel social (mulher, homem, pai, mãe, filho, filha, nora, sogra, etc.), a importância das crianças, o carinho, a emergência da entrada na relação salarial (o papel do Estado de Providência, *soft policing*).

Na construção do sujeito político pela articulação da agência individual e colectiva, surgiu como relevante o equacionar de uma política capaz de safar as fronteiras entre o público e o privado, que passe pelo convencimento de que as pessoas têm poder, pelo alargar a outras pessoas, construindo alianças com sectores diversificados, pela exigência de fazer o

político à medida do pessoal e tornar o pessoal político, pelo trabalhar em direcção à construção de um *corpo* colectivo capaz de tomar posições políticas, mas também de produzir conhecimento e dar respostas concretas, de forma consistente, a situações particulares da vida das mulheres.

Neste campo, surgiram outras questões, como o aborto clandestino, a paternidade patriarcal, as políticas sociais liberal-conservadoras, que se mostram como processos e mecanismos de opressão das mulheres portuguesas, com variações, cruzamentos e transversalidades importantes entre os diferentes grupos sociais a que pertencem. A emergência e visibilidade do fenómeno da violência pelas narradoras é bastante identificável com o facto de ser uma problemática que o movimento feminista, português e internacional, conseguiu colocar na agenda da política pública na passagem do séc. XX para o XXI.

Também as políticas culturais, incluindo os *mass media* e as grandes “máquinas pedagógicas”, afectam as/os jovens nas suas identidades colectivas e nas suas visões do mundo, dificultando a tarefa da pedagogia crítica feminista pelos paradoxos e tensões que produzem nos sentidos e significados de cidadania na educação.

Mensagens contraditórias

As biografadas foram socializadas num conjunto de mensagens contraditórias relativas às tensões entre a ideologia do liberalismo de mercado e o estereótipo da feminilidade. Ainda hoje, as raparigas e as mulheres continuam a receber a mensagem de que a esfera privada é o seu *reino* e, por isso parecem dispostas a negociar o mais possível para manter nem que seja uma nesga da frincha de uma porta de ilusão de que continuam *mastery* do seu espaço privado: mesmo que por vezes tenham que aceitar a vitimização. O que parece pelas experiências de diversas mulheres recolhidas é que quanto menos escolaridade e recursos económicos dispõem, mais esta esfera é considerada como o seu ‘reino’, mais nos apercebemos dos seus investimentos, dos seus compromissos, do seu ‘brio’, das suas negociações.

Outra mensagem contraditória consiste na veneração da juventude enquanto ideal abstracto e mercadorizável, e abandono da juventude enquanto pessoas concretas através

do ataque generalizado às crianças e aos jovens, em termos das políticas sociais e dos valores, que em grande parte põem em perigo o seu futuro, porque não é tido em consideração.

Também à volta das questões do corpo, as representações sociais e a ideologia liberal de mercado passam mensagens de que podemos e devemos controlar e *fazer* o corpo, à medida de determinados padrões, ficando então ainda mais difícil lidar com as situações em que esse controle não é possível, por motivos de doença, deficiência, “raça”, condição corporal, envelhecimento, ou outros.

Imaginando caminhos para uma pedagogia crítica feminista

Para elaborar um projecto emancipatório para a educação, faz sentido tudo o que até aqui desenvolvemos, quer dizer, pensar em que medida os conceitos de cidadania e de agência têm sido genderizados e o papel da educação na criação das identidades de género e o seu potencial na criação de novas identidades e de noções de agência nas esferas pública e privada da cidadania que incluam os contributos e as subjectividades de mulheres diferentemente posicionadas na estrutura social, de género, de classe, de «raça» e etnia, de orientação sexual, de idade, de capacidade e de região.

- **Valorizar algumas diferenças, combater a discriminação**

Uma pedagogia crítica feminista terá em conta a valorização de algumas diferenças, desafiando as pretensões à verdade universal e procurará cominhos para a transformação social num mundo de significados incertos e em mudança. Se a transformação não se constrói apenas com as vozes, necessitando da dimensão do *fazer*, então, a educação necessita de se articular com outros campos e dimensões da vida social, ou seja, a educação pode tratar a primeira parte, as vozes; a segunda, a acção, tem que ser feita com outras/os.

Podemos destacar algumas linhas desta pedagogia que podem constituir um contributo para armar educadoras/es e educacionalistas para a acção transformadora. A primeira é

que faz cada vez menos sentido pensar apenas nas questões de género como isoladas de outras formas de opressão, dominação, exploração, marginalização. Hoje, uma pedagogia crítica feminista tem que ir mais longe e articular os *insights* sobre as formas como a educação tem contribuído para reproduzir a subordinação das mulheres mas também para lhe dar capacidade de encontrar meios para a sua emancipação, e agarrar esse conhecimento, articulá-lo com outros saberes críticos para propor uma pedagogia radical e transformadora de raparigas e rapazes para um mundo mais justo e democrático. Raparigas e mulheres não se reconhecem apenas nas identidades de género. Para chegar a sectores do universo feminino, como ciganas, negras, portadoras de deficiência, lésbicas, rurais, necessitamos de conhecer e reconhecer os aspectos e processos específicos em que a sua subordinação se constrói e aqueles através dos quais se podem abrir caminhos para a luta e a mudança social.

Se, em termos pedagógicos, tratarmos apenas as questões de género, estaremos a colocar, ou mesmo a reforçar, barreiras e distâncias em relação aos grupos que, nos outros eixos de desigualdade se situam noutros lados da equação. Precisamos, assim, de equacionar o nosso lugar na hierarquia social, enquanto mulheres “brancas”, urbanas e de classe média, eventualmente heterossexuais e sem problemas de “capacidade” física ou mental, para podermos colocar-nos no lugar da/s outra/s e quase sentir “na pele” o que ela/s experiencia/m.

O desemprego que afectou, de forma muito gravosa as que tinham filhos e as que cuidam deles sozinhas, as ciganas e as dificuldades com os apoios sociais (algumas recebiam o rendimento mínimo garantido e deixaram de o receber quando passou a rendimento social de inserção), e o quase nulo rendimento retirado da sua actividade tradicional, as feiras, assim como as falências e os despedimentos, levam-nos a reforçar, em concreto, o que já tínhamos claro na teoria: o neoliberalismo vampiriza as mulheres dos grupos sociais mais fragilizados. E a educação não pode ficar indiferente a estes processos sob pena de, mesmo não intencionalmente, contribuir para reforçar o desapossamento destes grupos.

Também o racismo e a noção de multiculturalismo pluralista ou benigno, que não distingue politicamente quais as diferenças que reforçam a subordinação das que desafiam a opressão e são um contributo para uma sociedade democrática com igualdade e justiça social, precisam de ser confrontados no terreno educacional: por um lado, articulando as

formas como a etnia e a “raça” incluem formas e mecanismos que muitas vezes se constituem como silenciamento das mulheres; por outro, valorizando aqueles aspectos que se podem constituir como enriquecimento para pensar uma sociedade que inclua valores de responsabilidade comunitária, de festa e alegria, de ligação à natureza, da vivência responsável do prazer e da sexualidade, e do exercício e desenvolvimento das diferentes “capacidades” humanas, que ajudam a combater alguns dos mitos da sociedade liberal que ocultamente contribuem para a desigualdade, a injustiça e as hierarquias sociais.

Apesar da globalização e de algum reconhecimento da riqueza da multiculturalidade, os processos educativos são, em grande parte, um des-reconhecimento das suas individualidades e das características sociais dos grupos a que pertencem, um permanente ruído à volta da relação pedagógica, completamente descentrada do aprender e ensinar para questões relacionadas com o comportamento, o nojo, a incapacidade, por parte de uma grande parte do sistema educativo, de lidar com outros corpos, outros cheiros, outras línguas, outras formas de comunicar. O principal problema (o que eventualmente necessita de ser mais aprofundado) parece situar-se nas formas de estar e de ser não reconhecíveis pela escola. A estas crianças resta a hipótese de abandonar a escola se não querem perder um sentido positivo sobre si mesmas e sobre a sua comunidade, tradições e valores. Se ficarem, estes *ruídos* impedirão progressivamente de ouvirem e reconhecerem as suas próprias vozes. Por isso, a importância de recentrar a relação pedagógica nos processos de aprendizagem e de ensino.

• **Aprendendo com os movimentos sociais: a *magia* do conhecimento**

E é neste sentido que pensamos que uma das vias para esta perspectiva na educação é a ligação aos movimentos sociais da sociedade mais alargada, aprendendo com eles e trazendo para o interior das escolas e dos outros espaços educativos as questões que de forma mais acutilante possam contribuir para alterar as relações de poder.

A educação como prática emancipatória começa pela *magia* da abertura ao conhecimento, ou seja, da criação de condições onde educandas/os se descubrem capazes de *saber*, testemunhando o prazer de imergir nos significados, velhos e novos, exercitando a

possibilidade do olhar imerso e distanciado, da voz interior que se materializa como voz de sujeito, a/o qual, desta forma, passa a ser crítica/o.

Neste sentido, importa ter em mente uma noção de *igualdade* assente nos resultados e nos processos, prestando atenção às formas e consequências dos diversos modos de conhecimento que se cruzam com as hierarquias sociais. Precisamos combater as mensagens que, na educação, são transmitidas às crianças, adolescentes e jovens de etnia cigana e outras, das classes e das zonas mais desfavorecidas, neste “jardim à beira-mar plantado”: que o seu lugar no mundo é com os desprezados e que eles/as simplesmente não contam. Precisamos de encontrar formas de aprendermos e de lhes transmitirmos que aquilo que poderão fazer ou pensar tem realmente interesse e pode fazer diferença, de maneira positiva, nas suas vidas mas também na vida social para além das fronteiras do grupo a que pertencem. Ou seja, é necessário contar com elas/es para a construção dos seus *se/ves*, proporcionando-lhes um sentir agradável sobre quem são, onde, nas questões de papel, responsabilidade, dignidade ou beleza, se leve em conta os seus contributos, as suas subjectividades, as suas visões e os seus sonhos.

Para isto, é necessário deslindar as causas sociais da sua privação, providenciar-lhes sentidos positivos de seres humanos que são, desconstruir as visões de pesadelo, de meias-verdades e mentiras, misturadas com medo e fantasia, com que as identidades atribuídas constroem as visões sociais sobre estes grupos, lidando positivamente com a raiva e a revolta.

• Repolitizar a educação e o papel da/o intelectual na academia e na escola

Importa, por isso, repolitizar a educação e o papel do/a educador/a e da/o intelectual, que passa por: conceptualizar a academia e a escola como terrenos de luta e, portanto, a necessidade daí decorrente de tentar negociar nesse território, tomando em conta os limites do que se pode fazer nessas instituições; reflectir sobre ‘integridade’, ou seja, olhar para si mesmo e não apenas para o seu medo, e perguntar-se como poderia, em solidariedade com as/os outra/os, interligar o nosso trabalho político na universidade com o da sociedade mais alargada; evitar a actuação como “intelectual romântico”, isto é, não trabalhar isoladamente, fora das lutas colectivas, quer no local da produção teórica e

ideológica, quer em termos das práticas pedagógicas no campo educativo mais alargado; atravessar as fronteiras para viver e aprender com as/os outros/as, eventualmente aceitando a divergência e o confronto, compreendendo quais são as lutas que ensinamos e representamos; sem esquecer a ligação entre a paixão e as dinâmicas de justiça social, onde a alegria e o ser feliz têm de estar integrados nos processos de luta. Sintetizando, importa conhecer e reconhecer as formas pelas quais a nossa acção permite, umas vezes, legitimar as hierarquias sociais, outras, mobilizar para gerar, criar e ampliar “múltiplas esferas públicas críticas”.

Não perdendo de vista que a educação não é suficiente para a transformação social, também necessitamos de vincar que os processos sociais de transformação e mudança são educacionais e o potencial desta aprendizagem constitui uma parte importante do papel da educação para ampliar os horizontes da prática democrática.

Os saberes são também políticos e politizados, e daí também genderizados, sexualizados, classizados e racializados, na medida em que se constroem numa certa relação entre as pessoas e com a natureza e o mundo. Encerram em si mesmos diferentes possibilidades da sua utilização ao serviço de um mundo justo ou, pelo contrário, de um mundo injusto. E isto é válido para todas as noções e conteúdos que são trabalhadas nas escolas e na educação em geral, desde os de matemática aos mais normativas das regras e das classificações. Só desafiando a falsa neutralidade aparente nos saberes escolares e académicos podemos pensar uma pedagogia crítica feminista e emancipatória.

• Epistemologia da escuta: partir das experiências e subjectividades localizadas

Do nosso ponto de vista, a epistemologia da escuta não deve ficar-se pelos corredores e salões da academia, antes deve alargar-se à esfera da educação em geral. Uma das propostas é a aposta na conscientização, enquanto forma que permite articular a aquisição de saberes, conteúdos e competências com uma reflexão crítica sobre esses saberes e sobre o mundo e a vida e *também* com a reflexão sobre a acção para a transformação. No trabalho de conscientização, ganham lugar importante a literacia jurídica e a literacia política, entre outras, já salientadas por diversas/os autoras/es.

Partir das experiências e subjectividades femininas, numa epistemologia da escuta pode contribuir de forma mais eficaz para a desconstrução de estereótipos que limitam as formas como vemos e somos vistas, trabalhando com mulheres e com homens noções de ‘força’ e ‘fraqueza’ que se equilibrem na exacta medida em que cada um/a precisa para se sentir bem e realizada/o mas também para não se constituir como fonte de opressão para a/o outra/o. Experiências e subjectividades situadas, enraizadas num corpo e num conjunto de relações sociais concretas.

- **Desenvolver a participação para alargar a agência política das raparigas**

Assentando num conceito de agência como diferente do de acção, isto é, integrando a noção de capacidade de participar no estabelecer da agenda política e simultaneamente tendo em conta que a política não se restringe à esfera pública e também se exerce no privado e nos interstícios entre as esferas sociais, a educação é um terreno fabuloso para pensarmos o desenvolvimento da agência das raparigas e das mulheres, e nomeadamente a sua agência política. Portanto, isto passa, primeiro, por valorizar as formas e os estilos de participação das raparigas e das mulheres; segundo, por valorizar as suas decisões face aos seus dilemas (sejam elas quais forem); terceiro, dar-lhes vez e voz; quarto, equacionar as condições para a sua participação, tendo em conta as questões do corpo, da sexualidade, da *aparência*, e em termos do que, ainda, lhes cabe na sua esfera privada (tarefas doméstica, prestação de cuidados, eventual violência, recursos económicos e materiais mais gerais, diferentes formas de viver o desejo e o prazer).

Enquanto feminista e crítica com aspirações a contribuir para a mudança social e para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, esta pedagogia tem também que ter em vista o safar de fronteiras: entre o conhecimento académico e os saberes profanos, entre a educação na fábrica e a que se faz na escola, entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre esfera pública e privada.

Tem também que reflectir sobre o papel dos sentimentos e das emoções, das formas como os corpos quentes, apaixonados ou enraivecidos, vivem nos contextos institucionais e pensar que não se pode construir uma pedagogia emancipatória que não tenha em conta as condições materiais em que cada pessoa vive, os seus constrangimentos; e trazer para

a reflexão sobre outros grupos sociais — ciganas e ciganos, negras e negros, portadoras e portadores de deficiência mental ou física, lésbicas e gays, pobres, rurais — aquilo que vimos dizendo sobre as questões de género: a omissão é uma forma de opressão; a invisibilidade é uma forma de exclusão, a ausência de voz é uma forma de dominação. Enquanto educadoras feministas e críticas, as grandes produções teóricas fazem mais sentido se conseguirmos chegar às mulheres e raparigas concretas.

E assim, conhecimento científico e transformação social podem encontrar-se nos estudos sobre as mulheres ou feministas ou de género se e quando formos capazes de exercitar com os diversos movimentos sociais, formas de diálogo e de alianças para a acção, que tem que ser local, regional, mas tem também que ultrapassar as fronteiras do nacional, aliás, como a história e genealogia do movimento feminista têm desenvolvido.

Finalizando...

Nesta pesquisa em histórias de vida, enfrentámos o dilema entre a profundidade e a quantidade. Percorremos vidas, por sinal, muitas para o tempo de que dispusemos. Tínhamos pensado fazer dez histórias de vida, ficámos-nos pelas oito, porque cada uma exige uma relação de corpo inteiro e o tempo é limitado.

Conhecemos histórias marcantes, de progenitores que não são pais, infâncias marcadas pela violência do pai contra a mãe, ameaças e perseguições à mãe, situações económicas difíceis por incúria do pai, filhas que são o apoio das mães e das irmãs, mães que foram as grandes educadoras das filhas, a afirmação do desejo e da sexualidade, a luta pelo seu direito à felicidade, a luta pelo direito a constituir família como lésbica (independentemente do objecto de desejo), nos anos 1990. Histórias vincadas de pobreza, raiando por vezes a fome, a aventura do conhecimento, eruditas formadas por clássicos em papel de embrulho, a conquista da liberdade com uma bengala, a gravidez em clausura, maridos-patrões e maridos-companheiros, cenas aflitivas de guerras dentro de casa.

Encontramos quotidianos cheios de criatividade, por vezes pequenas vinganças, alguns momentos de euforia e prazer, algumas relações afectivas compensadoras, mesmo que já na terceira idade.

Encontramos acção política pública e intimista, ouvimos das experiências a importância de formar corpo, de aprender com a situação de outras pessoas e de outros grupos sociais, de nos ouvirmos umas às outras.

Procurou-se trazer alguma profundidade vívida e teórica ao ouvir algumas vozes de mulheres e articular os seus sentidos para o campo educativo. Assim, reflectimos sobre a educação e a ordem simbólica enquanto espaços de luta e de confronto entre as acções e a agência política de mulheres diferentemente posicionadas em termos de classe social, etnia, orientação sexual, região, capacidade física, e como as suas diversas posições as revelam poderosas ou, inversamente, dominadas, nos contextos sociais em que se movem e nos espaços-tempos educativos.

Procurámos conhecer alguns dos caminhos, hoje, para a emancipação das mulheres, ouvindo as ressonâncias que o movimento feminista e outros movimentos sociais têm nas suas vidas, conhecendo formas actuais do seu silenciamento e opressão e revelando formas da sua agência, quer como subordinadas, quer como vítimas, quer como desiguais, visualizando-as como activas. Quisemos perceber se e quando as mulheres estão mais paralisadas na sua acção e quando e como se propulsionam para a acção, para resistir para desafiar, para construir os seus destinos e procurar a felicidade. Fugimos ao vício *sessentista* de partir do pressuposto de que as mulheres são um grupo social, encarando as suas divisões, não como fraqueza, antes como forma de enriquecimento do feminismo, dos estudos sobre as mulheres e do campo educativo. É exactamente na medida em que as mulheres atravessam todos os grupos sociais — de classe, de etnia e «raça», de região, de orientação sexual, de capacidade — que o feminismo tem que ser capaz de pensar uma teorização complexa e sofisticada de emancipação e libertação. Tem que saber jogar com todas estas diferenças e ao mesmo tempo encarar de frente as formas como a opressão, a dominação e a desigualdade enformam as instituições e os quotidianos das pessoas, homens e mulheres, sendo que, neste sistema capitalista patriarcal globalizado, não faz sentido, para equacionar a emancipação e uma sociedade mais justa e democrática para todas e todos, pensar apenas numa das formas de opressão, por muito forte que ela seja conjuntamente. E aquilo que dizemos para o feminismo é válido para a educação, cujo campo científico tem esta mesma abrangência — na medida em que a educação, mesmo a escolar — tem que lidar com os diversos grupos sociais, que reflectir as diferentes

problemáticas como o poder, o mercado de trabalho, a família, a construção e transmissão do saber, os valores e a ética sociais, as ideologias e a cidadania, a saúde e a sexualidade, o sentimento e as relações pessoais.

Começando na escola e na família, continuando em toda a educação e noutros processos sociais, sectores significativos do universo feminino têm visto restringida a própria noção da sua agência política. Foram concedidas algumas possibilidades e até, digamos, *liberdades*, a algumas mulheres, mas simultaneamente, os direitos de outras têm sido minados, sendo que algumas delas se encontram em situações de grandes constrangimentos sociais, económicos e familiares.

Um feminismo solidário é urgente se quisermos pensar na construção de um sujeito político feminista e as mulheres de grupos sociais mais desfavorecidos precisam de dispor de tempo e recursos para partilhar com outras, assim como as de grupos mais desfavorecidos precisam de se desfocar dos problemas imediatos e pensar a construção dos seus destinos para além de si próprias. Precisamos todas de enfrentar o medo.

Bibliografia referenciada

- AAVV (1995) *Os Direitos Humanos e a Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: Secretaria de Estado da Justiça.
- AAVV (1998) *Entre laços, histórias de mulheres*, Edição UMAR.
- AAVV (2000) *Trafico e Exploração Sexual de Mulheres, Actas de (01) Seminário Internacional*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina 56.
- AAVV (2000) *Violência Doméstica*, Lisboa: Procuradoria-Geral da República, Gabinete da Ministra para a Igualdade e CIDM.
- ABBOTT, Pamela e Wallace, Claire (1990a) *An Introduction to Sociology: Feminist Perspectives*, Londres: Routledge.
- ABRANCHES, Graça (1984) “Ditos, Não-Ditos e Mito”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 13, pp 101-105.
- ABRANCHES, Graça e Virgínia Ferreira (1987) “O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade”, *Análise Social*, 92/93, 477-520.
- Agenda Global nº 5, Plataforma de Acção de Pequim, 1995 (2001) *Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI*, Lisboa: CIDM e Presidência do Conselho de Ministros.
- AHMED, Sara et al (2000) *Transformations. Thinking Through Feminism*, Londres: Routledge.
- ALMEIDA, Ana Margarida Nunes (1986) “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986, 3º-4º, pp 493-520.
- ALMEIDA, Ana Nunes e Karin Wall (1996) “A Família”, in *Portugal Hoje*, Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- ALMEIRA, Ana Nunes, Duarte Vilar, Isabel M. André e Piedade Lalandia (2004) *Fecundidade e Contraceção*, Lisboa: ICS.
- ALVAREZ, Sonia E., Elisabeth Jay Friedman, Ericka Beckman, Maylei Bçackwell, Norma Stoltz Chinchilla, Nathalie Lebon, Marysa Navarro e Marcela Ríos Tobar, “Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos”, *Revista de Estudos Feministas*, Vol 11, nº 2, 2003, Julho-Dez, pp 541-575.
- AMÂNCIO, Lígia (1995) “Representações de Género, Assédio e Direitos Humanos”, in AAVV (1995) *Os Direitos Humanos e a Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: Secretaria de Estado da Justiça, pp 43-46.
- AMÂNCIO, Lígia (2001) “O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas”, *Psicologia*, Vol. XV, nº 1, pp 9-26.
- ANDERSON, Kathryn e Dana C. Jack, (1991) “Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses”, in Sherna Berger Gluck e Daphne Patai (1991) *Women’s Words, The Feminist Practice of Oral History*, Londres: Routledge, pp 11-25.
- ANDERSON, Kathryn e Dana C. Jack, (1991) “Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses”, in Sherna Berger Gluck e Daphne Patai (1991) *Women’s Words, The Feminist Practice of Oral History*, Londres: Routledge, pp 11-25.
- APMJ (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas) (2001) “Do crime de Maus Tratos”, *Cadernos Hepátia*, nº 00 1, Lisboa.
- ARAÚJO, Helena (1997) “Portugal”, Claudia Krops (org.) *European Women’s Studies Guide II*, WISE Women’s International Studies Europe, Utrecht, pp 159-164.

- ARAÚJO, Helena C. (1991) "Procurando as lutas escondidas através das histórias de vida", *Consulta Psicológica*, 6, 33-40.
- ARAÚJO, Helena C. (1993) "The Construction of Primary Teaching as Women's Work in Portugal (1870-1933)", Tese de doutoramento (PhD), Londres, Open University.
- ARAÚJO, Helena C. (1993) "Procurando as lutas escondidas através das histórias de vida", *Cadernos de Consulta Psicológica*, nº 6, pp 33-40.
- ARAÚJO, Helena C. (1995) "As professoras primárias e as suas histórias de vida: das origens aos primeiros anos de vida profissional", *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 3, pp7-36.
- ARAÚJO, Helena C. (2000) *Pioneiras na Educação. As professoras primárias na viragem do século, 1870-1933*, Lisboa: IIE.
- ARAÚJO, Helena C., Maria José Magalhães, Laura Fonseca e Carlinda Leite (2002) "Pajas e Ciganas", relatório de investigação à FCT e ao ACIME, documento policopiado.
- ARAÚJO, Helena Costa e Maria José Magalhães (2001) "Coeducação e Biografias", in *Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática*, Lisboa: CIDM, pp133-140.
- ARAÚJO, Lucília Escobar (2004) *O Sexo das Profissões*, Porto: Afrontamento.
- ARIÈS, Phillipe (1986) *História da Criança e da Família*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- ARM, Association for Research on Mothering, primeira organização feminista internacional devotada especificamente aos tópicos *mothering-motherhood*.
- ARNOT, Madeleine e Jo-Anne Dillabough (2002) "Reformular os Debates Educacionais sobre a Cidadania, Agência e Identidade das Mulheres", *ex aequo*, nº 7, pp 17-45.
- ARNOT, Madeleine e Jo-Anne Dillabough (orgs.) (2000) *Challenging Democracy. International Perspectives on Gender, Education and Citizenship*, Londres: Routledge and Falmer, Taylor and Francis Group.
- ARNOT, Madeleine e Tuula Gordon (1996) "Gender, citizenship and marketisation: a dialogue between Madeleine Arnot and Tuula Gordon", *Discourse: studies in the culture politics in education*, Vol. 17, no 3, 1996, pp 377-88.
- ARNOT, Madeleine, Helena Araújo, Kiki Deliyanni-Kouimtzi, Gabrielle Rowe e Amparo Tomé (1996) "Teachers, gender and the discourses of Citizenship", *International Studies in Sociology of Education*, Vol. 6, nº 1, 1996, pp 3-35.
- ARONOWITZ e Henri Giroux (1991) "Intelectuais Transformadores", xxxxx
- AZEVEDO, M. A. e V. Guerra (1989) *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora.
- BADINTER, Elisabeth (s/d) *O Amor Incerto. História do Amor Maternal (Do séc. XVII ao séc. XX)*, Lisboa: Relógio D'Água.
- BARBOSA, Teresa O. (1999) "Angelina da Silva, de criança a rapariga — contextos sócio-educativos através de um olhar (auto)biográfico", Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- BARRENO, Maria Isabel, Teresa HORTA e Maria VELHO DA COSTA, (1998) *Novas Cartas Portuguesas, o livro das 3 Marias 25 anos depois*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BARRETO, António (1996) (org.) *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BECK, Ulrich (1992) *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres: Sage Publications.
- BELEZA, Teresa Pizarro (2000) "Laços de Família, nós de Violência" in AAVV, *Violência Doméstica*, Seminário Junho 2000, pp. 7-12.

- BELL, Vikki (1999) *Feminist Imagination*, Londres: Sage.
- BENHABIB, Seyla (1997) "The generalized and the concrete other", in Seyla Benhabib e Drucilla Cornell (org.s) *Feminism as Critique*, Oxford: Blackwell.
- BENHABIB, Sheila e Cornell, Drucilla (1987) *Feminism as Critique*, Oxford, Polity Press and Basil Blackwell.
- BETTENCOURT, Ana Maria e Maria Margarida Silva Pereira (1995) *Mulheres Políticas, as suas causas*, Associação Ana de Castro Osório, Quetzal Editores.
- BLANKENHORN, David (1995) *Fatherless America: Confronting Our Most Urgent Social Problem*, Nova Iorque: Basic.
- BOSTON WOMEN'S HEALTH BOOK COLECTIVE (1984) *The New Our Bodies, Our Selves, A Book By and For Women*, Nova Iorque: Touchstone e Simon e Schuster inc. Publisher.
- BRADLEY, Harriet (1992) "Changing Social Structures: Class and Gender", in Stuart Hall e Bram Gieben (1992) *Formations of Modernity, Understanding Modern Societies: an Introduction*, Londres: Polity Press com Open University.
- BRAGA DA CRUZ, Ana Maria (1991) *Urdir a Teia, Tecer a Vida, Projecto feito em Sororidade com Alguns Grupos de Mulheres do Norte*, Cadernos Condição Feminina, Lisboa: CIDM.
- BRAGA DA CRUZ, Ana Maria (2000) "As Mulheres têm Direito ao Direito", in AAVV (2000) *Violência Doméstica*, Lisboa: Procuradoria Geral da República, Gabinete da Ministra para a Igualdade.
- BRAGA DA CRUZ, Ana Maria (2000) "Algumas reflexões sobre o plano para a igualdade", in *ex aequo*, nºs 2/3, pp 93-100.
- BRAGA DA CRUZ, Ana Maria (2002) Parecer 7/2002: "Comentários ao Projecto de Lei de Bases da Família apresentado pelo Grupo Parlamentar CDS – PP", CIDM.
- BRETTEL, Caroline (1978) *Já Chorei Muitas Lágrimas (História de Vida) – crónica de uma mulher portuguesa imigrada em França*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- BRETTEL, Caroline (1991) *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, Lx: Publicações Dom Quixote.
- BRODZI (1988), xxxxx
- BROWNMILLER, Susan (1975) *Against Our Will. Men, Women and Rape*, Nova Iorque: Bantam Books.
- BUTLER, Judith (2003) *Problemas de Género. Feminismo e Subversão da Identidade*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- CAMPLING, Jo (1981) (org.) *Images of Ourselves: Women with disabilities talking*, Londres, Boston and Henly Routledge e Kengan Paul.
- CARAPINHEIRO, Graça (1993) *Saberes e Poderes no Hospital*, Porto: Afrontamento.
- CARPENTER, Mary Wilson (1996) "Female Grotesques in Academia: Ageismo, Anti-feminismo, and Feminists on the Faculty" in Clark, Vèvè, Garner, Higonnet, Katrak , *Anti-Feminism in the Academy*, London: Routledge, pp 141-165.
- CARVALHO, Luiza M.S. Santos (1998) "A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar", in *Revista Estudos Feministas*, Vol.6 n.1/98, pp 7-33.
- CARY, Lisa J. (1999) "Unexpected Stories: Life History and the Limits of Representation" *Qualitative Inquiry*, vol. 5, nº 3, 1999, pp 411-427.
- CASTELS, Manuel (2003) "O Fim do Patriarcalismo: Movimentos sociais, Família e Sexualidade na Era da Informação", in Manuel Castels (2003) *O Poder da Identidade*, Lisboa: Gulbenkian, pp 169-292.

- CAVACO, Maria Helena (1992) "Ofício do Professor: o tempo e as mudanças", in António Nóvoa (coord.) *Profissão Professor*, Porto: Porto Editora, pp155-191.
- Centre de Recherches Tsiganes, Universidade René Descartes (1992) *La Escolarización de Los Niños Gitanos e Itinerantes, Investigación, Acción y Coordinación*, Madrid: Editorial Presencia Gitana / Acatarí Esichén Asidajú Callí.
- CHANFRAULT-DUCHET, Marie-Françoise (2000) "Textualisation of the self and gender identity in the life-story", in Tess Cosslett, Celia Lury e Penny Summerfield (2000) *Feminism and Autobiography, Texts, Theories, Methods*, Londres: Routledge. pp 61-70.
- CHEJTER, Silvia e Claudia Laudano (2003) "Feministas y feminismos en el II Foro Social Mundial de Porto Alegre", *Revista de Estudos Feministas*, Vol 11, nº 2, 2003, Julho-Dez, pp 576-585.
- CHINITA, I. (1983) *Peste Malina (histórias de mulheres)*, Lisboa: Ulmeiro / Fémina.
- CHODOROW, Nancy (1978) *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, Berkeley, CA: University of California Press.
- CIDM (1993) *Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*, Actas do Seminário realizado em Lisboa, a 14 e 15 de Janeiro de 1993.
- CITE (2000) "Mulheres e homens no trabalho e no emprego", Lisboa: CITE (folheto).
- COLE, Sally (1994) *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote.
- CORREIA, José Alberto (1998) *Teoria Crítica em Educação*, Porto: Porto Editora.
- COSTA, Suely Gomes (2002) "Proteção Social, Maternidade Transferida e Lutas pela Saúde Reprodutiva", in *Revista de Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, Vol 10, nº 2/2002, pp 301-323.
- CROCCO, Margaret Smith e O. L. Davis Jr. (1999) *"Bending the Future to Their Will". Civic Education, Social Education and Democracy*, Boston: Rowman e Littlefield Publishers, Inc.
- CRUZ, Angélica (2002) *Clay Figurines of Galegos: An Anthropology of Artistic Production by Women in Northern Portugal*, Tese de Doutoramento na Universidade de Surrey / Roehampton, Londres.
- CRUZ, Sofia (2003) *Entre a Casa e a Caixa*, Porto: Afrontamento.
- DAVIS, Kathy (1997) *Embodied Practices. Feminist Perspectives on the Body*, Londres: Sage.
- de LAURETIS, Teresa (1986) *Feminist Studies / Critical Studies: Assues, Terms and Contexts in Feminist Studies /Critical*, Bloomington: Indiana University Press.
- DEAN, Jean (1997) *Feminism and the New Democracy. Resisiting The Political*, Londres: Sage.
- DEAN, Jodi (1997) "The Reflexive Solidarity of Democratic Feminism", in Jodi Dean (org.) (1997) *Feminism and the New Democracy, Resiting the Political*, Londres, Sage Publicações, pp 244-263.
- DELMAR, Rosalind Delmar (1986) MITCHELL, Juliet e Ann Oakley (1986) *What is Feminism?*, Oxford: Blackwell.
- DESAI, Manisha (1997) "Reflections from Contemporary Women's Movement in India", in Jodi Dean (org.) (1997) *Feminism and the New Democracy, Resiting the Political*, Londres, Sage Publicações, pp 110-123.
- DIAS, Isabel (2004) *Violência na Família, Uma Abordagem Sociológica*, Porto: Afrontamento.

- DOBASH, R. Emerson; DOBASH, Russell; CAVANAGH, Kate e LEWIS, Ruth (2000) *Changing Violent Men*, Califórnia: Sage Publications.
- DREGER, Alice Domurat (2000) "Doubtful Sex", in Londa Schiebinger (2000) *Feminism and The Body*, pp 118-151.
- DUARTE, Fátima (org) (2000) *Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças, Colectânea de Textos Legais e de Instrumentos Internacionais*, Lisboa: CIDM Cadernos Condição Feminina 55.
- EHRlich, Howard J. "The ecology of anti-gay violence", in Gregory Herek e Kevin T. Berrill (1992) *Hate Crimes: Confronting Violence against Lesbians and Gay Men*, Londres: Sage Publications, pp 65-75.
- ENGELS, Frederich (1980) *Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, Lisboa: Presença.
- ESCOBAR, Lucília (2004) *O Sexo das Profissões*.xxx Porto: Afrontamento.
- ESPADA, Isabel (coord.) (2002) *Género e Comportamento Eleitoral. O eleitorado português e a actividade política das mulheres*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- ESTANQUE, Elísio (1999) "Análise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, Nov1998/Fev1999, pp 173-198.
- EVANS, Mary (1997) *Introducing Contemporary Feminist Thought*, Cambridge: Polity Press.
- FERNANDES, Luís Fernandes (1990) "Os pós-modernos, ou a cidade, o sector juvenil e as drogas", Tese de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- FERRAROTTI, Franco (1983) *Histoire et Histoires de Vie, la méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris: Librairie des Méridiens.
- FERREIRA, Luísa Ribeiro (coord) (2001) *Também Há Mulheres Filósofas*, Lisboa, Caminho, Colecção Universitária.
- FERREIRA, Virgínia (1984) "(Des)penalizar o Aborto ou (des)Penalizar um Certo Sexo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 13, pp 106-110.
- FERREIRA, Virgínia (1988) "O Feminismo na Pós-modernidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 24, Março 1988, pp. 93-106.
- FERREIRA, Virgínia (1993) "Padrões de Segregação das Mulheres no Emprego — uma análise do caso português no quadro europeu", in Boaventura de Sousa Santos (coord.) *Portugal: um Retrato Singular*, Porto: Afrontamento, pp 231-257.
- FERREIRA, Virgínia (1999) "Os paradoxos das mulheres em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, pp 199-227.
- FERREIRA, Virgínia (2000a[1998]) "Sexualizando Portugal: Mudança Social, Políticas Sociais e Mobilização Social das Mulheres", in António Costa Pinto (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Madrid: Ediciones Sequitur, pp180-212.
- FERREIRA, Virgínia (2003) *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma análise da feminização dos escritórios em Portugal*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, Virgínia (2000) "A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal", *ex aequo* nºs2/3, 2000, pp13-42.
- FINE, Michelle (1994) "Dis-tance and Other Stances: Negotiations of Power Inside Feminist Research", in Andrew Gitlin (1994) *Power and Method, Political Activism and Educational Research*, Londres: Routledge, pp 13-35.

- FLAKS, David, Ilda Ficher, Frank Masterpasqua e Gregory Joseph (1995) "Lesbians Choosing Motherhood: a Comparative Study of Lesbian and Heterosexual Parents and Their Children.", *Development Psychology*, 31: 105-14.
- FONSECA, Laura (2001) *Culturas Juvenis, Percursos Femininos*, Oeiras: Celta.
- FONTOURA, Maria Madalena (1992) "Fico ou vou-me embora", in António Nóvoa (coord.) *Vidas de Professores*, Porto: Porto Editora, pp171-197.
- FOUCAULT, Michel (1977) *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*, Petrópolis: Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michel (1980) *Power and Knowledge*, Nova Iorque: Editora Pantheon.
- FRANCIS, Becky (2001) "Beyond postmodernism: feminist agency in educational research", in FRANCIS, Becky e Christine Skelton (2001) *Investigating Gender. Contemporary perspectives in education*, Londres: Open University Press, pp 65-76.
- FRASER, Nancy (1995) "What's Critical about Critical Theory? The case of Habermas and Gender", in Mary Lyndon Shanley e Carole Pateman (1991) *Feminist Interpretations and Political Theory*, Cambridge, Polity Press in association with Basil Blackwell, pp 253-277 [tradução portuguesa, *ex aquo*, nº 8].
- FRASER, Nancy (1997) "Equality, Difference and Democracy: Recent Feminist Debates in the United States", in Jodi Dean (org.) (1997) *Feminism and the New Democracy, Resiting the Political*, Londres, Sage Publicações, pp 98-109.
- FRASER, Nancy (2002) "A Justiça Social na Globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp 7-20.
- FREIRE, Paulo (1972) *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1978) *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1992) *Pedagogia da Esperança*, São Paulo. Editora Paz e Terra.
- FRIEDMAN, Betty (1981)
- GAARD, Greta (1996) "Anti-lesbian intellectual Harassment in the academi", in Clark, Vève, Garner, Higonnet, Katrak , *Anti-Feminism in the Academy*, London: Routledge, pp 115-140.
- GAMBLE, Sarah (2001) "Postfeminism", in Sarah Gamble (org.) *Feminism and Postfeminism*, Oxford: Blackwell, pp 43-54.
- GARDINER Jean (1977) "Women in The Labour Process and Class Structure", in Alan Hunt, ed., *Class and Class Structure*, London.
- GATENBY, Bev e Maria Humphries (1999) *Exploring Gender, Management Education and Careers: Speaking in the silences, Theory, Culture and Society*,
- GIDDENS, Anthony (1991) *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press [tradução da Celta: Modernidade e Self-identidade.]
- GIDDENS, Anthony (1992) *The Transformations of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Standford CA: Standford University Press (tradução em português, Celta).
- GIDDENS, Anthony (2000) *Dualidade e Estrutura, Agência e Estrutura*, Oeiras: Celta.
- GILLIGAN, Carol (1982) *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, Cabridge, MA: Harvard University Press (tradução em português).
- GIROUX, Henry A. (1994) *Distributing Pleasures: Learning Popular Culture*, Nova Iorque: Routledge.
- GLUCK, Sherna Berger e Daphne Patai, (1991) *Women's Words, The Feminist Practice of Oral History*, Londres: Routledge

- GOMES, Bertina de Sousa (1992) *Fareginhas, Memória de um Projecto*, Lisboa: CIDM e Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- GONÇALVES, José Alberto (1992) "A carreira das professoras do ensino primário", in António Nóvoa (coord.) *Vidas de Professores*, Porto: Porto Editora, pp141-169.
- GOODRICH, Telma Jean et al. (1990) *Terapia Feminista da Família*, Porto Alegre: Artes Médicas.
- GORJÃO, Vanda (2002) *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa: ICS.
- Grácio, Sérgio (1982) "Escolarização e Modos de Integração na Formação Social Portuguesa (1950-1978)", in *Análise Psicológica*, 4 (II):473-495.
- GREEN, Richard, Jane Barclay Mandel, Mary E. Hotvedt, James Gray e Laurel Smith (1986) "Lesbian Mothers and Their Children: A Comparison with Solo Parent Heterosexual Mothers and Their Children." *Archives of Sexual Behavior*, 15: 167-84.
- GROZE, Vic (1991) "Adoption and Single Parents: A Review", *Child Welfare*, 70: 321-32.
- Habermas (1978) *La Technique et la Science comme Idéologie. La fin de la métaphysique*, Paris: Bibliothèque Médiations Denoël Gonthier.
- HAGEMANN-WHITE, Carol (1998) "Violence without end? Some reflections on achievements, contradictions, and perspectives of the feminist movement in Germany", in Klein, Renate C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge, pp 176- 191.
- HAGEMANN-WHITE, Carol (1998) "Violence without end? Some reflections on achievements, contradictions, and perspectives of the feminist movement in Germany", in Klein, Renate C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge, pp 176- 191.
- HALL, Stuart e Bram Gieben (1992) *Formations of Modernity, Understanding Modern Societies: an Introduction*, Londres: Polity Press com Open University.
- HARAWAY, Donna (1991) "A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology, and Socialist Feminism in the 1980s" in Linda Nicholson (org.) *Feminism/ Postmodernism*. pp 190-233, [tradução (2002) "Manifesto ciborgue: a ciência, a tecnologia e o feminismo socialista nos finais do séc. XX", Ana Gabriela Macedo (org.) *Género, Identidade e Desejo*, Lisboa: Cotovia, 2002]
- HARAWAY, Donna (1994) "Ecce Homo, Ain't (Ar'n't) I a Woman, and Inappropriate/d Others: The Human in a Post-humanist Landscape", in Judith Butler e Joan W. Scott (1994) *Feminists Theorize the Political*, Londres: Routledge, pp 86-100.
- HARDING, Sandra (1993) *The Science Question in Feminism*, Nova Iorque: Cornell University Press [tradução castelhana 1996 *Ciencia y Feminismo*, Madrid: Ediciones Morata].
- HAWLEY, Dale R. e DeHAAN, Laura (1996) "Toward a Definition of Family Resilience: Integrating LifeSpan and Family Perspectives" in *Family Process*, Vol 35, Nº 3, Set. 1996, pp283-298;
- HEINEM, Jacqueline (1999) "Genres et politiques étatiques en Europe Centrale et Orientale", *Récherches Féministes*, vol 12, nº 1, 1999, 123-135.
- HEINEN, Jacqueline e Josette Trat (1997), *Hommes e femmes dans le mouvement social*, Cahiers du Gedisst, 1997, nº 18, p. 187.
- HESPANHA, Pedro e Graça Carapinheiro (orgs.) (2002) *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.

- HEY, Valerie, Catherine Itzin, Lesley Saunders e Mary Anne Speakman (orgs.) (1996) *Hidden Loss, Miscarriage and Ectopic Pregnancy*, Londres: The Women's Press.
- HOFF, Lee Ann (1993) *Battered Women as Survivors*, Londres: Routledge.
- HOFF, Lee Ann (1994) *Violence Issues: An Interdisciplinary Curriculum Guide for Professionals*, Ottawa: Health Canada.
- hooks, bell (1984) *Feminist Theory: From Margins to Center*, Boston: South End.
- HORTA, Maria Teresa, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa (1998) *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, 2003-2006, Lisboa: CIDM
- JAMES, Susan (1992) "The good-enough citizen: female citizenship and independence" in in Gisela Bock e Susan James (1992) *Beyond Equality and Difference, . Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity*, Londres: Routledge, pág.s 48-65.
- JEREMIAH, Emily (2002) "Troublesome Practices, Mothering, Literature and Ethics", in *Journal of the Association for Research on Mothering*, Outono / Inverno 2002, vol 4, nº 2, pp. 7-16.
- JOAQUIM (1983) *Dar à Luz*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- JOAQUIM, Teresa (1985) *Mulheres de Uma Aldeia*, Lisboa: Ulmeiro-Fémina.
- JOAQUIM, Teresa (1998) "Social Citizenship and Motherhood", em Virgínia Ferreira e Teresa Tavares (orgs.) *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras: Celta.
- JOAQUIM, Teresa (1998) "Social Citizenship and Motherhood", em Virgínia Ferreira e Teresa Tavares (orgs.) *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras: Celta.
- JOAQUIM, Teresa (2001) "A (im)possibilidade de ser filósofa", in Luísa Ribeiro Ferreira, (coord) (2001) *Também Há Mulheres Filósofas*, Lisboa, Caminho, Coleção Universitária.
- JOHNSON, Jennifer (2002) *Getting By On The Minimum. The Lives of Working-Class Women*, Londres: Routledge.
- KITZINGER, Celia (1987) *The Social Construction of Lesbianism*, Londres: Sage Publications.
- KITZINGER, Celia (1989) "Liberal Humanism as an Ideology of Social Control: the Regulation of Lesbian Identities.", in Shotter, J. e Gergen, K., (orgs.) (1989) *Texts of Identity*, Londres: Sage Publications.
- KLEIN, Renate C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge
- KÖNING, Mareike Helena (1986) "Da palavra à acção: história de um processo de consciencialização de mulheres", in *Análise Social*, Vol. XXII, 3º-4º, pp 827-37.
- KUPRYASHKINA, Svetlana (1996) "Possibilities for Women's Studies in Post-communist Countries: Where are We Going?", in Mary Maynard e June Purvis (orgs) (1996) *New Frontiers in Women's Studies: Knowledge, Identity and Nationalism*, "Women's Studies Network (UK), Londres, Taylor & Francis, pp 113-123.
- LACKOVA, Ilona (2000) *Je Suis Née Sous une Bonne Étoile... Ma Vie de Femme Tsigane en Slovaquie*, Paris: Centre de Recherches Tsiganes, L'Harmattan, Interface Collection. (págs. 2-10: Prefácio de Milena Hübschmannová).
- LAMAS, Maria (2002/década de 1940) *Mulheres do Meu País*, Lisboa: Caminho (escrito nos anos 1940).

- LAVIOLETTE, Alyce D. e Barnett, Ola W. (2000) *It Could Happen to Anyone: Why Battered Women Stay*, Londres: Sage.
- LEES, Sue (2000) "Sexualidade e Educação para a Cidadania [*citizenship education*]", in Madeleine Atnot e Jo-Anne Dillabough, (2000) (orgs.) *Challenging Democracy. International Perspectives on Gender, Education and Citizenship*, Londres: Routledge and Falmer, Taylor and Francis Group.
- LEITNER, Sigrid (2003) "Varieties of familialism: the caring function of the family in comparative perspective", "Care through cash and public service", *European Societies*, vol. 5, nº 4, 2003, pp353-376.
- LEWIS, Jane (1989) "Feminism and Welfare", in Mitchell, Juliet e Ann Oakley (1986) *What is Feminism?*, Oxford: Blackwell, pp 85-100.
- LEWIS, Magda Gere (1993) *Without a Word. Teaching Beyond Women's Silence*, Londres: Routledge.
- LEWIS, Susan (1994) "Motherhood and employment: the impact of social and organizational values", in Ann Phoenix, Anne Woollett e Eva Lloyd (1994) *Motherhood. Meanings, Practices and Ideologies*, Londres Sage Publications, pp 195-215.
- Liégeois, Jean-Pierre (1987) *Gitanos e Itinerantes*, Madrid: Asociacion Nacional Presencia Gitana / Acatarí Esichén Asidiajú Callí.
- LISBOA, Manuel, Isabel do Carmo, Luísa Branco Vicente e António Nóvoa (Sofia Marques da Silva) (2003) "Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres", Lisboa: CIDM, Colecção Ditos & Escritos, nº 17.
- LISBOA, Manuel, Zélia Barroso e Joana Marteleira (2003) "O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal", Lisboa: CIDM, Colecção Ditos & Escritos, nº 16.
- LISTER, Ruth (2001) "Citizenship and Gender", em K. Nash e A. Scott (orgs.) *The Blackwell Companion to Political Sociology*, Malden, Massachusets and Oxford: Blackwell.
- LOPEZ, Felix, Eugenio Carpintero e Amparo Hernández (2004) "L'Inceste. Prévalence — acteurs — effets. La Situation en Espagne", in *La Revue Internationale de l'Éducation Familiale*, revista da iniciativa da A.I.F.R.E.F, vol 8, nº 1, pp. 23-44.
- LOURENÇO, Nelson e Maria João Leote de Carvalho (2000) "Violência Doméstica: Conceito e Âmbito. Tipos e Espaços de Violência – uma Primeira Aproximação", in AAVV (2000) *Violência Doméstica*, Lizboa: Procuradoria Geral da República, Gabinete da Ministra para a Igualdade.
- LOURENÇO, Nelson, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997) *Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina nº 48.
- LOURO, Guacira Lopes (1998) *Gênero, Sexualidade e Educação, Uma perspectiva pós-estruturalista*, Petrópolis: Editorial Vozes.
- LULLE, Thierry, Pilar Vargas e Lucero Zamudio (1998) *Los Usos de la Historia de Vida en las Ciencias Sociales II* (1998), Barcelona: Anthropos Editorial.
- MacKinnon, Catharine (1989) *Towards a Feminist Theory of the State*, Cambridge: Harvard University Press.
- MacKinnon, Catharine (1993) "Feminism, Marxism, Method and the State: Towards a feminist Jurisprudence", in Bart e Moran (orgs.) *Violence Against Women. The Bloody Footprints*, Londres: Sage, pp 210-227.
- MAGALHÃES, Maria José (1998) *Movimento Feminista e Educação. Portugal, anos 1979 e 80*, Lisboa: Celta.

- MAGALHÃES, Maria José (2000) “Confrontando a violência no lar”, comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia “Passados Recentes, Futuros Próximos”, Coimbra 17, 18 e 19 de Abril 2000 (edição publicada em CD Rom).
- MAGALHÃES, Maria José (2003) “Em torno da definição do conceito de agência feminista”, in *ex aequo*, nº 7, pp 189-198.
- Magalhães, Maria José (2003a) “Conceitos de família”, FSP, Faculdade de Letras de Lisboa (no prelo).
- MAGALHÃES, Maria José (2004) “Agência Feminista e das mulheres: procurando um novo sujeito feminista?”, in Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, 1904-2004, no prelo.
- Magalhães, Maria José (2004a) “Pensar uma articulação teórica entre família, trabalho e lazer (?) no campo educativo”, documento de apoio às aulas de Educação Familiar na FPCEUP.
- MAGALHÃES, Maria José (2004b) “Pensar uma articulação teórica entre família, trabalho e lazer (?) no campo educativo”, documento de apoio às aulas de Educação Familiar na FPCEUP.
- MAGALHÃES, Maria José (2004c) “Lésbicas mães: um novo desafio ao patriarcado?”, in actas do Seminário sobre Homoparentalidade, Lisboa, ISPA (no prelo).
- MAGALHÃES, Maria José e Helena Pinto (2004) “Olhei à minha volta e reparei”, Louçã e Rosas (orgs.) (2004) *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*, Lisboa: Dom Quixote, pp 189-212.
- MAGALHÃES, Maria José e Joana Henriques (2005) “Percorrendo as lutas feministas através das histórias de vida”, comunicação apresentada no Encontro “Género e Política”, Universidade Nova, Faces de Eva.
- MAGALHÃES, Maria José, Laura Fonseca Fernandes e Olga Guedes de Oliveira (1991) *História de Vida de Uma Operária Corticeira*, Lisboa: ONG-CDM.
- MALECKOVÁ, Jitka (1996) “Gender, Nation and Scholarship: Reflections on Gender / Women’s Studies in Czech Republic” in Mary Maynard e June Purvis (orgs) (1996) *New Frontiers in Women’s Studies: Knowledge, Identity and Nationalism*, “Women’s Studies Network (UK), Londres, Taylor & Francis, pp 96-112.
- MANITA, Celina e Alexandra Oliveira (2002) *Estudo de Caracterização da Prostituição de Rua no Porto e Matosinhos, Investigação Integrada no Projecto “De Rua em Rua”*, Lisboa, CIDM, Porto, CKDesviante FPCEUP, Cadernos C Feminina 61.
- MANN, Patricia S. (1997) “Musing as a Feminist in Postfeminist Era”, in Jodi Dean (org.) (1997) *Feminism and the New Democracy, Resiting the Political*, Londres, Sage Publicações, pp 222-243.
- MARIA, Susana (2004) *Mulheres Sobreviventes de Violação*, Lisboa: Livros Horizonte.
- MARQUES, Alice (2004) *Mulheres de Papel. Representações do Corpo nas Revistas Femininas*, Lisboa: Livros Horizonte.
- MARQUES, Carmo, Manuela Tavares e Maria José Magalhães (2002) “Políticas e família: orientações legislativas em Portugal, nos últimos anos”, comunicação apresentada no Seminário Internacional da APS sobre Família, Género e Sexualidades, Lisboa, 2002.
- MARSHALL, Barbara L. (1994) *Engendering Modernity: Feminism, Social Theory and Social Change*, Cambridge: Polity Press.
- MARTIN, Claude (1999) “Les Politiques Familiales ou la définition de la place des femmes et de l’État”, *Problèmes économiques*, hebdomadaire nº 2.635, pp 27-32.

- MASSOLO, Alejandra (1998) "Testemonio autobiográfico femenino: un camino de conocimiento de las mujeres y los movimientos urbanos en México", in Thierry Lulle, Pilar Vargas e Lucero Zamudio (coords.) *Los Usos de la Historia de Vida en las Ciências Sociais II* (1998), Barcelona: Anthropos Editorial, pp9-26.
- MATISONS, Michelle Renée (1998) "The New Feminist Philosophy of the Body: Haraway, Butler e Brennan", *The European Journal of Women's Studies*, Vol. 5, 1998, pp 9-34, Londres, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- MAYNARD, Mary e Purvis, June (ed.s) (1994) *Researching Women's Lives from a Feminist Perspective*, Londres Taylor e Francis. (Introdução de Maynard e Purvis, págs. 1-9).
- MAYNARD, Mary e Purvis, June (orgs) (1996) *New Frontiers in Women's Studies: Knowledge, Identity and Nationalism*, "Women's Studies Network (UK), Londres, Taylor & Francis.
- MAYO, Peter (2004) *Gramsci, Freire e a Educação de Adultos. Possibilidades para uma Ação transformadora*, São Paulo: Artes Médicas.
- MCCARTHY, Cameron (1988) "Rethinking liberal and radical perspectives on racial inequality in schooling: making the case for nonsynchrony", *Harvard Educational Review*, nº 58, pp 265-80.
- MCKAY, Nellie (1998) "The narrative self: race, politics and culture in black american women's autobiography", in Sidonie Smith e Julia Watson (coord.s) (1998) *Women, Autobiography, Theory. A reader*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- MCLAREN, Peter (2001) "Fúria e Esperança: A Pedagogia Revolucionária de Peter McLaren – Entrevista com Peter McLaren", *Currículo Sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp 171-188, Jul/Dez 2001.
- McNAY, Lois, (1999) "Gender, Habitus and the Field Pierre Bourdieu and the Limits of reflexivity", in *Theory, Culture and Society*, vol. 16, nº1. Fev, 95-116.
- MEEKOSHA, Helen e Leanne Dowe (1997) "Enabling Citizenship: gender, disability and citizenship in Australia", *Feminsit Review*, 57, (Outono 1997), 49-72.
- MICHEL, Andrée (s/d) *Sociologia da Família e do Casamento*, Porto: Rés Editora.
- MIDDLETON, Sue (1993) *Educationg Feminists. Life Histories and Pedagogy*, Nova Iorque: Teachers College Press e Columbia University.
- MILLET, Kate (1971) *Política Sexual*, Lisboa: Presença.
- MITCHEL, Juliet (1989) "Reflections on twenty years of feminism", in MITCHELL, Juliet e Ann Oakley (1986) *What is Feminism?*, Oxford: Blackwell, pp 34-48.
- MITCHELL, Juliet e Ann Oakley (1986) *What is Feminism?*, Oxford: Blackwell.
- MOITA, Maria da Conceição (1992) "Percurso de formação e de trans-formação", in António Nóvoa (1992) "Os professores e as suas histórias de vida", in António Nóvoa (coord.) *Vidas de Professores*, Porto: Porto Editora, pp-111-140.
- MONTEIRO, Fátima Jorge (2000) *Mulheres Agredidas pelos Maridos: de Vítimas a Sobreviventes*, Lisboa: ONG CCCIDM.
- MONTERO, Rosa (2004) *A Louca da Casa*, Porto: Edições Asa.
- MORGAN, David H. J. (1996) *Family Connections, An Introduction to Family Studies*, Londres: Polity Press.
- MOSCONI, Nicole (1998) "Introduction", in Nicole Mosconi (org.) (1998) *Égalité des Sexes en Éducation et Formation*, Paris, Presses Universitaires de France, pp 7-25.
- MUNCIE, John e Margaret Wetherell, (1997) "Family Policy and Political Discourse", in John Muncie, Margaret Wetherell, Mary Langan, Rudi Dallos e Allan Cochrane (1997)

- Understanding the Family, Family Life and Social Control*, Open University e Sage Publications, cap. I págs 38-79.
- MUNCIE, John e Margaret Wethrell (1997) "Family Policy and Political Discourse", in Muncie, John, Margaret Wethrell, Mary Lagan, Rudi Dallos e Allan Cochrane (1999) *Understanding the Family. Family and social Policy*, Londres: Sage, pp 39-80.
- MUNCIE, John e Roger Sapsford (1997) "Issues in the study of 'the family'", in Muncie, John, Margaret Wethrell, Mary Lagan, Rudi Dallos e Allan Cochrane (1999) *Understanding the Family. Family and social Policy*, Londres: Sage, pp 7-38.
- MUNCIE, John, Margaret Wetherell, Mary Langan, Rudi Dallos e Allan Cochrane (1997) *Understanding the Family, Family Life and Social Control*, Open University e Sage Publications.
- NANCY, Jean-Luc (1991) *The Inoperative Community*. Minneapolis: University of Minnesota Press (tradução da edição original francesa).
- NETO, Horácio (1996) "Francisco Caboz: de angélico a transfuga, uma autobiografia", Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- NEVES CARDOSO, Fernanda (1996) "O Corpo e o Cuidar no Feminino — Construção feminina da noção de corpo e das experiências de gravidez", Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- NEVES, Helena (2001) *O Estado Novo e as Mulheres — o Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*, Lisboa: CML..
- NOGUEIRA, Conceição (2001) "Construcionismo social, discurso e género", *Psicologia*, Vol. XV, nº 1, pp 43-66.
- NOGUEIRA, Conceição (2001) *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social*, Lisboa: FCG.
- NÓVOA, António (1992) "Os professores e as suas histórias de vida", in António Nóvoa (coord.) *Vidas de Professores*, Porto: Porto Editora, pp11-30.
- NÓVOA, António (1992) *Vidas de Professores*, Porto: Porto Editora.
- OAKLEY, Ann (1992) "Interviewing Women: a Contradiction in Terms", in ROBERTS, Helen (org.) *Doing Feminist Research*, London: Routledge Kegan Paul, pp. 30-61.
- OECD (2001) *Employment Outlook*, Paris: OECD.
- OFFE, Claus, (1984) "Teoria do Estado e Política Social" in *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio, Tempo Brasileiro, 10-53.
- OFFEN, Karen (1988) "Defining feminism: a comparative historical approach" in *Signs: journal of Women in Culture and Society*, vol. 14, nº1, University of Chicago.
- PAIVA COUCEIRO, Maria do Loreto P. (2000) "Autoformação e Coformação no Feminino. Abordagem Existencial através de Histórias de Vida, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, pela Universidade Nova de Lisboa.
- PARSONS, Talcott e Raymond F. Bales (1968) *Family, Socialization and Interaction Process*, Londres: Routledge e kegan Paul. [especificamente o capítulo "Family structure and the socialization of the child", pp 35-131.
- PATEMAN, Carole (1992) "Equality, difference and subordination: the politics of motherhood and women's citizenship", em Gisela Bock e Susan James (orgs.) *Beyond Equality and Difference*, Londres: Routledge, pp 17-31.
- PATEMAN, Carole (2003/1988) *The Sexual Contract*, [tradução portuguesa] *ex aequo* nº 8, 2003, pp 31-43.

- Pavão Serra João (1986) *Filhos da Estrada e do Vento. Contos e Fotografias de Ciganos Portugueses*, Lisboa: Assírio e Alvim.
- Pedrosa, Inês (2000) *20 Mulheres para o Século XX*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PEREIRA, Maria Manuela Melo de Carvalho (2004) *O Abuso Sexual de Crianças na Região Centro de Portugal*, Tese de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta de Lisboa.
- PHARR, Suzanne (1988) *Homophobia: a Weapon of Sexism*, Inverness CA: Chardon Press.
- PHILLIPS, Anne (1992) "Feminism, Equality and Difference", in *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, de Linda McDowell e Rosemary Pringle (1992), Londres: Polity Press/Open University.
- PHOENIX, Ann, Anne Woollett e Eva Lloyd (1994) *Motherhood. Meanings, Practices and Ideologies*, Londres Sage Publications.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes (1998) "Women, citizenship and the active society", em Virgínia Ferreira e Teresa Tavares (orgs.) *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras: Celta.
- PINTO, Teresa e Fernanda Henriques (1999) *Coeducação e Igualdade de Oportunidades*, Lisboa, CIDM, Cadernos Coeducação.
- PINTO, Helena, Elisabete Brasil, Laura Fonseca e Maria José Magalhães (2003) "ONG de Mulheres e a Luta contra a Violência contra as Mulheres e as Crianças no seio da Família — o contributo da UMAR", Actas Seminário Internacional Família, Género e Sexualidades nas Sociedades Contemporâneas.
- PINTO, Helena, Elisabete Brasil, Laura Fonseca e Maria José Magalhães (2004) "Violência contra as Mulheres e Família", comunicação apresentada ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, "Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção", Braga, 12 a 15 de Maio de 2004.
- PLUMMER, Ken (2001) *Documents of Life 2, an invitation to a critical humanism*, Londres: Sage.
- POIRIER et al (1993) *Les Récits de Vie, Théorie et Pratique*, Paris: PUF.
- POLLOCK, Griselda (1996) "The politics of theory: generations and geographies in feminist theory and the histories of art histories", Cap I da obra de Griselda Pollock (1996) *Generations and Geographies in the Visual Arts: Feminist Readings*, Londres: Routledge. Tradução Portuguesa: POLLOCK, Griselda (2002) "A Política da Teoria: Gerações e geografias na teoria feminista e na história das histórias de arte", in Ana Gabriela Macedo (2002) *Género, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa: Cotovia, pp. 191-220.
- PORTUGAL, Sílvia (1998) xxxxx
- RADFORD-HILL, Sheila (2000) *Further to fly. Black Women and the Politics of Empowerment*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- RAMAZANOGLU, Caroline, com Janet Holland (2002) *Feminist Methodology. Challenges and coices*, Londres: Sage.
- RAMÍREZ, María Clemencia (2003) "A Política do Reconhecimento e da Cidadania no Putumayo e na Baixa Bota Caucana: o caso do movimento cocalero de 1996", in SANTOS, Boaventura de S. (org.) (2003) *Democratizar a Democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto: Edições Afrontamento, pp 145-181.
- REIS, António (1994) (org.) *Portugal — 20 Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- RESTUCCIA, Frances L. (2000) *Melancholics in Love. Representing Women's Depression and Domestic Abuse*, Oxford: Rowman e Littlefield Publishers.

- RICH, Adriene (1976) *Or Woman Born, Motherhood as Experience and Institution*, Londres: Virago.
- RICH, Adrienne (1986) "Compulsory heterosexuality and lesbian existence", *Blood, Bread and Poetry*, Nova Iorque: Norton, pp 23-75.
- RICH, Adrienne (1986) *Blood, Bread and Poetry*, Nova Iorque: W.W. Norton.
- RICHARDSON, Diane (1999) "Lesbian Mothers", in Hart et al (1999) *The Theory and The Practice of Homosexuality*, Routledge e Kegan Paul.
- RMMDR (Red Mundial de Mujeres para los Derechos Reproductivos) (1991) *Informe de Mortalidad y Morbilidad Materna de la RMMDR – 1991*.
- ROBERTS, Dorothy E. (2003) "The future or reproductive choice for poor women and women of color" in Rose Weitz (2003) *The Politics of Women's Bodies*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, pp 282-289.
- ROBERTS, Helen (1981) "Women and Their Doctors: power and powerlessness in the research process", in Helen Roberts (1992) *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge, Kegan Paul, pp 7-29.
- RODGER, John J. (1996) *Family Life and Social Control, a Sociological Perspective*, Londres: MacMillan.
- RUBIN, Lois (2002) "«We Have Deeper Selves to Write From», Mothering and Writing", in *Journal of the Association for Research on Mothering*, Outono / Inverno 2002, vol 4, nº 2, pp. 19-35.
- RUSSO, Mary (1995) *The Female Grotesque: Risk, Excess, Modernity*, Nova Iorque: Routledge.
- SANDLOS, Karyn (2000) "Unifying forces: rhetorical reflections on a pro-choice image", in Sara Ahmed, Jane Kilby, Celia Lury, Maureen McNeil, Beverly Skeggs (2000) *Transformations. Thinking Through Feminism*, Londres: Routledge.
- SANTOS, Boaventura de S. (org.) (2003) *Democratizar a Democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2000) *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto: Edições Afrontamento.
- SARACENO, Chiara (1987) *Sociologia da Família*, Lisboa.
- SARMENTO, Teresa (2002) *História de Vida de Educadoras de Infância*, Lisboa: IIE.
- SEGAL, Lynne (1999) "A Feminist Look at the Family", in John Muncie, Margaret Wetherell, Mary Lagan, Rudi Dallos e Allan Cochrane (1999) *Understanding the Family. Family and social Policy*, Londres: Sage, pp 295-321.
- SHETH, D. L. (2003) "Micromovimentos an Índia: Para uma Nova Política de Democracia Participativa", in Boaventura de Sousa Santos (2003) *Democratizar a Democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto: Edições Afrontamento, pp 73-111.
- SHORTER, Edward (1977) *Naissance de la Famille Moderne*, Paris: Éditions du Seuil.
- SILVA, Manuela (1999) *A Igualdade de Género. Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*, Lisboa: CIDM.
- SILVA, Manuela (2000) "Internalizar a igualdade de género nas políticas públicas: um caminho em aberto", in *ex aequo*, nºs 2/3, pp 43-52.
- SILVA, Regina T. (1983) "Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX", *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983, pp. 875-907.

- SILVA, Regina T. (1993) “‘Estudos’ sobre a Mulher em Portugal: breve perspectiva histórica”, in CIDM, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Actas do Seminário realizado em Lisboa a 14 e 15 de Janeiro de 1993, Cadernos Condição Feminina nº 38, pp 59-67.
- SMITH, Anna Marie (1997) “The Regulation of Lesbian Sexuality through Erasure: the Case of Jennifer Saunders”, in Jodi Dean (org.) (1997) *Feminism and the New Democracy*, Resiting the Political, Londres, Sage Publicações, pp 181-197.
- SMITH, Sinonie (1993) *Autobiographical Manifestos. Identity and the Body*. Bloomington: Indiana University Press.
- SMITH, Sinonie (1998) “Autobiographical Manifestos”, in Sinonie Smith e Julia Watson (1998) *Women, Autobiography, Theory, a Reader*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- SOUSA, Antónia (1971) *O Mercado de Trabalho e a Mulher*, Lisboa: Arcádia.
- SPENDER, Dale (1981) “The Gatekeepers: a feminist critique of academic publishing”, in Helen Roberts (1992) *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge, Kegan Paul, pp 186-202.
- SPIVAK, Gayatri (1987) *In Other Words: Essays in Culture and Politics*, Nova Iorque: Methuen.
- SPIVAK, Gayatri (1988) “Could the Subaltern Speak? Speculations on Widow Sacrifice”, in Nelson, Grossman (Coord.s) *Marxism and the Interpretation of Culture*, Urbana: Universidade of Illinois Press, 271-313.
- STACEY, Judith e Thimothy J. Biblarz (2001) “(How) Does the Sexual Orientation of Parents Matter?”, *American Sociological Review*, 2001, Vol. 66, (Abril: 159-183).
- STAGGENBORG, Suzanne (1998) *Gender, Family and Social Movements*, Londres: Pine Forge Press.
- STANLEY, Liz (1992) *The Auto /Biographical I — the Theory and Practice of Feminist Autobiography*, Manchester: Manchester University Press.
- STANLEY, Liz (1993) “On Auto/biography in Sociology”, *Sociology*, Vol. 27, nº 1, 41-52, fev. 1993.
- STANLEY, Liz (2000) “From ‘self-made women’ to ‘women’smade-selves’? Audit selves, simulation and surveillance in the rise of public woman”, in Tess Cosslett, Celia Lury e Penny Summerfield (2000) *Feminism and Autobiography, Texts, Theories, Methods*, Londres: Routledge. pp 40-60.
- STEEDMAN, Carolyn (2000) “Enforced Narratives. Stories of Another Self”, in Tess Cosslett; Celia Lury e Penny Summerfield (2000) *Feminism and Autobiography, Texts, Theories, Methods*, Londres: Routledge, pp 25-39.
- STOER, Stephen e Araújo, Helena (2000) *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (Semi) Periferia*, Lisboa, IIE (2ª Edição).
- SUBTIL, Filipa (2000) “As Mulheres Jornalistas”, *Práticas e processos de Mudança social*, Actas do III Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Celta (edição em CDROM).
- SUMMERFIELD, Penny (2000) Dis/composing the subject Intersubjectivities in oral history Tess Cosslett, Celia Lury e Penny Summerfield (2000), *Feminism and Autobiography, Texts, Theories, Methods*, London and New York: Routedlege, pp 91-106.
- TAVARES, Manuela (2000) *Movimentos de Mulheres em Portugal, Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros horizonte.
- TAVARES, Manuela (2002) *Aborto e Contracepção em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte.

- TAVARES, Manuela, Almerinda Bento e Maria José Magalhães (2004) "Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de globalização: o caso da MMM" comunicação no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro, realizado em Coimbra a 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.
- TAVARES, Manuela, Almerinda Bento e Maria José Magalhães (2004) "Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de globalização: o caso da MMM" comunicação no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro, realizado em Coimbra a 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.
- TAVARES, Manuela, Maria José Magalhães e Ana Paula Canotillho (2005) "ONGs e Feminismos: contributo para a construção do sujeito político feminista", comunicação apresentada Encontro da APEM, Porto, Janeiro de 2005, FPCEUP.
- THOBIAS, Sheila (1997) *Faces of Feminism. An Activist's Reflections on Women's Movement*, Oxford: Westview Press.
- THOMSON, Alistair (1995) "Life Histories, Adult Learning and Identity", in SWINDELLS, Julia (orga.) (1995) *The Uses of Autobiography*, Londres: Taylor and Francis.
- Thomson, Becki e TYAGI, Sangeeta (1996) *Names We Call Home, Autobiography on Racial Identity*, Londres: Routledge.
- THOMSON, Becki e TYAGI, Sangeeta (1996) *Names We Call Home, Autobiography on Racial Identity*, Londres: Routledge.
- TIERNEY, William (2000) "Undaunted courage. Life History and the Postmodern Challenge", in Norman K. Densin e Yvonne S. Lincoln (orgs.) (2000) *Handbook of Qualitative Research*.
- TIZARD, Barbara (1994) "Employed Mothers and the Care of Young Children", in Ann Phoenix, Anne Woollett e Eva Lloyd (1994) *Motherhood. Meanings, Practices and Ideologies*, Londres Sage Publications, pp 178-194.
- TORRES SANTOMÉ, Jurjo (1994) *Globalización e Interdisciplinaridad: el Curriculum Integrado*, Madrid: Morata.
- TORRES, Anália (2004) "Amor e Ciências Sociais", *Travessias, Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, nº 4/5, 2004, pp15-45.
- TORRES, Anália e Francisco Silva (1998) "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 28, pp 111.
- TORRES, Carlos Alberto (2000) *Educação, Poder e Biografia Pessoal. Diálogos com Educadores Críticos*, Porto Alegre: Artes Médicas Editora.
- TORRES, Carlos Alberto (2001) *Democracia, Educação e Multiculturalismo. Dilemas da Cidadania em um Mundo Globalizado*, Petrópolis: Vozes.
- URRY, A. (1990) "The struggle towards a feminist practice in family therapy: premisses", in R. Perelberg e A. Miller (org.as) *Gender and Power in Families*, Londres: Tavistock/Routledge.
- USSHER, Jennhifer (1990) "Negative images of female sexuality and reproduction: reflecting misogyny or misinformation?", *Psychology of Women Newsletter*, 5, 17-19.
- VAQUINHAS, Irene (1993) "Estudos sobre as Mulheres na área de História", in CIDM, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Actas do Seminário realizado em Lisboa a 14 e 15 de Janeiro de 1993, Cadernos Condição Feminina nº 38, pp 107-139.
- VARANDAS, Isabel (2001) *Atravessar a Vida ao Contrário — ser prostituta, histórias de/a vida*, Porto: CIDM.
- VENTURA, Fernando Aires (coord.) (2002) *Testemunhos VIH.SIDA*, Lisboa: CNLS.

- VICENTE, Ana (2000) *Direitos Humanos / Direitos das Mulheres*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina 59.
- VICENTE, Ana (orgs.) (1985) *Mulheres em Discurso*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIEIRA, Ricardo (1999) *Histórias de Vida e Identidades, Professores e interculturalidade*, Porto: Afrontamento.
- von SCHULTHESS, Beatrice (1992) "Violence in the streets: Anti-lesbian assault and harassment in San Francisco", in Gregory Herek e Kevin T. Berrill (1992) *Hate Crimes: Confronting Violence against Lesbians and Gay Men*, Londres: Sage Publications, pp 65-75.
- WALBY, Sylvia (1986) *Patriarchy at Work: Patriarchal and Capitalist Relations in Employment.*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- WALBY, Sylvia (1990) *Theorising Patriarchy*, Oxford: Basil Blackwell.
- WALKER, Lenore E. (1979) *The battered women syndrome*, Nova Iorque: Harper e Row.
- WALKER, Lenore E. (1997) "The battered women syndrome is a psychological consequence of abuse", in David Finkelhor et al. (orgs.) *The Dark Side of the Families. Current Controversies on Family Violence*, Londres: Sage, pp 133-153.
- WALKERDINE, Valerie, Lucey Helen, Melody June (2001) *Growing up Girl*, Londres: Palgrave.
- Walsh, Froma (1996) "Family Resilience: A Concept and Its Application", in *Family Process*, Vol 35, Nº 3, Set. 1996, pp 261-282.
- WEEDON, Chris (1989) *Feminist Practice and Poststructuralist Theory*, Londres: Basil Blackwell.
- WEEKS, Jeffrey, Brian Heaphy and Catherine Donovan (1999) *Families of Choice and Other Life Experiments: The Intimate Lives of Non-Heterosexuals*, Cambridge: Cambridge University Press.
- WEILER, Kathleen (1988) *Women Teaching for Change: Gender, Class and Power*, Londres, New Bergin and Garvey.
- WEILER, Kathleen (1995) "Freire and a Feminist Pedagogy of Difference", in *Debates and Issues in Feminist Research and Pedagogy*, Londres: Open University. Multilingualmatters, pp 23-44. Tradução portuguesa *ex aequo*, nº 8, 2003, pp 91-112.
- WENDELL, Susan (1977) "Towards a Feminist Theory of Disability", in Lennard Davis (org.) *The Disability Studies Reader*, Londres: Routledge, pp 260-278.
- WILSON, Margo e Martin Daly (2003) "Till Death Us do Part", in Rose Weitz (2003) *The Politics of Women's Bodies*, Nova Iorque: Oxford University Press.
- WITTIG, Monique (1997) "One is not born a Woman", in Sandra Kemp e Judith Squires (1997) *Feminisms*, Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, pp 220-226.
- WOLKOWITZ, Carol (2000) "Nuclear families: women's narratives of the making of the atomic bomb", Sara Ahmed, Jane Kilby, Celia Lury, Maureen Mcneil e Beverly Skeggs (2000) *Transformations. Thinking Through Feminism*, Londres: Routledge, pp 235-249.
- YOUNG, Iris Marion (1990) "The ideal of community and the politics of difference", in Linda J. Nicholson (1990) *Feminism / Postmodernism*, Londres: Routledge.
- YOUNG, Iris Marion (1990) *Justice and The Politics of Difference*, Princeton: Princeton University Press.
- YOUNG, Iris Marion (1997) "Gender as seriality: thinking about women as a social collective", in Iris Marion (1997) *Young Intersecting Voices*. Princeton e New Jersey: Princeton University Press (tradução na *ex aequo*, nº 8).

ZIMMERMAN, S. (1998) *Understanding Family Policy*, Londres: Sage.